

REVISTA DO
**Arquivo Geral da Cidade
do Rio de Janeiro**

REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

n.8 – 2014 – ISSN 1983-6031
publicação anual
revistaarquivodacidade@rio.rj.gov.br

Expediente

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes

Vice-prefeito
Adilson Nogueira Pires

Secretário-Chefe da Casa Civil
Guilherme Nogueira Schleder

Diretora do Arquivo Geral da Cidade
do Rio de Janeiro
Beatriz Kushnir

Gerência de Pesquisa
Sandra Horta

Editores
Beatriz Kushnir
Sandra Horta

Conselho Editorial
André Luiz Vieira de Campos (UFF e UERJ)
Ângela de Castro Gomes (CPDOC/FGV/ e UFF)
Ismênia de Lima Martins (UFF)
Ilmar R. de Mattos (PUC/RJ)
James N. Green (Brown University)
Jeffrey D. Needell (University of Florida)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)
Lená Medeiros de Menezes (UERJ)
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF)
Maria Luiza Tucci Carneiro (USP)
Mary del Priori (USP)
Stella Bresciane (UNICAMP)
Paul Knauss (UFF e Arquivo Público do Estado do RJ)
Tania Bessone (UERJ)

Conselho Consultivo
Aldrin Moura de Figueiredo (UFPA)
Daniel Flores (UFESM)
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)

Revisão
Wilton Palha
Claudia Boccia

Versão para o inglês
Priscila Moura

Tradução do espanhol
Sandra Horta

Tradução do francês
Giordano Bruno Reis dos Santos

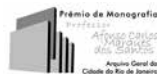
Projeto Gráfico
www.ideiad.com.br

Foto de capa
Cemitério de Inhaúma – Augusto Malta, 1934 –
MHC/AM/PO-2209
O conteúdo dos textos é de única responsabilidade
de seus autores.

REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

n.8, 2014



A Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro tem procurado, durante esses oito anos de existência, contribuir para a ampla circulação, discussão e interação de ideias sobre assuntos referentes à urbe carioca. A excelência de seu Conselho Editorial e Consultivo, a qualidade dos artigos publicados, o apoio recebido da Prefeitura do Rio e a tenacidade e empenho de seus editores são responsáveis pelos bons resultados que vem obtendo, despertando o interesse da comunidade acadêmica e do público em geral.

Promovendo a ampliação de conhecimentos na área das Ciências Humanas, este periódico constitui uma importante fonte de pesquisa, veicula informações que contribuem para aprofundar os debates sobre temas candentes para a historiografia, fornece material para subsidiar os professores na elaboração de suas aulas e para outras atividades de caráter pedagógico.

Por tudo isso, acreditamos que a Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro veio para ficar, consolidando-se como um espaço legítimo em que fatos históricos, através de múltiplos olhares e diferentes leituras, são problematizados e reinterpretados.

Guilherme Nogueira Schleder
Secretário-Chefe da Casa Civil

Sumário

Apresentação	9
Dossiê Cisa: um panorama de instituições e acervos na América Latina	
Apresentação – Conferência Internacional Superior de Arquivologia (Cisa) Jean Pierre Defrance	13
ARGENTINA Tratamento da Cartografia Histórica no Arquivo Histórico da Cidade de Buenos Aires Sergio Pedernera	17
BRASIL Arquivos e cidadania: apenas a legislação arquivista possibilita este pacto? Beatriz Kushnir	23
Gestão de documentos e acesso à informação: a experiência da Agência RMBH Kelly Cristina Silva	31
CHILE A ação educativa e cultural da Associação de Arquivistas do Chile (ASOCARCHI) Eugenio Bustos Ruz	39
COSTA RICA A Arquivística e a ação social María Teresa Bermúdez Muñoz	49
NICARÁGUA O Trem Cultural da Alfabetização de 1980: projeto de ação educativa e cultural Aura Maria Olivares Rivas	57
PANAMÁ Arquivos Nacionais, missões administrativas e científicas. Arquivo Nacional do Panamá Hernando Abraham Carrasquilla	63
PERU Sistema Nacional de Arquivos do Peru Marlitt Rodríguez Francia	67
Os Arquivos de Direitos Humanos no Peru Ruth Elena Borja Santa Cruz	71
REPÚBLICA DOMINICANA Arquivo Geral da Nação da República Dominicana: apresentação institucional Raymundo Gonzalez	85
URUGUAI O Laboratório de Preservação Audiovisual do Arquivo Geral da Universidade da República Isabel Wschebor	93
Arquivos Nacionais. Entre a responsabilidade estatal e a prestação de serviços aos cidadãos: o caso do Uruguai Mauricio Vázquez Bevilacqua	107
Dossiê Enchentes Urbanas	
Apresentação Lise Sedrez e Andrea Casa Nova Maia	115
Chuva, lamaçal e inundação no Rio de Janeiro do século XIX: entre a providência divina e o poder público Anita Correia Lima de Almeida	117
“Tanta chuva e nenhum legume”: alagamentos, política e imprensa em Fortaleza. (1839-1876) Emy Falcão Maia Neto	135
A enchente de 1929 na cidade de São Paulo: memória, história e novas abordagens de pesquisa Fabio Alexandre dos Santos, Fernando Atique, Janes Jorge, Luis Ferla, Diego de Souza Moraes, Janaina Yamamoto, Maíra Rosin, Ana Carolina Nunes Rocha, Nathalia Burato Nascimento, Orlando Guamier Cardin Farias, Wesley Alves de Moura, Thássia Andrade Moro, Amanda de Lima Moraes	149
“Não tem jeito, o jeito que tem é sair” – As enchentes do rio Jaguaribe na cidade de Jaguaruana (CE) nos anos de 1960, 1974 e 1985 Kamillo Karol Ribeiro e Silva	167

Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967 Lise Sedrez e Andrea Casa Nova Maia	183
O crescimento urbano e as enchentes em Blumenau (SC) Simoni Mendes de Paula, Eunice Sueli Nodari, Marcos Aurélio Espíndola	201

Dossiê Cemitérios do Rio Antigo

Apresentação Claudia Rodrigues, Marcelina de Almeida e Renato Cymbalista	215
Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial - Cemitério São João Batista (1928) Adriane Piovezan e Clarissa Grassi	219
No território da morte: cenários, pompas e urbanidade nos cemitérios do Rio Antonio Motta	237
A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851) Claudia Rodrigues	257
Cemitério dos Ingleses – o céu por testemunha Henrique Sérgio de Araújo Batista	279
“A última morada da infância”: representações e transformações dos lugares de sepultamento infantis nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo Luiz Lima Vailati	291
A morte hierarquizada: os espaços dos mortos no Rio de Janeiro Colonial (1720-1808) Milra Nascimento Bravo	307
As duas evidências: as implicações acerca da redescoberta do cemitério dos Pretos Novos Júlio César Medeiros da Silva Pereira	331

Artigos

A cidade-capital: a centralidade do Rio de Janeiro no contexto do Império Ultramarino português Rosane dos Santos Torres	347
“Não havia grita...”: política e reformas urbanas no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945) Rafael Lima Alves de Souza	361
A era dos estudantes: Rio de Janeiro, 1964-1968 Marcelo Nogueira de Siqueira	379
Antonio Benvenuto Cellini: a trajetória de um escultor da escravidão à liberdade. Recife/Rio de Janeiro, século XIX Marcelo Mac Cord	399
Italianos na cidade do Rio de Janeiro: uma comunidade (re) descoberta João Fábio Bertonha	415
O Rio de Herivelto Martins João Baptista Ferreira de Mello	429
Rodas culturais – a arte nas praças cariocas Rôssi Alves Gonçalves	441

Resenhas

Arquivos pessoais: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa Resenha de TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle e HEYMANN, Luciana (orgs.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013 Benito Schmidt	453
Naturais e invasores no Rio de Janeiro do século XVI. A luta pela posse da terra Resenha de KNAUSS, Paulo de Mendonça. O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Prefeitura do Rio de Janeiro, 1991 Roberto Mattos de Mendonça	461

Apresentação

Este número, o oitavo da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, traz uma novidade, a publicação de dossiês temáticos. Um deles é composto por uma seleção de textos dos participantes da *Conferência Internacional Superior de Archivística/Cisa*, realizada em Paris, entre 18 e 22 de novembro de 2013, com a participação de instituições da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Este conjunto de reflexões permite um olhar sobre trajetórias, práticas e possibilidades das entidades e dos profissionais, desenhando um quadro bastante específico da área na América Latina.

Outros dois dossiês reúnem estudos sobre os Cemitérios do Rio de Janeiro, coordenado por Claudia Rodrigues, Marcelina de Almeida e Renato Cymbalista, e sobre as Enchentes Urbanas, coordenado por Lise Sedrez e Andrea Casa Nova Maia. O primeiro sobre os lugares de sepultamento na cidade do Rio de Janeiro de outrora, demonstrando ao leitor a historicidade das práticas de enterramento em campos-santos públicos. O segundo se propõe a entender historicamente o evento das enchentes urbanas no Brasil, e de que forma elas influenciam as relações entre cidade, estado e natureza urbana.

Alguns artigos, que não integram estes dossiês, trazem importante contribuição para a historiografia dedicada ao Rio de Janeiro. Discutem a questão da centralidade da cidade no contexto do Império Ultramarino português; a política e as reformas urbanas do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945); a participação dos estudantes no contexto da ditadura civil-militar, entre 1964-1968; a vida e obra de Antonio Benvenuto Cellini, escultor que emerge da escravidão para a liberdade, cuja trajetória permite a análise das tensões entre conjunturas, estruturas sociais e iniciativa pessoal; a comunidade italiana no Rio de Janeiro, assunto ainda pouco estudado, pois os historiadores têm privilegiado a imigração de italianos para os estados do Sul do país e para São Paulo; a exploração da obra do compositor Herivelto Martins sob as diretrizes da perspectiva humanística em Geografia e as Rodas culturais, modalidade de ocupação do espaço público carioca, alternativa, independente, artística e singular.

Na seção *Resenhas* dois livros são analisados: *Arquivos pessoais*: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa, que une a atividade arquivística à reflexão intelectual, e o já clássico *Naturais e invasores no Rio de Janeiro do Século XVI*. A luta pela posse da terra, que consiste em um estudo de caso sobre o episódio da França Antártica, cujo conteúdo

nos remete ao embate entre portugueses e franceses, contribuindo para indagar como a presença europeia se impôs ao longo do século XVI na América portuguesa e colocar, no centro da discussão, o relacionamento entre europeus e indígenas.

Diante de tantos temas tratados neste volume, escolhemos para a capa uma imagem de Augusto Malta pouco divulgada. Trata-se da inauguração de uma lápide no Cemitério Israelita de Inhaúma, o cemitério das polacas, em 1934. No primeiro cemitério judeu da cidade, Malta captura o sincretismo religioso brasileiro de uma sócia ou sócio da *Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita* (ABFRI). Vale destacar, que esse campo-santo foi o primeiro da cidade tombado, para assegurar a integridade do local. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro publicou o Decreto nº 28.463, de 21/09/2007, que determinava o tombamento provisório do Cemitério Israelita de Inhaúma. Ato ratificado pelo Decreto nº 32.993, de 27/10/2010, que determina o tombamento definitivo.

As editoras



Dossiê
**Conferência Internacional
Superior de Arquivologia (CISA):
um panorama de instituições e
acervos na América Latina**

Conferência Internacional Superior de Arquivologia (CISA)

Paris, 18-22 de novembro de 2013

Jean Pierre Defrance*

Chefe do Escritório de Profissões e Formação da Direção do Arquivo Nacional da França

O Ministério da Cultura e Comunicação francês (Direção-Geral de Patrimônios <http://www.culturecommunication.gouv.fr/En-pratique/Formation-continue-et-internationale-en-patrimoine/Stages-internationaux/Conference-Internationale-Superieure-d-Archivistique>) organizou este estágio internacional pelo segundo ano consecutivo em parceria com a Maison des Cultures du Monde [Casa de Culturas do Mundo] (www.maisondesculturesdumonde.org).

O Ministério quis criar com este estágio internacional de Arquivologia uma nova fórmula: estágio bilíngue com tradução simultânea francês-língua estrangeira; público-alvo: arquivistas de um único continente; conteúdo concebido como um seminário de reflexão com temáticas comuns ao mundo arquivístico. Esse estágio ocorre em Paris, durante cinco dias, em outubro ou novembro, e recebe o financiamento do Ministério da Cultura (bolsas de estadia oferecidas aos estagiários).

A escolha neste segundo ano recaiu sobre os arquivistas do continente latino-americano, tendo por língua estrangeira o espanhol e um tema arquivístico diferente abordado em cada dia. Particularidades desta vez: parceria estreita com o Conselho Internacional de Arquivos (David Leitch <http://www.ica.org>) e a Associação de Arquivistas Latino-Americanos (ALA) (Jaime Antunes da Silva) para a difusão de informação e a chamada de candidaturas.

* Jean-Pierre Defrance é chefe do Escritório de Profissões e Formação da Direção do Arquivo Nacional Francês desde 2000; exerce as funções tanto de programação pedagógica para a formação profissional dos arquivistas franceses, quanto de cooperação internacional, sobretudo francófona, para a realização de estágios internacionais do arquivo que dirige (estágio técnico internacional de arquivo e estágios Arquivo do Programa Courants). Anteriormente, a partir de 1982, trabalhou na área de arquivos contemporâneos e ocupou vários cargos de responsável por arquivos em instituições públicas e ministérios (então Ministério da Pesquisa, atual Ministério da Pesquisa e Ensino Superior - equivalente ao nosso atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação -, Ministério da Cultura e da Comunicação, Ministério do Interior). Interessa-se também pela problemática dos arquivos audiovisuais na França, tendo realizado consultorias especializadas no Instituto Nacional do Audiovisual (da França) e na Rádio France (rádio pública francesa).

Tratamento da Cartografia Histórica no Arquivo Histórico da Cidade de Buenos Aires

The treatment of historical cartography in the Historical Archive of the City of Buenos Aires

Sergio Pedernera

Direção Geral de Patrimônio e Instituto Histórico – Subsecretaria de Patrimônio Cultural
Responsável por Processos Técnicos e Usuários

RESUMO:

Este artigo aborda o tratamento dado à documentação cartográfica pertencente à Prefeitura Municipal, Municipalidade da Cidade de Buenos Aires (especialmente a gestão de Torcuato de Alvear - 1880-1887), os municípios de Flores e Belgrano e as medidas realizadas pela Direção Geral de Terras, Topografia, Arquivo de Medidas (1771-1952). Toda essa documentação, tanto a que esteve desde a origem do Arquivo como a incorporada posteriormente, foi submetida a um processo de preservação e conservação executado através de fundos outorgados pela Fundação Andrew W. Mello, Universidade de Harvard. Foi constituída uma equipe de trabalho com o objetivo de construir uma metodologia própria e específica para sistematizar os documentos cartográficos existentes e pô-los à disposição do público usuário em geral (respeitando-se as normas internacionais).

Palavras-chave: Arquivo Histórico da Cidade de Buenos Aires; documentos cartográficos; metodologia

ABSTRACT:

This article deals with the treatment of the cartographical documentation belonging to the city government of the municipality of Buenos Aires (especially during the administration of Torcuato de Alvear – 1880-1887), the municipalities of Flores and Belgrano and the measures taken by the General Directorate of Land, Topography and Measures Archive (1771-1952). All this documentation, both the one that was there since the beginning of the Archive, and the one incorporated later, underwent a process of preservation and conservation carried out with funds granted by Harvard University's Andrew W. Mello Foundation. A team was assembled with the aim of creating its own specific methodology to systematise the existing cartographical documents and put them at the disposal of the general public (observing international norms).

Keywords: Historical Archive of the City of Buenos Aires; cartographical documents; methodology

(...) não existe entidade filosófica ou natureza alguma que se anteponha com sucesso como um *noumenosino*, mas que o espaço existe – surge, aparece, significa – à medida que é produzido, criado, estabelecido.

Claudio Canaparo

Introdução

O Arquivo Histórico da Cidade de Buenos Aires, subordinado à Direção Geral de Patrimônio e Instituto Histórico (Ministério da Cultura: Governo da Cidade de Buenos Aires) custodia, conserva, preserva e difunde os fundos produzidos pelas seguintes instituições: Prefeitura Municipal (1854-1882) e a municipalidade da Cidade de Buenos Aires, criada pela Lei Orgânica nº 1.260, em 1882; Municipalidade de Flores e Municipalidade de Belgrano; Comissão do Parque 3 de Fevereiro; Direção Geral de Terras, Arquivo de Medidas, Topografia. Esta documentação histórica, composta por documentos textuais e visuais-gráficos abarca um espectro muito amplo de temas, a saber:

Abstecimento, alfândega, água, aluguéis, iluminação, beneficências, bibliotecas, bombeiros, ruas, caminhos, cadeia, celebrações-festas, cemitérios, comércio, comunicações, congressos, consulados-embaxadas, conventos-monastérios, culto, diversões-jogos, edifícios, educação, exército, eleições, empregos-profissões, enfermidades-epidemias, espetáculos, finanças, grêmios, guerra, higiene, igrejas-templos, impostos, indústria, justiça, leis, marinha, ministério-poderes de governo, monumentos-obras de arte, multas, municipalidade, municipalidade do interior, museus, numismática, parques-passeios, praças, plantas, população, polícia, imprensa, profissionais-técnicos, prostituição, porto, rios, sociedades, terrenos, transporte.

Há uns 10 anos, formou-se uma equipe de trabalho com o objetivo de construir uma metodologia própria e específica para sistematizar os documentos cartográficos existentes e pô-los à disposição do público usuário em geral (respeitando-se as normas internacionais). Até o momento, tem-se trabalhado com as plantas, croquis e mapas (quase todos manuscritos) da Prefeitura Municipal, Municipalidade da Cidade de Buenos Aires (especialmente a gestão de Torcuato de Alvear - 1880-1887), os municípios de Flores e Belgrano e as medidas realizadas pela Direção Geral de Terras, Topografia, Arquivo de Medidas (1771-1952), nas quais intervieram prestigiados agrimensores.¹

Algumas linhas sobre a metodologia

Os documentos gráficos-cartográficos estão vinculados a um documento textual, na grande maioria de casos. A razão por que incluímos a cartografia nos processos de escrita para

realizar este trabalho de sistematização e acesso não foi por um predomínio do documento textual sobre o gráfico em termos de quantidade ou por algo que poderíamos entender como um vício profissional. Trata-se de uma questão teórica. Não só vemos a cartografia incorporada a um processo de escrita como a transformamos totalmente em escrita em nossas catalogações.

Um arquivo é um espaço conceitual, e é conceito precisamente toda vez que é realizado, mediante critérios de ordenamento desenvolvidos em instituição destinada a preservar, conservar e transmitir processos históricos vinculados à instituição que produz a documentação e que, por sua vez, se torna independente da instituição produtora para integrar-se à trama sociocultural. Pode aplicar-se aqui o que Jorge Luis Borges escreveu uma vez, em junho de 1968: “ordenar bibliotecas é exercer, de um modo silencioso e modesto, a arte da crítica.”

Através do Arquivo constituído as instituições dão visibilidade material aos atos realizados. Se procedermos a um ordenamento cronológico e evolutivo da cartografia da cidade de Buenos Aires e nos basearmos em um suposto mapa como espelho da realidade, só necessitaríamos de coordenadas espaço-temporais para sua classificação, quer dizer, a que fragmentos ou a que setores da cidade representa e em que época foi elaborado, podendo também incluir questões técnicas como as escalas ou suportes.

Se em troca, abriremos a possibilidade de que o material cartográfico tenha atuado antecipando, hipotetizando, respondendo a estratégias políticas determinadas, imaginando e plasmando sobre o papel uma cidade futura, então, junto com a complexidade da concepção cartográfica se complexificam as categorias classificatórias. Torna-se de relevância fundamental as gestões, o contexto de interesses e outras varáveis como a linguagem, os materiais utilizados e as técnicas, a simbologia, as intenções na utilização da cor, das letras, das escritas e das emendas, as grades pontilhadas, as anotações, as omissões etc. em associação, geralmente, com documentos textuais nos quais estão incluídos.

Quanto mais elementos se colocam em jogo nos critérios de classificação mais se possibilita uma hermenêutica do documento que não se restringe a pensá-lo como um espelho em relação àquilo que descreve. A partir de então, surgiu a necessidade de refletir, selecionar e sistematizar substantivos, adjetivos, advérbios que descrevam e/ou se referenciem ao espaço e ainda estabelecer um vocabulário controlado em cada área. Um sistema que facilite o acesso e a comunicação entre usuários e unidades de informação.

A cartografia, neste caso, é o resultado de um ato administrativo, por isso não descuidamos do processo do qual se originou e dentro de que universo se criou.

Depois de um minucioso exame da documentação pertencente à Prefeitura, a Torcuato de Alvear, aos municípios de Flores e Belgrano e à municipalidade da Cidade de Buenos Aires, foram catalogadas cerca de 700 plantas. Posteriormente, trabalhou-se com a documentação correspondente à Divisão Geral de Terras, Arquivo de Medidas, Topografia.

Toda essa documentação, tanto a que esteve desde a origem do Arquivo como a incorporada posteriormente, foi submetida a um processo de preservação e conservação executado através de fundos outorgados pela Fundação Andrew W. Mello, Universidade de Harvard; compraram-se mapotecas adequadas, desdobraram-se as plantas para evitar dobras e quebras, fizeram-se pastas com papel livre de ácido e interpolado com papel livre de ácido também, além da limpeza mecânica efetuada com rigor. Existe um suporte digital da documentação entre 1854-1900.

Quanto à cartografia de Buenos Aires, séculos XIX e XX (impressos em sua grande maioria), está em pastas de cartão livre de ácido, ordenada cronologicamente, e também existe uma base de dados. (Destaca-se aqui o Cadastro Pueyrredón, que tem uma base de dados própria devido a seu volume e à aerofotogrametria de 1929 e 1937).

Atualmente, nos encontramos na complexa fase de ordenamento e estudo das plantas recebidas recentemente, correspondentes ao período 1901-1938.

Todos os projetos do Arquivo têm como objetivo maximizar a eficiência do acesso à informação histórica institucional, garantindo, mediante a guarda, a conservação e a preservação, o direito dos cidadãos de conhecê-la e controlá-la.

A incorporação de todos esses elementos enriquece a difusão e também valoriza uma quantidade de características do documento que a partir de outras conceitualizações do mapa e espaço podiam passar despercebidas.

A partir dessa perspectiva, queremos acentuar que as concepções, regras, teorias e normas que se aplicam na produção de um arquivo, no seu ordenamento e interpretação não prescindem de seu contexto de produção mas, por sua vez, consideramos que a normatização disciplinar não pode esquivar-se da contemporaneidade e, portanto, tampouco escapa dessa situação a tarefa de compreensão, organização e classificação dos arquivos executada a partir desse conjunto de normas. Assim, a Arquivologia pressupõe um procedimento contemporâneo, o que não implica que suas diretrizes coincidam com as sustentadas nos processos normatizados que deram lugar à existência de um arquivo. Trata-se, então, de inscrever a Arquivologia no marco de uma *performance* contínua que tem caracterizado tanto a prática profissional como as considerações teóricas da disciplina.

Se é legítimo falar de um sentido comum cartográfico, ele nos remete a pensar no mapa em termos daquilo que o mapa descreve. No entanto, no curso dessas reflexões nos damos conta da centralidade que adquirem os modos pelos quais descrevemos o mapa. O espaço no papel cria um novo espaço e, nossas descrições do mapa, um novo mapa. Daí a necessidade metodológica de desnaturalizar o olhar que enfoca o espaço.

Nota

1 - Em termos gerais, podemos dizer que a denominada "Prefeitura Municipal" foi uma instituição que funcionou (com muitas variantes) entre os anos de 1854, ano em que lavrou a sua "Ata de Instalação", e 1882. Torcuato Alvear foi o último a dirigi-la. Devido à relevância da gestão de Alvear, a documentação foi separada a partir de 1880, ano em que ele ingressara como titular na Prefeitura, até 1887, em que finaliza sua gestão como prefeito da Cidade de Buenos Aires. (No ano de 1881, o Poder Executivo decreta a criação da Comissão Municipal a cargo da qual o presidente Roca manteve Alvear. No dia 1º de novembro de 1882, foi sancionada a Lei Orgânica da Municipalidade, que leva o nº 1.260. O presidente Roca designou como prefeito da Cidade

de Buenos Aires o próprio Torcuato de Alvear. Por sua vez, as peças cartográficas a partir de 1888 foram denominadas como "Municipalidade da Cidade de Buenos Aires". Os antigos municípios de Flores e Belgrano que mediante a Lei nº 2.089 incorporaram-se à cidade de Buenos Aires. Além disso, conserva-se a documentação correspondente: à Comissão do Parque 3 de Fevereiro (1874-1892), à Hemeroteca Intendência Carlos Pueyrredón, ao Arquivo Contábil do *Diário A Imprensa* e o *Boletín*, ao *Diário*, ao *Periódico* e à *Revista da União Industrial Argentina*, entre os anos de 1896 a 1970. Também existe uma mapoteca de plantas da Cidade de Buenos Aires (séculos XIX e XX), impressos na sua grande maioria.

Recebido em 26/01/2014



Composição do grupo

Graças à promoção de nossa oferta pela ALA e a uma forte atividade da rede diplomática francesa (serviços de cooperação cultural, rede das Alianças Francesas), houve 56 candidaturas de 15 países. Dentre os 20 estagiários selecionados, 17 participantes da CISA representaram 11 países. Destaque-se a presença parcial de oito diretores de arquivos nacionais, “convidados” pelo Departamento de Formação Científica e Técnica antes de sua participação em Bruxelas no congresso do Conselho Internacional de Arquivos (com um programa de encontros e visitas organizado especialmente para eles durante a CISA).

O grupo de estagiários era composto de arquivistas, juristas e professores de Arquivologia vinculados a instituições nacionais, municipais, universidades, centros de memória e associações profissionais. Heterogeneidade técnica e variedade geracional contribuíram muito para a vivacidade e a riqueza dos intercâmbios durante todo o estágio.

Organização do estágio

Cada estagiário recebeu por correio eletrônico, anteriormente à CISA, o texto resumido de todas as intervenções dos conferencistas e da documentação preparatória (referência de *sites*, textos, artigos) em francês e espanhol; retornando ao país de origem, o organizador enviou a cada estagiário o endereço de um *link* da Internet no *site* do ministério de onde se baixam todos os trabalhos (textos de intervenções, apresentações de Power Point) e fotos da CISA.

Ressalte-se que a integralidade dos trabalhos da CISA (intervenções, debates, visitas) foi objeto de anotações exaustivas por um arquivista contratado para tal (Christophe Jacobs). Uma síntese será redigida, traduzida e disponibilizada aos participantes no primeiro trimestre de 2014.

Conteúdo do estágio

O programa foi ensinado e concebido como matéria de reflexão sobre grandes questões contemporâneas da Arquivologia (arquivistas e entidades produtoras, arquivistas e direitos humanos, arquivos nacionais e rede regional/ local, novos públicos e novos usos dos arquivos). Em cada dia, abordava-se uma temática, confiada a um coordenador pedagógico diferente. Saliente-se que o dia dedicado a sites da Internet, portais e redes sociais foi coordenado por um antigo estagiário (inglês) da edição 2012 da CISA.

Módulos

Módulo 1: papel dos arquivistas junto dos produtores e dos poderes públicos (coordenador: Jean-François Moufflet, adjunto ao Diretor de Estudos, Instituto Nacional do Patrimônio <http://www.inp.fr>); intervenientes: arquivistas do Serviço Interministerial de

Arquivo da França (<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr>) e da Biblioteca e Arquivo de Quebec (<http://www.banq.qc.ca/accueil>) e o Secretário-Geral do Conselho Internacional de Arquivos

Módulo 2: Arquivo Nacional francês (<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr>), missões administrativas e científicas (coordenadoras: Rosine Lheureux e Françoise Lemaire); intervenientes: Diretora do Arquivo Nacional francês, arquiteta (visita à sede de Pierrefitte-sur-Seine), responsáveis pelos fundos arquivísticos e pelo serviço educativo. Note-se a presença, ao longo de todo o dia, de colegas de arquivos nacionais falando espanhol.

Módulo 3: arquivos, defesa dos direitos humanos e governança democrática (coordenadora: Anne Pérotin-Dumon); intervenientes: arquivistas tchecos (<http://www.nacr.cz/eindex.htm>), espanhol (<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/archivodetail.htm?id=53046>) e latino-americanos (dois estagiários: Peru e Uruguai). Destaca-se a forte presença de Pérotin-Dumon, já interveniente na edição 2012 da CISA, que se dispôs a contribuir com a sua rede profissional sul-americana para a promoção deste estágio e ajudou a realizar uma seleção mais precisa dos participantes.

Módulo 4: rede de arquivos, o exemplo francês (coordenador: Nicolas Dohrmann); transcorreu no Arquivo Departamental de Aube (<http://www.archives-aube.fr>); destaque: encontro, no fim do dia, com o prefeito e o presidente do Conselho Geral de Aube.

Módulo 5: arquivos e públicos: novas tecnologias, novos usos (coordenador: Jamie Andrews); intervenientes: arquivistas e bibliotecários, responsáveis por fundos informatizados, da Biblioteca Nacional da França (<http://www.bnf.fr/fr/acc/x.accueil.html>), da British Library [Biblioteca Britânica] (<http://www.bl.uk>), do University London Computer Center [Centro de Informática da Universidade de Londres] (<http://ulcc.ac.uk>) e da Fundação Europeia (<http://www.europeana.eu>).

Oficinas

Oficinas práticas de discussão por grupos ocorreram durante o módulo “Arquivos e Direitos Humanos”

Visitas

Visitas muito instrutivas à sede do Arquivo Nacional francês em Pierrefitte, com a recepção de Jean-Luc Bichet e diferentes responsáveis (ateliê de restauração), ao Arquivo Departamental de Aube e ao Arquivo Nacional francês em Paris (visita facultativa ao fim do estágio).

Balanço pedagógico

Os participantes desta CISA apreciaram a disponibilidade dos conferencistas franceses e estrangeiros. Puderam ter informações concretas sobre as práticas arquivísticas francesas,

e consideraram muito útil descobrir as realidades profissionais em níveis administrativos diferentes: Paris, província, serviço de arquivo nacional, serviço de arquivo local.

Ao fim do estágio, um balanço oral foi elaborado por cada estagiário. Nessa ocasião, boa parte dos estagiários estabeleceu um paralelo com a situação arquivística de seu país, para trabalhos similares àqueles vistos na França (problemáticas comuns, à semelhança da desmaterialização ou da informatização) ou para dizer que as práticas descobertas na França poderiam inspirar diversos esforços quando de seu retorno ao país de origem. Grande maioria dos estagiários, entretanto, lamentou que os organizadores não tenham previsto tempo durante o qual pudessem falar mais de seu próprio trabalho e das realidades profissionais de seu país.

Alguns disseram que tiravam desta experiência uma imagem renovada dos arquivos; outros, pistas de reflexão para melhor sensibilizar seu ambiente em relação ao seu trabalho. A pergunta inevitável que se colocou ao término da CISA: como manter o intercâmbio entre a França e a América Latina? Certo número de participantes se comprometeu a comunicar sobre esta CISA junto da comunidade arquivística de seus diferentes países e a criar um grupo de trabalho entre si.

Recebido em 26/01/2014

Arquivos e Cidadania: apenas a legislação arquivista possibilita este pacto?

Archives and citizenship: is it only archival legislation that makes this pact possible?

Beatriz Kushnir*

Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
biakushnir@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo trata da instituição da Lei nº 3.404, de 2002, que conferiu ao Arquivo da Cidade uma série de prerrogativas com relação à gestão da documentação produzida pela Prefeitura do Rio, entendendo que esse é o mecanismo básico do processo de organização e acesso a essa massa documental. No entanto, temos aí um dilema: executar a gestão, sem negligenciar a documentação permanente já transferida e ainda não tratada. Aborda, ainda, uma mudança discreta no cenário nacional, fincada na Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que, embora constitua um avanço, apresenta ainda uma lacuna entre os textos sancionados e a concretização de políticas públicas. Também discute o reflexo dessa Lei no âmbito do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e da Prefeitura do Rio e seus desdobramentos, uma vez que não basta o acesso às informações sancionado pelos arquivos públicos para que haja inclusão e constituição da cidadania.

Palavras-chave: Lei nº 3.404/2002; Lei de Acesso à Informação; gestão de documentos; cidadania.

ABSTRACT:

This article deals with Law nº 3,404 of 2002, which assigned to the General Archive of the City of Rio de Janeiro a number of prerogatives regarding the management of the documentation produced by the Rio de Janeiro city government, this being the main mechanism of the process of organisation and access to the documental collection in question. However, there is a dilemma in managing while simultaneously ensuring there is no neglect of the permanent collection, which has already been transferred but not yet treated. The article also deals with a discrete change in the national scenario with the Law of Access to Information – Law nº 12,527 of 18th November, 2011, which, despite being a step forward, still contains a gap regarding the texts sanctioned and the concretisation of public policies. The article also discusses what this law means in the context of the General Archive and of the city government of Rio de Janeiro, since the access to information sanctioned by the public archives is not sufficient for there to be inclusion and for citizenship to be constituted.

Keywords: Law nº 3,404/2002; Law of Access to Information; document management; citizenship.

* Doutorado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2001), professora convidada do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) junto à Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) (desde 2011). Desde 2005 é Diretora-Geral do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, com experiência na área de Gestão Pública. Suas reflexões e pesquisas centram-se na temática da História do Brasil Contemporâneo, com ênfase nos seguintes temas: censura, governos militares, imprensa, imigração, arquivos, investigação sobre os furtos de bens culturais e a salvaguarda do patrimônio histórico.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ): histórico

O acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro remonta à época da refundação da cidade, em 1567, quando Mem de Sá transferiu a cidade do morro Cara de Cão – onde fora instalada por Estácio de Sá –, para o morro do Castelo. Além da fortaleza – garantia de segurança da cidade –, ergueu-se ali o prédio da Cadeia e da Câmara Municipal – onde se instruiu a constituição de “uma grande arca para guardar” os documentos que fossem produzidos dali em diante¹.

Até a Proclamação da República (1889), os documentos originários do exercício da administração da cidade foram recolhidos ao arquivo da Câmara. Obedecendo à tradição portuguesa, desempenhava tanto funções legislativas quanto executivas no governo da “muito leal e heroica cidade do Rio de Janeiro”.

Após a instalação do novo regime, com a instituição da Prefeitura (1892), os documentos produzidos por esta municipalidade juntaram-se aos custodiados pela Câmara Municipal. Com o passar dos anos, arquivos particulares de interesse público foram anexados ao acervo, assim como novas mídias foram a ele incorporadas. Contabilizamos cerca de 6,5 km de documentos e o prédio-sede do AGCRJ, inaugurado em 1979, foi o 1o no Brasil a seguir normas de construção para um edifício com tais funções de guarda².

Desse modo, um amplo conjunto documental, que versa sobre a cidade do Rio de Janeiro – capital da Colônia, do Império e da República brasileira até 1960, ou seja, com mais de 4 séculos de existência –, encontra-se à disposição do pesquisador e do cidadão no site: www.rio.rj.gov.br/arquivo.

Arquivos Públicos e Gestão da Documentação: a implantação da Lei de Acesso à Informação

O marco legislativo da constituição dos Arquivos Públicos como questão de Estado, no período republicano brasileiro, pode ser ancorado quando da institucionalização do Artigo 5º, da Constituição Federal³ de 1988 – elaborada por um processo de Constituinte eleita e após a ditadura civil-militar imposta ao país entre 1964-1985. No bojo das questões pertinentes à temática, desde fins dos anos de 1970, a comunidade de historiadores e arquivistas debatiam a constituição de uma Lei de Arquivos, que certamente ganhou força para a sua tramitação, frente ao exposto no dispositivo constitucional.

A Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 determina, em seu Artigo 1º, que “é dever do Poder Público a Gestão Documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. E define por Gestão Documental “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Em consonância à importância desta tarefa para o acesso às informações de Estado, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), instituído pela Lei 8.159/1991, definiu, na Resolução nº 6, de 1997, que:

- Art. 1º As atividades de avaliação serão reservadas para execução direta pelos órgãos e entidades do Poder Público, por ser atividade essencial da gestão de documentos, de responsabilidade de Comissões Permanentes de Avaliação,
- Art. 2º A guarda dos documentos públicos é exclusiva dos órgãos e entidades do Poder Público, visando garantir o acesso e a democratização da informação, sem ônus, para a administração e para o cidadão,
- Art. 3º Poderão ser contratados serviços para a execução de atividades técnicas auxiliares, desde que planejados, supervisionados e controlados por agentes públicos pertencentes aos órgãos e entidades produtores e acumuladores dos documentos.

Buscando adaptar-se a este novo momento e de maneira pioneira no Brasil, frente a outros arquivos municipais e mesmo estaduais, o AGCRJ instituiu uma Legislação Municipal (Lei nº 3.404, de 5/6/2002 – <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/legislacao>) que incumbia o órgão de:

- ser o órgão gestor do Sistema de Memória da Cidade;
- presidir o Conselho Municipal de Arquivos e a Rede Municipal de Arquivos;
- definir e implementar a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados;
- prestar assistência técnica aos proprietários de Arquivos Privados classificados como de interesse público e social, quando solicitado;
- Promover a aquisição de documentos, fontes primárias ou secundárias de comprovado interesse sociocultural;
- manter e atualizar o Cadastro Municipal de Arquivos Públicos e Privados,
- promover a gestão de documentos públicos municipais;
- receber, por transferência e/ou recolhimento, a documentação produzida e acumulada pelo Poder Executivo Municipal, considerada de valor permanente;
- autorizar a eliminação de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Municipal e por instituições de caráter público.

Neste sentido, o mecanismo básico, pilar, modal de todo esse processo de organização e acesso à massa documental constituída, no caso, no Executivo, calca-se na implantação da Gestão da Documentação. Mas há um intenso dilema: executar a Gestão sem negligenciar a documentação permanente, já transferida e ainda não tratada. Tal impasse, é um desafio comum a todos os arquivos Públicos brasileiros. Mesmo com uma legislação concebida em 2002, a Gestão Documental, infelizmente, ainda não foi instituída e institucionalizada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e encontra bastantes entraves para a sua implementação. A cultura da informação como recurso estratégico é algo bem recente. Mas,

certamente, precisamos de uma estruturação iniciada pela esfera Federal, para conseguir um êxito mais sólido. Claro que há exceções, como a boa trajetória do Arquivo Público do Estado de São Paulo, por exemplo.

Uma mudança discreta no cenário nacional está fincada num conjunto de leis, como a mais recente, a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Há uma lacuna entre os textos sancionados e a concretização de políticas públicas. Tais descompassos, talvez precisem ser apreendidos em um dado contexto histórico, no qual a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (2005-2010), do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), certamente, tem um papel importante – o de amainar as pressões de grupos à esquerda que cobravam, já no 2º mandato do presidente, uma atuação mais firme contra os crimes do Estado autoritário do pós-1964.

Assim, em 2005, o governo determina a transferência de documentos públicos mantidos sob sigilo em arquivos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN –, para o Arquivo Nacional, com o “objetivo, entre outros, de disponibilizar para acesso público os documentos recolhidos, salvo aqueles reveladores de intimidades da vida privada de pessoas e de sigilo imprescindível à segurança nacional”. A partir de então, todos os acervos relativos ao período de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, sob a guarda ou posse de pessoas, empresas e órgãos públicos civis e militares e de seus funcionários deveriam ser transferidos e incorporados ao acervo do Arquivo Nacional. Dessa forma, documentos públicos de órgãos como: o Conselho de Segurança Nacional – CSN, Comissão Geral de Investigações – CGI, Sistema Nacional de Informações – SNI, Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, entre outros, passam a constituir de direito ao acesso público.

Intrínseco aos dilemas de Governo, naquele mesmo ano de 2005, uma questão que se arrastara por todo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), se torna uma Medida Provisória (MP) assinada por Lula, é sancionada em Lei – a 11.111, de 5 de maio de 2005. Talvez a MP possa ser compreendida como um pacote de acertos da transição entre governos. Mas a evolução desta é a constituição de uma legislação severa. A 11.111/2005 regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do Art. 5º da Constituição Federal e determina algo inédito no Brasil, a possibilidade do sigilo eterno de documentos públicos.

A partir de 2009, o governo Federal instituiu uma série de medidas para tratamento dos acervos DOPS, espalhados pelos arquivos públicos estaduais. Algo que está muito longe de minimamente amainar o passivo de documentos, agora de caráter permanente e sobre o pós-1964, a ser posto à consulta pública. Tal iniciativa, comandada pela Casa Civil do governo Lula, talvez anteviesse uma possível candidatura à Presidência da República da então ministra. Tendo o seu passado de militante de esquerda contra a ditadura, seria compelida a constituir uma Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁴, e assim, instituiu uma série de medidas preparatórias.

Assumindo a Presidência da República em janeiro de 2011, Dilma Rousseff sanciona a LAI em novembro do mesmo ano, sustentando portanto, as diretrizes da Lei 11.111/2005. Não por acaso, o decreto que regulamentou a LAI, o de número 7.724, foi ratificado no mesmo dia em que se instituiu a Comissão Nacional da Verdade, em 16 de maio de 2012.

A LAI oferece aos Arquivos Públicos uma janela de oportunidades. Isso porque, os Arquivos, enquanto gestores da informação e do conhecimento precisam ser apreendidos como equipamentos do Estado voltados para a eficiência e eficácia dos serviços arquivísticos governamentais para atender, não só, as demandas do próprio Estado na tomada de decisões político-administrativas, bem como os cidadãos em busca de provas para defesa de seus direitos e para produção de conhecimento.

Os Arquivos são constituídos como condição primeira de registros das ações administrativas do Estado ou do Poder Público e lhe servem de elementos de prova e informação na comprovação de direitos e fatos no cumprimento de sua missão institucional ou legal. Existem, portanto, primeiramente para atender à administração por meio da gestão, e findo o trâmite e o processo administrativo, para embasar a produção de conhecimento.

Os Arquivos Públicos têm legalmente uma missão híbrida: empreender, no Governo, programas de gestão de documentos, viés da Administração/Planejamento, sem negligenciar o tratamento, a preservação e a disseminação de fontes de interesse para a História e para a defesa de direitos de cidadania, viés da Cultura.

Aos Arquivos Públicos é exigida uma nova postura que se contraponha radicalmente ao modelo tradicional que os associava, erroneamente, à visão de depósitos, situando-os como Gestores de um Sistema de Informação, integrados a outros sistemas, com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações do seu interesse particular ou coletivo, com o acompanhamento do processo de geração destes registros até o seu recolhimento para guarda permanente.

A LAI no âmbito do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

No dia 15 de maio de 2012, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro organizou o Seminário “A Lei de Acesso à Informação Pública e o Relacionamento com o Cidadão”, e instituiu o Decreto 35.606/2012, objetivando: padronizar e otimizar as atividades de fluxo, arquivamento seleção e descarte de documentos, de forma segura, criteriosa e responsável; evitar prejuízos financeiros advindos da perda da documentação; otimizar o espaço que hoje é gasto com o acúmulo desordenado de caixas de documentos. Menos de um ano depois, em 1o de janeiro de 2013, o AGCRJ foi transferido para a Casa Civil – demarcando uma outra relação ao papel do Arquivo Público no seio da Administração Pública.

A Gestão da Documental da Prefeitura do Rio permanece sendo um desafio a enfrentar, já que se trata do pilar fundamental para a aplicabilidade da LAI. Embora o AGCRJ esteja

demandando constantemente um maciço investimento nas áreas de Gestão de Documentos, há um considerável percurso para implementar esta tarefa. Nesse sentido, é emblemático o Censo Documental em curso promovido pela instituição, no qual se mapeou 20 km de documentos a serem tratados e transferidos, em 2008.

Não negligenciando a documentação permanente já transferida e sintonizando-nos ao processo de atualização às demandas do século XXI, impetramos esforços para o controle do acervo, na instituição do Guia de Fundos – inexistente até menos de uma década atrás. Paralelamente, há um amplo levantamento em curso, da estrutura administrativa das gestões governamentais da Prefeitura, desde a Proclamação da República, cujos organogramas serão igualmente disponibilizados na página eletrônica do AGCRJ.

Com relação aos documentos de caráter permanente, integrantes do acervo do AGCRJ, o acesso à pesquisa presencial sempre foi pleno, não havendo documentos sigilosos. Estima-se, assim, que 40% do acervo já esteja digitalizado e 45%, microfilmado. A documentação digitalizada é inserida na plataforma do Arquivo Virtual – em fase de homologação – e parte dela já aberta à consulta via Internet.

Panorama contemporâneo em âmbito nacional

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Arquivo Nacional deixou a subordinação centenária, ao Ministério da Justiça (MJ) e vinculou-se à Casa Civil, em uma clara proposta de, estando na esfera central de decisão, tornar as “questões de Arquivo” uma política pública. Ao assumir a presidência, Dilma Rousseff o devolveu à Justiça, criando uma comoção de apoio, já que muitos arquivos públicos vinham traçando o mesmo curso com sucesso.

Mesmo não conseguindo retornar à Casa Civil, o movimento criado permitiu a constituição de uma I Conferência Nacional de Arquivos (ICNARQ), financiada pelo MJ, em dezembro de 2011. Precedida por cinco conferências regionais, a ICNARQ é um marco tanto por seu processo democrático de escolhas de delegados e diretrizes tomadas, como pela influência plasmada ao universo dos arquivos públicos brasileiros. Uma das medidas propostas, a revisão da Lei de Arquivos, encontra-se em consulta pública, neste momento.

Mas, certamente, não será apenas a existência de um arcabouço legislativo que permitirá pactuar a noção de que os arquivos públicos permitem, pelo acesso às informações, a inclusão e a constituição da cidadania.

Notas

1 - A Direção do AGCRJ instituiu, em 2006, um projeto de análise histórica da instituição, que foi publicado em 2010. Nas versões papel e on-line, pode ser acessado igualmente para download (http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4101437/AGCRJ_NO_RIO_DE_JANEIRO.pdf). Não conhecemos no país, até o momento, outros Arquivos Públicos que tenham realizado algo semelhante.

2 - Acerca do processo de construção do prédio e vinculado ao mesmo projeto citado na Nota 1, publicamos o livro Memórias do Rio: o Arquivo Geral da Cidade e sua trajetória Republicana (http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4106403/memorias_rio.pdf)

3 - “XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

4 - “A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Conheça abaixo a lei que criou a Comissão da Verdade e outros documentos-base sobre o colegiado” (<http://www.cnv.gov.br>).

Recebido em 26/01/2014



A Arquivística e a ação social

Archiving and social action

María Teresa Bermúdez Muñoz

Professora da Seção Arquivística da Universidade de Costa Rica
historia@ucr.ac.cr

RESUMO:

A Arquivística está compelida a cumprir um papel fundamental no que diz respeito aos direitos dos cidadãos, ao acesso à informação pública, ao respeito à informação confidencial, à transparência administrativa e à prestação de contas. Por meio desse artigo, descrever-se-á um projeto de trabalho universitário comunitário, desenvolvido na Seção de Arquivística da Universidade de Costa Rica.

Palavras-chave: Arquivística; direito dos cidadãos; acesso à informação; respeito à informação confidencial; transparência administrativa; prestação de contas

ABSTRACT:

Archiving is compelled to perform a vital role regarding the rights of citizens, access to public information, respect for confidential information, administrative transparency and accountability. In this article, we will describe a university community project carried out by our Archiving Section regarding the aspects described above.

Keywords: *archiving; citizens' rights; access to information; respect for confidential information; administrative transparency; accountability*

A Arquivística e a ação social

A carreira de arquivista surge na Costa Rica com a abertura do Curso em Arquivo Administrativo (1978) cuja finalidade era oferecer capacitação básica àqueles funcionários da administração pública que tinham sob sua responsabilidade os arquivos do Estado, sobretudo para formar os funcionários do Arquivo Nacional. Essa primeira etapa da carreira caracterizou-se por uma formação empírica e por um enfoque no arquivo permanente ou histórico. Formação empírica porque a maioria dos professores eram historiadores que haviam participado de alguns “cursos de capacitação, oficinas e estágios de curta duração” (Bustamante 2007, na Argentina e na Espanha, e enfoque em arquivo permanente porque uma grande parte dos professores eram funcionários do Arquivo Nacional que só haviam trabalhado com documentos históricos. O curso funcionou durante 12 anos, período durante o qual passou por somente duas modificações substantivas: a inclusão de duas disciplinas de Informática (1985) e a introdução da disciplina Oficina de Arquivística Geral (1990) (Echavarría Solís 2005).

Em 1992, foi criado o Bacharelado em Arquivística com a finalidade de responder às necessidades do mercado de trabalho do país, uma vez que já havia sido concedido o marco normativo para a criação e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Arquivos. Ainda que, nessa segunda etapa, tenha se introduzido o enfoque da “gestão de documentos” e o da “Arquivística integrada”, o objetivo não foi alcançado em razão do corpo de docentes continuar sendo quase o mesmo que lecionava as matérias da Graduação: os cursos relacionados aos processos técnicos arquivísticos continuavam iguais ao da Graduação, com o enfoque em arquivo histórico, sem prática arquivística e com uma teoria muito elementar, para não dizer básica. Além disso, continuava sendo ministrada uma grande quantidade de cursos de História.

Em 1999, há uma reestruturação do plano de estudos com o objetivo de que os estudantes pudessem ter um melhor desempenho nos arquivos administrativos públicos e privados, assim como deveria prever, de forma tímida, a aparição do documento eletrônico: elimina-se um curso de História e inclui-se um de Ciência da Informação. Contudo, os problemas dos cursos relacionados com os processos arquivísticos continuavam pela falta de atualização por parte dos professores que prosseguiram ensinando a Arquivística tradicional.

Em 2004 e 2005, modifica-se parcialmente o plano de estudos do Bacharelado e se cria a Licenciatura em Arquivística, com o fim de formar profissionais em Ciências da Informação, desenvolver pesquisas de alto nível e promover uma cultura da informação institucional (Echavarría Solís 2005). Apesar de continuarem os problemas citados anteriormente, começa-se a perceber uma mudança nos estudantes, já que deixam de ter um papel passivo e adotam um mais pró-ativo.

Além disso, desde 2006, o curso de “Análises e Projeto de Arquivos I e II” foi completamente modificado. Este curso é o último obrigatório em Arquivística para os estudantes, antes de se graduarem bacharéis. A mudança consistiu em que os estudantes têm que aplicar a Norma ISO 15489 em uma entidade pública ou em uma empresa privada. Durante o primeiro semestre do ano (março a julho) desenvolvem-se as etapas A, B, C e D da Norma, enquanto que durante o segundo ciclo se aplicam as etapas E, F, G e H. O trabalho tem sido muito enriquecedor, tanto para o professor como para os estudantes, contudo, também tem sido exaustivo devido à necessidade de retomar os processos arquivísticos na sua totalidade (Bermúdez 2010).

No início de 2008, a carreira de arquivista é submetida a um processo de autoavaliação com o fim de detectar forças, debilidades, ameaças e oportunidades e na busca por melhorias em todos os seus processos internos (acadêmicos, administrativos e estudantis), para assim poder responder eficientemente às necessidades do mercado de trabalho arquivístico. Esse processo de autoavaliação atingiu seu cume em 2011. Posteriormente, trabalhou-se durante dois anos na elaboração de um novo projeto curricular, cujo plano de estudos começou a ser implementado em março do presente ano, com o início do primeiro semestre letivo de 2014, projeto no qual prevalece um enfoque na gestão de documentos e que tem como eixo transversal o documento eletrônico. Além disso, é um plano de estudos baseado em competências.

Os avanços obtidos na carreira arquivística até esta data são revelados no seguinte quadro:

Quadro de Graduados

Graduados	2013
Curso	227
Bacharelado	203
Licenciatura	30

Fonte: Estatísticas da Seção de Arquivística.

Finalmente, deve-se destacar que, segundo o Informe Final de Autoavaliação (Jaén García

2011), a carreira arquivística tem uma alta demanda no mercado de trabalho, já que a maior parte dos estudantes integra-se ao processo produtivo do país desde o segundo ano e cerca de 40,5% do estudiantado trabalha mais de 40 horas semanais. Esse fato é reafirmado pelo Informe do CONARE sobre o monitoramento da condição de trabalho das pessoas graduadas, ao apontar que a carreira arquivística é a disciplina com melhor mercado na área das Ciências Sociais e a segunda, depois de Estatística, em âmbito nacional.

A ação social na Universidade de Costa Rica

Um dos pilares substantivos da Universidade da Costa Rica é a Ação Social, razão pela qual todos os estudantes universitários são obrigados a realizar 300 horas de Trabalho Comunitário Universitário (TCU) para obter seu título de graduação e também com o objetivo de devolver às comunidades um pouco do investimento que o Estado realiza nas universidades públicas.

No início, o TCU da carreira arquivística serviu para os estudantes realizarem um trabalho operacional nas instituições públicas e em algumas empresas, tais como arquivar e numerar documentos, organizar documentos localizados em depósitos, identificar caixas, fazer o levantamento das listas de referência.

Posteriormente, em 2008 (Bermúdez Muñoz, 2007), o projeto do TCU foi modificado com o objetivo de que realmente constituísse uma projeção para as comunidades e não apenas para proporcionar mão de obra barata às organizações. O nome do novo projeto era *Projeto e difusão de um programa informativo sobre a relação dos arquivos com o acesso à informação pública e com a transparência administrativa e a prestação de contas* e seu objetivo era conscientizar e motivar os cidadãos em geral e os estudantes de colégios técnicos sobre a relação dos arquivos com o acesso à informação pública, com a transparência administrativa e a prestação de contas.

Com este projeto, planejava-se que os usuários de saúde da Caixa Costarriquense de Seguro Social conhecessem seus direitos sobre o acesso ao prontuário clínico; além disso, pretendia-se que os estudantes de secretariado profissional tomassem consciência da importância de administrar adequadamente os arquivos institucionais com o objetivo de garantir a transparência administrativa e a prestação de contas na função pública.

Outra alteração no projeto citado consistiu em integrar estudantes de outras carreiras, tais como Direito, Medicina, Engenharia Industrial, Informática e Artes Gráficas, para fomentar a interdisciplinaridade.

Em 2010, o projeto do TCU foi modificado uma vez mais, como o fim de preencher um vazio relacionado ao acesso à informação por parte da cidadania e que havia sido detectado nas diversas notícias veiculadas na imprensa nacional (Bermúdez Muñoz 2009).

O novo nome do projeto era *Os arquivos e o acesso à informação* e seu objetivo geral consistia em que os cidadãos da grande área metropolitana tomassem consciência da importância do acesso à informação pública, porém respeitando, ao mesmo tempo, a informação privada, propiciando assim uma verdadeira democratização da informação do Estado.

A cobertura geográfica do projeto estendeu-se por toda a Grande Área Metropolitana (GAM) incluindo distritos e cantões das províncias de Alajuela, Cartago, Heredia, Limón e San José.

Dentre as atividades desenvolvidas durante este projeto destacam-se as seguintes:

- Diagnósticos arquivísticos em instituições públicas.
- Organização de documentos em repartições administrativas.
- Elaboração de instruções sobre determinados subfundos.
- Elaboração e distribuição de folhetos com a informação sobre o acesso à informação pública e sobre a proteção dos dados pessoais compartilhados. Palestras sobre o acesso à informação realizadas para diversos grupos organizados como Delegacias de Polícia, Conselhos Municipais, Centros Agrícolas, padres e pessoal das creches diurnas, Oficinas da Mulher municipais, grupos de mulheres de zonas marginalizadas. Avaliação dos sites WEB de instituições públicas para determinar até que ponto permitem o acesso à informação de maneira transparente, confidencial, democrática e funcional.
- Palestras ministradas a estudantes da educação secundária a respeito dos dados pessoais.
- Palestras a estudantes e docentes de colégios públicos e privados e também a associações estudantis sobre a importância dos arquivos no âmbito institucional, familiar e pessoal. Diagnóstico dos arquivos clínicos das EBAIS (Equipes Básicas de Atenção Integral à Saúde).
- Palestras a funcionários das EBAIS sobre a norma relacionada aos prontuários de saúde e aos direitos e deveres dos citados funcionários.
- Elaboração e distribuição de folhetos sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde nas EBAIS, hospitais e clínicas da CCSS (Caixa Costarriquense de Seguro Social).

Como consequência dessas atividades, assinalam-se alguns dos benefícios obtidos pela população-alvo do projeto:

- Contribuir para que a função pública seja mais eficiente e eficaz.
- Colaborar com as denúncias de corrupção que têm sido publicadas nos meios de comunicação sobre as diversas gestões governamentais.
- Facilitar o acesso à informação pública por parte dos usuários.

Outros benefícios

As entrevistas com os usuários de saúde não só permitiram repassar os direitos e deveres dos pacientes como também propiciou aos estudantes interagir com os cidadãos, sobretudo com as pessoas adultas mais velhas, tomando conhecimento dos relatos de vida.

As palestras dadas aos estudantes de colégios técnicos serviram para conscientizá-los sobre a importância de organizar bem os documentos nas repartições e empresas com o objetivo de que a gestão governamental ou empresarial seja transparente.

Na relação com os estudantes das associações estudantis, os benefícios assentam em que, por meio das palestras, tratou-se de criar neles a consciência de que manter os documentos organizados contribui para uma saudável e eficiente gestão administrativa e contábil das associações.

O projeto de trabalho comunitário sensibilizou a população estudantil e docente dos colégios pelo fato de que embora a Lei de Proteção à Pessoa, no que diz respeito ao tratamento de seus dados pessoais, date de setembro de 2011, há um grande desconhecimento por parte da população sobre este tema, o que despertou um grande interesse tanto nos professores como nos estudantes. Eles compartilharam histórias sobre as situações que haviam experimentado ao manusear dados pessoais e como esse fato tem afetado suas vidas. A população-alvo mostrou-se muito agradecida aos estudantes do TCU por lhes ter dado ferramentas para defender-se dos abusos cometidos no tratamento de seus dados pessoais. Um exemplo do que foi dito ocorreu no Liceu Rodrigo Facio, porque na instituição um grupo de alunos gerencia uma página do Facebook, conhecida como “Pessoas do Facio”, na qual se exerce o assédio moral e a perseguição a estudantes do centro educativo. Graças às palestras sobre a citada Lei, agora os estudantes conhecem as ferramentas necessárias para se defenderem desse tipo de situação e as consequências que publicações como a mencionada acarretam. Além disso, foram orientados sobre a manipulação dos dados de emissores de cartões de crédito e entidades bancárias, entre outras situações. Contudo, o fato de que os estudantes de colégios conheçam seus direitos e limitações sobre o acesso à informação lhes serve como base para a formação cidadã e permitindo uma participação mais ativa no desenvolvimento das comunidades.

Entretanto, considera-se que a informação oferecida pelos estudantes do TCU não se restringirá aos colégios, porque provavelmente alguns deles transmitirão esses dados a seus familiares e amigos. Além disso, os professores que estiveram presentes durante as capacitações podem ser agentes de mudança no sentido de que seus futuros alunos também recebam a informação.

Em relação às palestras ministradas aos membros dos Conselhos Municipais, aos oficiais de Polícia das delegações, esses também compartilharam histórias no que concerne à proteção dos dados pessoais. O tema gerou interesse entre essa população beneficiária, pois aprenderam ferramentas importantes para proteger seus dados pessoais e souberam quais as medidas que podem tomar se sua privacidade for violada ou for feita uma má administração de seus dados.

Estima-se que com a distribuição do folheto sobre a informação pública, explicando o conteúdo do artigo 30 da Constituição Pública e como é possível impetrar um recurso quando se viola esse direito constitucional, forma-se assim a cidadania, de maneira que os cidadãos conheçam seus direitos constitucionais sobre o acesso à informação pública. Além disso, propicia-se a transparência administrativa, já que os cidadãos informados de seus direitos podem solicitar aos governantes que prestem contas de sua gestão.

Outro segmento beneficiado da população são os usuários dos sites da Web, já que as autoridades das instituições analisadas tomaram conhecimento das fragilidades e forças

de suas páginas eletrônicas e podem empreender medidas para que esses sites sejam mais receptivos para com os cidadãos que diariamente os visitam em busca de informação.

Em geral, considera-se que o projeto tem tido um grande impacto na população-alvo que com a metodologia de entrevista e a entrega da informação permitem beneficiar os usuários que, por suas características socioeconômicas, não tinham acesso, em primeira mão, à informação desse tipo. Além disso, considera-se que a informação entregue à população beneficiária direta multiplicar-se-á nos diversos núcleos familiares e comunitários.

Conclui-se que, mediante o trabalho comunitário universitário, pode-se realizar um trabalho arquivístico que tenha um impacto direto sobre aspectos como a prestação de contas, ao contribuir para a organização dos documentos, para o acesso à informação por parte dos cidadãos, através do conhecimento de seus direitos, mas também de seus deveres, evitando os abusos praticados pelas entidades públicas.

Referências Bibliográficas

- Bermúdez Muñoz, MT (2007). Proyecto TC-156 Diseño y difusión de un programa informativo sobre la relación de los archivos con el acceso a la información pública y con la transparencia administrativa y la rendición de cuentas. Vicerrectoría de Acción Social, Universidad de Costa Rica.
- Bermúdez Muñoz, MT (2009). Proyecto TC-156 Los archivos y el acceso a la información pública. Vicerrectoría de Acción Social, Universidad de Costa Rica.
- Bermúdez Muñoz, MT (2010). Quels sont les types d'entraînements et de formations en Archivistique disponibles? Quels en sont les lacunes? En: Comma.
- Bustamante, José (2007). Situación comparada en América Latina y El Caribe. En: Hacia la construcción de políticas nacionales de información: la experiencia de América Latina. UNESCO.
- Echavarría Solís, AL y J.B. Rivas Fernández (2005). Reseña de la formación profesional de archivistas en Costa Rica. Ciudad Universitaria Rodrigo Facio.
- Jaén García, LF y otras (2011) Informe final de Autoevaluación. Sección de Archivística, Universidad de Costa Rica.

Recebido em 26/01/2014



A ação educativa e cultural da Associação de Arquivistas do Chile (ASOCARCHI)

The educational and cultural actions of the Chilean Association of Archivists (ASOCARCHI)

Eugenio Bustos Ruz*

Presidente da Associação de Arquivistas do Chile
www.asocarchi.cl

RESUMO:

Este artigo foi preparado para apresentação na Conferência Internacional Superior de Arquivística, realizada em novembro de 2013, em Paris, França, destinada a arquivistas da América Latina. Graças ao Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro foi possível publicá-lo em sua revista institucional, gentileza que a Associação de Arquivistas do Chile agradece profundamente. Seu objetivo é relatar as ações consideradas importantes na gestão da Associação, com respeito ao âmbito educativo e cultural, como por exemplo, fazendo menção à participação no III Foro Universal da Culturas, realizado em novembro de 2010, na cidade de Valparaíso, Chile, cidade declarada patrimônio da humanidade pela Unesco, no qual foi desenvolvida uma jornada arquivística co-organizada pela Associação de Arquivistas do Chile e sua ilustre municipalidade, cuja temática referia-se ao papel dos arquivos históricos municipais como resgate e defesa do patrimônio documental para a cidadania. Além disso, mencionam-se outras atividades relevantes tais como o VII Congresso de Arquivologia do Mercosul, Viña del Mar, 2007, e alguns eventos realizados no Chile que têm constituído um aporte educativo/cultural para a Arquivística, considerando especialmente a proteção do patrimônio documental e o direito ao acesso à informação. O artigo detalha, ainda, a participação no contexto internacional e alguns comentários relacionados à situação arquivística do país.

Palavras chave: arquivística; associações de arquivistas; Chile

ABSTRACT:

This article was written for the Conference of the International Council on Archives held in November 2013 in Paris, France. This conference was specifically aimed at Latin American archivists. Thanks to the Archive of the City of Rio de Janeiro, it has been possible to publish this article in its magazine, which the Chilean Association of Archivists is deeply grateful for. The article describes the actions carried out by the Association's management, considered to be important in the cultural and educational arena, such as its participation in the 3rd Universal Forum of the Cultures. The Forum was held in November 2010 in Valparaíso, Chile, a city declared a World Cultural Heritage Site by UNESCO. Valparaíso hosted an archival science meeting, organised by the city in partnership with the Chilean Association of Archivists, whose theme was the role of municipal historical archives in retrieving and caring for the documentary heritage of citizens. In addition, other relevant activities are mentioned, such as the 7th Mercosul Archival Science Conference in Viña del Mar in 2007, and other events that have taken place in Chile that have been educational and cultural contributions to archival science, especially in light of the protection of documentary heritage and the right of access to information. The article also outlines the association's participation in an international context and comments on the archivistic situation in Chile.

Keywords: Archival Science; archival science associations; Chile

* Bibliotecário diplomado pela Universidade do Chile, sede Valparaíso. Diplomado em Arquivística na Escola Vaticana de Paleografia, Diplomática e Arquivística. Efetuou estudos de Língua e Cultura Italiana para estrangeiros em Siena e de Arqueologia Cristã no Instituto Pontifício de Arqueologia, em Roma. Foi acadêmico da Agência Espanhola de Cooperação Iberoamericana e da Casa das Culturas do Mundo da França. Desempenhou sua profissão tanto de bibliotecário como de arquivista em diversas instituições públicas e privadas. Foi palestrante em diversos seminários arquivísticos em âmbito nacional e internacional e tem publicado artigos e comentários arquivísticos em meios impressos e eletrônicos de vários países, também integra o Comitê de Assesores e Avaliadores de revistas especializadas no tema arquivístico. É presidente da Associação de Arquivistas do Chile. Atualmente ocupa o cargo de Chefe da Biblioteca da Superintendência de Valores e Seguros do Chile.

Associação de Arquivistas do Chile é uma corporação de Direito Privado com personalidade jurídica aprovada mediante Decreto do Ministério da Justiça, no 457, datado de 1º de abril de 1980. Pelo Decreto Independente nº 646, também do Ministério da Justiça, foi aprovado o texto reformulado de seus estatutos. É membro categoria B do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA).

Funções e finalidades da Associação de Arquivistas

De acordo com as funções da Associação de Arquivistas, segundo seus próprios estatutos, suas finalidades são as seguintes:

“Capítulo segundo: **a)** Velar pelo aperfeiçoamento profissional de seus associados; **b)** assegurar, diante das autoridades a que corresponde, o reconhecimento dos estudos especializados que seus associados tenham realizado no país ou no estrangeiro; **c)** criar estudos sistemáticos sobre Arquivologia; **d)** estabelecer vínculos com associações similares do estrangeiro e com organismos internacionais; **e)** difundir informações sobre o valor, a importância, a utilidade dos arquivos e sobre os serviços que eles prestam para o desenvolvimento da pesquisa e da cultura; **f)** colaborar na elaboração da legislação e regulamentação em matérias arquivísticas; **g)** realizar periodicamente congressos, jornadas, seminários e atos destinados ao aperfeiçoamento profissional dos associados.”

Seus aportes ao desenvolvimento arquivístico

No caso do Chile, país que não conta com uma lei de arquivos propriamente dita e tampouco com uma formação técnico-profissional no plano de carreira completa e específica em Arquivística, o papel da Associação tem sido o de contribuir por meio da organização de congressos, conferências, jornadas, para que se tome consciência da importância dos arquivos, da legislação, da gestão documental, da normativa a aplicar, da formação e capacitação dos arquivistas, da proteção ao patrimônio documental depositado nos arquivos, da preservação e conservação dos documentos de arquivo, do uso das ferramentas tecnológicas, do direito ao acesso à informação, dos arquivos de memória e do desenvolvimento dos arquivos sobretudo com relação aos municípios.

Realização de congressos, jornadas e conferências

A Associação de Arquivistas do Chile (ASOCARCHI), de acordo com o artigo 2º, letra g de seus estatutos, aprovados mediante o Decreto do Ministério da Justiça, nº 457, datado de 1º de abril de 1980, que cita: “realizar periodicamente congressos, jornadas, seminários e atos destinados ao aperfeiçoamento profissional arquivístico.” Por isso, tem organizado importantes jornadas arquivísticas em âmbito nacional e internacional tais como o VII

Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), co-organizado com a municipalidade de Viña del Mar, em 2007; as Primeiras Jornadas Arquivísticas Municipais, organizadas em parceria com a municipalidade de Providência, em 2009; as Segundas Jornadas Arquivísticas Municipais, organizadas em associação com a municipalidade de Valparaíso, em 2010; e a IV Conferência Internacional de Arquivistas (Coindear), co-organizadas com a municipalidade de São Bernardo, província de Maipo, em 2012.

O VII Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM). Viña del Mar, novembro de 2007

O tema central desse congresso foi: “Arquivos: patrimônio documental do futuro”, tendo os seguintes eixos temáticos: conservação; documentos eletrônicos; ensino da arquivística; ética profissional e deontologia; gestão documental; legislação e normalização. O Conselho Internacional de Arquivos foi representado por Perrine Canavaggio, também participaram as destacadas profissionais espanholas, Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera, os profissionais Peter Blum (Alemanha), Anna Szlejcher (Argentina), Manuel Vázquez Murillo (Argentina), Lauren Lassleben (Estados Unidos), Pedro López (Espanha), Daniela Ferrari (Itália), Silvia Schenkolewski (Israel), Alicia Casas de Barran (Uruguai), entre outros, contando com a assistência de 350 participantes e a presença de profissionais de 19 países, majoritariamente da América Latina, e também dos Estados Unidos, Israel e Europa (Alemanha, Espanha, Itália). Foram realizados os seguintes encontros paralelos: III Encontro da Associação de Arquivistas; XII Encontro de Estudantes de Arquivologia (em homenagem aos professores Aurelio Tanodi e José Pedro Pinto Esposel); V Foro de Diretores de Arquivos Nacionais; VI Jornada de Arquivos Municipais; V Reunião de Arquivos Universitários; IV Reunião da Rede Iberoamericana de Ensino Arquivístico Universitário (Ribeau).

As Jornadas Arquivísticas Municipais

Considerando que o Arquivo Municipal é aquele que reúne os documentos produzidos nas municipalidades – ou instituições que as tenham precedido em suas funções –, e tendo em conta o papel desse tipo de arquivos dentro da sociedade e o transcendental serviço que outorgam à cidadania, estima-se de suma importância convocar jornadas arquivísticas na área, que também no caso do Chile têm caráter prioritário por duas razões relevantes: a primeira é a falta de formação arquivística de caráter técnico no país e a segunda é o comprometimento das municipalidades no acesso à informação de acordo com a política de transparência nesse sentido emanadas do Estado.

As primeiras Jornadas Arquivísticas Municipais, Providência, região metropolitana, julho de 2009

As jornadas tiveram como tema central, “O arquivo municipal: acesso à informação para o cidadão”, com os seguintes eixos temáticos: Gestão Documental, Patrimônio Documental, Legislação Arquivística, Documentos Eletrônicos. As palestras estiveram a cargo de reconhecidos arquivistas municipais internacionais como Norma Fenoglio (Argentina), Daise Aparecida Oliveira (Brasil), Mariela Alvarez Rodríguez (Colômbia) e Didier Grange (Suíça), assim como conferências complementares de profissionais da Alemanha, México e naturalmente do Chile, país anfitrião.

As Segundas Jornadas Arquivísticas Municipais. Valparaíso, novembro de 2010

“O arquivo histórico municipal: patrimônio documental para a cidadania” foi o tema central da segunda jornada. Essa atividade desenrolou-se dentro do marco do III Forum Universal das Culturas. O Conselho Internacional de Arquivos foi representado por Christine Martínez, que também contou com a presença de José María Nogales representando a Federação Espanhola de Associações de Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas (Anabad). A temática referiu-se ao papel dos arquivos históricos municipais como resgate e defesa do patrimônio documental para a cidadania, apresentando-se, de forma complementar, experiências como a da Fundação Internacional Jorge Luis Borges (Argentina), com a participação de sua presidenta, María Kodama, e a apresentação de Margarita Vannini, Diretora do Instituto de História da Nicarágua e América Central, sobre o projeto Trem Cultural da Alfabetização. Participaram como expositores reconhecidos arquivistas internacionais como Peter Blum (Alemanha), Branka Tanodi e Marta Rufeil (Argentina), Mariela Alvarez Rodríguez (Colômbia), Francisco Javier Escudero (Espanha), César Gutiérrez Muñoz (Perú) e Didier Grange (Suíça), assim como foram realizadas conferências complementares de profissionais do México e, naturalmente, do Chile, país anfitrião, com a intervenção de gestores de arquivos municipais e também especialistas na temática dos arquivos pessoais na categoria de patrimônio.

IV Conferência Internacional de Arquivistas (Coindear). San Bernardo, Província de Maipo, abril de 2012

Tema central da Conferência: “O profissional dos arquivos”, tendo como eixos temáticos o perfil do arquivista, o mercado de trabalho, a formação profissional, o papel das associações, a formulação de projetos, o profissional e as novas tecnologias e a investigação científica. O evento contou com a presença de duas fundadoras do Coindear, Liliana Patiño e Eugenia

Acosta Medrano, bem como com a participação de destacados palestrantes como Trudy Huskamp Peterson (diretora do Grupo de Direitos Humanos do Conselho Internacional de Arquivos), Luciana Duranti (Projeto INTERPARES), Julia María Rodríguez, vice-presidenta da Federação Espanhola das Associações de Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas (Anabad) e Heloísa Liberalli Bellotto (Brasil), contando ainda com a presença de profissionais de 17 países da América Latina, Canadá, Estados Unidos e Europa.

Outras atividades de cooperação e participação

A partir de sua reativação em 1993, a Associação mantém estreitas relações com o Colégio de Bibliotecários do Chile, tendo também realizado atividades conjuntas com o Arquivo Nacional, a Rede de Arquivos Patrimoniais de Valparaíso (ARPA), a Associação de Arquivistas da Universidade do Chile, o Arquivo Histórico da Armada, a Rede de Bibliotecas Públicas, a Rede de Bibliotecas Jurídicas, a Academia Chilena de História, o Centro de Estudos Judaicos da Universidade do Chile, o Centro Cultural Brasil-Chile, o Museu da Memória e dos Direitos Humanos. Estabeleceu convênios de cooperação com a Federação Espanhola de Associações de Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas (Anabad), com a Fundação Ciências da Documentação de Espanha e, recentemente, com o Colégio de Bibliotecários e Documentalistas da Comunidade Valenciana (Espanha). Mantém vínculos de difusão com o Arquivo da Pontifícia Universidade Católica do Peru, com a Sociedade Argentina da Informação, entre outros. E, sob os auspícios da municipalidade de San Bernardo, província de Maipo, Chile, realiza cursos de capacitação para arquivistas municipais.

Presença Internacional da Associação

A Associação tem uma ativa e frequente participação em congressos internacionais, especialmente nos congressos de Arquivologia do Mercosul (sede VII CAM, Viña del Mar, 2007), no Conselho Internacional de Arquivos (CIA), notadamente com palestras no XVI Congresso Internacional de Arquivos, Kuala Lumpur (2008), nos Encontros Internacionais de Associações de Arquivistas, Madri (2007) e Edimburgo (2011), na Associação Latino-americana de Arquivos (ALA), nos seminários Internacionais de Tradição Ibérica, em Porto Rico (2003), em Costa Rica (2007), no Chile (palestra, 2009), na Convenção Internacional de Arquivistas, no I Coindear, Mar del Plata (2006), III Coindear, San Pedro Sula (2010) e, sediando no Chile, no IV Coindear, em San Bernardo (2012), participação no Foro Iberoamericano de Arquivos organizado pela coordenadora da Associação de Arquivistas, Madrid (2008), participação no Foro sobre Acesso à Informação, na Guatemala (2010), atividades com a Academia Salvadorenha de História (2010), com a Universidade Nacional

de Assunção, participação no II Congresso Arquivístico das Américas (palestra, Lima, 2012), participação no seminário sobre Arquivos e Patrimônio Cultural na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (2013), em Cursos de Arquivistas em Heidelberg (2012), no do Instituto Internacional de Ciência Arquivística de Trieste/Maribor (2013). Além disso, fez parte, até 2009, da Comissão Nacional Seleccionadora de Projetos apresentados para subvenção da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). Membros da Associação têm assistido aos cursos de capacitação na Espanha e França. Recentemente, o presidente incorporou-se à comissão organizadora do Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos (EBAM).

Atividades relevantes do presidente da Associação

O presidente da Associação de Arquivistas do Chile foi membro da Mesa-Redonda do Conselho Internacional de Arquivos em 20/10/2011, e desde 2009 é representante das Associações de Arquivistas do Mercosul ante o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e a Associação Latino-americana de Arquivos (ALA), igualmente, em casos pontuais, é representante da Federação Espanhola de Associações de Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas (Anabad) diante dos mesmos organismos internacionais. Participou da Conferência Internacional Superior de Arquivística realizada em Paris, em novembro de 2013. Foi coordenador da redação do Estatuto Geral do Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), estatuto que fora aprovado na sessão de encerramento do X CAM, realizado em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em março de 2014.

Comentários sobre a situação arquivística no Chile

Durante o ano de 2013, e pelos 200 anos da criação da Biblioteca Nacional do Chile, o Colégio de Bibliotecários do Chile desenvolveu um programa denominado “Tertúlias Bibliotecárias” que contempla âmbitos de pesquisa mais amplos, tendo em vista a participação de profissionais de outras disciplinas em plenárias conjuntas, entre elas uma plenária especial dedicada ao tema “análise da situação dos arquivos no Chile”, em que houve uma ativa participação da Associação de Arquivistas do Chile. Essa plenária arquivística resultou em grande interesse e profícuo debate por parte de profissionais e estudantes das Ciências da Informação. Os principais pontos tratados, segundo a perspectiva da Associação de Arquivistas.

Antecedentes históricos e legislação vigente

Criação do Arquivo Nacional do Chile: O Arquivo Nacional do Chile foi criado em 1927, resultado da fusão do Arquivo Geral do Governo do Chile e do Arquivo Histórico Nacional.

Criação da Direção de Bibliotecas, Arquivos e Museus: Decreto com força de Lei nº 5.200, de 1929, os artigos 13 ao 18 referem-se ao Arquivo Nacional. Essa legislação vige até a atualidade. A única modificação foi realizada pela Lei nº 18.771, de 1988, que se refere à documentação do Ministério da Defesa Nacional, das Forças Armadas, da Ordem e Segurança Pública e dos demais organismos dependentes dessa Secretaria de Estado, que agrega ao artigo 14 do do mesmo Decreto, um inciso final, assinalando que não será aplicável ao dito Ministério, nem às instituições e organismos referidos nesse inciso, o artigo 18 do DFL nº 5.200, de 1929.

Comentário: pode-se dizer, de forma geral, que esse corpo legal refere-se a diversas matérias, e que dentro de uma delas se faz referência aos arquivos, portanto o país não contava nem conta com uma lei específica a respeito dos arquivos, além disso, ela tem 80 anos de existência e exigia atualização. É importante ter presente que o Decreto Independente nº 719, datado de 2 de junho de 2006, do Ministério da Educação, declara “Monumento Histórico” todos os documentos custodiados pelo Arquivo Nacional e os contidos no Arquivo Nacional Histórico, Arquivo Nacional da Administração e Arquivo da Araucania.

Tópicos a considerar

a) Estudar a aplicação para uma legislação sobre um sistema Nacional de Arquivos: foi apresentado um anteprojeto, em meados da década dos anos 90, que se baseava na Lei do Sistema Nacional de Arquivos da Costa Rica, e que foi analisado pelo Ministério da Educação com observações tais como a participação de atores diretos relacionados com o campo arquivístico, como a Associação de Arquivistas e a Sociedade de Historiadores, entre outros, além de exigir um maior aprofundamento do projeto em seu conjunto.

Comentário: pode-se dizer que uma Lei de um Sistema Nacional de Arquivos é básica para a atualização legal e para a aplicação das políticas arquivísticas em todos os seus aspectos.

b) Criação dos arquivos regionais: seu objetivo é a descentralização no que se refere à conservação da documentação, só existem até agora dois arquivos nessa categoria, o de Tarapacá e o de Araucania.

Comentário: os arquivos regionais descongestionam a acumulação da documentação no Arquivo Nacional, com sede na capital da República, já que seu papel deveria ser o de encarregar-se especificamente da documentação central do Estado, vale dizer, dos Ministérios e das Secretarias Regionais Ministeriais, servindo os arquivos regionais como um complemento, considerando-se as características geográficas de longitude de um país como o Chile.

c) Relação da Lei de Transparência dos arquivos: Lei nº 20.285, promulgada em abril de 2009, sobre a transparência da função pública e o acesso à informação da Administração do Estado. **Comentário:** a promulgação dessa Lei que, evidentemente, é muito positiva no

que se refere à transparência e ao acesso à informação, devendo-se, no entanto, considerar a desatualização da legislação arquivística, a capacidade de depósito do Arquivo Nacional da Administração para as transferências documentais, o estado geral dos arquivos no Chile, seu grau de organização, como também a carência de preparação do pessoal encarregado dos arquivos. Por essa razão, o Conselho para a Transparência realizou pesquisas, estudos e capacitações.

d) Formação profissional: o país não conta com formação profissional específica como carreira universitária, existe uma disciplina nas carreiras de Biblioteconomia de duas universidades, não contando com formação técnica de base, alguns profissionais têm adquirido conhecimentos no exterior.

Comentário: é indispensável a formação na disciplina, neste aspecto a Associação de Arquivistas considera essencial a formação no nível técnico, mas os esforços para criar uma carreira de Técnico Superior em Arquivos, por diversos motivos alheios à Associação, não têm sido frutíferos. A carreira técnica contribuiria para que pessoas que desempenham tarefas administrativas possam adquirir conhecimentos técnicos e tecnológicos sobre arquivos, e estaria orientada para funcionários públicos do escalão administrativo encarregados dos arquivos universitários, dos arquivos municipais e extensivas aos responsáveis por arquivos privados entre outros. Finalmente, é no técnico-profissional que recai a gestão administrativa de um arquivo, portanto requer conhecimentos técnicos na matéria que facilitem, por sua vez, a gestão executiva do arquivo.

e) Arquivos eletrônicos: tanto os documentos eletrônicos como a assinatura eletrônica encontram-se inseridos no avanço tecnológico, constituindo uma alternativa de acesso à informação em um mundo globalizado.

Comentário: é totalmente válida sua aplicação como alternativa modernizadora, mas se deve levar em conta que programa aplicar a esses arquivos, sua plataforma, sua regulação, considerando, por outro lado, as mudanças de suporte diante do permanente avanço tecnológico, devendo estar contemplados na legislação arquivística.

Conclusões Gerais

Pode-se dizer que os eventos da ASOCARCHI têm sido amplamente reconhecidos como um importante aporte de difusão arquivística, sendo também de caráter educativo já que, muitas vezes, têm servido como capacitação; têm fomentado as relações internacionais do Chile no plano arquivístico; no aspecto cultural têm significado uma tomada de consciência acerca do patrimônio documental existente nos arquivos, estimulando sua adequada preservação e conservação; no político-social têm ressaltado a relevância do acesso e da transparência da informação, considerando os direitos de cidadania na democracia. A atividade internacional também tem permitido representar o país no exterior, compartilhar

valiosas experiências e, por último, no que se refere à situação arquivística chilena, é preocupação da ASOCARCHI contribuir, dentro das possibilidades e oportunidades que se apresentam, para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Recebido em 12/05/2014



Volante VII Congreso de Arquivologia do Mercosul



Gestão de documentos e acesso à informação: a experiência da Agência RMBH

Document management and access to information: the experience of the RMBH Agency

Kelly Cristina Silva

Advogada e Gestora Pública. Mestre em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa em 2009. Doutoranda em Geografia pela UFMG. Atualmente trabalha na Diretoria de Informação, Pesquisa e Apoio Técnico da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. kelly.silva@agenciarmbh.mg.gov.br

RESUMO:

A crescente demanda por informações públicas, a maior cobrança da sociedade por responsabilização, transparência e prestação de contas pelo Estado, além da recente Lei de Acesso à Informação, estão exigindo cada vez mais do Poder Público a satisfação, a contento e em tempo hábil, destas necessidades. Não obstante, o que se verifica nos órgãos públicos, via de regra, é uma grande dificuldade em responder a essas questões apropriadamente em razão do despreparo, da descontinuidade e da desordem em que o serviço público opera; há dificuldade em encontrar as informações e o gasto com armazenamento de documentos torna-se elevado devido, muitas vezes, à duplicidade de dados. Por fim, uma das fragilidades da Administração Pública está na compreensão e manutenção do fluxo de informações e de processos, sói não existir uma padronização para elaborar e armazenar os documentos, sejam eles físicos ou eletrônicos. Assim, cumpre, no presente artigo, apresentar a gestão de documentos e informações na Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, tendo como balizadora a Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011 e sua implementação no governo do Estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: gestão de documentos; Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte; acesso à informação

ABSTRACT:

The growing demand for public information, a greater call by society for responsibility, transparency and accountability by the State, as well as the recent Law on Access to Information, are increasingly requiring public powers to meet these needs fully and in good time. However, what we usually see in public bodies is a great difficulty in responding adequately to these questions due to the lack of preparation, continuity and order with which public services operate. It is hard to find information and the cost of storing documents is high, often because of duplicated data. Lastly, one of the weaknesses of public administration lies in the understanding and maintenance of the flows of information and processes, because there is no standardised treatment and storage for documents, be they physical or electronic. Thus, this article presents the management of documents and information by the Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Development Agency of the Metropolitan Region of Belo Horizonte), the Agência RMBH, using the Law of Access to Information – Federal Law 12,527/2011 – and its implementation by the government of the state of Minas Gerais as a frame.

Keywords: document management; Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte; access to information

Apresentação

A Agência RMBH é uma autarquia territorial cuja principal atribuição é a coordenação e a articulação das funções públicas de interesse comum (definidas pelo art. 8º da Lei Complementar 89/2006, quais sejam: transporte, sistema viário, saneamento básico, sinistro e defesa civil, uso do solo, recursos hídricos, gás canalizado, cartografia e informações básicas, meio ambiente, habitação, saúde e desenvolvimento socioeconômico) nos 34 municípios metropolitanos, acrescidos dos outros 16 pertencentes ao colar metropolitano. Busca, em especial, convergir os olhares dos vários atores envolvidos – estado, municípios e cidadãos – para estas atividades ou serviços cuja realização por parte de um único município é inviável ou causa impacto nos outros ao redor. Em suma, trata do planejamento e gestão em questões de dimensão metropolitana, incluindo a gestão da informação de interesse metropolitano, superando as bases territoriais de cada município em particular.

Gestão de Documentos na RMBH

A Agência RMBH foi criada em 2009 e, como acontece tradicionalmente, o tocante aos fluxos dos processos internos e, conseqüentemente, à gestão documental era responsabilidade da área de modernização administrativa. Não obstante, como também ocorre na maioria dos órgãos, não existia um manual interno que orientasse a elaboração e o estabelecimento de fluxos de todos os documentos gerados e as questões que se apresentavam eram resolvidas pontualmente. Além disso, cada setor ordenava e armazenava aleatoriamente toda sorte de documentos, pois não havia padrão na preparação e na gestão dos documentos físicos e eletrônicos. Em outras palavras, a norma, quando existia, era estabelecida dentro de cada setor isolada e separadamente e as demais áreas não tomavam conhecimento dos fluxos como um todo. Tal *modus operandi* acarretava certa dificuldade na localização destes documentos, implicando a perda de algumas informações e também armazenamento de documentos em duplicidade desnecessariamente, além da falta de identidade e uniformidade da produção e armazenamento de documentos do órgão. Novos funcionários tampouco tomavam conhecimento, quando chegavam, do funcionamento do órgão como um todo e, por conseguinte, replicavam apenas a regra porventura existente em seu setor.

Em 2011, com o Decreto Estadual nº 45.751, a responsabilidade da gestão da informação no âmbito da Agência RMBH foi conferida à Gerência de Pesquisa e Apoio Técnico. Para sanar todas as questões mencionadas e considerando, ainda, a necessidade, importância e urgência em organizar a memória técnica institucional do órgão, decidiu-se criar um manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) como parte de uma ação mais ampla que caminha rumo à Gestão da Informação e do Conhecimento. Elaborado o POP, capacitou-se todos os servidores e realiza-se, periodicamente, um monitoramento acerca de sua aplicação.

Assim, a Agência RMBH iniciou o processo de gestão de documentos, criando regras de elaboração, armazenamento, classificação e temporalidade de documentos (em consonância com as diretrizes emanadas pelo Arquivo Público Mineiro), seus fluxos e modelos, além de procedimentos comuns a todas as unidades funcionais. Com o condão ainda de fazer cumprir a Lei de Acesso à Informação brasileira, instituída em 2011, e a Lei Estadual nº 19.420, desse mesmo ano, instituiu uma Comissão Interna de Gestão da Informação e implementa-se, atualmente, o Sistema de Informações Metropolitanas (SIM). O SIM tem o escopo de organizar, sistematizar e disponibilizar as informações georreferenciadas e a produção técnica disponível em meio digital relacionadas às funções públicas de interesse comum. Objetiva, assim, facilitar a integração e a disponibilização de dados e indicadores georreferenciados aos gestores públicos, privados e cidadãos.

Como parte de suas atribuições, ainda, a Agência RMBH promoveu a capacitação de gestores municipais pertencentes à RMBH e ao colar metropolitano sobre gestão de documentos públicos em parceria com a Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Acesso à Informação

A informação sobre o Estado é do cidadão. Deve o Estado, portanto, garantir que todos tenham acesso simétrico à informação por meio da disponibilização de seu acervo de informações e dados abertos. Vale dizer que a Lei de Acesso à Informação trouxe vários ganhos democráticos, tais como, a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção; a determinação de prazos para a oferta da informação; o estabelecimento da divulgação espontânea de informações de interesse público; a obrigatoriedade de publicação na internet e a obrigatoriedade da promoção da cultura de transparência.

No governo de Minas Gerais ficou a cargo da Controladoria Geral do Estado (CGE) a coordenação da política de transparência pública, conforme Decreto Estadual nº 45.969/2012, e a Ouvidoria Geral do Estado é um canal adicional de recepção de demandas.

Considerando, ainda, que a transparência do Estado está intimamente ligada às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o governo de Minas faz uso dos seguintes canais:





LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Demandas controladas pelo Portal da Transparência 2012 – Maio a Dezembro

Recebidos	1.285
Tempo médio de resposta	14,36 dias
Negado	1

Fonte: CGE.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Demandas controladas pelo Portal da Transparência 2013 – Até outubro (24/10)

Recebidos	2.676
Tempo médio de resposta	10,72 dias
Negados	16

Fonte: CGE.

No âmbito da Agência RMBH, há o SIM, mencionado anteriormente:



Conclusão

A organização da memória técnica institucional, além de beneficiar os órgãos internamente, facilita e catalisa a circulação da informação em outros órgãos, seja do Estado, dos municípios ou da União e também na sociedade. A organização dos documentos, a sistematização das informações e sua disponibilização digital tornam-se ainda mais importantes com a vigência da Lei de Acesso à Informação, uma vez que permitem sua conservação e apresentam-se como facilitadores do acesso à informação por parte de todos. Assim, a gestão de documentos e sua contínua execução auxiliam a criação e manutenção de uma identidade institucional, o adequado funcionamento interno e o melhor atendimento às demandas externas, públicas ou privadas.

Nesse sentido, tanto o Portal da Transparência estadual quanto o Sistema de Informações Metropolitanas são ferramentas que promovem a divulgação de um enorme número de dados. Em ambos há, também, canais de comunicação, possibilitando o envio de demandas. Não obstante, o alcance de uma Gestão da Informação e do Conhecimento adequada ainda é um desafio, pois o processo deve ser contínuo e se observa, em muitos governos, rupturas causadas por razões de ordem política. Além disso, a gestão e a sistematização de documentos muitas vezes são negligenciadas em detrimento de outros projetos. Relevante mencionar, por fim, o enorme passivo existente, em geral, nos órgãos públicos, resultado de décadas de ostracismo tanto no que tange à gestão de documentos quanto no que se refere à transparência pública.

Recebido em 21/01/2014



O Trem Cultural da Alfabetização de 1980: projeto de ação educativa e cultural

The 1980 Cultural Train of Literacy: a project of educational and cultural action

Aura Ma. Olivares Rivas

J' Arquivo Histórico

Instituto de História da Nicarágua e Centroamérica
auraolivares@gmail.com

RESUMO:

O Instituto de História, com o trem cultural, conseguiu um meio, de grande êxito, para a difusão de documentos resgatados nos arquivos familiares que tratam da Cruzada Nacional de Alfabetização que a Nicarágua realizou em 1980, e que reduziu o analfabetismo de 52% para 12%. A difusão se fez através de recursos multimídia – texto, imagem, animação, vídeo e som. Foram adaptados três furgões (trailer) com a ideia de “Trem” como meio de comunicação e espaço de sociabilidade cultural. O trem, de forma alegórica e de caráter itinerante, formado por três “vagões”, também foi um instrumento de promoção de valores e de reflexão sobre a história recente. Seu público-alvo foram os jovens entre 16 e 20 anos de idade. Foram recebidas mais de 70 mil visitas nos nove departamentos percorridos na Nicarágua. Os documentos de arquivos recuperados estão no Registro Internacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Palavras-chave: arquivos; difusão; alfabetização; memória; memória coletiva;

ABSTRACT:

With the Cultural Train, the Institute of History found a very successful way in which to disseminate documents retrieved from family archives pertaining to Nicaragua's 1980 National Literacy Crusade, which reduced illiteracy rates from 52% to 12%. The dissemination was carried out with multimedia resources – texts, images, animation, sound and video. Three trailers, which functioned as a “Train”, were adapted so as to be a means of communication and a space for cultural sociability. Formed of three “coaches”, the train was an instrument for promoting values and reflecting on recent history in an allegorical and itinerant way. Its target public was young people 16-20 years of age. More than 70,000 visits were made to nine Nicaraguan departments. The documents retrieved from the archives are part of the International Record of UNESCO's World Memory Programme.

Keywords: archives; dissemination; literacy; memory; collective memory; multimedia;

A Nicarágua é um pequeno país¹, localizado no coração das Américas, que sofreu com as ditaduras mais sangrentas da América Latina. Seu fundador, Anastasio Somoza García, deixou o poder que detivera por quase 50 anos, como herança para seus filhos Luis e Anastasio Somoza Debayle.

Desde 1936 até 1979, através de táticas políticas e militares, mantiveram-se no poder até que, em 19 de julho de 1979, triunfou a Revolução Popular Sandinista. Endividamento, pobreza, 52% de analfabetismo foram parte do legado da ditadura.

Em 1980, ou seja, oito meses após o triunfo, a Revolução deu início a uma das primeiras tarefas a que se propôs: alfabetizar. Muitos países e brigadistas internacionais incorporaram-se a tal empreitada, ensinar a ler e a escrever, somando-se aos jovens brigadistas nicaraguenses. A Unesco outorgou a medalha Nadiezdka Krupskaja à Cruzada Nacional de Alfabetização (CNA), pela mobilização de milhares de jovens, durante cinco meses, para alfabetizar, reduzindo o analfabetismo de 52% para 12%.

O Trem Cultural surge 25 anos depois Cultural

O Instituto de História da Nicarágua e Centroamérica da Universidade Centroamericana (IHNCA-UCA) inaugurou o Trem Cultural, um projeto educativo, histórico e cultural, ambicioso e original, cuja temática central era a difusão dos documentos resgatados de arquivos familiares sobre a Cruzada Nacional de Alfabetização. O itinerário do trem teria que ir mais além do que as visitas a cidades e povoados, seu percurso teria que alcançar o mais recôndito da consciência, chegando até as entranhas mais sensíveis dos jovens visitantes e resgatar a memória histórica a nível comunitário, com o objetivo de valorizar a educação como o motor de desenvolvimento do país.

O que é o Trem Cultural?

O Trem Cultural é um instrumento de difusão dos documentos recuperados nos arquivos familiares, incluídos pela Unesco no Registro Internacional do Programa Memória do Mundo, em 2007. O Trem Cultural é também um instrumento de promoção de valores e de reflexão sobre a história recente, tendo como público-alvo os jovens com idades entre 16 e 20 anos.

Como é a estrutura do Trem Cultural?

A estrutura desse trem alegórico é formada por três vagões (*containers/furgões* criativamente adaptados para esse fim). Cada um abriga, em seu interior, três salas equipadas com meios audiovisuais e novas tecnologias, nos quais foram implantados os conteúdos dos documentos dos arquivos familiares sobre a Cruzada Nacional de Alfabetização.

Em seu conjunto, as três salas englobam um único conceito temático, não obstante, cada uma delas tenha sua particularidade, que está relacionada a etapas históricas e vivenciais dos

atores da alfabetização. No primeiro vagão, os visitantes encontravam uma exposição que combinava fotos, áudio e vídeo sobre a alfabetização e seus antecedentes.



Foto: Archivo Histórico / IHNCA-UCA

O segundo vagão abrigava um conjunto de computadores, por meio dos quais o visitante interagiu com os brigadistas da CNA através de diversos jogos e de animação, trazendo uma reflexão extraída dos diários de campanha dos alfabetizadores, e ambientado com uma exposição dos materiais utilizados por eles quando se internaram nas montanhas do país: lâmpadas, mochilas, objetos pessoais, botas, entre outros. Também foram reproduzidas as cartas dos alfabetizados para seus mestres e “filhos adotivos”, em um outro diálogo entre os alfabetizados e a geração atual. Essa metodologia permitia uma interlocução “de jovem a jovem”. Os jovens de 1980 contavam suas vivências, emoções, temores e alegrias experimentados na grande Cruzada.

No terceiro vagão os visitantes participavam de uma dinâmica de grupo que os convidava a refletir sobre o conteúdo da exposição e os problemas vividos em sua comunidade e em seu país. Sempre em um ambiente audiovisual. A dinâmica era coordenada pelo jovem guia que os acompanhava em seu passeio pelo tempo. Ao finalizar o *tour* de 5 anos por nove capitais de departamentos do interior do país o Trem Cultural registrava que:



Foto: Arquivo Histórico / IHNCA-UCA



Foto: Arquivo Histórico / IHNCA-UCA

- Mais de 70 mil jovens se “juntaram nos vagões” e fizeram um passeio pela História com duração de 45 minutos e aprenderam sobre a história da grande Cruzada da Alfabetização, não mencionada nos livros e textos de História.
- Promoveram-se os valores que motivaram a juventude dos anos 1980 e a nova geração visitante para que estes se sensibilizassem pelos problemas da sociedade e refletissem, em busca de possíveis soluções, com espírito desinteressado e generoso.
- Destacou-se a importância da educação como base e motor primordial para o desenvolvimento da Nicarágua e de suas cidades, de forma a dar ajuda para que saíssem da pobreza e da marginalização.
- Difundiram-se os documentos sobre a Cruzada Nacional de Alfabetização resgatados dos arquivos privados.
- No trajeto do Trem Cultural pelo interior do país foram recuperados mais documentos que enriqueceram a coleção.
- Conseguiu-se sensibilizar a população sobre a importância de salvaguardar os documentos para conhecer o passado e traçar o futuro, graças à informação que eles contêm e pelo valor testemunhal que representam.

Nota

1- Com uma superfície territorial de 130 km² e uma população de quase 6 milhões de habitantes.

Recebido em 26/01/2014



Arquivos Nacionais, missões administrativas e científicas – Arquivo Nacional do Panamá

National archives, administrative and scientific missions. The Panama National Archive

Hernando Abraham Carrasquilla
Diretor-Geral do Registro Público do Panamá

RESUMO:

Nos últimos anos, no Arquivo Nacional do Panamá, desenvolveu-se um programa de modernização apoiado em diferentes projetos que cumprem o objetivo de reunir, organizar e conservar os documentos. Dentre as realizações mais importantes nos ajustes efetuados citamos a incorporação de um moderno laboratório de conservação, restauração, encadernação e biologia: considerado o laboratório líder em equipamento na área da América Latina.

Palavras-chave: ajuste; descrição; modernização

ABSTRACT:

In the last few years, the Panama National Archive has carried out a modernisation programme based on different projects whose aim it is to gather, organise and conserve documents. Among the most important changes made, we cite the addition of a modern conservation, restoration, binding and biology laboratory, considered to be the leading laboratory in Latin America in terms of equipment.

Keywords: adjustment; description; modernisation

Os arquivos nacionais, como entes responsáveis pela administração da gestão informativa e documental gerada pelas instituições de um país, têm a responsabilidade de instituir um Sistema Nacional de Arquivos que contribua para o incremento da gestão acadêmica, administrativa, científica, histórica e cultural, cuja evolução fortalece o desenvolvimento das sociedades.

O Arquivo Nacional do Panamá foi criado pela Lei nº 43, de dezembro de 1912, durante a primeira Presidência do doutor Belisário Porras. Durante seus 100 anos de existência, esteve adstrito a diversas instituições públicas, formando parte do Ministério de Governo e Justiça (1912-1964), do Ministério da Educação (1964-1982), do Instituto Nacional de Cultura (1982-1999) e, mediante o Decreto-Lei nº 3, de 8 de julho de 1999, foi transferido para o Registro Público do Panamá, instituição-modelo nos processos de modernização do Estado.

Foi encaminhado um programa de modernização apoiado em diferentes projetos que cumprem o objetivo de recolher, organizar e conservar os documentos. Para dar início a esses projetos, e com o fim de garantir a preservação dos fundos documentais e a satisfação dos usuários, realizou-se uma adequação das estruturas do edifício, que vão desde o ajuste do sistema elétrico e da iluminação, à desinfecção de paredes, climatização, impermeabilização do telhado, aquisição de arquivos mecânicos (deslizantes) e adequação das salas de exposição.

O Arquivo Nacional conta em sua estrutura operacional com as seguintes seções:

- Seção de Administração do Estado: iniciou-se em 1992 e é a responsável por coletar as informações relacionadas ao período republicano e as informações geradas pelas diferentes administrações governamentais, desde 1903 até 2011. Conta com aproximadamente 50 fundos documentais.
- Seção Judiciária: guarda a documentação do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, da Direção de Responsabilidade Patrimonial da Controladoria Geral da Nação, desde 1830 a 2006. Conta com quatro fundos documentais.
- Seção de Cartórios: custodia 43.000 volumes, que, por sua vez, em média, contam com cem protocolos em cada volume, perfazendo um total aproximado de 4.300.000 documentos, que datam de 1776 a 2009.
- Seção de Plantas e História: guarda os Fundos Documentais dos anos 1513 a 1818 da época colonial, e os fundos gerados durante a nossa união com a grande Colômbia, desde 1821 a 1903, correspondentes à época republicana. Custodiam-se 13.386 registros dos anos 1902 a 1969 do Fundo Secretaria de Fazenda e do Subfundo Reforma Agrária sobre a administração das terras públicas e indultadas das nove províncias. Conta com um total de nove fundos documentais.
- Seção de Fundos Especiais: composta por Mapoteca, Biblioteca, Audiovisuais e outros. Dentre os projetos mais importantes do Arquivo Nacional nos últimos anos, destacam-se:

1. Incorporação de um moderno laboratório de conservação, restauração, encadernação e biologia, é considerado o Laboratório mais bem equipado na área da América Latina, com a mais alta tecnologia europeia, e com pessoal capacitado nos Laboratórios Fraty & Liby da Itália e no Laboratório de Biologia da Universidade de Bolonha. O Laboratório é composto pelas seguintes áreas de trabalho: análises químicas e biológicas; descontaminação e limpeza; restauração; encadernação e embalagem; digitalização. Conta com equipamentos como: máquina de desinfecção; desionizadores; reintegradoras; prensas hidráulicas; negatoscópios de umidade; *scanners* de alta resolução, equipamentos de amostragens ambientais para coletas de fundos e bactérias. Esse Laboratório vem capacitando pessoal de instituições nacionais e internacionais e oferece 26 serviços a instituições públicas e privadas.
O projeto do Laboratório visa o resgate de um grande volume de documentos históricos, do Arquivo e de outras instituições, como no caso do primeiro registro da passagem de barcos pelo Canal do Panamá e, além disso, estabelece normas de manuseio e programas de apoio ao tratamento documental, de controles biológicos e ambientais. Atualmente desenvolve estudos na linha de fundos e bactérias que afetam a documentação em climas tropicais.
2. O projeto de Restauração de 87 volumes de documentos sobre o comércio de escravos no Panamá, durante o século XVII. A documentação objeto do projeto data aproximadamente de um período compreendido entre os anos 1776 e 1881. A informação contida nos mesmos faz referência ao comércio de escravos no Panamá, aos locais de origem e ao destino de cada escravo, entre outras coisas.
3. Organização e descrição do fundo presidencial, logrando catalogar os documentos de 29 presidentes, projeto propiciado pelo programa para Bibliotecas e Arquivos Latino-americanos da Universidade de Harvard.
4. Projeto de Automatização e Digitalização dos Fundos Documentais. Aquisição de equipamentos tecnológicos para a Gestão da Informação através de catálogos on-line por intermédio de um software de Gestão Documental (ARCHI DOC), com 20 licenças que permitem modernizar os processos de trabalho em fundos documentais.
5. Traslado das 43 mil atas notariais para um edifício novo, com vistas à melhor gestão e preservação dos mesmos.
6. Construção de um novo edifício. O Arquivo Nacional está localizado em uma edificação com mais de 80 anos, considerada joia histórica. Devido às suas características não é possível fazer ampliações e a passagem do tempo tem deteriorado algumas áreas. Levando-se em conta todos esses temas, além da necessidade de mais espaço para os colaboradores e para a documentação, tomou-se a iniciativa de começar a construção de um novo edifício dotado das especificações necessárias para conferir um atendimento adequado aos usuários do Arquivo Nacional e a seu pessoal.

Recebido em 26/01/2014



Sistema Nacional de Arquivos do Peru

Peruvian National Archives System

Marlitt Rodríguez Francia,

Diretora da Direção de Normas Arquivísticas da AGN-Peru
enaagnperu@infonegocio.net.pe

RESUMO:

Este artigo trata da natureza do Arquivo Geral da Nação do Peru, de suas funções, da consultoria que presta e do controle que exerce sobre os arquivos das entidades públicas, dos resultados do I Censo Nacional de Arquivos de 1997 e dos esforços que a instituição vem realizando para a formulação de instrumentos de gestão arquivística e sua difusão, para a capacitação dos arquivistas e para ampliar o acesso à informação. Além disso, comenta o Regulamento de Aplicação e Sanções Administrativas por Infrações Contra o Patrimônio Documental Arquivístico e Cultural da Nação.

Palavras-chave: Arquivo Geral da Nação; patrimônio documental; gestão de documentos

ABSTRACT:

This article deals with the nature of the General Archive of the Nation of Peru, its functions, the consultancy it carries out and its control of archives of public entities. It also deals with the results of the 1st National Archives Census of 1997 and with the efforts the institution has been making to formulate instruments for archive management and their subsequent diffusion, to train its archivists and to increase access to information. In addition, it also comments on the Regulations on Administrative Sanctions for Infractions made against the Nation's Cultural and Documentary Archive Heritage.

Keywords: General Archive of the Nation; documentary heritage; document management

Em 15 de maio de 1861, por proposta do Congresso da República, criou-se o Arquivo Nacional, mediante Lei promulgada pelo presidente Ramón Castilla e referendada pelo ministro da Justiça, Juan Oviedo. Pelo Decreto-Lei nº 19.268, de 11 de janeiro de 1972, mudou-se o nome para o atual Arquivo Geral da Nação.

O Decreto Lei nº 19.414, de 16 de janeiro de 1972, ampliou as funções do Arquivo Geral da Nação, responsabilizando-o pela “Defesa, Conservação e Incremento do Patrimônio Documental da Nação”. Atualmente, é um organismo executor do Ministério da Cultura, que pela Lei nº 25.323 do Sistema Nacional de Arquivos, de 11 de junho de 1991, constitui-se como o órgão norteador e central do sistema, integrado pelos arquivos públicos, cartórios, bispados e arquivos regionais. De caráter técnico-normativo, presta consultoria e exerce controle sobre os arquivos das entidades públicas, a fim de verificar o cumprimento das normas vigentes; organiza eventos arquivísticos para discutir temas relacionados à organização e ao funcionamento dos arquivos em âmbito nacional. Através da determinação de uma Comissão Técnica Nacional de Arquivos autoriza a eliminação de documentos desnecessários, propostos pelas entidades por intermédio de seus Comitês de Avaliadores de Documentos.

O Arquivo Geral da Nação está encarregado da conservação, organização e serviço do patrimônio documental que constitui a memória da Nação; situado em um dos ambientes do primeiro piso e sótãos do Palácio da Justiça – ex-Correio Central de Lima –, e, em um espaço situado no Distrito do Povo Livre, abriga aproximadamente 20 km lineares de documentos procedentes de diversas instituições, sendo o documento mais antigo o “livro becerro” ou “protocolo ambulante”, “livro dos conquistadores”, de 1533, hoje declarado Memória do Mundo pela Unesco.

Sua relação com os arquivos das entidades públicas

As instituições, em especial as vinculadas ao Estado, produzem, em razão de suas funções, um acervo documental valioso - suporte da gestão -, para os interesses dos cidadãos e fonte para a investigação; trazem informações para o desenvolvimento da cultura, constituem meio para fortalecer a identidade nacional e preservar a sua memória, que se encontra nos arquivos devidamente administrados.

Segundo os resultados do I Censo Nacional de Arquivos de 1997, única ferramenta de pesquisa elaborada até esta data pela AGN, as entidades em todo o país não deram atenção a seus arquivos e, inclusive, o que era mais grave, simplesmente funcionavam como depósitos de documentos durante anos de abandono. Neste ano, aproximadamente um pouco mais de 50% contavam com um arquivo central; ainda assim, ele não garantia a aplicação das normas arquivísticas emitidas pela AGN, desde o ano de 1985.

Durante as visitas de supervisão, que por competência cabem ao Arquivo Geral da Nação realizar, através da Direção de Normas Arquivísticas (DNA) (Direção Nacional de Desenvolvimento Arquivístico e Arquivo Intermediário), constatou-se que os ditos arquivos

eram simples guardas daquela documentação depositada, muitas vezes só no âmbito do Setor de Trâmite Documentário, não se configurando como órgãos condutores do sistema de arquivos no nível de toda a entidade, sem possibilidade de integrar todos os arquivos dos setores administrativos e técnicos.

Apesar da existência da legislação arquivística e da sua difusão durante anos através de reuniões técnicas, da divulgação, assim como da capacitação fornecida inicialmente pelo Centro de Capacitação para Arquivistas do AGN - com formação em nível superior desde 1994 -, ministrada pela Escola Nacional de Arquivistas, de alguma maneira, a partir desses resultados do ano de 1997, deu-se início a uma série de medidas para enfrentar a situação, entre elas podemos destacar as que se seguem:

- Nos últimos anos, desde a DNA, coordena-se um trabalho mais direto com representantes das entidades, sob a égide de comissões nacionais de arquivos universitários, municipais e de entidades de saúde, que de forma voluntária colaboram para a formulação de instrumentos de gestão arquivística, tendo como base os diagnósticos que eles mesmos confeccionam.

Mais adiante serão convocados os arquivistas de ministérios, instituições educativas e agências militares. Com estes últimos, especialmente para tratar o tema da “desclassificação” e o acesso à informação.

Execução de eventos técnico-normativos, a fim de:

- Conhecer a realidade arquivística das entidades públicas e privadas. Identificar seus problemas nos aspectos técnico-normativos, que permitam unificar critérios na solução dos mesmos.
- Reconhecer a importância do acervo documental como fonte de investigação histórica, social e econômica do país e sua contribuição à identidade nacional.
- Apresentar e analisar os instrumentos de gestão arquivística, avaliar sua aplicação, submetendo-os à consideração dos arquivistas e de outros profissionais.
- Trocar experiências com arquivistas de outros países.
- Conhecer e avaliar o uso adequado da tecnologia nos arquivos.

Regulamento de Aplicação e Sanções Administrativas por Infrações Contra o Patrimônio Documental Arquivístico e Cultural da Nação. Resolução de Chefia nº 076-2008-AGN/J. Finalidade do Regulamento. Que permite qualificar as infrações cometidas contra o PDA, o SNA e contra a norma arquivística, identificar os infratores, e regular o procedimento sancionador. Tipifica as faltas como:

a) Leves, quando as violações afetam as obrigações da gestão documental ou ao âmbito meramente formal.

b) Graves, quando o ato ou omissão são contrários à legislação arquivística, patrimonial, administrativa ou descumpram obrigações que transcendam o âmbito meramente formal, assim como as referidas em matéria de arquivos.

c) Muito graves, as que tenham um significado especial pela natureza da obrigação, infringindo ou afetando o Patrimônio Documental Arquivístico da Nação.

No caso de transgressão, estabelece a Escala de sanções: admoestação, multa, confisco; multas que vão desde 2.25 UIT (Unidade Impositiva Tributária) a 50 UIT.

Recebido em 26/01/2014

Os Arquivos de Direitos Humanos no Peru

The Human Rights Archives of Peru

Ruth Elena Borja Santa Cruz*

Universidade Nacional Maior de São Marcos
Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos
sanmarcosaldia@unmsm.edu.pe

RESUMO:

Esse artigo centra-se na importância da preservação dos Arquivos de Direitos Humanos nos últimos 70 anos da história ibero-americana, mergulhada em acontecimentos sangrentos ocorridos durante o período das ditaduras e da violência política. No contexto dessas experiências traumáticas, surgem as organizações de familiares e vítimas, os organismos de direitos humanos (ONGs, igrejas, advogados) que geram uma documentação valiosa por constituir uma fonte primária que as comissões da verdade vêm utilizando em seu trabalho de esclarecimento do que aconteceu nessa época. Analisa o caso peruano, em que os arquivistas, comprometidos com os direitos humanos, assumem o desafio de conjugar a teoria arquivística com a realidade da documentação encontrada nas diversas instituições que participaram, direta ou indiretamente, nas ações de violência política que lhes coube viver nos anos 1980-2000. Aborda o trabalho realizado com a documentação dos organismos de direitos humanos e o trabalho arquivístico na Comissão da Verdade e Reconciliação.

Palavras-chave: arquivos; direitos humanos; Comissão da Verdade e Reconciliação; memória

ABSTRACT:

This article focuses on the importance of the preservation of Human Rights Archives given the last 70 years of Latin American history, a bloody history, considering the dictatorships and political violence. In the context of these traumatic experiences, organisations of victims and victims' relatives, human rights bodies (NGOs, churches and lawyer associations) have appeared and have generated valuable documentation. They are primary sources that truth commissions have been using in their attempt to bring to light what happened during the dictatorships and/or political violence. We analyse the Peruvian case, in which archivists committed to human rights took on the challenge of marrying archival theory to the reality of the documentation found in the many institutions that participated, whether directly or indirectly, in the political violence they lived through during the 1980-2000 time period. It also addresses the work carried out with the documentation of human rights bodies and the archival work of the Truth and Reconciliation Commission.

Keywords: archives; human rights; Truth and Reconciliation Commission; memory

* Ruth Elena Borja Santa Cruz é historiadora peruana, licenciada em História pela Universidade Nacional de San Marcos. É professora da Universidade Nacional Maior de San Marcos onde ministra aula aos alunos da Escola de História. Atualmente, é responsável pelo Centro de Informação para a Memória Coletiva e os Direitos Humanos da Defensoria do Povo. Tem participado de seminários, oficiais e encontros em Cuba, Uruguai, Argentina, Chile e Colômbia, Brasil, Espanha, onde trocou experiências sobre o trabalho arquivístico; de 1998 a 2000 foi a responsável pela organização do arquivo legal, fotográfico e de vídeos da Associação Pró-Direitos Humanos (Aprodeh). De 2002 a 2003 foi a sub-responsável pelo Centro de Documentação da Comissão da Verdade e Reconciliação, CVR (Peru).

Nós, arquivistas latino-americanos, quando tratamos da importância da preservação dos Arquivos de Direitos Humanos, nos situamos no espaço temporal dos últimos 70 anos de nossa história, assinalada por acontecimentos sangrentos durante as ditaduras e pela violência política. É nesse contexto de experiências traumáticas, quando surgem as organizações de familiares e vítimas e os organismos de Direitos Humanos (ONGs, igrejas, advogados) que vão gerando uma documentação valiosa, constituindo uma fonte primária utilizada pelas comissões da verdade em seu trabalho de esclarecimento sobre o que aconteceu durante o período da ditadura e/ou violência política. Para o caso peruano, nós, os arquivistas comprometidos com os direitos humanos, assumimos o desafio de conjugar a teoria arquivística com a realidade da documentação encontrada nas diversas instituições que participaram, direta e indiretamente, das ações de violência política que vivemos no período de 1980-2000.

Abordarei o trabalho realizado com a documentação dos organismos de direitos humanos, o trabalho arquivístico na Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) e a administração e os serviços arquivísticos que oferece o Centro de Informação para a Memória Coletiva e os Direitos Humanos, a Defensoria do Povo.

Os arquivos das organizações de direitos humanos e a CVR

Para levar a cabo a pesquisa sobre o que aconteceu no Peru durante o período de 1980 a 2000, a CVR recorreu aos diversos depósitos de instituições privadas e públicas. Nas instituições privadas encontram-se os arquivos das organizações de direitos humanos, agrupados na Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Ante a necessidade de acessar a documentação destes organismos, no ano de 2002, a CVR firmou um convênio de cooperação com a CNDH para apoiá-la economicamente na organização da documentação da área legal das instituições-membros o que seria de grande utilidade para suas investigações.

As organizações de direitos humanos no Peru

As organizações de direitos humanos no Peru surgem no início dos anos 1980, com a queima das urnas eleitorais no povoado de Chuschi, quando o Partido Comunista Peruano “Sendero Luminoso” dá início à guerra contra o Estado peruano. A situação de violência política que se começava a viver no país levou a que, em um primeiro momento, as instituições ligadas à Igreja tomassem a iniciativa diante das denúncias das graves violações dos direitos humanos apresentadas pelos habitantes das montanhas e das zonas marginais da capital. Como exemplo, temos a Comissão Episcopal de Ação Social (Ceas) e o Conselho Nacional Evangélico do Peru (Conep).

Nesse contexto, quando se criam as organizações de direitos humanos, são elas que assumem o desafio de defesa das pessoas detidas injustamente assim como o de prestar assessoria aos familiares na busca de seus parentes detidos e/ou desaparecidos, bem como

são responsáveis pela denúncia destas violações na imprensa e nos organismos de direitos humanos internacionais. O trabalho desenvolvido pelos organismos de Direitos Humanos enfrentou muitas limitações e perigos. As pessoas da equipe sofreram detenções, atentados e perseguição, eram vistos pelos rebeldes como traidores e infiltrados e para as forças policiais e armadas eram uns intrometidos que aprovavam e defendiam terroristas ou simplesmente eram terroristas que deveriam ser eliminados.

Existem 61 organismos de direitos humanos, dispersos por todo o país e representados pela CNDH, que desempenharam seu papel durante a violência política ocorrida no Peru no período compreendido entre 1980 e 2000, na luta contra as violações aos direitos humanos. No transcorrer do tempo e em cumprimento de suas funções, essas organizações foram acumulando documentação sobre as denúncias de desaparecimentos e detenções arbitrárias, os assassinatos coletivos e seletivos. São, ainda registradas a peregrinação dos familiares por justiça, além das ameaças e atentados sofridas pelas instituições; registraram, assim, as campanhas e as atividades realizadas em defesa dos direitos humanos no país. A documentação encontra-se em suporte de papel, fitas de áudio e vídeos.

O arquivo do Aprodeh (Associação Pró-Direitos Humanos)

A Aprodeh foi a primeira organização de direitos humanos, criada em 1983, que, no ano de 1997, tomou a iniciativa de começar a ordenação da documentação da área legal com o objetivo de melhorar a gestão e o controle dos casos que assumia; por isso, conta com um valioso arquivo composto de registros, fotos e vídeos que tratam dos casos que acolheram em defesa das vítimas e familiares da violência política. Em seus arquivos, que têm como datas-limite 1980-2000, encontramos as denúncias das mães e viúvas que buscavam seus entes queridos detidos/desaparecidos pelas forças policiais e militares, assim como as denúncias dos sequestros e assassinatos cometidos pelos rebeldes (Partido Comunista Sendero Luminoso – SL e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru – MRTA).

Para organizar o arquivo legal era necessário ler os documentos e a identificação das vítimas, dos denunciantes, a data da violação, o tipo de violação, os executores. Era demasiado doloroso constatar que seres humanos tivessem cometido as atrocidades narradas pelas vítimas ou familiares. Foi particularmente terrível conhecer os graus de violência a que chegaram os rebeldes e os membros das Forças Armadas e policiais e a situação de abandono total do Estado para com os mais pobres do país. A tarefa de organizar e descrever os registros foi realizada em 2 anos, seguida da organização do arquivo de fotos e vídeos.

No arquivo legal de registros da Aprodeh os temas são ordenados alfabeticamente e a busca é realizada através de seus inventários; o arquivo fotográfico e o de vídeos foram ordenados por assunto e contam com inventários; os três arquivos foram examinados pela CVR para reconstruir a série de violações aos direitos humanos perpetradas durante o período de 1980-2000. Esta experiência de organizar um arquivo confidencial serviu para que

posteriormente se aplicassem os mesmos critérios arquivísticos ao trabalho de organização dos registros legais das demais organizações de direitos humanos agrupados na CNDH.

A organização documental nas organizações de direitos humanos

Para organizar a documentação das instituições de direitos humanos, foi de suma importância conhecer sua história administrativa, contar com seu organograma e determinar suas funções principais. Isso nos serviu de guia para a elaboração do quadro de classificação, instrumento necessário para o arranjo parcial ou total da documentação. Foi significativo aplicar o princípio da procedência e da ordem original na organização documental.

Durante o ano de 2002, o trabalho de arquivo nos organismos de direitos humanos foi realizado prioritariamente na Área Legal, pela urgência em identificar e organizar a documentação que registrava os atos violadores. Nem por isso deixou-se de examinar a documentação de outras áreas, nas quais se encontra a documentação sobre denúncias e demandas que foram incorporadas aos registros da Área Legal.

Em várias cidades do país foram desenvolvidas oficinas de capacitação nas quais eram transmitidas noções básicas de arquivística, a fim de capacitar os responsáveis pelos centros de documentação (Cedoc) das organizações de direitos humanos, priorizando o referente à organização e à descrição documental. No caso de não existir um Cedoc, a instituição designava o pessoal que realizaria a atividade de capacitação. Realizaram-se viagens a vários departamentos do Peru para monitorar o trabalho de organização dos registros legais; quando o lugar não oferecia as condições mínimas para o desenvolvimento do trabalho, optava-se por trazer a documentação ao local da CNDH e, uma vez organizada e inventariada, a documentação regressava a seu lugar de origem. Em Lima, o trabalho foi realizado prioritariamente pelos alunos do curso de Arquivologia e da Escola de História, da Universidade Nacional Maior de San Marcos.

Uma vez organizada e descrita a documentação dos organismos de Direitos Humanos, a CVR passou a contar com uma informação de primeira mão referente às denúncias apresentadas pelos familiares das vítimas da violência política, pelos meios de comunicação e pelas entidades internacionais. Toda essa informação serviu para criar a *Base de Dados de Desaparecidos* que a CNDH entregou à CVR e que agora é tratada pelo Centro de Informação para a Memória Coletiva e os Direitos Humanos. É importante assinalar que as instituições ficaram com sua documentação da área legal e só foram entregues à CVR as cópias dos casos emblemáticos.

A especificidade dos arquivos de direitos humanos

Considero que a especificidade está na informação imediata, pois é uma documentação gerada em meio ao desenvolvimento da violência política e foi valiosa para a CVR em seu trabalho de investigação, constituindo fonte primária para o esclarecimento de casos

de violação aos direitos humanos. Em suas pastas encontram-se as cópias das denúncias apresentadas pela ONG ou familiar aos órgãos judiciais; as respostas recebidas das instituições militares e da polícia; as fotos dos detidos/desaparecidos entregues pelos familiares; as cartas dos presos inocentes com os detalhes das torturas sofridas nos cárceres; os cabogramas [transmitido por cabos submarinos] de organismos internacionais de direitos humanos e das embaixadas solicitando informação sobre os detidos cujo paradeiro era desconhecido; as denúncias sobre a existência de lixões de cadáveres e as fotos do lugar onde foi realizado um massacre etc. Esses documentos converteram-se em pistas valiosas para que a CVR exigisse mais informações às instituições policiais e militares sobre a atuação de seus membros nas zonas declaradas conflagradas, solicitando o nome dos oficiais destacados com base nos nomes ou pseudônimos.

Para dar prosseguimento ao trabalho arquivístico iniciado com os registros legais do período 1980-2000, vem-se conversando com algumas ONGs de direitos humanos com a perspectiva de que se forme um Arquivo Central de registros legais que estavam a cargo da CNDH.

Unidade de Documentação da Comissão da Verdade e Reconciliação

A CVR é criada em 4 de junho de 2001 como um órgão de alto nível da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) tendo como finalidade o esclarecimento do processo, dos atos e das responsabilidades pela violência política e pela violação dos direitos humanos ocorridos no período de maio de 1980 a novembro de 2000. A Comissão constitui o resultado de uma longa batalha das organizações de direitos humanos e da reivindicação de milhares de familiares e vítimas que, agrupados em associações e comitês, exigiam do Estado peruano o esclarecimento, a justiça e a punição para os responsáveis pelos assassinatos, detenções arbitrárias, torturas e desaparecimento de seus entes queridos.

Uma vez estabelecida a CVR, considerou-se a existência, em sua estrutura orgânica, da Unidade de Documentação (UD) que, em um primeiro momento, se encarregou de reunir os Arquivos de Direitos Humanos no Peru e de oferecer informação bibliográfica e de arquivos às diferentes áreas da CVR. Para tanto, a UD estabelece contatos e/ou convênios com diferentes instituições que preservam informação (livros, periódicos, revistas e documentos em diferentes suportes) sobre o período de violência vivido no Peru (1980-2000), assim como a bibliografia referente às experiências das comissões da verdade de outros países. O acesso à informação e à fotocópia dos documentos ou publicações foi facilitado mediante esses convênios. Todo esse material foi administrado pela UD através do arquivo e da biblioteca.

O Arquivo Central da CVR

De acordo com o avanço do trabalho nas diferentes áreas da CVR, tornou-se necessário que a UD elaborasse o projeto do quadro de classificação do que seria o arquivo central

da CVR, tomando como referência sua estrutura orgânica. Uma vez elaborado tal projeto, foram organizadas visitas aos diferentes departamentos da cidade de Lima e viagens até as quatro sedes regionais da CVR para trabalhar com a equipe da secretaria na identificação das principais atividades para definição do quadro de classificação de cada departamento. No quadro de classificação identificaram-se as séries documentais e capacitou-se a equipe da secretaria para o trabalho de organização da documentação, garantindo assim a gestão ordenada do acervo e sua posterior identificação como um quadro de classificação definitivo.

A Unidade de Documentação monitorou o trabalho de arquivo dos diferentes departamentos e sedes regionais. As perguntas e as dúvidas do pessoal encarregado da organização eram esclarecidas via correio eletrônico. Posteriormente, com o fechamento dos departamentos e áreas da CVR, o pessoal da UD viajou às sedes regionais para finalizar o trabalho com a elaboração dos inventários de transferência. Para tanto, recebeu-se a documentação identificada e com um grau de organização que foi a base para realizar a seleção, organização e descrição de cada unidade orgânica.

Os testemunhos nas audiências públicas

As audiências públicas da CVR foram realizadas nos departamentos nos quais a violência atingiu um maior grau como Ayacucho, Junín, Pasco, Huancavelica e Huánuco, entre outros. Foram realizadas 21 audiências públicas, com um total de 388 testemunhos, cada um deles narrados por suas vítimas, são histórias pessoais e coletivas que necessitam ser trabalhadas pelas diversas disciplinas. O trabalho de escuta e visualização das audiências públicas realizado pelo pessoal da UD foi feito com o propósito de elaborar os instrumentos descritivos necessários à identificação dos casos e dos nomes das testemunhas em cada audiência pública; informação solicitada pelo pessoal da CVR para suas investigações em andamento, assim como para a realização das campanhas de sensibilização e difusão de suas atividades.

Entre as características deste material assinalamos o seguinte:

- As testemunhas narram o sucedido em sua língua materna, por ser a forma como melhor se expressam (castellano, aymara, quechua, asháninka etc.)
- O vivido é narrado em tempo presente, a situação traumática se faz latente em sua memória, talvez oculta mas não esquecida; volta-se a viver o sofrimento e demonstra-se a dor, a angústia, a pena e o desespero da testemunha quando conta os acontecimentos que causaram mais impacto.
- As testemunhas exigem e/ou suplicam justiça e reparação a um Estado peruano que sentem distante, não se reconhecem como pessoas com direitos; isso é mais marcante naquele que fala quíchua e nos de condição econômica precária, porque se dirigem ao Estado como algo alheio à sua vida.

Ante as dúvidas e o questionamento sobre a necessidade e a importância de realizar essas audiências públicas, posso afirmar que graças a esses primeiros desabafos sob a forma de depoimentos diante da sociedade, conhece-se parte da história de nossos compatriotas que, desde os Andes e a floresta, nos revelaram a grande fratura do país; pode-se perceber como o estado peruano colocou os camponeses pobres em uma situação indefesa, como vítimas do Sendero Luminoso (SL) e do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA), assim como da Polícia Nacional, do Exército e da Marinha.

Os camponeses foram vítimas do desconhecimento desta guerra deflagrada pelo Sendero Luminoso que os enganaram; sem sentirem-se responsáveis nem culpados, confiantes receberam os militares, que na ânsia de derrotar os rebeldes violaram os direitos humanos de uma população indefesa, perpetrando matanças, saques, detenções de inocentes e violações sexuais. Por outro lado, os rebeldes tiveram uma atitude autoritária e vertical em sua relação com os camponeses e nativos, desconhecaram sua organização comunal, puniram seus dirigentes, impuseram novas autoridades, os obrigaram a se juntar à organização, a entregar víveres e a oferecer alojamento; quando um habitante ou uma família se negava a fazê-lo, eram punidos diante de suas famílias ou de todo o povoado como exemplo. Foi por essa insegurança e temor que os camponeses fugiram para as alturas, abandonando o pouco que tinham.

Como resultado das audiências públicas há famílias que, depois de muitos anos, lograram reencontrar-se; irmãos que quando crianças foram separados seja por uma intervenção do SL, MRTA e/ou das Forças Armadas. Esses reencontros, propiciados pela CVR, são uma forma de abrir caminho na busca pela justiça e pela reparação para milhares de famílias que sofreram violência política e seguem sofrendo suas sequelas.

A coleta de testemunhos

A coleta de testemunhos foi realizada por uma equipe de entrevistadores que se mobilizaram em âmbito nacional, dirigidos e supervisionados pela cidade de Lima, pela Área de Informação e Sistema da CVR. Antes de começar a coleta dos testemunhos, trabalhou-se para sensibilizar a população (campanhas em mercados, *spot* nos meios de difusão massivos, festivais etc.). Para essa tarefa de sensibilização a CVR contou com o apoio voluntário de jovens universitários.

Os testemunhos das vítimas

A coleta de testemunhos realizou-se em âmbito nacional, contabilizando 16.917 depoimentos narrados em língua materna (castellano, aymara, quechua, asháninka) que se encontram em suporte de papel e os acompanham 18.696 cassetes de áudio que constituem fonte oral valiosíssima. Os testemunhos podem ser individuais ou coletivos. Para cada testemunho foram preenchidas quatro guias de trabalho (da testemunha, do declarante, da vítima e do executor).

Os depoimentos são muito importantes porque neles as pessoas contam *suas verdades*, narram suas histórias, dão informações sobre a maneira como viveram a violência em sua comunidade, instituição ou família. São testemunhos pessoais e coletivos em que se dão nome às vítimas e aos perpetradores. São recordações que estiveram guardadas, martirizando-os, impedindo-os de prosseguir em suas vidas, chorar seus familiares desaparecidos ou assassinados, narrar seus sofrimentos; em alguns casos tiveram suas vidas separadas por um antes e um depois do feito traumático, vivências que se visualizam através deste relato.

Nos testemunhos das mulheres assinalam-se os pormenores da detenção-desaparecimento ou assassinato de seu filho, esposo, irmão ou pai. Voltam a viver e a sofrer o dano infringido a seu familiar. Elas não se reconhecem como vítimas, o que elas viveram, seus sofrimentos são colocados em um segundo plano, são invisíveis. Essa é uma característica dos relatos das mulheres.

As testemunhas apresentaram como provas do sucedido os documentos pessoais do desaparecido ou assassinado, as fotos das vítimas e, em alguns casos, recortes de periódicos; dessa documentação foram feitas cópias para incorporá-las à pasta e os originais foram devolvidos às testemunhas.

Em todos os testemunhos encontramos a demanda dos familiares pelo corpo do desaparecido com o objetivo de dar-lhe uma sepultura; reclama-se punição para os responsáveis. Pede-se ajuda econômica e educação para os órfãos e proteção às viúvas que ficaram na extrema pobreza; atenção médica para os doentes do corpo e ajuda psicológica para curar os males da alma. Foi perguntado à testemunha se autorizava que seu nome aparecesse no informe final da CVR e, em caso positivo ou negativo, fez-se com que ela assinasse ou pusesse sua impressão digital na ficha; este dado atualmente serve para respeitar a confidencialidade ao oferecer a informação solicitada.

Considero que os testemunhos escritos e orais são fontes de primeira mão. Neles encontramos informações sobre as relações e conflitos que existiam entre as comunidades e dentro delas e como foram afetados os costumes ancestrais durante o período da violência. Outro campo que se pode trabalhar é a quase nula presença do Estado na vida da população. Sabe-se que a figura do professor é reverenciada no povoado andino e podemos resgatar o papel da educação e dos professores antes e durante o período da violência.

Os testemunhos dos presos

Foi priorizada a coleta de testemunhos da população afetada pela violência, não se podia deixar de recolher os depoimentos das partes em conflito. Para isso, formaram-se equipes de entrevistadores que foram aos cárceres dialogar com os internos acusados de terrorismo (SL, MRTA e inocentes) e recolheram-se seus testemunhos, alguns internos os entregaram por escrito.

Nos depoimentos encontramos diferenças entre os comprometidos politicamente com o SL, MRTA ou outro partido de esquerda e aqueles inocentes acusados injustamente de terrorismo. No caso dos comprometidos politicamente com o SL, MRTA ou outro partido de esquerda, seus testemunhos têm uma forte carga política, eles assumem o compromisso e o custo pessoal. Temos os que reafirmaram sua posição política, os que reconheceram que se equivocaram e pedem perdão à sua família e às vítimas pelo dano causado. A situação dos presos inocentes acusados de terrorismo é comovedora. São histórias em que se entrecruzam pobreza, exclusão e racismo. Muitos deles foram detidos por serem estudantes de universidades públicas, por serem pobres que viviam em assentamentos, os famosos *conos*, aos quais se acrescentam a cor da pele e as características andinas.

Todos eles foram torturados e denegridos pela política carcerária aplicada aos apenados. Junto com eles, suas famílias sofreram perseguição, extorsão, torturas psicológicas e, às vezes, detenções por ter um familiar preso. Temos como resultado famílias desarmadas que se viram afetadas social e economicamente, sendo marginalizadas e despedidas de seus empregos. Quando um familiar visitava um preso sofria humilhantes revistas, por isso temiam voltar e acabavam por abandonar o preso inocente.

Cada história de um preso inocente é uma ferida aberta que precisa ser tratada, e me pergunto: “Como devolver a dignidade a quem sem culpa alguma foi detido e torturado física e psicologicamente?”. No caso das mulheres, muitas vezes elas sofreram violações sexuais pelos supostos “guardiães da ordem.” Finalmente, foram julgados e condenados a penas de 20, 25 anos ou à prisão perpétua, por juízes sem rosto que quase nunca leram os casos porque não lhes interessava e nem se preocupavam a quem estavam condenando.

Testemunhos dos membros das forças militares e policiais

No que diz respeito às forças militares, são poucos os testemunhos recolhidos pela CVR, um ou outro licenciado do Exército conta a experiência vivida nas incursões aos povoados das montanhas. Existe o testemunho de um soldado que não quis que seu nome fosse registrado, é um NN que num extenso relato busca justificar os abusos cometidos contra as populações indefesas, ressaltando a insegurança da zona, o abandono da sua sorte por parte de seus superiores e a hostilidade dos habitantes. Pode-se ler nas entrelinhas o desprezo e a rejeição ao *serrano* quando se diz que muitas vezes tiveram que matar aqueles que, por sua vestimenta e características faciais, pareciam *terroristas*.

Os oficiais das Forças Armadas e policiais foram entrevistados com base nos casos que a CVR vinha investigando, buscava-se colher informação sobre a aplicação da estratégia antissubversiva. Pode-se dar como exemplo a entrevista realizada pela CVR com o general EP* Luís Pérez Document, a quem se perguntou sobre sua atuação no caso do *Assassinato e Desaparecimento de Universitários e Catedráticos da Universidade do Centro* e pela morte de nove estudantes e um professor da Universidade Enrique Guzmán y Valle, ocorrida no ano de

1992. Foram poucos os oficiais das Forças Armadas que aceitaram conceder uma entrevista aos membros da CVR; a maioria se negou e as instituições militares não ofereceram mais informação sobre seus membros.

Testemunhos dos atores políticos

Foram realizadas entrevistas com os líderes dos principais partidos políticos que estiveram envolvidos nesse período de violência e também com os donos dos meios de comunicação, os jornalistas, as autoridades acadêmicas. Esse material é pouco examinado pelos pesquisadores, mas o considero importante por ser o olhar daqueles que tiveram uma participação política nesses momentos de violência vividos por nosso país.

O valor do informe final da CVR

Acredito que foi um grande avanço para o país estabelecer a Comissão da Verdade e Reconciliação, seu informe final serviu para expor os grandes problemas que temos como sociedade. Enfim, tanto a sociedade civil como o Estado vêm executando políticas de reparação e justiça para as vítimas da violência política; há muito a fazer e temos o desafio de olhar esse passado recente para propor políticas de memória nas escolas, colégios e universidades, de forma que as novas gerações se empenhem em buscar uma sociedade inclusiva, de respeito à diversidade e com o fortalecimento dos direitos humanos no cotidiano da nossa vida.

Transferência do acervo documental à Defensoria do Povo

A CVR apresentou seu informe final ao país em 29 de agosto de 2003 e, na mesma data, publicou o D.S. nº 078-2003-PCM, mediante o qual se dispôs a formar as comissões de transferência para a entrega do acervo documental à Defensoria do Povo e dos Bens, e a informação e documentação administrativa, econômica e financeira à Presidência do Conselho de Ministros. Em novembro de 2003, realizou-se a transferência do acervo da CVR para a Defensoria do Povo e, em dezembro, formalizou-se a entrega, mediante a assinatura da ata de transferência, tendo como anexos os dispositivos legais e os inventários de transferência.

O total do acervo documental que a CVR entregou à Defensoria do Povo é composto de:

Testemunhos: 16.917 pastas

Fotos em papel: 13.139 fotos

Fotos em negativo: 3.810 tiras

Vídeos: 1.109 peças

Máster (BETA, HI8): 428 peças

Áudios: 18.696 cassetes

78 casos investigados: 453 pastas

Locais de sepultamento: 1.055 pastas

Biblioteca: 1.150 (livros, revistas)

O mais importante do acervo da CVR são os 16.917 testemunhos recolhidos e processados pela equipe da instituição nas cinco sedes regionais, em algumas pastas encontram-se as fichas de *ante mortem* de um total de 1.504 desaparecidos. Os testemunhos estão digitalizados e para busca conta-se com uma base de dados.

- a. Total de testemunhos da Sede Regional Lima: 3.055
- b. Total de testemunhos da Sede Regional Sul Central: 5.432
- c. Total de testemunhos da sede Regional Centro: 3.086
- d. Total de testemunhos da sede Regional Nordeste: 3.459
- e. Total de testemunhos da Sede Regional Sul Andino: 1.885

Foram recebidas 1.055 pastas de locais de sepultamento que conformam o Registro Nacional de Locais de Sepultamento (RNSE) desenvolvido nos territórios das seguintes sedes:

- a. Sede Nordeste (San Martín, Huánuco, Ucayali).
- b. Sede Centro (Cerro de Pasco, Junín, Huancavelica).
- c. Sede Sul Central (Ayacucho, Apurímac, Huancavelica).
- d. Sede Sul Andino (Apurímac, Cuzco, Puno, Madre de Dios).

O RNSE abarca um total de 4.644 locais de sepultamento; essa soma é composta das visitas diretas a 2.200 locais de enterros presumidos e de 2.444 cemitérios conhecidos, coletados nos depoimentos existentes na Base de Dados Geral, assim como na informação recolhida na elaboração do Registro. A documentação encontra-se digitalizada e a busca é realizada através da base de dados.

O Centro de Informação e as investigações sobre memória e direitos humanos

No marco do fortalecimento das capacidades da Defensoria do Povo, para incorporar à agenda nacional o debate e a tomada de decisões sobre os temas centrais que propõe o Informe da Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR), cria-se o *Centro da Informação para a Memória Coletiva e os Direitos Humanos* (CI), datado de 19 de abril de 2004¹, em um local situado no Centro de Lima, dependente administrativa e financeiramente da Defensoria do Povo, uma instituição autônoma cuja máxima autoridade, a Defensora do Povo, Beatriz Merino Lucero, foi nomeada no ano de 2006 e ratificada pelo Congresso da República.

Tem como objetivo colocar a serviço da sociedade todo o acervo documental da Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR), das antigas Fiscalizações Especiais da Defensoria do Povo e Direitos Humanos do Ministério Público, assim como a informação sobre os direitos humanos gerada pela Defensoria do Povo. Atende aos familiares e vítimas da violência política, aos órgãos judiciais, às organizações de direitos humanos, aos estudantes de universidades e colégios e aos pesquisadores nacionais e internacionais.

Seu funcionamento é parte das reparações que se vem implementando a partir do Estado. Busca-se oferecer informação à cidadania para reflexão sobre esse período de violência, para que se identifiquem as causas das mesmas e se procure dar soluções integrais para que no país seja desenvolvida uma democracia forte, uma sociedade inclusiva, com cidadãos respeitadores de suas diferenças e abertos ao diálogo.

Depois de sete anos de sua criação e com o apoio de diversas fontes cooperantes, entre elas o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a EU, o Centro de Informação não só deu prosseguimento à difusão das recomendações da CVR, como assumiu o desafio de garantir a conservação e a segurança de seu acervo. Atualmente, 70% de seu acervo documental está digitalizado e disponível na sua página da web e a documentação digitalizada conta com cópia de segurança.

Os usuários do Centro de Informação

De abril de 2004 a dezembro de 2010, presencialmente e por via eletrônica, atendeu-se a cerca de 18.000² usuários que consultaram nossos acervos documentais e bibliográficos, solicitaram a reprodução dos registros, vídeos, fotos e áudios e visitaram o CI para conhecê-lo e posteriormente fazer uso de seus serviços. Foram atendidos pedidos de informação de vítimas, familiares de vítimas, juízes e fiscais, advogados de direitos humanos e público em geral. A documentação mais solicitada são os testemunhos. Para os familiares ou vítimas é importante ter cópia de seu depoimento ou de seu familiar para registrarem-se no Conselho de Reparações, entidade do Estado que vem organizando o Livro de Registro Único de Vítimas, que subsidiará as reparações individuais a serem implementadas pelo Estado peruano.

Outros grupos de usuários do Centro de Informação são os pesquisadores que trabalham com os temas das violações aos direitos humanos do período de violência política. Foram recebidos historiadores, cientistas políticos, jornalistas, advogados, nacionais e estrangeiros, que vieram realizar suas pesquisas para suas teses ou publicações.

Foi criada uma campanha de difusão nos colégios e universidades através de exposições fotográficas e feiras que nos permitiram chegar a um novo grupo de usuários, os estudantes dos colégios e universidades, que não só examinam o acervo da CVR como também se interessam pelo trabalho da Defensoria do Povo na defesa dos direitos humanos das crianças, do meio ambiente, da mulher etc.

Importância dos expedientes e testemunhos no processo judicial

É importante destacar o serviço oferecido pelo CI para a investigação judicial que os juízes e fiscais empreendem sobre os casos apresentados à CVR. Posso citar como exemplos de casos atendidos os de Lucanamarca, Colina, Manta y Vilca, Penales, entre outros; para todos esses processos o CI oferece cópia dos depoimentos recolhidos pela CVR assim como dos registros das antigas Fiscalizações Especiais de Direitos Humanos.

Por fim, tem-se incrementado as solicitações dos juízes e fiscais que requerem a verificação nas diferentes bases de dados operadas pelo CI, nos arquivos da CVR, nos das antigas Fiscalizações Especiais da Defensoria do Povo e Direitos Humanos do Ministério Público e na CNDH para responder por escrito se há ou não a informação solicitada.

Quanto aos testemunhos, é importante assinalar que existem os que foram autorizados pelos declarantes e os não autorizados e o acesso a eles se faz segundo o tipo de usuário. Aos familiares e vítimas entrega-se gratuitamente a cópia de seu testemunho, aos investigadores, organizações de Direitos Humanos e à mídia disponibiliza-se para exame os testemunhos autorizados pelo declarante. Fica descartado o empréstimo da documentação confidencial, para isso nos amparamos na norma que rege o funcionamento do Centro de Informação. No caso das organizações de Direitos Humanos, indica-se o juizado em que se encontra o caso que contém o testemunho sigiloso, para que possam ter acesso à sua leitura através do juizado.

Aos juízes e fiscais entrega-se a cópia da informação confidencial, assinalando o caráter reservado da documentação e transferindo a eles a responsabilidade. Para oferecer um serviço melhor aos juízes e fiscais é premente terminar a digitalização de todo o acervo da CVR e começar a digitalização dos registros das antigas Fiscalizações Especiais da Defensoria do Povo e Direitos Humanos que são os mais solicitados pelas autoridades judiciais.

Finalmente, é importante assinalar que o CI conserva uma documentação confidencial, como as entrevistas de testemunhas sigilosas realizadas pela CVR; essa documentação serve só a juízes e fiscais com consulta prévia à Junta de Direitos Humanos, que avaliam a sua entrega.

Yuyanapaq, para recordar

Um povo sem memória é um povo sem destino. Um país que resolve fechar os olhos ante as tragédias da guerra, o crime inumano, o desaparecimento de pessoas, a violência contra as mulheres, o assassinato traiçoeiro e noturno, a matança de inocentes será uma sociedade incapaz de olhar para si mesma e, portanto, propensa a repetir as causas e os efeitos da violência, da discriminação e da morte. (Merino e Lucero, 2006)

O centro de Informação para a Memória Coletiva e os Direitos Humanos tem a seu cargo a difusão e a manutenção da mostra fotográfica *Yuyanapaq, para recordar* exposta no sexto piso do Museu da Nação. Yuyanapaq, que em língua quíchua significa *para recordar*, é um espaço de comemoração que, utilizando a fotografia como ferramenta do conhecimento e recordação, mostra provas irrefutáveis do horror vivido no período de 1980-2000, constituindo-se assim em um Informe Final Visual da Comissão da Verdade e Reconciliação. As 179 imagens que a compõem constituem o aporte de mais de 90 arquivos provenientes dos meios de imprensa escrita, fotógrafos independentes, agências de notícias internacionais, instituições militares, instituições de direitos humanos, ONGs, Igreja e álbuns familiares. *Yuyanapaq, para recordar* abriu suas portas, pela primeira vez em agosto de 2003, e foi visitada por mais de 200 mil peruanos, incluindo as vítimas e seus familiares.

Assim sendo, constituiu-se na primeira reparação simbólica que desempenhou um papel significativo no longo caminho até a reconciliação nacional. Encerrou suas atividades em 2005. A Defensoria do Povo, em seu compromisso por fortalecer a democracia e promover os direitos humanos, reabriu *Yuyanapaq, para recordar* em 2006, no Museu da Nação, como espaço para resistir ao esquecimento, à ignorância e à negação. A exposição, que se apresenta no sexto piso da Nação, está dividida em 23 salas temáticas que abarcam os 20 anos de conflito armado interno no Peru.

As Salas

Cronologia; 2. Sala de vídeo; 3. O início da violência; 4. Caso Uchuraccay; 5. A tragédia ayacuchana; 6. A guerra em San Martín; 7. A guerra na floresta central; 8. A exibição da violência; 9. Homenagem às vítimas; 10. A crise extrema; 11. Huaycán e Raucana; 12. Rondas e Comitês de autodefesa; 13. Cárceres; 14. Caso Molinos; 15. A guerra e a universidade; 16. María Elena Moyano; 17. Matança de Bairros Altos; 18. Tarata; 19. Operação Chavín de Huántar; 20. Órfãos; 21. Histórias de resistência; 22. Testemunhos; 23. Sala de reunião; 24. Centro de Informação.

Desde julho de 2006 a dezembro de 2010 a exposição recebeu mais de 100.000 visitantes, entre estudantes de colégios, universidades, visitantes – estrangeiros e nacionais –, que recorrem às salas temáticas para rememorar ou conhecer os acontecimentos mais dramáticos que o Peru viveu no período de 1980 a 2000.

Notas

1 - Primeiro funcionou em Jirón Miró Quesada, nº 398; atualmente funciona em Jr. Ucayali, nº 394, próximo a Lima.

2 - Estatística da CI de dezembro de 2010.

Recebido em 26/01/2014

Arquivo Geral da Nação da República Dominicana: apresentação institucional

The General Archive of the Dominican Republic: an institutional presentation

Raymundo Gonzalez

Assessor Histórico do Departamento de Investigações e Divulgação do
Arquivo Geral da Nação da República Dominicana
oaip@agn.gov.do

RESUMO:

O Arquivo Geral da Nação iniciou, faz menos de uma década, um processo de mudança institucional que tem transformado a gestão arquivística na República Dominicana. A partir de 2008, o AGN converteu-se por lei em instituição diretora dos arquivos nacionais e vem empreendendo duas tarefas-chave: a formação arquivística e o desenvolvimento de programas culturais como meios para consolidar o Sistema Nacional de Arquivos.

Palavras chave: mudança institucional; gestão arquivística; programas culturais

ABSTRACT:

Less than a decade ago, the General Archive of the Nation began a process of institutional change that has been transforming archiving management in the Dominican Republic. From 2008, the AGN (Archivo General de la Nación) became the directing institution of the national archives by law, and has undertaken two key tasks: archiving training and developing cultural programmes as a means to consolidate the National Archives System.

Keywords: *institutional change; archiving management; cultural programmes*

As ações da atual gestão do AGN, desde seu início até o final de 2004, têm sido encaminhadas de maneira a configurar as bases e as condições institucionais para a boa gestão dos arquivos dominicanos, objetivando apontar as boas práticas dos arquivos conforme a Constituição e as leis que garantem os direitos dos cidadãos e o cumprimento das modernas normas arquivísticas vigentes em âmbito internacional.

Cinco blocos constituem as áreas de ação do Arquivo Geral da Nação da República Dominicana no processo de transformação que vem desenvolvendo até esta data. Eles estão enquadrados em uma gestão baseada na ética e na transparência institucionais, a saber: base legal; infraestrutura e equipamento; formação arquivística; gestão arquivística e programas culturais de apoio.

Para realizar o trabalho contou-se com uma equipe de profissionais e com o apoio do Poder Executivo. Receberam-se outros suportes nacionais e internacionais, tanto de instituições como de pessoas; esses têm sido muito importantes e entusiastas.

Base legal:

- Em 1847, criou-se a praça do Arquivista Nacional, por Decreto do Congresso Nacional;
- Em 1935, criou-se, por lei, o Arquivo Geral da Nação;
- Em 2008, foi substituída pela Lei Geral de Arquivos que cria o Sistema Nacional de Arquivos.

O processo de preparação dessa última começou em 2005, com um anteprojeto assentado sobre a base de um plano de transformação do Arquivo Geral da Nação (AGN) e de se criar um Sistema Nacional de Arquivos (SNA) e de Arquivos Regionais subsidiários ou filiais do AGN: a lei foi discutida com os responsáveis pelos arquivos das instituições públicas e privadas, além de expoentes nacionais e estrangeiros, que contribuíram para o processo em suas diversas etapas, até ser debatida e aprovada no Congresso Nacional. Essa Lei criou os órgãos de governo da AGN, como instituição dirigente da SNA, e os organismos técnicos deste. Pelo decreto do Poder Executivo, em 2010, estabeleceu-se o regulamento de aplicação da Lei Geral de Arquivos.

Infraestrutura e equipamento

O edifício construído pela ditadura, em 1954, especialmente para sediar o arquivo estava saturado desde 2005. Não recebia transferências. O último recolhimento importante foi uma parte do acervo do Arquivo do Palácio Nacional, em 1997, que foi interrompido. As salas de trabalho tinham sido designadas a instituições alheias ao AGN. No mesmo ano, iniciou-se a ampliação do edifício que também foi interrompida, até as gestões que, a partir de 2005, conduziram a recuperação de parte dos espaços e reiniciaram os trabalhos de ampliação que foram completados em 2012, quando se inaugurou o edifício anexo e a remodelação do edifício original.

Em 2005, iniciou-se a recuperação do edifício, isso implicou, para além de remover as instituições não arquivísticas, retomar a ampliação do edifício e criar de imediato um departamento de conservação que se encarregou de eliminar as pragas e os fungos, de medir a temperatura e a umidade, de consertar os telhados, da limpeza geral, da fumigação, de colocar extintores e estabelecer regras mínimas. Removeram-se as prateleiras no nível do piso, começou-se a limpeza mecânica dos fardos [de documentos] (mais de 200.000 unidades ou 30 kms). Para isso, contratou-se pessoal adicional que foi sendo ampliado conforme avançavam as tarefas.

Instalou-se um laboratório de conservação e restauração com as equipas necessárias para o tratamento do papel, das fotografias e das encadernações; uma sala de quarentena e desinfecção a base de nitrogênio. Também foram trocadas as persianas de alumínio pelas janelas de vidro duplo com redutores de luz em todos os depósitos, mudaram-se as estantes danificadas, colocaram-se higrômetros térmicos nos depósitos, ventilação artificial e desumidificadores para controlar e normalizar as temperaturas sem impactar os documentos.

Além disso, instalou-se um moderno sistema para o desenvolvimento de um arquivo virtual disponível hoje na web. Este exigiu a instalação de uma sala com escaners planetários, sistemas de informática para o tratamento de imagens e descrição arquivística, armários para documentos eletrônicos, bases de dados escaláveis, servidores para a gestão das bases de dados e a gestão das comunicações pela internet.

Tendo sido gerada uma demanda, por parte dos departamentos que tinham muitos documentos acumulados, para que se fizessem transferências ao AGN, foi preparado um depósito intermediário em Haina com capacidade para 30 km de documentos, estando prevista a construção de outro similar. Ao completar-se a ampliação do edifício foram adicionados 8 km lineares de estantes, além de uma sala de conferências.

Formação arquivística

Na República Dominicana desconheciam-se todos os avanços da arquivística moderna e o que se estava realizando no âmbito internacional, desde os anos 1980, no que concerne às normas para a descrição arquivística. A base de todos os avanços realizados tinha sido a formação do pessoal, geralmente jovens estudantes universitários ou recém-graduados em profissões afins e com interesse em desenvolver-se como tais no campo da Arquivística (esta é vista como uma profissão nova e com potencial de crescimento, se a projeção da atividade arquivística em todo o país continuar como se presente). Um grupo do AGN realizou cursos no exterior e outro um curso no país organizado pelo AGN e a universidade estatal com a participação de professores de Espanha, México, Cuba, Venezuela e Porto Rico.

A formação básica multiplicou-se na forma de cursos dirigidos aos arquivistas de todas as entidades públicas. Foram ministrados mais de 20 cursos e a cada ano cresce a demanda.

Além disso, os cursos de formação básica foram assumidos pelo Instituto de Formação Técnica Profissional (Infotep).

Muitas entidades públicas e privadas começaram a solicitar formação e a pleitear assessorias na área de arquivos para estabelecer seus próprios projetos de reorganização arquivística que foram feitos de acordo com a nova lei. A essas necessidades respondeu o departamento da SNA.

Gestão arquivística

Em 2005, deu-se início às tarefas com um plano de trabalho quase elementar, pois se tratava de salvaguardar a documentação e deter o quanto antes sua deterioração, como se viu anteriormente. O maior destaque desse plano era o projeto da Lei Geral de Arquivos, já mencionado. Com esse plano, começaram a ser aplicados planos sistemáticos de conservação preventiva, programas de descrição, que foram precedidos pela formação do primeiro inventário topográfico, e que permitiu o controle geral dos fundos arquivísticos.

Limitou-se a entrada de pessoal nos depósitos. Conjuntos e papéis que estavam no chão dos depósitos foram suspensos, e com eles formou-se uma seção fictícia de quase 6 mil conjuntos sem identificação, que se foi reduzindo à medida em que foram sendo identificados corretamente e colocados em seus respectivos lugares.

Ao final do ano de 2005, pôde-se contar com o primeiro plano estratégico de médio prazo (trienal), que dividimos em três planos operativos anuais, com um sistema baseado em metas. Posteriormente, definiram-se outros planos estratégicos destinados a consolidar as realizações alcançadas e projetá-las para a SNA. Entre os pontos de maior destaque:

- Elaborou-se o inventário topográfico de todos os fundos.
- Efetuou-se o quadro de classificação de fundos do AGN.
- Identificaram-se e descreveram-se as séries de cada fundo.
- Organizou-se o programa de descrição baseado nos campos obrigatórios da ISAD-G nos níveis: a) de documento corresponde o projeto de digitalização; b) de série, para todos os demais.
- Recebeu-se uma transferência do Arquivo do Palácio Nacional de 8 mil caixas de documentos (tamanho gaveta) que se transformaram em cerca de 35.000 conjuntos ou caixas normatizadas.
- Recebeu-se a transferência de cerca de mil rolos de películas de 35mm em celuloide, em muito mau estado de conservação, procedentes da Cinemateca Nacional.
- Realizou-se a primeira fase do projeto de digitalização do AGN, que abarcou os fundos coloniais e da República até 1900 (17.000 conjuntos).
- Realizou-se um censo-guia de arquivos do país, com vistas a especificar os planos de ação da SNA.

Posteriormente, definiram-se outros planos trienais de desenvolvimento. Tais planos estratégicos foram orientados em função da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, convertida em lei no ano de 2012. Assim, o AGN e o SNA enfocam o fazer arquivístico com o objetivo de desenvolvimento nacional.

A gestão arquivística baseou-se também na abertura às instituições produtoras, que foram consultadas desde o início para que opinassem sobre o projeto. Também foram chamados a participar em mesas de trabalho para especificar as normas de descrição arquivística nas oficinas de gestão e nos arquivos centrais das instituições. Isto permitiu um maior compromisso para alcançar os objetivos.

Assim, foram organizados três Encontros Nacionais de Arquivos, um deles em fevereiro de 2014. Esses congressos fomentam a comunicação entre os arquivistas, uma linguagem comum, o interesse pelo aperfeiçoamento, a identidade profissional, além de estimular a cultura arquivística dos responsáveis pelos arquivos e na população. Tratam-se temas de política arquivística e também intercâmbios de experiências e temas científicos e tecnológicos de muita relevância, considerando-se os orçamentos limitados das instituições arquivísticas.

Programas culturais e educativos

A gestão dos programas culturais tem sido a chave para os desenvolvimentos alcançados pelo AGN nas áreas mencionadas anteriormente. Atualmente, é o capítulo de maior transcendência para responder às novas necessidades de informação e educação que a sociedade demanda e que desafia a instituição a ter um papel cultural mais ativo, formando redes com instituições de pesquisa e educativas nos níveis médio e superior.

De modo a contribuir para os fins de apoio cultural e educativo, o AGN tem implantado: uma ampla série de programas de difusão através da rádio, com dois programas semanais (A Voz do AGN e a A Tertúlia do AGN); a organização de ciclos de conferências, palestras e circulação de livros etc. Para isso, conta-se, desde o ano de 2012, com a Sala de Conferências. Além disso, promove a abertura de exposições de arte pública, que são realizadas sob o conceito de exposição itinerante no perímetro que cerca o próprio arquivo, no parque Independência, na Praça da Cultura, nas províncias e nas escolas que o solicitarem. Também criou-se uma Sala de Exposições, destinada ao público estudantil e que conta com uma pequena exposição permanente através da qual se divulga a função do Arquivo como repositório da memória do país e se apresentam alguns documentos emblemáticos; nessa sala reserva-se um espaço para exposições temporárias.

Entre outros programas da área cultural, encontra-se o de difundir e compartilhar fontes arquivísticas, a realização de seminários nacionais e internacionais conjuntamente com a Academia Dominicana de História, a Universidade Autônoma de Santo Domingo e outras entidades acadêmicas e culturais. Recentemente, está sendo desenvolvida a Biblioteca

Digital Dominicana na qual se pode consultar o texto completo de livros dominicanos e documentos oficiais de domínio público.

Por outro lado, criou-se um arquivo de História Oral que coleta testemunhos de natureza diversa, através de projetos de pesquisa que priorizam os temas relativos aos direitos humanos. Promoveu-se a difusão da música dominicana, tradicional e culta, por meio de CD-roms impressos com estudos e apresentações, para o qual se realizou um acordo com o Arquivo Nacional de Música. Realizou-se a publicação de mais de 200 livros, incluindo estudos e fontes documentais. E as revistas *Boletim do Arquivo Central Geral da Nação* (BAGN) e *Memórias de Quisqueya*, que são distribuídos em bibliotecas universitárias e liceus secundários, assim como a professores e pesquisadores.

Perspectivas atuais: O AGN e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento

A partir de 2012, a lei de Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2030 estabeleceu as grandes linhas a seguir, a fim de superar os principais desafios do presente em uma visão conjunta e coerente para o desenvolvimento humano da sociedade.

Em consequência, o desafio mais importante do momento atual para contribuir para as metas de desenvolvimento propostas é a criação da Rede de Arquivos Regionais, como estabelecido na Lei Geral de Arquivos. Também, em matéria tecnológica, o desafio principal refere-se ao tratamento arquivístico dos documentos digitais e aos depósitos para aqueles que devem ser conservados por longo prazo. Isso permitirá um maior fortalecimento da função arquivística em todos os planos: desde o desenvolvimento profissional, através da formação, o prosseguimento e acompanhamento dos arquivos públicos e privados, no que diz respeito à atenção aos usuários dos mesmos, que terão um acervo de documentos próximo para o estudo dos problemas regionais e locais, assim como para adentrar-se nas trajetórias identitárias de suas respectivas comunidades, e em tudo aquilo referente ao apoio cultural e educativo a que os arquivos estão destinados, e, dessa maneira, contribuir para o desenvolvimento efetivo de suas comunidades.

Desde 2010, o AGN está inscrito na definição de metas e produtos do plano plurianual da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END), então apenas projeto, que hoje coordena o Ministério do Planejamento e Economia. Sob essas diretrizes, seus últimos projetos estratégicos incluíram em seus parâmetros as Leis 1 e 2 da END, a saber:

- 1) Estado Social Democrático e de Direito
- 2) Sociedade com Igualdade de Direitos e Oportunidades.

Presentemente, o AGN está voltado para o estabelecimento dos primeiros arquivos regionais do país como filiais ou extensões do AGN em suas principais divisões territoriais. Com isso, pretende-se fortalecer os avanços que a gestão arquivística tem realizado na última década, nesse âmbito. A nação poderá delinear uma moderna e eficiente gestão da informação

documental em nível territorial, articulada à gestão cultural e ao conhecimento, como é o propósito geral dos planos estratégicos do AGN, no marco das funções que estabelecem a Lei Geral de Arquivos e a Lei de Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2030.

Recebido em 26/01/2014



O Laboratório de Preservação Audiovisual do Arquivo Geral da Universidade da República

The Audiovisual Conservation Laboratory of the General Archive of the University of the Republic

Isabel Wschebor

(Coord.), assistente de pesquisa e coordenadora do Laboratório de Conservação
Isabelwp@gmail.com

Julio Cabrio, Lucía Secco e Mariel Balás

RESUMO:

Em meados de 2007, a reitoria da Universidade da República encarregou ao Arquivo Geral da Universidade (AGU) a custódia do acervo do Instituto da Universidade (ICUR), cujo funcionamento estendeu-se de 1950 até sua intervenção, em 1973. Esse acervo, localizado então no subsolo da Faculdade de Direito, nas dependências do Departamento de Meios Técnicos e de Comunicação, incluía quase 800 películas e mais de 12.000 fotografias produzidas e adquiridas por esse Instituto, assim como seu arquivo administrativo e uma biblioteca especializada em filme e fotografia científica, que conta com exemplares únicos de revistas e edições dos anos 1950 e 1960 do século passado.

Este artigo descreve as distintas etapas mediante as quais o Arquivo Geral da Universidade se preocupou em salvaguardar e conservar esse fundo documental e qual foi a metodologia de trabalho aplicada no tratamento do mesmo.

Palavras-chave: arquivo; filme; conservação

ABSTRACT:

In mid-2007, the rectorship of the University of the Republic entrusted the AGU (General Archive of the University of the Republic) with the care of the collection of the ICUR (Institute of Cinematography of the University of the Republic), which functioned from 1950 until its end in 1973. This collection – then kept in the basement of the Faculty of Law, within the premises of the Department of Technical Means of Communication – included over 800 films and more than 12,000 photographs produced and acquired by the institute, as well as its administrative archive and a library specialising in scientific film and photography, which includes unique issues of magazines and publications from the 1950s and 1960s.

This article describes the different stages the General Archive of the University went through as it sought to safeguard and conserve this documental collection, and the methodology used for its treatment.

Keywords: archive; film; conservation

Um filme nos diz tanto sobre um indivíduo, um grupo de pessoas, um país, uma época determinada como um livro, um código, um manuscrito ou uma coleção de documentos. Um filme é, em si mesmo, um acervo documental em imagens. É também um testemunho criativo que é dirigido a toda a humanidade...

Alfonso Del Amo García, *Classificar para preservar* (Madri: Filmoteca Espanhola/Conaculta, 2006).

O Arquivo Geral da Universidade da República (Montevidéu/Uruguai) funciona desde o ano de 2002 e tem como atribuição custodiar a documentação histórica e administrativa da Instituição, assim como assessorar os diferentes setores no que concerne ao cuidado com seus arquivos. Há seis anos, custodia o fundo de películas do antigo Instituto de Cinematografia da Universidade da República e o conhecimento obtido nesse contexto nos permitiu desenvolver um Laboratório de Preservação Audiovisual.

Parece-nos importante transmitir a experiência de trabalho interdisciplinar com o fundo documental do antigo Instituto da Universidade (ICUR) porque pode inspirar empreendimentos igualmente ousados de tratamento integral da documentação histórica com fins de divulgação patrimonial. Queremos destacar também a intenção de formar equipes técnicas especializadas em temas de grande relevância no campo audiovisual e na vida cultural de nosso país. Após relatar as diferentes etapas do trabalho realizado, este artigo fornece algumas diretrizes para o tratamento dos materiais audiovisuais, derivados da experiência concreta de trabalho com o acervo do ICUR.

A recuperação do acervo

Em meados de 2007, a direção da Universidade da República encarregou à AGU a custódia do acervo do ICUR, que funcionou desde 1950 até a sua intervenção, em 1973. Esse acervo, localizado então no subsolo da Faculdade de Direito, nas dependências do Departamento de Meios Técnicos e de Comunicação, inclui quase 800 películas e mais de 12.000 fotografias produzidas e adquiridas por esse Instituto, assim como seu arquivo administrativo e uma biblioteca especializada em cinema dos anos 1950 e 1960 do século passado.

Para entender a relevância desse fundo documental é importante destacar que o ICUR foi a primeira instituição no Uruguai destinada à produção de filme científico e pedagógico. Desenvolveu um trabalho inovador no campo da micro e macrocinematografia, com métodos audiovisuais pioneiros na observação dos fenômenos biológicos. Converteu-se, posteriormente, em um espaço de inovação em âmbito nacional no que concerne ao cinema documentário de interesse social e político.

Isabel Wschebor, que coordena o trabalho com esse acervo, reconstrói essa história em sua tese de mestrado em estudos latino-americanos da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação. Sua pesquisa situa o ICUR no contexto do desenvolvimento do gênero documentário na América Latina e dos processos de institucionalização da atividade científica no Uruguai, mediante uma detalhada reconstrução das diferentes etapas do cinema e da fotografia universitárias. Este trabalho historiográfico tem servido de base a todo o projeto de resgate do arquivo que, por sua vez, serve-lhe de esteio. Não é exagerado afirmar que se trata de um acervo único para estudar o papel da Universidade da República na história da arte, os meios, as tecnologias, a ciência e a cultura em seu sentido mais amplo. Sua preservação e disponibilidade ao público constitui a primeira etapa de uma cadeia de trabalho orientada para a investigação em áreas de interesse prioritário para a AGU.

Nesse sentido, é necessário lembrar que são documentos muito instáveis do ponto de vista físico-químico e, portanto, seu acesso requer um minucioso trabalho de conservação. O arquivo inclui centenas de películas cinematográficas analógicas, em sua maior parte sonoras, cujo suporte flexível é, na maioria dos casos, acetato de celulose submetido a uma emulsão fotossensível formada por gelatina e sais de prata. Após a proibição da produção de nitrato de celulose na Europa e nos Estados Unidos entre as décadas de 1940 e 1950, o acetato se converteu no principal plástico utilizado como suporte para as películas fotoquímicas, tanto em fotografia como no filme. Nas últimas décadas, tem-se observado sua rápida decomposição devido ao contato com temperaturas elevadas, liberando o ácido acético com que havia sido fabricado (e que lhe dá seu característico odor de vinagre). Esse gás é altamente tóxico e se dissemina rapidamente para o resto das coleções provocando perdas irreversíveis. No presente caso, essa grande instabilidade físico-química tem sido agravada de forma exponencial porque as fitas não foram conservadas nem reproduzidas em condições ambientais e tecnológicas favoráveis.

Após um intenso debate coletivo, a equipe da AGU decidiu que a tarefa de recuperação desse arquivo não podia realizar-se a partir de critérios técnicos reproduzidos de forma acrítica. Por isso, faz três anos que vimos desenvolvendo diferentes linhas de trabalho que possibilitaram pesquisas específicas vinculadas tanto ao fenômeno da digitalização e da transferência de formatos em filme como à conservação de materiais físico-químicos. A atividade foi realizada em diferentes etapas que descrevemos em termos gerais em seguida, para depois desenvolver os aspectos mais técnicos do processo de conservação e digitalização:

- Primeira etapa: Em 2007, a equipe da AGU realizou um diagnóstico primário da documentação, constatando o mau estado de várias películas, separando-as do resto da coleção, cujo grau de deterioração não era tão avançado. Entre 2008 e 2009, após descartar os documentos irrecuperáveis com o apoio do Hospital das Clínicas, a equipe da AGU realizou procedimentos de limpeza manual e começou a sistematizar

a informação contida nas películas em uma planilha projetada para esse fim. Ao mesmo tempo, tratou-se de controlar de maneira primária os níveis de umidade relativa no depósito mediante um desumidificador. Já nesse momento, decidiu-se que o tratamento do material realizar-se-ia de forma integral, aproveitando a experiência para capacitar uma equipe de trabalho que não tinha expertise anterior no país.



Vista geral do depósito onde películas do ICUR eram guardadas entre a década de 1980 e o ano de 2010.



Depósito atual

- Segunda etapa: Em 2010, depois da mudança da Área de Investigação Histórica para a sua nova sede, uma sala foi equipada para conservar as películas transferidas do depósito da Faculdade de Direito, desenvolvendo-se uma segunda etapa no plano de conservação, orientado para melhorar as condições ambientais e o tratamento preventivo dos materiais. Nesse período, transferiram-se os *backups* existentes em VHS para DVD, gerando cópias de acesso, e foram realizadas tarefas de descrição do acervo com a intenção de dar conta das características gerais dos documentos. Durante esse período, tomamos contato com o arquivo particular de Plácido Añon, um dos principais expoentes da história do ICUR. Realizou-se um trabalho de investigação e de recuperação do arquivo particular desse fotógrafo e cineasta graças ao contato com sua viúva, Martha Elcarte. Implementou-se uma técnica de restauração analógica das imagens, cuja deterioração estava sendo ocasionada por uma curvatura que não permitia que as mesmas fossem planificadas para serem acondicionadas. Este trabalho permitiu

exibir cópias originais feitas por Añon entre as décadas de 1950 e 1960, deixando-as acondicionadas em materiais excelentes para a sua conservação, com o objetivo de guardá-las adequadamente.

- Terceira etapa: A partir de 2011, a incorporação de uma equipe de trabalho destinada especificamente às tarefas de conservação e de digitalização no laboratório, permitiu a criação de uma cadeia de trabalho dirigida à conservação integral do arquivo. Após cumprir as gestões antes projetadas, destinadas a deter a deterioração do fundo documental, enfrentamos uma fase que exigiu maior quantidade de recursos humanos treinados no manuseio específico da tecnologia clássica e contemporânea, que permitisse o tratamento integral dos documentos audiovisuais, identificando os materiais de acordo com suas temáticas e o seu uso no passado, cuidando da conservação dos originais e permitindo, por sua vez, o acesso público a seus conteúdos.

Esta etapa incluiu estabilizar os materiais fílmicos, restaurar basicamente seu suporte analógico, telecinar¹ e tratar digitalmente as películas capturadas e armazenar os arquivos resultantes. Além das atividades de desenvolvimento técnico associadas à conservação, documentação e digitalização das películas e fotografias, consideramos imprescindível a criação de uma equipe interdisciplinar para desenvolver linhas de pesquisa que transcendam os procedimentos técnicos e façam uma incursão a diferentes dimensões associadas aos aspectos arquivísticos, históricos e tecnológicos das imagens.



Sistema de limpeza manual de película cinematográfica utilizada na AGU.

Práticas de arquivo com materiais audiovisuais

Como dissemos, a política de conservação do acervo do ICUR apostou no tratamento integral do mesmo. Por um lado, foram respeitadas as recomendações da Federação Internacional dos Arquivos do Filme (FIAF) no que diz respeito à conservação e à custódia de arquivos audiovisuais, tendo em vista que se trata de materiais especialmente frágeis, que requerem alguns tratamentos específicos. Por outro lado, a descrição dos mesmos tem sido realizada a partir das conhecidas normas ISAD-G, utilizadas pela área de Investigação Histórica para a totalidade dos fundos.

A partir da nossa experiência, fornecemos um conjunto de diretrizes em matéria de descrição e conservação preventiva para esse tipo de arquivos, com o objetivo de que as mesmas possam ser aplicadas por qualquer instituição que guarde esse gênero de documentação.

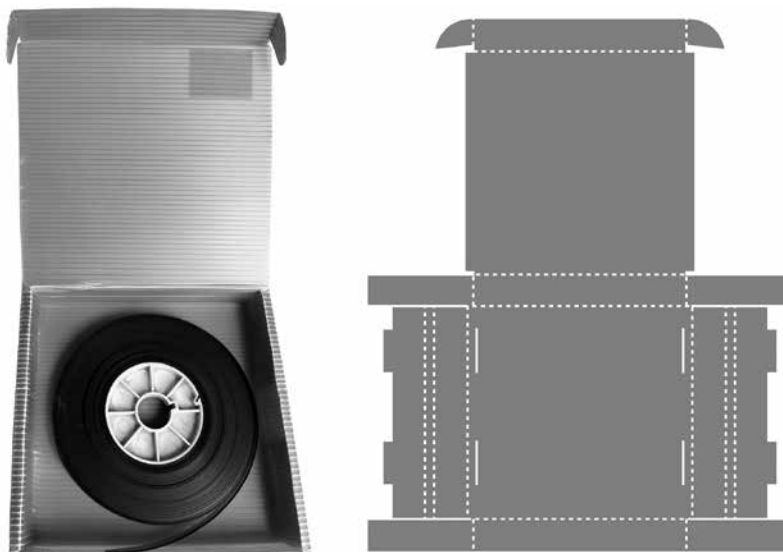
O procedimento pode ser dividido em três etapas:

Inspeção e acondicionamento físico das películas

Todas as películas a serem examinadas, procedentes de depósito com temperatura e umidade relativa controladas, devem manter-se, entre 48 e 72 horas, em uma câmara de transição, antes de serem acondicionadas em sacos lacrados para evitar a condensação que se produz quando há variações bruscas de temperatura e umidade.

O processo de inspeção dos materiais fílmicos começa separando-se a embalagem metálica primitiva da película de acetato ou poliéster, para evitar que o óxido e os vapores de esmalte que se desprendem das latas continuem deteriorando os materiais. É conveniente fazer um registro desse processo e documentar todo tipo de informação armazenada na superfície das embalagens metálicas, assim como também nas fichas técnicas originais de papelão ácido que podem estar contaminadas. Uma vez separada a película desses agentes de deterioração, realiza-se uma inspeção ocular, observando-se a olho nu as condições físicas do suporte para determinar os cuidados necessários à sua manipulação. Em seguida, monta-se o rolo da película em uma bobina para realizar a rebobinação manual sobre uma mesa de luz equipada com manivelas e efetua-se uma primeira limpeza com pressão de ar constante em ambos os lados do filme para remover o pó depositado.

Depois, efetua-se, unicamente sobre a frente do suporte, uma segunda limpeza com álcool isopropílico diluído em 12%, tomando os cuidados necessários para não retirar nenhum tipo de marca ou inscrição. Descarta-se todo o tipo de bobinas metálicas existentes e enrola-se a película em uma peça de plástico, de modo que o começo do filme fique situado no extremo exterior do rolo. Finalmente, a película é armazenada em sentido horizontal, dentro de um invólucro de polipropileno com ventilação e devidamente etiquetado, para que se possa proceder às etapas seguintes.



Esquerda: Invólucro de polipropileno estendido, especialmente projetado pela equipe da AGU e utilizado para a troca de protetor das películas do ICUR.
Direita: desenho original para a confecção do invólucro.

Identificação e descrição das características físico-químicas

A descrição da documentação é uma ferramenta fundamental para se definir as ações que deveremos executar posteriormente. Tal como expressamos no início, temos seguido as recomendações da Norma Internacional de Descrição Arquivística e, para tanto, procedemos em primeiro lugar à descrição geral do fundo, para se ter uma ideia global das características do acervo. Em uma segunda fase, realizaram-se planilhas com os dados essenciais de cada unidade documental. Esta informação foi adicionada a uma base de dados que se pode imprimir e guardar em papel.

Os dados de conteúdo e gestão adicionados nessa etapa foram:

- Assinatura topográfica: dados relativos à localização do material, sua situação física no depósito, seu código de referência alfanumérico em relação ao resto do acervo.
- Direito de propriedade ou autoria: informação referente às condições legais vigentes a que está sujeita a documentação.
- Informação filmográfica: dados correspondentes ao conteúdo do filme (título, país, produtor, ano de realização, realizador, equipe de produção etc.) e as características físico-químicas dos suportes físicos, incluindo seu grau de deterioração.
- Dados de inspeção: data das revisões e nomes ou iniciais do pessoal que inspecionou.

Prestamos particular atenção ao registro das características físico-químicas do material e aos possíveis danos que cada película possa ter sofrido com o passar do tempo. Este nível de descrição é fundamental para que se tomem as medidas adequadas na hora de intervir nos documentos. Durante a inspeção é possível observar os danos advindos de diferentes

agentes externos ou internos. Em primeiro lugar, registramos os danos de origem mecânica, aqueles que, embora não produzam alterações na conformação molecular do material, causam danos à sua integridade como no caso de rasuras, perda de fotogramas, rugas, queimaduras por exposição ao calor gerado na proteção da película, arranhões presentes tanto no suporte como na emulsão, buracos ou orelhas, sujidades aderidas, deformação da fita (ondulamento), encolhimento etc. Outras avarias comprometem a estrutura molecular do filme e se refletem nas qualidades físicas da película. Entre elas distinguimos imagem e cor esmaecidos, “espelho de prata”, manchas presentes causadas por um processo original incorreto, perdas da emulsão do filme, manchas ou desvanecimento da imagem pela utilização de fitas adesivas etc.) Reconhecemos, por último, agentes de deterioração de origem animal ou fungo, além dos causados pela própria ação do ser humano na manipulação ou acondicionamento inadequados dos materiais.

Política de conservação preventiva

O conhecimento da documentação permite levar adiante ações de conservação preventiva e de intervenção sobre os documentos. Entre os processos que visam à proteção física dos materiais filmicos distinguimos as fases de inspeção, limpeza, reparação, armazenamento e eventual digitalização.

Em primeiro lugar, entendemos o exame do material filmico como uma forma de aproximação que nos permite conhecer as características físicas e formais, avaliar seu estado de conservação, determinar a possibilidade de uma futura projeção e comparar distintos exemplares de um mesmo título para uma possível digitalização. De forma simultânea à inspeção visual das películas, leva-se a cabo o processo de limpeza, medição do comprimento, indicadores de encolhimento, reparação de perfurações ou orelhas danificadas, detecção de junções em mau estado e substituição por junções novas, grau de ácido acético nos materiais de acetato de celulosa etc. Finalmente, realizamos a guarda da película em invólucros de polipropileno que, junto às condições oferecidas por um depósito com temperatura e umidades controladas, propicia a conservação dos materiais filmicos.

De modo mais sintético e gráfico podemos resumir as distintas ações em matéria de conservação preventiva realizadas na AGU nos seguintes itens:

1. Limpeza e controle da deterioração.
2. Condições de projeção.
3. Armazenamento, climatização e depósito.
 - Invólucros (material e desenho).
 - Condições ambientais.
 - Procedimentos de acondicionamento e protocolos de climatização.
4. Preservação.
 - Preparação e acondicionamento de materiais para digitalização em telecine.

Necessidades técnicas de manutenção e transferência de arquivos audiovisuais

Como vimos nas páginas anteriores, os arquivos que guardam material audiovisual exigem capacidade e conhecimentos técnicos específicos para garantir a conservação, a manutenção e também a preservação da tecnologia que permita sua reprodução e visualização, e que se torna obsoleta muito rapidamente. Além de um espaço cujos ambientes sejam equipados com controle de umidade e temperatura para conservar as películas, é necessário contar com equipamento adequado para reproduzir os materiais e ter acesso a serviços técnicos ou pessoas certas para a manutenção dos equipamentos.

Para assegurar a contínua acessibilidade dos documentos é necessário adaptar o equipamento e manter-se a par das novas atualizações em matéria de guarda para transferência dos materiais. Atualmente, a digitalização é o processo que permite acessar o conteúdo dos materiais audiovisuais em outros formatos, utilizando os equipamentos ou sistemas adequados a cada caso. Para a fita magnética empregam-se reproduzidores apropriados, seja para VHS, Umatic, Beta ou mini dv, que se conectam ao programa de captura e são armazenados em um disco rígido ou no lugar de destino a ser definido. No caso das películas, podem-se utilizar três mecanismos: o telecine, o *scanner* ou o *transfer*. No momento, o melhor sistema de digitalização é o *scanner*, já que captura a película quadro a quadro, evitando submeter a fita ao perigo de passar pelas engrenagens de um projetor e aos efeitos que o calor da lâmpada produz em seus componentes fotoquímicos.

O telecine da AGU

No laboratório da AGU decidimos trabalhar com o sistema telecinado. Esta decisão foi tomada porque o equipamento que herdamos do ICUR incluía um aparelho de telecine e, dados os recursos disponíveis e os objetivos definidos para o processo de digitalização, era lógico propor-se a utilização desse sistema e a formação de uma equipe especializada na matéria.

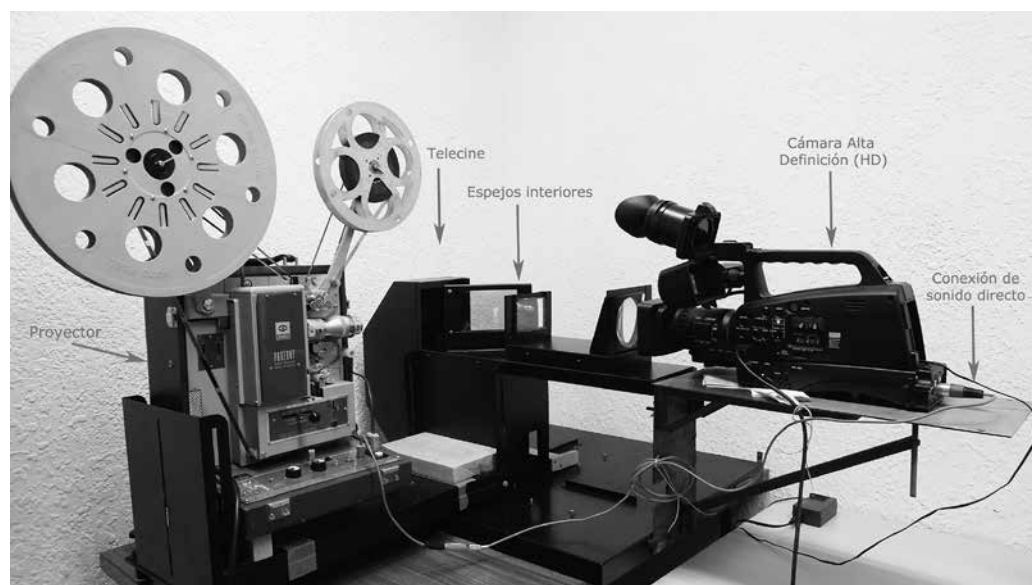
O telecine é uma estrutura metálica em forma de L que contém em seu interior uma série de espelhos que refletem a imagem recebida do projetor para uma câmara de vídeo digital, localizada no outro extremo (ver figura). Para tanto, o sistema deve completar-se com um emissor de imagem – neste caso um projetor de 16mm –, uma câmara que realize a captura e um “lugar” onde armazenar o vídeo em formato digital. Em nosso laboratório, a imagem é capturada em tempo real através de um programa instalado em um computador que utiliza um cartão digitalizador. O material é armazenado em um disco rígido externo.

O projetor, primeiro elo da cadeia no processo de digitalização, teve que ser adaptado especialmente. Por tratar-se de um equipamento projetado para que a imagem alcance uma longa distância e para que o som seja audível a quem estiver na sala, tanto a lâmpada como



Vista geral do sistema de digitalização de película cinematográfica utilizado pela AGU.

os alto-falantes contam com uma potência exagerada para os fins atuais. A lâmpada de 750 watts, além de provocar calor demasiado que afeta os componentes da fita, gera perda de informação por excesso de luz (imagem queimada ou muito branca) e uma mancha nítida em uma zona da imagem correspondente ao filamento. Depois de um processo de investigação, logrou-se adaptar o sistema de iluminação do projetor trocando a lâmpada original e colocando em seu lugar uma de 60 watts que, ao mesmo tempo que diminui a fonte calórica, emite um feixe de luz de forma uniforme por toda a caixa. Para a captura de áudio realizou-se uma conexão que vai diretamente do local onde se produz a leitura do som até a câmara, evitando uma possível distorção na sequência.



Open view dos espelhos que contêm o telecine e através dos quais se projeta a imagem como mecanismo de emissão à câmara como dispositivo de recepção.

Outro ponto a considerar na cadeia do telecine é, precisamente, a câmara que vai capturar a imagem digital, já que a qualidade da imagem obtida e sua fidelidade ao original dependem do equipamento utilizado. É importante levar em conta que todas as imagens digitais têm o mesmo valor. Muitas vezes, como veremos mais adiante, por sua baixa qualidade e pouca definição, só podem ser utilizadas para visualização, quer dizer, para saber o que existe nas fitas ou como registro de um acontecimento, mas não têm grande valor de uso, seja como material de arquivo para outras produções audiovisuais, seja como material para televisão ou projeção em telas grandes.

Isso se pode exemplificar com o caso dos VHS que foram encontrados junto com as películas 16mm do ICUR. Essas capturas foram feitas nos anos 1990 do século passado usando o mesmo telecine que foi adaptado para nova digitalização. Para compreender a vantagem da tecnologia atual, é bom saber que a imagem de vídeo se compõe de linhas horizontais e verticais. O VHS da norma PAL, utilizado no Uruguai, contém 576 linhas verticais. A imagem HD (High Definition) forma-se com 1.920 linhas verticais. Portanto, o formato HD, tal como seu nome indica, permite maior definição e detalhe da imagem. Além disso, os novos equipamentos têm vantagens quanto ao contraste e luminosidade da imagem. Se na AGU tivéssemos utilizado a mesma câmara de captura em formato VHS com que se telecinaram as películas nos anos 1990, o resultado seria uma imagem pouco nítida, com má definição e baixo contraste, o que implica perda de informação da imagem original. De todo modo, as primeiras tarefas de digitalização realizadas na AGU consistiram em passar os VHS a digital, para que pudessem ser visualizados sem necessidade de recorrer a um reprodutor específico. Ainda hoje, algumas películas do ICUR podem ser vistas apenas através dessas cópias.

Usos e manutenção das imagens

Digamos que, como regra geral, não é conveniente iniciar um processo de digitalização se as imagens daí resultantes irão servir somente para visualização já que, além do tempo e os custos implicados na tarefa, os materiais audiovisuais e magnéticos são frágeis e não sabemos quantas vezes podem ser transferidos para outros formatos. Uma vez que realizamos o trabalho de digitalizá-las, devem ter qualidade suficiente para todo tipo de uso.

A imagem digitalizada de vídeo HD é muito pesada. No laboratório da AGU capturamos em tempo real uma imagem HD com uma compressão Apple ProRes que reduz consideravelmente o peso do arquivo sem perda da qualidade. Ainda com essa compressão, o resultado das imagens é de 1 GB por minuto, de modo que se tivermos um vídeo de uma hora, o arquivo final pesará 60 GB. A partir disso, surgem duas considerações fundamentais para o uso dos arquivos digitais: contar com suficientes dispositivos de *backups* de grande capacidade (disco rígido, servidor etc.) e realizar cópias de menor peso e qualidade para visualização, internet e outros usos.

Quanto ao espaço disponível para guardar o material digitalizado, é conveniente realizar uma estimativa do peso que terá o nosso arquivo digital. Por outro lado, os arquivos digitais são muito mais frágeis que os suportes analógicos. É comum que os discos rígidos falhem e deixem de funcionar. Por esse motivo, é fundamental ter várias cópias dos arquivos em suportes diferentes e que sejam guardadas em lugares diferentes. Pode ser em discos rígidos externos distintos, utilizar um servidor confiável e fazer cópias para visualização em DVD ou Blu-ray, porém esses suportes não podem ser os únicos *backups* do conteúdo do nosso arquivo, já que são muito frágeis e a informação pode se perder muito facilmente. Além disso, é importante revisar periodicamente os arquivos e voltar a realizar *backups* se esses falharem.

Por outro lado, os formatos digitais mudam constantemente. Um *backup* realizado há 20 anos em VHS apresenta muitos inconvenientes se se quiser visualizá-lo e as cópias que atualmente fazemos em DVD possivelmente, em poucos anos, já não poderão ser vistas. Por isso, é imperativo realizar uma migração constante de um formato digital a outro.

Também é necessário preservar a matriz digital original, que é o arquivo de vídeo de alta qualidade e sem compressão. Por um lado, é importante conservar esse arquivo e usar uma cópia a cada vez que quisermos manuseá-lo. Por outro, terá um peso considerável, o que vai nos dificultar reproduzi-lo em qualquer computador. É recomendável realizar versões mais leves partindo da matriz. Na AGU, realiza-se uma versão em alta qualidade mas comprimida (em compressão H264) e outra mais comprimida ainda e portanto mais leve. A primeira é a que se usa para a visualização dos pesquisadores ou usuários que consultam o material para projeções, para aulas ou como material de arquivo em outras produções. O segundo formato é usado para difusão na internet.

Seleção do material e o processo

Como vimos anteriormente, a digitalização dos materiais audiovisuais requer um trabalho de ajuste no processo, adaptação das tecnologias obsoletas, tempo de digitalização e custos elevados em equipamento e material de proteção. Isso evidencia que para otimizar os recursos é necessário previamente avaliar, valorar e selecionar aqueles materiais que serão digitalizados, considerando-se que nem todos têm a mesma relevância.

No caso de um arquivo de 800 películas, por exemplo, pode-se começar pela primeira película até chegar à última, seguindo a ordem em que foram armazenadas. É possível, no entanto, que ao atingir a vigésima película não seja viável continuar por causa do fim dos recursos. O resultado poderá ser então 20 películas em formato digital sem que nenhuma tenha grande valor. Isso demonstra a conveniência de realizar previamente um plano de digitalização que identifique o mais relevante e estabeleça as prioridades de acordo com os recursos disponíveis. Considerando que a avaliação do valor patrimonial de qualquer conjunto documental é uma tarefa complexa, é conveniente incorporar nessa etapa diferentes reflexões

de dentro e de fora da instituição, para pôr em relevo a importância histórica, patrimonial, artística ou cultural das obras.

Esse deve ser o primeiro passo na definição das políticas arquivísticas de uma instituição. No caso do fundo ICUR, optou-se por realizar uma digitalização integral para preservar o arquivo global, tendo em vista o grande valor de todas as peças e das películas para a história da Universidade da República e do filme científico e documentário no Uruguai. Além disso, considerou-se que seria relevante formar uma equipe técnica que não tinha expertise anterior no país e podia constituir-se em uma referência na matéria e produzir conhecimento útil para os futuros trabalhos de preservação de imagens em diferentes formatos.

Nesse contexto, como dissemos, optou-se pela adaptação do telecine que estava disponível e não por um escaneamento quadro a quadro que oferece uma imagem de qualidade superior, fiel ao original e sem danificar o material, mas que pelo seu alto custo nos permitiu digitalizar apenas algumas obras. A médio e longo prazo, a ideia é continuar com a digitalização integral das películas produzidas pelo ICUR e ir definindo casos pontuais, sempre que se justifique gerir fundos destinados a processos mais caros.

Nota

1 - É o processo pelo qual uma imagem é transferida para um formato de vídeo para que seja visível nas telas estandar

Recebido em 26/01/2014



Arquivos Nacionais. Entre a responsabilidade estatal e a prestação de serviços aos cidadãos: o caso do Uruguai

The National Archives. Between state responsibility and service provision to citizens: the Uruguayan case

Mauricio Vázquez Bevilacqua*

Secretário-técnico da Direção do Arquivo Geral da Nação – Uruguai (desde 2005 até a presente data)

RESUMO:

Os arquivos nacionais encontram-se em um marco institucional que os cria, regula e obriga. Como instrumentos do Estado, devem preservar os documentos de arquivo que integram seu acervo. Mesmo assim, devem procurar prestar um serviço adequado aos cidadãos dentro do marco legal vigente (arquivos, dados pessoais, acesso à informação).

Palavras-chave: Uruguai; Estado/ administração pública; arquivos nacionais/ gerais; serviços arquivísticos; cidadania

ABSTRACT:

The Uruguayan National Archives are part of an institutional framework that creates, regulates and controls them. As instruments of the State, they must preserve the archive documents that make up their collection. In addition, they must seek to provide an adequate service to citizens within the current legal framework (archives, personal data, access to information).

Keywords: Uruguay; State/public administration; national/general archives; archiving services; citizenship

* Arquivista (Universidade da República – Uruguai). Mestrando em Gestão Documental e Administração de Arquivos (Universidade Internacional de Andaluzia – Espanha).

Ex-vice-presidente da Associação Uruguia de Arquivistas (2006-2011).

Secretário-executivo do VIII Congresso de Arquivologia do Mercosul (Montevideo, 2009).

Introdução

Esta comunicação procurará assinalar a responsabilidade dos Arquivos Nacionais/ Gerais, dado o seu caráter de instituições do Estado imersas na administração pública, com o dever de salvaguardar o patrimônio documental da Nação e, por sua vez, torná-lo acessível à consulta dos cidadãos.

Estado e Administração Pública

No Uruguai, a estrutura de poderes do Estado deriva de sua primeira Constituição Nacional (1830), baseada nas constituições da França e dos Estados Unidos. A atual Constituição uruguaia inclui os três poderes clássicos: Executivo, Legislativo e Judiciário; dentro de um regime democrático republicano, de perfil presidencialista atenuado. Mesmo assim, existem três órgãos de controladoria, de caráter autônomo aos referidos poderes, a saber: Corte Eleitoral, Tribunal do Contencioso Administrativo e Tribunal de Contas.

Por outro lado, existem entes autônomos e serviços descentralizados com diferentes graus de autonomia no que diz respeito ao Poder Executivo. Sob estas figuras jurídicas encontram-se as empresas comerciais ou industriais do Estado, organismos da educação, seguridade social, saúde e entidades bancárias oficiais.

A dra. Heredia Herrera, ao nos dar seu conceito sobre a gestão documental, nos disse que ela é a “atenção arquivística aos documentos administrativos desde sua criação, a partir dos enfoques de economia e eficácia”¹. *Arquivologia e Administração* estão intimamente ligadas, a ponto de a primeira ser consequência da segunda, necessitando esta última da Arquivologia para administrar os documentos que produz.

A existência de uma administração pública anda de mãos dadas com um necessário “*Procedimento Administrativo*”, entendido como o “conjunto de trâmites e finalidades que deve observar a administração ao desenvolver sua atividade”³, no marco do Estado, envolvendo ideias geridas de forma eficaz e garantida.

Por sua vez, a *Nova Gestão Pública* (NGP)⁴ trata de um novo paradigma da administração pública, desenvolvido nas últimas duas décadas, produto de numerosos esforços por parte de distintos governos para produzir grandes reformas administrativas, buscando modernizar os Estados e atualizar sua gestão pública. Um gerenciamento orientado para resultados, com compromissos de gestão e prestação de contas.

Arquivos Nacionais: o Arquivo Geral da Nação Uruguaia

Os Arquivos Nacionais constituem a pedra angular como salvaguardas do Patrimônio Documental da Nação⁵ e, em muitos casos, dirigem e orientam as políticas arquivísticas de seu país.

O Arquivo Geral da Nação Uruguaia (AGN) foi criado pela Lei nº 8.015, de 28 de outubro de 1926, sendo seu antecedente mais antigo o Arquivo do Governo do período pré-constitucional (1825-1830), criado pelo Decreto de 5 de março de 1827, como resposta à necessidade de facilitar a “pronta expedição e acerto nos despachos dos assuntos administrativos”. A estrutura organizacional atual da AGN integra o Ministério da Educação e Cultura.

Missão⁶:

A missão do Arquivo Geral da Nação é a custódia, a proteção e o tratamento dos documentos públicos, os privados de sua propriedade e os privados de interesse público que lhe são confiados, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de testemunho e informação do Estado e de seus habitantes.

Visão⁷:

O AGN serve ao Estado, protegendo a informação pública que está disponível para seu uso. A documentação serve à proteção dos direitos humanos ao assegurar que direitos e obrigações estão documentados com clareza e precisão, presta serviços à Justiça mediante a administração dos arquivos do Poder Judiciário que tratam em seu acervo.

O AGN é uma pedra angular em uma sociedade democrática. É, também, uma das instituições culturais centrais da Nação que serve como centro de pesquisa e como guardião da memória.

De acordo com o Plano de Gestão, são objetivos estratégicos da AGN:

- 1) “Custódia, organização e tratamento dos fundos que conformam o patrimônio Documental da Nação como elementos de construção e afirmação da nacionalidade, instrumentos de governo e salvaguarda dos direitos humanos”.
- 2) “Preservação dos diferentes suportes documentais tradicionais e novos do Poder Judiciário nas condições requeridas pelas normas internacionais que permitam assegurar sua duração e a permanência da informação que testemunhe o propósito de sua criação”.

A AGN possui aproximadamente 125 km lineares de documentos, sendo que a peça documental mais antiga é do ano de 1724 (século XVIII)⁸.

Serviços arquivísticos *versus* cidadania

Anualmente, a AGN atende a cerca de 11.000 consultas de usuários em caráter presencial, responde aproximadamente a 1.400 correios eletrônicos (nacionais e estrangeiros) e recebe entre 25.000 e 30.000 visitas em sua página na web⁹. Entre os objetivos gerais da

AGN encontramos apoio arquivístico às instituições públicas, capacitação de pessoal não profissional nas práticas arquivísticas básicas e realização do Censo Nacional de Arquivos.

Pontualmente, o artigo 5º, da Lei nº 18.220, assinala três linhas de ação, que devemos destacar:

- 1) Normatização: pleiteia-se que a AGN crie áreas de estudo e difusão para a aplicação das normas internacionais, em especial na matéria da organização e descrição arquivística;
- 2) Desenho e execução de políticas: postula-se que a AGN forneça diretrizes em matéria de gestão documental e em especial de avaliação documental, de baixo custo e alto impacto intrainstitucional;
- 3) Assessoramento: requer-se que a AGN possua mais profissionais para atender à crescente demanda de consultas das instituições oficiais.

Marco legal no Uruguai¹⁰

Em 2007, teve lugar o trato parlamentar do projeto Lei Nacional de Arquivos. Seu resultado final foi a promulgação da Lei nº 18.820, de 20 de dezembro de 2007.

Posteriormente, foram promulgadas outras leis que compõem uma trilogia sistêmica junto à Lei de Arquivos, trata-se da:

- a) Lei nº 18.331, de 11 de agosto de 2008, de “Proteção a Dados Pessoais e Ação de Habeas Data”, que implica a proteção dos dados como um direito humano, regulamentação dos dados em âmbitos públicos e privados e das bases de dados, estabelece os direitos dos titulares dos dados e um prazo de resposta de cinco dias. Além disso, regulamenta dados confidenciais, da saúde, da atividade comercial ou creditícia, de segurança e inteligência; cria um órgão de controle e a ação judicial de proteção (*habeas data*).
- b) Lei 18.381, de 17 de outubro de 2008, de “Direito de Acesso à Informação Pública”, que implica a transparência da função administrativa, a concepção da informação pública como aquela que emana ou está na posse de um organismo público, e se caracteriza como um direito que não necessita justificar-se, sendo o prazo de resposta de vinte dias. Além disso, estabelece a custódia profissional da informação pública, classifica a informação como reservada ou confidencial, regulamenta a informação sobre violações aos direitos humanos, cria um órgão de controle e a ação judicial de acesso à informação pública e tipifica responsabilidades administrativas.

Mais tarde, foi aprovada a Lei nº 18.600, de 21 de setembro de 2009, sobre “Documento Eletrônico e Firma Eletrônica”.

Sucessivas regulamentações:

- Decreto nº 414/009, de 31 de agosto de 2009, regulamenta a Lei de Proteção aos Dados;
- Decreto nº 232/010, de 2 de agosto de 2010, regulamenta a Lei de Acesso à Informação Pública;

- Decreto nº 436/011, de 8 de dezembro de 2011, regulamenta a Lei de Documento Eletrônico;
- Finalmente, pelo Decreto nº 355/012, de 31 de outubro de 2012, foi aprovada a regulamentação da Lei nº 18.220, do “Sistema Nacional de Arquivos”.

A Lei nº 18.220 e a regulamentação aprovada nos revelam o seguinte cenário:

- 1) O Estado como responsável por conservar e organizar o Patrimônio Documental da Nação.
- 2) Os documentos como elementos de prova, garantia e informação, aportando elementos para sua definição.
- 3) A Administração como responsável e garantidora das condições adequadas (equipamento e recursos humanos) para o tratamento arquivístico dos documentos; regulação da função arquivística através de um órgão competente.
- 4) Um amplo âmbito de aplicação, obrigatório no setor público e optativo no setor privado.
- 5) O AGN como órgão dirigente da política arquivística nacional.
- 6) Criação do Sistema Nacional de Arquivos e sua implementação.
- 7) Profissionalização dos arquivos e unidades de administração documental das instituições públicas.

A legislação vigente marca grandes desafios, que podemos resumir nos seguintes itens:

- Fortalecimento do Arquivo Geral da Nação como órgão dirigente da política arquivística em âmbito nacional;
- Implementação do Sistema Nacional de Arquivos;
- Instalação da Comissão de Avaliação Documental da Nação;
- Conscientização, nos diferentes níveis de governo, da necessidade do desenvolvimento de uma política de avaliação documental em âmbito nacional;
- Ampliação e reestruturação do orçamento e da estrutura organizacional do Arquivo Geral da Nação para concretizar a implementação dos novos encargos;
- Difusão da crescente necessidade de arquivistas com formação universitária¹¹;
- Regulamentação do exercício profissional do Arquivista mediante sanção parlamentar (Lei);
- Capacitação dos recursos humanos vinculados às funções de administração documental e arquivo.

Considerações finais

O posicionamento do AGN tem sido firme e constante desde o ano de 2005, tendo como prova: a promulgação de uma Lei Nacional de Arquivos – que regula a função arquivística e cria o Sistema Nacional de Arquivos (2007) e de seu Decreto Regulamentador (2012); o crescimento das solicitações de assessoramento por parte de múltiplas instituições oficiais

(da capital e do interior do país)¹², que veem o AGN como uma referência; a realização do censo-guia dos Arquivos (2005-2010)¹³ em âmbito nacional (declarado de interesse nacional pela Presidência da República); sua presença no Portal Web¹⁴; o incremento das doações de arquivos privados, de destacadas personalidades da cultura e da política, ao acervo institucional; o desenvolvimento de projetos de cooperação internacional; e a constante participação em atividades nacionais e internacionais, por estar filiado à Associação Latino-americana de Arquivos e ao Conselho Internacional de Arquivos.

O Arquivo Geral da Nação, como autoridade arquivística nacional, é convocado para ter um papel protagonista na sua qualidade de órgão diretor da Política Arquivística Nacional.

Notas

1 - HEREDIA HERRERA, Antonia (2007). *¿Qué es un archivo?* Gijón: Trea, p. 87.

2 - NORMAS DE ACTUACIÓN EN LA ADMINISTRACIÓN – DECRETO N° 500/991, 27 setiembre 1991 [Concordado y actualizado] (2008). 2da. Edición. Montevideo: IMPO, 72 p.

3 - ROTONDO TORNARÍA, Felipe [1993]. *Manual de Derecho Administrativo*. Tomo 2. Montevideo: Editorial Universidad, p. 110.

4 - FERNÁNDEZ, José Enrique (2012). “Los Sistemas Estratégicos de Información. Esqueleto y músculo de la Nueva Gestión Pública” [Documento de Trabajo]. Montevideo: EUBCA, p. 4.

5 - CASAS de BARRÁN, Alicia (2013). “La memoria del país”. En: ACHUGAR, Hugo; et al. *Cultura*. Montevideo: MEC, pp. 49-63.

6 - AGN: Planes de Gestión 2005-2009 y 2010-2014.

7 - Idem.

8 - ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (2009). *Guía de Fondos del Archivo General de la Nación*. Montevideo: AGN, 117 p.

9 - AGN, *Memorias Anuales (2005-2012)*.

10 - VÁSQUEZ BEVILACQUA, Mauricio (2013). “Legislación archivística en el Uruguay” [Videoconferencia: Montevideo-Caracas]. Diplomado em Gestão de Documentos e Arquivo. Universidade Central da Venezuela.

11 - A Universidade da República – Uruguai aprovou um novo Plano de Estudos de Licenciatura em Arquivologia (2012), que compreende: um regime flexível na formação curricular com aumento de conteúdos, passagem ao sistema de créditos, maior carga horária das práticas pré-profissionais e manutenção da realização de um trabalho monográfico de final de carreira (antes denominado projeto de pesquisa). Disponível em <http://www.eubca.edu.uy>. Acesso em 7 agosto de 2012].

12 - AGN, *Memorias Anuales (2005-2012)*.

13 - ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (2011). *Censo-Guía de Archivos de Uruguay. Actualizaciones: Capital e Interior*. Montevideo: AGN, 256 p. Disponível em: <http://www.agn.gub.uy/pdf/censoguia.pdf>.

14 - AGN, Disponível em: <http://www.agn.gub.uy>.

Recebido em 26/01/2014



**Dossiê
Enchantes Urbanas**

Apresentação

As chuvas fazem parte do cotidiano das cidades brasileiras. Foram por vezes até celebradas em música, como em “Águas de Março” de Tom Jobim. Mas só recentemente se tornaram um objeto de estudo da História. As narrativas mais tradicionais em história urbana mencionam as chuvas e enchentes como pouco mais que uma curiosidade, em referências a temporais marcantes e outros eventos catastróficos.

E, no entanto, muito do planejamento urbano das cidades brasileiras se debruça sobre as possibilidades de enchente. Chuvas e enchentes definem traçados de cidades, absorvem uma boa parte do orçamento público, e fazem uma parte da população, a mais vulnerável social e ambientalmente, temer o início da “estação das cheias”.

Nosso dossiê se propõe a entender historicamente o evento das enchentes urbanas no Brasil, e de que forma elas influenciam as relações entre cidade, estado e natureza urbana. Particularmente a partir do século XX, com o crescimento de cidades de padrão médio e megalópoles, os processos de urbanização fazem com que as enchentes sejam cada vez mais frequentes, custosas e espetaculares.

O dossiê “Enchentes Urbanas” contribui, portanto, para uma reflexão sobre cidade, clima e história – e ao mesmo tempo evita a homogeneização de uma ideia abstrata de enchente. Em um país com a extensão do Brasil, não podemos considerar as enchentes do Tietê, em São Paulo, como o mesmo diapasão das enchentes da Zona da Mata, no Nordeste, ou do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. São ao todo seis artigos: dois sobre cidades da região Nordeste - Fortaleza e Jaguaruana - , dois sobre as enchentes no Rio de Janeiro, um sobre Blumenau e um sobre São Paulo. Os artigos são diversos não só geograficamente, como tematicamente: focando em cidades grandes ou pequenas, com apoio da história oral ou da geografia física, analisando enchentes memoráveis ou enchentes cotidianas, eles oferecem ao leitor um panorama representativo dos novos estudos de história ambiental urbana no Brasil. É com prazer que convidamos o leitor a explorar este panorama, e que agradecemos ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro por este privilegiado e pioneiro espaço de investigação histórica.

Lise Sedrez e Andrea Casa Nova Maia

Recebido em 05/06/2014

Chuva, lamaçal e inundação no Rio de Janeiro do século XIX: entre a providência divina e o poder público

Rain, mud and floods in 19th century Rio de Janeiro: between divine providence and public power

Anita Correia Lima de Almeida

Doutora em História Social (UFRJ), professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO e pesquisadora do Pronex (CNPq/Faperj)

“Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no século XIX”.

anita.correialima@gmail.com

RESUMO: Ao longo do século XIX, temporais, enchentes e extensos lamaçais tiveram presença constante na vida da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo deste artigo é examinar quais eram as concepções existentes na cidade sobre a chuva – e os perigos que ela trazia –, como essas concepções foram se transformando ao longo do século, e como finalmente surgiram ideias de deveres do poder público e de direitos do morador, em relação à recuperação da cidade, depois de cada novo temporal.

Palavras-chave: história urbana, desastres urbanos, cidadania

ABSTRACT: *Throughout the 19th century, storms, floods and vast bogs were a constant in life in the city of Rio de Janeiro. The aim of this article is to examine what the existing conceptions in the city about the rain and its dangers were, how these conceptions changed as the century progressed, and how the idea of what the public powers' tasks regarding the recovery after each storm should be finally emerged.*

Keywords: *urban history; urban disasters; citizenship*

Em consequência da muita chuva que tem havido, desabou um pedaço do morro do Castelo, pelo lado de Santa Luzia, e destruiu parte de algumas casas do Sr. João José Dias Moreira, sendo vítima d'este infeliz sucesso uma moça, que, segundo informam-nos, tinha apenas 13 anos!

A chuva continua, e a Providência permita que não tenhamos mais vítimas a deplorar.

Diário do Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1841, p. 4.

Temporais e inundações alteram o ritmo da vida urbana¹. As cidades, geralmente consideradas um abrigo, transformam-se subitamente em lugares ameaçadores. Elas passam a oferecer um grande perigo a seus moradores. E quanto mais urbanizada a região, mais riscos ela oferece. Como em outras catástrofes², vulcões ou terremotos, são as próprias estruturas da cidade, edifícios, pontes, árvores, que desabam, ameaçando a vida de seus moradores³.

Em meados do século XIX, um morador do Rio de Janeiro, leitor de jornal, mantinha-se facilmente informado sobre desastres e calamidades ocorridas em várias partes do mundo. Lendo a seção “Variedade” do *Diário do Rio de Janeiro* de 12 de agosto de 1841, por exemplo, ele ficava sabendo que em 26 de fevereiro daquele ano tinha ocorrido um terremoto na ilha grega de Zante. A matéria informava que desde o ano anterior a ilha vinha sendo continuamente castigada por fortes tremores. As casas tinham sido quase todas destruídas no grande abalo de 30 de outubro. Agora, o tremor havia sido menos destrutivo, porém mais demorado. Segundo o jornal, “a consternação e o espanto da população foram extremos”⁴; nas casas, as pessoas temiam os desabamentos, nas ruas, havia apenas “chuva, gritos e trevas”. O jornal seguia na dramática descrição:

As igrejas gregas tinham ficado cheias, por ser aquela a hora em que todas as sextas feiras da quaresma se dirigia a oração à Virgem. Os rostos estavam cobertos com a palidez da morte, e as abóbadas retumbavam com gemidos e com gritos dirigidos ao céu para implorar compaixão e misericórdia, sem que a voz dos padres pudesse acalmar o susto universal⁵.

O leitor que desejasse se aprofundar no conhecimento do tema das catástrofes podia seguir para a leitura dos livros. Segundo o mesmo jornal, em março de 1832, na loja do sr. Albino Jordão, à rua do Ouvidor, nº 157, estava à venda o “Tratado da conservação da saúde dos Povos, e notícia dos terremotos mais célebres”⁶. Ao longo do século XIX, as notícias de grandes desastres se sucederam. Enquanto isso, na imprensa europeia, as calamidades ganhavam publicações ilustradas. Uma nota na *Gazeta de Notícias*, de 8 de agosto de 1875, informava: “Todos os jornais *ilustrados* da Europa que nos têm chegado às mãos, trazem desenhadas as terríveis cenas da inundaçãõ de Toulouse”⁷. E os eventos trágicos também

apareceram na literatura. Émile Zola, por exemplo, escreveu uma novela, *A Inundação* (1880)⁸, inspirada nesta enchente ocorrida em 1875, em Toulouse.

Desde as primeiras décadas de circulação da imprensa no Rio de Janeiro, o tema dos grandes desastres esteve presente. O *Diário do Rio de Janeiro* de 6 de junho de 1821 publicou em sua seção “Miscelânea curiosa, útil e instrutiva” o artigo “Terremotos”, extraído dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, uma publicação de portugueses residentes em Paris. O texto dava notícia de numerosos tremores de terra, com dados colhidos na imprensa mundial. Na China, segundo a *Gazeta de Pekim*, em maio de 1817, um terremoto numa província na fronteira ocidental tinha deixado mais de 13 mil casas destruídas, e mais de 1.800 pessoas mortas. Para o ano de 1818, o artigo mencionava abalos na Sicília, na Cidade do México, na Irlanda, no Canadá, na Escócia, e ainda outros. E seguia com os eventos do ano de 1819, também ocorridos em muitas regiões do planeta, para finalmente concluir com a seguinte observação: “Não nos consta que tenha havido terremoto, pelo menos notável, neste vastíssimo Reino do Brasil”⁹.

Era comum que depois da notícia de grandes desastres a imprensa lembrasse que o Brasil era uma terra livre de terremotos, e de outros eventos extremos. E não apenas a imprensa. Na Coleção das Consultas do Conselho de Estado, para os anos de 1842 a 1844, é possível ver, por exemplo, que o Conselho, tratando dos meios para promover a entrada de colonos estrangeiros no Brasil, mencionou a ausência de desastres no país. Segundo o Conselho, era preciso que o Brasil ficasse conhecido das nações estrangeiras, onde havia braços à disposição, e que afluíam para o Brasil, “atraídos pelas imensas vantagens que virão aqui desfrutar”¹⁰. Então, seria importante que os agentes do governo propagassem o conhecimento da posição geográfica do Império, de sua salubridade e isenção de flagelos naturais, pois “qual será o europeu ou asiático pouco abastado, ou que procure aumentar a sua fortuna, que não corra para o Brasil tendo a certeza de que [...] vem habitar um país extenso [...] sob climas tão diferentes que pode escolher o mais adequado ao seu temperamento, e saúde; que ainda não foi devastado por uma só epidemia [...]; sem receio de terremotos, tempestades, e outros flagelos naturais, que em outros países arruinam tantos estabelecimentos, plantações e fortunas [...]?”¹¹.

Falar da salubridade do país, pelo menos até o final da década de 1840, quando começaram os grandes surtos de febre amarela, era viável. Apregoar a ausência de terremotos e outros flagelos naturais no Brasil era fácil. Propagar a inexistência de tempestades, como sugeriu o Conselho, no entanto, seria uma tarefa mais difícil para os agentes do governo.

John Luccock, em seu livro *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, publicado na Inglaterra, em 1820, descreveu assim uma tempestade na baía de Guanabara, próximo à ilha do Governador:

Sobre uma praia despida, sem abrigo nem companhia, vi-me na contingência de arcar com a tempestade impiedosa; o aguaceiro despenhava-se em cachões [...], o trovão

ribombava com tremenda grandeza, o mar roncava e, de concerto com ele, uivava o vento; raras vezes assisti, mesmo na zona tórrida, a espetáculo ao mesmo tempo tão belo e tão medonho¹².

Sobre os temporais na cidade do Rio de Janeiro, e a destruição que eles trazem, os historiadores já levantaram dados para épocas tão afastadas quanto o ano de 1613, quando há notícia de uma inundação no mês de janeiro. Ou sobre as chuvas de setembro de 1711, ou as de abril de 1756, ambas com registro de vítimas.¹³ Há igualmente listas das principais inundações dos séculos XIX e XX. Já no século XIX, os temporais e as inundações começaram a ser arrolados. A *Chronica Geral do Brazil*, de A. J. de Mello Moraes, publicada pela Garnier, em 1886, faz menção a alguns desses eventos: “Na quarta-feira 13 de abril de 1859 desabou às nove horas da noite sobre a cidade do Rio de Janeiro um dos maiores temporais de que se tinha notícia, com chuva torrencial, e inundou uma boa parte da cidade, fazendo estragos consideráveis”; no dia 10 de outubro de 1864 “caiu sobre a cidade do Rio de Janeiro tremenda tempestade com chuva de pedras de grande tamanho, que quebrou os vidros das casas”; no dia 24 de abril de 1874, desabou sobre a cidade um novo e “furioso temporal, e sobre a Serra da Tijuca quebrou-se uma nuvem ou tromba, que inundou os lugares circunvizinhos, produzindo enchentes dos rios e das ruas do Andaraí, causando mortes e muito estrago”¹⁴.

A região da baía de Guanabara – cercada pela Mata Atlântica, “também conhecida como Floresta Tropical Úmida ou Floresta Ombrófila Densa, do grego *ombrófilo*, ou seja, ‘amiga da chuva’¹⁵ – onde a cidade do Rio de Janeiro cresceu, sempre foi de difícil escoamento das águas. Maurício Abreu, no artigo *A cidade e os temporais* (1997), lembra que a posição estratégica do Rio de Janeiro, na entrada da baía de Guanabara, foi fundamental para a fundação da cidade, “mas o sítio sempre foi problemático, pela queda abrupta de gradiente entre a encosta e a baixada situada ao nível do mar [...]. E o espaço da cidade teve que ser conquistado pelo homem através de dessecamentos e aterros, durante mais de 300 anos, até o século XIX”¹⁶. Assim, a cidade cresceu nessas áreas aterradas, desniveladas e com graves problemas de drenagem e, na opinião do geógrafo, “não é de surpreender que, depois, sejam justamente essas as áreas mais afetadas pelas inundações”¹⁷. Além disso, geógrafos especialistas em clima têm discutido o impacto da urbanização no clima da cidade – o chamado clima urbano – e as dificuldades trazidas pela urbanização crescente da região¹⁸.

Para os estudiosos dos desastres urbanos é importante considerar que os eventos extremos de natureza climática, embora sejam processos essencialmente naturais (ou pelo menos parcialmente naturais), têm consequências bastante diversas, de acordo com a vulnerabilidade das populações instaladas nestes ambientes¹⁹. E não atingem a todos os moradores com a mesma intensidade.

O meu interesse aqui é olhar para os temporais sofridos pela cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, não propriamente para estudar a história desses eventos ou da vulnerabilidade maior ou menor da população diante deles, mas para procurar examinar as

percepções sobre esses desastres²⁰. O que os moradores pensavam sobre as chuvas frequentes na cidade? Como eram vistas as chuvas torrenciais, a destruição que causavam, e as necessárias reconstruções depois das enchentes?



As chuvas nos ambientes urbanos trazem problemas específicos. Para um morador do Rio de Janeiro no século XIX, a chuva podia trazer desde um pequeno incômodo, como a obrigação do uso do guarda-chuva, até problemas maiores, como os grandes lamaçais intransitáveis que se formavam em várias áreas da cidade, ou até mesmo as enchentes, com a ameaça à vida que elas representavam.

Alfredo d'Escragnolle Taunay, em seu livro *Céus e Terras do Brasil* (1882), desejou descrever o *sertanejo*, habitante da vastíssima e isolada província do Mato Grosso. Na imagem criada por Taunay, o sertanejo é tão forte que resiste às intempéries e, diante da chuva, nem desce da montaria:

Ao sertanejo que segue viagem pouco se lhe dá com tudo isso. Quando tem certeza de que a trovoadá vem chegando, puxa o cano das botas que se enrugá pela perna abaixo [...]. Desaba o chapéu de palha ou de couro e continua a caminhar tranquilamente. Se o vento é muito e as rajadas de chuva violentas a ponto de lhe incomodarem a marcha, então pára e deixa que a cavalgadura dê costas ao vento e à chuva.

E à espera que venha alguma esteada, ficam ambos no meio da estrada: o homem encolhido, em cima dos arreios, quase acororado; o animal, com o pelo arrepiado, os pés juntos, a cauda agarrada ao corpo, o pescoço estirado e as orelhas caídas. Mal abranda a passageira violência, recomeçam o jornadasear [...]²¹.

Já nas cidades, o guarda-chuva era uma peça considerada indispensável no vestuário, e apanhar chuva era visto como um perigo para a saúde. No Rio de Janeiro, era possível comprar chapéus de chuva importados: “Baudinet Irmãos fazem leilão hoje em sua casa [na] rua do Ouvidor n. 127, às 10 horas, de um rico sortimento de fazendas inglesas e francesas, trates, bijuterias, quinquilharias, chapéus de chuva, esporas, castiçais de prata, e muitos outros artigos”²². As galochas também podiam ser encontradas com facilidade: “Francisco Pinheiro de Campos, estabelecido com loja de calçado na Rua dos Ourives [...] participa ao público e aos fregueses que recentemente recebeu um grande sortimento de calçados de todas as qualidades [...], a saber: [...] galochas para homens, senhoras, meninos e meninas [...]”²³. Havia os guarda-chuvas produzidos aqui e as casas que faziam consertos: “Na rua detrás do Carmo n. 17, abriu-se uma casa onde se fabricam chapéus de sol, ou guarda-chuva, consertam-se em novo [...] e tudo por preços módicos”²⁴. Roubar um guarda chuva podia levar à prisão: em outubro de 1871, na freguesia da Candelária, um homem foi preso “por furto de um guarda chuva”²⁵. E pedir um guarda-chuva emprestado e não devolver podia ser um problema que ia parar nos jornais: “A pessoa que pediu um guarda chuva emprestado na

tarde de quarta-feira, n'uma casa da rua nova do Conde, queira restituí-lo no prazo de vinte e quatro horas, porque do contrário se fará público o seu nome e ocupação”²⁶.

Nessa época, a previsão do tempo ainda estava nascendo²⁷. Em 1827, um decreto imperial tinha criado um observatório astronômico no país, que levaria algum tempo para ser implantado e que mais tarde seria o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. O Observatório tinha a função de produzir dados astronômicos e meteorológicos. Por esse tempo, estava surgindo a ideia de que a trajetória das tempestades podia ser prevista com alguma antecipação, e que, portanto, as tragédias podiam ser evitadas. No entanto, apenas na década de 1880 começou a ser montada no país uma rede de estações meteorológicas, ligadas pelo telégrafo, e capazes de coletar os dados considerados necessários para as previsões²⁸.

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro fazia publicar nos jornais dados meteorológicos, como a temperatura e a pressão atmosférica na cidade: no dia 3 de fevereiro de 1861, por exemplo, os termômetros marcaram 29,7°, às cinco horas da tarde, houve céu e montes encobertos, e o pluviômetro marcou 25 milímetros [de chuva] na noite anterior²⁹. Mas enquanto dados meteorológicos podiam ser conhecidos com a leitura dos jornais, e a previsão do tempo começava a ser implantada por órgãos do governo imperial, os moradores do Rio de Janeiro ainda se serviam das velhas folhinhas³⁰ para tentar saber quando a cidade teria o seu próximo dia de chuva.

Em abril de 1888, Machado de Assis começou a publicação da série de crônicas “Bons Dias”, na *Gazeta de Notícias*. A série iria durar até meados de 1889. As crônicas sempre começavam com a saudação “Bons dias!” e terminavam com “Boas noites!” e, como observou John Gledson, “são um meio privilegiado de entender a interação multifacetada entre o escritor e o mundo público em que se movia”³¹. Numa delas, de 16 de fevereiro de 1889, Machado tratou das folhinhas que traziam a previsão do tempo, como a folhinha do Dr. Ayer³². A crônica começava assim:

BONS DIAS!

Deus seja louvado! Choveu. . .

[...] Já se pode entrar num bond, numa loja ou numa casa, bradar contra o calor e suspirar pela chuva, sem ouvir este badalo:

- A folhinha de Ayer dá chuva para 20 de fevereiro.

[...] Às vezes, apesar de minha pacatez proverbial, tinha ímpetos de bradar, como nos romances de outro tempo: “Mentes pela gorja, vilão!”³³.

As previsões meteorológicas das folhinhas eram um logro, comparável aos remédios que elas anunciavam, mas na imprensa os embustes eram sempre renovados e havia sempre um leitor pronto para acreditar nas novas ofertas. A crônica seguia: “Eu assisti a todo o ciclo do Xarope do Bosque. Conheci-o no tempo em que começou a curar. [...] Jurava-se pelo Xarope do Bosque como um cristão jura por Nosso Senhor. Contavam-se maravilhas; pessoas mortas

voltavam à vida, com uma garrafa debaixo do braço, vazia”³⁴. Segundo o cronista, o Xarope do Bosque chegou ao apogeu, mas como os impérios da Babilônia e de Roma, decaiu, para em seguida desaparecer. O que aconteceu com o xarope talvez acontecesse com a previsão do tempo; e o leitor das folhinhas seria convidado a passar então para o próximo produto milagroso.

Não poder prever a chuva, e ficar ao sabor das folhinhas, dificultava o dia a dia do morador. Seria conveniente levar o guarda-chuva? Era uma boa época para viajar? Além dos pequenos inconvenientes que trazia, a chuva era vista como um perigo para a saúde, capaz de fazer adoecer, ou piorar o estado do doente. Mais uma vez Machado de Assis pode ajudar, com um exemplo tirado de seu romance *Helena* (1876). Numa das últimas cenas do livro, Helena, já doente, e incapaz de suportar seu destino, deixa-se ficar na chuva:

Grossos pingos de chuva começavam a rufar nas árvores. Estácio pegou na mão de Helena para conduzi-la a casa. A moça fugiu-lhe, indo colocar-se alguns passos adiante, onde a chuva lhe caía mais em cheio na cabeça nua e no corpo levemente coberto. [...] Ele alcançou-a; estendeu o braço em volta da cintura da moça, dizendo: — Que capricho é esse? Vamos embora; eu quero que venha comigo para dentro. [...] — Deixe-me morrer! murmurou ela³⁵.

Se a chuva era considerada incômoda, e mesma perigosa para a saúde, por outro lado, quando não era muito forte a ponto de provocar enchentes e outros inconvenientes, ela era considerada benéfica para a cidade, como um instrumento de limpeza urbana³⁶. Antes da instalação da rede de esgotos, a partir da década de 1860, a cidade precisava contar com a água da chuva para o escoamento de uma parte de seus detritos. John Luccock, em seu livro já mencionado *Notas Sobre o Rio de Janeiro* (1820), tratou desse tema quando descreveu os costumes – que considerou insalubres – de uma casa na cidade:

Se dos dormitórios continuarmos para a cozinha, outras inconveniências não se farão esperar. E entre as piores, acha-se uma tina destinada a receber todas as imundícies e refugos da casa; que, nalguns casos, é levada e esvaziada diariamente, noutros, somente uma vez por semana, de acordo com o número de escravos, seu asseio relativo e pontualidade, porém, sempre que carregado, já sobremodo insuportável. Se acontece desabar um súbito aguaceiro, logo surgem em geral essas tinas, despeja-se-lhes o conteúdo em plena rua, deixando-se que a enxurrada o leve. Nas casas em que não se usa desses barris, toda espécie de detrito é atirada ao pátio, formando uma montoeira mais repugnante do que é possível a uma imaginação limpa fazer ideia. E ali fica, ajudando a criar os insetos e originando doenças, à espera de que as chuvas pesadas do clima tropical a levem³⁷.

Além disso, Maurício Abreu também lembrou em seu artigo que os médicos, no século XIX, acreditavam que os grandes temporais podiam melhorar a qualidade do ar³⁸. Ao lado dessas atribuições positivas, no entanto, o medo das chuvas fortes – com as dificuldades para a circulação e as situações de perigo que geravam – estava muito presente na cidade.

Quase diariamente os jornais traziam notícias como essa: “A rua nova de São Francisco da Prinha está navegável, e é uma nova indústria para quem tiver botes”. O pequeno trecho, publicado na seção de “Notícias particulares”, era assinado por: “ – Um que se atolou”³⁹. Às vezes irônicas, às vezes mais informativas, as queixas contra os lamaçais e atoleiros se sucediam: “É tal o estado da rua do Cemitério em frente ao beco do Suspiro, que há poucos dias indo o Santíssimo Sacramento da freguesia em uma carruagem para ser dado a um doente, esta se atolou, em um atoleiro que existe ali há muito tempo, e do mesmo não pode sair, tendo-lhe arrebetado os tirantes”⁴⁰. O conserto da carruagem, providenciado por “pessoas que passavam, e pretos”⁴¹, foi muito demorado, fazendo com que “o doente já não pudesse receber este último conforto da nossa religião”⁴². A matéria seguia queixando-se da falta de providências para solucionar o problema:

Os desgraçados moradores estão sofrendo suas pestíferas inalações, pois que até no mesmo se fazem despejos por estar o lugar tão imundo, sem que haja providências algumas; apesar de tudo isso ser dito e mostrado aos guardas ajudantes do fiscal, podendo tudo remediar-se com algumas carroças de cascalho, e espalhando um grande monte de pedras que há muito tempo ali existe na distância de duas braças⁴³.

Segundo as queixas nos jornais, os atoleiros estavam espalhados por toda a cidade: “No Largo do Paço, próximo ao antigo Hotel Pharoux, [...] há, sempre que chove, um imenso atoleiro”⁴⁴. No Catumbi, “na rua do Catumbi-Grande, defronte da casa do Sr. Souza Fontes há dois meses que existe um atoleiro, de tamanho tal que abrange toda a largura da estrada, impedindo assim a passagem dos veículos”. E a mesma notícia segue com ironia: “a câmara municipal nada sabe de certo, do contrário, com uma carroça de entulho, que aí mandasse despejar, sanaria todo o mal”⁴⁵. As queixas eram longas e detalhadas, e algumas, como a do morador de S. Diogo, solicitavam soluções paliativas:

Os infelizes moradores da rua de S. Diogo sofrem tudo quanto há de péssimo e de insuportável; as mais pequenas chuvas lhe vedam absolutamente a saída de suas casas, que ficam reduzidas a pequenas ilhas cercadas de barro lodo!. Rogamos portanto à ilustríssima câmara em geral, e em particular ao Sr. José Francisco Guimarães, encarregado da freguesia de Santa Anna, mitiguem de pronto os sofrimentos dos habitantes d’aquela pantanosa rua, dando-lhes ao menos um pequeno trilho feito de pedra inutilizada das calçadas, ou de cascalho, visto que o aterro que ali se está fazendo, por ser do puro barro, tem tornado a mesma rua um profundo atoleiro. – *Um morador*⁴⁶.

Outras queixas traziam propostas de medidas a serem adotadas a mais longo prazo: “Talvez esse mal pudesse ser extinto ou ao menos diminuído sensivelmente por meio de canos subterrâneos que dessem vazão às águas pluviais, visto ser mais difícil melhorar o péssimo sistema com que foi nivelada a cidade”⁴⁷. E outras se perguntavam: “Não será possível, dando um pequeno declive aos calçamentos, evitar que as ruas da cidade à menor chuva se convertam em lagoas?”⁴⁸. E mesmo em um jornal que não era dedicado ao humor, havia

espaço para pequenos textos de humor político, em que o tema das chuvas surgia, como a “Carta do Gaspar ao seu compadre Gregório, roceiro em Cabo-Frio”, publicada em abril de 1857 no *Diário do Rio de Janeiro*:

Eu vou requerer, compadre,
 À câmara municipal
 Que mande abrir um canal
 Em cada rua da cidade
 Quê de grande necessidade.

 E depois grandes canoas
 Mande neles colocar
 P’ra embarcado só andar
 E para se não morrer
 Afogado quando chover.

 Pois chovendo, as nossas ruas
 São uns canais de Veneza;
 Oh! Compadre! que grandeza,
 Ver cavalos a nadar
 E carros a navegar⁴⁹.



No século XIX, a cidade precisava lidar com toda a sorte de dificuldades para se recuperar depois dos estragos que as chuvas frequentes – e que eles ainda não eram capazes de prever – causavam. Onde os moradores depositavam as suas esperanças? A que instâncias era possível recorrer? Sempre era possível pedir ajuda à providência divina. E também havia atividades de filantropia para socorrer os atingidos. Ao longo do século, no entanto, foram ganhando espaço as concepções de que deviam ser exigidos dos poderes públicos os esforços de recuperação da cidade, e de socorro às vítimas.

Entre dezembro de 1884 e janeiro de 1885, a Andaluzia foi sacudida por fortes terremotos, e houve numerosas campanhas de amparo às vítimas pelo mundo afora, inclusive no país vizinho, Portugal. Estudando a campanha portuguesa para o socorro às vítimas da Andaluzia, Maria da Conceição Meireles Pereira observou que duas ideias estiveram muito presentes nos textos portugueses: a caridade e a filantropia⁵⁰. Para a autora, as publicações portuguesas acompanharam um movimento mais geral, herdeiro das Luzes, e ocorrido ao longo do Oitocentos, quando a ideia de caridade cristã se laiciza e se transforma em filantropia, que por sua vez remete a ideias de fraternidade universal e de cosmopolitismo.

No Brasil, também foram frequentes as campanhas filantrópicas, com subscrições para o amparo a vítimas de desastres. Duas regiões da província do Rio de Janeiro foram duramente atingidas por inundações no início do ano de 1833. Uma campanha de subscrições foi lançada e os jornais publicaram a portaria de nomeação do agente responsável pela subscrição.

O agente foi nomeado “sendo presente à Regência que muitos Cidadãos Filantrópicos estão dispostos a socorrer, por meio de uma subscrição, às famílias reduzidas à indigência na Vila de S. Salvador dos Campos, e talvez na de S. João da Barra, pelos estragos da inundação, e não duvidando que outros muitos os acompanhem em tão religiosos e patrióticos como louváveis sentimentos”⁵¹. No princípio do mês seguinte o jornal publicou a lista dos doadores e os valores das doações⁵².

Em abril de 1839, o rio Vermelho transbordou na capital da província de Goiás. O *Diário do Rio de Janeiro* publicou uma detalhada descrição de toda a catástrofe:

Despejando as nuvens, desde as 11 horas da noite do dia 13 do corrente, a mais grossa e copiosa chuva, ao amanhecer do dia 19, o rio Vermelho [...] arremessava volumosos borbotões d’água mais de cem passos para fora de seu leito, os moradores em casas próximos ao rio, despertando espavoridos, e conhecendo o perigo iminente, em que se achavam, estando o interior de suas propriedades inundados pela enchente, correram para as ruas, gritando misericórdia.⁵³

O jornal informava ainda que o governo tinha ordenado “aos oficiais e soldados de primeira linha, aos oficiais e Guarda Nacional para irem em socorro dos cidadãos, que se achavam em risco de perderem suas vidas e fazendas”. Muitas vidas e mercadorias foram salvas, mas as casas da cidade ficaram, em sua maior parte, em ruína; um soldado morreu enquanto trabalhava no salvamento, “arrebatao por uma forte correnteza”. E o jornal acrescentou:

O coração se parte de dor quando nos lembramos do estado a que se acham reduzidas muitas famílias, tendo perdido seus bens, e sem terem hoje onde residir!!! N’este dia calamitoso o palácio do governo serviu de abrigo para mais de cem pessoas que foram tratadas com toda a polidez e caridade [...]. Consta-nos que outros cidadãos amigos da humanidade franquearam suas casas, onde receberam com carinho as desgraçadas vítimas de tão extraordinária inundação⁵⁴.

Os valores da caridade e da filantropia conviviam, e estavam disseminados. A *Gazeta de Notícias*, de 8 de agosto de 1875, informava a respeito de uma campanha filantrópica de amparo às vítimas da já mencionada inundação de Toulouse, na França: “O Grande Oriente Unido do Brasil vai fazer a primeira remessa de dois ou três mil francos, parte da subscrição que está promovendo em favor das vítimas da inundação de Toulouse. E concluiu: “Era n’este assunto que desejávamos ver disputarem-se primazias aos maçons”⁵⁵. Outra nota, na mesma *Gazeta*, no mês de setembro, dizia:

Filinto Pitomba é um molecote de 12 anos, que um destes últimos dias era possuidor da importante soma de dez tostões. Por acaso viu, na casa onde está alugado, alguns números das últimas ilustrações francesas, que trazem desenhos de cenas de uma inundação no Sul da França. Que havia de fazer o brejeiro do moleque? Pega nos dez tostões e, em vez de ir gastar em balas, pediu a pessoa conhecida para os mandar àqueles infelizes, que estavam sem pão nem casa.⁵⁶

Depois do grande terremoto de Lisboa, quando a terra tremeu no Dia de Todos os Santos (1º de novembro de 1755), arrasando a cidade, houve muitas tentativas de compreender o desastre⁵⁷. Causas naturais foram aventadas. Ribeiro Sanches, em seu *Tratado da conservação da saúde dos Povos* (1756) – o mesmo que estava à venda na rua do Ouvidor em 1832 – argumentou a favor das causas naturais na origem do desastre. Já o jesuíta padre Malagrida, em seu *Juízo da verdadeira causa do terremoto* (1756), defendeu a ideia da catástrofe como castigo divino. Voltaire também se ocupou do tema, escrevendo um poema – *Poema sobre o desastre de Lisboa* (1756) – em que duvidava da existência de uma providência divina justa e benevolente e discutia com os filósofos otimistas. Diante de tamanho desastre: “Direis vós: ‘Eis das eternas leis o cumprimento,/Que de um Deus livre e bom requer o discernimento?’”. E o poema também perguntava:

Direis vós, perante tal amontoado de vítimas:
 ‘Deus vingou-se, a morte deles é o preço de seus crimes?’
 Que crime, que falta cometeram estes infantes
 Sobre o seio materno esmagados e sangrantes?
 Lisboa, que não é mais, teve ela mais vícios⁵⁸
 Que Londres, que Paris, mergulhadas nas delícias?

E Rousseau respondeu a Voltaire, com sua *Carta sobre a Providência* (1756). Opondo-se a Voltaire, defendeu a fé religiosa, concordando com os que pretendiam conciliar a onipotência e a benevolência de Deus⁵⁹. Mas a novidade foi que, na construção do seu argumento, Rousseau tratou do papel dos homens nos desastres. Referindo-se ao terremoto de Lisboa, disse que era preciso reconhecer que “a natureza não reuniu ali vinte mil casas de seis a sete andares, e que se os habitantes dessa grande cidade tivessem sido distribuídos mais igualmente, e possuísem menos coisas, o dano teria sido muito menor, e talvez nulo”⁶⁰. Se as pessoas possuísem menos, teriam fugido ao menor abalo e estariam vivas e alegres. Mas “é preciso permanecer, obstinar-se ao redor das habitações, expor-se a novos tremores, porque o que se abandona vale mais do que o que se pode levar. Quantos infelizes pereceram neste desastre por querer pegar um sua roupa, outro seus papéis, outro seu dinheiro?”. E Rousseau segue discutindo com Voltaire:

Teríeis desejado (e quem não o teria?) que o terremoto houvesse ocorrido nos confins de um deserto em vez de Lisboa. Alguém duvida de que eles se produzam também nos desertos? Mas desses não falamos porque não fazem mal nenhum aos senhores da cidade, os únicos homens que levamos em conta; fazem pouco mal até mesmo aos animais e aos selvagens que habitam dispersos nos lugares retirados, e que não temem nem a queda dos telhados nem o incêndio das casas. Mas o que significa um tal privilégio? Será, então, que a ordem do mundo deve mudar de acordo com nossos caprichos, que a natureza deve ser submetida a nossas leis e que, para impedir um terremoto em algum lugar, bastaria construir lá uma cidade?⁶¹

Ele queria dizer que Deus não tinha enviado o terremoto especialmente para aquelas pessoas em Lisboa. Os terremotos existiam, e a morte também. Rousseau queria argumentar que a morte rápida não era necessariamente um mal real. E que a morte, afinal de contas, era necessária: “Que o cadáver de um homem alimente vermes, lobos ou plantas, não é, confesso, uma compensação da morte desse homem; mas se, no sistema do universo, for preciso à conservação do gênero humano que haja uma circulação de substância entre homens, animais e vegetais, então o mal particular de um indivíduo contribui para o bem geral”⁶². Assim, apesar da destruição causada pelo terremoto, e ao contrário das angústias de Voltaire, ele seguia, ainda, acreditando em Deus e em sua “Providência benfazeja”⁶³.

Mas a novidade agora, e que eu queria ressaltar, era que a participação dos homens na extensão das desgraças produzidas pelos eventos extremos estava posta⁶⁴. Não pelos seus pecados, mas pela maneira como construíam as cidades, com prédios altos que desabavam sobre as pessoas.



Os fortes temporais, que promovem destruição e mortes – os chamados eventos meteorológicos extremos – estão relacionados ao clima de toda uma região. E eles já eram percebidos assim no século XIX, como eventos amplos, que não tinham, em sua origem, dimensão local. Mas estava nascendo a ideia de que as cidades reagem de formas diversas a esses eventos, de acordo com a maior ou menor proteção que ofereciam a seus habitantes. E que para além da caridade e da filantropia, era preciso exigir dos poderes públicos que zelassem pela segurança dos moradores.

Embora existissem no século XIX socorros vindos de outras partes, como as subscrições para amparo às vítimas, as obras de recuperação depois das chuvas, e as de prevenção, para evitar que acontecessem novas tragédias em caso de temporal, eram tratadas como um problema de âmbito municipal. No Rio de Janeiro, a Câmara Municipal, como se sabe, legislava sobre a ordenação urbana; e possuía um corpo de fiscais. Os jornais da cidade abriam espaço para reclamações e propostas, escritas por leitores ou por seus próprios articulistas⁶⁵. E a Câmara também fazia publicar suas resoluções na imprensa.

Como exemplo de uma queixa no jornal, cito uma nota publicada no Diário do Rio de Janeiro em 25 de outubro de 1856:

Há dias falávamos do péssimo estado da rua das Laranjeiras no lugar chamado Pau Grande. Informam-nos hoje que a lama cresce consideravelmente, formando um enorme atoleiro com o aterro que se lhe acumula, de forma que o trânsito público é quase impossível e até perigoso. Não haverá fiscais naquele lugar?⁶⁶

O mesmo jornal, três meses mais tarde, em 30 de janeiro de 1857, publicava outra nota com o mesmo teor:

Chamamos a atenção dos Srs. Vereadores para o extraordinário incômodo e mesmo prejuízo que sofrem os moradores da rua do Lavradio, especialmente os do quarteirão cortado pelas ruas de Matacavalos e Arcos, nas ocasiões de maior chuva.

Sabemos de algumas casas que há dois dias ficaram por esse motivo completamente alagadas.

Talvez a abertura de outra saída para as águas além da pequena que ali existe, ou outra qualquer obra que a engenharia melhor do que nós apontará, aliviasse esses cidadãos que pagam décima e impostos desse continuado vexame⁶⁷.

A Câmara publicava as atas de suas sessões no Jornal. Na sessão de 13 de agosto de 1842, por exemplo, discutiu-se o ofício do fiscal do Engenho Velho:

[...] participando ser necessário aterrar com cascalho um atoleiro que existe na rua da Babilônia, e concertar ou fazer de novo a ponte da rua do Engenho Velho. Resolveu-se que mandasse aterrar o atoleiro, e que se apresentasse o orçamento a respeito da ponte⁶⁸.

Outro exemplo de queixa nos jornais. Uma matéria de 04 de agosto de 1841 reivindicava a atenção da Câmara:

Não há muitos dias [...], que ninguém podia atravessar a cidade senão a costas de pretos de ganho: foi uma lástima ver as ruas da capital alagadas da água da chuva e intransitáveis: entretanto a Câmara não se lembra de dar providências, que obstem a reprodução de fatos que nos ridicularizam aos olhos de nacionais e estrangeiros⁶⁹.

Com as queixas, os moradores que tinham acesso aos jornais lutavam por seus direitos. Eles pagavam impostos e consideravam uma obrigação do poder público atender às necessidades do morador. Mas quem eram os autores dessas queixas? Quem era a população da cidade que recorria aos jornais? Quem eram os leitores dos jornais? O Rio de Janeiro era a maior cidade escravista das Américas. Mas esse mundo dos jornais, letrado, era praticamente vedado aos escravos, ou melhor, eles estavam muito presentes, mas apenas nos anúncios de compra e venda e nas notícias de fugas. Nesta última matéria citada, por exemplo, os escravos aparecem como “pretos de ganho”, carregadores a quem se podia recorrer para atravessar a cidade sem se sujar nos lamaçais. Também nada leva a crer que as preocupações dos jornais estivessem destinadas aos homens livres pobres, ou aos mais pobres, embora provavelmente eles fossem os mais vulneráveis e os mais atingidos pelas chuvas.

A cidade mudou muito ao longo do século XIX, cresceu tanto em número de habitantes, como aumentou a densidade de ocupação de seu perímetro urbano⁷⁰. Chegou ao fim do século com uma estrutura urbana que incluía serviços de iluminação pública, de água e de gás encanados, de esgoto, e, ainda, um sistema de bondes. E possuía um grande número de funcionários públicos, e toda uma população de advogados, médicos, engenheiros e outras profissões liberais. Assim, é possível imaginar que entre os que reclamavam na imprensa – ou que liam as queixas publicadas nos jornais contra a câmara municipal e sua ineficiência em diminuir os efeitos maléficos das chuvas – havia ricos proprietários, comerciantes,

empresários, mas também esses extratos médios. Para esses homens, não adiantava ter acesso aos serviços, como o dos bondes, se as chuvas interrompiam ou dificultavam o fluxo no espaço urbano⁷¹. Eles reclamavam seus direitos, de cidadãos que pagavam impostos. E os jornais eram o veículo dessa nova linguagem dos direitos.

O tema dos direitos no Brasil tem sido investigado em suas várias dimensões. Entendendo a noção de direitos do cidadão como um fenômeno histórico, José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2001)⁷², examinou a história da cidadania no país desde as primeiras décadas do século XIX. O autor lembra que a existência de certos direitos não implica necessariamente o exercício pleno da cidadania, uma vez que alguns podem estar presentes, sem que outros existam. Assim, ao longo do século, certos direitos começaram a ser exercidos no Brasil, ainda que apenas por uma parcela da população, como os direitos políticos, de votar e de ser votado. Outros, no entanto, permaneceram inexistentes ou presentes apenas na letra da lei. Entre as várias dimensões da cidadania, seria possível, então, falar de uma noção de direitos do morador, no Rio de Janeiro do século XIX? Havia a concepção de que o poder público devia prover um ordenamento urbano mínimo, que garantisse a segurança do morador e até o direito de circular na cidade? O teor das queixas nos jornais, depois das chuvas, parece mostrar que essas concepções já existiam, ou pelo menos começavam a ser formuladas⁷³.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores da cidade, com as chuvas fortes, os atoleiros e os lamaçais, atravessaram o século. E houve mais de uma maneira de lidar com o problema. Várias estratégias foram usadas, desde as reclamações, em tom mais reivindicativo, publicadas nos jornais, até as diversas formas de humor.

Em fevereiro de 1876, durante o Carnaval, a *Gazeta de Notícias* publicou um anúncio: “!!Viva o Carnaval!! Saíram à luz e vendem-se na livraria Universal de E. & H. Laemmert [...] os impagáveis Versos! Versos! Impressos em papelinhos de cor, adornados com vinhetas caricatas para serem atirados aos bandos carnavalescos [...]”⁷⁴. E o anúncio da publicação dos versos – “apimentados e adubados de fina graça” – oferecia uma pequena amostra:

A pobre cidade imunda,
Que heróica e leal se chama!
Se há sol – temos poeira.
Apesar da irrigação⁷⁵;
Se chove – ou abunda a lama
– Ou temos inundaçào
[...].⁷⁶

Seria possível seguir com outros exemplos de como o tema da chuva – e dos transtornos que ela traz – foi frequente na cidade oitocentista. Mas fico por aqui, com esse último exemplo, tirado das brincadeiras de Carnaval.

Notas

1 - Sobre as alterações nas percepções do tempo, nas catástrofes, ver POMIAN, K. Catástrofes. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 29, Tempo/Temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

2 - Para as diversas concepções historiográficas sobre o tema das catástrofes, ver QUENET, Grégory. La catastrophe, un objet historique? *Hypothèses*, 1999/1, p. 11-20.

3 - Sobre o ambiente urbano ameaçador, ver TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: UNESP, 2005.

4 - *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de agosto de 1841, "Variedade", p. 1.

5 - *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de agosto de 1841, "Variedade", p. 1.

6 - *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de março de 1832, "Livros à venda", p. 2. O livro à venda provavelmente é a obra atribuída a Antonio Nunes Ribeiro Sanches, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos: Obra útil e, igualmente, necessária aos Magistrados, Capitães Generais, Capitães de Mar e Guerra, Prelados, Abadessas, Médicos e Pais de Famílias*. Com um apêndice: Considerações sobre os Terramotos, com a notícia dos mais consideráveis, de que faz menção a História, e dos últimos que se sentiram na Europa desde o 1 de Novembro 1755. Paris: Pedro Gendron, 1756.

7 - *Gazeta de Notícias*, 8 de agosto de 1875, "Revista dos Jornais", p. 2.

8 - A novela está traduzida em ZOLA, Émile. *A morte de Olivier Bécaille e outras novelas*. Tradução de Marina Appenzeller. Porto Alegre: L&PM, 2001.

9 - *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de junho de 1821, "Miscelânea, curiosa, útil e instrutiva", p. 4.

10 - *Imperiais Resoluções do Conselho de Estado na Seção de Fazenda*. Anos de 1842 a 1844. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, p. 88.

11 - *Imperiais Resoluções do Conselho de Estado na Seção de Fazenda*. Anos de 1842 a 1844. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, p. 88.

12 - LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1975, p. 223.

13 - BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, Antonio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. (Coord.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013, ver tabela, p. 103.

14 - MORAES, A. J. de Mello. *Chronica geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1886, p. 386, 392 e 417.

15 - PINHEIRO, Eliane Canedo de Freitas. *Baía de Guanabara: biografia de uma paisagem*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2005, p. 167.

16 - ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA,

Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UF RJ, 1997, p. 16.

17 - ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UF RJ, 1997, p. 16.

18 - Ver BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, Antonio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. (Coord.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

19 - Ver BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, Antonio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. (Coord.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013; e ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UF RJ, 1997. Para um estudo de caso, preocupado com as vulnerabilidades locais na história das catástrofes, ver SCHWARTZ, Stuart B. The Hurricane of San Ciriaco: disaster, politics, and society in Puerto Rico, 1899-1901. *Hispanic American Historical Review*, 72:3, 1992.

20 - Sobre as transformações nas percepções sobre as enchentes, ver MAIA, Andréa Casa Nova, SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. *História Oral*, v. 14, n. 2, 2011.

21 - DINARTE, Sylvio, pseud. (Escragnolle Taunay). *Céus e terras do Brazil: scenas e typos, quadros da natureza, fantasias*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1882, p. 56.

22 - *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de janeiro de 1835, "Leilões", p. 3.

23 - *Diário do Rio de Janeiro*, 01 de dezembro de 1845, "Notícias particulares", p. 4.

24 - *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de novembro de 1821, "Notícias particulares", p. 3 e 4.

25 - *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de outubro de 1871, "Noticiário", p. 2.

26 - *Diário do Rio de Janeiro*, 01 de dezembro de 1845, "Notícias particulares", p. 4.

27 - Ver BARBOZA, Christina H. da Motta. *As viagens do tempo: uma história da meteorologia em meados do século XIX*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

28 - BARBOZA, Christina H. da Motta. História da Meteorologia no Brasil (1887-1917). In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia*. Rio de Janeiro: SBMET, 2006, p. 1-6.

29 - *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de fevereiro de 1861, "Estatística da Corte - Meteorologia. Observatório Astronômico", p. 2.

- 30 - Sobre as folhinhas (calendários) ver NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Folhinhas e almanaques: história e política no Império do Brasil (1824-1836). In: RIBEIRO, Gladys Sabino, FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 231-246.
- 31 - GLEDSON, John. Introdução. In: ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 14.
- 32 - A crônica provavelmente está se referindo ao *Calendario e Folhinha Brasileira do Dr. Ayer*, publicado por agentes no Brasil da Dr. J. C. Ayer & C., e que teve outros nomes ao longo do tempo.
- 33 - ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 231.
- 34 - ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 232.
- 35 - ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 387.
- 36 - ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997, p. 16.
- 37 - LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EdUSP, 1975, p. 89.
- 38 - ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997, p. 16.
- 39 - *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de dezembro de 1843, "Notícias particulares", p. 3.
- 40 - *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de abril de 1851, p. 3.
- 41 - *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de abril de 1851, p. 3.
- 42 - *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de abril de 1851, p. 3.
- 43 - *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de abril de 1851, p. 3.
- 44 - *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de junho de 1864, "Noticiário", p. 1.
- 45 - *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de agosto de 1861, "Noticiário", p. 1.
- 46 - *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de janeiro de 1845, "Notícias particulares", p. 4.
- 47 - *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de abril de 1857, "Crônica diária", p. 1.
- 48 - *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de dezembro de 1856, "Rio de Janeiro – Crônica Diária", p. 1.
- 49 - *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de abril de 1857, "Comunicações", p. 2.
- 50 - Ver PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia a propósito dos terremotos da Andaluzia (1885). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 829-841. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5016.pdf.
- 51 - *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de fevereiro de 1833, p. 1.
- 52 - *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de março de 1833, p. 1.
- 53 - *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de abril de 1839, p. 1.
- 54 - *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de abril de 1839, p. 1.
- 55 - *Gazeta de Notícias*, 29 de agosto de 1875, p. 1.
- 56 - *Gazeta de notícias*, 01 de setembro de 1875, p. 2.
- 57 - Sobre as repercussões do terremoto de Lisboa, ver ARAUJO, Ana Cristina. *O terremoto de 1755: Lisboa e a Europa*. Lisboa: CTT, 2005; e BRAUN, Theodore E. D. & RADNER, John B. (Eds.). *The Lisbon earthquake of 1755: representations and reactions*. Oxford: Studies on Voltaire and the Eighteenth Century, 2005.
- 58 - Voltaire. *O poema sobre o desastre de Lisboa (1756)*. Tradução de Vasco Graça Moura. Lisboa: Altheia, 2013.
- 59 - Ver MARQUES, José Oscar de Almeida. Apresentação. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani e José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 3.
- 60 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani, José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 9.
- 61 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani, José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 9.
- 62 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani, José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 15.
- 63 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani, José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 15.
- 64 - G. Quenet apontou para o perigo do anacronismo de considerar Rousseau como o primeiro teórico de uma definição moderna dos riscos naturais e da vulnerabilidade das sociedades, mas também falou sobre a novidade de suas idéias, em QUENET, Grégory. *Les tremblements de terre aux XVIIIe et XVIIIe*

siècles: la naissance d'un risque. Seyssel: Champ-Vallon, 2005, p. 438-9.

65 - Para um período posterior, Eduardo Silva examinou o tema das queixas nos jornais, em SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

66 - *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de outubro de 1856, "Rio de Janeiro – Chronica diária", p. 1.

67 - *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de janeiro de 1857, "Rio de Janeiro – Chronica diária", p. 1.

68 - *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de agosto de 1842, "Câmara Municipal", p. 1.

69 - *Diário do Rio de Janeiro*, 04 de agosto de 1841, "À Câmara Municipal", p. 1.

70 - Ver, para o número de habitantes, os dados consolidados em SOARES, Luiz Carlos. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007.

71 - Para o exame das contradições entre a modernização da cidade e as enchentes, em um período posterior, ver MAIA, Andréa Casa Nova. O "drama barroco" carioca nas enchentes históricas: tragédia e humor nas páginas das Revistas (Rio de Janeiro, 1905-1928). In: XXXI Congress of Latin American Studies Association, 2013, Washington.

Papers of the XXXI LASA 2013. Washington: LASA, 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/4066213/O_drama_barroco_carioca_nas_enchentes_historicas_Tragedia_e_Humor_nas_paginas_das_Revistas_1905-1928.

72 - CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

73 - Em dois artigos anteriores, procurei discutir o tema dos direitos e dos serviços públicos no Rio de Janeiro oitocentista, ver ALMEIDA, Anita C. L. de. Fogos de artifício: esplendor e perigo, direitos e deveres no Rio de Janeiro do século XIX. In: BESSONE, Tânia M., NEVES, Lucia M. B. Pereira das, GUIMARÃES, Lucia Maria P. (Org.). *Elites, Fronteiras e cultura no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 177-202; e Fogo!...fogo!...fogo!: incêndio, vida urbana e serviço público no Rio de Janeiro oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de, CAMPOS, Adriana Pereira. (Org.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 487-517.

74 - *Gazeta de Notícias*, 07 de fevereiro de 1876, p. 4.

75 - No século XIX, foi introduzido na cidade um serviço de lavagem e irrigação das ruas.

76 - *Gazeta de Notícias*, 07 de fevereiro de 1876, p. 4.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) *Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997.

ALMEIDA, Anita C. L. de. Fogo!...fogo!...fogo!: incêndio, vida urbana e serviço público no Rio de Janeiro oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de, CAMPOS, Adriana Pereira. (Org.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 487-517.

_____. de. Fogos de artifício: esplendor e perigo, direitos e deveres no Rio de Janeiro do século XIX. In: BESSONE, Tânia M., NEVES, Lucia M. B. Pereira, GUIMARÃES, Lucia M. P. Guimarães. (Org.). *Elites, Fronteiras e cultura no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 177-202.

BARBOZA, Christina H. da Motta. *As viagens do tempo: uma história da meteorologia em meados do século XIX*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

_____. História da Meteorologia no Brasil (1887-1917). In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia*. Rio de Janeiro: SBMET, 2006.

BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo. Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, Antonio José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. (Coord.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013, p.47-109.

BRAUN, Theodore E. D. & RADNER, John B. (Eds.). *The Lisbon earthquake of 1755: representations and reactions*. Oxford: Studies on Voltaire and the Eighteenth Century, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GLEDSOON, John. Introdução. In: ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MAIA, Andréa Casa Nova, SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. *História Oral*, v. 14, n. 2, 2011.

- MAIA, Andréa Casa Nova. O “drama barroco” carioca nas enchentes históricas: tragédia e humor nas páginas das Revistas (Rio de Janeiro, 1905-1928). In: XXXI Congress of Latin American Studies Association, 2013, Washington. Papers of the XXXI LASA 2013. Washington: LASA, 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/4066213/O_drama_barroco_carioca_nas_enchentes_historicas_Tragedia_e_Humor_nas_paginas_das_Revistas_1905-1928.
- MARQUES, José Oscar de Almeida. Apresentação. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta sobre a Providência. In: *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução. n.º 2. Organização, tradução e notas de Adalberto L. Vicente, Ana L. S. Camarani e José Oscar de A. Marques. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Folhinhas e almanaques: história e política no Império do Brasil (1824-1836). In: RIBEIRO, Gladys Sabino, FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 231-246
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia a propósito dos terremotos da Andaluzia (1885). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 829-841. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5016.pdf.
- PINHEIRO, Eliane Canedo de Freitas. *Baía de Guanabara: biografia de uma paisagem*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2005.
- POMIAN, K. Catástrofes. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 29, Tempo/Temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- QUENET, Grégory. La catastrophe, un objet historique? *Hypothèses*, 1999/I, p. 11-20.
- _____. *Les tremblements de terre aux XVIIe et XVIIIe siècles: la naissance d'un risque*. Seyssel: Champ-Vallon, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. The Hurricane of San Ciriaco: disaster, politics, and society in Puerto Rico, 1899-1901. *Hispanic American Historical Review*, 72:3, 1992.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Luiz Carlos. O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007.

Recebido em 05/06/2014

“Tanta chuva e nenhum legume”: alagamentos, política e imprensa em Fortaleza. (1839-1876)

So much rain and no vegetables”: Flooding, politics and press in Fortaleza (1839-1876)

Emy Falcão Maia Neto *

Doutorando em História - UFC
emyhistoria@gmail.com

RESUMO: Na cidade de Fortaleza, quando a água não escorria, a tinta fluía nos periódicos políticos – os liberais *Diário da Assembleia Provincial* e *O Cearense* e os conservadores *Dezesseis de Dezembro* e *Pedro II*. Utilizando-se de uma articulação entre história ambiental e história cultural, buscou-se discutir como as enchentes eram dadas a ler e que mecanismos elas acionavam no cotidiano da cidade, bem como a relação entre as obras públicas e os alagamentos. O recorte inicial é 1839, ano da “catastrófica” chuva que provocou muitos estragos em Fortaleza, e o final, o ano de 1876, anterior a “grande seca de 1877”.

Palavras-chave: Fortaleza; imprensa; alagamento

ABSTRACT: *In the city of Fortaleza, when it did not rain, it was ink that flowed in the political periodicals – the liberal newspapers *Diário da Assembleia Provincial* and *O Cearense* and the conservative *Dezesseis de Dezembro* and *Pedro II*. Marrying environmental and cultural history, we attempt to discuss how the floods were interpreted and what mechanisms they set in motion in the city’s daily life, as well as the relation between the floods and public works. The initial year is 1839, the year of the “catastrophic” rains that caused much damage to Fortaleza, and the final one is 1876, before the “great drought of 1877”.*

Keywords: *Fortaleza; press; flooding*

* É doutorando em História – Universidade Federal do Ceará/UFC. Foi um dos organizadores do livro “Natureza e Cultura: capítulos de história social” (2013) e autor dos artigos “A teima das águas: chuvas, riachos e obras públicas em Fortaleza (1810-1856)” – no livro citado – e “Do banho de chuva e outras danças: sociabilidades nos tempos de meninos em Fortaleza (1890-1940)” – Revista *Saeculum* (2012).

O Ceará é frequentemente denominado Fortaleza, devido ao velho forte construído na praia, para defesa do porto. Do mar, pouca cousa se avista da cidade, além do forte e algumas choupanas que o flanqueiam de ambos os lados. À esquerda da cidade desemboca um riacho cujas margens são guarnecidas de coqueiros, motivo ornamental que se assinala em todas as paisagens nordestinas. [...] A primeira cousa que se pode dizer do Ceará é que a cidade é inteiramente construída sobre areia. Desde a praia até o bairro mais distante, só se vê areia. Se se anda a pé, a areia incomoda os pés; se o sol está quente, ela os queima, e, se sopra o vento, a areia enche-nos os olhos. São de areia o leito das ruas e os passeios laterais, com exceção dos pontos pavimentados com lajes e tijolos. Quer se saia a pé, a cavalo ou em algum veículo, a areia nos incomoda sempre e não raro são necessários dez bois para tirar um só carro. [...] A cidade tem progredido durante os últimos anos. Diversos prédios estavam em construção por ocasião de nossa visita

(KIDDER, 1997, p. 135-137).

A paisagem de Fortaleza construída por Daniel Kidder – em 1839 – não é muito diferente das imagens das praias cearenses dadas a ver em atuais folhetos de viagem: mar, areia e coqueiros. Além disso, um pequeno rio e algumas construções completam o cenário que, diga-se de passagem, é pouco imaginado entre os fortalezenses – apenas viajantes pouco avisados esperam encontrar isso na cidade atualmente. O que não é novidade para os locais é que em Fortaleza chove, e muito.

Segundo José Liberal de Castro (1977, p. 13), Fortaleza recebia queda pluviométrica anual igual ou às vezes superior às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e espalhadas, em maior parte, em um intervalo de apenas quatro meses. No período de 1849 até 1876 choveu em Fortaleza em média 1492 milímetros, com anos superando os 2000 milímetros – não há estatística para o período de 1839 a 1848 (Stuart, 2010, p. 246). Contudo, um grande volume de chuva não representa necessariamente enchente. Há de se levar em consideração que “*se as chuvas são parte do ciclo natural de águas, as enchentes dizem respeito ao escoamento dessas chuvas*” (Maia; Sedrez, 2011, p. 226). Assim, a história das enchentes em Fortaleza se relacionava de forma direta com as intervenções realizadas na cidade.

Segundo Janes Jorge (2011, p. 2) – partindo das considerações do engenheiro sanitaria Francisco Saturnino Rodrigues de Brito –, as cheias por si só não eram prejudiciais aos intuitos humanos: sua propriedade fertilizante era conhecida pelo homem desde a antiguidade. Elas tornaram-se problema com o estabelecimento de determinados aglomerados humanos, ou

seja, as enchentes estão atreladas à vontade de domar as águas. Em Fortaleza, algumas dessas intervenções – com o intuito de domar as águas – acontecem no primeiro governo como presidente da província do senador José Martiniano de Alencar – 1834 até 1837 – quando foram construídos o açude do Pajeú e o chafariz do Largo do Palácio.

Optou-se por iniciar o recorte pelo registro de uma enchente “catastrófica” em 1839 – segundo classificou o presidente da província – que decorreu diretamente de obras públicas realizadas no período anterior.¹ O recorte final se dá em 1876, ano anterior a “grande seca” de 1877 quando, com a chegada de grande número de retirantes, foram realizadas novas intervenções urbanas – utilizando essa mão de obra – e registradas chuvas anuais inferiores a sua média – 469 mm e 507 mm, respectivamente para os anos de 1877 e 1878 (Studart, 2010, p. 246).



Na madrugada de 26 para 27 de maio de 1839, após um rigoroso inverno, quando caíra sobre a cidade uma intensa chuva, a barragem que estava sendo construída na lagoa do Garrote se rompeu. Com isso, a água fluiu com grande força ao antigo receptáculo: o açude do Pajeú. Com a iminência de um desastre decidiu-se arrombar o açude em alguns pontos escolhidos para impedir a destruição das construções existentes na rua dos Mercadores. Contudo, a força das águas destruiu o chafariz do Largo do Palácio e parte do açude e arrastou plantações que eram abundantes naquela região. O presidente da província – João Antonio de Miranda – em seu discurso realizado na abertura da assembleia provincial classificou o episódio como uma “catástrofe”.² Segundo João Brígido (1912, p. 95), durante o “grande inverno de 1839” estabeleceu-se correntes de águas que permaneceram por várias semanas enchendo as ruas de Fortaleza, mesmo após as chuvas cessarem.

O chafariz e o açude tinham sua existência ligada à administração do senador José Martiniano de Alencar, chefe do Partido Liberal no Ceará e presidente da província. Assim, mais do que distribuir e acumular água, respectivamente, eram monumentos que faziam lembrar o governo de Alencar. Por isso, não eram bem vistos pelos conservadores que em 1839 governavam a província. Este embate pode ser acompanhando relacionando os discursos, relatórios e falas dos presidentes de província com os periódicos da época.

Infelizmente, entre os exemplares existentes, apenas *O Correio da Assembleia Provincial* – segundo Geraldo Nobre (2006, p. 71), folha impressa no prelo comprado pelo chefe liberal José Martiniano de Alencar quando presidente da província – trás referências à discussão. Existem números da folha conservadora *Dezesseis de Dezembro* na Biblioteca Nacional, no entanto, tratam de período posterior à enchente. Contudo, por meio das páginas do “Correio” é possível perceber um diálogo com o “Dezesseis” – este sendo constantemente citado naquele. Assim, apesar de ter lamentado os estragos ocorridos no seu discurso – por

ocasião da abertura da Assembleia Provincial –, o presidente João Antonio de Miranda é acusado pelo “Correio” de celebrar a queda das duas construções. Segue trecho:

Com o desastre do dia 27 de Maio [...] Estam satisfeitos os desejos dos detractores do Illustre Senador Alencar! Desde a administração do Sr. Manoel Felisardo, que trabalham por destruir a obra do Chafariz do largo do Palácio, já quebrando e entupindo as bicas, já escavando o paredão, já finalmente deteriorando as agoas com lavagens de cavallos, etc. etc. [...] Tendo nós ategora visto com quanto despreso, ou antes com que proposito se tem trabalhado por se destruir uma obra que, por fazer mais querido o nome do Sr. Alencar, já por sua utilidade, já por muito concorrer para o aformoseamento da Cidade; passemos adiante.³

As águas que caíam – ou não – do céu propiciaram momentos importantes para a política local. Conservadores e Liberais aproveitavam esses momentos gastando tinta em seus periódicos com acusações sobre os culpados pelos transtornos e prejuízos. Com a escolha do conservador Manoel Felisardo de Souza e Melo a presidência provincial, houve – segundo acusações dos liberais – por parte do novo governo uma movimentação em busca de desqualificar ou minimizar as obras realizadas no governo de Alencar. Anos depois (1847), o colunista do periódico liberal *O Cearense* ainda lembrava e culpava não a chuva, mas os governantes conservadores pela queda do chafariz e do açude.⁴ Em comum, os dois artigos apontavam que na incapacidade de demolir – uma vez que era notória a utilidade das construções – os conservadores preferiram deixar o chafariz ruir com o passar do tempo, na esperança de que a memória de Alencar tomasse o mesmo destino. No entanto, faz-se necessário atentar que esse era um artifício – entre muitos outros – de que os dois partidos lançavam mão quando podiam.

Quando a barragem rompeu, os conservadores tentaram ressignificar os sentidos dos “monumentos de Alencar”. O açude e o chafariz que “davam de beber” e “aformoseava a cidade” foram transformados em símbolos do descaso do ex-presidente com as obras públicas erigidas em seu governo. Mais tinta gastou-se nesse embate... No entanto, voltando às narrativas produzidas sobre a “grande chuva de 1839”, percebe-se uma relação entre as intervenções impostas ao espaço e as venturas trazidas pelas águas. Sem as barragens – a construída no governo dos conservadores [Pajeú] e a construída no dos liberais [Garrote] – possivelmente a água, que tanto estrago causou, teria corrido pelo riacho Pajeú e deste até o mar. Exigindo, no máximo, maior espaço nas suas margens, fertilizando a região que era largamente utilizada para lavoura no período. Além disso, com a barragem, uma faixa de terra que era de “várzea” foi ocupada uma vez que com o riacho represado o seu volume diminuiu. O riacho perene passou a secar. Há uma mudança na dinâmica da ocupação em Fortaleza que se relaciona de forma franca com os caminhos das águas.

É oportuno lembrar que esses momentos eram propícios para as negociações políticas. Em 1839, o presidente João Antonio de Miranda encerrou seu discurso, após lamentar os estragos ocasionados pela chuva às obras públicas, pedindo aos deputados recursos para

empreender as “melhorias necessárias a província”.⁵ Anos depois, em 1847, foi o Largo do Palácio que precisou de reparos após uma nova temporada de chuvas. Foi necessária a construção de uma muralha de 384 palmos de extensão para conter o deslocamento do aterro que tornou “intransitável” a passagem.⁶ No ano seguinte, foi preciso construir uma calçada para segurar “o paredão do Largo do Palácio”.⁷ Em 1854, paredão e calçada careciam de reforma.⁸

As grandes chuvas não eram raras na capital. Apenas no período da pesquisa, choveu com status de enchente – quando houve reclamação ou demanda por intervenções públicas – em 1842, 1847, 1849, 1851, 1852, 1854, 1855, 1856, 1858, 1865, 1866, 1668, 1870, 1872, 1873, 1875, 1876 e, com exceção de 1845 – quando foram mais escassas –, em todos os outros anos choveu regularmente na cidade.

A ocupação da região de Fortaleza, segundo Liberal de Castro (1977, p. 30), se deu partindo do Forte e seguindo a ribeira ocidental do Pajeú. Para esses moradores residir próximo à aguada era vantajoso e desejado. Não é difícil imaginar que, num período no qual não havia redes de abastecimento e descarte de água, essa proximidade era oportuna – suprindo as necessidades por água, levando para longe as águas servidas e possibilitando a agricultura.

No século XIX, inicia-se um distanciamento dessas aguadas. Fabio Alexandre dos Santos (2011, p. 129-130) observou que em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, a proximidade com a água era vista como um fator de desvalorização dos terrenos e a altitude um elemento de valorização. Em Fortaleza, a circulação desses novos conceitos de morar bem e salubridade oportunizaram um deslocamento dos mais ricos à parte alta da cidade – longe do riacho Pajeú que passou a ser visto como foco de emanações. No entanto, esse deslocamento não estava disponível a todos os bolsos. Morar longe do Pajeú significava empreender esforços para abastecer a casa com água: construir ou mandar construir uma cacimba ou buscar, mandar buscar ou comprar água. Cada vez mais “*era emblemático como a topografia da cidade acabava por expressar o abismo social (...)*” (JORGE, 2006, p. 49). A proximidade com a água – um dos motivos que levou à escolha da região para a instalação do Forte que deu nome à cidade – foi tornando-se dispensável aos que podiam pagar.

Além dos miasmas, a recorrência de alagamentos influía para esse deslocamento. Em 1855, do dia 15 para o dia 16 de abril:

Choveu 5 horas chuva forte, de modo que agoa allagou as ruas, entrou por quasi todas as casas terreas, deitou muros à baixo, e fasendo outros prejuisos. Foi a maior chuva que nestes 6 annos e tem cahido nesta cidade, medio canada e meia d’agua por palmo quadrado de superficie, ou 150 canadas por braça quadrada.⁹

A nota não aponta onde ocorreram os alagamentos. No entanto, é de se imaginar que tenha se dado na rua dos Mercadores – uma das mais antigas da cidade, chamada também de rua de Baixo – e que ficava às margens do riacho Pajeú, na parte baixa da cidade. A ribeira

do Pajeú ficava entre o Outeiro da Prainha e a “lombada” onde está atualmente o Centro da cidade. Segundo Raimundo Girão (1979, 24-35), o riacho Pajeú recebia água de afluentes – atualmente inexistentes – que escorriam desses pontos mais altos alimentando o riacho.

João Brígido (1912, p. 88) escreveu que “*desde o fim do século passado [século XVIII] já existia, mais ou menos, casas de taipa, na ala oriental da rua dos mercadores, hoje Conde d’eu (...)*”. Assim, apesar do silêncio dos periódicos – *O Pedro II* não noticiou esses alagamentos –, eram os moradores das casas de taipa os mais afetados com as cheias – uma vez que as “novas moradas elegantes” eram construídas na parte mais alta da cidade, reservando aos pobres a área baixa.

Com o aumento das construções na parte alta da cidade e a pavimentação das ruas – ocorridos na segunda metade do século XIX – as águas encontravam novas barreiras para fluir, gerando outros pontos de alagamento. Em 1859, *O Cearense* publicou nota sobre mais alagamentos na cidade:

O mal feito empedramento que se está fazendo na rua da Palma desta cidade, para consumir-se o dinheiro publico, vai já produzindo seos desastrosos effeitos. Na primeira chuva do dia 7 do corrente as agoas de enchorrada na rua, não achando exgoto, porque assim approuve á sciencia dos nossos engenheiros, estavam á ponto de innundar as casas dos moradores visinhos, quando um dellles, o Sr. Dr. José Lourenço, mandou a sua custa abrir uma valla para dar-lhe saída.

Em uma chuva qualquer mais forte teremos de ver as casas daquella rua innundadas, e talvez arruinar, e o tal empedramento revolvido, tornando-se intransitável a rua.¹⁰

O medo confirmou-se quando vieram as chuvas de março. Acumulou “*grande porção d’agoa nas ruas da Palma, e Formosa*” e formou-se “*um charco na travessa do armazém do sr. Barateiro [Rua da Palma]*”.¹¹ As construções e pavimentação elaborada na cidade não levaram em consideração o caminho das águas. À medida que aplainavam e calçavam as ruas, alteravam o fluxo das águas até o Pajeú, propiciando alagamentos onde antes não existiam.

João Nogueira (1980, p. 123-124), indica existência de um desses “caminhos” – riachos – que se formava nos tempos de chuvas no Centro de Fortaleza: a água vinha do Campo Amélia – atual praça da Estação – e entrava em confluência com as águas que corriam da Lagoinha até o Pajeú, passando antes, por um terreno que ficava vizinho ao local onde foi construído o sobrado do médico José Lourenço. Não é de se espantar o local onde a água acumulava.

Apesar de secar no período de estiagem, esses “riachos” eram importantes para que quando houvesse um novo período de chuva as águas voltassem a fluir. As construções que aplainavam a cidade também colaboravam para obstruir esses caminhos criando novos pontos de alagamento. Costumeiramente afirma-se que Fortaleza é uma cidade plana. Fazem-se necessárias duas observações: a primeira é que não é possível afirmar isso sem levar em consideração a escala utilizada, e a segunda é que em Fortaleza não houve nenhum levantamento histórico sobre o aplainamento da cidade. Assim algumas pesquisas – por

questão de escala – podem até considerar Fortaleza uma cidade plana, ignorando essas rugosidades. No entanto, esse não foi o caminho adotado por este trabalho.

Oficialmente, o calçamento das ruas e travessas de Fortaleza começou em 1857. Mas desde 1852, a discussão já transitava nas sessões da Assembleia Provincial – no entanto, naquela época, aplainar as ruas era prioridade em relação ao calçamento.¹² No mesmo ano em que *O Cearense* publicou suas críticas, o presidente da província João Silveira de Souza justificava o investimento:

Reconheço que este melhoramento é um tanto dispendioso, mas concordareis também que se em toda a parte, é elle reputado uma necessidade de primeira ordem, em uma cidade edificada como esta sobre comodoros de areia movediça, e causa de tantos incommodos, e até das enfermidades a quem transita pelas suas ruas, quer na estação chuvosa, quer sob o sol ardente dos seos verões, não pode deixar de sel-o com muito mais razão.¹³

O calçamento das ruas é apresentado como uma solução para domar as areias e as águas. Assim, entra na discussão mais um elemento que influenciou de forma significativa o caminho das águas. Acompanhando os relatórios dos presidentes de província e dos engenheiros é possível ter uma ideia do período em que cada trecho do centro da cidade foi pavimentado. O primeiro logradouro calçado da cidade, segundo essa documentação, foi a travessa da Thesouraria – também chamada na época do Erário, da Municipalidade e, depois, da Assembleia, atualmente, parte da rua São Paulo.¹⁴ No ano seguinte, a rua da Palma, um trecho da travessa das Flores e a rua do Quartel foram objeto do trabalho dos calceteiros – profissionais especializados em calçar as ruas.

Em 1865, o presidente Lafayette Rodrigues Pereira, dava o calçamento da cidade por completo, mesmo declarando que os trabalhos continuariam na Prainha e no caminho do Outeiro – e continuaram por muito tempo. Nesse ano, estavam calçadas as ruas dentro do perímetro demarcado pela rua Amélia, travessa do Garrote (São Bernardo), rua de Baixo (dos Mercadores) e travessa do Quartel (do Hospital) – atualmente, Senador Pompeu, Pedro Pereira, Conde D’eu e Dr. João Moreira, respectivamente. Além dessas ruas, eram calçadas a rua da Ponte, do Chafariz e da Alfândega – caminho que ligava a Alfândega ao Centro – e a travessa da Prainha – que ligava a matriz à capela de N. S da Conceição. Além de outras travessas próximas à Alfândega.

À medida que os trabalhos dos calceteiros avançavam, novos pontos de alagamento surgiam. Em 1859, a água empoçava na rua Amélia e na travessa das Flores. O presidente da província em seu Relatório pedia verba à Assembleia Provincial para a instalação de um cano de esgoto na interseção desses logradouros para dar vazão à água.¹⁵ No mesmo ano, foi produzido um relatório apresentado pelo engenheiro Adolpho Herbster e destinado ao presidente da província. Nele, o engenheiro chama a atenção para o escoamento da água:

O plano geral do calçamento acha-se hoje dividido em duas bacias principaes que desagoão, uma para o mar e outra para o lado oposto, formando a lagoa do Garrote

e a Lagoinha; sendo limitadas pela linha culminante do terreno que seguindo uma direcção parallelamente a costa, atravessa as praças, dos Educandos, Garrote, Municipalidade, Patrocínio, etc, etc.

A 1.^a destas bacias está sob dividida em 4 outras secundarias, duas das quaes despejo para o riacho do Pajeú, uma directamente para o mar e a ultima para a encruzilhada da rua Amelia com a travessa das Flores.

A 2.^a bacia geral está por ora subdividida em duas secundarias, tendo uma despejo para a lagoa do Garrote e outra para a Lagoinha. Com o augmento da edificação muitas outras bacias tem de serem criadas porem estas seis satisfazem hoje completamente a edificação existente, e são independentes de quaesquer outras que sejam preciso estabelecer-se.

Um unico cano d'esgoto é necessário para escoamento das agoas da bacia que tem fundo na encruzilhada da rua Amelia e da travessa das Flores, é porém esta obra de tanta necessidade que não é possível o proseguimento do calçamento d'aquella bacia sem a sua construcção primeiramente.¹⁶

Mesmo sem explicitar, o autor dá a ler a existência de uma circulação de água no Centro que as construções e o calçamento influenciavam: mostrando uma complexidade que ia além de ações localizadas. Além disso, é possível perceber a importância do riacho do Pajeú permanecer desobstruído, uma vez que, as duas bacias desaguvavam nele – o Garrote era tributário desse riacho. O escoamento das águas passa a ser levado em consideração: a técnica é mobilizada para domar as águas. Em outro trecho, ele retoma o tema, explicando a importância e benefícios do melhoramento:

Este cano subterraneo que deve ter espaço suficiente para que um menino possa livremente andar no interior e de pé esta orçado em 8:000\$000 ou em 60\$000 por braça corrente: sendo sua embocadura no centro da encruzilhada da rua com a travessa, e o despejo na encosta do morro, entre o hospital da caridade e a cadeia. Escolhi esta não somente por serem escavações menores, como porque passando o cano no pateo interior do hospital (sendo completado o edificio) fica tambem servindo de cano de despejo do estabelecimento, o que não é de pequena vantagem.¹⁷

Para compreender o que representava o valor que deveria ser empreendido e o tamanho do investimento que o engenheiro demandava, faz-se necessário uma comparação. Para o ano de 1860, a Câmara Municipal de Fortaleza estava autorizada a despender com toda a sua folha de pagamento, manutenção e outros gastos – durante todo o ano – a quantia de 15:278\$000 réis e toda a província dispôs de uma orçamento de 79:375\$944 réis, ou seja, o gasto com o cano representaria mais da metade dos gastos da municipalidade e um décimo dos gastos previstos para todo o Ceará.¹⁸

O fim da bacia citada no cruzamento da rua Amélia com a travessa das Flores indica o volume das intervenções e aterramentos, que mudaram completamente o caminho das águas na cidade. Além disso, à proporção que mais áreas eram calçadas mais intervenções se faziam necessárias. Com as ruas empedradas e aplainadas, a água das chuvas infiltrava com mais dificuldade no solo e não contava mais com a força da gravidade para auxiliar no escoamento. Assim, a não realização de novas obras poderia colocar todo o trabalho até ali

a perder. Uma vez que as chuvas não tardariam! Após algumas medidas que não surtiram o resultado esperado, teve início a instalação do cano, concluída em 1864.

Contudo, mesmo com o investimento e o estudo do engenheiro da província, a água pluvial continuou se concentrado na rua Amélia, agora no cruzamento com a rua da Misericórdia, ameaçando o muro da cadeia. Sobre isso, escreveu o presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello:

Por effeito das chuvas torrencias, que cahiram nêsta capital no mez de maio, dasabou uma parte do muro que cinge esse edificio. Este damno, que se calcula 4:000\$000, é devido em grande parte à má construcção de tijolo e barro e á existência de formigueiros no alicerces.

A muralha está sendo reconstruída a tijolo e cal.¹⁹

Poucos anos depois, o muro volta a cair, dessa vez não era possível colocar a culpa nas formigas. Sobre as providências para tentar manter o muro de pé, o presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque escreveu:

Mandei também construir um calçada em toda a frente do edificio da cadeia publica no prolongamento da rua da Misericórdia, obra urgente, principalmente pela necessidade de dar-se esgoto ás águas pluviais, que de diferentes pontos da cidade ali vão ter.²⁰

Mesmo após os consertos realizados, no ano seguinte o muro da cadeia voltou a cair.²¹ Em 1873 o mesmo trecho ainda acumulava água.²² Na noite de 13 de abril, choveu em grandes proporções na cidade alagando diversas casas no mesmo logradouro. Com o título “Inundação” o jornal *Cearense* publicou:

A chuva torrencial que cahiu sobre esta cidade na noute de 13 do corrente, inundou muitas cazas das ruas Formosa, Amélia, Chafariz e outras.

Á grade do cano que dà esgoto as águas pluviaes das ruas das Flores e Formosa estava feichada, e então as águas não encontrando vazão, espraíram se invadiado grande parte das cazas adjacentes, cujas famílias despertaram com a inundação, que cauzou alguns prejuízos.

Ha pouco fisemos uma reclamação nesse sentido, como porem não se tratava de uma medida eleitoral, que convinha tomar-se, a câmara nenhuma attenção prestou, e eis que se realisarão nossas previsões.

Diz o annexim - o brasileiro só feicha a porta depois que é roubado - agora é provável que a câmara se *digne* tomar alguma providencia.²³

Em nota seguinte, o periódico aponta outros prejuízos:

Abateu uma das muralhas de revestimento do lado do sul, da fortaleza de N. S. da Assumpção e informam-nos que não ficará só n'isso, as outras muralhas ameaçam ruína.

— Grande parte da rampa da rua do General Sampaio, que ha pouco se tinha reparada, foi levada pelas águas.

Contam-se ainda outros desmoronamentos, mas sem significação.²⁴

Não bastava construir o cano, era preciso deixá-lo em boas condições de funcionamento ou, pelo menos, aberto. No entanto, mesmo querendo trazer o problema para os meandros da política partidária, o jornal publicou que outros pontos – além dos que se relacionavam ao não funcionamento do esgoto – sofreram alagamento. João Nogueira (1981, 123-125) escreveu que em 1938 era possível observar nas construções mais antigas a existência de calçadas altas e batentes nas portas das casas que remontavam aos alagamentos de outrora nesses logradouros.

Em 1874 as chuvas tardaram – todo o mês de janeiro acumulou apenas 35 mm – mas não faltaram.²⁵ Após um mês de fevereiro com boas chuvas e um começo de março desalentador, as grandes chuvas tiveram início no dia 24 de março – 94 mm.²⁶

A noute de 28 deste mez [março] cahiu sobre esta capital uma chuva torrencial, que causou bastantes estragos. Houve uma innundação quasi geral: casas houve onde água elevou-se a um palmo; Deram-se vários desabamentos de cazas e muros.

A rampa da estação da via férrea ficou inutilisada completamente, fasendo as aguas grandes escavações. Muitos edificios, ameaçam ruina; a muralha da cadeia publica não poderá, certamente, resistir a invernada.

As cazas próximas aos canos de esgoto foram as que mais soffreram, por que alem de não comportarem os canos o immenso volume das águas, acreceu que o lixo do calçamento levado pela corrente, amontoou-se todo ao redor da grade collocada sobre o cano da rua Formosa, vedando assim o escoamento.

O pluviometro marcou 120 milímetros.²⁷

Além disso, as imagens da Igreja do Patrocínio foram retiradas às pressas e levadas para a Matriz pelo risco de desabamento.²⁸

O inverno este anno tem sido rigorosíssimo, só comparável ao de 1866. Quasi toda provincia se resente mais ou menos dos enormes estragos produzidos pelas chuvas. [...] Todo este mez tem chuvido compiosamente, quase sem interrupção. Se não houver um estio, pouco legume se aproveitará.²⁹

Anos antes, fazia-se necessário construir na rua Amélia outro cano, mais caro que o anterior, orçado em 20:000\$000 réis.³⁰ Para esse não houve acordo. Nada de bueiro! Tentou-se dar um jeitinho caprichando na inclinação, nivelamento e levantando paredões. No entanto, o muro da cadeia – e de outras construções – continuou ameaçado a cada estação chuvosa. Em 1863, estava em construção um esgoto de 23 braças à rua do Chafariz – orçado em 883\$380 réis.³¹ Além de bueiros, a obra de calçamento da cidade demandou um constante deslocamento de areia, visando nivelar os logradouros: declives eram aterrados e desníveis eram suavizados. Em 1866, a praça da Municipalidade e a rua do Mercado receberam as areias que “abundavam” na rua São Bernardo.³²

Fortaleza mudava e alterava toda a região próxima, extraindo materiais para as construções ou abrindo espaço para elas. No espaço de poucos anos é possível perceber mudanças nas narrativas sobre a cidade. Robert Avé-Lallemant (1961, p.17) médico e

naturalista – registrou no segundo volume do seu livro *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859* as seguintes impressões:

Ceará [Fortaleza], vista pelo mar, é realmente bonita. Seu ponto central é um forte imponente, motivo pelo qual era antigamente chamada de Villa do Forte. Ao lado desse forte, uma igreja branca, completamente nova, e do outro, um hospital novo, ainda não inteiramente acabado, cuja metade deverá ser ocupada por um liceu. Na extremidade mesmo, fica ainda uma cadeia, casa de detenção. (...) As ruas são orientadas conforme os pontos cardeais, como traçadas por bússola, tendo, em parte, bonitas casas. Algumas de bom calçamento, que, contudo, em outras, não passam ainda de barricadas.

Avé-Lallemant dá conta da existência de uma cidade em construção, com obras públicas, belas casas e com a cidade apenas parcialmente calçada. Anos depois a cidade ganhara outros ares, conforme escreveram Louis e Elizabeth Agassiz (2000, p. 408) – viajantes-naturalistas – em seu livro *Viagem ao Brasil 1865 - 1866*:

Gostei do aspecto da cidade do Ceará [Fortaleza]. Agrada-me as suas ruas largas, limpas e bem calçadas, ostentando toda sorte de cores, pois as casas que as ladeiam são pintadas nos mais variados tons. Aos domingos e dias de festa, todas as sacadas se enchem de moças com alegres toaletes, e os grupos masculinos enchem as calçadas, conversando e fumando. Ceará não tem esse ar triste, sonolento, de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade.

Quando Louis e Elizabeth Agassiz estiveram em Fortaleza, o calçamento na parte central da cidade já estava consolidado. No entanto, o olhar do viajante é marcado pelas finalidades das suas obras e viagens, estilos literários ou/e da escrita científica vigentes, preconceitos e conceitos (PRATT, 1999, *passim*).³³ Assim, ao descrever Fortaleza, os viajantes não poderiam separar o que viam das suas experiências anteriores. Faz-se oportuno discutir que esse “aformoseamento” era apenas para uma parte da cidade e da população, consolidado através de exclusão. Sobre o embelezamento da cidade Frederico de Castro Neves (2000, p. 31) escreveu:

A beleza da cidade foi construída pelas “múmias famintas” e cada pedra do calçamento pode guardar um sofrimento inenarrável. São produtos do trabalho dos retirantes de 1877, apresentados, nos relatórios, como simples “melhoramentos publicos, resultantes da sêcca”.

No final da década de 1870, o calçamento da capital ganhou novo impulso com o emprego dos trabalhadores que migraram para Fortaleza por conta da Seca de 1877-78 – empregaram os que perderam quase tudo com a falta de água para controlar as águas na capital. Sem acesso ao “melhoramento” urbano, muitos continuaram morando nas areias – no Outeiro e no morro do Moinho. Expostos aos altos e baixos e à lama.



Nos meandros da política imperial no Ceará, as obras públicas eram monumentos: faziam lembrar. Para o historiador, não é possível pensar nos monumentos desatrelando-os de sua “perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas sobretudo enquanto instrumento de poder” (LE GOFF, 1990, p. 548). Assim, os textos oriundos dos periódicos *Diário da Assembleia Provincial*, *O Cearense*, *Dezesseis de Dezembro* e *Pedro II* não poderiam ser tratados como receptáculos dos “dados” sobre as enchentes do século XIX, pois são partes significativas do fazer-se da cidade.

Já são conhecidas pelos historiadores as análises em torno das construções discursivas envolvendo a seca de 1877. As “elites do norte” – a partir de “um tema que sensibiliza nacionalmente” – passaram a utilizar a seca como argumento para solicitar recursos e investimentos (Albuquerque Junior, 2007, p. 242). Ora, alguma coisa precisava ser feita! Contudo, conforme aponta Durval Muniz Albuquerque Junior (2007, p. 242), a partir desse momento “a seca torna-se ‘o problema do Norte’ e a explicação para todos os demais problemas”. Para a consolidação desse objetivo, fazia-se necessário uma história homogênea em torno das dificuldades naturais vigentes. Daí talvez se origine o pouco interesse pela história das enchentes no Ceará – pois elas não aconteciam apenas em Fortaleza³⁴.

Em Fortaleza, o presidente da província utilizava as enchentes para demandar recursos para as obras públicas – para evitar ou remediar catástrofes. A oposição questionava a utilidade ou/e qualidade das obras erigidas. Os usos “eleitoreiros” das obras públicas não estiveram separados da história das chuvas, dos alagamentos, das enchentes, ou seja, dos (des)caminhos da água em Fortaleza.

Notas

1 - Correio da Assembleia Provincial, 06 jun 1839, p. 4.

2 - MIRANDA, João Antonio de. *Discursos que recitou o Exm. Presidente desta província na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial*. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1839, p. 37.

3 - Correio da Assembleia Provincial, 22 Jun 1839, p. 2.

4 - *O Cearense*, 13 jan 1847, p. 2-3.

5 - MIRANDA, João Antonio de. *Discursos que recitou o Exm. Presidente desta província na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial*. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1839, p. 50.

6 - VASCONCELLOS, Ignacio Correia de. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo Presidente da mesma província*. Fortaleza: Typ. Fidelíssima, 1847, p. 20.

7 - AGUIAR, Fausto Augusto de. *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará*. Fortaleza: Typ. de Francisco Luiz Vasconcellos, 1848, p. 21.

8 - MOTTA, Vicente da. *Relatório do presidente na abertura da 20ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Legislativa*. Fortaleza: Typ. Brasillense, 1854, p. 11.

9 - *O Cearense*, 17 abr 1855, p. 4.

10 - *O Cearense*, 09 fev 1858, p.1-2.

11 - *O Cearense*, 7 maio 1858, p. 3.

12 - *Pedro II*, 28 set. 1852, p. 2.

13 - SOUZA, João Silveira de. *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinário de 1858, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma província*. Fortaleza: Typ Cearense, 1858, p. 14.

14 - BARRETO, Francisco Xavier Paes. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da província ao terceiro vice-presidente da mesma o Excelentíssimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães em 25 de março de 1857*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1857, p. 12.

15 - SOUSA, João Silveira de. *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1859, o Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma província*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1859, p. 14.

16 - HERBSTER, Adolpho. *Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, muito digno presidente desta província, pelo engenheiro Adolpho Herbster*. Fortaleza: Typ Cearense, 1859, p. 5.

17 - HERBSTER, Adolpho. *Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, muito digno presidente desta província, pelo engenheiro Adolpho Herbster*. Fortaleza: Typ Cearense, 1859, p. 5.

18 - OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similar. Tomo 3. Fortaleza, INESP, 2009, p. 361-362; MELLO E ALVIM, João da Souza. *Relatório com que o Ex.mo Senhor Tenente-coronel de engenheiros João da Souza Mello e Alvim, presidente da província do Ceará passou a administração da mesma ao excelentíssimo senhor 1.º Vice-presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867*. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1867.

19 - HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província o Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello Na 1ª Sessão Da 22.ª Legislatura Em 1.º De Julho De 1866*. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1866, p. 35-36.

20 - ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcante de. *Relatório com que passou a administração da província o Exm. Sr. Presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque ao 2.º Vice-Presidente o Exmo. Sr. Coronel Joaquim da Cunha Freire*. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1969, p. 12.

21 - HENRIQUES, João Antonio de Araújo Freitas. *Falla com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques abriu a 1ª Sessão da 18ª Legislatura da Assembléa Provincial do*

Ceará no dia 1º de Setembro de 1870. Fortaleza: Typ. Constitucional, 1870, p. 31.

22 - *Cearense*, 16 Abr. 1873, p. 02.

23 - Inundação. *Cearense*, 16 abr 1873, p. 2.

24 - Desmoronamento. *Cearense*, 16 abr 1873, p. 2.

25 - Trovoada. *Cearense*, 1 fev 1874, p. 2.

26 - Chuvas. *Cearense*, 26 mar 1874, p. 2.

27 - Inundação. *Cearense*, 31 mar 1874, p. 2.

28 - Igreja do Patrocínio. *Cearense*, 19 abr 1874, p. 2.

29 - Inverno. *Cearense*, 22 abr 1875, p. 2.

30 - AZEVEDO, Manoel Antonio de. *Relatório que a Assembléa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 o presidente da província Doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo*. Fortaleza: Typ. Brasileira de Paiva & Companhia, 1861, p. 17.

31 - FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Excelentíssimo Senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa No Dia 9 De Outubro De 1863*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1863, p. 39.

32 - HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio Marcondes. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello passou a administração da província ao Excelentíssimo Senhor João de Souza Mello e Alvim no dia 6 de Novembro de 1866*. Fortaleza: Typ. Brasileira de João Evangelista, 1867, p. 8.

33 - Para Mary Pratt quando se estuda um relato de viagem – principalmente os produzidos por naturalistas – se faz necessário “descolonizar o conhecimento”. Ou seja, levar em consideração as funções – normalmente, colonizadora e imperialista – e as redes que dialogam com essas publicações.

34 - Durante a pesquisa encontrou-se registros de enchentes em diversas cidades do Ceará. Além disso, existem dissertações sobre as enchentes em Jaguaruana e Aracati, ver, respectivamente: (SILVA, 2006); (DINIZ, 2014).

Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865–1866)*. Brasília: Senado Federal, 2000.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2007.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e da Cultura, 1961.

BRÍGIDO, João. *A Fortaleza em 1810*. [1882] Revista do Instituto Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1912.

CASTRO, José Liberal. *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

DINIZ, José Nilo Bezerra. *Paisagens marginais: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914)*. 201f. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

FUNES, Eurípedes; RIOS, Kênia Sousa; CORTEZ, Ana Isabel; MAIA NETO, Emy Falcão (orgs.). *Natureza e cultura: capítulos de história social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. 2ª Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu (São Paulo, 1890-1940)*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *SÃO PAULO DAS ENCHENTES, 1890-1940. Histórica - revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, Nº 47, 2011.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (províncias do Norte)*. [1845] São Paulo: Martins / Universidade de São Paulo, 1972.

LE GOFF, Jacques. *História e memória Campinas*. SP: Editora da UNICAMP, 1990.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC / Arquivo Público do Ceará, 2006.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha*. 2ª Ed. Fortaleza: edições UFC/PMF, 1980.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Baroso. Ed. Fac-similada. Tomo 3. Fortaleza, INESP, 2009.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas: Salubridade e ocupação o espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.

SEDREZ, Lise. Fernanda; MAIA, Andrea Casa Nova. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. *História Oral (Rio de Janeiro)*, v. 2, p. 221-254, 2011.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. *Nos Caminhos da memória, nas águas do Jaguaribe: Memórias das enchentes em Jaguaruana – CE (1960, 1974, 1985)*. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

STUDART, Guilherme. *Geografia do Ceará*. [1924] Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

Recebido em 05/06/2014

A enchente de 1929 na cidade de São Paulo: memória, história e novas abordagens de pesquisa

The 1929 flood of the city of São Paulo: memory, history and new research approaches

Fábio Alexandre dos Santos, Fernando Atique, Janes Jorge e Luis Ferla (Professores da UNIFESP); Diego de Souza Moraes e Janaina Yamamoto (Pesquisadores do APESP); Máira Rosin (Mestre em História); Thássia Andrade Moro (Historiadora); Ana Carolina Nunes Rocha, Nathalia Burato Nascimento, Orlando Guamier Cardin Farias, Wesley Alves de Moura (Graduandos da Unifesp); e Amanda de Lima Moraes (Graduanda da USP)*

grupohimaco@gmail.com

RESUMO: O objetivo desse artigo é discutir a enchente de 1929 na cidade de São Paulo. Ela foi considerada, tanto pelos contemporâneos quanto pelos estudiosos da história urbana paulistana, a maior enchente que a cidade conheceu. Pretende-se indicar o que a singulariza na história das enchentes na cidade e apresentar uma nova abordagem do tema a partir do uso de geotecnologias pertinentes. A documentação utilizada no artigo é constituída por documentos oficiais, cartografia histórica e notícias de jornal.

Palavras-chave: São Paulo; urbanização; enchente de 1929; SIG histórico

ABSTRACT: *The aim of this article is to discuss the 1929 flood of the city of São Paulo, considered both by those who lived through it and those who have studied São Paulo's urban history to be the greatest flood the city has ever known. Our intention is to point to what makes it stand out in the history of the city's floods and to present a new approach to this theme by using relevant geotechnologies. The sources used in the article are official documents and newspaper articles.*

Keywords: São Paulo; urbanisation; 1929 flood; historical GIS

* Os autores do artigo fazem parte do grupo Hímaco, parceria entre a UNIFESP e o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Seu laboratório localiza-se no Núcleo de Acervo Cartográfico do APESP e conta com financiamento do CNPq e da FAPESP para o desenvolvimento das atividades de SIG histórico. E-mail: grupohimaco@gmail.com e homepage: <http://www.unifesp.br/himaco/> .

A enchente de 1929 foi considerada pelos contemporâneos e, depois deles, pelos estudiosos da história urbana paulistana, a maior inundação que a cidade de São Paulo conheceu. Embora essa avaliação não seja, em si mesma, polêmica, as suas causas foram objeto de divergência, tanto na época em que ela ocorreu, como nos dias de hoje. De todo modo, prevalece na bibliografia especializada a interpretação de que, embora o volume das chuvas ocorrido em 1929 tenha sido elevado, a altura das águas não teria alcançado o nível que alcançou não fosse a abertura das comportas da represa do Guarapiranga pela Light, Tramway & Power Ltd., com objetivos de aumentar seus ganhos econômicos (Seabra, 1987).

O objetivo desse artigo é discutir a enchente de 1929 em São Paulo, o que a singulariza na história das enchentes da cidade e apresentar as possibilidades de uma nova abordagem do tema a partir do uso da tecnologia SIG (Sistema de Informações Geográficas), aplicada em pesquisas históricas. A documentação utilizada no artigo é constituída por documentos oficiais, cartografia histórica e notícias de jornal.

A cidade, as águas e as inundações

São Paulo sempre conheceu os transbordamentos dos seus rios na época das chuvas. Até fins do século XIX, a cidade, fundada em 1554, tinha seu núcleo urbano central no alto de uma colina localizada entre as várzeas do rio Tamanduateí e o Vale do Córrego do Anhangabaú. As cheias causavam alguns inconvenientes, como bloquear caminhos mais curtos para certas localidades. No entanto, esperadas como as estações do ano, não provocavam grandes tragédias na pequena cidade, já que se evitava ocupar as baixadas e várzeas. Tal situação começou a mudar, lentamente, a partir de 1867, com a construção da Estrada de Ferro Santos Jundiaí. A enchente de 1850, que provocou grandes danos no núcleo central, foi exceção à regra.

Em 1926, o renomado engenheiro-sanitarista Saturnino de Brito lembrava, em sua obra *Melhoramentos do Rio Tietê em São Paulo*, que as cheias nem sempre eram prejudiciais aos humanos, sendo bastante conhecidos “seus efeitos benéficos para a lavoura, devido à fertilização natural que em certas condições pode ocorrer, como ilustra o famoso caso do Nilo, mas também o da Normandia e outras localidades, inclusive no Brasil, com destaque para Amazonas e Mato Grosso.” Para que as inundações fossem tidas como nocivas, era preciso “que o homem [insistisse] em querer ocupar as várzeas inundáveis, ou que as enchentes diluvianas [invadissem] localidades habitadas e nunca dantes inundadas.” (Brito, 1926, p. 39).

Infelizmente, em São Paulo, ocorreram as duas situações apontadas por Saturnino de Brito. Isso porque a cidade começou a se transformar radicalmente a partir de fins do século XIX. Ponto de articulação do território paulista, integrou-se ao complexo agroexportador cafeeiro como centro financeiro, mercantil e ferroviário, o que desencadeou um intenso crescimento demográfico: a cidade, que em 1872 possuía 31

mil habitantes, passou a contar 239 mil em 1900. No ano de 1920, quando São Paulo já se consolidara como importante polo industrial do país, eram 579 mil moradores, número que em 1940 atingiria a marca de 1.326.261 habitantes.

A explosão demográfica, a especulação imobiliária e o desejo de segregação por parte das camadas privilegiadas locais deram início à incontrolável expansão da mancha urbana, que ao mesmo tempo em que engolia as áreas rurais paulistanas, mantinha em seu interior enormes vazios e terrenos ociosos à espera de valorização imobiliária. Surgiram bairros burgueses exclusivos e regiões predominantemente industriais ou comerciais. Ao povo mais pobre relegou-se a periferia distante ou as terras baixas juntos aos rios e córregos, bem numerosos na cidade.

Sob este quadro, as águas que atravessavam a cidade de São Paulo, seus córregos, rios e várzeas, também passavam a alvo de grande intervenção social. Particularmente as várzeas, que regulavam o regime natural de extravasamento dos rios e a sua drenagem, por meio do “leito maior” ou “planície de inundação”, foram gradativamente ocupadas. Isso impedia crescentemente a sua função natural e estratégica de drenagem das águas, o que contribuía para a ocorrência de inundações.

Dessa forma, num primeiro período da história da cidade, a subida das águas configurava as cheias, fenômenos eminentemente geofísicos e que se constituíam no movimento natural das águas extravasarem o chamado leito menor e atingirem o leito maior ou planície de inundação nos momentos de grandes precipitações. Com a interferência humana, o fenômeno se transformava em inundação, na medida em que o homem transformava o meio natural e, dessa forma, estabelecia com a natureza uma relação “socialmente construída” (Seabra, 1988, p. 21). Esse novo fenômeno passou a produzir prejuízos materiais e humanos, que, por sua vez, passaram a demandar obras, planos e projetos; ou a produzir omissões, que de igual modo eram capazes de interferir na realidade (Custódio, 2005, p. 194).

Uma das primeiras “inundações” de que se tem registro, e que marca o início desta transmutação da cheia para a inundação, ocorreu em 1º de janeiro de 1850. Nesse dia, “desabou uma enorme tromba d’água, motivando o arrombamento dos açudes e a inundação do vale do Anhangabaú” (Taunay, 2004, p. 281; Sant’Anna, 2007, p. 44). Os prejuízos materiais e humanos derivados foram objeto de um abaixo-assinado enviado à Assembleia Provincial, com o intuito de pedir providências (PEDIDO DE PROVIDENCIAS, 1850):

Os abaixo assignados, moradores desta cidade no Bairro denominado do Bixiga, nas margens do ribeiro Anhangabahy, vem perante esta augusta Assemblea pedir providencias que evitem e previnão a repetição das calamidades de que forão victimas no dia 1º de janeiro do corrente anno.

O dia 1º de janeiro Ilmo. Sres. foi para os abaixo assignados e para todos os moradores das margens daquelle ribeiro, um dia desastroso, (...) desde tempos immemoriaes não ha noticia de uma cheia semelhante á do dia 1º deste anno, e os estragos por ella produzidos, corresponderão em larga escalla á massa enorme das agoas que

se aglomerarão no pequeno e obstruído leito do ribeiro; (...) e moveis das casas com que os abaixo assignados habitavão no Bairro do Bixiga; não será difficil Ilmo. Sres. conhecer as causas provaveis deste mal, alem da copiosa chuva que durou seis horas, muito concorreu para aquella desgraça a direcção que se tem dado de tempos a esta parte a uma grande porção das agoas da chuva, todas em direcção para as proximidades da ponte de Piques, cuja capacidade é inteiramente desproporcionada á massa de agoas, a que deve dar livre transito, principalmente achando-se o leito do ribeiro obstruído em toda a sua extensão (...).

(...) desta casa, parecem indispensaveis, para tranquilisar os animos de tantas familias, que com a mais pequena chuva, se julgão em imminente perigo de vida e proximas á miseria.

(...) As mortes e prejuizos causados aos moradores do Bairro de maior (...) da cidade são incalculaveis, mas os abaixo assignados, nutrem lisongeiras esperanças de que sobrias medidas tomadas por esta assemblea tornarão impossivel a repetição de tão grande calamidade.

A cidade se expandia e se urbanizava e as inundações iam se tornando cada vez mais um fenômeno cotidiano. Em 1875, após uma primeira intervenção com o intuito de acelerar o fluxo da água do rio e evitar novas “cheias” no Tamanduateí, foi empreendida a Ilha dos Amores, na área que compreendia a antiga Sete Voltas, na região da Várzea do Carmo. Era uma obra pública que procurava transformar a região em passeio público, com jardins e quiosques, e tinha a pretensão de sanar o problema das “cheias” nos períodos de chuvas e o da insalubridade proporcionado pelas várzeas. A iniciativa não teve sucesso para atingir tais objetivos. Em 1879, por exemplo, a Ilha dos Amores foi “vítima” das águas que a submergiram, promovendo um desastre na região, com prejuízos ao erário público decorrentes de sua recuperação (*A Província de S. Paulo*, 1879, p. 2).

A mesma edição do jornal que relatava a tragédia da Ilha dos Amores trazia, ainda, matérias sobre os estragos das chuvas nas várzeas do entorno do Tamanduateí, aludindo à relação da população com a ocupação daquelas áreas, traduzida, por exemplo, pelo local de passagem do bonde do Braz, no aterrado. Em outras palavras, era revelada, assim, uma situação de “intromissão” ou “ocupação” na área de várzea e o consequente caráter de inundação, com prejuízos claramente revelados, seja do dinheiro público empregado nas obras da Ilha, ou do comércio e de propriedades particulares:

Enchente (...) transbordaram os rios e riachos das imediações desta capital, transformando em soberbos lagos as varzeas do Tamanduatehy e Tiete, produzindo alguns estragos (...). A “Ilha dos Amores” tinha até hontem acima do solo cerca de um metro d’agua, ficando dos bancos, nos pontos mais baixos, submergido até o alto do encosto.

Algumas casas nas imediações do Gazometro ficaram inundadas. Ha por alli e por outros pontos algumas taipas e paredes desmoronadas.

A rua Vinte e Cinco de Março, que margêa o Tamanduatehy, quase ficou interceptada pela enchente em alguns logares. A mesma coisa ocorreu em um ou outro ponto do aterrado por onde passa a linha de bonds do Braz.

As áreas de várzeas e os cursos dos rios passaram a ser objeto de disputa. Por exemplo, os espaços de várzeas, ou próximos a eles, que receberam as estações ferroviárias, atraíram atividades comerciais, pequenas indústrias e, evidentemente, as pessoas que habitavam os bairros de trabalhadores. Foram nos bairros próximos às estações, com o custo imobiliário e de moradia mais baixo, como Brás, Bom Retiro e Mooca, que as indústrias e muitos imigrantes se instalaram (Fausto, 1976, p. 18-19; Sant'Anna, 2007, p. 262). Em contrapartida, famílias abastadas, até então instaladas em chácaras próximas às estações, se dirigiram para bairros localizados em cotas mais altas e distantes das águas, como Higienópolis.

Na década de 1890, após a Proclamação da República e com a instauração de uma esfera federativa nos planos fiscal e político, o governo do então estado de São Paulo passou a administrar recursos – os impostos sobre as exportações – antes partilhados com o Império, cujo volume era originário do complexo cafeeiro. Tais recursos permitiram ao estado se aparelhar com instituições e serviços e criar leis e regulamentações relacionadas ao mundo urbano e às demandas que surgiam. Dentre estas, a imigração em massa, o serviço sanitário do estado - e a encampação dos serviços de água e esgoto da capital (Costa; 1998; p. 141-173).¹

O orçamento do município, em 1889, era de quatrocentos e cinquenta contos de réis. Quatro anos depois, em 1893, chegou a quase dois mil contos (Aguirra, 1934, p. 33). Em termos de arrecadação, efetivamente, em 1909 os cofres municipais arrecadaram 5.313:713\$879, enquanto em 1910, tal montante chegou a 6.362:240\$950, um aumento de 19,7% (RELATORIOS DE 1912-1913, 1914, p. 4). Deste total, em 1909, a Câmara direcionou um valor superior a um mil duzentos e trinta contos de réis para obras públicas de *melhoramentos* da cidade, ao passo que, no ano seguinte, estes gastos superaram um mil quatrocentos e vinte contos de réis, representando um acréscimo de 15,5% (RELATORIO 1910, 1911, p. 30).

Tais gastos, realizados sob a administração do Conselheiro Antonio da Silva Prado (1899-1910), refletiam uma concepção que buscava tornar a cidade “civilizada” e “moderna”, uma reação a tudo que representasse atraso, arcaísmo ou ruralismo sobre o espaço urbano. Sob seu comando, priorizou-se o Plano de Melhoramentos da Capital, dirigido por Victor da Silva Freire, de 1899 a 1926. Freire era engenheiro e professor da Escola Politécnica, havendo anteriormente chefiado a Seção de Obras do Município (renomeada, em 1900, para Diretoria de Obras do Município de São Paulo). Sua concepção de cidade era baseada em uma urbanização que proporcionasse crescimento por meio do rendimento e da otimização econômica (Santos, 2011, p. 119-120).

No período conhecido como Primeira República, importantes transformações econômicas e sociais permitiram ao Brasil construir uma base industrial produtora de bens de consumo não duráveis, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, além de uma agricultura comercial voltada ao mercado interno, especialmente no Sul no país. A imigração europeia em São Paulo (fruto da política de imigração subsidiada pelo governo)

aumentou consistentemente até a eclosão da 1ª Guerra Mundial, oferecendo mão de obra aos cafeicultores do estado e fomentando atividades urbanas que cresciam nos mais diferentes setores do mercado interno. Com isso, a urbanização de importantes cidades apresentou condições de criar seus mercados regionais. Destas, se destacava a cidade de São Paulo, em função de seu largo *hinterland* (Singer; 1973; p. 120). No censo de 1920, o estado de São Paulo aparecia como o maior produtor industrial do Brasil, com 4.145 estabelecimentos industriais, 83.998 operários e 35,2% do total do valor adicionado pela indústria do país (Suzigan, 1971, p. 92).

Foi justamente nesse contexto da virada do século, em 1899, que se instalou no país a empresa canadense São Paulo, Tramway, Light & Power Co. Ltd., formada por capitais ingleses e norte-americanos, e atraída pela crescente demanda por serviços que a explosão demográfica motivava. Seu objetivo inicial era oferecer serviços de transportes urbanos através de bondes. Porém, logo se ocupou de setores estratégicos da economia urbana, como serviços de gás, telefonia e geração e distribuição de energia.

Aqui já se estabelecem as relações entre essas novas dinâmicas urbanas, articuladas a transformações econômicas profundas, e o fenômeno das inundações, cada vez mais cotidianas. Estas se davam como consequências daquelas, adquirindo cada vez mais destaque entre os problemas a serem enfrentados, especialmente quando relacionados ao tema da salubridade.

Desta relação, crescia a percepção da necessidade de obras públicas que minimizassem ou resolvessem os problemas, fazendo dos rios e das várzeas objetos de debates, obras e intervenções, já que as águas atingiam cada vez mais áreas ocupadas por indústrias, estabelecimentos comerciais e moradias de trabalhadores. Uma das medidas adotadas pelos poderes públicos foi a instauração da “Comissão de Saneamento das Várzeas”, dirigida pelos engenheiros Theodoro Fernandes Sampaio e Antonio Francisco de Paula Souza. A comissão elaborou os primeiros estudos para a retificação dos rios Tietê e Tamanduateí. No entanto, após mudanças na direção da comissão, da ampliação de suas funções e da alteração de seu nome para “Comissão de Saneamento do Estado”, as obras do Tietê foram adiadas. Em 1896, as obras de retificação do Tamanduateí foram iniciadas e, dois anos depois, a comissão foi extinta. Aquela foi a segunda intervenção sobre o rio Tamanduateí, com retificação na porção leste do Centro da cidade, canalização e extinção da Ilha dos Amores.

O problema das inundações e da salubridade, contudo, não fora resolvido e, em 1912, uma nova inundação atingiu a região, gerando prejuízos de ordem material e humana. O jornal *O Estado de S. Paulo* relatava as mortes de “Luiza e Maria” e a “invasão”, pelas águas, de casas e fábricas localizadas nas várzeas, prejudicando o trabalho e a vida da população (1912, p. 5).

As subidas das águas, de acordo com seu recorte temporal e espacial, podem revelar dinâmicas diferentes da evolução urbana da cidade. Diferentemente da referida enchente

de 1912, ocorrida na região central da cidade e que teria atingido fábricas e vitimado duas mulheres, em 1885, a subida das águas do rio Pinheiros, nas proximidades da linha férrea, provocou a “destruição de palhoças e de criações domésticas” (Jornal *Diario Popular*, 1885, p. 3). Em 1905, nas imediações da rua do Glicério, outra inundação provocou a interrupção do tráfego de bondes, com devastação de quintais e danificação de casebres à margem do rio Tietê (Jornal *Diario Popular*, 1905, p. 2). Já em 1924, o jornal *Diário Popular* registrava que, em função das inundações na região central da cidade, houve “congestionamento de veículos e desordem no fluxo de pessoas que por lá transitavam” (1924, p. 2). Tais relatos, portanto, revelam como as diferentes “vítimas” e “áreas” das inundações refletem diversos momentos e “distintas cidades” que, à luz do processo de acumulação de capital e da chegada de pessoas, passavam a conviver com um problema que se tornava constante, à medida que o homem ocupava e saneava várzeas, intervinha sobre cursos d’água, tamponava córregos, impermeabilizava o solo, implementava obras etc.²

O que se projetava sobre o solo da cidade era resultado de relações que refletiam a dinâmica econômica de uma cidade em pleno processo de acumulação de capital, cujo crescimento industrial e urbano fomentava investimentos privados e obras públicas. Dessa forma, tal processo foi caracteristicamente marcado pelo interesse privado e sem planejamento urbano por parte dos poderes públicos. Assim, o poder público e os interesses privados empreenderam ações visando ao domínio das águas até onde elas lhes interessavam, até onde convergiam a necessidade de salubridade, a incorporação e valorização da terra urbana e a utilização das águas para fins de geração de energia elétrica. Já as águas resultantes das inundações, por exemplo, não foram dominadas (Santos; 2011; p. 300).

Com isso, as inundações se repetiam quase que anualmente, nas épocas de chuvas intensas. Em 1918, porém, as chuvas que elevaram os níveis dos rios não ocorreram no período comumente de chuvas mais intensas, no verão e, sim, em outubro. Na ocasião, os prejuízos sofridos pelos comerciantes em vários pontos da cidade foram consideráveis. Na rua 25 de Março, por exemplo, as perdas econômicas dos comerciantes teriam ultrapassado mil contos de réis (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 1918, p. 6). Em 1922, as inundações atingiram largas áreas na cidade, ao longo do rio Tamanduateí, na Vila Maria, Vila Guilherme, parte do Coroa, Bom Retiro, nas “partes baixas” da Casa Verde, da Lapa, da Freguesia do Ó, do Limão, em áreas de várzeas ou áreas sujeitas às cheias que estavam sendo ocupadas (Jornal *O Estado de São Paulo*, 1922, p. 5).

Foi em 1929, contudo, que a inundação de proporções e consequências mais drásticas ocorreu na cidade, tendo como ator principal a São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd.

A inundação de 1929 e a Light

Como já indicado, a empresa foi atraída pela dinâmica do complexo cafeeiro e seus desdobramentos econômicos da capital paulista. Assim, terras urbanas, transporte e geração

e distribuição de energia caminhavam juntos nos negócios da Light. No que diz respeito às terras, a empresa tinha o direito de desapropriá-las para a estruturação de serviços, prerrogativa que vigorou até 1925. Por meio desse mecanismo, a empresa solicitava aos poderes públicos desapropriações de áreas de seu interesse, “a título de utilidade pública”, para depósitos de materiais de instalação, estacionamento de viaturas, colocação de postes etc. Mesmo assim, foram comuns multas e impostos da prefeitura por conta da falta de muros e da não utilização de edifícios desapropriados, configurando especulação imobiliária evidente.³

No que diz respeito aos transportes, ao direcionar a expansão das linhas dos bondes na cidade, a Light valorizava suas áreas e a de outros agentes a ela associados. Em 1909, a empresa possuía 161,8 quilômetros (km) de linhas de bondes na cidade; em 1911, 180,4 km; e, em 1912, 202,9 km (Annual Report, 1912, p. 30). O procedimento sistemático da empresa era o seguinte: primeiro assentava pequenos trechos, gerando demanda por imóveis na região enquanto ela se valorizava, para, em seguida, completar a linha. Ao fim do processo, seus terrenos experimentavam substancial valorização (Sevcenko, 1992, p. 123 e segs.).

Quanto aos negócios relacionados aos serviços de geração e distribuição de energia elétrica, cuja demanda era crescente na cidade, os investimentos se encontravam direcionados à aquisição ou à construção de usinas hidrelétricas, o que efetivamente implicou uma relação direta entre as águas da bacia e os interesses da companhia. Em 1901, a Light inaugurou sua primeira usina hidrelétrica, em Santana do Parnaíba, à jusante de São Paulo, prevendo o uso das águas do rio Tietê. Três anos depois, outra hidrelétrica movida pelas águas do Tietê foi inaugurada, em São Paulo. Em 1906, a Cia. Ituana de Força e Luz construiu, na cidade de Lavras, mais uma usina que fazia uso das águas do Tietê. Pouco tempo depois, tal usina foi adquirida pela Light. Nesse período, a empresa também se ocupou da construção da represa de Guarapiranga, empreendimento considerado estratégico para a geração de energia. Tal obra, que implicou a aquisição de terras próximas a Santo Amaro, previa o aumento da vazão do Tietê à montante de Santana de Parnaíba, com objetivo de ampliar a capacidade geradora da usina ali localizada.

A represa seria um reservatório das águas do rio Guarapiranga, afluente do rio Pinheiros, por onde as águas seriam escoadas até aumentar a vazão do Tietê, do qual o Pinheiros é afluente. As obras foram autorizadas em 1906 e, em 1908, a represa foi concluída, com capacidade para armazenar cerca de 200 milhões de litros d'água. Tal processo não ocorreu sem conflitos, pois chácaras, sítios e residências foram desapropriados, o que foi retratado pelos jornais da época.

Em 1912, a usina de Santana de Parnaíba chegava ao seu limite máximo de geração, de 16 mil kW, enquanto a demanda seguia crescente. Para amenizar o problema, em 1914, a Light inaugurou em Sorocaba a usina de Itupararanga, de sua subsidiária, a São Paulo Electric.

Em 1924, após um período de estiagem que provocou grande seca e baixou os níveis dos rios, levando a Light a promover racionamento de energia e a retirar bondes das ruas,

a empresa se viu estimulada a desengavetar um projeto de 1913 que previa a construção de uma usina no Itapanhaú e a inversão do curso das águas do Tietê, por meio de um canal de 1.700 metros, que as desviaria, assim, para o Ribeirão Grande, afluente do Itapanhaú.

O projeto não foi concretizado, mas inspirou novos estudos da Serra do Mar, sob o comando do engenheiro norte-americano Asa White K. Billings, que designou o também engenheiro F. S. Hyde para a escolha de um novo local para geração de energia (Faria, 2000, p. 5). Hyde sugeriu, então, a inversão das águas do rio Pinheiros, entre a nascente e a foz do Guarapiranga, para o rio das Pedras, que deságua no rio Cubatão, de forma a se aproveitar a topografia acidentada, favorável à geração de energia devido à queda d'água de mais ou menos 720 metros.

Na sequência, a Light adquiriu as terras necessárias às obras e solicitou autorização para a construção de barragens no Alto Tietê, de modo a conduzir as águas dali provenientes para seus reservatórios no rio Grande (hoje chamada Billings). A empresa obteve rapidamente as concessões necessárias dos órgãos públicos para a execução das obras. O objetivo era gerar em torno de um milhão de kW com elas. Na solicitação da concessão, a empresa argumentou que solucionaria o problema das inundações no Tietê, e, ainda, promoveria um sistema de transporte de cargas entre a serra e a baixada Santista, o que nunca foi concretizado.

De acordo com a Lei nº 2.249, de 1927, promulgada por Júlio Prestes, a Light foi autorizada a promover a elevação do nível do reservatório rio Grande (Billings), a canalizar o rio Pinheiros, invertendo seu curso, e a utilizar as águas excedentes do rio Tietê, além de explorar o sistema de transporte. Segundo as propostas apresentadas, a Light garantia duas fontes de lucros: a geração de energia (ampliada com a usina Cubatão) e a atuação imobiliária (Seabra, 1987; Pontes, 1995; Jorge, 2006; Santos, 2011).

Segundo o projeto, havia previsão de represamento na cabeceira do rio Pinheiros no atual reservatório Billings e a precipitação das águas rumo à vertente marítima da Serra do Mar.⁴ A usina Cubatão, como foi designada, foi inaugurada em 1926, com capacidade instalada de geração de 28 MW.

A concessão para as obras no rio Pinheiros incluía um item bastante revelador do entrecruzamento dos negócios da companhia com imóveis e a geração de energia. De acordo com o artigo 3º da lei que autorizava as obras, à Light era dado o direito de declarar de utilidade pública as áreas sujeitas a inundações, desde que consideradas necessárias a sua operacionalização e “saneadas ou beneficiadas em consequência dos serviços de que trata esta lei”.

Em complemento, o artigo 4º prescrevia as seguintes permissões e condições:

A The São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited gozará do direito de desapropriação dos bens e terrenos a que se refere o artigo anterior, mas para exercê-lo deverá submeter à prévia aprovação do poder Executivo as plantas das obras e executar, suas modificações posteriores, fornecendo todos os esclarecimentos que

lhe forem pedidos (*Apud* Pontes, 1995, p. 26; Seabra, 1987, Cap. 5- A retificação do rio Pinheiros e o esbulho da Light).

Em resumo, para a suplementação da carga necessária ao aumento da geração de energia elétrica na usina de Cubatão, a Light conseguira aprovar sua proposta de utilização das águas excedentes do rio Tietê, desviadas à serra do Mar pelo rio Pinheiros, que teria seu curso invertido. Para isso, seria feita a canalização do rio, de forma a melhorar a drenagem e o fluxo de suas águas (em sentido contrário ao natural), e o saneamento de suas margens e áreas adjacentes, que constituíam as suas várzeas.

Estavam postas, portanto, as condições para a imposição dos interesses da Light sobre a cidade, legalizados pelos poderes públicos. De qualquer modo, reeditava-se uma prerrogativa que a empresa já desfrutava: o direito de declarar de utilidade pública áreas de seu interesse. As obras tiveram início apenas na década seguinte, sob sua própria responsabilidade. Antes disso, porém, aconteceu a inundação de 1929, oportunidade para a empresa fazer valer seus “direitos”, estipulados pelos já referidos artigos 3º e 4º da Lei de Concessão.

A subida das águas naquele verão aconteceu após alguns dias de chuvas, com registro pluviométrico de 142 milímetros (mm) nos dias 6 a 8 de fevereiro, na Luz. Nestes dias, várias inundações ocorreram em diferentes pontos da cidade, mas todas sem gravidade. Nos dias 9, 10 e 11 as chuvas diminuíram, mas retomaram com força nos dias 12 e 13, fazendo o índice pluviométrico chegar próximo a 91,4 mm na região da Luz. Já no dia 14 de fevereiro, a chuva diminuiu novamente, e os dias 15 a 20 foram de estiagem.

O jornal *Folha da Manhã*, de 17 de janeiro, destacava como os bairros no entorno do Tietê e da estação da Luz foram atingidos, com prejuízos ao tráfego de trens e moradores abandonando suas casas, localizadas às margens do rio (1929, p. 8). O jornal *O Estado de São Paulo*, do dia 16 de fevereiro, em matéria intitulada “Consequencias calamitosas das intemperies na capital e no interior”, alertava para o fato de que, mesmo diante da trégua dada pelas chuvas, os níveis dos rios continuavam a subir. Em determinados locais da cidade, como na região do Triângulo, o sol fazia esquecer que a cidade atravessava um dos momentos mais “comoventes” de sua história. Mas o jornal também lamentava que o mesmo ar de calma não atingisse as regiões baixas da cidade, nem as “zonas marginaes dos rios e ribeirões”. As águas do Tietê, registrava o jornal, continuavam a subir desde o dia anterior, 15 de fevereiro, chegando a uma das “maiores alturas a que já subiram...”

No entanto, foi no dia 18 de fevereiro de 1929 que aconteceu a maior inundação, após cinco dias de chuvas nas cabeceiras dos dois principais rios da região. A explicação foi o fato de a Light abrir as comportas dos reservatórios do rio Grande (Billings) e do Guarapiranga desde o dia 14, ao passo que a barragem da usina de Santana de Paranaíba, à jusante, foi fechada, provocando a inundação (Seabra, 1987, p. 176 e segs.).

As edições do jornal *Folha da Manhã* de 19 e 22 de janeiro (1929, p. 8 e 8, respectivamente) noticiavam o completo alagamento das ruas, a interrupção do tráfego, a invasão das casas

pelas águas, o acionamento do corpo de bombeiros para evacuação de casas e retirada de pertences, o êxodo de moradores, o comprometimento da estrutura das pontes, e as mortes causadas pelas “cheias dos rios Tietê, Tamanduateí e Pinheiros”. A edição do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 18 de janeiro (1929, p. 6), trazia em suas páginas longas matérias sobre a tragédia pela qual a cidade passava, declarando que o nível das águas nas várzeas inundadas atingira de quatro a seis metros, fazendo com que casas situadas nas várzeas ficassem submersas até quase o teto. Na Ponte Grande, o rio Tietê teria atingido três metros e dez centímetros, no Bom Retiro, dois metros, e o Canindé estava completamente inundado, diz a edição.

Já no dia seguinte, o jornal *O Estado de S. Paulo* (1929, p. 7) chamava a atenção para o fato de o rio Tietê continuar a subir, contra todas as expectativas, clamando para a urgência da ação da prefeitura ou do governo do estado sobre a necessidade de retificação do Tietê, de forma a resolver os problemas de “enchente” na cidade. Desde então, as notícias e os debates sobre as causas e os responsáveis pelo fenômeno se sucederam nos periódicos e nos órgãos públicos.

Para Reynaldo Maffei, a Light não foi responsável pela “potencialização” da inundação daquele verão. A abertura das comportas para liberação das águas foi uma opção técnica. Segundo o engenheiro, foi necessária a abertura das comportas das futuras unidades de bombeamento do reservatório do rio Grande e do reservatório de Guarapiranga, que se encontravam cheios, para evitar possíveis desastres em função de a estrutura da barragem do rio Grande ainda estar em construção, o que, segundo ele, apresentava risco de rompimento. Além disso, como o rio Pinheiros ainda não havia sido retificado as águas subiram (Maffei, 1995, p. 83-84).

As inundações já eram recorrentes na cidade. Porém, o grande diferencial do fenômeno de 1929 foi a potencialização proporcionada pela Light, pois as águas atingiram regiões que nunca tinham sido vítimas deste tipo de intempérie. Se, antes, vilas e bairros baixos eram frequentemente atingidos pela subida das águas, naquele ano propriedades consideradas nobres também o foram, como a região pertencente à renomada empresa imobiliária, Cia. City, próximas ao rio Pinheiros, na Cidade Jardim (Rolnik, 2003, p. 162 e ss.).

A Light, evidentemente, se utilizou dos mecanismos que a lei de concessão de 1927 lhe facultava e requereu a desapropriação das terras que foram atingidas pela inundação, as chamadas áreas *atualmente alagadiças*.⁵ O processo de desapropriação não passou incólume aos olhos da sociedade e dos atingidos pelas águas, com processos que se estenderam por anos. Entretanto, as desapropriações atingiram a população segundo a condição econômica do atingido. A Cia. City, por exemplo, empresa imobiliária fundada no início da década de 1910 com capitais estrangeiros e que possuía larga faixa de terras na região, contestou o critério da linha máxima, pois atingira seus terrenos, e acabou por firmar um acordo com a Light no qual coube a esta, a título de ressarcimento, a construção de uma linha de bondes no bairro do Pacaembu, em um empreendimento lançado pela City, em 1925 (Santos, 2011, p. 274).

Já com relação aos pequenos proprietários, a legislação que tratava do tema determinava que à Light cabia oferecer em hasta pública os terrenos saneados após a canalização do rio, com a prioridade de compra aos antigos proprietários. A Light, porém, fez acordos de desapropriação individualmente com vários deles, impondo-lhes cláusulas nas quais eles abriam mão do direito de compra.

Desta forma, a Light acabou por impor seus interesses e efetivamente assumiu a propriedade das áreas marginais ao rio Pinheiros, incorporando um total de 20.779.443 de metros quadrados (m²), dos quais 4.015.360 foram utilizados nas obras de retificação, incluindo o canal, as linhas de transmissão, a estrada de ferro e avenidas. Do restante, cerca de 16.764.083 m², apenas 10% retornaram aos antigos proprietários. Atualmente, a Cidade Universitária (Universidade de São Paulo-USP), o Jóquei Clube, o bairro do Jaguaré situam-se sobre as áreas que antes abrigavam as curvas e as várzeas do rio Pinheiros, que se estendiam por aproximadamente 20 km, até Santo Amaro, com largura média em torno de 1 a 1,5 km (Ab'Sáber, 1958, p. 210).⁶

O estudo das enchentes e o uso de geotecnologias

Como deve ter ficado patente pelas reflexões desenvolvidas até aqui, o objeto de estudo de que se ocupa o presente artigo têm forte relação com o espaço. Mais do que explicar a sua realização histórica pelos inevitáveis condicionantes espaciais, deve-se reconhecer que ele acaba por influenciar a própria construção social do espaço, na perspectiva analítica da tradição inaugurada por Henri Lefebvre (2001). É, na verdade, o entrecruzamento dos diversos fenômenos sociais que faziam parte da história de São Paulo naquele período que pode explicar a produção do seu espaço social. As enchentes que transtornaram a vida na cidade no começo do século passado são mais bem compreendidas quando a dimensão espacial é incorporada de forma prioritária à análise; e o espaço social que determinou a sua existência é, por sua vez, transformado pela ocorrência das enchentes.

Nesse sentido, as geotecnologias podem se constituir em valiosas ferramentas de análise ao permitirem a integração de diversas tipologias documentais e a manipulação de grandes quantidades de dados em estruturas computacionais que tenham o espaço como princípio organizador. Particularmente os chamados Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) podem cumprir eficazmente esse papel. Os SIGs constituem um ambiente computacional que permite a articulação de bancos de dados alfanuméricos com informações e visualizações espaciais. Na síntese de um estudioso do assunto, um SIG “é definido pela aquisição, armazenamento e análise de objetos e fenômenos dos quais a localização geográfica é uma característica importante ou crítica para a análise” (Aronoff, 1995).

A pesquisa histórica, no entanto, quase desconhece as possibilidades dessas tecnologias, apesar da pertinência dos estudos de fenômenos espaciais localizados no passado, e de suas

transformações no decorrer do tempo, para o trabalho do historiador. Parte da explicação para tal está, certamente, na pequena tradição do uso das tecnologias da informação entre estudiosos das ciências humanas, em geral, e entre os historiadores, em particular, em contraposição ao que acontece em outras áreas, como nas ciências ditas naturais, sociais aplicadas ou exatas (Bodenhamer, 2008, p. 220). Contribui para esse estranhamento uma rejeição contumaz de procedimentos muito associados a pretensões objetivistas e a metodologias quantitativas, consideradas recorrentemente como manifestações de um positivismo historiográfico que se recusa a deixar a cena (Gregory, Ell, 2007, p. 13-14). A própria lógica de máquina que fundamenta a informática, toda estruturada em torno da disjuntiva “0 ou 1”, parece configurar uma antítese especular ao mundo do historiador, invariavelmente impregnado de incertezas, nuances e incompletudes (Bodenhamer, 2008, p. 222).

No entanto, o influxo do desenvolvimento extraordinário das tecnologias da informação torna-se cada vez mais inevitável e irresistível no universo das ciências humanas, conformando atualmente o campo das chamadas humanidades digitais. O decaimento dramático do custo das infraestruturas implicadas ajuda a explicar o fenômeno, assim como o amadurecimento e a difusão crescente dos chamados “*softwares* livres”. Na área de SIGs, os primeiros surgiram no fim da década de 1990. Desde então, seu aprimoramento e sofisticação os têm colocado cada vez mais ao nível dos melhores *softwares* proprietários, tanto no que se refere às potencialidades de seus recursos, como ao caráter “amigável” de suas interfaces, com todas as vantagens inerentes à aquisição gratuita e à livre reprodução.

Em suma, parece crescentemente favorável e pertinente a incorporação dessas novas tecnologias ao cotidiano profissional do historiador, algo que, por si mesmo, apresenta desafios consideráveis, mas que é capaz de aprimorar as possibilidades de pesquisa e de abordagem, ao mesmo tempo em que se demonstra crescentemente inevitável. Os autores desse artigo compartilham dessa concepção. O grupo de pesquisa de que fazem parte, o Hímaco (História, Mapas e Computadores), se dedica justamente a explorar as possibilidades do uso de geotecnologias na investigação histórica.⁷ Para atingir tal objetivo, e para adquirir a capacitação necessária, o grupo desenvolveu um projeto-piloto voltado ao estudo das enchentes na cidade de São Paulo ocorridas no período que vai de 1870 a 1940.

Um dos primeiros resultados desse projeto é uma visualização do alcance da enchente de 1929 (Figura 1). O mapa foi gerado a partir do banco de dados da pesquisa e das funcionalidades do *software* de SIG utilizado.⁸ Com o uso de uma ferramenta do *software*, foi produzida uma imagem de relevo da região a partir da extrapolação do mapa de curvas de nível correspondente, obtido junto à base MDC (Modelo Digital da Cidade), da Prefeitura Municipal de São Paulo. Com essa imagem, o *software* pode calcular a área supostamente inundada por aquela enchente, considerando-se a cota máxima atingida por ela que informa a bibliografia, de 724m (Seabra, 1987). Os pontos indicados em vermelho correspondem aos locais referidos pela imprensa da época como afetados pela subida das águas.

A imagem produzida fornece uma projeção aproximada das áreas alagadas por aquela enchente. Dessa forma, não corresponde, necessariamente, à área efetivamente atingida. Trata-se de um mapa resultante da mediação entre documentos históricos e tecnologias digitais, não se constituindo, portanto, nem em ponto de partida, nem em ponto de chegada da pesquisa, mas numa ferramenta para o aprimoramento do estudo, sempre a partir de novos cotejamentos com as fontes históricas pertinentes.

Conclusão

A enchente de 1929 na cidade de São Paulo, como esse texto pretendeu demonstrar, é um fenômeno histórico bastante complexo, capaz de articular uma enorme diversidade de condicionantes. Produto a um só tempo do dramático crescimento da cidade, do caráter capitalista dessa expansão e das estruturas geofísicas do espaço, a enchente não se configura como acontecimento exclusivamente natural ou exclusivamente social, ainda que tais abstrações pudessem ser admitidas. A interpretação histórica desse evento demanda o respeito por sua polissemia. A hipótese que orienta a pesquisa do grupo que assina o presente artigo é que as geotecnologias podem ser ferramentas privilegiadas para atingir esse objetivo. Os SIGs, em especial, justamente por sua capacidade de integração de diversas tipologias documentais e a flexibilidade que oferecem para as mais variadas articulações entre elas, parecem adequados para o tratamento analítico de fenômenos como a enchente de 1929. Dessa forma, a perspectiva metodológica do grupo é conceber o SIG como instrumento organizador de informações atinentes à pesquisa, o que significa dizer que, para isso, se admite o espaço como princípio disciplinador da tarefa.

Evidentemente que as reflexões aqui oferecidas não esgotam as possibilidades do uso dessas tecnologias, e nem foi essa a pretensão. O mapa apresentado é apenas um primeiro resultado nessa direção. Antes disso, a articulação de um pequeno balanço historiográfico com a proposta de novas abordagens metodológicas possibilitadas pelos Sistemas de Informações Geográficas tem a intenção de enriquecer o debate e de propiciar novas interlocuções para a pesquisa do tema, haja vista que uma das principais vocações das tecnologias da informação é a de otimizar as condições do trabalho colaborativo.

Notas

1 - Em 1890, um surto de liquidez gerou uma bolha especulativa proporcionada pelo Encilhamento. Como resultado, foram criadas na cidade de São Paulo inúmeras companhias nos mais variados setores. Contudo, foram os setores de construção civil e imobiliário que mais se destacaram. Por isso, a bolha especulativa na cidade de São Paulo teve um caráter majoritariamente urbano (Lérias, 1988, p. 110).

2 - Considerando que cada chuva que resulte em cheia ou inundação reflete um momento particular e único que revela peculiaridades e “efeitos” da relação do homem com a natureza e deve ser analisada de acordo com seu tempo e espaço (Maia; Sedrez, 2011, p. 224), cabe destacar que a emergência das inundações ao longo do processo de urbanização da cidade de São Paulo também coloca a problemática

sob uma perspectiva de que ela foi incorporada ao cotidiano da cidade como parte do mesmo processo de urbanização. De qualquer modo, como se será discutido adiante, o caso da inundação de 1929 é revelador de como o fenômeno da inundação pode variar segundo o tempo, o espaço e os interesses envolvidos.

3 - Um levantamento sobre os espaços sob propriedade da Light, de 1901 a 1910, indica áreas localizadas nas avenidas Celso Garcia, São João, Intendência; nas ruas Augusta, Major Sertório, Lavapés, Barão de Campinas, Barão de Limeira, Imigrantes, Helvetia, José de Alencar, Alfândega; na Alameda Glette; além de terrenos localizados ao longo dos rios Tietê e Pinheiros. Até a compra do Teatro São José, realizada em 1919 para sua futura sede, pode ser considerada como um exemplo de sua atuação nos negócios imobiliários (Paschkes, 1986, p. 45).

4 - Enquanto isso, entrava novamente em discussão a retificação do rio Tietê, que muito interessava à Light. Com a nova Comissão, chefiada por Ulhôa Cintra, que reformulou o projeto de Saturnino de Brito, de 1924, a proposta de parques e reservatórios naturais foi retirada e a fundamentação urbanística atrelou a retificação a obras viárias, vinculando-o a um projeto que ele mesmo elaborou em 1922 em parceria com Prestes Maia (Campos, 2005, p. 49-50). Foram excluídos, portanto, as propostas de Saturnino que controlavam a vazão do rio como forma de conter inundações, além de outros itens que contrariavam interesses da Light (Branco, 1995). No projeto aprovado, além de contemplar a retificação relacionada ao sistema viário, o rio teria sua profundidade aumentada, a largura reduzida

(para abrigar as avenidas em suas laterais), e seriam extintos os canais laterais como forma de conter a extravasão das águas. Estavam postos, pois, os fundamentos da atual Marginal Tietê.

5 - Com a promulgação do primeiro Código de Águas, em 1934, o direito conferido à Light foi consubstanciado, em parte, por uma norma que determinava como limite para as desapropriações em processo de intervenção no curso dos rios a linha média de enchentes. Na época, cogitou-se em manter a linha média das zonas alagadiças para efeito das desapropriações, mas prevaleceram os artigos da Lei de 1927, sobre o total das áreas alagadiças. O sucesso da empreitada, diz Pontes (1995, p. 27), estava no grande poder de lobby da empresa perante os órgãos públicos, que conseguiu manter o “uso do critério da linha da máxima enchente, contrariando a legislação federal”.

6 - As controvérsias se estenderam por vários anos e foram muitos os debates, inquéritos e comissões parlamentares envolvendo entidades de sociedade civil, secretarias de estado, imprensa etc., sem nenhuma modificação concreta no resultado das desapropriações.

7 - Criado em agosto de 2010 e registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o Hímaco é resultado de uma parceria entre o Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo e o Núcleo de Acervo Cartográfico do Arquivo Público de São Paulo. Possui financiamentos do CNPq e da FAPESP (www.unifesp.br/himaco).

8 - O gvSIG, software livre está disponível em www.gvsig.org.

Bibliografia

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. “O sítio urbano de São Paulo.” In: AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo*. Estudos de geografia urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- AGUIRRA, João B. C.. “A vida orçamentária de São Paulo durante um século”. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: Publicação da Directoria do Protocolo e Arquivo da Prefeitura. Ano I, Vol. II, 1934.
- Annual Report. The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited. 1912, 1914, 1924.
- ARONOFF, Stan. *Geographic information systems: a management perspective*. Ottawa: WDL Publications, 1995.
- BODENHAMER, David J.. “History and GIS: implications for the discipline”. In: KNOWLES, Anne (ed.). *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: Esri Press, 2008.
- BRANCO, Catullo Branco; BEIGUELMAN, Paulan. “Enchentes em São Paulo.” In: *História & Energia*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo/ Eletropaulo, 1995, nº 5.
- CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade*. Urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Senac, 2002.
- COSTA, Wilma Peres. “A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade.” In: *Economia e Sociedade*. Campinas: nº 10, jun. de 1998.
- CRASTRE, François. “Deux métropoles du Brésil: Rio de Janeiro et São Paulo.” In: *Nouvelle Serie. Le tour du monde (Paris, 1860)*. 14e année, nº 31, Tomo XIV, Août, 1908.

- CUSTÓDIO, Vanderli. "Inundações no espaço urbano: as dimensões natural e social do problema." In: *Terra Livre*. Goiânia: Ano 21, v. 1, nº 24, jan.-jun. 2005.
- FARIA, Antonio A. C. "A Light e a utilização dos recursos hídricos da Bacia do Alto Tietê para geração de energia elétrica." In: *Notas Ambientais*. São Paulo: nº 24, junho, 2000.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- FERLA, Luis. Implementação de GIS histórico no Campus de Humanidades da UNIFESP. In: *1^{as} Jornadas Brasileiras gvSIG*, 2010. <http://gvsig-desktop.forge.osor.eu/downloads/pub/events/jornadas-Brasileiras/2010/reports/GIS_Historico_Campus_Humanidades_UNIFESP.pdf > (20/03/2011)
- GREGORY, Ian; ELL, Paul. *Historical GIS: Technologies, methodologies and scholarship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. <http://www.al.sp.gov.br/geral/acervoHistorico/FichaDocumentoImperio.jsp?idDocumento=1956> - Acesso em 12 de abril de 2013.
- JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo, 1890-1940*. São Paulo Alameda/Fapesp, 2006.
- Jornal *A Provincia de S. Paulo*. 11 de janeiro de 1879.
- Jornal *Diario Popular*. 5 de março de 1885; 30 de janeiro de 1905; 2 de fevereiro 1924.
- Jornal *Folha da Manhã*. 17 de janeiro de 1929; 19 de janeiro de 1929; 22 de janeiro de 1929.
- Jornal *O Estado de S. Paulo*. 06 de março de 1912; 16 de outubro de 1918; 14 de março de 1922; 18 de janeiro de 1929; 19 de janeiro de 1929.
- KOGAN, Gabriel. *The socio-environmental history of the floods in São Paulo, 1887-1930*. Master of science thesis. Unesco IHE, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 2001.
- LÉRIAS, Reiné A. *O Encilhamento e a cidade de São Paulo, 1890-1891*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 1988.
- LORENZO, Helena Carvalho de. "Eletricidade em São Paulo na década de 1920." In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Edunesp, 1997.
- MAFFEI, Reynaldo. "A Light e o controle das enchentes." In: *História & Energia*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo/ Eletropaulo, nº 5, 1995.
- MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. "Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966." In: *História Oral – Dossiê História, natureza, cultura e oralidade*. Vol. 2, nº 14, jul.-dez. 2011.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil*. Pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.
- Melhoramentos do rio Tietê em São Paulo*. Relatório apresentado ao sr. Dr. Firmiano Ponto, Prefeito de São Paulo, por F. Saturnino Rodrigues de Brito, Eng. Civil, Consultor. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1926.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*. São Paulo: Pref. Mun. de São Paulo/ Hucitec, 1985.
- PASCHKES, Maria Luisa N. de A. "Bondes, terrenos e especulação." In: *História & Energia*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo/ Eletropaulo, Maio de 1986.
- PAULA. Eurípedes Simões de. "A segunda fundação de São Paulo: da pequena cidade à metrópole de hoje." In: *Revista de História*. São Paulo: nº 17, 1954.
- Pedido de providências a respeito dos rios que sobem na época das chuvas – manuscrito.
- PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. Expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difel, 1968.
- PONTES, José Alfredo O. V. "Pinheiros: do rio ao canal." In: *História & Energia*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo/ Eletropaulo, nº 5, 1995.
- PRADO JR., Caio. *A cidade de São Paulo. Geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

- Relatorio de 1910 apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat.* São Paulo: Casa Vanorden, 1911.
- Relatorio de 1924 apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto.* São Paulo: Casa Vanorden, 1925.
- Relatorios de 1912-1913 apresentado a Camara Municipal de São Paulo, pelo Prefeito Raymundo Duprat.* São Paulo: Casa Vanorden, 1914.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.* 3.ed., São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 2003.
- SAES, Flávio A. M. de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930.* São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANT'ANNA, Denise B. de. *Cidade das águas. Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1907).* São Paulo: Senac, 2007.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas. Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930.* São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2011.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* 4.ed., São Paulo: Hucitec, 1998.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. "Enchentes em São Paulo. Culpa da Light?" *In: Memória.* São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, ano 1, nº 1, 1988.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização das várzeas na cidade de São Paulo.* São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole.* São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização.* São Paulo: Brasiliense/ Cebrap, 1973.
- SUZIGAN, Wilson. "A Industrialização de São Paulo: 1930-1945" *In: Revista Brasileira de Economia.* Rio de Janeiro: 25 (2), abr./jun., 1971.
- TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *História da cidade de São Paulo, 1876-1958.* Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2004.
- WORSTER, Donald. "Para fazer história ambiental." *In: Estudos Históricos.* Rio de Janeiro: vol. 4, nº 8, 1991.

Recebido em 27/06/2014

**“Não tem jeito, o jeito que tem é sair” –
As Enchentes do Rio Jaguaribe na cidade de
Jaguaruana(CE) nos anos de 1960, 1974 e 1985**

***“There’s no way out, the only way out is to leave” –
The floods of the Jaguaribe River in the city of Jaguaruana
(Ceará) in 1960, 1974 and 1985***

Kamillo Karol Ribeiro e Silva*

Graduado em História pela UECE;

Mestre em História pela UFC; Doutorando do programa de Pós-Graduação em História da UFC.

kamillosilva@gmail.com

RESUMO: O presente artigo reconstrói, a partir das narrativas orais de trabalhadores rurais da cidade de Jaguaruana, interior do Ceará, o processo de saída de casa no momento inicial das enchentes ocorridas na região nos anos de 1960, 1974 e 1985. O momento, carregado de emoção e simbolismo marca de forma peculiar as memórias das pessoas que vivenciaram o fato.

Palavras- chave: enchente; memória; narrativas orais

ABSTRACT: *This article reconstructs the process through which rural workers of the town of Jaguaruana, Ceará, left their homes at the beginning of the floods in the region in 1960, 1974 and 1985, based on their oral narratives. Charged with emotion and symbolism, the moment marks the memories of the people who lived through the flood in a peculiar way.*

Keywords: *flood; memory; oral narratives*

* Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2003) e mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (2006). Atualmente é diretor da Escola Estadual de Educação Profissional Juarez Távora, em Fortaleza CE, aluno do doutorado em História da UFC e professor da FVJ - Faculdade Vale do Jaguaribe.

Introdução

“Dizem: Quem relembra, sofre duas vezes. Mas eu acho que é mais”. *Tia Novinha*

Para entender a vida da grande maioria dos agricultores da pequena cidade de Jaguaruana, interior do Ceará, distante 180 quilômetros da capital Fortaleza, as narrativas orais que versam sobre dois fenômenos climáticos são de fundamental importância. Quando falam do tempo, suas vidas são marcadas pelas experiências da seca e da enchente.

As narrativas sobre os momentos de uma enchente seguem sempre um denotado fio condutor. A ação de observar as águas do rio, que por ocasião das chuvas, sobem sem cessar, é contada, respeitando a seguinte ordem: acompanhar o nível das águas, preparar-se para deixar a casa, mudar-se temporariamente – ou em definitivo, nunca se sabe – e retornar para as coisas que a cheia não levou.

Os sujeitos desta pesquisa, afirmam que o momento mais difícil é o de sair de casa. É o tempo da resistência. É comum ouvir dos narradores o desejo de permanecer em suas casas e suas estratégias de permanência, até chegar o tempo do sofrimento, quando o risco de perder a vida alerta que já não é mais possível resistir. Relatou Chico Pequeno: “Em 1974 deu umas chuvinhas, mas a gente se aguentando, se aguentando. Ninguém esperava que houvesse *cheia* não, viu?” O “sair de casa” marca de forma peculiar as memórias das pessoas que vivenciaram tal fato.

Neste artigo, construímos o texto a partir de um inventário de memória, proposto nas narrativas orais que apresentaram as implicações do movimento social das águas durante as enchentes ocorridas na região nos anos de 1960, 1974 e 1985.

Subindo ao barco das memórias – As narrativas da enchente de 1960

Sentar-se ao lado de Chico Pequeno para ouvir e ajudá-lo a criar memórias! De início, não pareceu ser uma tarefa muito fácil, contudo, os temas oferecidos por ele, através de suas narrativas, foram, aos poucos, reinventando conceitos e pontos de vista sobre o tema da conversa, que tratou, dentre outras coisas, dos primeiros dias de uma enchente. Senti que alguns poucos encontros não seriam suficientes para ouvir as narrativas orais elaboradas por um homem, que de fato, estava disposto a contar momentos da sua vida.

As cheias? Não se preocupe, eu vou contar tudim, certo? Porque a minha vida foi essa mesmo, todo tempo ou era seca ou era cheia. E eu me lembro de tudo, viu. O negócio que eu custo a lembrar, mas quando eu me lembro, aí é história, viu!¹

A decisão pelo uso de fontes orais na pesquisa histórica partiu do seguinte princípio: os sujeitos narram experiências e, a partir das possibilidades vislumbradas nas narrativas, os relatos servem como matéria-prima para a escrita da História, que no caso desta pesquisa versa sobre enchentes.

O que se encontra em cada narrador são possibilidades. Ao trabalhar com fontes orais, mergulha-se num ambiente pessoal de recordações que falam sobre fatos sociais. Portelli discute a relação de diferença existente entre a memória e a lembrança. Para ele, “A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças”.² (Portelli, 1997, p 17)

É nesta perspectiva que falo de possibilidades. Ter como fontes as memórias orais é trabalhar com o vivido, com o criado e até com os sonhos dos nossos depoentes, o que ativa outro aspecto da memória que fala também de desejos de futuro³. É nessa relação que se sobressai a subjetividade existente no trabalho com a oralidade.

O momento destas memórias trata de quando os “retirantes” têm que deixar suas casas. A saída, como relatam, é a certeza da incerteza. Diante de seus olhos, está a necessidade do deslocamento. Para onde ir e quando retornar está além da visão, restando apenas esperar o fim da enchente.

Encontrei-me com o Sr. Francisco Luiz da Silva, “Chico Pequeno”, como é conhecido e gostava de ser chamado, em junho de 2004. Recebeu-me em sua casa, na comunidade rural de Jureminha, distante seis quilômetros do Centro da cidade de Jaguaruana. No alpendre, deitado em sua rede, protegido pela comodidade de sua residência, Chico Pequeno convidou-me a sentar, perguntou se havia tomado a pequena chuva caída naquele dia e falou de sua admiração pela breve precipitação ocorrida em tal época do ano:

Esse ano foi diferente de todos os outros. Começou a chover muito cedo. Logo, logo, se encheu tudo isso aqui. A cheia veio, viu, esse ano, ela veio sim. Mas ela ficou daquela casa pra lá e nós se aguentando. Na chuva grande que deu, voltou a lavar a barragem. E todo mundo com medo já. Aí parou um tempo, e numas época dessas chove de novo, né?⁴

Chico Pequeno foi uma indicação dos amigos e moradores daquela região que irão aparecer mais tarde no texto. O velho agricultor foi-me indicado porque era o tipo de pessoa que eu procurava: “uma pessoa que gosta de contar histórias”. De fato, esse homem se mostrou um narrador nos moldes descritos por Walter Benjamin, pois se destacou dentre outros como produtor do texto oral, sempre esteve disposto a oferecer suas memórias e relatar suas experiências de quando enfrentou os problemas ocasionados pela enchente, neste caso, a saída de casa.⁵ No entanto, não foram somente as histórias das cheias que foram contadas, pois *Seu Chico* sempre quis falar sobre muita coisa. Enquanto Benjamin denuncia que em sua época “o homem [de hoje] não cultiva o que não pode ser abreviado”⁶, *Seu Chico* responde a pergunta inicial, quando da minha segunda visita, com esta declaração de amor ao ato de narrar:

Kamillo - *Seu Chico* fale um pouco da vida do senhor. Comece por onde o senhor quiser.

Chico Pequeno - Falar um pouquinho, é? Ta difícil. A vida é essa mesma que nós vive. Mas se for pra falar só um pouquinho, fica difícil, pra quem viveu muito, né?⁷

No início da conversa sobre as cheias, Chico Pequeno construiu um relato recheado de fatos impressionantes. Seu discurso esteve marcado por constantes conflitos de poder entre aqueles mais abastados e os mais pobres. Quando ele falou das pessoas que lhe deram abrigo durante a enchente, iniciou o relato que mais figura neste tópico. Contou das suas saídas de casa nos anos de boas invernações e de como as águas entraram em sua residência.

A fala de Chico foi escolhida para ilustrar este artigo porque é portadora de um grande número de elementos para a discussão aqui proposta, o que foi mais uma razão para reconhecer nele as virtudes d'O Narrador.⁸

Chico Pequeno mostrou-se um artesão da palavra, transformando sua fala em possíveis indicações a serem interpretadas e, mais que isso, seguidas, no que diz respeito às memórias de outras pessoas, pois é preciso dizer que este tema também é relatado por todos aqueles que foram entrevistados. Mesmo aquelas pessoas, que não precisaram deixar suas casas em virtude dos alagamentos provocados pela enchente, descreveram eventos relacionados a este caso específico, pois observaram de perto aquilo que chamamos de movimento das águas⁹ ou abrigaram pessoas que precisaram sair de suas residências.

Em suas memórias, a primeira vez que Chico Pequeno precisou sair de casa foi em 1960, ano da famigerada cheia do Orós. Por causa de um período invernosso intenso, o açude Orós, que na época estava em fase de conclusão, teve sua estrutura avariada pela força das águas, arrombando em meados de março de 1960 e agravando o ambiente de enchente que já se anunciava às populações ribeirinhas.

O que há de mais interessante neste fato, construído pela memória social da população da cidade de Jaguaruana, é o clima de tensão ocasionado pela notícia da quebra da parede do açude. Segundo o historiador Olivenor Chaves, vivia-se um grande temor pelas autoridades locais e estaduais e, especialmente, pela população do Baixo Jaguaribe, em virtude da possibilidade de rompimento da barragem do açude Orós, ainda em construção.¹⁰ O quadro climático da época era de grandes chuvas caídas na bacia hidrográfica do Jaguaribe, por isso as autoridades convocaram a imprensa cearense a fim de manter informadas as populações comumente afetadas pelas águas do Jaguaribe sobre a gravidade da situação, bem como, recomendar a desocupação das áreas mais críticas. Esse fato configurou um ambiente singular às saídas: naquele ano, os deslocamentos ocorreram de forma diferente de outras enchentes: os que saíram, deixavam suas casas ainda no seco, já que, comumente, a saída de casa em tempos de enchente se dá quando as águas invadem ou ameaçam as residências.

Em 1960, as pessoas saíram de casa porque temiam o fim do mundo. A notícia do rompimento da barragem do Orós seria a realização da profecia que afirmava: o sertão vai virar mar.¹¹ No jornal *O Povo*, de 22 de março de 1960, os termos técnicos se transformavam, aos olhos das pessoas mais simples, em anúncios da profecia.

No entanto, trombas d'água de mais de 250 milímetros, caídas na bacia hidrográfica, motivaram a maior enchente, já observada. Às quatro horas da madrugada de hoje,

na ponte de Iguatú, o Rio Jaguaribe marcava 35 pés, ou seja, aproximadamente onze metros e meio de lâmina d’água. Houve, portanto, uma elevação de seis metros em menos de 15 horas. Apesar de não haver muita possibilidade de salvamento da barragem, somente poderemos informar, com precisão, dentro de vinte horas. (Jornal *O Povo*, 22/03/1960. p 01-02).

A imagem mais recorrente é a de que as águas cobririam tudo. Somente ficaria fora d’água a torre da igreja matriz de Sra. Santa’na, padroeira da cidade. Acredito que possa haver pelo menos duas explicações para tal afirmação, feita naquela época e repetida ainda hoje, quando os moradores se referem a um possível rompimento da parede do açude Castanhão¹². A primeira delas é simplesmente por ser a igreja a edificação mais alta da cidade. Com 46 metros de altura, a imponência do prédio se destaca no meio das outras construções da cidade, tal como acontece na maioria das cidades do interior do Ceará. A outra ideia seria a de que o edifício mantém uma relação com o caráter sagrado da sua representação. A igreja é a casa de Deus e a água seria uma benção divina, por isso, ao passo que somente Deus pode dá-la, somente Ele poderia segurá-la.

Esta relação entre a enchente e a fé pode muito bem ser vista na fala de Dona Lourdes, outra narradora desta pesquisa. Em seu relato, disse, que ao sair de casa em 1960, colocou uma medalha milagrosa na porta a fim de que esta segurasse a força das águas. Segundo ela, deu certo: “Faltou bem uns dois palmos, uns 40 centímetros para água chegar na medalha”.¹³

Foi um ano de pouco inverno, mas de muito sofrimento. Porque a gente nunca ouvia falar no Orós, mas de repente, de uma hora para outra, era para o povo se retirar de dentro da rua que as águas iam cobrir a torre da igreja. (Dona Lourdes Alexandre)¹⁴

Lembro do povo dizendo que a barragem ia quebrar. O Toinho Alexandre era locutor da radiadora da igreja. De tarde, ele começava a alarmar: o mundo vai se acabar, se acabar, se acabar... A barragem do Orós vai quebrar. A conversa era essa: vai se acabar tudo. A água quando passar por aqui vai dar na torre da igreja. (*Seu Chagas Serafim*)¹⁵

Para a surpresa dos moradores que moravam na cidade e que se retiraram por conta da intervenção governamental e do clima de medo instaurado pela notícia do rompimento da barreira do açude, a narrativa se concentra na admiração ocasionada no retorno para casa.

Eu me lembro que logo nós viemos, porque tinha havido um pouco d’água, mas não chegou a alagar a cidade. Você ouviu falar que não alagou a cidade? A cheia foi nos baixos, foi nos baixos. [...] Quando nós chegamos, a mamãe só pensava como era que tava a nossa casa: tudo seco, tudo normal, do jeito que nós tínhamos deixado.¹⁶

Aqueles que contaram suas lembranças através de visões da cidade, disseram que ficaram poucos dias fora de casa e, quando voltaram, a cidade não estava alagada. Mas não foi isto que disseram os que moravam perto das margens do rio. A experiência da enchente de 1960 não diferiu muito para estes no que diz respeito a abandonar suas casas. *Seu Chico Pequeno* assim relatou o momento em que soube da notícia do Orós:

O Orós. Só se ouvia dizer que o Orós ia se quebrar. Aí quando foi um tal dia, eu sai de casa pra ir trabalhar na Passagem da Moita, lá no beijo do rio. Eu saí, eu disse pra muier:

- Olha se você vê falar que o Orós se quebrou, você manda o menino me dizer pr'eu vim embora. Que ele quebrando lá, ele vem bater aqui.

Fui trabalhar. Eu tirei a primeira carreira de mato [risos], tava limpando, quando dei fé, o menino chegou.

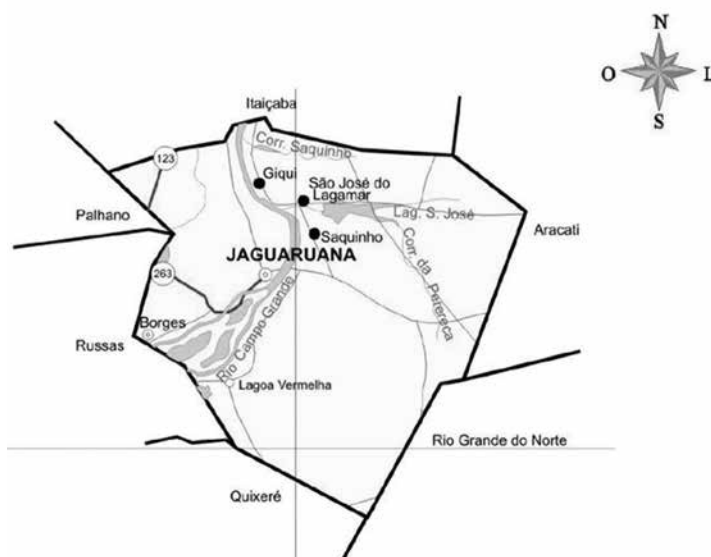
- Pai, a mamãe manda dizer que o Orós quebrou. O Raimundo Matos andou lá em casa e disse que o Orós tinha se quebrado.

- Mas meu fi... Antes deu pegar aqui?

Aí eu disse: - Você vá simhora, que eu vou acolá.

Eu ia pra Lagoa Vermelha atrás de uma colocação pra mim. Aí pensei, não, vou me embora. Vou mais o menino. Cheguei, eu tinha uns *mafegado*¹⁷ de carnaúba, encostado tinha forquilha, tinha tudo, fiz um jirau. Do tamanho que era a sala, fiz um jirau. Pra atrepar a bregueçada, que eu não podia carregar tudo.¹⁸

Através desse trecho, percebemos que Chico Pequeno construiu uma sequência de possíveis saídas para enfrentar o tempo da enchente. Quando o filho lhe falou que o açude havia quebrado, ele deixou transparecer certa indignação, denotando que nem mesmo o trabalho daquele dia havia começado e que, portanto, seu dia estava perdido. Havia, naquele momento, uma preocupação mais importante que era enfrentar a cheia iminente. *Seu* Chico já sabia que era inevitável o abandono do lar. Citou a comunidade de Lagoa Vermelha, pois esta, por ser localizada num lugar mais afastado da margem do rio, ao sopé da chapada do Apodi, distante 28 km do centro de Jaguaruana, era, naquele momento, um refúgio a ser procurado.



Analisando a topografia do município, conclui-se que a cidade é um lugar predominantemente cercado por reservatórios d'água. Lagoas, açudes e braços do Rio Jaguaribe cortam o município, fazendo com que as comunidades e o centro urbano sejam facilmente inundados durante os bons invernos. Para Chico, pensar a Lagoa Vermelha como saída deve-se a sua experiência como homem que passou por outras cheias. Por ser uma comunidade de “pé-de-serra”¹⁹, é uma localidade mais alta, onde as águas chegam, mas com dificuldade.

Chico Pequeno percebeu que tomar aquela decisão poderia acarretar outras perdas. A ideia que se tinha era de que, se houvesse uma enchente, esta seria devastadora; e, como foi dito anteriormente, havia a ideia de fim do mundo. Ele decidiu ir pra casa e, lá chegando, fez um jirau pra atrepar a bregueçada. Naquela mesma noite, deixou para trás sua moradia.

E, na continuação da narrativa, as memórias de Chico Pequeno ganharam uma especificidade:

Deixei a família em riba da barreira e ganhei o mato. Lá do retiro, no meio da noite. Fui numa casa, não arrumei. Fui em outra encostada, arrumei. O dono da casa não estava. Tava as meninas, eram conhecidas. Disseram:

- ‘Não *Seu* Chico, vá buscar seu povo, pode ir, a casa cabe.’

Fumos. Cheguei lá, se arranchemos. A casa grande mas não tinha armador pra armar rede. Passou-se a noite assentado.²⁰

Ao ler este depoimento e ao tentar visualizá-lo, encontramos um aspecto semelhante a outra narrativa, que da mesma forma é comovente e fala da migração e da necessidade de hospedagem. A fala de Chico Pequeno lembrou o episódio do nascimento do Cristo narrado pelos evangelhos bíblicos, onde, no lugar distante, não havia hospedagem para a família desabrigada que ficou numa estrebaria. Da mesma forma, Chico Pequeno e sua família somente obtiveram um lugar para ficar porque o dono da casa não estava. Quando este retornou, pediu que procurassem outro canto para ficar, afirmando que também, a qualquer momento, poderia se retirar.

Quando foi mais tarde o véi chegou. Eu fui disse pra ele, era Chico também:

- *Seu* Chico, eu vim pedir pra passar uma noite, as meninas me deram. O senhor não leva a mal.

- Não senhor, eu só não digo que o senhor fique aqui mais eu, porque eu não sei se até eu mesmo vou me arretirar. Mas se eu soubesse que não saía de casa, o senhor ia ficar mais eu.²¹

Talvez o narrador nem sequer tenha imaginado tal semelhança, mas sua história repete a narrativa bíblica, evidenciando que estes relatos entram no cotidiano dos contos e “causos” das pessoas mais simples e começam a fazer parte das suas vidas. É assim com as narrativas da seca, nas quais quem é indagado quase sempre repete as imagens do sofrimento, da migração, da chegada à cidade grande e do desejo de voltar para seu lugar de origem, se um dia voltar a chover, como canta Luiz Gonzaga em suas músicas ou versa Patativa do

Assaré em seus poemas²². Há uma resignificação de várias matrizes presentes na cultura que instrumentalizam estes homens e mulheres no ato de contar suas histórias. Conforme Olgaria Matos, o tempo da narração não dualiza lenda e mitos, não separa tradição oral e conceitual, o dizer do crer²³. É nesta perspectiva que o texto bíblico empresta sua matriz à fala de Chico Pequeno. As histórias bíblicas são contadas e recontadas no universo do sertão e passam a pertencer à dimensão da experiência dos indivíduos. As lembranças do momento de sair de casa tornam-se fronteiras balizadas que se deslocam constantemente, apresentando, para nós historiadores, um jogo de temporalidades que nos desafia e, ao mesmo tempo, nos dá condições de criar história através das memórias²⁴. *Seu Chico*, no momento de sua fala, nada mais fez que viajar nos deslocamentos dessas fronteiras, fazendo com que a narrativa bíblica, naquele momento, fizesse parte de seu espaço de experiência. Entretanto, a tônica do deslocamento permanece.

A casa que lhe deu abrigo, naquela noite, não pôde acolher sua família por muito tempo. Não obstante, não se pode negar as ligações solidárias em tempos de enchente. Mesmo por uma noite, Chico Pequeno e sua família conseguiram refúgio.

Em 1960, o lugar de retiro definitivo deste agricultor e de sua família foi numa fazenda, na serra da Pacatanha, município de Jaguaruana, distante 36 quilômetros do Centro da cidade, a convite de uma senhora chamada Maria Abreu. Em troca, Chico Pequeno propôs cuidar dos animais da proprietária do lugar. Segundo ele, foi assim que passou a “cheia do Orós”.

Outras enchentes – narrativas das cheias de 1974 e 1985

Em 1974, a experiência de Chico Pequeno assemelha-se mais a de outros homens e mulheres que também conheci durante a pesquisa. Avani, Dona Eliza e Dona Maria Sulina, assim como *Seu Chico* e sua família, retiraram-se de suas casas, localizadas na Zona Rural ou na periferia da cidade, para áreas que ficavam no Centro do município ou para lugares geograficamente mais altos, como foi o caso da serra da Pacatanha e o bairro de Cardeais. Contudo, a partir dos relatos de *Seu Chico*, a saída mais angustiante foi vivida durante a enchente de 1985:

Kamillo - Como é que foi a saída em 1985?

Chico Pequeno – 85? Foi do mesmo jeito que em 74. Eu morava ali, do canto daquela casa de taipa e a água começou a chegar e eu me aguentando. Até que pela madrugada ela chegou. Perto desta oiticica aí, tinha um alto que eu já tava com as coisas quase tudo neste alto. Fora de casa. Dali pra cá veio uma correnteza que quando ela entrou dentro da minha casa, dava água aqui fora e dentro de casa ainda tava no seco. (*Seu Chico* aponta para sua cintura, o que dá por volta de 1m de altura) um metro d'água. E aí, eu esperando por canoa. Eu digo, não vai dá certo não. Quando foi de manhãzinha, peguei um cavalete, botei n'água, isso aqui tudo coberto d'água tudinho. Botei o cavalete e disse:

- Vocês fique aí que eu vou atrás de uma canoa. Aí, saí. Fui encontrar uma canoa no beço do campo grande. Do Antônio Salvador. Cheguei lá tava o véi pai dele.

- *Seu João*, cadê o Antônio?

- Tá pra fora.

- *Seu João* tô lá aperriado, tô com as coisas tudo fora e a água tomando de conta.

- É? Pois ele tá pra lá.

Boto o cavalete pra trás, encontrei ele naquele portão que você passou ali.

Disse: - Antônio, tô aperriado. A água ta cobrindo nós ali lá num altozim de nada.

- Pois rumbora já buscar. Foi só virar a canoa. Chegou lá e pegou as coisas.²⁵

Assim como sua história, o comportamento de Chico foi “aperriado”. A fala trêmula e a falta de sossego na cadeira me fez pensar que o que estava diante de mim não era apenas um homem contando-me as suas memórias, mas também a própria recordação se corporificando no ato da narrativa. Como nos diz Paul Thompson, quando atenta para as particularidades do enunciado a partir da voz humana, “ela faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história.” (Thompson, 1992, p. 41.)

Outra particularidade do trecho da fala de Chico é que, para o trabalhador rural, a chuva sempre é um bom sinal, mesmo quando sorrateiramente os rios começam a encher e ameaçar a moradia das pessoas. Acompanha-se com cuidado o desenrolar da quadra invernososa, mas sair de casa é uma atitude semelhante a uma loteria. É difícil saber realmente se e quando as águas invadirão as residências. Por isso, aguenta-se até o último momento. Saber se é hora de sair de casa ou não somente pela observação das chuvas é arriscado.

Diferente de 1960 e 1985, o ano de 1974 começou chovendo. O jornal *O Povo*, em 03 de janeiro de 1974, anunciava: “O fim de semana foi de muita chuva no município de Iguatu e cidades vizinhas. É um prenúncio de um bom inverno para o corrente ano”. Não demorou muito para mudar o tom das notícias. A coluna destinada aos municípios do interior que, diariamente divulgava as chuvas em várias localidades, conclamando os agricultores a plantarem, foi aos poucos divulgando outros fatos: as destruições ocasionadas pelos aguaceiros e pelas pequenas enchentes. “Chuvas na Zona Norte interdita BR-222”²⁶ ou “Rio Curu carrega ponte”²⁷ No final do mês de janeiro, as notícias já descreviam cidades isoladas, adutoras rompidas e estradas cortadas por causa das enchentes que prorromperam em todo o Estado.²⁸

O jornal *O Povo*, de 31 de janeiro de 1974, traz a seguinte matéria: “Enchente do Rio Acaraú isola as cidades de Marco e Bela Cruz”. A notícia descrevia a situação dos municípios, falando de como as populações foram pegas de surpresa e como o nível do rio aumentou consideravelmente. No Vale do Jaguaribe, não foi diferente. Segundo dados coletados no

site da Funceme, somente no Centro de Jaguaruana choveu 312 mm, em janeiro de 1974. Se forem somados os outros volumes registrados nos postos de DNOCS, Borges e Giqui, que são distritos da cidade, chegaríamos a um total de 1.024 mm. Esta marca só é semelhante ao ano de 2004, quando somente em janeiro, as precipitações somaram 1.110mm²⁹.

Em 1974, quando a cidade de Jaguaruana foi, pela primeira vez, citada pelo referido jornal, a notícia é uma matéria de capa que diz “Calamidade pública a qualquer momento pra Jaguaruana, Itaiçaba e Aracati”.³⁰ No corpo da matéria, a Defesa Civil do estado do Ceará já contabilizava um número de 1.214 famílias desabrigadas na cidade de Jaguaruana.

Avani Almeida, outro importante narrador desta pesquisa, relatou o momento de sua saída de casa em 1974:

Quando foi em abril de 74 aí, falando bem matuto, nos tava de molho morrendo afogado. Aí não foi brincadeira não. Foi água. Era tanta água que era como se parece que vinha de barco, jorrando, cobriu a cidade toda. [...] Fomos lá pro posto de gasolina que tinha aquelas casonas. Em 74, nos arranchemos lá e lá ficamos por muito tempo.³¹

Em 1974, *Seu Avani* já estava casado e tinha filhos; era um pai de família com muitas responsabilidades, diferente do moço, sem maiores compromissos, que enfrentou a cheia de 1960. Suas memórias são organizadas a partir dessas referências, pois mesmo falando muito de 1960, afirma que calamidade só viu mesmo em 1974, já que durante a enchente anterior ainda se considerava um menino.

A enchente em Jaguaruana organizou as lembranças dos narradores de diferentes maneiras. Para dona Eliza, outra narradora desta pesquisa, as temporalidades expostas em suas memórias são organizadas através da temática do trabalho e pela relação com o campo. Diante da seguinte indagação, ela respondeu:

Kamillo – A senhora nunca saiu de casa a não ser em época de enchente?

Dona Eliza – Época de enchente, a não ser. Uma festa de Santana eu passo em casa, tá com trinta e tantos anos que eu não vou uma festa de Santana.³²

Para ela, o depoimento sobre o deslocamento foi ainda mais traumático, pois os exemplos que suas memórias ofereceram como marcos temporais foram a doença do filho mais novo, a dor de deixar a casa, o medo de roubos e o cotidiano dos abarracamentos, descrito por ela como algo sombrio. Dona Eliza reconstruiu o momento de sua saída de casa do seguinte modo:

Quando chegou a água por aqui nessa região, foi uma aflição só. Eu dentro de casa, com esse dois meninos. Um menino e uma menina. Esse era recém-nascido, nera. Aí foi, eu disse pro véi:

- Home tu num tá vendo que a água tava ali pra lá daquela cerca, ontem. Hoje já tá aí. Vai arrumar uma canoa pra gente se arretirar daqui.

- Não, não tem perigo não.

Hum, só sendo. Começou uma chuva assim de mei dia pra tarde. Quando foi assim, umas cinco horas, você pode me acreditar, a água tava no beijo do batente, pra

entrar dentro de casa. Aí foi o homem se arrumou e saiu em busca duma canoa. E haja chuva, e eu já aflita, que o home num chegava. Ele chegou com a canoa assim umas nove horas da noite. A água já tinha passado por cima do parapeito. Foi uma enchente veloz. Eu nunca tinha passado uma experiência com água desse jeito. Nem o Orós, viu, nem o Orós.³³

Eliza relata sua saída em 1974 falando da dificuldade imposta pelo fenômeno da enchente. Pode-se imaginar o quanto é difícil abandonar a casa no meio da noite, às pressas, sem nenhuma perspectiva de retorno. Para ela, sair de casa era uma questão de tempo, pois a exemplo de muitos outros, a casa desta agricultora fica perto de um braço do rio Campo Grande, afluente do Jaguaribe, que corta a cidade de Jaguaruana nas imediações das comunidades visitadas, onde também morava Chico Pequeno.³⁴

As experiências de dona Lourdes e *Seu* Ferreira não são muito diferentes das dos outros depoentes. O interessante na fala de dona Lourdes é o lugar que a fé em Deus assume em seu discurso. No momento em que alguns afirmavam que sua casa iria cair por conta das inundações, ela confiou em Deus e colocou uma medalha milagrosa na porta da casa, afirmando que aquela medalha seguraria sua casa, que, de fato, não caiu.

Por se tratar de um trabalho com memórias, reitero a prerrogativa que me guia por entre as narrativas dos entrevistados: estudar tais relatos significa visitar várias temporalidades. Isso é o que me autoriza utilizar diversas marcas temporais que podem parecer desordenadas para olhos não treinados no limo das lembranças, mas que, ao contrário, apontam o ambiente caótico no qual a memória se inscreve. Daí estarmos sempre falando de tempos não sequenciais, no que diz respeito à cronologia, mas, tempos da memória, que respeitam a experiência. Por isso, estamos visitando constantemente 1960, 1974 e 1985.

Para dona Lourdes, a saída em 1960 foi inevitável. O clima de tensão ocasionado pelas notícias do Orós era, no caso dela, mais específico, visto que, uma das pessoas que transmitiam notícias à população era seu esposo. *Seu* Toinho Alexandre era radialista da cidade e falava à população através de um serviço de som (radiadora) colocado em uma carnaúba alta, localizada no Centro da cidade. É provável que, ao contrário da maioria, dona Lourdes já estivesse acostumada com as notícias do Orós que eram veiculadas por seu próprio marido.

A tensão da saída só foi compensada pelo retorno, quando encontrou sua casa de pé, como deixara, segundo ela, por causa da medalha.

Seu Ferreira relata sua saída em 1960 junto com sua mãe, em busca da serra. Foi prevenido pelos boletins soltos pelos aviões e pela observação da natureza, pois segundo conta, foi a sua interação com o rio que o alertou para abandonar sua casa. O fim do trecho de sua fala oferece um episódio que provoca risos em nós dois, mas ao mesmo tempo, assusta por conta da rapidez dos acontecimentos.

Aí 60 havia as notícias do Orós, de que bateu o chuveiro, que começou os aguaceiros no meio do mundo e os aviões soltando aqueles boletins e nois morava numa casa que nem nossa não era. Um alto que era uma coisa medonha. Ai eu fui e disse pra mamãe:

- Mamãe, sabe de uma coisa, vamos se arretirar daqui porque você tá vendo a água daquele jeito, no meio das vagens, num tá enchendo não, tá correndo.

Ai ela disse: - Meu filho não vem água aqui não, numa altura dessa.

Eu digo: - Não, mas ninguém se confia e você vendo que boletim é soltando aqui direto.

Ai eu falei: - Você não tem um cunhado lá em cima da serra? Mas será possível que chegando lá ele não dê a sombra a nois?

Ela disse: - É, dá.

Arranjei um jumento, botamos as coisas dentro dos cassoá. Enquanto eu fui a subida da serra e voltei pra levar no jumento o que eu não tinha levado, quando eu cheguei a água já tinha levado. Em 60. Tinha aqueles fogão à lenha. Tinha uma galinha deitada que a mamãe deixou em cima. Ela disse:

- Quando você for e voltar, olhe a minha galinha de que jeito tá e leve pra casa do compadre Chico.

Quando eu cheguei, a galinha tava atrepada numa meia parede que nem essa aí e a baciazinha com os ovos tava boiando n'água. Em 60, viu (risos)³⁵

Considerações Finais

Falar sobre sair de casa em tempos de enchente é bastante difícil, principalmente se encararmos as memórias como um espaço de recordação cujo ato de lembrar muito intimamente se relaciona com o ato de reviver e de esquecer. Como nos diz Benjamin, a narrativa não se entrega³⁶ e, portanto, não está ali para ser explicada.

O inventário das lembranças de *Seu Chico Pequeno*, Avani, Dona Eliza, *Seu Ferreira* e Dona Lourdes Alexandre sobre o sair de casa em tempos de enchente nos oferece um repertório de temáticas recorrentes em todos os relatos como a dificuldade da partida, a velocidade das águas, a urgência das ações, as doenças e os lugares de abrigo. Tais indícios apontam caminhos outros, possíveis de serem abordados em diferentes produções. Entretanto, estas mesmas pistas reafirmam os muitos tempos das memórias e uma complexa compreensão acerca da diversidade de referenciais temporais que tal estudo pressupõe. O sair de casa é um passo em direção às águas, mas também é dirigir-se para dentro de um universo específico do mundo das lembranças.

Se fosse necessário justificar o ato de sair de casa quando o rio se revolta e inunda as casas no campo e na cidade, não sei se faria melhor que Chico Pequeno ao dizer que quando a água vem mesmo, “não tem jeito, o jeito que tem é sair”.

Notas

1 - Francisco Luiz da Silva, nascido em de agosto de 1921. Residia na comunidade de Jureminha, localizada à seis km da sede do município de Jaguaruana. Morava em uma casa pequena com duas filhas, rodeado, em seu terreno, pelas casas dos filhos. Concedeu-me esta entrevista no dia 19 jun. 2004, numa tarde, após uma chuva que quase tornou os caminhos da região intransitáveis. Chico Pequeno – nome pelo qual era conhecido, fez questão de falar da agricultura, enfatizando que mesmo com seus 83 ainda trabalhava nesta e com orgulho. Faleceu em setembro de 2008.

2 - Segundo Portelli, “a essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixa de ser profundamente pessoais”. PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História. São Paulo: EDUC, no 15, pp. 13-33, abr 1997.

3 - Sobre este tema, ver o texto PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto História, São Paulo: EDUC, (10), dez de 1993.

4 - Francisco Luiz da Silva. Entrevista citada.

5 - Ver BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In. Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Brasiliense: Rio de Janeiro, 1976.

6 - *Idem. Ibidem.* p 206.

7 - Francisco Luiz da Silva, entrevista citada.

8 - Para Benjamim, “a narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘o puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa da vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”. (sic) BENJAMIN, Walter. *Op. Cit.* p. 205.

9 - A expressão movimento das águas, usada por alguns dos entrevistados acabou sendo de muito valor na medida em que os mesmos se reportavam às enchentes, usando a expressão. O movimento das águas pode ser definido também como o cotidiano da época, no qual não somente a água tem um papel predominante, mas também os corpos e os objetos, como canoas, cavaletes (armação feita de madeira usada como suporte para atravessar rios e se movimentar pelos lugares alagados), bolsas de alimentação, entre outras coisas. Nesse sentido é possível também estudar a história através destes outros suportes da memória. Cf. RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto.* O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

10 - Cf. CHAVES, José Olivenor Sousa. Atravessando Sertões. Memória de Velhas e Velhos camponeses do Baixo-Jaguaribe-Ce. Tese de Doutorado em História apresentada a UFPE. Recife: 2002. p. 557. Parte da parede do Açude Orós rompeu-se no dia 21 de março de 1960, ocasionando sensíveis perdas às populações ribeirinhas do Jaguaribe. As obras foram retomadas e concluídas em no ano de 1961.

11 - Segundo Kênia Rios, a profecia é muito conhecida nos sertões e apresenta-se nas falas destes homens e mulheres de muitas formas. [...] “Histórias, contos e cordéis criam de forma variada a ideia de que “o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”. Cf. RIOS, Kênia Souza. Engenhos da memória: narrativas da seca no Ceará. Tese de Doutorado em História apresentada a PUC. São Paulo: 2003. p. 256. Para Olivenor Chaves, a presença de contos proféticos nos relatos dos sertanejos, (...) é um expressa capacidade que se tem de traduzir as experiências de vida à luz das profecias que os mais antigos contavam a respeito do fim do mundo. Na verdade, uma reinvenção da concepção bíblica referente à consumação dos séculos”. (sic) Cf. *op. cit.* p. 378.

12 - Em 2004 o açude Castanhão, localizado entre as cidades de Jaguaribara, Jaguaretama e Alto Santo recebeu um grande volume d’água, ajudando a controlar as enchentes no Vale do Jaguaribe. No entanto, frente às notícias que, a cada dia que se passava o açude enchia mais, a lembrança do rompimento do Orós em 1960 foi inevitável. Aqueles que acompanharam as enchentes de 1960 temiam o rompimento do Castanhão nos dias de então. Segundo eles, daquela época haviam escapado, mas se o que aconteceu em 1960 se repetisse naquele momento, seria difícil escapar alguém.

13 - Maria de Lourdes Alexandre, entrevista realizada no dia 27 mar. 2004 em Jaguaruana. Dona Lourdes era esposa do sr. Toinho Alexandre, radialista que noticiava nos idos de 1960 as notícias sobre o rompimento do açude Orós.

14 - Maria de Lourdes Alexandre. Entrevista citada.

15 - Francisco da Chagas Serafim Neto, entrevista realizada no dia 25 mar. 2004, no Bairro Juazeiro em Jaguaruana. Com 84 anos *Seu* Chagas Serafim relembra com dificuldade do episódio de 1960. Resolvi entrevistá-lo por ter sido ele umas das poucas pessoas a ficar na cidade, resistindo àquilo que poderia ser o tão famigerado fim do mundo. Faleceu em junho de 2006.

16 - Antônio Avani de Almeida, 67 anos, entrevista realizada em 05 de ago. 2002, na cidade de Jaguaruana, no grupo escolar do bairro Alto. O Sr. Avani é um trabalhador rural que mora na periferia da cidade. Assim como Chico Pequeno se mostrou sempre um grande narrador.

17 - Carnaúba cortada em ripas e linhas para se fazer o madeiramento do telhado das casas.

18 - Francisco Luiz da Silva, entrevista citada.

19 - "Pé-de-serra" – Comunidade localizada nas encostas das serras, normalmente lugar geograficamente mais alto.

20 - Francisco Luiz da Silva. Entrevista citada.

21 - Francisco Luiz da Silva. Entrevista citada.

22 - Cf. RIOS, Kênia Sousa. *Op. Cit.* p. 95

23 - MATOS, Olgaria. O historiador e as fontes orais. S/d p. 17

24 - Cf. GROSSI, Y.S. & FERREIRA, A.C. *Razão narrativa: significado e memória.* História oral. São Paulo: ABHO. Vol 2, no 4, p. 28, 2001

25 - Francisco Luiz da Silva, entrevista realizada em 12 jan. 2005. Jureminha, Jaguaruana – CE.

26 - Jornal *O Povo*, 18 jan. 1974. Primeira página, p. 01.

27 - Jornal *O Povo*, 19 jan. 1974. Primeira página, p. 01, 12.

28 - *O Povo*, 31 jan. 1974 p.13, Coluna Municípios.

29 - Informações retiradas do site: www.funceme.br que tem catalogado e disponível através de links as pluviometrias de todo Ceará a partir de 1971.

30 - Jornal *O Povo*, 20 mar. 1974. Primeira página, p. 01, 12.

31 - Antônio Avani de Almeida. Entrevista citada.

32 - Francisca Eliza da Silva, 69 anos, nascida em 15 mar. 1945. Entrevista realizada na comunidade

de Jureminha, interior de Jaguaruana – CE no dia 24 jul. 2004. Resolvi ouvir esta senhora devido aos comentários em que a mesma se mostrava uma grande contadora de histórias. Agricultora aposentada, à época ainda plantava e trabalhava com a terra. Neste trecho, Santana a quem dona Eliza se refere é a santa padroeira da cidade de Jaguaruana. A festa da padroeira acontece sempre no último final de semana de julho.

33 - Francisca Eliza da Silva. Entrevista realizada em 24 jul. 2004. Jureminha, Jaguaruana, Ce.

34 - A Jureminha é uma das inúmeras comunidades ribeirinhas da cidade de Jaguaruana. A convivência com as águas é uma constante, pois só falta água nesses lugares em períodos de seca extrema. Os relatos de quem mora nas proximidades de braço de rio, lagoas e açudes são portanto, recheados de histórias de quando o rio encheu e invadiu as casas.

35 - Antônio Araújo da Silva, *Seu Ferreira*, nascido em 29 de julho de 1940, tem 74 anos, é agricultor, casado e pai de 6 filhos. Procurei o senhor Ferreira porque ele me havia sido indicado como o morador mais antigo do bairro. Mora atualmente com esposa e filhos, na comunidade de Capoeira, lugar que foi escolhido para instalar as barracas durante as enchentes de 1974 e 1985. Entrevista realizada no dia 23 mar. 2004, em Jaguaruana, Ce.

36 - Cf. BENJAMIN, Walter. *Op. cit.* p 217

Fontes

Entrevistados

Antonio Araújo da Silva – *Seu Ferreira*
Antonio Avani de Almeida
Francisca Eliza da Silva.
Francisco Luiz da Silva
Maria de Loudes Alexandre

Jornais

Jornal *O Povo*. 18 Jan 1974.

Jornal *O Povo*. 19 Jan 1974.

Jornal *O Povo*. 31 Jan 1974.

Jornal *O Povo*. 20 Mar 1974.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In.* Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Brasiliense: Rio de Janeiro, 1976. p 215.

FARGE, Arlette. Do Sofrimento. *In:* Lugares para a História. Lisboa: Teorema, 1999 p. 13-26.

GROSSI, Y.S. & FERREIRA, A.C. *Razão narrativa: significado e memória.* História oral. São Paulo: ABHO. Vol 2, no 4, p. 28, 2001

RIOS, Kênia Souza. *Engenhos da memória: narrativas da seca no Ceará*. Tese de Doutorado em História apresentada a PUC. São Paulo: 2003.

LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o Passado*. Projeto História. São Paulo: EDUSC (17), nov. 1998. p. 462.

LUCENA, Célia de Toledo. *Artes de Lembrar e de inventar*. (re) Lembranças de imigrantes. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.p. 24.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto*. O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral*. Projeto História. São Paulo: EDUC, no 15, pp. 13-33, abr 1997.

Recebido em 05/06/2014



Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967*

Floods that destroy, floods that build: the City of God's nature and memory of the rains of 1966 and 1967

Lise Sedrez, UFRJ

Doutora em História pela Stanford University
lise@sedrez.com

Andrea Casa Nova Maia, UFRJ

Doutora em História pela UFF
andrea.cn.bh@gmail.com

RESUMO: Com foco na enchente de 1966 na cidade do Rio de Janeiro, o artigo se insere na perspectiva da história ambiental segundo a qual desastres socioambientais são processos históricos. Entrevistas com moradores da Cidade de Deus, cuja fundação está ligada àquela enchente, trazem à tona as relações entre população, estado e natureza urbana, como evidenciadas pela experiência da enchente. Nossa análise mostra que, longe de serem vítimas passivas do desastre, nossos entrevistados desenvolvem estratégias de sobrevivência em busca de melhores condições de moradia, em vista das oportunidades que surgem em momentos de crise.

Palavras-chave: Cidade de Deus; desastres naturais; enchentes; Rio de Janeiro; história oral.

ABSTRACT: *With a focus on the Rio de Janeiro flood of 1966, this article is inscribed in the perspective of environmental history, which considers socio-environmental disasters to be historical processes. Interviews with residents from the Cidade de Deus (City of God), whose founding is linked to this flood, are evidence of the relations between the population, state and urban nature, as demonstrated by the experience of the flood. Our analysis shows that far from being passive victims of the disaster, our interviewees developed survival strategies to search for better living conditions, given the opportunities that arise in crisis situations.*

Keywords: *Cidade de Deus; natural disasters; floods; Rio de Janeiro; oral history*

*Este texto resulta da pesquisa, *Cidades submersas: paisagem, História e memória das enchentes no Rio de Janeiro e em Buenos Aires no século XX (décadas de 1900 a 1970)*, que recebe apoio da Faperj e do CNPq. As entrevistas foram realizadas pelas autoras e pelas bolsistas de Iniciação Científica Ana Carolina Oliveira Alves e Marcela Martins, alunas de graduação do Instituto de História da UFRJ.

Em 1966, caiu sobre a cidade do Rio de Janeiro uma das maiores chuvas de que se tinha notícia. Mais de 245mm de água inundaram as ruas em menos de 24 horas, qualificando aquela como a “enchente do século”. A cidade de quatro milhões de habitantes mergulhou em caos. Ruas alagaram, morros desabaram, garagens subterrâneas tornaram-se enormes piscinas com carros que se moviam uns contra os outros nas águas. Ironicamente, no ano seguinte, outra chuva de grande magnitude atingiu o Rio de Janeiro – e desta vez seus habitantes se mostraram muito menos pacientes com a incapacidade do governo de agir em situações emergenciais. Outras chuvas se seguiram até o fim do século – a grande enchente de 1966, em termos de precipitação pluviométrica, não está sequer entre as cinco maiores chuvas documentadas.¹ A memória da cidade, no entanto, pouco afeita e pouco interessada em frios números de meteorologistas, sabe que a chuva de 1966 é a grande enchente, a enchente pela qual todas as outras são medidas, a chuva que era castigo de São Sebastião. Na memória da cidade, 1966 é o ano em que os morros desceram, os desabrigados foram reunidos no Maracanãzinho, e o ano em que se criou a Cidade de Deus.

Chuvas fazem parte da história do Rio de Janeiro desde antes de sua fundação. Textos clássicos de Jean de Léry ou do padre Anchieta mencionam tempestades que atormentavam os habitantes, e alimentavam os mangues e a luxuriante floresta. No entanto, a chuva que caía sobre o primitivo povoado do morro do Castelo no século XVI não é a mesma que lava as grandes avenidas no século XX.² Tudo muda. As pequenas valas que escoavam a água no centro das ruas coloniais foram substituídas por grandes galerias subterrâneas, e o orçamento da prefeitura da cidade moderna deve prever custos contínuos de limpeza, desobstrução e manutenção. O asfalto e a área construída na metrópole não absorvem as águas da mesma forma que faziam as estradas de barro e lama. As expectativas dos moradores sobre as chuvas e seus efeitos também mudam: não se admite que a cidade-vitrine do Brasil seja refém dos caprichos da natureza, nem que os prefeitos e administradores urbanos confessem sua impotência quando o desastre periódico ocorre. As chuvas e o temor de mais chuvas não só influem na cidade que existe, mas também na cidade que vai existir. Assim, planos de urbanização do século XX, como o famoso Plano Agache, incluem medidas de prevenção de enchentes.³ Jornalistas e cartunistas celebram ou castigam governantes pela sua capacidade de gerir a cidade no momento das enchentes. E populações expulsas pelas chuvas redesenham o crescimento da metrópole seja pela migração interna, seja pela insistência destas em permanecer em suas comunidades em lugares vulneráveis, chamados de áreas de risco.

A enchente é um processo social e ambiental, que começa muito antes da chuva cair. As condições do ecossistema – umidade, clima, bacias hidrográficas – são marcos importantes deste processo, mas apenas marcos iniciais. Tão importantes quanto estes são as transformações sociais deste ecossistema: aterros, canalização de rios, estruturas que acumulam ou dispersam as águas em pontos críticos da cidade. Tais transformações, por sua vez, são resultados de políticas públicas de habitação e transporte, especulação imobiliária.

São resultados de visões idealizadas de cidade, de alocação de verbas em um setor ou em outro. A experiência da enchente influencia todos esses elementos.

O processo socioambiental continua, portanto, quando as nuvens encobrem o céu e as torrentes se abrem sobre a cidade – e formam o que reconhecemos como “enchentes”. Atores governamentais e não governamentais se articulam para enfrentar a disrupção violenta do seu cotidiano, e não raro entram em conflito. As medidas de emergência, planejadas ou improvisadas, em relação à enchente compõem também o processo, assim como as reações das comunidades afetadas. A opinião pública se mobiliza, seja para criar redes de solidariedade, seja para demandar soluções do poder público ao momento crítico.

É essa visão complexa das enchentes como processo e, mais explicitamente, da enchente de 1966 na cidade do Rio de Janeiro, que queremos explorar. Neste texto, argumentamos que as enchentes, usualmente descritas como forças destruidoras, são também forças criadoras, na medida em que forçam a redefinição dos espaços urbanos. Cidades são construídas através de planejamento e improvisação, de dinâmicas sociais e dinâmicas naturais. As enchentes, ao deslocarem populações, forçarem a adoção de certas políticas públicas, redesenharem a agenda urbana, os temas de debate em jornais, dão forma à paisagem urbana construindo uma *natureza urbana*, e assim questionam a separação tradicional de mundo natural e mundo humano. Nesse sentido, vimos na Cidade de Deus um espaço *criado* pela enchente de 1966, isto é, um espaço que resulta da experiência da enchente. Para entender este aspecto da enchente-processo, entrevistamos moradores da Cidade de Deus que vivenciaram as diversas fases da enchente, ou seja, a estrutura habitacional do Rio de Janeiro na década de 1960, as chuvas, as políticas emergenciais, e a ocupação daquele espaço por uma população que tinha objetivos, desejos e propósitos próprios.

Esta experiência investigativa sobre a enchente de 1966 no Rio de Janeiro sublinha também a relevância da história oral para história ambiental. A história oral cria para o historiador uma fonte única (a entrevista) que permite entender a história da cidade e sua relação com a natureza de modo particular. Nesse caso, nossas entrevistas privilegiam as memórias de grupos social e ambientalmente vulneráveis, que normalmente têm pouco registro oficial, mas que são particularmente afetados por estes chamados “desastres naturais”.

O Rio de Janeiro da Grande Enchente de 1966

Em 1966, o Rio de Janeiro vivia um momento particular de transição. Por dois séculos capital nacional, primeiro da Colônia portuguesa, depois do Império brasileiro, e finalmente da República, desde 1960 cedera este papel para a cidade planejada de Brasília, no Planalto Central. Tornara-se nesse momento uma cidade e um estado da federação independente: a enorme cidade do Rio de Janeiro no minúsculo estado da Guanabara, e os limites territoriais de um e de outro se confundiam. A cidade ainda exercia fascínio e influência na arena política nacional. Em âmbito nacional, o Brasil, desde 1964, vivia o estado de exceção da ditadura civil-militar. Carlos Lacerda,

um dos líderes civis do Golpe de 1964, fora o primeiro governador eleito do jovem estado, de dezembro de 1960 a outubro de 1965.

O Governo Lacerda foi um marco na história do Rio de Janeiro, mas não conseguiu eleger seu sucessor, em parte devido ao seu alinhamento com o golpe militar. Francisco Negrão de Lima, que pertencia ao partido de oposição, MDB, assumiu o governo em dezembro de 1965, mas devia ainda conviver tanto com o padrão inaugurado por Lacerda como com sua herança urbano-política. Lacerda se notabilizara pelo investimento em grandes obras de engenharia na cidade, como a adutora do Guandu e início do emissário submarino de esgotos para a Zona Sul. Mas era a política habitacional do seu governo que seria particularmente lembrada, pelos seus méritos, deméritos e abundantes rumores.

Uma cidade de quatro milhões de habitantes, e crescendo, o Rio de Janeiro tinha desde o início do século uma grande parte de seus habitantes morando em situação precária, em morros e favelas. Não condizia com o ideal de cidade moderna a que aspiravam suas elites. Nesta visão, uma parte significativa do problema, no entanto, não era tanto a desigualdade feroz que marcava a cidade, mas sua visibilidade. Favelas como a da Praia do Pinto, por exemplo, estavam localizadas em plena Zona Sul carioca, no Leblon, área que a especulação imobiliária sonhava anexar à dinâmica da cidade. Outras favelas nos morros da Tijuca e arredores expunham a classe média não só a uma convivência desagradável com a pobreza, mas aos riscos de deslizamentos durante as chuvas.⁴ A remoção das favelas era portanto uma prioridade do Governo Lacerda, com ou sem participação de seus habitantes. Em alguns casos, há uma adesão entusiástica do plano – os moradores de favelas receberiam afinal título de propriedade, algo inconcebível para boa parte da população.⁵ Em outros casos, no entanto, a remoção das favelas segue um caminho obscuro, pouco explicado, como no caso do incêndio que precipitou a destruição da favela da Praia do Pinto no Leblon.⁶

Lacerda investe pesadamente na criação de bairros populares em novas áreas, como a Vila Kennedy e a nossa Cidade de Deus. Estes bairros seriam povoados com os residentes das comunidades removidas, dentro de uma política habitacional certamente ambiciosa, mas claramente impositiva e autoritária. A crítica à política habitacional do governo Lacerda não significa ignorar o quadro lastimável em que se encontravam os habitantes mais pobres da cidade em 1966. As favelas, sejam as baixas como a da Maré e da Praia do Pinto, ou as altas como a do morro da Catacumba ou morro do Borel, eram áreas particularmente expostas às chuvas torrenciais que visitam a cidade todos os verões. Os chamados “solos viajantes” dos morros cariocas criam áreas de risco para moradia, em particular com o aumento do desmatamento. Alagamentos em um caso, e deslizamentos, em outro, demonstram como à vulnerabilidade social e política das populações mais pobres se soma a vulnerabilidade ambiental. Não se trata apenas de riscos de doenças, falta de condições sanitárias, esgotos ou água corrente. Alagamentos e deslizamentos trazem a esta população as incertezas sobre o presente imediato, sobre a sobrevivência de suas comunidades, sobre, por vezes, sua sobrevivência física. É um risco conhecido e aceito, quando as tormentas são toleráveis, e se incorporam ao cotidiano da pobreza,

como mais uma provação a ser vivida. Mas por vezes, as águas caem com mais força, o limite do tolerável não mais contém a experiência da chuva, e essa precariedade invisível e cotidiana passa a ser vista. Torna-se então crise. Esse era o quadro do Rio de Janeiro de 1966.

As narrativas de vida

As grandes enchentes do Rio de Janeiro tem múltiplos sujeitos: a cidade, o estado, a natureza e a população. Mas estas categorias ainda são por demais genéricas. Há que se olhar para as enchentes específicas para entender como estes sujeitos são também múltiplos. Na enchente de 1966, nosso estudo de caso, há uma cidade que se desconstrói (os morros que deslizam) e uma cidade que se constrói (como a Cidade de Deus). Há um estado que planeja a remoção da comunidade (a administração Lacerda) e um estado que reage às enchentes (a administração de Negrão de Lima). Há uma natureza urbana que *precipita* as mudanças (o regime de chuvas) e uma natureza que *sofre* mudanças (os ecossistemas das novas áreas ocupadas). E há uma população que assiste às enchentes, uma que sofre as enchentes e outra ainda que delas se apropria para desenvolver estratégias de sobrevivência – e estes três tipos descritos não necessariamente se excluem.

Neste artigo, selecionamos três entrevistas com moradores da Cidade de Deus que discutem sua experiência com as enchentes, e com os primeiros anos da comunidade. São mulheres que não só falam da dificuldade de abandonar uma vida e seu passado para começar uma nova, em outra casa, outro bairro, outra região da cidade. Elas também dão nome e feições reconhecíveis àqueles que foram atores em processo que acabou por reconfigurar a geografia da cidade, destruindo espaços e redes de socialização e sociabilidade por um lado, mas criando outros, como foi o caso da Cidade de Deus. O caminho que percorreram, desde a remoção das casas em locais de risco (e não necessariamente encostas e morros), passando pelas terríveis condições de vida nos acampamentos provisórios, até chegar num novo bairro inóspito, numa região distante e ainda em construção, é também parte do processo de enchentes, como definimos no início deste texto.

Inicialmente, construímos aqui o perfil dos entrevistados selecionados para este estudo. A formação da rede de entrevistados se deu a partir da constatação de que um número considerável de vítimas da enchente de 1966, assim como de outras grandes enchentes a partir dos anos 1960, foi removido para a Cidade de Deus⁷.

Em uma fase anterior do projeto, havíamos entrevistado moradores dos arredores da Praça da Bandeira, um dos locais emblemáticos das enchentes do Rio de Janeiro. A formação da rede de entrevistados então não conseguia alcançar, porém, as vítimas mais graves daquela região. Enquanto nossos entrevistados de então falavam das redes de solidariedade criadas por eles para ajudar os “flagelados” e os “desabrigados”, estes pareciam ter sido “varridos” pela enxurrada. Onde estariam? Mesmo a área de prostituição naquele local, então bastante

famosa, já perdera muito de sua importância. De suas antigas moradoras, só encontramos uma senhora idosa que não quis dar depoimento sobre sua vida na época. Percebemos que a vulnerabilidade frente à enchente significava também uma perda da referência espacial: a chuva, para uma parte significativa da população, não era só um momento crítico, mas um marco nas suas vidas, um antes e depois sobre o lugar de moradia. Parecia que não só as constantes inundações, mas também a segregação social mantinha na invisibilidade estes sujeitos. Permanecendo anônimos para o historiador, eles continuariam “excluídos” da História, os cidadãos que tudo perderam com a enchente. Tornava-se crucial que encontrássemos os chamados desabrigados/flagelados, e que esses pudessem nos relatar suas experiências.

Partimos assim, nesta segunda fase do projeto, para a Cidade de Deus. Entre outros entrevistados, três depoimentos se destacaram. Um deles é o de Ana Lúcia Pereira Serafim, nascida em 1959, que ainda criança acompanhou a remoção das vítimas e que nos colocou em contato com Maria Terezinha Justo de Jesus, de 1937. Esta, por sua vez, nos apresentou à Laura Pereira da Silva, nascida em 1935. Já adultas na época da enchente, as duas chegaram à Cidade de Deus por caminhos diferentes. Maria Terezinha recebeu uma das primeiras casas da comunidade, e testemunhou todo o processo de chegada de flagelados. Laura Pereira da Silva, ao contrário, chegou numa segunda leva, após as chuvas de 1967.

Estas entrevistas falam, portanto, não só da Cidade de Deus, mas da trajetória do flagelado, para o qual o título da casa própria era a coroação de uma *via crucis*, com duração de meses e anos. De fato, o caminho era feito de sacrifícios e percalços, e a ambicionada casa ao final do processo era a recompensa que deviam fazer por merecer pela persistência e pela reivindicação da condição de flagelados. Em qualquer uma das “estações” desta *via crucis* urbana, nossos sujeitos eram tentados a desistir, a não continuar, a buscar outra situação sem contar com o auxílio do Estado. E muitos o fizeram – deixaram os abrigos temporários, ou mesmo o conjunto habitacional precário que era a Cidade de Deus em 1966-67, voltaram para as comunidades que se reconstruíam após a enchente, para a proximidade de seus antigos ambientes urbanos, de seus locais de trabalho. Nossas entrevistas são representativas de um universo limitado de vítimas que passou por todos os estágios do fenômeno que foi a enchente de 1966, e da construção da Cidade de Deus.

De início, os relatos parecem conter uma narrativa comum. Após terem perdido a moradia nas chuvas de 1966, muitos flagelados tiveram que passar um longo período num acampamento no Maracanã. O estádio teve que ser interditado, o Campeonato Carioca cancelado para que cerca de 15 mil desabrigados pudessem ocupar os corredores do estádio. Conforme relato de nossas informantes, as condições de higiene eram precárias, e as famílias foram divididas – homens para um lado e mulheres para o outro. Algumas entrevistadas relatam terem ficado acampadas no Maracanãzinho, estádio menor, localizado no mesmo complexo poliesportivo. De lá, foram transferidos para a Fazenda Modelo – uma experiência

muito mais traumatizante. A Fazenda Modelo, criada em 1957, foi, até o ano de 2003, o maior abrigo de mendigos da América Latina. Atualmente no local funciona um abrigo de animais da Prefeitura do Rio de Janeiro. O médico Marcelo Cunha, ex-diretor da instituição, descreve assim o cotidiano dos antigos moradores:

Cada galpão tinha oitenta metros de comprimento e era subdividido, por paredes, em dez alojamentos, de mais ou menos oito metros quadrados, todos entulhados de beliches onde dormiam aproximadamente 36 pessoas. Não havia divisórias separando as camas. Os moradores dormiam publicamente, como nas ruas, e também publicamente faziam suas necessidades no único banheiro disponível em cada alojamento. Tudo isso os submetia a uma deprimente promiscuidade.⁸

Nossos flagelados esperavam então nestes abrigos provisórios até obterem, por sorteio, uma nova moradia na Cidade de Deus. O bairro que de fato existiu era muito diferente do bairro que fora planejado. O arquiteto Giuseppe Badolato ajudou a projetar a Cidade de Deus e, entrevistado por nós em julho de 2013, explica que deveria ter sido um projeto exemplar que revolucionaria o planejamento urbano. O plano já contava com uma expansão da cidade para a Zona Oeste. Os moradores teriam trabalho na medida em que esta se desenvolvesse, criando uma demanda de serviços e mão de obra pouco especializada. Os planos e a proposta foram aprovados em 1965, ainda sob o governo Lacerda. As obras iniciaram-se logo a seguir, começando pela terraplanagem e depois pela construção de 1500 casas da primeira gleba. O cronograma perdeu seu ímpeto com o início do governo Negrão de Lima, em dezembro de 1965.

As chuvas porém interferiram nas agendas governamentais. Em 2 de janeiro de 1966, Negrão de Lima se viu na contingência de dar conta das consequências de uma das maiores catástrofes que o Rio de Janeiro já sofrera em sua história. Naquela ocasião, apenas 1200 das 1500 casas da Cidade de Deus encontravam-se semiprontas – e por “semiprontas” entendia-se tão somente que tinham um teto. O bairro, como as casas, estava inacabado e carecia das devidas obras de infraestrutura. Após estudos emergenciais mínimos, o governo construiu banheiros coletivos e vagões de ocupação transitória, denominados Triagens, que, em março de 1966, em condições precaríssimas, permitiram iniciar a transferência das famílias flageladas para aquelas casas.

Ana Lúcia Pereira Serafim, conhecida como Dona Lucinha, nossa primeira informante, tinha oito anos na época da grande enchente. Sua entrevista é rica justamente por destacar a presença das crianças nos acampamentos provisórios. As crianças são indicadores de que a remoção não é uma remoção de indivíduos isolados, mas de núcleos familiares de distintas comunidades da cidade. As memórias de infância de Dona Lucinha nos revelam como as dinâmicas das famílias, suas relações de pais e filhos, de vizinhos, enfim, relações de poder, são feitas e refeitas. Ainda que num acampamento provisório, famílias como as de Dona Lucinha, do morro de Formiga, eram obrigadas a refazerem suas relações, suas

redes, e demarcar novos territórios. O lugar da criança que conhecia as vielas, os becos, as árvores e tinha amigos no morro da Formiga, era agora substituído por um lugar provisório, insalubre, desconhecido e com códigos diferentes. Por mais provisório que fosse, o novo local de moradia exigia uma modificação cultural, de onde emergiam novas redes sociais e teciam-se novas práticas. Havia espaços a negociar no Maracanãzinho, entre policiais, assistentes sociais, empregados do governo e outros flagelados, outras comunidades. O “abrigo provisório” podia durar de seis meses a um ano e não necessariamente era o último estágio – muitos ainda iriam, como vimos, para a Fazenda Modelo.

A memória dos abrigos provisórios se constrói em várias perspectivas. O Maracanã é comparado com a moradia anterior, mas também com a Fazenda Modelo, e também com a vida ligeiramente mais definitiva, ainda que precária, na Cidade de Deus. Refletindo sobre sua passagem pelo Maracanãzinho, local onde ficou durante pouco tempo, dona Laura Pereira da Silva, outra entrevistada, o interpreta com a chave das lembranças de outro abrigo provisório, a Fazenda Modelo, onde ficou por cerca de três meses até sua casa ser sorteada na Cidade de Deus. Dona Laura diz que sua passagem pelo estádio tinha sido boa:

Olha, fui bem tratada, porque cada um já ganhava seu colchão. E ficava ali tudo junto, família ficava assim tudo junto. Ai vinha uma pessoa que mostrava onde era o banheiro. Que chamava a gente pra hora da refeição. Toda hora tinha alimento. Tinha leite, tinha fruta, tinha tudo. Toda hora, lá no Maracanãzinho era assim. E a comida era boa. Eu não marquei não, mas acho que foi uma semana. De lá nós fomos pra Fazenda.⁹

Por outro lado, ao lembrar de sua estadia na Fazenda Modelo, compara sua experiência neste local a vida em um campo de concentração, afirmando o seguinte:

Chegou lá (...) foi a mesma coisa – eu calculo que seja um pouco melhor de que um campo de concentração. Muito triste, muito triste. Olha, era assim tudo a toque de caixa, aos gritos, aos gritos... E na hora de acordar, na hora de deitar... Os maridos tinham que dormir num alojamento. Os menores que tinham mais de 15 anos tinham que dormir no alojamento com os homens. Não podiam ficar perto da mãe. E as crianças pequenas menores de 15 anos ficavam perto da mãe. Mas se fosse assim um de 14 anos compridão tinha que passar pra lá. Muita gente! Quando apagava a luz, era de ter que tampar o ouvido. Quando voltava pior ainda. Aqueles gritos que as pessoas dão... Era horrível. A comida... parecia que molhou o arroz e o feijão e vinha pra você comer. Ficava azul o feijão. O arroz ficava como que só molhado. Quando acabava a hora do almoço você ia assim na beirada dos pavilhões, tinha pilha de comida jogada fora assim, arroz, feijão. Era a polícia militar que fazia a comida. E depois começaram a recrutar algumas senhoras que queriam ajudar pra cozinhar pros oficiais. Quando elas eram bem espertas conseguiam trazer um pratinho para a família e para as amigas. Ai a gente via passar aquela comida cheirosa assim... Não, eu nunca consegui.(...) Era sim, muito triste. Era para lá que íamos, aguardar as casas. O Maracanãzinho eles tinham que entregar para jogo, essas coisas... Tinham que limpar (...) eu fiquei na Fazenda Modelo quase três meses. Sai de lá primeiro de maio.¹⁰

A enchente fazia com que comunidades inteiras, famílias ou indivíduos, fossem deslocadas, alterando completamente não só a geografia física, mas a paisagem cultural da cidade. Como em um formigueiro depois da enxurrada, tais comunidades buscavam refazer seus laços comunitários no novo espaço ocupado, ainda que sob novos parâmetros. Dona Laura, que deixou sua casa na enchente de 1967, diz que quando chegou à Cidade de Deus, “já tinha alguns moradores que tinham vindo na enchente de 1966. Então foram encontrando pessoas que eram do mesmo morro.”¹¹

Os encontros com moradores de outros morros do Rio que também tinham sido realocados, e passando por situações provisórias que se prolongaram por quase um ano, suscitavam a conformação de novas relações de grupos com referências culturais distintas. Isso fica claro na chegada à Cidade de Deus, onde uma nova comunidade, somatório das comunidades de diferentes regiões do Rio, se constrói, tendo em comum basicamente o fato de terem sido vítimas das enchentes que assolaram a cidade nos anos de 1966 e 1967. Como afirma dona Lucinha,

Foi uma coisa assim muito estranha, engraçada, porque... todo mundo com cultura diferente, pensamento diferente... Ai se juntou todo mundo, entendeu? E as casas daqui são muito próximas as dos vizinhos... Não tinha muro, não tinha nada (...) Eu tinha que conviver com você, a gente não sabe de onde que veio aquela pessoa... Não sabia qual era a índole daquela pessoa. O que aquela pessoa pensava... E foi tudo muito difícil. (...) Foi por conta até do poder público que pegou gente de tudo quanto é lugar... Eu vim do morro da Formiga, mas teve gente que veio da Praia do Pinto, da ilha das Dragas, e de vários lugares... Juntou todo mundo, entendeu? E eu acho até é complicado para a gente, quando a gente sai da nossa casa, quando se casa, a gente sente uma dificuldade de conviver, juntar pasta de dente com o marido, juntar roupa, cultura é diferente, teve outra criação... Imagina uma pessoa dentro de casa... agora imagina uma comunidade como a Cidade de Deus, todo mundo se unir, todo mundo com o pensamento diferente, com culturas diferentes, de lugar diferente.¹²

A mudança de vida, o sofrimento e outros aspectos da reconfiguração urbana, social e cultural, aparecem em alguns trechos do depoimento. A história da infância de dona Lucinha se confunde com a história da enchente. Por exemplo, a passagem pelo Maracanã, parte de uma tragédia urbana, foi portanto marcada pela tragédia familiar da perda de um irmão.

Eu vim pra cá em 1966. Fui uma das primeiras moradoras da enchente. Vim da comunidade do morro da Formiga. A minha casa na realidade não chegou a cair, mas a gente morava lá no pico do morro, bem lá no alto, e tinha uma pedra que estava condenada a rolar. Então, nós fomos obrigados a sair, e eu era pequena, mas eu lembro, foi muita tristeza, muito choro, muita dor. E nós saímos de lá e ficamos desabrigados algum tempo. Eu não tenho bem noção, acho que chegou a um ano. Nós ficamos lá dentro do Maracanãzinho esperando uma posição. Meus pais tinham muitos filhos... Nós éramos oito. E eu lembro que teve um irmão meu que teve meningite, meu irmão mais novo teve meningite. Eu lembro que ele não chegou a vir para a Cidade de Deus, pois por lá mesmo ele morreu. E nós ficamos naquela luta, era um sacrifício muito grande. Os meus pais tinham que trabalhar, e era um sacrifício

grande...mas, mal ou bem, estavam por perto, porque da Tijuca para o Maracanã era perto, e meus pais continuaram trabalhando. E a gente não tinha noção que o governo daquela época iria levar a gente para a Cidade de Deus. E foi quando nós ficamos sabendo que a gente vinha pra esse local.¹³

No caso de dona Lucinha, o risco identificado pelo governo para a sobrevivência da família leva sua mãe a aceitar a recomendação de deixar sua casa por um abrigo provisório. Não é exatamente a natureza que obriga a família a deixar sua casa. É a decisão dos técnicos da prefeitura de que “a pedra pode cair”. Isto não significa que o risco fosse menos real – embora a pedra nunca tenha caído, como lembra dona Lucinha, e ainda resista no morro da Formiga. Mas significa que a interpretação do risco é definida por um órgão técnico, e que, neste momento de crise, o estado se torna o mediador das relações entre a população e a natureza urbana.

A incerteza da situação é uma marca importante desta experiência – a pedra vai cair? E se daqui sairmos, para onde vamos? Por isso a definição de um destino, de um objetivo, ou seja, uma casa na Cidade de Deus, é que permite à população finalmente construir estratégias de moradia. É o que acontece com Laura Pereira da Silva. Sua narrativa de vida conta a enchente do ano seguinte, em 1967, e nos ajuda na compreensão destas transformações ocorridas no espaço urbano a partir dos desastres. Sua casa não ficava em uma área de risco, mas em Bento Ribeiro, subúrbio da cidade. Naquela época, vivia em um barracão nos fundos da casa de seu compadre e pagava aluguel. Já com filhos e com o marido doente, na enchente daquele ano ela quase perdera tudo, pois, durante a chuva, a casa se enchera de água. Com seu marido internado, ela teve que decidir sozinha os rumos de sua vida e de sua família. Ela ouvira que o governo estava ajudando famílias e que iria dar novas moradias aos desabrigados.¹⁴

O relato de Dona Laura aponta para a construção de experiências com enchentes. A tormenta de 1966 criou precedentes para a ação do Governo nos anos 1960. No ano seguinte, o padrão remoção-abrigo provisório – transferência para a Cidade de Deus, seria repetido com convicção. É com base nesta expectativa que dona Laura toma a decisão por sua família, decisões que requeriam o investimento dos poucos recursos familiares. Por pouco, dona Laura não colocou seus filhos a “passar uma lista” pela vizinhança para recolher contribuições para a mudança para os abrigos provisórios. Seu compadre e senhorio acabou por presentear-los com o valor necessário – os laços de compadrio faziam que parte da vergonha do “passar a lista” pudesse recair sobre ele. Seu relato, no entanto, mostra que mesmo em uma situação de extrema pobreza, Laura foi capaz de tomar decisões estratégicas para sua família.

A situação de crise causada pelas chuvas altera a relação de forças nas comunidades e dentro das famílias. Assim, a narrativa de dona Lucinha fala de iniciativa de sua mãe em tomar a decisão de deixar a casa, contra a vontade de seu marido, homem da casa e, portanto, chefe de família:

(...) Detectaram que tinha essa pedra, que estava pra rolar a qualquer momento. (...) Acordei tendo que sair da minha casa. Desesperada. Lembro que foi uma resistência muito grande. Meu pai não queria sair. Minha mãe queria que ele saísse. Meu pai não queria sair porque achou que a pedra não ia rolar. Eu lembro que a Defesa Civil tirou todos nós a força, porque pelo meu pai não saía. A minha mãe tomou a frente e tirou todos nós. Eu lembro que ela falou para o meu pai: ‘Se você quiser ficar, você vai ficar, porque meus filhos não vão ficar aqui. Nós vamos sair.’ Ai ele: ‘...mas pra onde que você vai? A gente não tem lugar para ir’. Ela falou: ‘Não importa. Morrer com os meus filhos, eu não vou morrer’. Aí saímos.¹⁵

Em contraste, o relato de Laura fala de planejamento e esperança, aproveitando uma oportunidade única. Sua situação, conta Laura, era terrível, morando de favor nos fundos do terreno do compadre, mas não iminentemente perigosa, como no caso de dona Lucinha. Mas a segunda enchente, em 1967, e a possibilidade de obter uma casa sua fizeram com que ela, sem consultar o marido, que estava internado, resolvesse sair de onde estava, e ir para o Maracanã, aguardar por nova moradia:

Lá em Bento Ribeiro enchia. Nos fundos tinha um caimento normal de qualquer terreno, parte dos fundos mais baixa. E como fizeram o meu barracão encostado ao muro, a parede até era emendada com o muro, quando vinha a chuva forte, enchia. O telhado começou a ceder na divisão do quarto para a cozinha. Nessa última chuva eles correram lá em casa, meus compadres ajudaram a botar escoras. Eles ficaram com as crianças. Foram três dias de chuva muito forte e já estava dando no rádio que as pessoas estavam correndo para o abrigo e que o governo ia apoiar todo mundo que ficou sem casa... (...) O meu marido nessa data, ele estava no hospital em Bangu. E um ano antes teve enchente (1966) e ele não quis sair. E então saí, porque ele estava no hospital ai era eu sozinha que tinha que resolver... (...) Porque meu marido não estava em casa então a opinião era minha, né? Aí eu falei com meus compadres “ah, eu vou. Vou porque se cair outra chuva vai acabar de arriar o telhado. E eu com essas crianças...”¹⁶

Uma outra moradora entrevistada, Maria Terezinha Justo de Jesus, não foi removida por estar em uma área de risco ou no alto de um morro. Sua história também mostra a diversidade de narrativas, e a capacidade de desenvolver estratégias de habitação por parte da população, estratégias que nem sempre seguiam o modelo das políticas governamentais de assistência às vítimas das enchentes. Maria Terezinha veio de Minas Gerais e, na época da grande enchente de 1966, já morava em Duque de Caxias, quando sua família ganhou uma casa na Cidade de Deus, graças às conexões com um funcionário do Estado:

Eu sou do interior de Minas [Gerais], Poços de Caldas, vim pro Rio de Janeiro. Eu vim solteira. Morava em Caxias, trouxe a minha família, minha mãe, meus irmãos (...) Quando saíram essas casas aqui da Cidade de Deus, a minha irmã trabalhava na casa de um procurador do Estado. Ele deu uma casa para ela aqui na Cidade de Deus. Foi em 1966. Quando o pessoal estava vindo das enchentes, o pessoal desabrigado. Ele deu uma casa pra ela. E aí nós viemos pra aqui pra Cidade de Deus. A minha mãe e os filhos todos, que eram sete.¹⁷



Fonte: Arquivo Nacional
Correio da Manhã -
23/01/1966
Maracanã - Reflexos:
Alguns flagelados
conseguiram camas
instaladas, porém, em
locais impróprios.



Fonte: Arquivo Nacional
Correio da Manhã -
13/01/1966
Sangue Sobre Leme: No
morro do Leme, uma
pedra rolou sobre uma
casa, matando quatro
pessoas que formavam
uma família.

Embora não tenha sido vítima direta da enchente, dona Terezinha conheceu muitas vítimas. Uma das primeiras moradoras do bairro, ela acompanhou a chegada de várias ondas de imigrantes – dos morros, de bairros pobres ou simplesmente de periferias, como seu caso.

Se os abrigos provisórios eram precários, o destino, Cidade de Deus, não era menos precária. Como diz dona Lucinha, não havia estrutura nenhuma. No seu caso, a comparação com a vida no morro da Formiga mostra que a transferência para a Cidade de Deus era vista como uma perda em relação a uma situação conquistada:

Sáimos de um local com estrutura, tinha água e tinha luz. Com toda dificuldade como falei pra você que eu morava no morro, mas tinha tudo. E chegamos aqui, o que tinha? Chegamos aqui num caminhão. Eu lembro muito bem que lá eles deram um fogão com duas bocas, e um botijão de gás. Só isso, e a casa. Chegamos na casa não tinha nada. Tinha banheiro, mas não tinha instalação e a gente não poderia usar. Não tinha água. Não tinha luz. Era muita poeira, quando chovia era barro. A gente chegou aqui... jogaram a gente aqui. (...) Não tinha lugar pra comprar pão. Foi uma maldade que fizeram com a gente lá atrás. Não tinha lugar pra gente comprar pão. Não tinha lugar pra comprar um leite. Água... aí criaram [estruturas], o que aqui na Cidade de Deus, fala muito na treze, quinze, quatorze. Então, quando chegamos aqui, aí tinha uma estrutura, quinze, é o banheiro do quinze. Banheiro quatorze, aí tinha um banheiro que eles criaram um banheiro enorme, entendeu? Que ali, nós tomávamos banho, ali era o lugar que a gente lavava roupa, entendeu? Era só esse lugar que tinha. E as vezes faltava água, a gente teria que sair daqui desesperadamente. Quantas vezes nós íamos até ali na Tindiba, ali do lado da Freguesia, pra poder pegar água. Que não tinha água em lugar nenhum por aqui. Todo lugar faltava luz, gás, não tinha nada.¹⁸

Do relato de Terezinha ecoa esta sensação de nova precariedade e nova vulnerabilidade, e também de perda, em relação a uma situação razoavelmente estruturada. Mas no seu caso, a própria ideia de perda serve para distingui-la dos outros recém-chegados à Cidade de Deus, “o pessoal que vinha do morro”:

Aí viemos pra cá. Foi difícil porque isso aqui era um lugar abandonado, não tinha nada. Aí o pessoal que vinha de morro, de um sistema completamente diferente. A gente morava em Caxias, é muito carente sim, mas é um nível de vida diferente. Morava numa casa alugada. Vila, mas uma casa alugada que tinha tudo, tinha água, tinha luz, um comércio. E quando chegamos aqui não tinha nada. Não tinha um calçamento, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Banheiros coletivos, tudo precário e até o nível social diferente. Porque cada morro tinha um jeito. E aí foi difícil pra gente.¹⁹

Para Laura, no entanto, o recebimento da casa era a recompensa final por uma decisão difícil e um processo penoso – mas era um ganho:

As casas estavam prontas. Mas muitas faltavam água. Eles não entregavam sem a água. Então por isso que as pessoas tinham que aguardar lá [na Fazenda Modelo], pra fazer o encanamento. Ligar esgoto, luz, essas coisas. Eu fiquei três meses sem luz. (...) Aí não tinha recurso nenhum, nem estava preparada. E as pessoas que moravam primeiro que eu conhecia aí eu fazia assim com meus filhos ‘vai lá na casa da fulana

pede esse vidrinho de querosene, ai mandava 'vai você também, pede um vidrinho'. Às vezes um chegava sem querosene, o outro chegava com querosene eu botava na lamparina pra poder ter a luz até chegar o pagamento. Porque é...foi uma surpresa. Mas a casa, nós ficamos muito satisfeitos de ganhar a casa...²⁰

Os relatos falam de emergência, de improvisação, de descobrir caminhos novos na ausência de qualquer infraestrutura. Uma sentimento forte de perda, não só das casas, mas também das relações comunitárias, como conta Laura:

Ao invés deles colocarem todas na mesma vila, não... não era assim. Você encontrava uma pessoa que morava lá longe, outra que morava não sei aonde ai você conhecia. Eu só tive esse conhecido que morava longe como eu te falei. Mas não eram íntimos também eu não fiquei sabendo porque vieram parar aqui.²¹

No entanto, para além deste momento inicial, os relatos também falam da reconstrução destas comunidades, a partir da experiência comum. No relato de Terezinha, esta experiência comum, de conquista de um novo território, determinou a criação de seu novo núcleo familiar, com o marido, e com os irmãos que cresciam e estabeleciam raízes na área:

Veio morar aqui ele [o marido]. Eu conheci ele em Caxias. Os amigos dele moravam lá e a gente se conheceu lá. Casamos aqui. E, aí eu consegui a minha casa. E os meus irmãos também foram crescendo, foram se formando, casaram também. Todo mundo conseguiu sua moradia aqui. (...) Todo mundo no desespero, sem emprego, era muita lama pela rua. A gente pra sair, pra ir pra trabalhar tinha que pegar um circular aqui. Tinha que levar um par de sapato, vai com um e leva o outro ou vai descalça, leva pano na bolsa pra chegar lá fora, lavar os pés que era muito barro, aquele barro vermelho. Quer dizer, estava todo mundo no mesmo barco. Ônibus era uma linha só, a gente tinha que fazer aquela fila enorme, um guardava lugar pro outro. Então a gente fez amizade. Ah tem, agora mesmo teve uma aqui que, porque depois a gente ficou vizinhas, o pessoal recebeu a casa que veio da enchente, mas a minha casa ficou perto de uma família – que a gente até diz que é parente mas não tem nada a ver, só olhar a cor ... Mas acabamos sendo amigos.²²

A reconstrução de relações sociais significava que os flagelados tentavam recriar as comunidades pré-enchente – e decidir quem “pertencia” e quem “não pertencia”. Especialmente o mundo feminino – de escolas, supermercados, posto médico – funcionava como uma arena de investigação e julgamento, as mulheres como guardiãs e negociadoras dos espaços sociais da nova comunidade. Laura, não sendo estritamente uma flagelada, isto é, não proveniente de um morro destruído pela enchente, conta sua dificuldade em ser aceita por aquelas que partilhavam esta experiência comum:

Tinha um posto médico ai improvisado. E a gente levava todo mundo no mesmo posto. Saia bem cedo. Aí era do Leão XIII, que chamava o posto. A gente tinha que sair cedo. As mães todas se encontravam ali, se conheciam, falavam de onde eram. E eu quase apanhava. 'De que morro você veio? e eu, 'não, não vim do morro, não'. 'Ué, você não veio do morro não?', 'não, vim do morro não', 'ué, como é que pode?' 'Aqui todo mundo é do morro!' Aí uma [dizia], 'ah, eu sou do morro do Salgueiro',

‘eu sou do morro não sei o quê. Passei a entender que existia tanto morro depois que vim pra cá também. Não sabia. ‘Como é que pode você não ser de morro?’, aí virava pra outra, ‘ela disse que não é do morro, não é de morro não. Como é que ela ganhou casa aqui? Não é do morro. Aí já tava quase... ‘Ué, você não é do morro, como é que ganhou casa aqui?’ Aí eu ficava... tinha que explicar. ‘Não, eu sou de Bento Ribeiro’, ‘por que que veio pra cá?’, ‘porque [da] minha casa caiu o telhado, aí eu consegui vir pra cá’. “Ah, tá muito estranho isso, não tem ninguém aqui nesse lugar que não seja do morro.” Mas aí me deixavam em paz. Muitas que já estavam lá na Fazenda, se tornaram amigas aqui porque foram aqueles três meses juntos, de sofrimento, não é ... mas eu consegui. No início foi um pouquinho difícil. Porque você abre o portão e vê pessoas – abre não que nem tinha portão – você chegou do lado de fora, vê pessoas que você nunca viu. Chega no posto médico, a mesma coisa.²³

Com o tempo, e com experiências partilhadas, sua situação mudou. Laura testemunhou como homens e mulheres estabeleceram novas relações na Cidade de Deus, buscaram trabalho perto e longe, e construíram relações de amizade e inimizade. Ela mesma descobriu parentes morando não muito longe, e criou uma rotina de convivência com estes, quando o dinheiro e a estrutura precária permitiam:

Quando eu comecei a ver alguma coisa mudando aqui, dava gosto de ver que as mulheres, as pessoas tinham força de vontade. Para ir em frente era salgadinho que elas vendiam, assim salgadinhos, alguma fazia quentinha, fazia cafezinho e ia vender nas obras. Vieram do Salgueiro, de vários morros, aí. É, ali pra Inhaúma que tem aqueles morros ali, que é o morro do Urubu, morro não sei de quê, a maioria era dali. Não tinha um trabalho, muitas trabalhavam em fábrica, casas de família até, acho que lojas também. E chegaram aqui e acharam difícil... não tinha um nada... Os homens trabalhavam na cidade. A maioria era tudo trabalhador da cidade... Mas não tinha transporte... Tinha um ônibus que tinha um guarda dentro que saía muita briga. Quem era de lá, quem era de cá, quem não sei o quê, aquela discussão. Aí tinha que ter o guarda dentro. [O ônibus era] daqui pra Freguesia. Na Freguesia tinha um ônibus, que naquele tempo era Chifrudo que falava, que tinha aquelas antenas. Aí ia pra Taquara, Cascadura, Madureira, assim. Ia pra lá. E eu tinha minha sogra que morava pra cá da Praça Seca, no Mato Alto. Meu cunhado era do IPASE, um funcionário do IPASE conseguiu aquele apartamento. Aí se eu tivesse vinte centavos, pra ir a pé daqui até a Freguesia pegar o Chifrudo, saltava na casa da minha sogra e ela não me deixava faltar nada. Ajudava. Aí deu pra mim.²⁴

As chuvas, os planos improvisados, os abrigos temporários, a chegada à Cidade de Deus e finalmente a construção de uma nova comunidade fazem parte de uma mesma narrativa, uma narrativa que evidencia a integração entre agentes sociais e a natureza urbana na construção de novos espaços urbanos. A população da Cidade de Deus ainda seria alimentada por muitas outras enchentes, ao longo das décadas de 1970 e 1980. Finalmente, na década de 1990, se torna ela mesma uma área vulnerável a enchentes, graças ao assoreamento dos rios e ao crescimento que superou em muito os planos iniciais. Mas o padrão de ocupação já fora estabelecido nesta primeira fase.

As entrevistas escolhidas, de dona Lucinha, Laura e Terezinha, evidenciam como a enchente não se encerra com o fim das águas. O impacto da experiência permanece, na lembrança do vivido, e na construção dos novos espaços, das novas relações comunitárias. Lucinha, Laura e Terezinha vinham de três ambientes diversos, respectivamente, de uma área de risco no morro da Formiga, de uma moradia precária num “bairro que enchia”, Bento Ribeiro, e de uma casa de vila alugada em Duque de Caxias. Chegaram à Cidade de Deus também por três vias diferentes: por determinação do governo de evacuação de áreas de risco (dona Lucinha), por iniciativa pessoal para melhorar sua situação habitacional, insustentável (Laura), e por conexões familiares com o Estado que lhe permitiu a posse de uma casa (Terezinha). Estas três narrativas se encontram, porém, na experiência das enchentes de 1966 e 1967, que é o momento de fundação da comunidade à qual pertenceriam. A enchente, portanto, não só reorganiza as relações das comunidades com o ambiente urbano-natural que as cerca (morro, barro, rios, chuvas), mas abre também uma janela para entender como a população definia suas decisões de moradia e formação de comunidade, seja em obediência a políticas governamentais, seja se apropriando dessas políticas para desenhar suas próprias estratégias, atendendo a seus interesses. São estas vozes que permitem reavaliar os habitantes da cidade do Rio de Janeiro que são deslocados pelas enchentes não mais simplesmente como “flagelados”, ou “vítimas” passivas da natureza, mas como sujeitos, agentes de suas histórias.

Notas

1 - PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. *Alerta Rio*. Disponível em http://www0.rio.rj.gov.br/alertario/?page_id=141, acesso em 20 de abril de 2014.

2 - MAIA, Andrea Casa Nova & SEDREZ, Lise. *Narrativas de um dilúvio Carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966*. *Revista História Oral*, v. 14, n. 2 (2011): 221–254.

3 - STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1996.

4 - ABREU, Maurício de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1987.

5 - PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.

6 - PANDOLFI, D. C. e GRYSZPAN, M. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

7 - Prof. Dr. Sérgio Castilho (UFF), em conversa informal sobre o tema do projeto, nos comunicou que fizera cinco entrevistas de histórias de vida na Cidade de Deus. Naquelas entrevistas, as enchentes de 1966 ou 1967 eram constantemente citadas como marco inicial de fundação do conjunto habitacional.

Ele nos passou o contato da diretora da associação de moradores da CDD e, a partir daí, conseguimos construir nossa rede de entrevistados. Fica nosso reconhecimento a sua generosidade e colaboração.

8 - CUNHA, Marcelo Antônio da. *No olho da rua: a vida na Fazenda Modelo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

9 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

10 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

11 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

12 - Ana Lúcia Pereira Serafim, entrevista para as autoras, 16 de janeiro de 2013.

13 - Ana Lúcia Pereira Serafim, entrevista para as autoras, 16 de janeiro de 2013.

14 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

15 - Ana Lúcia Pereira Serafim, entrevista para as autoras, 16 de janeiro de 2013.

16 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

17 - Maria Terezinha Justo de Jesus, entrevista para as autoras, 29 de janeiro de 2013.

18 - Ana Lúcia Pereira Serafim, entrevista para as autoras, 16 de janeiro de 2013.

19 - Maria Terezinha Justo de Jesus, entrevista para as autoras, 29 de janeiro de 2013.

20 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

21 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

22 - Maria Terezinha Justo de Jesus, entrevista para as autoras, 29 de janeiro de 2013.

23 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

24 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

Recebido em 05/06/2014



O crescimento urbano e as enchentes em Blumenau (SC)

Urban growth and the floods of Blumenau (Santa Catarina)

Simoni Mendes de Paula

Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES
Simoni.mendes@yahoo.com.br

Eunice Sueli Nodari

Doutora em História (PUCRS) e professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e do Grupo de Pesquisa do CNPq – Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.
Eunice.nodari@gmail.com

Marcos Aurélio Espíndola

Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente realiza estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, bolsista CAPES/PRODOC.
marcredriver@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as ocorrências de enchentes no rio Itajaí-Açu, mais precisamente no município de Blumenau, observando de que forma o crescimento urbano da cidade colaborou para o aumento da ocorrência de enchentes, e do seu agravamento. Blumenau, localizado no vale do Itajaí (SC), foi fundado em 1850 por colonos alemães e teve sua história marcada pelas frequentes inundações provocadas pelas cheias do rio. Nos primeiros anos, as enchentes afetavam a agricultura de subsistência e as poucas casas recém-construídas às margens do rio. Nas décadas seguintes, no entanto, com o crescimento populacional e o desenvolvimento industrial da cidade as grandes inundações se tornaram mais frequentes e aqueles que eram eventos naturais se transformaram em desastres ambientais de grandes proporções. Com o registro de óbitos e profundos reflexos na economia, as enchentes de Blumenau no século XX ganharam destaque nas páginas dos jornais de âmbito nacional, modificaram a rotina da cidade e se tornaram parte dela.

Palavras-chave: desastres ambientais; enchentes; Blumenau

ABSTRACT: *This article aims to analyse the floods of the River Itajaí-Açu, specifically in the city of Blumenau, and to observe how the city's urban growth contributed to a rise in the incidences of flooding and the aggravation of their consequences. Located in the Itajaí valley (SC) Blumenau was founded in 1850 by German settlers and its history has been marked by the frequent floods caused by the river rising. In the first few years, the floods affected the subsistence agriculture and the few houses erected by the river banks. In the following decades, however, with the growth in population and the city's industrial development, great floods became more frequent, and what were formerly natural events became large-scale environmental disasters. With the number of dead and profound impacts to the economy, the Blumenau floods of the 20th century gained centre space in national newspapers, modified the city's routine and ended up becoming a part of it.*

Keywords: *environmental disasters; floods; Blumenau*

A cidade de Blumenau, importante centro urbano de Santa Catarina, vem sofrendo com a ocorrência de enchentes desde os primeiros anos de sua fundação, em 1850 quando chegaram as primeiras famílias alemãs. A união de dois fatores foi decisiva para o desenvolvimento da vulnerabilidade da região: a ação humana e a pré-disponibilidade física a eventos naturais. Inicialmente, a ocupação da região seguiu o modelo alemão, chamado *Stadtplatz*, que se baseia no assentamento da população seguindo o curso do rio. Esse modelo ditou a ocupação urbana da cidade, que se manteve às margens do rio Itajaí-Açu, levando ao desmatamento da mata ciliar, ocupação indevida nas encostas, entre outros fatores que levaram ao agravamento das enchentes ao longo dos anos.

Juntem-se a isso as características físicas da região, que já apresentava uma pré-disponibilidade a ocorrência desses eventos. A bacia hidrográfica do rio Itajaí é formada pelo rio principal e seus afluentes que correm em direções opostas, em vales estreitos e íngremes, com uma área total de 15.000 km², o que corresponde a 16,15% do território catarinense (Aumond, 2009, p. 24). O maior curso de água da bacia é formado pelo rio Itajaí-Açu, que nasce da junção do rio Itajaí do Oeste com o rio Itajaí do Sul. A baixa declividade do rio, especialmente na parte onde se situa a cidade de Blumenau, é responsável por inundações em determinadas épocas do ano. Além disso, o espaço urbano da região é amplamente condicionado pelas encostas dos morros, recobertos pela mata Atlântica. A população ocupou uma parte dessa área parcialmente inundável. Com o aumento populacional e as tentativas de fugir das enchentes, teve início a ocupação das encostas. Essas encostas, devido à sua configuração geológica, são regiões de risco em potencial de deslizamentos. “Se descontarmos do perímetro urbano as áreas inundáveis e as encostas com declividade acentuada, a área remanescente, que pode ser considerada urbanizável, mal chega a 20% do total.” (Siebert, 2000, p. 183).

Desde o início da fundação, que ocorreu no início da década de 1850, encontram-se relatos nos quais os estragos provocados pelas primeiras enchentes se fizeram sentir na rotina da nova colônia. O que se observa em comum a essas enchentes dos primeiros anos é que Blumenau nesse momento era uma colônia em formação, seus habitantes, em sua maioria, possuíam uma condição financeira precária e o pouco que se havia construído acabava sendo arrastado pelas águas. Já em 1855, os impactos da enchente são detalhados pelo fundador e diretor geral da colônia Hermann Blumenau em uma extensa carta dirigida ao imperador D. Pedro II.

Menos de 36 horas foram suficientes, para encher o rio até a altura inaudita de mais de 63 palmos além do seu nível ordinário, antes barrancos e as casas nelas estabelecidas e causou tanto na colônia, como em todo o seu comprimento habitado inúmeros males e prejuízos diretos, que em tão pequena distância e população não se podem avaliar em menos de 60 até 80 contos de Reis, e antes em mais do que em menos. [...] A situação foi tristíssima em toda a parte, os mantimentos subiram a um preço enorme e se não queria ver perecer os colonos pela fome e perder inteiramente o

fruto de anos de trabalho pela sua dispersão não havia remédio, senão sustentá-los de novo, com fortes adiantamentos que abatiam todos os meus cálculos anteriores (Blumenau, 1950, p. 41).

Nas primeiras décadas da história da colônia Blumenau o fator social não foi agregado ao fator natural pelos colonos para explicar a existência desses fenômenos “naturais”. Mesmo neste período inicial, em que a região era escassamente habitada e que terras estavam disponíveis, a direção da colônia não se manifestou com a proposta de mudar o povoado para áreas mais altas. Se nos primeiros anos da colonização os imigrantes desavisados ocuparam regiões frequentemente atingidas por enchentes, nos anos subsequentes não são identificadas iniciativas para redirecionar o crescimento da colônia.

Se no início da colonização as enchentes do rio Itajaí-Açu atingiam um número pequeno de moradores, dado o baixo índice de ocupação da região, nas décadas seguintes o cenário foi se modificando. Na década de 1880, a colônia é elevada a categoria de município, tem-se a fundação de muitos embriões das empresas têxteis que movimentavam a economia da região e um aumento populacional significativo. Tendo em vista esses fatores, observa-se um aumento considerável nas consequências das enchentes, inclusive com o acréscimo nos relatos de óbitos.

Com o desenvolvimento econômico, as enchentes passam a ganhar mais atenção por parte do governo imperial/federal e até mesmo de fora do Brasil. É interessante comentar-se aqui que a colônia havia chamado a atenção também de naturalistas, como o britânico Charles Darwin, devido à presença de Fritz Müller, naturalista residente em Blumenau. Em troca de correspondência entre os dois, Darwin ofereceu ajuda a Muller, que havia sofrido danos materiais com a enchente de 1880, especialmente com a perda de livros e espécimes da flora local que utilizava em suas pesquisas. (Darwin, Charles, 1881, [s/p]).

Após a enchente de 1880, a população voltaria a ser fortemente impactada em 1911. Frequentemente, os jornais que veiculavam as notícias de 1911, faziam-no com um exercício de comparação com os impactos sofridos na enchente anterior. Nesse exercício, é unânime a opinião de que os estragos de 1911 foram superiores aos de 1880, embora o nível do rio nas duas ocorrências tenha sido semelhante, em 1880 o rio chegou ao nível de 17,10 metros, enquanto em 1911 o número foi de 16,90 metros. Além dos óbitos, outros elementos compõem essa percepção de agravamento, dos quais se destaca o desenvolvimento urbano. Quanto mais desenvolvida¹ é a região, maior vai ser o impacto do desastre, se no século XIX a população era reduzida, não havia luz elétrica, linhas férreas, estradas abertas, pouco impacto a população sofreria além da destruição de suas casas e suas plantações.

No início do século XX, o panorama é diferente. O jornal *Blumenauer Zeitung* informa que “A luz eléctrica extinguiu-se: a cidade, então, envolta em tenebrosa noites” (*Blumenauer Zeitung*, 1911 [s/p]). Enquanto isso, o jornal *O Dia* anunciava que “mais de 3000 kilometros de estradas damnificadas – A Estrada de Ferro – pontes, boeiros... tudo se foi” (*O Dia*, 1911, [s/p])

“O vaporsinho apitava, a cada paragem, e de todos os recantos surgiam canções inteiramente cheias de homens e de mulheres, em estado de pobreza extrema, tendo, para cobrir a nudez apenas uns (?) frangalhos, attestados mudos de sua triste indigencia.” (*O Dia*, 1911, [s/p]).

Os relatos de mortes, que praticamente não apareciam nas primeiras enchentes, passam a fazer parte da lembrança dos moradores. Tanto nos relatos sobre as cheias de 1880 e 1911 é possível ler notícias de óbitos, marcando em definitivo a memória do grupo, que tem a tragédia relembrada no momento de enterrar seus mortos. Nas memórias deixadas por Erna Deeke Hosang, traduzidas por Antonio Walter R. Júnior, e posteriormente publicadas no periódico *Blumenau em Cadernos*, vê-se a situação lamentável por qual passou a comunidade da região na década de 1880.

Lá, no topo da árvore, estavam todos bem amarrados: no galho mais alto, a filha, amarrada e bem presa com seu próprio avental; também a mulher, bem amarrada com seu avental e o marido, com seus suspensórios, também bem amarrado: todos mortos. A água tinha ido também sobre a árvore; certamente eles sentiram que estariam salvos na árvore, ao contrário do telhado da casa. (Hosang, 1993, p. 263).

Este foi um dos primeiros relatos encontrados em que se descrevia a existência de mortos em uma enchente em Blumenau. Como no século XIX não era comum que famílias habitassem regiões propícias ao desmoronamento, as mortes acabavam sendo raras, sendo assim, neste cenário, a ocorrência de óbitos representava um desastre sem precedentes. Alguns anos depois, durante a enchente de 1911, Erna Deeke Hosang volta a relatar outra história trágica de óbitos.

[...] Quando amanheceu, o homem agarrou o galho de uma árvore: todos estavam sentados sobre o telhado, que já estava praticamente destruído: as telhas eram firmes, porém já estavam fracas, com a correnteza violenta que levava a casa. [...] eles foram levados pela correnteza, que estava muito forte, arrastando tudo por uns 200 metros até a barragem de uma serraria (Hosang, 1993, p. 265).

Apesar dessa descrição, o jornal *Blumenauer Zeitung* (1911, [s/p]) noticiou, em 14 de outubro de 1911, que a única morte registrada foi a da esposa de Vicente, guarda da linha telegráfica, que morava em Braço do Sul, que foi carregada pela força da correnteza do rio e morreu afogada. A narrativa de Erna Deeke chama atenção para a força das águas, bem como de seu nível em altura, capaz de cobrir o tronco das árvores. Entretanto, mais do que isso, o que deve ser considerado é o fato de uma mesma pessoa ter vivenciado as duas grandes enchentes. Certamente, o acontecimento de uma mesma geração ser atingida por duas enchentes de tamanha intensidade fez com que a anterior não fosse esquecida. A nova ocorrência em 1911 contribuiu para a rememoração daquelas pessoas sobre o fatídico setembro de 1880.

O grande estrago causado pelas águas custou aos cofres públicos valores muito maiores do que em outras enchentes anteriores. A enchente de 1880, que atingiu várias regiões de

Santa Catarina, acarretou um prejuízo final de 488:326\$570 (quatrocentos e oitenta e oito contos, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e setenta réis). Essa quantia se refere às regiões de Itajaí, Blumenau, Luiz Alves, Brusque, Gaspar, Tijucas e Tubarão. (Silva, 2009, p. 50.) Já na enchente de 1911, estima-se que o prejuízo, considerando apenas as mercadorias, foi superior a mil contos de réis (Mascarenhas, 1939, p. 118). E a tendência era de que os prejuízos fossem aumentando com o desenvolvimento da cidade, o que exigiria do governo um auxílio financeiro imediato ainda maior.

Para angariar fundos para a reconstrução da cidade era necessário recorrer a todas as instâncias do governo e da sociedade. Em 1880, a casa imperial brasileira enviou para o vale do Itajaí uma quantia total de 5:000\$000, sendo 4:000\$000 em nome do imperador D. Pedro II e 1:000\$000 em nome da imperatriz Teresa Cristina. Além deles, a região afetada conseguiu arrecadar, através de um grupo de senhoras residentes em Desterro, a quantia de 1:743\$000. Contando também com o auxílio de uma comissão organizada na cidade de Pelotas, na província do Rio Grande do Sul, bem como 3:067\$000 vindos da província do Paraná (*O Dia*, 1911, [s/p]).

A industrialização também teve influência sobre os desastres ambientais da região. Assim como as primeiras casas e agricultura de subsistência, as indústrias têxteis também foram instaladas às margens do rio, para utilizar suas águas na produção da energia que movia o maquinário através de rodas d'água. Percebe-se claramente que, assim como havia ocorrido no início da colônia, o curso do Itajaí-Açu ditou a construção do espaço urbano de Blumenau.

É possível observar que a industrialização acabou por agravar um problema constante de Blumenau, as enchentes. Essa ocupação de áreas próximas às margens intensificou o desmatamento, contribuindo para que os desastres sejam constantes. Ao longo de sua história, várias indústrias instaladas na região tiveram que enfrentar as inundações, que as faziam perder grande parte do seu maquinário. A empresa da família Hering, por exemplo, enfrentou uma grande enchente no mês seguinte a sua fundação, em setembro de 1880, na qual foi inutilizado o único tear, peça responsável pelo sustento da família. Para se reerguer, foi necessário recorrer a um empréstimo junto ao dr. Hermann Blumenau, então diretor geral da colônia, a fim de comprar nova remessa de fios, já que todos os recursos que a fábrica possuía haviam sido empregados na recuperação dos prejuízos causados pela enchente (Hering, 1987, p. 93).

O crescimento da malha urbana e o conseqüente aumento do impacto das enchentes motivou a elaboração de propostas de projetos que visavam produzir medidas que viriam a evitar que as futuras enchentes se caracterizassem como um desastre de grandes proporções, como vinha acontecendo. Geralmente, os agentes do governo municipal ou estadual contratavam engenheiros que pudessem elaborar esses projetos. Os resultados dos estudos estavam, em sua grande maioria, vinculados à reformulação do espaço urbano das cidades do vale do Itajaí, especialmente Blumenau, mas dificilmente eram executados em sua plenitude.

No final da década de 1920, dois especialistas foram consultados com este propósito. Otto Ronkohl, seguido por Adolf Odebrecht, que apresentaram em seus artigos publicados na imprensa regional os resultados de estudos preliminares acompanhados de suas respectivas propostas. Otto, que havia sido contratado, juntamente com o prof. Mauricio Joppert, por determinação do ministro das Comunicações, Victor Konder, publicou no jornal *Der Urwaldsbote* o artigo intitulado *Nosso Problema das Enchentes*, no qual apresentava duas resoluções possíveis: a primeira seria a retenção das águas no Alto Vale por meio de barragens, tendo as águas liberadas aos poucos, o que tornaria a enchente mais longa, porém com pequenos danos. A segunda previa o “desvio de uma parte das enchentes acima da cidade para o mesmo rio ou algum afluente” (Odebrecht, 1930, [s/p])

As propostas apresentadas por Otto foram recusadas por dois motivos. O primeiro do ponto de vista socioeconômico, visto que a proposta inviabilizaria uma grande porção de terras, afetando assim a produção agrícola da região. O segundo seria do ponto de vista técnico, pois foram “[...] destacados os riscos relativos à possibilidade de ruptura do sistema de retenção e também a ineficiência das medidas em casos de enchentes sucessivas, num curto espaço de tempo” (Mattedi, 2000, p. 199).

Adolf Odebrecht também apresenta duas opções para minimizar o problema das enchentes. A primeira seria a construção de represas, esse projeto custaria algo em torno de 20.000 contos, no entanto, para o especialista, o investimento seria um investimento morto, visto que as barragens não poderiam ser utilizadas para instalação de hidrelétricas ou transporte fluvial, pois elas só entrariam em ação no caso de cheias, além de que se duas cheias ocorressem consecutivamente ela não mais preencheria sua finalidade. A segunda possibilidade, e mais viável, seria promover um rápido escoamento das águas. O caminho de Itoupava a Itajaí pelo rio é de 70 km, enquanto por terra é de 56 km, isso se deve às grandes curvaturas do rio, sendo assim, se fosse promovido uma retificação do curso do rio, o leito seria encurtado em 14 km. Para tanto seria necessário a implantação de quatro canais de escoamento (Odebrecht, 1930, [s/p]).

Odebrecht ainda ressaltou que enquanto medidas eficientes não fossem tomadas para amenizar as consequências das cheias, deveria ser proibida a ocupação das áreas baixas, ou, ao menos, que as casas dessas áreas fossem construídas tão altas que a inundação não as alcançasse. Além de que, o autor ressalta que os observadores repassavam as informações sobre o aumento do nível do rio no Alto Vale diretamente para a capital federal, situada no Rio de Janeiro, para depois serem reportadas a Blumenau. Se as informações fossem direcionadas direto para Blumenau, seria possível precisar com 24 horas de antecedência o nível que a água iria atingir em Blumenau (Odebrecht, 1930, [s/p]).

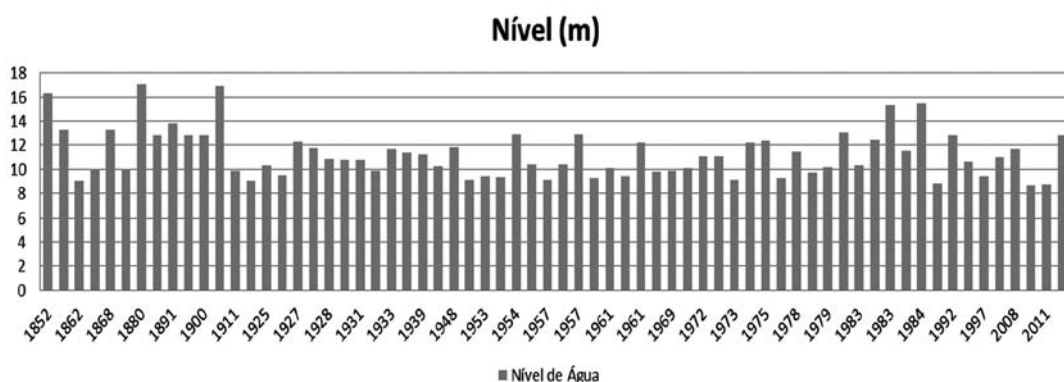
Infelizmente, nessa primeira metade do século XX, nem medidas eficientes foram tomadas nem a ocupação das áreas baixas foi proibida. Pelo contrário, o crescimento urbano desordenado da cidade de Blumenau, aliado a falta de iniciativa do governo, só fez

agravar ainda mais a situação da cidade nos momentos em que as águas do rio subiam e desencadeavam um cenário de desastre ambiental de grandes proporções.

Além disso, com a transformação de Blumenau em polo industrial, a cidade foi sofrendo transformações profundas e que causavam problemas ambientais significativos. A partir da década de 1940, percebemos o abandono gradual do transporte fluvial com barcos a vapor, embora o rio apresentasse grande potencial, especialmente entre Blumenau e o porto de Itajaí. A estrada de ferro construída na virada do século XX foi desativada em 1970. Com isso, a rede rodoviária se consolidou como único meio de deslocamento na região, o que provocou significativo impacto ambiental com o desmatamento, visto que as rodovias seguiam paralelas e na proximidade das margens do rio (Siebert, 2009, p. 44).

A análise de diferentes fontes deixa evidente que o crescimento desordenado da cidade está mais relacionado ao nível de impacto produzido pelas enchentes do que o próprio nível do rio. No gráfico abaixo é possível observar o nível do rio Itajaí-Açu nas enchentes entre o período de 1852 a 2011.

Gráfico do nível do rio nas enchentes ao longo da história de Blumenau.



Fonte: Picos de enchente. Centro de Operação de Sistema de Alerta. Disponível em: < http://ceops.furb.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=42 > (Acesso em 30 de maio de 2014).

Os altos índices, acima apresentados, não significam um quadro de pós-impacto mais desastroso. Verifica-se que o agravamento da situação das enchentes se intensifica com o avanço da ocupação da região e não com o aumento do nível do rio, visto que, junto com a ocupação, tem-se um aumento do desmatamento e da ocupação irregular, levando ao aumento da ocorrência de desastres. Nas primeiras décadas, além de apresentar um núcleo populacional reduzido, o que por lógica leva a uma diminuição nos danos, já que poucas áreas são atingidas, percebe-se também que a perturbação ambiental é menos intensa, ocasionando menos desastres.

O aumento da área ocupada faz com que, com o passar dos anos, as enchentes se tornem mais frequentes, já que não é necessário um nível pluviométrico muito fora do normal para

que o rio supere seu limite. Dessa forma, observa-se no gráfico que a primeira metade do século XX foi marcada por ocorrências frequentes de inundações, porém com os níveis do rio mais contidos, acompanhado de consequências mais graves no pós-impacto com o aumento do número de óbitos, além da destruição de áreas maiores, levando a um aumento significativo no número proporcional de atingidos.

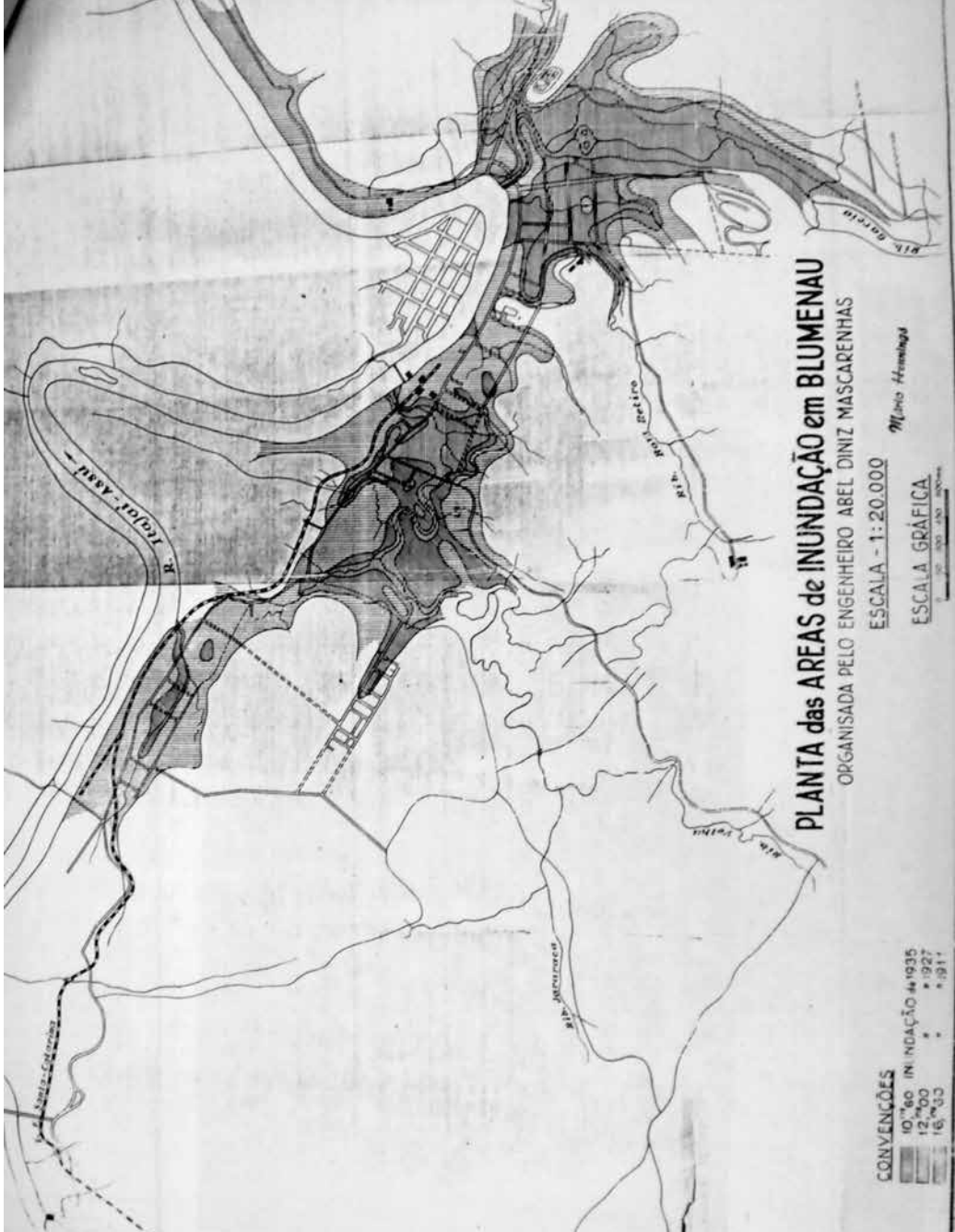
Vale destacar que na enchente de 1880, o rio alcançou o nível mais alto da história, ultrapassando os 16 metros, no entanto o impacto trouxe menos prejuízos e menos óbitos do que as enchentes seguintes, mesmo se levarmos em conta a diferença populacional e a economia da época. Como por exemplo, em 2008, quando o nível do rio chegou a 11,6 metros, bem inferior ao de 1880, mas ocasionou 135 mortes em todo o vale do Itajaí (sendo 24 moradores de Blumenau), em virtude da ocupação das encostas que sofreram com o desmoronamento. Outras enchentes de grandes repercussões ocorreram em 1983 e 1984, quando com o rio atingiu o patamar de 15 metros, inundando 70% da área urbanizada de Blumenau.

No mapa 1, produzido pelo engenheiro Abel Diniz Mascarenhas e publicado em 1939, no Boletim do Ministério da Agricultura juntamente com um artigo sobre as inundações do período de 1851 a 1935, é possível identificar as áreas atingidas pelas enchentes de 1911, 1927 e 1935, sendo que a mancha mais extensa corresponde à grande enchente de 1911. (Mascarenhas, 1939, [s/p]).

Observando o mapa é possível constatar que se o governo tivesse retirado a população das áreas de inundação (medida mais simples a ser tomada) após a enchente de 1911, os prejuízos seriam mínimos nas enchentes das décadas seguintes, visto que foram de menor intensidade. Além disso, retrocedendo um pouco mais, percebe-se que, como foi demonstrado no gráfico anterior, a enchente de 1852 levou o rio Itajaí-Açu a uma altura de 16 metros acima de seu nível normal. Esse nível voltou a se repetir poucas vezes na história, o que demonstra que essa primeira enchente não serviu de parâmetro para os colonos, que mesmo cientes da possibilidade de o rio atingir níveis elevados, optaram por ocupar justo essa parcela de terra que poderia ser inundada a qualquer momento.

Como observado anteriormente, a enchente de 1983, na qual o rio alcançou o nível de 15 metros, ocasionou a inundação de um espaço expressivo no centro urbano de Blumenau, o que comprova que a ocupação da cidade foi sendo direcionada para as margens inundáveis do rio. Isso se deve ao crescente aumento populacional, a urbanização, que promoveu uma aglomeração mais próxima ao centro da cidade que, como já foi exposto, localiza-se no ponto em que ocorrem frequentes cheias. Além disso, a geografia do vale não favorece a ocupação das regiões mais afastadas do rio, devido a seu relevo montanhoso, sendo que a ocupação desses locais (como vem acontecendo desde meados do século XX) agrava o pós-impacto, uma vez que os deslizamentos são frequentes, assim como os óbitos. Apenas com o Plano Diretor de Blumenau de 1989 é que passa a ser proibida a edificação ou aterros abaixo da cota de 10 metros (Siebert, 2009, p. 46).

Mapa 1: Planta das áreas de inundação em Blumenau.
Fonte: MASCARENHAS, Abel Diniz. Departamento Nacional da Produção Mineral. Divisão de Aguas. **Frequência das Inundações no Itajaí-assú, 1939**. Escala 1: 20.000. Disponível no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau.



Ações mais efetivas do governo passam a acontecer somente a partir da segunda metade do século XX. Já em 1957 (ano em que ocorreram quatro enchentes seguidas), a recém-criada Defesa Civil tem uma atuação no socorro aos atingidos no estado. Houve ainda a colaboração reconhecida do serviço de pluviometria da Empresa Força e Luz, além das ricas informações fornecidas pela Rádio Clube de Blumenau. Após a enchente, os radialistas do vale do Itajaí iniciaram uma pressão ao poder público com o intuito de cobrar atitudes definitivas para prevenção dos desastres. A pressão obteve êxito e em outubro de 1957, o presidente da República baixou o Decreto nº 42.423, nomeando um Grupo de Trabalho que deveria estabelecer por meio de estudos as medidas que deveriam ser tomadas para minimizar a ocorrência dos desastres. Após uma série de discussões e o aumento da pressão popular, finalmente, em 1964, teve início a construção da primeira barragem do rio Itajaí-Açu, que foi concluída em Taió em 1973, seguida pela barragem de Ituporanga, em 1976, e José Boiteux, em 1992. (Frank; Maior, 1995, [s/p]).

Apesar da construção de barragens, esse período foi marcado por três grandes desastres. O primeiro ocorrido em 1983, seguido de uma nova enchente em 1984. A enchente de 1983, uma das mais longas da história, teve entre o período de 06 de julho e 02 de agosto seis inundações, fazendo com que alguns pontos da cidade se mantivessem com alagamentos durante praticamente um mês (Frotscher, 1997, p. 63).

Frotscher (1997, p. 64) aponta que essa enchente provocou um colapso nas obras públicas e na rotina econômica e social da cidade.

Houve aumento do índice de desemprego, diminuição do poder aquisitivo da população, com reflexo na arrecadação do município. Muitos dados referentes a prejuízos não foram computados por não serem passíveis de levantamento. Além do bloqueio no processo de instalação e expansão de empresas, muitas pediram falência ou deixaram a cidade. Quase 1.500 microempresas possuidoras de 1 a 50 empregados estavam prestes a ruir. 70% do parque industrial se paralisou. Cerca de 90% do comércio citadino tiveram seus estabelecimentos alagados, em virtude do centro comercial da cidade estar localizado exatamente em área facilmente sujeita a inundações [...]. Interromperam-se também todos os serviços relacionados ao fornecimento de água, energia elétrica, telefonia e serviços de transporte coletivo. (Frotscher, 1997, p. 64).

A crise econômica que já vinha assolando o Brasil na década de 1980, a “década perdida”, trouxe para Santa Catarina um agravante com as enchentes. A redução dos investimentos nas indústrias tradicionais, como a têxtil, já havia ocasionado um desgaste da economia de Blumenau no cenário estadual, visto que a indústria têxtil respondia por 60% da arrecadação fiscal do município. Porém, com as enchentes o panorama da crise aumentou (Frotscher, 1997, p.65).

O jornal *O Estado*, de 02 de agosto de 1983, ressalta os problemas psicológicos criados com o trauma gerado a partir da enchente. “O blumenauense voltou a conviver com a

enchente no primeiro dia de agosto e não tem previsão de quando esta situação terminará. Algumas pessoas já apresentaram sinais de traumas, enquanto cresce o número de compras de calmantes” (*O Estado*, 1983,²³ p.5). Além de todos os problemas citados acima, o jornal ainda aponta o racionamento de gasolina, implementado pelo governo municipal, em virtude da destruição do atracadouro da Shell, o que inviabilizaria o fornecimento de petróleo.

Após um século e meio de ocupação, o maior desastre ambiental relacionado às enchentes em Santa Catarina ainda estava por acontecer. Na noite do dia 22 de novembro de 2008, após um extenso período de chuvas constantes, que resultou na saturação do solo, o vale do Itajaí foi assolado pela maior tragédia ambiental de sua história (Mattedi, 2009, p.16.). Este desastre se tornou emblemático para exemplificar o papel do crescimento urbano desordenado na deflagração de grandes enchentes.

Nas últimas décadas, Blumenau vivenciou uma verticalização das construções nessas regiões inundáveis. Os novos empreendimentos visam à construção de garagens e salões de festas nos primeiros andares, desta forma, a moradia da classe média não sofreria com os efeitos imediatos das enchentes. Enquanto isso, as classes mais baixas, impossibilitadas de adquirir esses imóveis devido à especulação imobiliária, passam a habitar as encostas dos morros para fugir das enchentes. Desde os anos 1970, a ocupação irregular acompanhou o crescimento demográfico da cidade (Siebert, 2009, p.46).

O que se viu em 2008 foi a convergência de elementos que foram fatais para o vale do Itajaí. O crescimento desordenado e o elevadíssimo volume de chuvas em um curto espaço de tempo (Blumenau registrou em cinco dias mais de 600 mm de chuva) foram cruciais para desencadear um desastre de números assustadores. Além dos 135 óbitos já citados anteriormente, o desastre deixou quase 80 mil pessoas desabrigadas em todo o vale, além disso, 103 mil pessoas em Blumenau foram afetadas de alguma forma (Mattedi, 2009, p.14.).

As medidas tomadas pelo governo após o desastre foram de caráter emergencial. O governo federal injetou verba para os cuidados mais emergências, tais como a reconstrução do porto de Itajaí, prevenção de epidemias, socorro aos desabrigados, reconstrução de rodovias, entre outros (Schiochet, 2009, p. 151). No entanto, assim como ocorreu com as enchentes anteriores, poucas foram as ações apresentadas e executadas que visassem impedir a ocorrência de um novo desastre que, por ventura, veio a ocorrer em 2011.

Assim, finalizamos esse artigo com uma declaração emblemática que o jornalista José Ferreira da Silva proferiu em 1975 a respeito das soluções para o caso das enchentes em Blumenau, mas que permanece tão atual:

Estudam-se medidas, realizam-se reuniões, expedem-se telegramas, votam-se créditos e quando tudo parece encaminhado, surgem, inesperadamente, os obstáculos e as dificuldades, emperra-se a máquina administrativa e as coisas voltam melancolicamente, ao anterior marasmo, no meio do desânimo e da descrença do povo. (Silva, 1975, 39).

Notas

¹ Leia-se que o desenvolvimento aqui não está relacionado a uma visão consciente e ambiental de desenvolvimento, mas sim a ideia de progresso, urbanização.

Referências Bibliográficas

AUMOND, Juarês José, *et al.* Condições naturais que tornam o vale do Itajaí sujeito a desastres. In: BEATE, Franke; SEVEGNANI, Lucia.(org) *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

Blumenauer Zeitung, 14 de outubro de 1911. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Carta de dr. Blumenau dirigida ao Imperador D. Pedro II, em 30/04/1856. In: *Revista do Instituto Histórico de Petrópolis*, Rio de Janeiro, vol. I, ano 1950.

Correspondência Família Muller. *Cartas de Fritz Muller e Charles Darwin*, dia 21 de junho de 1881. Carta número 690.

FRANK, Beate; SOUTO MAIOR FILHO, Joel. *Uma Abordagem para o gerenciamento ambiental da bacia hidrográfica do Rio Itajaí com ênfase no problema das enchentes*. 1995. 326f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/teses/beate/capit_2/cp2_bea.htm> (acesso em 02 de janeiro de 2012).

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo do modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: editora da FURB, 1987.

Jornal *O Dia*, 11 de outubro de 1911. A inundação de 1880 – Extraído da fala do Presidente dr. João Rodrigues Chaves. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal *O Dia*, 12 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal *O Dia*, 14 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

MASCARENHAS, Abel Diniz. Departamento Nacional da Produção Mineral. Divisão de Aguas. *Frequência das Inundações no Itajaí-assú*, 1939, Escala 1: 20.000.

MATTEDI, Marcos Antônio, *et. al.* O desastre se tornou rotina... In: BEATE, Franke; SEVEGNANI, Lucia. (org) *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

MATTEDI, Marcos Antônio. A formação de políticas públicas em Blumenau: o caso do problema das enchentes. In: Ivo Marcos Theis, Fabrício Ricardo de Limas Tomio. (Org.). *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: Edifurb, 2000, v.1, p. 199.

ODEBRECHT, Adolf. *O problema das enchentes – estudos preliminares sobre o desvio da ameaça das enchentes no município de Blumenau*. Blumenau, 1930.

SCHIOCHET, Valmor. A ação governamental frente aos desastres. In: BEATE, Franke; SEVEGNANI, Lucia. (org) *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau. Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

SIEBERT, Claudia Siebert. A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850 – 1938). In: THEIS, Ivo Marcos, *et.al. Nosso passado (In)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Ed. Da FURB: Ed. Cultura em Movimento, 2000.

SIEBERT, Cláudia. (Des) controle urbano no Vale do Itajaí. In: BEATE, Franke; SEVEGNANI, Lucia.(org) *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*, Blumenau. Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

SILVA, José Bento Rosa. *Enchentes de 1880 e 1911 – Inundações e temporais em Itajaí: passado/presente*. In: *Blumenau em Cadernos*, tomo 50, nº 5, set/out de 2009

SILVA, José Ferreira da. *As enchentes no Vale do Itajaí*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975.

Recebido em 05/06/2014



Dossiê
Cemitérios do Rio Antigo

Cemitério - Augusto Malta - sem data
Rua Real Grandeza-Botafogo-Rio de Janeiro
Trecho da rua Real Grandeza, Botafogo, vendo-se edificações, automóveis, postes da rede elétrica, e a direita, o cemitério de São João Batista. Ao fundo, morro Dona Marta.PDF/AM/NV-2036

Apresentação

O conjunto de artigos deste dossiê analisa os lugares de sepultamento na cidade do Rio de Janeiro de outrora, demonstrando ao leitor a historicidade das práticas de sepultamento e dos cemitérios do Rio antigo. Alguns desses lugares não mais existem; outros se encontram diferentes do que eram no passado; e um, de modo particular, reapareceu após mais de um século tendo sido conhecido apenas pelos relatos das memórias da cidade.

Os dois primeiros artigos nos mostram porque e como o terreno das antigas igrejas católicas era permeado de sepulturas, até 1851, numa época em que havia grande familiaridade entre a população e seus mortos, que eram pisados e cheirados cotidianamente. Em *A morte hierarquizada*: os espaços dos mortos no Rio de Janeiro Colonial (1720-1808), Milra Nascimento Bravo analisa de que forma os lugares de sepultura espelhavam as hierarquias sociais da época em que o mais desejado era uma cova dentro dos templos, sendo os cemitérios destinados aos desprivilegiados. Direcionando um olhar para os enterros de anjinhos, o artigo de Luiz Lima Vailati, “*A última morada da infância*”: representações e transformações dos lugares de sepultamento infantis nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, investiga as diferentes práticas e representações ligadas à morte infantil, entre as primeiras décadas do século XIX e as do XX, evidenciando não só a regulamentação católica sobre o enterro de crianças, mas também as formas pelas quais as regras eram (ou não) cumpridas.

Na época em que as igrejas eram os “cemitérios” da cidade, dois espaços se destacavam como destino dos cadáveres de segmentos diferenciados naquela sociedade. Um é o Cemitério dos Pretos Novos, destinado aos escravos recém-chegados do tráfico atlântico – e ainda não inseridos socialmente – que morriam nas embarcações aportadas ou no mercado de escravos, tendo sido estudado por Júlio César Medeiros da Silva Pereira em *As duas evidências*: as implicações acerca da redescoberta do Cemitério dos Pretos Novos. Soterrado por mais de um século de esquecimento desde que deixou de funcionar em 1830, foi recentemente (re)descoberto e escavado, possibilitando desvendarmos como morreram os africanos nele inumados. Diferentemente da realidade deste cemitério,

descrita negativamente por vários relatos, o segundo espaço analisado é o Cemitério dos Ingleses, que encantou os que o visitaram, comparativamente ao cemitério anterior, e objeto de estudo de Henrique Sérgio de Araújo Batista, no artigo *Cemitério dos Ingleses – o céu por testemunha*. Inaugurado, em 1811, destinava-se aos que adotavam religião diferente do catolicismo oficial, possibilitando novas formas de sepultamento na cidade. Ainda hoje pode ser visitado, mas num cenário completamente diferente do edílico retratado outrora, quando era erguido numa colina que morria na praia da Gamboa.

O último bloco de artigos nos apresenta a transformação das práticas de sepultamento no Rio de Janeiro, a partir de 1850, quando foram proibidos os enterros nas igrejas e criados os cemitérios públicos extramuros da cidade. Em *A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851)*, Cláudia Rodrigues analisa o longo processo de criação dos cemitérios de São Francisco Xavier, no Caju, e de São João Batista, em Botafogo, em 1851/2, ancorado nas ideias higienistas presentes na cidade desde fins do século XVIII. Concepções que foram progressivamente difundidas, mas lentamente eficazes no sentido de fazer as propostas de transferência dos sepultamentos das igrejas saírem do papel até o surgimento do grande surto de febre amarela do verão de 1849/50. Concebidos e inaugurados ainda como espaços sagrados, segundo a autora, os primeiros cemitérios públicos da cidade existem até hoje, superlotados e abrigando um patrimônio cultural, cuja riqueza artística e histórica precisa ser preservada de roubos, destruição e descaracterização dos túmulos antigos. Iniciando com um panorama dos diferentes cemitérios da cidade criados na década de 1850, Antonio Motta nos fornece um quadro destas necrópoles, no artigo *No território da morte: cenários, pompas e urbanidade nos cemitérios do Rio*. Sua análise nos apresenta inúmeros relatos de como, no final do século XIX, estes espaços começaram a concentrar um novo culto aos mortos, para além das visitas nas datas especiais das famílias, que gradativamente concentraria a sua visitação no dia de finados. Tais cemitérios reuniam uma nova configuração espacial e arquitetônica das sepulturas da cidade, sendo alvo de rico investimento na colocação de estátuas, bustos, fotografias, inscrições lapidárias e uma série de signos sobre os túmulos, como afirma o autor, numa prática que ensejava novos hábitos e costumes funerários. Uma destas era a construção de mausoléus não apenas de famílias, mas de associações sócio-profissionais. Em *Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial - Cemitério São João Batista (1928)*, Adriane Piovezan e Clarissa Grassi encerram este dossiê estudando a criação de um destes espaços, em 1928, destinado a abrigar os cadáveres dos brasileiros mortos na I Guerra Mundial. Erguido no Cemitério São João Batista, o mausoléu possui elementos visuais novos, carregados da nova simbologia funerária que passou a retratar as relações entre morte, nação, forças armadas e cidadania no período republicano.

O conjunto de textos pode ser lido como um aprofundamento do conhecimento sobre as transformações dos lugares dos mortos nos últimos séculos de nossa história e

um motivador para conhecermos e valorizarmos mais as necrópoles da cidade do Rio de Janeiro. Pode também ser lido como mais uma demonstração de um novo patamar de maturidade atingido pelos estudos sobre a morte e os mortos no Brasil.

Claudia Rodrigues, Marcelina Almeida e Renato Cymbalista

Recebido em 27/06/2014

Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial – Cemitério São João Batista (1928)

War and death: the mausoleum of the Brazilian dead in the First World War – São João Batista Cemetery (1928)

Adriane Piovezan

Historiadora, mestre em Letras (UFPR), doutoranda em História (UFPR),
membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
drika@matrix.com.br

Clarissa Grassi

Relações Públicas, mestranda em Sociologia (UFPR), membro
da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
clarissa.grassi@gmail.com

RESUMO: A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um conflito marcante na história da humanidade em diversos sentidos. Na relação com as atitudes diante da morte, este episódio também enfatizou uma nova etapa no que se refere aos monumentos e mausoléus fúnebres. Em 1928, no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro, foi construído um mausoléu para abrigar os brasileiros pertencentes à Divisão Naval em Operações de Guerra, mortos durante o conflito. A autoria do monumento é do escultor Hildegardo Leão Velloso (1899-1966). O artigo tem como objetivo analisar este túmulo, sua concepção e os elementos que o compõem, além de abordar a relação passada e presente da população em relação à realização de homenagens, sugerindo uma reflexão sobre as atitudes diante da morte.

Palavras-chave: morte; mausoléus militares; Primeira Guerra Mundial

ABSTRACT: *The First World War (1914-1918) was a striking conflict in the history of humanity in several senses. Regarding its relation to attitudes towards death, this episode also emphasised a new stage with the construction of funereal monuments and mausoleums to host the Brazilians of the Naval Division of War Operations killed during the conflict. The monument was authored by sculptor Hildegardo Leão Velloso (1899-1966). This article aims to analyse this tomb, its conception and the elements of which it is composed, and to deal with the population's past and present relationship with homage, thus suggesting a reflection on attitudes towards death.*

Keywords: *death; military mausoleums; First World War*

Construído em 1928, no Cemitério São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro, o Mausoléu aos Mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), tem autoria do escultor Hildegardo Leão Velloso (1899-1966) e guarda os restos mortais dos 156 brasileiros pertencentes à divisão mortos durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A reflexão sobre este espaço de memória se defronta com dois aspectos interessantes que aqui serão trabalhados. O primeiro se refere ao fato de que a participação brasileira neste conflito é usualmente ignorada, ou apenas brevemente comentada pela historiografia. O segundo aspecto se refere à obra em si, como se deu a construção do jazigo, seu discurso visual e o processo de transladação dos brasileiros mortos naquele conflito. A partir de tais considerações podemos perceber aspectos das atitudes diante da morte da sociedade brasileira naquele período.

Iniciado na Europa em 1914 e estendido até 1918, o conflito marcou profundamente a relação das sociedades ocidentais com a noção de guerra. Ainda que tradicionalmente os conflitos armados fossem constantes em diversos períodos da história, neste, que recebeu a denominação de mundial, a situação foi diferente. Foi uma guerra que teve características marcantes, como a utilização concomitante de elementos antigos e tradicionais de outros conflitos armados, com modernidades tecnológicas que definiram novos padrões de morte ao inimigo, como a introdução do uso de tanques de guerra.

A Primeira Guerra Mundial representou a consolidação de uma estratégia de eficiência na violência da guerra, de mortes provocadas deliberadamente por armas, projetadas e equipadas somente para este intuito. Outros conflitos, como a Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865), que até hoje contabiliza o maior número de americanos mortos em uma conflagração, tiveram outras causas além das armas como fatores de mortandade. Doenças variadas matavam mais do que as armas, mas com a Primeira Guerra Mundial tal panorama foi modificado.

As criações de máquinas de matar, produzidas em grande escala e constantemente aperfeiçoadas provocaram uma nova relação com a morte. Diversos artistas entre pintores, escritores e poetas, retrataram a experiência de conviver entre os mortos, mesmo durante o tempo em que estavam combatendo. São clássicas as imagens de Otto Dix, cujas montanhas de mortos serviam de escada para soldados que usavam máscaras antigas. Outro exemplo são as descrições do campo de batalha de Verdun, que vitimou mais de 700.000 homens, em que os constantes bombardeios enterravam e desenterravam os mortos, enquanto soldados, ainda nas trincheiras, podiam observar o mórbido espetáculo e, com certeza, sentir o medo da possibilidade de serem os próximos cadáveres.

A rapidez dos tiros de canhão, metralhadoras, submarinos, os efeitos do gás, enfim, inúmeras armas que dizimavam muitos em pouco tempo, eram uma inovação em relação aos conflitos anteriores, nos quais os ferimentos provocados por armas, doenças e fome, levavam igualmente à morte, mas de uma maneira mais lenta.

Envolvendo diversas nações, entre agosto de 1914 e novembro de 1918, a Primeira Guerra Mundial também foi conhecida como “A Grande Guerra” até a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939. O conflito ocorreu entre a Tríplice Entente (liderada pelo Império Britânico, Russo e República Francesa) e a Tríplice Aliança (liderada pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano). Durante a conflagração do conflito, a Tríplice Entente recebeu o reforço dos Estados Unidos, cuja entrada se deu em 1917, após a saída do Império Russo. A guerra causou o colapso das potências imperialistas e mudou de forma radical o mapa geopolítico da Europa e do Médio Oriente. Estima-se que cerca de 10 milhões de pessoas tenham sido vitimadas durante o confronto.

Em um primeiro momento, o Brasil mostrou-se neutro no conflito. Os interesses econômicos e a sua não inserção em assuntos imperialistas fazia com que a participação do país fosse considerada imprópria. Esta situação mudou quase no final da Guerra. Ainda que a fragilidade do país enquanto potência militar fosse evidente, além das próprias carências econômicas numa situação em que já predominava uma crise, o afundamento de três navios da marinha mercante brasileira, aliado a fatores diplomáticos, provocaram, em outubro de 1917, a declaração de Guerra à Tríplice Aliança.

A Marinha Brasileira entrou na Primeira Guerra Mundial através do envio, em 1918, da recém-criada Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), cuja oficialização se deu pelo Aviso Ministerial nº. 501, de 30 de janeiro de 1918, sob o comando do Almirante Pedro Max Fernando de Frontin. O envio de uma divisão naval tinha o intuito de colaborar no patrulhamento da costa ocidental africana. Também houve participação com o envio de um grupo de aviadores para treinamento na Inglaterra, uma comissão para observação das operações de guerra e avaliação de material bélico na Europa, além de uma missão médica em assistência à população francesa (Maia, 1961, p.93).

A Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) era formada por dois cruzadores leves (Rio Grande do Sul e Bahia), quatro contratorpedeiros (Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba e Santa Catharina), o navio-tênder Belmonte e o rebocador Laurindo Pitta, para apoio e abastecimento. O efetivo, de 1.502 homens, assim se subdividia: 75 oficiais de armada, 4 médicos, 50 oficiais de máquinas, 5 oficiais comissários (intendentes), um farmacêutico, um dentista, um capelão, um submaquinista, 41 suboficiais, 43 mecânicos, 4 auxiliares de fiel, 702 marinheiros, 481 fogueiros, 89 taifeiros, um padeiro e três barbeiros (Maia, 1961, p.94).

A missão teve início em maio de 1918, saindo a esquadra do porto do Rio de Janeiro, deixando o território brasileiro em 1º de agosto, de Fernando de Noronha em direção a *Freetown*, em Serra Leoa, África. Em 25 de agosto, quando rumavam para Dakar, escaparam por pouco do ataque de um submarino alemão. A missão, cuja função era patrulhar o circuito entre São Vicente, Dakar e o Estreito de Gibraltar, partiu para a capital do Senegal, mas a ação foi prejudicada por problemas de ordem mecânica nas embarcações e principalmente pela epidemia de gripe espanhola que começava a se espalhar pelo mundo (Maia, 1961, p.94).

Em função do atraso e de problemas relacionados à falta de treinamento e de planejamento estratégico em conjunto com as nações aliadas, quando a frota finalmente conseguiu sair de Dakar em direção a Gibraltar, a guerra já havia terminado. Os marinheiros brasileiros, assim como combatentes de outros exércitos, como os norte-americanos, foram mortos pela epidemia de gripe espanhola, agravada também por casos de malária e febre amarela.

Ainda que seja um episódio ignorado ou tratado com ironia pela historiografia tradicional (Burns, 1985, p.399) a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial sofreu percalços e desastres, características compartilhadas com outras nações, como Portugal, que perdeu dez mil homens em uma campanha catastrófica e traumatizante para o país. Diversos problemas foram enfrentados para formar este esforço de guerra. Falta de mão de obra qualificada, despreparo na organização, treinamento dos soldados, problemas na manutenção dos navios etc.

A epidemia de gripe espanhola e o destino de suas vítimas

São muitas as teorias de como a epidemia de gripe espanhola teria surgido e atingido proporções imensas, em 1918 e 1919. Segundo Liane Bertucci, a gripe teria surgido em campos de treinamento militar nos Estados Unidos e se espalhado em consequência do movimento de tropas (Bertucci, 2003). O fato é que tal epidemia se alastrou por todo o planeta, com exceção de ilhas da Oceania, totalmente isoladas. O Brasil também foi duramente atingido pela epidemia, que dizimou em torno de 20 milhões de pessoas ao redor de todo o mundo.

Com a divisão da Marinha brasileira a tragédia não foi diferente. No dia 06 de setembro de 1918, aportados em Dakar, surgiram os primeiros sintomas da “gripe espanhola”. Dos navios atingidos pela doença, o mais afetado foi o cruzador-auxiliar Belmonte que, entre seus 364 tripulantes, contaram-se 154 doentes. Em poucos dias, a gripe vitimou 156 dentre os 1.502 membros da tripulação da DNOG. Segundo o historiador Francisco Eduardo Alves Almeida, “os corpos eram colocados em caixões e entregues às lanchas francesas (guarnecidas por senegaleses), que os levavam para serem enterrados na cidade” (Almeida, 2008). Inicialmente seus corpos foram enterrados em um cemitério localizado em Bel Air, Dakar, conforme ilustra a Figura 1, veiculada pela Revista *Fon-Fon* em julho de 1919.

O primeiro registro da intenção de retorno dos despojos dos integrantes da DNOG acontece com a publicação do Decreto nº 4.692, de 23 de Fevereiro de 1923, no qual o presidente Arthur Bernardes “[...] mandar trasladar para esta Capital os restos mortais dos militares pertencentes à Divisão Naval em Operações de Guerra sepultados em Dakar” (*Diário Oficial da União*. 23/02/1923, p. 6037). Mas, o processo de traslado destes corpos para solo brasileiro só foi iniciado anos mais tarde. Segundo o Jornal *A Noite*, a primeira tentativa de exumação teria ocorrido em 1927, mas foi adiada em função do período de grandes chuvas em Dakar, o que impossibilitaria a exumação (*A Noite*, 7 de maio de 1927, p.3).



Figura 1. Vista do Cemitério de Bel Air em Dakar. Imagem publicada na edição nº 27 da Revista *Fon-Fon* em 05 de julho de 1919.

Um novo decreto, de número 18.372 de 28 de agosto de 1928, assinado pelo presidente Washington Luís, abriu um crédito de duzentos contos de réis para atender as despesas com os traslados dos corpos e “para erigir, em um dos cemitérios desta cidade, um mausoléu para abrigar o ossuário, já adquirido por iniciativa particular, com o fim de guardar aqueles despojos” (*Diário Oficial da União*, 28/08/1928, p.19962). O traslado dos corpos foi realizado em três etapas: 1928 (com a vinda dos corpos de 50 marinheiros), 1929 (com 101 corpos) e 1931 (com a chegada das últimas 5 vítimas) (Maia, 1961, p.96).

A conjuntura econômica e política do final dos anos 1920 refletia a crise geral da chamada “política do café com leite”, marcada pela alternância de presidentes da República oriundos de São Paulo ou de Minas Gerais. Além disso, diversas revoltas militares tinham ocorrido ao longo dos anos 1920. Entre elas, a Revolta Tenentista de 1922 e a Revolta de 1924, também dos tenentes. O governo de Washington Luís, iniciado em 1926, procurou conciliar todas estas questões e acabou dando liberdade aos militares e civis presos nesses eventos.

A decisão pela construção do mausoléu aos mortos da DNOG nesse período e os traslados dos corpos podem ser entendidos dentro desse contexto de tentativa de conciliar opositores nas Forças Armadas, pretendendo agradar a Marinha com tal homenagem. Embora com todas essas tentativas, o evento da transladação não foi suficiente para contribuir para o seu governo, bastante abalado pela crise que culminaria com a Revolução de 1930. Somando a

essa questão, o traslado foi fracionado, o que retirou a grandiosidade da homenagem que se esperava do evento, já bem esquecido.

A construção do Mausoléu aos Mortos da DNOG

O projeto da construção e das esculturas que adornam o mausoléu da DNOG, erguido em 1928, foram executados pelo escultor brasileiro e discípulo de Rodolfo Bernadelli (1852-1966), Hildegardo Leão Velloso. Nascido em 1899, na cidade Palmeiras, Estado de São Paulo, Velloso executou pelo menos outras sete obras ligadas a homenagens cívico-celebrativas, como a estátua equestre do General Osório (1929) na Praça da Alfândega em Porto Alegre, o monumento dedicado ao Senador Pinheiro Machado (1931) na Praça Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro, e o monumento dedicado ao presidente Vargas (1957) em Volta Redonda. (Amaral, 1998, p.259)

Em 1925, três anos antes da construção do mausoléu, executou com o escultor francês Jean Magrou, as esculturas jacentes em mármore de Carrara que adornam os túmulos de Dom Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina na Catedral de Petrópolis, Rio de Janeiro. Outro destaque é a estátua do almirante marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil, inaugurada em 1937, na praia de Botafogo, Rio de Janeiro. Inserido na tradição dos memoriais de guerra, em que a ideia principal é exprimir o dever dos homens, o mausoléu da DNOG possui linhas sóbrias, com traçado protomoderno. Construído em alvenaria, recoberto por placas de granito, possui acima do arco de entrada os dizeres em relevo: “*Aos mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra a Pátria agradecida*”, conforme ilustra a Figura 2. Em suas laterais, conjuntos estatuários forjados em bronze trazem, em ambos os lados da construção, a imagem de dois homens desnudos, alternando somente a perspectiva de visão do conjunto escultórico. (Amaral, 1998, p. 255)

A alegoria masculina traz na mão direita uma coroa de louros, enquanto com a mão esquerda ampara a outra figura masculina, segurando-a pela mão. Ambas têm o olhar voltado para baixo, numa postura que denota respeito aqueles ali sepultados, conforme pode ser visto na Figura 3. A coroa de louros é um item utilizado com frequência na arte tumular, que segundo Chevalier e Gheerbrant (1982) simboliza uma dignidade, um poder, uma realeza, o acesso a um nível e a forças superiores. Na Grécia e em Roma, a coroa era um signo de consagração aos deuses. Conforme a planta utilizada em sua confecção remetia a um deus, sendo no caso do louro a consagração ao deus Apolo. Ainda segundo os autores, os mortos são ornados com uma coroa, como os vivos nas grandes circunstâncias da vida, para atrair a proteção divina. Em “A República”, Platão diz que é a Apolo que cabe ditar as leis fundamentais da República, inclusive no que diz respeito ao culto aos mortos.

Chama atenção o fato de essas esculturas encontrarem-se praticamente nuas, com apenas um pedaço de tecido cobrindo o sexo. Richard Sennett pontua que, para o antigo habitante de Atenas, o ato de exibir-se nu confirmava a sua dignidade de cidadão.

Figura 2. Fachada do mausoléu da DNOG com destaque para a inscrição em relevo “Aos mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra a Pátria agradecida” (Acervo pessoal)





Figura 3. Detalhe das alegorias laterais, mãos dadas e olhares baixos em respeito aos mortos (Acervo pessoal)

“A democracia ateniense dava à liberdade de pensamento a mesma ênfase atribuída à nudez” (Sennett, 2006, p. 30). Desnudar-se coletivamente era um tipo de compromisso másculo, reforçava os laços de cidadania. O corpo nu mostrava civilidade e distinguia o forte do vulnerável sendo somente ao macho permitido desnudar-se. O ginásio ateniense ensinava que o corpo parte de uma coletividade maior, a *polis*, e que pertencia à cidade. O desnudamento coletivo a que se impunham reforçava os laços de cidadania.

É essa virilidade que podemos constatar nessas alegorias, o homem forte que protege o oprimido, responsável por “proteger nossas águas”, lema da Marinha do Brasil. A mesma figura que em uma das mãos traz a homenagem àqueles que deram sua vida em combate, com sua outra mão resguarda e consola seu par. As poses das alegorias remetem à solidariedade, à identidade de grupo, ao caráter de compartilhamento de ações, no caso, o sacrifício da morte para com a pátria. À memória de homens que morreram num mesmo momento, lutando pelos mesmos ideais. O fato de as alegorias serem idênticas, em ambos os lados da construção reitera a noção de igualdade, conjunto ladeado por pares, representantes de uma coletividade que deu a vida pela segurança de seu país.

Esse espírito de coletividade também fica evidente na parte interior do mausoléu, conforme pode ser visto na Figura 4. Ao contrário de túmulos que registram os nomes dos ali inumados, no caso deste mausoléu impera o anonimato, ou melhor, o anonimato em nome da coletividade. Em vez de nominar cada um dos 156 oficiais ali sepultados, somente as embarcações à que pertenciam foram transcritas nas paredes internas do mausoléu. Do lado direito estão elencados o C.T. Parahyba, C.T. Santa Catharina, Td. Belmonte, Av. Laurindo Pitta e a Missão Médica. Do lado esquerdo constam o Cr. Rio Grande do Sul, Cr. Bahia, C.T. Piauí e o C.T. Rio Grande do Norte.

Em *História da Guerra do Peloponeso*, o general de Atenas, Tucídides, cita a Oração do Funeral proferida por Péricles em honra aos mortos nas primeiras batalhas. Segundo o historiador Nicole Loraux, tal oração procurou transformar o luto dos pais em orgulho. Péricles enaltece as glórias da cidade ao prestar homenagem aos que tombaram em combate. Esse não deixa de ser o discurso implícito na frase escrita na parede dos fundos do mausoléu, logo acima de um vitral com o sol poente em alto mar, destino daqueles que se foram diz “*Elles defenderam o Brazil empenhado na conflagração em que se debatia o mundo e tombaram no caminho do dever e da honra - 1918*”.

No arco de entrada da construção é possível visualizar suportes que provavelmente serviam à sustentação de correntes ou cordas que delimitavam a entrada no mausoléu, como um tipo de cordão de isolamento para uma área nobre, em cuja entrada demanda-se reflexão e respeito. No centro da construção uma lápide em granito negro serve de suporte a uma cruz do mesmo material, em cujo centro está a Medalha Cruz de Campanha (1914-1918). Cunhada pela Casa da Moeda, a Cruz de Campanha, assim como outras medalhas militares, teve como objetivo comemorar e reconhecer os relevantes serviços prestados pelos

participantes do confronto. Em seu anverso encontra-se a representação da constelação Cruzeiro do Sul, imagem que remete ao Brasão de Armas do Brasil, um dos quatro símbolos oficiais da República Federativa do Brasil. Em seu entorno é possível ler a inscrição “*Pela Justiça e Pela Civilização*”.

Ao lado da lápide encontra-se a escultura de um marinheiro, em tamanho natural, forjada em bronze. Segurando o quepe na mão direita, o marinheiro fardado presta homenagem aos que se foram, com o olhar baixo, dirigido diretamente para a lápide. Essa atitude mantém um discurso de não esquecimento por parte daqueles que dividem a mesma função na defesa da pátria, de constante presença e vigilância. Existe uma grande semelhança entre as feições do marinheiro e das alegorias que ornamentam a parte externa do mausoléu.



Figura 4. Imagens com detalhes do interior do mausoléu. Ao lado esquerdo estão destacados os nomes das embarcações que participaram da operação de guerra. Ao lado direito, a escultura do marinheiro e a inscrição “Elles defenderam o Brazil empanhado na conflagração que se debatia o mundo e tombaram no caminho do dever e da honra”, 1918. (Acervo pessoal)

Como outros monumentos fúnebres coletivos, como por exemplo, o Monumento aos Caídos da Revolução de 1935, o Mausoléu do DNOG serviu para forçar uma identidade e unidade nas Forças Armadas Brasileiras. No sentido original, o termo monumento provém do latim *monumentum*, que deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), que traz a lembrança de algo. “Chamar-se-á como monumento tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (Choay, 2006, p. 18). Para Choay, é justamente a forma como atua sobre a memória que faz com que o monumento trabalhe e mobilize pela mediação da afetividade, de forma a lembrar o passado fazendo-o vibrar como presente. Sua relação com o tempo vivido e com a memória constitui sua essência (Choay, 2006).

O recebimento dos despojos: atitudes e visões diante da morte

Como este mausoléu se insere como um monumento ou memorial de guerra no Brasil? O rito fúnebre do traslado possuiu este caráter cívico? Para compreender esta questão devemos refletir sobre como a sociedade ocidental enfrentou a mortandade ocorrida na Primeira Guerra Mundial.

A construção de um mausoléu e o traslado dos corpos quase 10 anos depois das mortes refletem as atitudes diante da morte por parte dos brasileiros que combateram na Grande Guerra e como a rememoração dos mortos permite enfatizar a ligação entre o evento e a comunidade local pelo viés da humanização dos envolvidos. O traslado possuía o intuito de dar ao luto um significado preciso às perdas singulares, ultrapassando o sem sentido da morte e da participação brasileira no evento, ao garantir aos ‘heróis’ anônimos um lugar na história, como é próprio do culto cívico dos mortos que se constitui na modernidade (Catroga, 1990, p.173).

As cerimônias e homenagens da retirada das urnas funerárias do Cemitério de Dakar foram destacadas pelo Jornal *A Noite*, de 15 de maio de 1928. Com a manchete “A terra da pátria receberá amanhã os sagrados despojos da Divisão Frontin”, a reportagem detalha a presença de autoridades francesas e senegalesas na transladação dos brasileiros mortos enterrados naquele cemitério. Trazendo informações sobre quem faria a escolta do navio que traria as urnas, a matéria destaca ainda a homenagem que a União dos Ex-Combatentes Portugueses no cemitério de Dakar (*A Noite*, 15/05/1928, p. 2).

Segundo noticiava o jornal *O Paiz*, de 11 de maio, o efetivo oficial da Marinha destacado para os cortejos marítimo e terrestre seria de 1140 homens, entre oficiais, suboficiais, banda de música entre outros. Uma lancha seria especialmente destacada para que a imprensa acompanhasse o trecho marítimo do cortejo. Também nessa edição é possível ver o atrito gerado entre o Clube dos Bandeirantes e o ministro da Marinha, em função de diferentes propostas de programação para as homenagens (*O Paiz*, 11/05/1928, p.1).

A participação brasileira no conflito passa a ser celebrada com a presença física dos mortos e a construção do mausoléu. Os dez anos do fim da Guerra mereceram ampla cobertura do jornal *A Noite*, que destacou a cerimônia do campo do Botafogo F. C. onde uma placa em homenagem aos mortos brasileiros e europeus recebeu dezenas de coroas de flores.

No dia do cortejo fúnebre, segundo o mesmo jornal, o arcebispo D. Sebastião Leme informou que todos os sinos das igrejas do Rio de Janeiro dobrariam o *finados* em homenagem aos brasileiros mortos na Primeira Guerra Mundial. Mesmo assim, ao final da nota está destacado que seriam apenas três minutos de toque e que pessoas enfermas poderiam solicitar que fossem dispensadas as badaladas nas igrejas próximas às suas residências. (*A Noite*, 15/05/1928, p.2). Percebe-se aqui a relação da sociedade carioca com a morte neste contexto, mesmo sendo um evento que envolveria toda a cidade, a passagem dos mortos não poderia afetar o bem-estar dos vivos.

Na edição do dia seguinte, o jornal veiculou o nome de cada marinheiro morto e a embarcação a qual ele pertencia. Usando termos como “sagrados despojos”, a reportagem informava que os familiares “oraram” de joelhos diante das urnas funerárias ainda no navio que as transportava. Essa devoção aos mortos numa guerra tão distante no tempo e espaço pode ser explicada pela promoção de cada homem enquanto agente histórico que participou de um grande conflito. Ali todos eram importantes, não apenas os oficiais. (*A Noite*, 16/05/1928, p.15-16)

Além do cortejo marítimo, o jornal informa que o cortejo fúnebre comoveu a população da cidade, passando pelo então sofisticado bairro de Botafogo e que muitos não seguraram o pranto diante do evento. A revista *Fon-Fon*, de 26 de maio de 1928, também reservou quatro páginas de sua edição semanal para comentar o evento. A matéria destaca como a cidade realizou cerimônias fúnebres “com esplendor” (*Fon Fon*, 26/05/1928, p.39-41). Embora a mesma revista tenha publicado o retorno da Divisão em 1919, a comparação entre os dois eventos demonstra como os mortos receberam mais honrarias do que os vivos. Em 14 de junho de 1919, a foto do almirante Frontin estava na capa da revista. Fotos da missa campal realizada na Quinta da Boa Vista ilustravam o texto que narrava o retorno dos marinheiros. Duas fotos na página seguinte mostravam imagens do Cemitério de Dakar onde os mortos brasileiros haviam sido enterrados (*Fon Fon*, 14/06/1919, p.17).

As atitudes e representações diante da morte neste período sofreram diversas modificações. A rememoração dos mortos foi intensa. Antes da Primeira Guerra Mundial os mortos em guerra, quando celebrados, eram na maioria, generais, comandantes ou batalhas específicas representados em seus mausoléus e monumentos pelos feitos heroicos e individuais. Com a Primeira Guerra Mundial, estes memoriais ganham novo formato, de cunho coletivo, além de tornarem-se os mais numerosos monumentos públicos no ocidente. A partir desta guerra percebe-se a proliferação do coletivo elevado ao nível de protagonista do conflito. Os mortos, tanto civis como militares, são homenageados, rememorados, celebrados

e todos estes rituais fornecem uma ligação de solidariedade numa sociedade não tão religiosa como antes, em que a secularização predomina.

Ao representar e rememorar a morte, os memoriais de guerra a partir deste período, tendem a suavizar o conflito e a lembrança do sangue derramado e da dor da perda. Geralmente os termos usados nos epitáfios e inscrições referem-se aos soldados que “tombaram” e não “morreram”, aos homens que “se sacrificaram” e não “mataram” outros homens. Este vocabulário empregado prefere expressões como o de “vidas dadas” e não “tiradas” pelo dever com a pátria. A simbologia que predomina é a do dever e do sacrifício para com o coletivo, o indivíduo é antes de tudo marinheiro em missão pelo Brasil.

Mesmo mais de 90 anos após o término do conflito, restos mortais de 80 a 100 soldados mortos ainda podem ser encontrados, por ano, na Alemanha da Primeira Guerra Mundial. Em outros países, arqueólogos ainda hoje encontram valas comuns com centenas de corpos. Geralmente eles não conseguem ser identificados. Um exemplo disso é a cidade belga de Langemark, onde foram sepultados em 2007 os restos mortais de oito soldados alemães não identificados, mortos na Primeira Guerra Mundial. No cemitério militar da cidade jazem mais de 44.300 soldados, dos quais 25 mil permanecem desconhecidos. Conhecida como a “Catástrofe Inaugural do Século XX”, diversas regiões da Bélgica e da França possuem enormes cemitérios referentes ao conflito. E ainda hoje quando são encontrados restos mortais de combatentes, como no caso deste evento de 2007, a preocupação é de dar um funeral digno ao “desconhecido”.

Com o golpe militar de 1964, as Forças Armadas promovem uma valorização de todas as comemorações em que, de alguma forma, os militares estiveram envolvidos. Tais celebrações contribuiriam para confirmar a legitimidade da presença dos militares no poder. A partir deste momento, a institucionalização da celebração atinge um novo significado. As comemorações do 11 de novembro são associadas ao combate ao comunismo. O anacronismo de tal interpretação se explica pela tentativa de celebrar qualquer evento em que as Forças Armadas, neste caso, a Marinha, tivessem realizado algum feito heroico e combatido o bom combate.

No jornal *O Globo* dos anos de 1964, 1967 e 1972, este uso político do Mausoléu é referido nas matérias realizadas no dia do armistício. No dia 12 de novembro de 1964, com a manchete “A Marinha reverencia seus mortos da Primeira Guerra”, o jornal descreve todas as homenagens realizadas. A missa solene no Outeiro da Glória, o depósito de flores no busto do rei Alberto, na avenida Vieira Souto, a presença de ex-combatentes belgas, os sobreviventes brasileiros do DNOG e as homenagens no Mausoléu no Cemitério São João Batista (*O Globo*, 12 de novembro de 1964, p. 2). Em 1967, a manchete de *O Globo* sobre o evento enfatiza este aspecto “Homenagem aos Heróis da Marinha inspirou Advertência e Alerta”, em que o discurso do almirante brasileiro relembra o papel da Marinha no passado e no presente em sempre estar alerta aos perigos do inimigo que nunca descansa, no caso, o comunismo (*O Globo*, 12 de novembro de 1967, p. 5).

Em 1971, a questão do marinheiro enquanto indivíduo aparece na reportagem realizada pelo jornal *O Globo*, em 11 de novembro. Com a manchete “No dia do armistício, flores lembram os heróis da Marinha”, a história da senhora de 73 anos que levava todos os anos uma palma de flores ao marido morto durante a missão foi contada pelo jornal. Maria do Carmo casou-se aos 15 anos com o submaquinista Joaquim Pereira e dizia ter seu marido sido “seu único amor”. Mesmo sendo a atração principal nesta homenagem, a presença dos oficiais da Marinha no Mausoléu também é destacada na matéria, o que reforça a importância deste monumento no período (*O Globo*, 11 de novembro de 1971, p. 3).

Ao longo dos anos, as notas sobre a data são cada vez mais raras. D. Maria do Carmo ainda aparece em 1977, ajoelhada e com flores para o marido (*O Globo*, 11 de novembro de 1977, p. 2). A última notícia de celebração junto ao mausoléu data do ano de 1980, quando o Comando do 1º Distrito Naval comemora o armistício com uma celebração que também inclui a aposição de coroas de flores (*O Globo*, 11 de novembro de 1980, p.8). Hoje, a data consta do calendário oficial de festividades da Marinha e é citada na Ordem do Dia em cerimônias puramente internas.

Em outros mausoléus militares, como o já citado dos Caídos de 35, ocorreu a transferência da realização das cerimônias do cemitério para as praças e bustos dos envolvidos nos eventos comemorados. A motivação da substituição de tais cerimônias no cemitério para outros espaços públicos pode estar ligada à ideia de maior visibilidade para as mesmas, enquanto o cemitério passa a ser lembrado apenas no dia de finados. Pensando assim, quando os restos mortais dos combatentes da FEB durante a Segunda Guerra Mundial foram trasladados para o Brasil em 1960, o local escolhido para acolher as urnas funerárias foi o Aterro do Flamengo, numa posição privilegiada na cidade, e que levaria a presença maior do evento na memória da população.

O fato de este mausoléu ser desconhecido pela população em geral, denota a relação que possuímos com nossa memória histórica. Ainda que a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial seja recorrentemente transmitida em tom de ironia pelos livros de história (Silva, 1975, p.162) quando mencionada, os problemas que a missão teve não destoam dos de outras nações envolvidas no evento. O fato de tantos terem morrido de gripe espanhola acaba sendo transmitido como fiasco, no entanto, tal evento deve ser entendido como baixas de guerra. Só como comparação, 80% das mortes da frota americana foram devidas à gripe.

Embora bem difundido na Europa, o culto cívico dos mortos não obteve o mesmo apelo no Brasil. Segundo Fernando Catroga, a memória liga os indivíduos verticalmente, a grupos e entidades, e horizontalmente “a uma vivência encadeada do tempo (subjetivo e social), submetendo-os a uma ‘filiação escatológica’ garantida pela reprodução (sexual e histórica) das gerações e por um impulso de sobrevivência, nem que seja na memória dos vivos” (Catroga, 2009, p.25). Quando isso não acontece, como no caso deste mausoléu brasileiro, a sociedade perde seu sentido de história.

Percebe-se que por breves momentos o Mausoléu dos Mortos da DNOG estimulou uma “romaria cívica aos mortos”, como sugere a revista *Fon-Fon*, de 1932 (5/11/1932, p. 36). Diversos fatores, como a Segunda Guerra Mundial e a efetiva participação brasileira no conflito, o distanciamento do evento e a morte dos companheiros de luta e, por último, a institucionalização da data que faz parte do calendário de comemorações internas da Marinha, provocaram o abandono do monumento e seu esquecimento.

Esquecimento

O primeiro levantamento em campo no Cemitério São João Batista, sobre o mausoléu da DNOG, foi realizado em junho de 2010, quando foram efetuados registros fotográficos da fachada externa e do interior da construção. Posteriormente, durante a análise das imagens produzidas, notou-se a presença de um epitáfio em mármore, localizado no centro do mausoléu, sobre o tampo que dá acesso à área de enterramentos. “I. B.”, homem com data de nascimento em 12 de agosto de 1921 e falecimento em 16 de março de 1996, figurava como enterrado no local. Em função de sua data de nascimento, posterior à criação da DNOG e ao conflito da Primeira Guerra Mundial, afastou-se a possibilidade de qualquer ligação com os demais inumados no espaço.

Quando o questionamento da presença desse epitáfio e da probabilidade de sepultamento no local foi feito ao pessoal do Arquivo da Marinha, os funcionários do arquivo demonstraram perplexidade. Além de não ter feito parte do corpo da Marinha, a própria instituição não sabia explicar o porquê da presença de seu nome dentro do mausoléu. Pesquisas em arquivos de jornais não apontavam nenhuma peculiaridade que ligasse o falecido à Marinha, sendo encontrado somente seu obituário, com informações básicas, como filiação e data do sepultamento.

Foi em dezembro de 2013, em nova visita ao local, que se tornou possível desvendar a presença da peça. A placa, posicionada exatamente no centro da lápide, no mesmo local onde havia sido fotografada em 2010, não estava fixada. Com os dados da inumação, foi possível buscar junto à administração do cemitério a localização exata da sepultura de “I. B.”, distante quatro lotes do Mausoléu da DNOG. Foi solicitado a um funcionário do cemitério que acompanhasse e apontasse a real localização de seu túmulo, para que se procedesse ao encaminhamento do epitáfio para o local correto.

No site do 1º Distrito Naval, dentro da seção de ações das Relações Públicas, há uma listagem de “Cerimônias e Eventos Sociais” desenvolvidos pela Comunicação Social da Marinha, sendo destacado entre eles o “Dia do Armistício da 1ª Guerra Mundial”. Segundo conteúdo veiculado, “A Marinha, na área do Rio de Janeiro, realiza duas cerimônias, e apoia outras duas, no dia 11 de novembro, em comemoração à data alusiva à assinatura do Armistício da Primeira Guerra Mundial”. A primeira cerimônia é realizada junto ao busto do rei Alberto da Bélgica, a segunda no Mausoléu dos Heróis da Divisão Naval de Operações

de Guerra, no Cemitério São João Batista, a terceira no mausoléu dos Heróis Franceses (no mesmo cemitério) e, a quarta, junto ao busto do almirante Pedro Max Fernando de Frontin na Praça Mauá. Consta como última atualização do site a data de 31 de janeiro de 2012.

Ora, se tais comemorações são realizadas anualmente, conforme consta no site, como não foi notada a presença do epitáfio de “I. B.” durante o evento? Ou já teriam sido abandonadas as honras aos integrantes da DNOG junto ao seu mausoléu? Vandalismo, pretensão de roubo ou equívoco, a presença do epitáfio de “I. B.” no mausoléu da DNOG ao longo de, pelo menos, três anos, testemunha o processo de esquecimento pelo qual passa o monumento assim como o culto aos oficiais ali enterrados. Para Choay (2006, p.23) uma das causas da progressiva extinção da função memorial dos monumentos reside no desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão de memórias artificiais. Questionando se os monumentos ainda teriam um papel nas sociedades avançadas, como os edifícios de culto que mantêm seu uso, cita monumentos aos mortos e cemitérios militares das últimas guerras e pergunta “ainda se edificam novos deles?” (Choay, 2006, p. 23). Não importa o motivo que os levou à morte e sim o intento de defender os interesses da pátria. Mas a rememoração, o culto aos ali inumados, isso já se perdeu há alguns anos.

A rememoração, no Brasil, de soldados mortos em combate, ainda é um tema pouco pesquisado. Tanto no caso aqui analisado, referente à Primeira Guerra Mundial (com o mausoléu da DNOG no Cemitério São João Batista), como também em relação à Segunda Guerra Mundial (com o Monumento aos Mortos Brasileiros na Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo), podemos ver aspectos representativos da relação da instituição militar com os mortos. Ainda que exista um intervalo de 32 anos entre os dois monumentos fúnebres, ambos parecem não ter sensibilizado a sociedade.

Enquanto em outros países, como os Estados Unidos, onde a família sempre teve a opção de enterrar o soldado morto em seu túmulo familiar, no caso brasileiro, a alternativa de individualizar os combatentes nunca existiu. Ao mesmo tempo, o culto ao soldado caído (Mosse, 1990, p.35), crescente no pós Primeira Guerra Mundial, valorizou de maneira geral todos os locais de memória relacionados aos conflitos, como cemitérios militares e monumentos fúnebres, enfatizando um culto cívico aos mortos. Aqui, esse uso político do corpo do soldado morto também não foi explorado pelas Forças Armadas.

Ao abordar a construção de mausolésus familiares, Motta (2008, p. 111) apontou esse tipo de edificação como um desejo de unidade e continuidade que se impõe após a morte, como forma de evitar a dispersão causada por sepultamentos individuais. Aspecto que acreditamos não ter deixado de ter a mesma função no caso do mausoléu da DNOG. Diante desse conceito do mausoléu como ponto de reagrupamento, segundo o autor, o indivíduo isolado deixaria de ter importância, enquanto o sujeito social genérico seria constituído a partir da referência comum à qual esteve ligado.

Pleitear um envolvimento efetivo da população brasileira no culto cívico e na rememoração aos combatentes mortos da DNOG implicaria maior conhecimento em relação ao conflito. O tempo passado desde o término da Primeira Guerra Mundial e o fato de as Forças Armadas sempre terem encabeçado a realização dos cultos de homenagem podem ser fatores que agravaram esse processo de esquecimento dos mortos. As mudanças no encobrimento e recalçamento da morte são apontadas por Elias (2001) ao argumentar que o modo de encobrimento era antes dominado por fantasias coletivas de imortalidade enquanto hoje predomina a individualização cada vez maior. Isso implica um afastamento cada vez maior da morte, relegando os cemitérios com suas construções e cultos implantados muitas vezes ao esquecimento.

Fontes

Periódicos

Diário Oficial da União. Seção I, 27/02/1923.

Diário Oficial da União. Seção 1, 31/8/1928.

A NOITE. A exumação dos despojos dos officiaes da Divisão Frontin foi adiada. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1927.

A NOITE. A terra da pátria receberá amanhã os sagrados despojos da Divisão Frontin. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1928, n.5221.

A NOITE. A terra da pátria recolhe os sagrados despojos: Homenagens prestadas aos mortos da Divisão Frontin. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1928, n.5222.

O GLOBO. A Marinha reverencia seus mortos da Primeira Guerra. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1964. Matutino. Geral.

O GLOBO. No dia do Armistício, flores lembram os heróis da Marinha. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1971.

O GLOBO. Armistício da I Guerra festejado pela Marinha, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1972. Matutino. Geral.

O GLOBO. Homenagem aos heróis da Marinha inspirou advertência e alerta. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1967. Vespertino. Geral.

O GLOBO. Marinha lembra Guerra de 14 e diz que comunismo é pior. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1977. Geral.

O GLOBO. Armistício: Festejos dos 62 anos. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1980.

O PAIZ. S.A. Os despojos das victimas em Dakar. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1928. Ano XLIV, n 15909.

REVISTA A BATALHA. Os restos mortais dos marinheiros mortos na Divisão Frontin foram transferidos para o Cemitério São João Batista. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1931.

FON-FON. Empresa Fon-Fon e Selecta. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1919. Ano XIII, n 24.

FON-FON. Empresa Fon-Fon e Selecta. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1919. Ano XIII, n 27.

FON-FON. Empresa Fon-Fon e Selecta. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1928. Ano XXII, n 21.

Bibliografia

- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. *Desventuras em série: uma pequena esquadra brasileira recebe a missão de patrulhar submarinos alemães, mas é quase dizimada pela gripe espanhola*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/desventuras-em-serie>
- AMARAL, Aracy A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, A Medicina Enferma: Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*, Tese (Doutorado em História) IFCH / Unicamp, 2003.
- BIBIANI, Regina Elísia de M. L. *Iconografia e iconologia das medalhas da Campanha do Paraguai concedidas ao Exército brasileiro*. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 38, p. 191-206, 2006.
- BURNS, E. Bradford. *As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República*. In: FAUSTO, Bóris, *O Brasil Republicano: Sociedades e Instituições (1889-1930)*, São Paulo: Difel, 1985.
- CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1990.
- _____. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANDT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 19ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de, Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.
- HOWARTH, G. & LEAMAN, O. *Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer*. Lisboa: Quimera Editores, 2004.
- MAIA, Prado. *D.N.O.G. (Divisão Naval em Operações de Guerra), 1914-1918: Uma página esquecida da História da Marinha Brasileira*. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1961.
- MENDONÇA, Valterian Braga. *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2008.
- MOSSE, George L. *Fallen Soldiers: Reshaping the memory of World Wars*. Oxford Press: New York, 1990.
- MOTTA, Antonio. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.
- ROITEBERG, José. *Uma guerra que o Brasil esqueceu* Disponível em <http://roitblog.blogspot.com.br/2012/12/uma-guerra-que-o-brasil-esqueceu.html>
- SENETT, Richard. *Carne e Pedra. O Corpo e a Cidade na civilização ocidental*. 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Hélio. *Entre a Paz e a Guerra*, São Paulo: Editora Três, 1975.
- WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning: The Great War in European Cultural History*. Cambridge University Press, 1995.
- COMANDO DO 1º DISTRITO NAVAL. Disponível em <https://www.com1dn.mar.mil.br/>

Recebido em 27/06/2014

No território da morte: cenários, pompas e urbanidade nos cemitérios do Rio

In death's domain: scenarios, pomp and urbanity in the cemeteries of Rio de Janeiro

Antonio Motta

Doutor em Antropologia Social e Etnologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Mestre em História Moderna e Contemporânea na Universidade de Paris-Sorbonne. Professor do Departamento de Antropologia e Museologia, da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professor no Programa de Antropologia de Iberoamérica da Universidade de Salamanca-Espanha. antonio-motta@uol.com.br

RESUMO: O ponto de partida deste ensaio assenta-se no pressuposto de que houve, no Brasil, uma mudança nos modelos ou regimes da morte e de suas formas de sepultamento, respondendo eles a diferentes processos sociais, especialmente, a determinadas práticas das elites brasileiras e seus modos de reprodução e distinção sociais. Para isso, propõe-se uma reflexão sobre as práticas sociais mortuárias nos cemitérios oitocentistas do Rio de Janeiro, nos primeiros decênios do século XX, onde eram reafirmadas expressões e sensibilidades de gosto e de sociabilidade através dos quais os vivos referenciavam os seus mortos.

Palavras-chave: cemitérios do Rio de Janeiro; cenografia mortuária; urbanidade nos cemitérios

ABSTRACT: *The starting point of this essay is the assumption that in Brazil, there was a change in the models and ways of handling death and forms of interment, as a response to different social processes, especially to certain practices by the Brazilian elites and their modes of social reproduction and distinction. Thus, we propose to reflect on the social practices surrounding death in Rio de Janeiro cemeteries in the 19th century and first few decades of the 20th century, where sensibilities and expressions of taste and sociability through which those alive revered the dead were reaffirmed.*

Keywords: *cemeteries of Rio de Janeiro; death representations; urbanity*

Por volta do final da segunda metade do século XIX, o gosto pela sepultura individualizada tornou-se importante referência para as elites brasileiras urbanas, que logo se adaptaram aos novos padrões de uso e apropriação dos espaços cemiteriais, assim como de suas lógicas de enterramento e de sociabilidade. Havia alguns anos já construídos, os primeiros cemitérios cariocas secularizados passaram a concorrer entre si pela grandiosidade e luxo exibidos na construção de seus túmulos e jazigos. Para isso no entanto, esses novos espaços contaram com um forte investimento na colocação de estátuas, de bustos, de fotografias, de inscrições lapidares e de uma infinidade de signos sobre os túmulos – ao que Michel Vovelle, no contexto francês, refere-se como sendo uma verdadeira *statuomanie* (Vovelle, 1988, pp. 642-646).

No Rio de Janeiro, os cemitérios, cada um a seu modo, tentaram atrair para seus quadros de sepultamento as camadas mais afortunadas ligadas ao patronímico de velhas famílias que gozavam de prerrogativas econômicas e políticas decorrentes do comércio, da produção escravista, do latifúndio e de cargos importantes no poder. Anos mais tarde, seria a vez das novas fortunas, procedentes do capital financeiro especulativo, da indústria, de profissões liberais, assim como outros setores das camadas urbanas que surgiam nas principais capitais do país.

Conforme sugere Clarival do Prado Valladares (1972), enquanto o Cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, no bairro do Catumbi, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1850, tornara-se o lugar predileto para o sepultamento da elite nobiliárquica do Império, com seus marqueses, condes, barões, conselheiros, comendadores, tenentes-coronéis e outros titulares da guarda nacional, além de proprietários de terras e de escravos, o Cemitério de São João Batista, construído em 1852, no bairro de Botafogo, ocupou esse papel durante a República, acolhendo figuras importantes da vida pública do país: políticos, chefes de Estado, banqueiros, prósperos comerciantes, donos de renda, humanistas, militares, bem como segmentos da nova burguesia endinheirada da época.

Já outros autores tendem a interpretar esse fenômeno a partir da hipótese de que, com a chegada da República, o temor de alguns segmentos burgueses da sociedade fluminense em se reconhecerem partidários do regime monárquico teria interferido de forma decisiva na escolha do São João Batista como o cemitério mais concorrido depois de 1889, uma vez que o Velho Catumbi continuava associado às tradicionais famílias do Império (Lima, 1994, p.110). Por sua vez, o São João Batista, contava a seu favor com a privilegiada localização, mais próxima do centro, em bairro aristocrático, dado que correspondia aos novos requisitos urbanos exigidos pelas camadas burguesas que emergiam na época (Gerson, s.d.). Independentemente das afinidades eletivas, religiosas ou preferências político-ideológicas na escolha dos cemitérios, o fato é que tanto um quanto o outro foram exemplos privilegiados de representações diversas que as camadas mais abastadas da sociedade fluminense buscaram

construir sobre si mesmas por meio de edificações tumulares grandiosas, mediante as quais marcaram sua posição de classe e referendaram a origem de suas genealogias familiares.

O processo de diferenciação e distinção nas formas de enterramento se reproduziu igualmente em três outros cemitérios do Rio de Janeiro, dos quais dois deles eram cemitérios de corporação religiosos, tais como as confrarias e as irmandades, no século XVIII.

O primeiro deles é o Cemitério da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, inaugurado em 1858, que se manteve mais hierarquizado quanto ao perfil de seus usuários, na medida em que priorizou para sepultamento os membros da referida irmandade, entre os quais se destacavam muitos nomes conhecidos da República. O mesmo se poderia dizer do Cemitério da Ordem Terceira de N. S. do Carmo, que passou a funcionar em 1857, reunindo uma clientela nobiliárquica proveniente tanto do Império como da República, além de destacadas figuras ligadas às novas profissões liberais. Já o Cemitério de São Francisco Xavier, também no bairro do Caju, inaugurado em 1851, possuía uma freguesia bastante diversificada, composta por alguns nomes importantes da vida pública da época e também de profissões liberais, todavia, atraindo em bem maior número segmentos remediados e pobres da população.

O São João Batista e o São Francisco Xavier – este último conhecido também como Cemitério do Caju –, ambos administrados pela Santa Casa da Misericórdia, mantiveram-se mais flexíveis às construções tumulares desvinculadas de motivos religiosos, enquanto os demais, sob a direção de ordens religiosas, imprimiram maior zelo para que fossem mantidos os princípios que orientavam as suas respectivas congregações.

Em vez do modelo anglo-saxônico, conhecido como cemitério-jardim ou *rural cemetery*, no Brasil o esquema do urbanismo funerário seguiu de perto a orientação europeia, repleto de estatuárias e de réplicas em miniatura inspiradas em construções passadas, para o qual o *Père Lachaise* e o *Staglieno* constituíam referências importantes. Dentro dessa linha de intenção e execução, os planos urbanísticos dos primeiros cemitérios brasileiros seguiram os modelos convencionais em voga na Europa, variando de acordo com a topografia em que foram erigidos. Visto no conjunto, o esquema predominante é o do traçado dividido em quadras regulares, entrecortadas por grandes alamedas e pequenas ruas, geralmente centrado por um cruzeiro ou capela de onde parte o eixo monumental ou central. Nesse eixo ou no seu entorno situam-se os mausoléus mais antigos e também os ossuários, em forma de urnas ou de obeliscos, transportados das igrejas para os novos locais de enterramento secularizados.

Com efeito, uma das maneiras de se entender como o processo de secularização interferiu no modo sobre o cuidar dos mortos pode ser visualizada não apenas através das transformações no campo ritual, mas por meio da arquitetura cemiterial, dos sistemas de objetos funerários, dos estilos mortuários, dos modos de sociabilidade e das atitudes dos vivos em relação aos seus mortos. É o que este ensaio se propõe a focalizar.

Luxo e distinção social nos túmulos

[...] o morto mais se inaugura do que morre, e duplamente: ora sua própria estátua, ora seu próprio vivo (Melo Neto, 1986, p. 158).

Por volta da segunda metade do século XIX, as visitas aos cemitérios passaram a ser cada vez mais frequentes e, com elas, o culto aos mortos tornava-se prática familiar, ao mesmo tempo que afetiva e reputada como de boa conduta moral, sendo popularizadas por meio de crônicas e outros gêneros literários, como ilustra a matéria, intitulada *Os cemitérios*, publicada na revista portuguesa *O Panorama*, em dezembro de 1837:

Se nós tivéssemos de escolher um amigo, antes de dar entrada à amizade, iríamos ver se no cemitério os restos de seu pai jaziam esquecidos; e se assim acontecesse, nunca seria junto do nosso coração que bateria o seu. A sepultura é a única memória perene que deixamos na terra, porque um nome ilustre são raros os que o deixam¹.

Tal era a expectativa de reverência e lealdade aos mortos que, muitas vezes, obrigava os familiares a abdicarem de outras formas subjetivas de recordação em prol de testemunhos concretos: as visitas sempre constantes ao cemitério e os cuidados especiais que deveriam ser dispensados aos túmulos. No domínio da criação literária não é difícil perceber essa busca, conforme exprime conhecido personagem de Machado de Assis, no *Memorial de Aires*: “Os mortos param no cemitério, e lá vai ter a afeição dos vivos, com suas flores e recordações. [...] A questão é que virtualmente não se quebre este laço, e a lei da vida não destrua o que foi da vida e da morte” (1959 [1908], p. 1121).

Na mesma intriga romanesca, a cena inicial é bastante sugestiva e esclarecedora sobre o pacto de lealdade entre vivos e mortos e, mais do que isso, de cumplicidade e de continuidade dos laços de família depois da morte. Exatamente transcorrido um ano de sua chegada ao Brasil, o conselheiro Aires, principal narrador e autor do diário, aposentado da vida diplomática na Europa, e com residência no Rio de Janeiro, recebe um bilhete de sua irmã que praticamente o convoca a uma visita ao túmulo da família: “Só agora me lembrou que faz um ano que você voltou da Europa aposentado. Já é tarde para ir ao cemitério de S. João Batista, em visita ao jazigo da família, dar graças pelo seu regresso; irei amanhã, e peço que me espere para ir comigo...” (Assis, 1959 [1908], p. 1029).

Prontamente, na manhã do dia seguinte lá estavam diante do jazigo da família. O que para a irmã ainda era causa de sofrimento, ao recordar o esposo ali enterrado – em companhia do pai e da mãe –, para o irmão, também viúvo, pouco importava transladar os restos mortais da esposa, enterrada em Viena, afinal, a insistência provinha da sua irmã para que toda a família pudesse se reunir em um único jazigo. Para ele, “os mortos ficam bem onde caem”. Mas o que realmente chegara por um instante a mobilizar sua atenção naquela manhã não era a perspectiva de se ver algum dia reintegrado à ordem familiar *post mortem*, nem o afinc

e lealdade de sua irmã para com os seus, mas a obstinação com que esta conservava o jazigo, sem que nenhuma marca aleatória do tempo pudesse nele comprometer a sua aparência de construção sempre nova, sem que nela chegasse a se imprimir qualquer vestígio do tempo, o que o narrador atribuía como importante legado de dignidade e de distinção social:

Não é feio o nosso jazigo; podia ser um pouco mais simples, – a inscrição e uma cruz, mas o que está é bem feito. Achei-o novo demais, isso sim. Rita fá-lo lavar todos os meses, e isto impede que envelheça. Ora, eu creio que um velho túmulo dá melhor impressão do ofício, se tem as negruras do tempo, que tudo consome. O contrário parece sempre da véspera (Assis, 1959 [1908], p. 1030).

Com habitual argúcia, Machado de Assis desenha no panorama ficcional um quadro muito sugestivo daquilo que se convencionou chamar de Segundo Reinado (1840-1889), em que se observa a transição de uma velha sociedade, formada por estamentos, para a sociedade de classes que vai se delinear com maior intensidade no final do último decênio do século XIX².

A partir de situações diversas, alguns de seus personagens refletem de forma exemplar tal ambiguidade, especialmente quando, para granjear estima e respeito, valiam-se da aquisição de títulos de nobreza, pois somente através deles eram geralmente reconhecidos e aceitos. Aqueles que não puderam adquirir-los, e tampouco provinham de uma origem familiar que lhes permitisse evocar um antepassado ilustre, criaram ou reinventaram uma memória genealógica como elemento de legitimação do presente, sobretudo para justificar suas condições de indivíduos bem-sucedidos na escala social, com estilo de vida compatível com o *status* adquirido à época, enriquecidos com atividades do capital financeiro.

Embora o dinheiro andasse *pari passu* com o novo *status* social perseguido pela elite carioca da época, pois tudo se media pelo prestígio da riqueza, mesmo assim não era ainda suficiente para se impor como o único e exclusivo valor que pudesse promover o ingresso do indivíduo no fulgurante mundo da fidalguia. Com o olhar atento sobre a teia das relações e interesses que movia a sociedade fluminense *fin-de-siècle*, em *As bodas de Luís Duarte* Machado observava ironicamente que “a história está bem em todas as famílias”, mas, “[...] nem todas as famílias estão bem na história” (Assis, 1959 [1873], pp. 190-201). Certamente esse teria sido um dos motivos que levava o personagem narrador do *Memorial de Aires* a recriminar a aparência sempre nova do jazigo da família, atribuindo esse fato ao excessivo zelo de sua irmã que, ao fazê-lo lavar a cada mês, causava-lhe sempre a mesma impressão, a de uma construção da véspera. Enfim, para ele, “um velho túmulo dá melhor impressão do ofício, se tem as negruras do tempo...” (Assis, 1959 [1908], p. 1030).

O dilema das “negruras do tempo”, provavelmente, era vivido por muitos dos titulares de túmulos nos cemitérios do Rio e, por isso, a aspiração pela inscrição genealógica como reconhecimento público de um *status* social. A depender do caso, muitas vezes fazia-se *tabula rasa* da própria origem social, recriando por meio da inscrição funerária uma nova narrativa pessoal e, na medida do possível, também familiar.

O conjunto de dados onomásticos reunidos nas lápides repetidas vezes apelava à banalizada árvore genealógica, servindo tanto para avigorar as relações de parentesco quanto rememorar o grau de prestígio social de uma determinada família. No entanto, não se deve esquecer que toda memória genealógica irrompe à medida de sua própria conveniência, podendo também revelar-se através de outras interfaces, como lapsos, esquecimentos, restrições, seletividade. Afinal, não se recorda senão daqueles por que se tem interesse, pois, entre os antepassados há sempre o fascínio em se escolher aquele com quem se deseja identificar e, volta e meia, tal escolha é determinada pelo prestígio de um nome.

O lugar dos antepassados na cadeia genealógica, por motivos óbvios, sempre ocupou um papel importante entre a aristocracia francesa, enquanto para os segmentos burgueses o exercício genealógico, em muitos casos, não possuía nenhum interesse ou uma ação efetivamente prática. Mesmo assim, algumas famílias burguesas dos séculos XVII e XVIII buscaram reconstituir ou, de certo modo, reinventar suas raízes genealógicas, manipulando suas origens conforme seus propósitos e necessidades, com o intuito de criar novas identidades em razão do novo *status* socioeconômico adquirido. Para isso, preferiram realçar supostos sinais nobiliários do que exibirem o dinheiro como valor conquistado pelo esforço do trabalho – já que este último tornara-se apanágio da burguesia da época (Burguiere, 1991).

A depender das circunstâncias, os parentes vivos geralmente buscavam se reconhecer nos túmulos enquanto produto de uma filiação, inscritos numa cadeia de gerações, portadores que eram de um mesmo nome de família. Assim, tendiam a considerar o patronímico como um patrimônio simbólico, aquele que efetivamente era capaz de unir os vivos e os mortos do mesmo grupo de filiação, assegurando a continuidade de uns pelos outros.

O gosto pelo túmulo de família passava a ser uma importante referência para as elites cariocas urbanas, que logo se adaptaram aos novos padrões de uso e apropriação dos espaços cemiteriais públicos, bem como de suas lógicas de enterramento³. Depois de alguns anos de inaugurados, os cemitérios do Rio passaram a concorrer entre si pela grandiosidade e luxo que suas construções tumulares eram capazes de exibir. Cada um a seu modo tentou atrair para suas quadras de sepultamento as camadas mais afortunadas ligadas ao patronímico de velhas famílias que gozavam de prerrogativas econômicas e políticas decorrentes do comércio, da produção escravista, do latifúndio e de cargos importantes no poder público. Anos mais tarde, seria a vez das novas fortunas, procedentes do capital financeiro especulativo, da indústria, de profissões liberais, assim como de outros setores das camadas urbanas que surgiam nas principais capitais do país⁴.

Em alguns centros urbanos europeus, como em Lisboa, chegou-se até mesmo a publicar periódicos especializados sobre os cemitérios e seus túmulos, como foi o caso da *Revista dos Monumentos Sepulcrais*, em 1868, cujo projeto editorial reunia crônicas sobre os cemitérios, genealogias familiares, anúncios de falecimento, de transladações, convites para missas, agradecimentos, transcrições de epitáfios, poesias sobre a morte, anúncios de marmorarias,

de estúdios fotográficos, de venda e repasse de túmulos, estatísticas de enterramentos etc. Além disso, uma parte iconográfica da revista era dedicada à estampa de túmulos e nomes dos respectivos proprietários, acompanhado de descrição e origem artística do mobiliário funerário⁵.

Na evocação memorial dos antepassados estava também previsto o ritual de recolhimento e lágrimas no interior dos túmulos, em suas capelas, assim como a deposição renovada de flores como testemunho de apreço e lealdade à pessoa do morto, o que já observava o principal narrador do *Memorial de Aires*, ao espriar a vista no velho túmulo de um amigo, em visita ao São João Batista:

Túmulo grave e bonito, bem conservado, com dous vasos de flores naturais, não ali plantados, mas colhidos e trazidas naquela mesma manhã. Esta circunstância fêz-me crer que as flores seriam da própria Fidélia, e um coveiro que vinha chegando respondeu à minha pergunta: “São de uma senhora que aí as traz de vez em quando... (Assis, 1959 [1908], p. 1115-1116).

Cenários mortuários

[...] se vê uma Constantinopla complicada com barroco, gótico e cenário de ópera. É o cemitério. (Melo Neto, 1986, p. 153).

Por essa altura, a assimilação dos artefatos tumulares ao gosto estrangeiro se fazia sentir fortemente nos cemitérios do Rio, mesmo que os modelos estéticos adotados já não mais correspondessem aos cânones da arte funerária em voga na Europa.

Além do repertório escatológico e macabro, repletos de *memento mori* sobre os túmulos, o sagrado e o religioso ainda eram presenças dominantes na cenografia cemiterial brasileira, não oferecendo por enquanto grandes inovações⁶. Isso só foi superado no início do século XX, quando a morfologia tumular e suas alegorias começaram a adquirir uma dimensão mais laicizada, inclusive com especial ênfase nas figuras femininas⁷. É interessante notar que na *belle époque* tropical e tardia, os anjos, fiéis guardiões dos túmulos, passaram a ser representados de forma mais humana, adquirindo maior volume sob o pretexto de realçar as curvas do corpo feminino⁸.

Mediadores entre o céu e a terra, os anjos e os arcanjos adultos ocuparam posição privilegiada na decoração tumular. Suas fisionomias se alteravam em função do estado de tristeza ou de alegria que se pretendia comunicar: ora anunciadores, ora tomados pelo êxtase, de alma exultante; ora repletos de esperança, de alma liberta; ora abatidos pela desolação, e outras intermitências da alma romântica. A expressividade era também realçada pelo movimento de suas asas: em repouso, fechadas, inclinadas, semiabertas, prestes a alçar vôo.

Várias são as figuras femininas transmutadas em anjos, contudo, sem perderem a sensualidade, implicitamente sugerida ou visivelmente realçada. A metamorfose da figura

do anjo em mulher foi outra característica da arte funerária desse período. Uma das formas mais convencionais nesse gênero de representação é a figura feminina que pranteia o cônjuge desaparecido. Mulheres inclinadas, ajoelhadas, desmaiadas, em estado de plangência melancólica em que são realçados os aspectos dramáticos: mãos contorcidas ou ligeiramente pendentes no ar, pés desnudos, cabelos desgrenhados ou esparramados sobre o túmulo, o baixo corporal lânguido ou corpulento, seios volumosos ou ligeiramente delineados.

Outra variação sobre o mesmo tema é a saudade, representada também por figuras femininas. Com semblantes contemplativos, geralmente oscilam entre o entristecimento profundo, próprio da desesperança de quem não crê no retorno daquele que se foi, e a serenidade de quem deposita na morte a convicção de uma espera ou passagem. Nesses gêneros alegóricos, as figuras femininas podem ocupar posições variadas, dependendo do sentimento que se deseja comunicar sobre a pessoa do morto. Ora aparecem ajoelhadas sobre os túmulos, a colher dados sobre a vida do falecido para, em seguida, anotar sobre uma lápide ou estela, ora se apresentam apoiadas sobre uma coluna partida ou ruína, ora abraçadas a uma cruz.

Versão semelhante, conhecida como desolação, é em geral representada por figuras femininas introspectivas, em estado de meditação, a cabeça ligeiramente inclinada para baixo, insinuando o gesto do caminhar. Em outras situações, genuflexas, apoiando os braços sobre a urna do morto a quem devotavam sua aflição.

Oposta à atmosfera melancólica, a alegoria da esperança pode ser reconhecida por meio de figuras de mulher, algumas delas metamorfoseadas em anjos, sustentando uma âncora, símbolo cristão da esperança. Muito próxima e com pequenas modificações, a Ressurreição é representada também por figura feminina, geralmente em forma de anjo, com uma estrela presa à frente e a mão direita estendida em direção ao infinito, como símbolo da vida eterna. Na outra mão, estendida para baixo, indicativo da vida terrena, segura um objeto que pode variar desde uma simples coroa de flores, um pergaminho ancestral até uma trombeta, instrumento que para os católicos assume o significado de chamar os mortos à ressurreição no dia do Juízo Final.

Tanto a decoração funerária quanto a estatuária geralmente provinham de marmorarias especializadas, particularmente de suas oficinas de cantaria, que no final do século XIX se expandiram e conquistaram mercado rentável nas principais cidades brasileiras⁹. De regra, as oficinas mais reputadas concentravam-se no Rio de Janeiro e em São Paulo, especialmente nesta última cidade, em razão da forte presença do fluxo imigratório italiano (Borges, 2002). As peças eram escolhidas através de catálogos, especialmente quando se tratava das alegorias de anjos, de figuras femininas, de iconografia religiosa ou de elementos decorativos (coroas de flores, piras, ânforas, cornucópias, ampulhetas, baixo relevo de brasões, placas em alto e baixo relevo com temas míticos, arabescos, cruzes, colunas, obeliscos etc.). Muitas delas eram cópias ou reinterpretações de alguns modelos já consagrados no Staglieno, no Monumental de Milão, no Père-Lachaise, no Central de Viena, entre outros.

Devido à frequência com que alguns temas reaparecem, embora divergindo na qualidade do entalhe, não é difícil inferir que a maioria dos artefatos funerários fosse feita em série, exceto quando se tratava de uma peça assinada por algum mestre de cantaria, ou mesmo por algum escultor de renome, o que se tornaria mais usual a partir do início do século XX.

Os elementos decorativos eram os mais reproduzidos em escala comercial, provavelmente devido à sua versatilidade, prestando-se com bastante plasticidade para comporem e realçarem a arquitetura tumular. Assim, placas em alto-relevo eram fixadas sobre as superfícies dos túmulos, nos obeliscos ou nos frontispícios das capelas funerárias, outras serviam como revestimento de fachada principal. As pequenas e grandes urnas, combinatórias de elementos que se alternavam em forma de detalhes e encaixes decorativos, eram colocadas em destaque sobre as bases escalonadas dos túmulos ou encimando colunas.

Mas nem tudo se resumia à escolha de catálogos. Havia também aqueles que encomendavam estátuas e bustos para decorarem os túmulos, inclusive mandando-os buscar na Europa. O emprego da decoração tumular e da escultura constituía um significativo índice de diferenciação do gosto entre os mais e os menos afortunados. As famílias mais abastadas procuraram imprimir em seus túmulos um caráter mais individualizado. Quando não importavam capelas funerárias, transportadas em navios, para serem aqui montadas, encomendavam peças estatuárias não aos mestres de cantaria das oficinas locais, mas a escultores de projeção na época, podendo ser nacionais ou estrangeiros.

No início do século XX, tal preferência se impôs com mais frequência em alguns cemitérios do Rio e de São Paulo. Muitas peças começavam a ser esculpidas em bronze, pois o interesse pela pedra de mármore foi pouco a pouco sendo relegado, substituído pelo granito enquanto material de revestimento e o bronze como material escultórico.

Piquenique, romaria cívica e passeios domingueiros nos cemitérios

Como era edificante aquele lúgubre espetáculo!
(Moraes Filho, 2002, p. 83).

O quadro de urbanidade que se delineava nos cemitérios, seguindo à risca o calendário dos vivos, evidenciava-se com maior intensidade durante as datas de aniversário, de falecimento e dia consagrado aos mortos, espelhando os novos valores e *modus vivendi* da sociedade fluminense da época.

Provavelmente por ser o Rio de Janeiro a capital do país e, portanto, o centro de articulação do poder e das decisões políticas, teve o privilégio de abrigar o maior número de cemitérios, quando comparado a outros centros urbanos¹⁰, ainda mais quando se sabe que outras cidades do país não passavam de vilas provincianas, inclusive São Paulo, que por volta de 1900 contava com 239.820 habitantes¹¹. Isto não quer dizer, todavia, que em outras capitais os cemitérios não constituíssem prioridades no processo de modernização e de

transformação da malha urbana, reflexo evidente das políticas de salubridade que foram amplamente adotadas e difundidas na segunda metade do século XIX.

Mas a efervescente sociabilidade nos cemitérios, por muitos considerados como espaços cívicos (Lemos, 1893), ocorria também em outros centros urbanos do país, o que se tornara motivo de inspiração para escritores de sensibilidades diversas¹². Entre outros exemplos, Artur Azevedo publicava em 1877 o opúsculo intitulado, *O Dia de Finados*, peça satírica que narra a visita a um cemitério, provavelmente o Catumbi, repleta de cenas insólitas, descritas de forma irônica e irreverente. Em uma delas, os visitantes aproveitam a ocasião para o divertido convívio, com muita comida e bebida alcoólica, sem prescindir de encontros amorosos, risos e algazarra. Em uma outra cena, o foco narrativo dirige-se ao caráter postiço e repleto de francesismo nos cemitérios do Rio:

Contemplo os mausoleus e me suponho em França! Naquela sepultura um brasileiro dorme. Um moço que à sua língua a de Rousseau prefere, na fita de outra corôa exclama: *A mon bon père*. E quando em português são feitos os letreiros, bem mostram proceder das mãos dos estrangeiros, por isso muito pai publica pela filha saudade com C, lembrança sem cedilha (Azevedo, 1877, p. 4)¹³.

Percepção parecida era também a de Olavo Bilac. Em suas *Notas Diárias*, por meio de personagem feminino, o poeta e cronista carioca exprimia com ímpeto a atmosfera de intenso mundanismo e de muito pouco recolhimento durante o dia consagrado aos mortos em cemitérios fluminenses:

É hoje o dia dos mortos... Naturalmente, tu também irás a um cemitério qualquer... [...] Irás ao cemitério, amada minha, por causa dos vivos; irás à romaria fúnebre como foste ao teu último pic-nic, –para ver gente e para a essa gente mostrar os teus grandes olhos claros, igualmente formosos entre as luzes do Lyrico, entre as vitrines da rua do Ouvidor e entre os chorões de S. João Batista ou do Caju. Apenas não te vestirás de sedas claras: entre os mausoléus carregados de flores e de círios acesos, passarás vestida de negro, – e isso porque, emoldurada pelo negror do luto, a tua pele branca parece ainda mais branca... [...] É moda lembrar-se a gente dos mortos no dia de hoje... [...] Eu, por mim, não tenho necessidade de ir ao cemitério para me lembrar dos meus mortos. Tenho-os aqui, fechados comigo, deitados todos no meu coração, como numa triste vala comum. Sozinho, enquanto lá fora o povo borbórinhar nas alamedas de S. João, do Caju e do Carmo, na faina de visitar aqueles que já não fazem caso da terra, mergulharei o olhar dentro do coração onde andaste matando esperanças... [...] Vai, amada minha! Haverá tanta gente hoje nos cemitérios!... tantos olhos de vivos te verão, pálida e risonha, dentro da moldura do vestuário negro!... [...] vai visitar os mortos para regalo dos vivos! (Bilac, 1904, pp. 350-352).

Em algumas ocasiões, como nas visitas aos cemitérios, nos enterros, e no dia consagrado aos mortos, alguns escritores insistiam em descrever determinados comportamentos com certa ironia e ceticismo, retratados mais como resultado de interesses e veleidades pessoais do que demonstração inequívoca de crenças e sentimentos, o que, de certo modo, já refletia o clima de laicização no trato da morte e dos cemitérios. Chama a atenção para isso Machado

de Assis ao narrar uma situação na qual um de seus personagens, ao voltar das exéquias de um velho amigo, no ano de 1864, comentava bem impressionado a posição econômica dos que seguravam a alça do féretro, exclamando com vivo entusiasmo: “pegavam no caixão três mil contos!” (Assis, 1959 [1883], p. 423).

Convém notar que no final da segunda metade do século XIX, com o crescente processo de laicização, o cerimonial fúnebre cada vez mais era confiado às famílias, em nada impedindo contudo a presença eclesiástica, quando se tratava de católicos mais fervorosos. Como observou Michel Vovelle, o desaparecimento das cláusulas piedosas, dispositivo em que os católicos testemunhavam sua fé, instruindo sobre as providências a serem tomadas depois da morte – e consignadas em testamentos escritos –, cediam lugar aos interesses materiais, legados à família do falecido, lavrados em cartórios, e, com isso, reduzindo os gastos com o aparato do ritual funerário (Vovelle, 1988, p. 243). Por outro lado, a depender da posição e prestígio da família do morto, o enterro civil ou religioso poderia ser celebrado com cerimonial opulência, orientados por outros códigos da etiqueta fúnebre não necessariamente religiosos¹⁴. Mas, nesses casos, a decisão de ter uma exéquia à altura do que representava o morto dependia unicamente da família, isto é, de interesses e vontades dos filhos, da esposa ou do esposo, pois o desejo do defunto deixava de ser imperativo da regra testamentária.

Como na cidade dos vivos, cuja face mais visível se revelava através da renovação do tecido urbano, com o alargamento de ruas, edificação de praças, de monumentos, de prédios públicos e de imponentes palacetes privados, os cemitérios tornavam-se igualmente cenários privilegiados, nos quais deveria se desenrolar o grande espetáculo do último destino (Gledson e Menezes, 1999). Além de cenários mortuários e de memória, no entanto, os cemitérios haviam também se transformado em lugares de poder e de prestígio em que os vivos, muitas vezes, se compraziam em exibir as luxuosas vivendas mortuárias, construídas especialmente para os parentes desaparecidos, sobre as quais opinava Arthur de Azevedo: “Em vez de um cemitério um álbum de retratos” (1877, p. 5). Talvez por isso não tardasse para que os novos equipamentos mortuários se convertessem em atrativos de visita, especialmente das camadas populares, que aos domingos e feriados dedicavam parte de seu tempo livre a percorrer entre ruas e alamedas as novidades que os túmulos exibiam¹⁵.

No entanto, era nos dias de finados que os cemitérios cariocas e de outras redondezas do país recebiam maior afluência. Alguns dos principais jornais do Rio de Janeiro, notadamente no início do século XX, ocupavam-se com regularidade, nesse dia e no dia seguinte, em descrever o enorme burburinho que por lá se instaurava, com especial ênfase em alguns túmulos de ilustres proprietários, ressaltando o apuro da decoração, o cuidado e apreço de parentes e amigos para com os seus desaparecidos¹⁶. Além disso, destacava o gosto pela romaria cívica, que por essa época começava a se impor como uma prática corrente nos cemitérios, especialmente em datas cívicas, como o 1º de Maio, a exemplo também de outras

comemorativas, como o dia consagrado aos mortos, rendendo-lhes homenagens e, assim, restituindo vida política aos cadáveres¹⁷.

No S. Francisco Xavier, cemitério do Caju, como é mais conhecido, os operários das fábricas de gás, prestando homenagem ao engenheiro Cornélio W. Suetienbrand, organizaram um préstito cívico que partindo a pé da praça da República, precedido da Banda de Música do 10º Batalhão de Infantaria do Exército, chegou às 10 horas da manhã. Em um andor se viam as bandeiras brasileira, francesa e holandesa, quatro operários levavam uma riquíssima corôa com retrato do saudoso engenheiro e que foi depositada no seu túmulo que tem o nº 107 do quadro dos protestantes e onde já havia sido depositada outra grinalda de *biscuit*. Em nome da Comissão de Operários falou nesse ato o Sr. Francisco Serpa, sendo o seu discurso correspondido pelo Sr. Consul da Holanda, o Sr. Gregório Mendes Barroso, em uma saudação em nome dos empregados da Companhia de Gás (*Gazeta de Notícias*, 3/11/1908).

Ainda no primeiro decênio do século XX, João do Rio, a seu modo, também confirmava a nova tendência do cemitério como um lugar de sociabilidade e lazer: espelho em que os vivos se reconheciam nos mortos, refletidos “no grande livro impresso dos epitáfios”. Referindo-se às inscrições tumulares, complementava o cronista carioca:

“Ah! Como eles dizem bem o que são os vivos”¹⁸, como são capazes de revelar suas vaidades, ao mandarem gravar no mármore de seus desaparecidos seus próprios desejos e fantasias: crenças, opiniões, sentenças, reclamos, chistes, lendas espíritas, católicas, positivistas, etc. – muitas vezes, sob o pretexto de afirmar a “passageira saudade que só assim dura um pouco mais” (*Gazeta de Notícias*, 3/11/1908).

Seguindo esse desenho de contrastes e de duplos reflexos, as inscrições lapidares, em muitos casos, traduziam também o desejo do vivo em assegurar seu lugar cativo na terra, mas sempre em posição de destaque, ou, por certo, afirmar a sua própria presença como pessoa, mesmo depois de morto, para ser lido e lembrado por alguém:

vendo epitáfios, eu sinto grande frio e um grande medo quando passo por entre as tumbas, sem nome, esquecidas, anônimas, esticando apenas para a gente um número que é um apelo de grilheta do esquecimento ao prazer de continuar a afirmar pelo menos num epitáfio a passagem por cima da terra (*Gazeta de Notícias*, 3/11/1908).

Os mortos no espelho dos vivos

O epitáfio diz tudo (Assis, 1959[1883], p. 428)

Alinhados com os novos padrões de conduta moral e com o acelerado ritmo de transformação das cidades, os ritos fúnebres, compreendendo os velórios, os enterros e os cortejos, a depender de cada caso, passavam não apenas a fazer parte de sequências rituais fundamentais para elaboração do luto, como também constituíam indicativos importantes para a definição do grau de prestígio do morto e, por extensão, das relações sociais, políticas e econômicas de sua parentela.

Quando se tratava de nomes importantes, ligados à vida pública do país, ou às atividades políticas e humanísticas reconhecidas, os preparativos do velório e funeral recebiam, algumas vezes, cuidados redobrados. A preocupação com os detalhes da aparência do cadáver e a decoração do evento não deveriam passar despercebidos. As indumentárias desempenhavam um importante papel na dramaturgia funerária dessa época, transformando-se em inscrições sociais e códigos de etiqueta imprescindíveis. Para os católicos, a missa celebrada no sétimo dia após o falecimento e repetida nos meses seguintes tornava-se também fato social concorrido, ocasião em que se costumavam reforçar as condolências, aproveitando os familiares para distribuírem prendas de recordação do falecido, em forma de “santinhos”.

As regras do luto não eram necessariamente medidas pela afeição que se testemunhava ao defunto, mas pelo grau de parentesco a que se estava ligado (Taylor, 1982; Cunnington, 1972). Por isso, o luto mais pesado, mais longo, era reservado às viúvas, com duração de dois anos, sendo o primeiro de grande rigor, com uso da cor negra obrigatória, e o segundo, um pouco mais aliviado. De acordo com a proximidade ou distância dos laços, a elaboração do luto exigia períodos mais prolongados, outros médios e outros mais curtos, a serem regulados por determinados códigos da etiqueta funerária, geralmente divulgados nos *manuals de civilidade*. O uso da cor negra, o terno, a gravata e o chapéu para os homens; e para as mulheres, a mantilha ou chorões, sendo as joias interditas, permitindo-se todavia adereços adequados para a ocasião. Já para os jovens, era aconselhado o uso da faixa negra na lapela ou no braço direito¹⁹.

O cortejo até o túmulo mobilizava a atenção popular urbana, em alguns casos promovendo o morto a “herói cívico” da nação, e quando isso ocorria, cumpria-se a função pedagógica de fixar uma memória coletiva, valor que os positivistas tanto almejavam²⁰.

O prestígio do morto não somente se avaliava pela grandeza dos túmulos, pelas nobres formas de nominação, pelos patronímicos transmitidos através de gerações ou pelas eventuais curiosidades contidas nos epitáfios, media-se também pelo número de pessoas que reunia no enterro civil ou religioso e, mais ainda, pelo grau de importância que elas ocupavam na vida social e política do país. Aspecto que à época, certamente, teria motivado o escritor carioca, Lima Barreto, a escrever de forma irônica, no conto intitulado *Carta de um Defunto Rico*, que:

o meu propósito era dizer a vocês que o enterro esteve lindo. Eu posso dizer isso sem vaidade, porque o prazer dele, de sua magnificência, do seu luxo, não é propriamente meu, mas de vocês; e não há mal algum que um vivente tenha um naco de vaidade, mesmo quando é presidente de alguma coisa ou imortal da Academia de Letras. Enterro e demais cerimônias fúnebres não interessam ao defunto; elas são feitas por pessoas vivas e para vivos (Barreto, 1956 [1922], p. 287).

Curiosamente, o desejo póstumo desse escritor parecia contradizer alguns princípios por ele próprio apregoados em vida, sobretudo ele que fora um aguerrido crítico da burguesia carioca de sua época, um dos primeiros a perceber o processo de estratificação

social urbano, por meio da expulsão dos pobres do centro para os subúrbios e morros, sob a égide da grande reforma urbana empreendida por Pereira Passos, com forte inspiração haussmaniana (Brenna, 1985).

Apesar de tudo, Lima Barreto preferiu o São João Batista ao cemitério pobre de Inhaúma, no subúrbio em que residiu, viveu e morreu, visualizando-o sem nenhum atrativo, “sem aquele ar de recolhimento e resignada tristeza, de imponderável poesia do Além” – o que prontamente havia identificado no São João Batista:

Acho-o feio, sem compunção, com um ar morno de repartição pública; mas se o cemitério me parece assim, e não me interessa, os enterros que lá vão ter, todos eles, aguçam sempre a minha atenção quando os vejo passar, pobres ou não, a pé ou em coche-automóvel. A pobreza da maioria dos habitantes dos subúrbios ainda mantêm esse costume rural de levar a pé, carregados a braços, os mortos queridos (Barreto, 1956 [1922], pp. 287-292).

O São João Batista situava-se em bairro de gente rica que ele tanto havia criticado, mas, ironicamente, fora ali onde quis ser enterrado. É verdade, morrera cedo, mesmo para a época, aos 43 anos, depois de uma vida de insucessos e de internamentos frequentes para desintoxicação. Conforme descreve Enéas Ferraz, no dia 1º de novembro de 1922, durante o seu velório fizeram-se presentes apenas alguns poucos amigos, gente da redondeza, que se revezava diante do caixão pobre na acanhada sala da casa. No dia seguinte, realizou-se o escanifrado acompanhamento até a estação ferroviária que o levaria à Central e, logo depois, ao seu último destino, o vistoso São João Batista:

À tarde, o enterro saiu, levado lentamente pelas mãos dos raros amigos que lá foram. Mas, ao longo das ruas suburbanas, de dentro dos jardins modestos, às esquinas, à porta dos botequins, surgia, a cada momento, toda a “foule” anônima e vária que se ia incorporando atrás do caixão, silenciosamente. Eram pretos em mangas de camisa, rapazes estudantes, um bando de crianças da vizinhança (muitos eram afilhados do escritor), comerciantes do bairro, carregadores em tamancos, empregados da estrada, botequineiros e até borrachos, com o rosto lavado em lágrimas, berrando, com o sentimentalismo assustado das crianças, o nome do companheiro de vício e de tantas horas silenciosas, vividas à mesa de todas essas tabernas. (...) Posto o caixão em um carro fúnebre de 3ª classe, dois ou três ramos de flores aos cantos, e o carro partia, seguido do seu pequeno cortejo, a caminho de S. João Batista, onde Lima Barreto queria ter a sua cova, que foi toda a sua vaidade. Nunca viveu entre os bairros aristocráticos, nem nunca foi recebido nos seus salões, mas quis dormir o seu sono imortal no cemitério de tão belos mármore, entre a fidalgia triste dos altos ciprestes. E é lá justamente, junto à encosta da montanha, que ele repousa (Ferraz, 1922, p. 4).

A depender da importância do morto, o velório e o enterro tornavam-se atrativos de grande interesse público. Mas, o que não se viu na morte de Lima Barreto, acontecera alguns anos antes com o seu homólogo, Machado de Assis. De fato, este chegara a conhecer a glória ainda em vida e quando na madrugada do dia 29 de setembro de 1908 veio a falecer em sua confortável residência do Cosme Velho já era considerado uma instituição nacional. Seu

corpo foi trasladado para a sede da Academia Brasileira de Letras, fundada por ele, aonde personalidades públicas acorreram imediatamente. O funeral-espetáculo, encomendado pelo barão do Rio Branco, seguiu em préstito concorrido pelas principais ruas do centro, repletas de gente, embora grande parte dela não soubesse e nem compreendesse exatamente do que se tratava. Foi sepultado com pompas em túmulo individual no São João Batista, com a presença de destacados nomes do governo, políticos, associações científicas, do comércio, estudantes, assim como outros segmentos importantes da população, inclusive Rui Barbosa, a quem fora confiado o elogio fúnebre (Matos, 1939).

Provavelmente, Machado de Assis e Lima Barreto nunca se avistaram em vida. Exceto o Cosme Velho, bairro em que residiu e morreu, Machado frequentava as ruas principais do Centro do Rio, incluindo em seu percurso seleta e diário a Academia, a Garnier, os Ministérios e, em dias especiais, a Ópera. Lima Barreto frequentava apenas o subúrbio pobre em que residia e as tabernas de má reputação. Depois de mortos, finalmente, se encontravam pela primeira vez na nobre vizinhança do São João Batista, embora continuassem separados, como em vida. Enquanto um havia comprado jazigo bem situado, em área aristocrática e central do cemitério, onde todos viam e reverenciavam, o outro fora enterrado em campa, na parte mais recôndita e elevada da encosta, juntamente na companhia de outras catacumbas modestas, atualmente mais próxima à favela do entorno.

Mas a continuidade da cidade, como queriam os adeptos do positivismo, fazia-se por meio da reprodução de memórias familiares, de reverências a heróis e “homens ilustres”, num encadeamento contínuo de gerações, cujo inexorável destino seria o túmulo. Era ali onde os indivíduos deveriam se reconhecer, pois eram os mortos que lhes inscreviam em linhagens ao longo do tempo. Tal reclamo não passava despercebido aos olhos dos leitores no dia de finados, como comprova a nota publicada na seção *24 horas* da *Gazeta de Notícias*:

Cada vez, dizem os positivistas, os vivos são mais governados pelos mortos. Cada vez, efetivamente, a nossa dívida com o passado é mais pesada. Cada vez, os homens que aparecem estão ligados a um número maior de gerações e todos os organismos se ressentem das experiências das anteriores, feitas através dos séculos inumeráveis... (*Gazeta de Notícias*, 2/11/1903).

Por isso é que segmentos das elites urbanas deveriam buscar no passado a legitimação do presente, a criar liames que permitissem reconstituir, reunir e, ao mesmo tempo, eternizar a memória de seus antepassados (Dechaux, 1997). E não é por coincidência que nessa época os túmulos de família, sob a forma de casas ou de capelas, já haviam conquistado os cemitérios cariocas, obrigando muitas vezes o indivíduo a abdicar de sua própria expressão de individualidade, como perseguiam os românticos, para se integrar ao grupo familiar, sob o pretexto de solidariedade e coesão, tendo como ancoragem principal o patronímico gravado com destaque no frontispício do jazigo, pois, não era mais a alma que é indestrutível, porém, a família, o sobrenome (Ragon, 1981, p. 102).

Notas

1 - "Os cemitérios". In: *O Panorama*, v.1, 1837, p. 269.

2 - Ver estudo de Faoro (1976), em que o autor analisa sob a perspectiva sociológica, de inspiração weberiana, a reconstrução histórica e social do Segundo Reinado, a partir da ficção machadiana face à emergência da sociedade de classes que ia pouco a pouco substituindo os antigos valores cultuados pelos estamentos.

3 - Tornou-se lugar-comum na historiografia sobre a morte, os mortos e seus rituais no Brasil do século XIX a ênfase no processo de urbanização e de civilidade que conheceram as principais capitais da época. Como era de se esperar, as políticas de salubridade, tal como ocorreu na Europa, impulsionaram a construção dos primeiros cemitérios brasileiros. Em alguns centros urbanos irromperam movimentos de resistência, a exemplo do que ocorreu em Salvador, em 1836. Tratava-se de movimento liderado por confrarias religiosas contra a proibição dos sepultamentos nas igrejas (Reis, 1991).

4 - Como sugere, Valladares (1972), enquanto o Cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, no bairro do Catumbi, inaugurado em 1850, tornara-se o lugar predileto para o sepultamento da elite nobiliárquica do Império, com seus marqueses, condes, barões, conselheiros, comandadores, tenentes-coronéis e outros titulares da guarda nacional, além de proprietários de terras e de escravos, o Cemitério de São João Batista, construído em 1852, no bairro de Botafogo, ocupou esse papel durante a República, acolhendo figuras importantes da vida pública do país: políticos, chefes de estado, banqueiros, prósperos comerciantes, humanistas, altas patentes militares, bem como segmentos da nova burguesia endinheirada e ascensionária da época.

5 - *Revista dos Monumentos Sepulchraes* (1868). Sobre os cemitérios de Lisboa, ver Catroga (1999).

6 - No momento inaugural dos cemitérios, a partir de 1870, as representações escatológicas mais recorrentes eram crânios e tíbias cruzadas, foices, ampulhetas aladas, serpentes, corujas e morcegos, assim como outros signos de classificação menos evidente. A produção funerária, no período entre 1889 e 1902, "é massificada, de modo geral sem qualidade artística, com poucas exceções, e os antigos signos, quando aparecem, repetem velhas fórmulas já desgastadas, com expressões surradas, sugerindo o trabalho de artesãos marmoristas pouco criativo, que não foram capazes ou não tiveram motivação suficiente para renovar seu repertório. (...) O *leitmotiv* da arquitetura tumular desse período de transição parece conter, em um mesmo e único signo, alguns dos princípios fundamentais pregados pelo movimento positivista, em plena efervescência nesse período. O fraternalismo, a crença na unidade fundamental da espécie humana, a solidariedade

social e a irmanação das classes (a cruz que iguala indistintamente os mortos), a admiração e o fervor pela natureza expressos na concepção do "bosque sagrado", imprescindível ao culto positivista (os galhos), o cientismo, o gosto pela leitura e pelo estudo, o progresso através da educação (o livro aberto, o pergaminho/diploma) sugerem a impregnação, também do estado funerário, pelo estado de espírito positivista que tomou conta da sociedade ao final do século" (Lima, 1994, pp. 106-107).

7 - Em alguns cemitérios europeus, coincidindo com o apogeu da chamada *Belle Époque*, a arte funerária conheceu um período bastante criativo, dando vazão às fantasias românticas profanas, fortemente erotizadas, seja através da figura de anjos feminilizados, seja por meio da própria representação do corpo feminino que, a partir de então, tornou-se onipresente em diferentes formas alegóricas tumulares. Vale acrescentar, todavia, que os anjos praticamente desaparecem dos cemitérios europeus na primeira metade do século XIX, somente retornando com força expressiva no final do mesmo século e início do século XX, o que coincide com o gosto nos cemitérios brasileiros (Vovelle e Bertrand, 1983, p. 134).

8 - Algumas das primeiras versões, talvez as mais bem acabadas, se encontram nos cemitérios de São João Batista, no Rio, e no da Consolação, de São Paulo, provavelmente por terem permitido maior liberdade de expressão em relação ao uso de signos e formas artísticas, isto nem sempre coincidindo com os dogmas da moral cristã.

9 - As origens dessas manufaturas encontram-se ainda hoje, e na sua maior parte, gravadas em muitos túmulos, permitindo se identificar a procedência.

10 - Em 1870, o Rio de Janeiro, segundo o censo da época, contava com uma população de 235.291 habitantes. Em 1872, 274.952 habitantes. Em 1890, 522.651 e, em 1906, com 805.335 habitantes (Abreu, 1987). O viajante Carl Von Koseritz (1980, p. 35), por volta de 1883, fazia trocadilho muito significativo que definia muito bem a preeminência dessa cidade face aos demais centros urbanos do país: "O Rio de Janeiro é o Brasil, e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro. Quem quiser aprender a maneira por que o Brasil é governado e os negócios públicos conduzidos, não tem mais que passear algumas horas por dia na rua do Ouvidor".

11 - De acordo com os dados estatísticos, São Paulo contava no ano de 1872 com 31.000 habitantes, em 1886 com 47.697, em 1890 com 64.934 (Azevedo, 1958, II, p. 169).

12 - Por exemplo, sobre a sociabilidade em Fortaleza, ver Batista (2002).

13 - Em outra cena refere-se à feérica rua do Ouvidor: "Os ricos mausoléus, peçados de arrebiques, são

pandegos, gentis, embonecados, chiques! Têm vasos de cristal, corôas de vidrilhos que, antes de enfeitar os túmulos casquilhos, consolações pueris a colossais desgraças, da rua do Ouvidor adornam as vidraças, expostas ao olhar onde o desdem se estampa de quem talvez a tenha um dia sobre a campa" (idem, p. 3).

14 - Sobre o assunto é interessante consultar a análise realizada por Rodrigues (2005, pp. 199-233) sobre a polêmica criada pelo funeral civil de Tavares Bastos, no Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1876, definidos por setores católicos da imprensa escrita da época como uma "solenidade pagã".

15 - Sobre as visitas aos cemitérios nos domingos e dias feriados, ver os artigos de João do Rio, publicados na *Gazeta de Notícias*: "O papa defunto", 12/06/1907; "Velórios e enterros", 10/11/1908; "Dia de Finados", 08/11/1908; "Reflexões sobre o dia de Finados", 02/11/1914. Além disso, é interessante consultar alguns jornais do final do século XIX e início do século XX, especialmente nos dias consagrados aos mortos, a exemplo de: *O Paiz* (1884-1920); *Jornal do Commercio* (1891-1920). Ver também a matéria "Os cemitérios do Rio" publicada na *Revista Kosmos*, que assinala: "O cemitério de Catumbý, apesar da pobreza do bairro em que estão seus muros, é a morada última da maior parte dos banqueiros e poderosos negociantes dessa praça. (...) Nesse campo santo repousam no sono eterno muitos homens que dormiram sobre almofadas de seda e em trabalhados leitos de preciosas madeiras, homens que possuíam tesouros e tiveram ao alcance das mãos todos os gostos da vida (...). O São João Batista, como cemitério público, que o é, tem a frequência de romeiros de todas as classes, mas sua feição guarda um certo tom de boas maneiras ou, melhor, tem a expressão característica do bairro. O cemitério verdadeiramente popular, o que recebe de ano em ano, a romaria de maior número de pessoas do povo, é o de São Francisco Xavier, vulgarmente denominado o *Cajú*. Posto que assim sendo, ali repousam os restos mortais de muitos ricos e de notáveis brasileiros. (...) As duas necrópoles que antecedem o *Cajú*, a de S. Francisco da Penitência e de Nossa Senhora do Carmo têm menor frequência por serem de irmãos de suas ordens, mas, em ambas, encontram-se ricos mausoléus, alguns de fino gosto artístico" (*Revista Kosmos*, 1905).

16 - Sob o título *O Dia dos Mortos*, a *Gazeta de Notícias*, no dia 2/11/1903, publicava matéria que resumia o dia de finados nos principais cemitérios do Rio, descrevendo com detalhes alguns de seus importantes túmulos, a exemplo: "Cemitério de S. Francisco de Paula: entre os túmulos antigos, os que mais sobressaíam eram a capela do marechal José Simeão de Oliveira, onde será realizada hoje uma missa, à 9 horas, por determinação de sua viúva; as do Visconde de Guaratiba, de Luciano Leite Ribeiro, do Barão de Mauá, do Conde da Estrela e da Família

Agra (...) O túmulo do Barão de Araujo Ferraz estava coberto de flores e ricas grinaldas emoldurando-lhe o busto. O do Duque de Caxias também tinha muitas corôas de valor, salientando-se entre elas as enviadas pela comissão glorificadora do seu centenário e pela Escola Militar (...) Quem como nós visitou ontem o cemitério de S. Francisco de Paula recebeu ótima impressão pelo asseio que estão tratado todos os túmulos"; "Cemitério de S. João Batista: muitas eram as sepulturas que se achavam ornamentadas de ricas grinaldas, flores naturais e artificiais e mais lembranças que a alma piedosa dos parentes lá deixaram para os que já repousaram. Dentre as sepulturas que se achavam ornamentadas com mais apurado gosto, muitas das quais de pessoas falecidas há pouco tempo, podemos notar as seguintes: Barão de Cotegipe, Barão de Araguaya, Conselheiro Diogo Duarte Silva, Visconde do Bom Conselho, Família Bastos, Família Camacho, Jorge Luiz Teixeira Leite, Conselheiro Nascimento Machado Portella...Barão Torres Homem, Miguel Angelo de Mesquita e mais as ricas capelas de família Murnelly, Barão de Oliveira Castro, Barão de Vargem Alegre e Família Torres. Causa muito boa impressão a limpeza que reina em todo o cemitério, que merece grande cuidado do digno administrador".

17 - Sobre a ideia de "vida política dos cadáveres" ver o interessante trabalho de Verdery (2000).

18 - João do Rio. "Epitáfios", In *Gazeta de Notícias*, 3/11/1908. O mesmo artigo, publicado em jornal, foi inteiramente reescrito e ampliado, incluído posteriormente no livro *Cinematógrafo* (1909).

19 - Os manuais de civilidade e etiqueta encarregavam-se de definir o tempo de duração do luto de acordo com a proximidade de parentesco que ligava os membros da família. O luto para os avós durava seis meses, o luto dos pais pelos filhos deveria durar seis meses, com mais seis de luto aliviado, isto é, dispensando o uso da cor negra na vestimenta. Entre os manuais mais lidos na época, destaca-se o *Tratado de Civilidade e de Etiqueta*, de autoria da Condessa de Gencé, publicado na França, na segunda metade do século XIX e traduzido para a língua portuguesa no início do século XX. Ver também Carvalho (1895), manual de etiqueta muito apreciado no final do século XIX e início do XX, especialmente pela burguesia fluminense.

20 - Provavelmente, um exemplo paradigmático do chamado funeral-espetáculo, que na época mobilizou diferentes setores da sociedade francesa foi o de Victor Hugo, em 1885. Sobre o assunto é interessante consultar o trabalho de Ben-Amos (1984). No Brasil, são vários os exemplos de funerais pomposos na virada do século XIX e no primeiro quartel do século XX, sobretudo os de presidentes, governadores, senadores da República, estadistas, marechais e outros nomes ligados às profissões liberais de reconhecido destaque nacional.

Fontes

Jornais e periódicos

Gazeta de Notícias, 2/11/1903; 12/6/1907; 3/11/1908; 8/11/1908; 10/11/1908; 2/11/1914.

O País. Rio de Janeiro, 20.11.1922.

O Panorama, dezembro 1937.

Revista Kosmos. Rio de Janeiro, Jorge Schmidt Editor, número 11, novembro, 1905.

Revista dos Monumentos Sepulcrais. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1868.

Memorialistas, Viajantes e Literatos

ASSIS, Machado de. As bodas de Luis Duarte. In: *Obras completas*. vol. 1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. [1873].

ASSIS, Machado de. Memorial de Aires. In: *Obras completas*, vol. 1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959 [1908].

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: *Obras completas*, vol. 2, Rio de Janeiro: Aguilar, 1959 [1883].

AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo*. Estudos de geografia urbana. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1958.

AZEVEDO, Artur. *O Dia de Finados. Sátira*. Rio de Janeiro: Tipografia Acadêmica, 1877.

CARVALHO, M. A. V. *A arte de viver na sociedade*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, Editor, 1895

FERRAZ, E. A morte do mestre. In: *O País*. Rio de Janeiro, 20.11.1922.

GENCÉ, Condessa. *Tratado de civilidade e etiqueta*. Lisboa, Guimarães & Cia. Editores, 1909.

KOSERITZ, C. V. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1980.

LEMOS, M. *A secularização dos cemitérios e o privilégio funerário*. Rio de Janeiro: Sede da Igreja Positivista do Brasil, 1893.

MATOS, M. *Machado de Assis*. São Paulo: Brasiliense, 1939.

MELO NETO, João Cabral de. *Poesias completas: 1940-1980*. Lisboa: IN-CM, 1986.

MORAES FILHO, MELLO. *Festas e Tradições Populares no Brasil (1895)*. Brasília: Senado Federal, 2002.

RIO, João do. "Epitáfios". *Gazeta de notícias*, 3/11/1908.

RIO, João do. *Cinematógrafo*. Porto: Livraria Chardron, 1909.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BARRETO, Carta de um defunto Rico. In: *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1956.

BATISTA, H. S. de A. *Assim na morte como na vida*. Arte e sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002

BEN-AMOS, A. Les funéailles de Victor Hugo. Apothéose de l'événement spectacle. In : NORA, Pierre (dir.) *Les lieux de mémoire*. I La République. Paris: Gallimard, 1984.

BILAC, Olavo. Notas Diárias. In: *Crítica e Fantasia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904.

BORGES, Maria Elízia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930: ofício de marmorista italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Editora C/arte, 2002.

BRENNNA, Giovanna (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Uma cidade em questão. Rio de Janeiro: Editora Index, 1985.

- BURGUIÈRE, A. La mémoire familiale du Bourgeois Gentilhomme: généalogies domestiques en France aux XVIIe. et XVIIIe. Siècles. In : *Annales ESC*, nº4, julho e agosto, 1991.
- CATROGA, F. *O céu da memória: cemitério romântico e memória*. Coimbra: Minerva, 1999.
- CUNNINGTON, P. *Costumes for Births, Marriages and Death*. London: A & C Black, 1972.
- DECHAUX, J-H. *Le souvenir des morts*. Essai sur le lien de filiation. Paris: PUF, 1997.
- FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- GERSON, B. *História dos subúrbios: Botafogo*. Rio de Janeiro: Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal, s.d.
- GLEDSON, J., MENEZES, P. da C. (org.) *Rio de Assis. Imagens machadianas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- LIMA, T. A. "De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade social)", in *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v. 2, São Paulo, USP, 1994.
- RAGON, M. *L'espace de la mort*. Essai sur l'architecture, la décoration et l'urbanisme funéraires. Paris : Albin Michel, 1981.
- REIS, João J. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, C. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- TAYLOR, L. *Mourning Dress: A Costume and Social History*. London: Allen and Unwin, 1983.
- VALLADARES, C. do P. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/MEC, 1972.
- VERDERY, Katherine. *The Political Lives of Dead Bodies*. New York: Columbia University Press, 2000.
- VOVELLE, Michel e BERTRAND, Regis. *La Ville des Morts: Essai sur l'Imaginaire urbain contemporain d'après les cimetières provençaux*, Paris : Éditions du Centre National de La Recherche Scientifique, 1983.
- VOVELLE, Michel. *La mort et l'Occident de 1330 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1988.

Recebido em 27/06/2014



A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851)

The creation of the public cemeteries of Rio de Janeiro as “hallowed grounds” (1798-1851)

Claudia Rodrigues

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Professora do Departamento e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. claudiarodrigues.3@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo busca analisar o longo processo que levou à criação dos primeiros cemitérios públicos da cidade do Rio de Janeiro. Procura demonstrar que sua ocorrência se deu diante da confluência de uma série de fatores, que envolveram não só questões higienistas, mas também aspectos políticos, tais como evitar a ocorrência de uma nova “cemiterada”, como em Salvador, e os interesses do provedor da Santa Casa da Misericórdia, José Clemente Pereira. Ao final do processo, o estabelecimento dos cemitérios de São Francisco Xavier, no Caju, e de São João Batista, na Lagoa, em 1851, seria apenas um dos pilares do monopólio que a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro detinha por mais de meio século sobre o serviço de enterros e os negócios funerários na cidade. A criação e administração das duas necrópoles públicas e extramuros do Rio de Janeiro por uma instituição pia, como a Misericórdia, a sua bênção pela autoridade eclesiástica e a jurisdição católica ratificariam a natureza de campo santo de ambas. Situação que permaneceria por décadas, até o fim do Império.

Palavras-chave: camposanto, cemitérios, higienismo, cemiterada

ABSTRACT: *The aim of this article is to analyse the long process that led to the creation of the first public cemeteries of the city of Rio de Janeiro. It seeks to demonstrate that this process only took place because of a confluence of a number of factors involving not only hygienist questions, but also political aspects. These aspects included avoiding the occurrence of a new cemeterada (1836 revolt against the law that abolished burials inside churches and their grounds), as in Salvador, and the interests of the director of the Santa Casa da Misericórdia, José Clemente Pereira. At the end of this process, the establishment of the São Francisco Xavier cemetery in the Caju neighbourhood and the São João Batista cemetery in Lagoa in 1851, was only one of the pillars of the monopoly that the Santa Casa de Misericórdia held for over half a century over burial services and the funeral business in the city. The creation and administration of the two Rio de Janeiro public cemeteries outside of church grounds by a religious institution such as the Misericórdia, its blessing by the ecclesiastical authority and the Catholic jurisdiction ratified both of them as hallowed grounds. This situation remained for decades, right until the end of the Empire.*

Keywords: *hallowed ground; cemeteries; hygienism; cemeterada*

A tradição dos sepultamentos *ad sanctos apud ecclesiam* no Rio de Janeiro

Tanto na Colônia como no Império brasileiro, o regime de união entre Igreja e Estado, que estabelecera o catolicismo como religião oficial, fez com que o interior dos templos católicos (*ad sanctos*) e o terreno ao seu redor (*apud ecclesiam*) abrigassem as sepulturas da maior parte dos cadáveres das diferentes freguesias, seja nas áreas rurais ou urbanas (Campos, 2004, p.176). Na busca pela inumação em sagrado, com vistas a obter a salvação no *post-mortem* (Ariès, 1989; Reis, 1991; Rodrigues, 1997), a maioria dos que podiam pagar, com maior ou menor pompa, por uma sepultura e pelos ritos fúnebres católicos – chegando, inclusive, esmolar para tal ou obtê-los “pelo amor de Deus” – destinava seus cadáveres para alguma das igrejas matrizes nas diferentes paróquias urbanas e rurais ou para os templos de conventos e/ou das irmandades e ordem terceiras de brancos, pardos, mulatos e pretos da cidade (Campos, 2000; Soares, 2000; Rodrigues, 1997; Rodrigues e Bravo, 2012).

Ao relatar aspectos da cidade e dos cemitérios do Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis, Luiz Edmundo chegou a afirmar que, “no Rio antigo, as igrejas eram o cemitério cristão”, já que os enterramentos “eram feitos pelo solo, pelas paredes, debaixo dos altares, por cima deles e por detrás dos oratórios”. Por isto, o memorialista chegou a fazer uma trovinha, dizendo que “Recheio de tolo é bazófia/ Recheio de porco é *farófia*/ Recheio de igreja é defunto” (Edmundo, 1956, p.83). Fosse qual fosse a natureza do templo – se paroquial, de associação religiosa (irmandades, ordens terceiras e confrarias) ou de convento –, o fato é que os mortos residiam em uma relação de proximidade diária com os vivos que o frequentavam, já que no seu interior e ao seu redor muitas eram as covas ali presentes.

Por questões de fortuna e ventura, nem todos os mortos eram enterrados nas igrejas ou ao seu redor. Para além dos sepultamentos nas praias, nos campos e terrenos baldios, os escravos e pessoas livres pobres que não pertencessem às irmandades e/ou não pudessem pagar por uma cova ou catacumba de igreja; os justicados, a quem era vedado o sepultamento em local sagrado; os indigentes e os não católicos tinham como destino um dos cemitérios que existiram dentro da cidade – portanto, ainda intramuros –, destinados aos chamados desprivilegiados na morte, a exemplo do cemitério da Santa Casa da Misericórdia, localizado atrás do seu hospital junto ao morro do Castelo (na praia de Santa Luzia); do chamado “Cemitério dos Mulatos”, no Campo de São Domingos/Rocio da cidade; e do cemitério dos “pretos novos”, localizado inicialmente no largo de Santa Rita – de 1722 a 1769 – e, posteriormente, no Valongo (parte da atual zona portuária do Rio de Janeiro) – entre 1769 e 1831 (Rodrigues, 1997; Rodrigues e Bravo, 2012, pg. 9-15; Pereira, 2007). Em que pese a posição hierárquica destes locais de sepultura, não podemos ignorar, no entanto, que se tratavam igualmente de um campo santo, uma vez que foram benzidos antes de entrarem em funcionamento e, mesmo aqueles descolados dos templos – como o caso do cemitério da Misericórdia e do cemitério dos Pretos Novos – e possuíam, ainda que precariamente,

“funcionários” que exerciam a função de sacristãos, realizando minimamente algum tipo de cerimoniais religiosos (Rodrigues e Bravo, 2012, p. 13 e 15).

Aos que não fossem católicos e não desejassem ser inumados no cemitério da Santa Casa da Misericórdia, por exemplo, a cidade passou a contar com o cemitério dos Ingleses, situado na Gamboa, a partir de 1811. Em função do “Tratado de Amizade” de 1810, estabelecido entre Portugal e Inglaterra, que garantiu aos britânicos o direito de dar sepultura aos seus mortos em cemitérios particulares (Cruls, 1965, p.369; Rodrigues, 1997; Costa, 2010). Devido à inexistência de outros locais desta natureza, este cemitério passaria a receber cadáveres de estrangeiros de outros cultos e nações, a exemplo dos judeus e demais protestantes.

As primeiras tentativas de eliminação dos sepultamentos nas igrejas

Com o avançar dos anos 1830, esta secular coabitação entre vivos e mortos seria afetada, conduzindo, duas décadas depois, ao fim da prática de sepultamento *ad sanctos apud ecclesiam*. Doravante, os mortos passariam a ser indistintamente destinados aos cemitérios públicos afastados da área urbana. A fundamentação para tais medidas se ancorou nas concepções e propostas de médicos que tinham como base as teorias miasmáticas então em voga alhures de que a proximidade dos vivos para com as sepulturas e seus cadáveres em putrefação ocasionaria doenças e se transformaria em grande perigo em contextos epidêmicos. Na busca de afirmação do saber científico (Machado, 1978; Sampaio, 2001), um grupo de médicos higienistas passou a travar uma batalha incessante em defesa de propostas de erradicação dos focos das chamadas emanações pútridas das cidades, principalmente aquelas mais populosas do Império, como Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Recife, entre os anos de 1830 e 1850, e na busca de convencer as autoridades públicas a afastarem os sepultamentos do interior e entorno dos templos católicos (Reis, 1991; Rodrigues, 1997; Cymbalista, 2002; Pagoto, 2004; Castro, 2007).

Este processo de deslocamento, no entanto, não seria tão rápido e fácil assim. Na maioria das cidades católicas investigadas em diferentes países, o tempo até a concretização final do afastamento das sepulturas do convívio diário com os vivos nos templos foi longo (Além dos citados acima, para o Brasil, podemos mencionar Thibault-Payen, 1977; Catroga, 1999; Ferreira, 1976; Goldman, 1979). No caso da cidade do Rio de Janeiro, podemos ver que, desde fins do século XVIII, preconizava-se a necessidade da transferência dos sepultamentos para fora das zonas urbanas.

Em 1798, durante a regência do príncipe d. João, uma sugestão do conde de Resende propôs que a câmara municipal organizasse uma consulta aos médicos considerados mais notáveis, sobre as causas da insalubridade do Rio de Janeiro. As questões foram formuladas pela municipalidade, suscitariam pareceres médicos. Neles, uma série de aspectos foi elencada como passíveis de intervenção frente à considerada “degeneração” do ar, dentre os quais a

presença dos cemitérios (Machado, 1978, p. 143-149; Gagliardo, 2011, p. 39-42). Não há notícias de que estes pareceres surtiram efeitos práticos. De qualquer forma, a questão dos sepultamentos nos templos suscitou uma carta régia, em 1801, proibindo o enterro nas igrejas dos domínios ultramarinos portugueses e ordenando, para isso, a construção de cemitério(s) fora das cidades, os quais deveriam ter capela e capelão próprio para a realização dos sufrágios (IHGB, 9/1/1801; Reis, 1991, p. 274-5; Machado, 1978, p.143-6).

Como sustentou Reis, tais medidas não surtiram efeitos e seria necessário esperar pela Independência para que se tentasse novamente implementar uma lei neste sentido. Com efeito, numa portaria de 1825, o imperador alegou a insalubridade dos locais de sepultamento no Rio e ordenou ao provedor-mor de Saúde o estabelecimento de um cemitério, com a ajuda das autoridades eclesiásticas. Todavia, nada seria providenciado. Em 1828, quando da implementação da Lei de 1º de outubro, que regulamentava as câmaras municipais em todo o Império, o parágrafo 2º do artigo 66 determinaria ser da atribuição das câmaras o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, devendo os mesmos ser estabelecidos em conformidade com “a principal autoridade eclesiástica do lugar”, dando a entender que deveriam se tratar de espaços que possuiriam jurisdição eclesiástica. (COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL. 1878, p. 74; Reis, 1991, p. 275-6).

Somente em 1832, a Câmara Municipal do Rio deliberaria a respeito quando do estabelecimento do novo código de posturas da cidade, que retomava as formulações do parecer de 1798. O código fornecia indicações sobre cemitérios e enterros, ordenando que houvesse atestado de óbito passado por um médico para que os sepultamentos fossem autorizados. Normalizava a profundidade das covas, o tempo que deviam ficar fechadas e proibia enterros nas igrejas e conventos quando fosse construído um cemitério ou estabelecido um local para enterros (Reis, 1991, p.275-276; Machado, 1978, p.184 e 293-294).

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro – criada em 1829 e que se transformaria em Academia Imperial de Medicina, em 1835 – teve atuação importante nesse momento da elaboração das medidas higiênicas. Através de sua comissão de salubridade, consolidaria a posição de um grupo de médicos higienistas no apoio às autoridades públicas para o estabelecimento das medidas de urbanização (Machado, 1978, p.189-190; Reis, 1991, p.250-257; Rodrigues, 1997, p.59-66). No ano seguinte, a Regência, em nome do imperador, recomendaria “novamente” à Câmara Municipal que cumprisse suas posturas no que se referia à extinção das sepulturas nos templos, devido ao fato de ter chegado ao seu conhecimento que, na freguesia do Pilar, as “febres continuavam a afligir os habitantes” e que a causa do flagelo eram “as contínuas exalações miasmáticas produzidas pelas sepulturas dentro do recinto dos templos” (AGCRJ, 3/9/1833).

Mas, mesmo essa determinação não foi capaz de fazer com que a Câmara efetivasse a proibição e a criação de cemitérios extramuros. Exemplo dessa dificuldade foi o jogo de empurra entre diferentes intendentess de Polícia da Corte e a municipalidade, nas décadas

de 1820 e 1830, para resolver os problemas apontados nas queixas dos moradores de várias localidades da cidade (da região do Valongo; das vizinhanças da igreja de Santo Antônio dos Pobres, na freguesia de Santana; da freguesia de São João Batista da Lagoa; da praia de São Cristóvão e da ponta do Caju; e da rua das Flores, também na freguesia de Santana), contra a vizinhança de cemitérios ou sepulturas de igrejas próximos de suas casas de residência ou de comércio (Rodrigues, 1997, p.71-89).

Em virtude de um requerimento para que fosse dado andamento à construção dos cemitérios, o então presidente da Câmara Municipal determinou, em 22 de maio de 1835, o exame de alguns pontos da questão, a exemplo da indicação de um local fora da cidade que oferecesse espaço suficiente para a construção de um ou mais cemitérios. Deveria ser levado em consideração o aumento da população, a fim de que em poucos anos o mesmo não ficasse no Centro da cidade. Da mesma forma, dever-se-ia verificar se o terreno poderia ser comprado, o montante da despesa, o meio de se transportar os cadáveres dos diversos pontos da cidade para o(s) cemitério(s) público(s) e tudo o mais relativo à sua construção (AGCRJ, 22/5/1835).

Um dado que sugere que a medida não foi levada adiante é a existência de nova proposta, em fevereiro de 1841, para que a Câmara se ocupasse o “quanto antes da instituição de cemitérios, para de uma vez cessarem os enterros dentro das igrejas” (AGCRJ, 9/2/1841). Para isso, seria nomeada uma comissão de dois médicos e um engenheiro, a quem seria dada a tarefa de apresentar um programa acerca do cemitério público. Em dezembro, a comissão alegava que ainda não havia recebido uma relação completa dos óbitos e nascimentos das freguesias da cidade relativos aos anos de 1830 a 1840, sem a qual seria impossível fazer os cálculos necessários ao andamento do processo, por se acreditar ser necessário analisar o movimento dos índices de mortalidade de uma década (AGCRJ, 11/12/1841). Quando o parecer da comissão foi enviado à Câmara Municipal, no ano seguinte, ela afirmava estar quase chegando à conclusão dos trabalhos, mas entendia que sua função não deveria se limitar a apresentar um parecer, deixando “todas as dificuldades das aplicações práticas” à municipalidade. Ao contrário, queria escolher o local, elaborar a legislação que deveria reger o dito estabelecimento e levantar a planta para edificação de um cemitério “digno da capital brasileira”. Tarefas que demandariam a realização de um concurso no qual seriam avaliadas e premiadas as melhores propostas que atendessem a esses objetivos, sendo necessário obter autorização da Câmara para se conferir prêmios aos concorrentes. Para isso, requeria a quantia de 400\$000 a ser gasta com a cunhagem de medalhas, impressão de programas, publicação nos jornais (AGCRJ, 4/12/1842). Ou seja, a comissão levou quase dois anos para se posicionar, buscando meios que viabilizassem as “aplicações práticas” de um parecer sobre a criação de cemitério público. Apesar disso, ao que tudo indica, estas cautelas também não fariam o projeto sair do papel.

Da mesma forma que em Salvador, por exemplo, a morosidade da municipalidade acabaria fazendo com que a tarefa fosse assumida por uma instância maior. Lá, o caso

passaria a ser assumido pelas autoridades provinciais (Reis, 1991, p. 283-5). Aqui, o seria pelo legislativo imperial. Na sequência, ao que imagino terem sido as dificuldades acima analisadas, novas tentativas seriam feitas a partir de 1843, quando alguns médicos membros da Câmara dos Deputados na Assembleia Geral do Império do Brasil passaram a apoiar, num primeiro momento, uma proposta privada para a construção dos cemitérios públicos da Corte, efetuada pelos empresários João Tomás Tarrand e João Pereira da Costa Mot (AGCRJ, ?/5/1843).

O fato que gerou tal iniciativa foi a ocorrência de um grave surto de escarlatina na cidade¹, que fez com que, em 12 de agosto, a Câmara dos Deputados abrisse as discussões sobre a “urgência para estabelecimento de cemitérios extramuros”². No entanto, o receio de se conceder uma tarefa a empresários, que impusessem restrições à realização de cerimônias religiosas e sagradas no recinto do cemitério³, sem contar o medo de se repetir o ocorrido em Salvador, fez com que os deputados rejeitassem a proposta de se conceder o estabelecimento do cemitério aos empresários. Em seu lugar, uma nova proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados e enviada para o Senado, ainda neste ano, na qual se resguardava os interesses, inclusive financeiros, das associações religiosas em estabelecessem seus cemitérios no espaço do cemitério público a ser criado, bem como a observância das autoridades eclesíásticas na parte das cerimônias fúnebres. O fim da epidemia da escarlatina acabaria esmaecendo o interesse pela questão e, em 1845, a discussão no Senado seria adiada e esquecida.

A recorrência dessas questões num espaço de tempo de quase meio século demonstra a dificuldade de se efetivar a criação de cemitérios extramuros que interrompessem com os enterramentos nos templos católicos. Tal demora ocorrera igualmente na França, na Espanha, em Portugal e em Salvador, dentre outras regiões, sendo definida por Reis e Thibault-Payen como provenientes do “partido da resistência” (Thibault-Payen, p. 417-27; Goldman, 1979, p. 81-93; Ferreira 1996, p. 19-33; Araújo, 1997, p. 373-381; Catroga 1999, p. 46-60; Reis, 281-5).

As delongas expressavam as dificuldades de se desvencilhar de uma prática que, se no Brasil era secular (vindo desde o início da colonização), na Europa ocidental era milenar. A dificuldade da municipalidade – e parece que não apenas a do Rio de Janeiro – em promover o distanciamento entre vivos e mortos, nos anos de 1830 a 1840, demonstra duas coisas. A primeira é que, nesse período, a Câmara custava a assumir a tarefa de criar e administrar cemitérios extramuros. O que se dava não apenas por questões financeiras; mas, também, pela dificuldade de se assumir como sua uma função que, por séculos, fora das paróquias e associações religiosas. Fator que evidencia mais um aspecto da transição de antigas para novas concepções ligadas à gestão do morrer em sociedades católicas.

A outra se relaciona ao fato de que os costumes fúnebres efetivamente não mudam tão rápido como alguns segmentos da sociedade (como certos médicos, autoridades e moradores vizinhos a alguns cemitérios considerados inadequados) poderiam desejar. Quando em algumas regiões a agilidade pela qual as propostas foram encaminhadas e executadas

atropelaram o ritmo mais lento das mudanças dos hábitos fúnebres, é possível identificar reações, até radicais, contra a imposição dos cemitérios, contra as próprias necrópoles construídas e, portanto, contra o afastamento entre vivos e mortos. Exemplo notório em nosso país é o da “cemiturada”, em Salvador, brilhantemente estudada por Reis (1991), através da qual a população furiosa destruiu o cemitério criado, em 1836. Ou seja, a revolta ocorreu na mesma década em que as discussões das propostas higienistas estavam se desenvolvendo; não dando tempo para que estas últimas se tornassem mais familiares, a ponto de afetar os costumes fúnebres da população.

Como já demonstrei em outro estudo (Rodrigues, 1997, p. 135-136), esta especificidade do caso de Salvador é que, embora as atitudes protelatórias entre fins do século XVIII e a década de 1830 tenham caminhado num sentido muito parecido com o que ocorreu no Rio de Janeiro, a experiência soteropolitana foi diferente em vários aspectos. O mais significativo foi o surgimento e a acolhida, em 1835, da proposta de empresários para a construção e administração dos prédios mortuários. Situação que levou a população a se revoltar contra o fato de não ser uma associação religiosa a gerenciar uma instituição considerada tão pia como o cemitério que abrigava seus ancestrais. Outro aspecto é que, em Salvador, o discurso higienista teria menos tempo para se consolidar do que no Rio de Janeiro. Aliado a isso, lá não houve um surto epidêmico das proporções da febre amarela de 1849/50 que ajudasse a empurrar os vivos para os cemitérios extramuros. Por fim, a explosiva conjuntura social do período regencial na Bahia, potencializaria a eclosão de mais uma revolta. Conjuntura totalmente diferente da que conduziu a experiência histórica desse processo na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1849/1850: quando as medidas foram efetivamente colocadas em prática. Aqui, as ações proteladoras seguiram pelos anos 1830 até o final da década de 1840; quando se caminhara para a estabilidade política do Segundo Reinado; quando os debates no legislativo imperial evidenciariam a cautela de não se entregar a construção e administração dos cemitérios extramuros a empresários; quando encontrou uma população que progressivamente se familiarizava com o discurso higienista; e, por fim, quando surgiu um forte surto epidêmico. Tudo combinado tornaria o processo de afastamento dos mortos, na Corte, menos traumático, como se tivesse ocorrido “no tempo certo” – evidentemente que assumindo todo o risco epistemológico de fazer este tipo de afirmação. Vejamos como isso se deu no Rio de Janeiro.

A febre amarela de 1849-50 e as medidas higienistas quanto aos mortos e suas sepulturas

Após o engavetamento das propostas de 1843, a ocorrência do maior surto epidêmico de febre amarela até então vivenciado na cidade do Rio de Janeiro, no verão de fins 1849 e início de 1850 (Rego, 1851 e 1872; Benchimol, 1992; Machado, 1978; Chalhoub, 1992 e

1996), foi fundamental para que a semente plantada pelos médicos higienistas germinasse, interferindo sobre as práticas fúnebres⁴.

Em 14 de fevereiro de 1850, o dr. José Maria de Noronha Feital, membro da Academia de Medicina, escreveu artigo a respeito das medidas para prevenção contra a febre amarela, que recebeu ampla divulgação (Feital, 1850). Certamente, foi deste escrito que o Ministério do Império retirou as determinações que, coincidentemente, no mesmo dia 14 de fevereiro, enviou à Câmara Municipal para serem tomadas. Lendo os dois textos, a portaria imperial e o artigo do médico, percebe-se, inclusive, redação semelhante até na ordem em que aparecem mencionadas determinadas medidas.

Passo a analisar aquelas a respeito da prevenção contra o perigo das sepulturas dentro das igrejas, juntamente com as que se referiam a outros costumes tradicionais com relação aos mortos. Segundo o dr. Feital, os dobres dos sinos, o aparato processional do viático e os enterros com grande pompa seriam causas que induziam o doente a pensar na moléstia e na morte, não devendo, por isso, ser permitidos. Quanto aos sepultamentos propriamente ditos, afirmou que não se deveria tolerar que os enterros se fizessem nos corpos das igrejas e quanto antes se estabelecessem “lugares sagrados para as sepulturas necessárias à quantidade de corpos” que recebessem. Para ele, os cadáveres deveriam ser encomendados em casa, cobertos de uma camada de cal, e encerrados em caixões inteiros de madeira perfeitamente unidos e fechados – devemos lembrar que, até então, não era prática comum os enterramentos em caixões, que eram utilizados mais para o transporte dos mortos para a sepultura. Só assim se evitaria respirar os miasmas que sempre prejudicavam e aumentavam a repugnância que acreditava que se deveria ter aos mortos (Feital, 1850, p. 17).

Para ele, as armações dentro e fora das casas poderiam dar origem a graves males, pois elas se impregnavam das exalações cadavéricas, podendo ser transportadas de uma casa para outra. Deveriam ser proibidas e para sempre banidas, bem como os caixões de grades cobertos de veludo ou pano que deixariam transpirar as exalações dos cadáveres. Igualmente criticado por ele era o hábito de fechar as janelas e as portas das casas em que se encontrava um cadáver, algumas vezes em adiantado estado de putrefação. Tais costumes eram, para ele, um sacrifício para os vivos e uma “mísera” prática em nada útil ao morto, sinal de “barbaridade” (Feital, 1850, p.17).

Verificamos que, além da vigilância auditiva, as ideias médicas divulgadas na cidade preconizavam uma nova sensibilidade olfativa. O dr Feital recomendava medidas com vistas a ocultar dos vivos o cheiro dos mortos. O mesmo procedimento era prescrito em Salvador. Segundo João José Reis, os médicos “ensinavam a vigiar o cheiro da morte, a temê-lo e inclusive a não disfarçá-lo, por exemplo, com aromas de incensos”. Eles insistiam na “adjetivação negativa do cheiro cadavérico”, que deveria ser considerado “insuportável, desagradável, pernicioso, insultante, repugnante, ingrato, atormentador, mau” (Reis, 1991, p. 264). Por trás dessa vigilância estava a convicção de que o cheiro cadavérico denunciava

a impureza do ar. Certamente, tais ensinamentos repercutiram nas queixas dos moradores vizinhos a alguns cemitérios e igrejas da cidade do Rio, mencionadas anteriormente. Realizadas, ao longo dos anos 1820 e 30, demonstravam a familiaridade pela qual parte da população já passava a ter com as concepções higienistas relativas aos sepultamentos, mesmo antes da febre amarela.

Significativo é ver que, se parte da população se apropriava das ideias médicas, os médicos não pareciam se desvincular totalmente das concepções fúnebres tradicionais. Se, à primeira vista, se percebe no texto do dr Feital a presença de uma concepção que pretendia transformar as atitudes costumeiras diante da morte, em uma determinada passagem aflora a ideia acerca da sacralidade das sepulturas, quando afirmou que não se devia “tolerar que os enterros se façam nos corpos das igrejas; e quanto antes se estabelecerão lugares sagrados para as sepulturas necessárias à quantidade de corpos que recebem” (Feital, 1850, p. 17). Tal afirmação evidencia que, apesar de seu discurso higienista quanto a alguns dos costumes fúnebres, fica patente a manutenção da referência cristã: ainda que devendo ser removidos da vizinhança dos vivos, os lugares dos mortos deveriam manter-se como sagrados. O que corrobora a argumentação de que, por mais que um novo discurso surja, as pessoas não se desfazem de uma hora para outra das antigas visões. Nesse caso, era possível conciliar de forma ambivalente o higiênico com o religioso⁵.

Com o avanço da febre amarela, foi baixado, em 4 de março, um regulamento sanitário que se constituiu num plano detalhado de combate à epidemia, através do estabelecimento de medidas rígidas de controle sobre os indivíduos e a vida na cidade, “armando pela primeira vez, todo um dispositivo de esquadramento e disciplina do espaço urbano” (Benchimol, 1992, p.114 e Rego, 1851, p.12) que implicaria a intervenção sobre as práticas fúnebres. Proibiram-se as encomendações e os sepultamentos dos cadáveres no interior das igrejas, os dobres dos sinos e as armações das casas e igrejas para os velórios, amalgamando as ideias médicas até então difundidas e a Portaria imperial de 14 de fevereiro. Até os que viviam em função da morte foram atingidos pela sombra normalizadora do poder público. Para coibir o “espírito de lucro” dos armadores e proprietários de caixões, carros e demais objetos funerários que, durante o período epidêmico, inflacionaram o mercado funerário, uma medida policial, decidiu fixar as taxas destes serviços. A situação havia chegado ao ponto de certo carro funerário ter sido apreendido pela polícia, por ter custado 248\$000 réis a uma família enlutada (Renault, 1978, p.19).⁶

Diante desta proibição dos sepultamentos no interior das igrejas, um ofício do chefe de Polícia da Corte, Antônio Simões da Silva, foi dirigido à Ordem Terceira de São Francisco de Paula, no dia seguinte, pedindo que fosse dado jazigo naquele mesmo dia, se possível fosse, a todos os cadáveres remetidos para o seu cemitério em construção, desde 1849, no bairro do Catumbi⁷. Provavelmente, pelo fato de a Ordem Terceira ter criado dificuldades para a execução do ofício, foi necessária a intervenção do ministro dos Negócios do Império,

visconde de Mont'Alegre, no dia 8, mandando que se desse jazigo aos corpos para lá enviados, suspendendo e dispensando quaisquer formalidades compromissais que pudessem retardar o cumprimento da disposição imperial⁸.

Dias depois, em 16/03/1850, o mesmo visconde de Mont'Alegre expediu ofício a todas as irmandades, ordens terceiras e conventos da cidade, mandando que os que não tivessem estabelecido seus cemitérios extramuros procedessem ao enterro de seus fiéis ou no Campo Santo da Misericórdia (novo cemitério localizado no bairro do Caju, que fora construído pela Misericórdia em 1839, quando a irmandade decidira reformar e ampliar seu hospital geral, deslocando o antigo cemitério que ficava nos seus fundos para a Ponta do Caju) ou no de Catumbi (pertencente à Ordem Terceira de São Francisco de Paula), sob pena de punição aos que não cumprissem o determinado⁹. Em virtude da proibição, foram muito poucas as inumações nos templos, após 16 de março, sendo a maioria dos cadáveres sepultados no cemitério da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, que teve aumento significativo do número de enterramentos: do inexpressivo índice de 0,02%, até 16/03/1850, saltou-se para 25,5%, desta data até o final do século XIX. No caso do Campo Santo da Misericórdia, no Caju, até a data da proibição, apenas 0,7% dos mortos haviam lá sido sepultados, sendo todos escravos. (Rodrigues 1997, p. 240-242).

Em virtude da proibição das encomendações de corpos nas igrejas, o chefe de polícia expediu ofício à Ordem Terceira de São Francisco de Paula, dois meses depois, em 30/05/1850, mandando que fosse construída “com decência e muito ligeiramente” uma capela provisória no cemitério do Catumbi para que no prazo de seis dias fossem feitas ali as encomendações¹⁰. Tal medida foi tomada em função da desobediência de várias irmandades em cumprir o regulamento sanitário que continha a proibição (Rodrigues, 1997, p. 136-138) e expressavam a recusa das irmandades e ordens terceiras em deixar de encomendar os seus defuntos em seus templos. Provavelmente, por não haver capelas específicas para este fim nos dois cemitérios referidos acima, que passariam a receber os cadáveres da cidade, na conjuntura epidêmica. Aliás, o que é plausível, nas circunstâncias da época, posto que, se antes da epidemia e da proibição imperial, a maior parte das encomendações era realizada nas igrejas, não havia por que os cemitérios possuíssem capelas destinadas às encomendações. Estas medidas eram todas preventivas e garantiriam ao governo imperial uma margem de tempo até que a legislação definitiva entrasse em vigor. Por isso mesmo, o Ministério do Império ordenou que a Câmara Municipal não concedesse licenças para fundação e estabelecimento de cemitérios na cidade (AGCRJ 6/7/1850).¹¹

A implantação dessas normas em relação aos sepultamentos e demais ritos fúnebres representou, portanto, o ponto culminante do processo de difusão e implementação das medidas higienistas que vinham sendo disseminadas desde fins do século XVIII. Estava preparado o contexto para a efetiva implementação dos cemitérios extramuros.

1850: finalmente, a criação de cemitérios extramuros na Corte

Paralelamente às medidas tomadas diante do surto, ainda no mês de março, foram retomadas as discussões na Assembleia Geral sobre a criação de cemitérios públicos extramuros¹². No Senado, as discussões ocorreriam em junho e julho de 1850 e, ao que parece, também viriam a atender os interesses de um senador em especial: o senador José Clemente Pereira. Justamente o que, em 1843, fora responsável pelo arquivamento do projeto, como argumento de que era atribuição da Câmara Municipal o estabelecimento dos cemitérios, sendo desnecessário que fosse realizado pelo Parlamento, o qual, segundo ele, deveria decidir sobre questões gerais e não de uma cidade que, inclusive, já tinha suas leis regulamentando a questão (*Anais do Senado*, sessão de 5/6/1850, p. 328).

Agora, como membro da comissão de Saúde Pública, pretendia reabrir as discussões, só que apresentando outro projeto, que diferia bastante do projeto anterior. Pelo novo, autorizava-se o governo a determinar o número e a localização dos cemitérios e a regulamentar o preço das sepulturas, caixões, veículos de condução de cadáveres e tudo o mais relativo aos serviços fúnebres. A esse projeto foram feitas várias críticas, dentre as quais a que visava atender os interesses particulares de Clemente Pereira. Efetivamente, a maior parte, senão todo o conteúdo do projeto que se transformaria em lei, era realmente fruto das suas ideias.

Três foram os objetivos deste novo projeto: 1) regulamentar os preços do serviço funerário que, com a epidemia, teriam sido elevados por parte dos armadores¹³ da cidade, nos sugerindo que aquelas medidas do chefe de polícia para taxar os preços cobrados não teriam surtido o efeito esperado; 2) estabelecer os cemitérios públicos na Corte, com base na ideia de que a Câmara Municipal teria se mostrado ineficiente no cumprimento das suas próprias posturas; 3) estabelecer enfermarias suficientes para tratamento da pobreza enferma, principalmente em circunstâncias extraordinárias. Segundo Clemente Pereira, a epidemia não teria sido tão maligna em si e o que teria contribuído para o alto índice de mortalidade fora a falta de tratamento imediato. Problema que, segundo ele, teria sido solucionado se existisse enfermarias filiais ao hospital da Santa Casa que, empenhada na construção de seu novo hospital, não podia ser onerada com a criação de enfermarias. Nesse momento, é importante recordarmos o vínculo de Pereira com a Misericórdia do Rio: ele era seu provedor desde 1838 e não escondera que o motivo que o levava a propor o projeto era o estabelecimento dessas enfermarias, enquanto o hospital geral estava em obras (*Anais do Senado*, sessões de 5/6/1850, p. 87 e 22/6/1850, p. 328-341).

Se os objetivos do projeto eram claros, turvas foram as discussões. A ideia de manter enfermarias a partir dos rendimentos provenientes dos sepultamentos foi vista como perigosa e ameaçadora à concepção de baratear os custos dos funerais, pois, para que fosse possível mantê-las com as rendas dos enterramentos, seria necessário que esses dessem lucro. O que implicaria aumento dos preços dos objetos e dos serviços funerários (*Anais do Senado*, sessão

de 22/6/1850, discurso de Costa Ferreira, p.325-326). Na sua crítica, o senador Vergueiro foi veemente, alegando que a manutenção de enfermarias resultaria em um imposto cobrado “sobre os mortos para tratar dos vivos”, que logicamente sairia das “heranças dos jacentes a favor dos doentes pobres”. A saída encontrada para que se tivesse condições de manter as enfermarias foi que o governo desse privilégio, sob a forma de monopólio dos mesmos serviços, a quem fosse cometido o serviço dos funerais (*Anais do Senado*, sessão de 12/7/1850, discurso do senador Vergueiro, p.203.).

Neste momento, duas questões surgiram. A ideia de monopólio e a possibilidade de empresários terem o encargo do empreendimento não foram benquistas, provocando um rebuliço não só no parlamento, como fora dele. As questões debatidas em 1843 retornavam. Assim, irmandades, armadores e os leitores que acompanhavam o desenrolar da questão através da imprensa diária agitaram-se contra a ideia que, segundo eles, representaria uma ameaça aos seus interesses. Acreditava-se que o monopólio feria o direito de propriedade dos armadores sobre sua “indústria” e o das irmandades sobre seus cemitérios (*Anais do Senado*. Sessão de 12/7/1850, discurso do senador Vergueiro, p.206-207).¹⁴

No desenrolar das discussões ficaria subentendido que a Santa Casa da Misericórdia teria o monopólio da administração dos cemitérios e do serviço funerário. Assim, até os mais críticos ao projeto, ainda que contra sua vontade, acharam-na preferível aos empresários. Como em 1843, não se tinha perdido ainda o medo de que estes administrassem um negócio que continuava a ser visto como atividade sagrada. O receio de que o exemplo baiano se repetisse fez com que a maioria dos parlamentares, ainda que lutasse contra essa ideia, reiterasse o desejo de que fosse pelo menos uma instituição pia que ficasse com o monopólio. Não podemos esquecer que, por séculos, a Santa Casa da Misericórdia, tanto no Brasil como em Portugal, detivera o monopólio do serviço funerário, como o fornecimento de tumbas e esquifes para os sepultamentos (Russel-Wood, 1981, p. 153-154). O próprio José Clemente Pereira, apesar de tentar se desvencilhar da incumbência, dizendo que não havia sido autorizado pela irmandade a aceitar tal encargo, traiu-se algumas vezes, como quando disse que “se a santa casa da Misericórdia pudesse criar já enfermarias filiais da sua lembrança, decerto o seu provedor não viria incomodar o corpo legislativo com semelhante pretensão: já estariam criadas” (*Anais do Senado*. Sessão de 25/6/1850, discurso de José Clemente Pereira, p.363). Ficam evidentes, nesse pronunciamento, as intenções do provedor em açambarcar para a Misericórdia o estabelecimento dos cemitérios públicos, com o objetivo de desonerá-la da criação das enfermarias filiais, as quais visavam desafogar o hospital geral em obras, ainda mais no contexto da febre amarela.

Outro ponto polêmico foi quanto à possibilidade ou não de a Ordem Terceira de São Francisco de Paula manter seu cemitério no Catumbi, tendo em vista os serviços prestados durante o surto epidêmico. Ao final de intensas discussões, a ordem terceira o manteria como uma exceção;¹⁵ as demais irmandades deveriam construir os seus espaços mortuários

no terreno do cemitério geral. Este foi o único ponto do projeto que divergia da proposição original de Pereira, que desejava que o cemitério dos terceiros fosse removido do Catumbi, alegando a impropriedade do terreno e preconizando uma indenização que lhes daria condições para adquirir um novo terreno dentro do cemitério geral. No fundo, o provedor parecia querer evitar que o cemitério do Catumbi fizesse concorrência ao cemitério público. Mais um exemplo da sua intenção de que a Misericórdia ficasse com o monopólio dos serviços funerários na Corte. Com apenas esta modificação imposta contra a sua opinião. O novo projeto foi aprovado. Saído do Senado, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 24 de agosto de 1850, após três discussões com defesas e oposições de modo semelhante às do Senado.

1850: finalmente, a lei do cemitério público

Após décadas de tentativas, os cemitérios públicos extramuros seriam, finalmente, implementados na Corte. Através do decreto nº 583 de 1850, o governo estava autorizado: 1) a determinar o número e a localização dos cemitérios, desde que estabelecidos nos subúrbios do Rio de Janeiro; 2) a regulamentar os preços das sepulturas, caixões, veículos de condução de cadáveres e tudo o mais que fosse relativo ao serviço dos enterros, organizando tabelas de taxas que só poderiam ser alteradas a cada decênio; 3) a cometer a uma irmandade, corporação civil ou religiosa, ou empresários, pelo tempo e com as condições convenientes, a fundação e administração dos mesmos, assim como o fornecimento de objetos relativos ao serviço fúnebre, com o encargo de estabelecer, manter e conservar três enfermarias completamente servidas com boticas regulares para o tratamento da pobreza enferma, tanto em tempos ordinários, como nos casos de epidemia (Vasconcellos, 1879, *Decreto nº 583*, de 5/9/1850).

Quem ficasse com o cometimento deveria prestar contas anualmente ao governo, sem que este fosse obrigado a qualquer indenização em caso de déficit. Assim que os cemitérios públicos fossem estabelecidos, a nenhuma irmandade, corporação, pessoa ou associação seria permitido ter cemitérios e fornecer objetos relativos ao serviço dos enterros, sob pena da perda do terreno em que estivessem fundados os mesmos e dos referidos objetos. Com algumas condições que julgasse convenientes, o governo poderia permitir cemitérios particulares: aos prelados diocesanos, que poderiam ter jazigo nas suas catedrais ou capelas; aos mosteiros e conventos, apenas para sepultura de seus membros; às irmandades, com posse de jazigos, desde que estabelecidos nos terrenos dos cemitérios públicos e que fossem destinados somente para sepultura de seus irmãos e às pessoas de culto diverso do da religião do Estado. Algumas exceções, todavia, foram estabelecidas: 1) seria conservado o cemitério da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, no Catumbi, para sepultura de seus irmãos; 2) a manutenção das armações e objetos do serviço fúnebre dentro das capelas dos cemitérios particulares ou dentro das igrejas paroquiais, por ocasião de funerais, para as encomendações,

desde que não causassem prejuízos à saúde pública; 3) a posse de veículos de condução de cadáveres e dos objetos fúnebres pertencentes à casa do finado ou emprestados gratuitamente por pessoa de sua família ou amizade (Vasconcellos, 1879, *Decreto n° 583*, de 5/9/1850).

Os terrenos e edifícios designados pelo governo e necessários ao estabelecimento dos cemitérios e enfermarias seriam considerados de utilidade pública e sujeitos à desapropriação, com indenização a ser paga por quem ficasse com o monopólio. Finalmente, o decreto estabeleceu penas correccionais de prisão até seis meses e multa de 200\$000 para o não cumprimento dos regulamentos e instruções que seriam expedidos para a boa execução da lei e para a economia e polícia dos cemitérios e funerais. No ano seguinte, em 14 de junho de 1851, o Decreto n° 796 regulamentaria o serviço dos enterros, o quantitativo das “esmolas” das sepulturas, a polícia dos cemitérios públicos e o preço dos caixões, veículos de condução dos cadáveres e os demais objetos relativos aos funerais (Idem). O estudo acerca da implementação de todas estas medidas ainda está por se fazer e os limites deste artigo não nos permite avançar mais neste sentido.

Um aspecto que demonstra o que foi dito até o momento acerca dos interesses do provedor da Misericórdia neste processo é que antes mesmo de a Santa Casa ter sido oficialmente contatada pelo governo, Clemente Pereira consultou a mesa da irmandade, prevenindo-a das vantagens do negócio e da viabilidade de a instituição arcar com ele. Consultando as atas da Santa Casa da Misericórdia, podemos identificar que, em 24 de fevereiro de 1851, o provedor tomou a palavra em uma sessão da mesa e, fazendo referência ao decreto, alegou que o governo estava na resolução de confiar o encargo da instituição e administração dos cemitérios à Santa Casa da Misericórdia. Caso a irmandade o quisesse aceitar, ele entendia que deveria fazê-lo, tendo em vista que não lhe resultaria em prejuízo, posto que “certamente o rendimento deve[ria] compensar as despesas” e ela teria, assim, ocasião de mostrar quanto sua instituição era “proveitosa à capital”. Concluiu, afirmando ter iniciado as diligências para descobrir o provável local para os cemitérios, tendo encontrado três chácaras em Catumbi. Finalizou perguntando se a “mesa e a junta” queriam que a comissão fosse aceita e, em caso positivo, que se autorizassem as despesas e a forma como tudo deveria ser feito. Posta em votação, a matéria foi aprovada (ASCMRJ, 24/2/1851, p. 19).

Quatro dias depois, a Santa Casa da Misericórdia foi consultada pelo governo. Em sua resposta, deveria dizer o tempo e as condições que seriam estabelecidas para que ela tomasse a si o cumprimento do decreto n° 583. A instituição disse aceitar as atribuições, por estar levando em consideração o seu “antiquíssimo privilégio exclusivo do fornecimento de tumbas e caixões de aluguel”, que constituía um importante ramo das suas rendas, embora tivesse caído em desuso poucos anos antes. Se não fosse por isso, o fosse pelos seus “desejos de prestar dois grandes serviços, ambos próprios da instituição da sua irmandade”: curar a pobreza enferma e enterrar os mortos.¹⁶

Entretanto, como o encargo significava a “onerosa” obrigação de criar e manter as três enfermarias, com o risco de sobrecarregar as rendas de seu hospital caso a receita do serviço funerário não fosse suficiente, se via “obrigada” a propor algumas condições: que o tempo de concessão dos serviços não fosse inferior a cinquenta anos, para que, por esta forma, fosse possível obter um rendimento capaz de fazer face à “grande despesa anual” que teria; que no fim deste período tivesse a preferência, em condições iguais, de continuar a mesma comissão e, quando por qualquer causa, esta lhe fosse retirada findos os cinquenta anos ou mesmo antes desse tempo, que fosse “precisamente” indenizada da despesa que tivesse feito com a compra dos terrenos dos cemitérios, a edificação de suas capelas e com a fundação das enfermarias, abatendo-se somente as quantias recebidas das ordens terceiras, irmandades e de particulares pelas concessões que se fizessem de terreno para cemitérios particulares e sepulturas perpétuas; que, enquanto não pudesse construir ou comprar as enfermarias permanentes com todas as condições exigíveis, lhe fosse permitido estabelecer enfermarias provisórias; que o governo imperial se obrigasse a efetivar o gozo do privilégio exclusivo do Decreto nº 583 e, em caso contrário, que ela se desobrigasse das condições contraídas, com o direito de ser indenizada de todas as despesas que houvesse feito; e, por fim, que, terminado o tempo da concessão, lhe fosse conservado o seu cemitério do Campo Santo da Ponta do Caju para sepultura dos enfermos pobres que falecessem nos seus hospitais.

A Misericórdia, por esse meio, se resguardaria de eventuais prejuízos. O Decreto nº 843 de 18 de outubro de 1851, finalmente, cometeu a fundação e a administração dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro e o fornecimento dos objetos relativo ao serviço dos enterros a sua “Empreza Funerária” pelo tempo de cinquenta anos. Trazia as condições por ela impostas, incluindo, além disso, a obrigação de ela indenizar os armadores e fornecedores de carros e seges de enterros, no valor de 58:066\$870 réis – quantia proveniente das avaliações dos bens daquelas indústrias, feitas por avaliadores nomeados pela Santa Casa e pelos interessados. Enquanto a indenização não fosse efetivada, a Misericórdia não poderia gozar do privilégio exclusivo de fornecer os objetos funerários¹⁷.

Concluídas as negociações, restava definir os locais dos dois cemitérios públicos: um na ponta do Caju, com a denominação de São Francisco Xavier, e o segundo, com a denominação de São João Batista, localizado nas proximidades da lagoa Rodrigo de Freitas. Ambos em regiões distantes da área central da Corte. Assim, os mortos seriam definitivamente afastados da vizinhança dos vivos. Porém, até que fossem definidos estes locais, muita discussão seria realizada - envolvendo a Santa Casa, a Ordem Terceira de São Francisco de Paula, as demais irmandades e ordens terceiras e os moradores das proximidades do Catumbi – no sentido de se resolverem os impasses sobre a localização dos cemitérios. No embate estiveram envolvidos os que eram favoráveis à localização do cemitério geral no Catumbi – irmandades e Santa Casa – e os moradores do bairro, que se recusavam a aceitar mais um cemitério próximo às

suas casas, sendo este de proporções muito maiores que o dos mínimos de São Francisco, valendo-se, para isso, do já conhecido discurso médico.

Um cemitério extramuros... mas ainda um campo santo!

Neste ponto da análise, seria fundamental incluir uma discussão sobre como as associações religiosas e a hierarquia eclesiástica católica encararam a criação definitiva dos cemitérios públicos extramuros, após décadas de tentativas infrutíferas. Infelizmente, o espaço deste artigo nos impede de fazê-lo, já que priorizamos a discussão do processo que levou à criação das primeiras necrópoles da cidade. Ainda que não o possamos fazer, é importante mencionar que, ao final das discussões, não surgiu uma ação contrária às medidas tomadas.

Enquanto, em Salvador, as irmandades e ordens terceiras, juntamente com a população, destruíram o cemitério criado em 1836, recusando-se a deixar de enterrar seus mortos no terreno das igrejas¹⁸, no Rio de Janeiro é possível perceber que as irmandades e ordens terceiras cumpriram as medidas governamentais (Rodrigues, 1997, p. 129-133)¹⁹. Nas respostas das associações religiosas do Rio de Janeiro fica evidente o pronto atendimento às determinações governamentais. Acredito que, para isso, muito contribuiu o fato de, na cidade do Rio de Janeiro, o discurso higienista acerca dos sepultamentos ter penetrado por mais tempo do que em Salvador; o que pode ser verificado na adoção de elementos daquele discurso nas próprias declarações emitidas pelas irmandades ao governo²⁰.

No caso da hierarquia eclesiástica, apesar da crítica à proibição governamental de as encomendações serem feitas dentro das igrejas matrizes – por se constituírem em direito essencialmente paroquial –, não houve um posicionamento do clero contra a transferência dos cemitérios para fora das igrejas. O que, de certa forma, ia ao encontro das tradicionais intenções de alguns membros do clero de separar o culto divino do culto aos mortos no interior dos templos católicos, como forma de impor o “respeito devido aos lugares sagrados em que habita o Deus vivo, e em que celebra o culto divino” (*Anais do Senado*. Sessão de 12/7/1851, discurso de d. Manuel, p.211; Araújo, 1997, p. 362-363).²¹. Mesmo no legislativo, verifica-se que alguns membros do clero tomaram parte nas discussões que produziram a lei da criação dos cemitérios públicos²².

Para além destes aspectos, outro fato que explica a aceitação da medida seria o fato inelutável de que as primeiras necrópoles da cidade, apesar de distantes dos templos, manteriam a jurisdição eclesiástica, só entrando em funcionamento após serem bentas pela autoridade episcopal. O cemitério era visto como extensão dos templos. O que imporá regras inibidoras da profanação de um espaço consagrado aos mortos. No § 3º do art. 1º do decreto de 5 de setembro, foram garantidos os direitos eclesiásticos do cemitério na sua parte religiosa. Pelo art. 4º, § 4º, afirmava-se que o cemitério público era destinado apenas aos que seguissem a religião do Estado (Vasconcellos, 1879, Decreto nº 796, de 14/6/1851).

Com isso, quero mostrar que a hierarquia católica do Rio não teve motivos para interferir nas medidas governamentais, em 1850, pelo fato de que, apesar de o cemitério ter-se deslocado das proximidades do templo para fora dos limites da cidade, ele permanecia um espaço sagrado e, mais importante, de jurisdição eclesiástica²³, controlado pela Igreja – tanto que a condição para seu pleno funcionamento era de que fosse bento. Apesar da proibição dos enterramentos nas igrejas, o cemitério público não havia se transformado em um local secularizado, mantendo, pelo contrário, as mesmas características e os mesmos fundamentos do cemitério eclesiástico. Mesmo tornando-se um espaço público, era ainda destinado ao “público” católico. Somente a partir da década de 1870, surgiriam as propostas efetivamente secularizadoras em relação às necrópoles criadas em 1851 como campos santos (Rodrigues, 2005, p.216-233). Mas, o estudo deste processo nos cemitérios públicos do Rio de Janeiro ainda está por se fazer.

Notas

1 - Devido ao seu agravamento, em agosto, uma portaria do Ministério do Império foi enviada à Câmara sobre a necessidade de se evitar a abertura antecipada das catacumbas das igrejas. Ao contrário do estabelecido, elas estariam sendo abertas para dar lugar a novos sepultamentos no curto intervalo de quatro a cinco meses e não no prazo de 18 meses, de forma que se pedia à municipalidade que promovesse o “exato” cumprimento de suas posturas “a fim de por termo a tão escandaloso abuso” (AGCRJ, 12/8/1843).

2 - Segundo o deputado visconde de Baependi, a Câmara deveria levar este assunto em consideração para tranquilizar a população da capital, atemorizada pela epidemia que se desenvolvia com mais força naqueles dias. Aproveitou, também, para criticar o fato de ser apenas diante de uma epidemia contagiosa que se buscava o remédio para a suspensão dos enterramentos nos templos. (*Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 12/8/1843, p.720-722). Segundo o deputado Luís Carlos, era necessário aproveitar a ocasião para se adotarem as referidas medidas, pois, uma vez cessada a necessidade do momento, sua execução ficaria entregue a um “total esquecimento” (Idem, p.724).

3 - Exemplo desta preocupação foi a fala do médico e deputado, Paula Cândido, inicialmente um dos defensores da proposta dos empresários, que passou a rejeitá-la em defesa da manutenção das cerimônias religiosas tradicionais relativas aos funerais, demonstrando a inexistência de contradição entre uma visão medicalizada da morte e as concepções religiosas a respeito dos rituais fúnebres. O médico acreditava que os ofícios aos mortos, desde os antigos, sempre foram vistos como princípio de moralidade. Tal princípio não era apenas um aparato, e deveria ser promovido com o objetivo de despertar

“o edifício da moralidade” de que tanta necessidade se tinha. Segundo o deputado, o público brasileiro já estava convencido da necessidade de cemitérios extramuros e, certamente, o mesmo público não ficaria chocado, se soubesse que a lei não impediria que os mortos recebessem “todos os sufrágios e cerimônias religiosas até a última morada”. Aludindo indiretamente ao fato baiano, disse que talvez estas medidas não teriam recebido objeções do povo em alguns lugares, se contivessem esta “peremptória” declaração (Idem, p. 729-30).

4 - Diferentemente das epidemias anteriores que em sua esmagadora maioria vitimavam os segmentos sociais mais pobres, a febre amarela também fazia vítimas fatais entre a elite residente nas áreas centrais, não dando nenhum privilégio, nenhuma isenção a quem quer que fosse. Certamente, este fato contribuiu para o assombro das elites e das autoridades diante do fato e para a tomada de decisões, no sentido de extinguir sua presença - pelo menos nas áreas centrais da Corte. Os marinheiros e estrangeiros recém-chegados ou pouco aclimatados foram os mais fortemente atacados por ela. (Para detalhes sobre a evolução do surto, ver Rodrigues, 1999, p. 59).

5 - Esta contradição pode também ser percebida no discurso de outro médico. Em suas *Observações acerca da epidemia de febre amarela*, obra escrita em 1851, o dr. Roberto Lallemand – que havia descoberto os primeiros casos da doença na cidade – forneceu a sua impressão sobre a propagação da epidemia. Num determinado momento, afirmou que as “casas em que havia um morto já não se cobriam de luto; os fúnebres sinos já não acompanhavam o enterramento do cristão (...) tudo se proibia, só a morte não era proibida” (*Apud Araujo*, 1911, p.258). Relacionado a isso, recorde que, em suas análises sobre os períodos de peste na Europa, Jean Delumeau menciona o

constrangimento dos vivos por se verem privados de determinados ritos apaziguadores em épocas de epidemia. (Delumeau, 1989, p.121-125).

6 - Infelizmente, não consegui localizar o preço comum cobrado por este serviço. No entanto, em 7/5/1850, uma proposta do vereador Duque Estrada sobre a criação de um cemitério municipal foi enviada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro: em que fazia referência ao encarecimento dos preços de carros para enterros. Segundo o vereador, durante a epidemia, o povo da cidade “sofria” com a exigência de preços muito altos pelos alugueis de carros para a condução dos mortos; sendo notório que eram alugados por 300\$000 réis e mais, quando o mesmo serviço poderia custar a terça ou a quarta parte desta quantia. (AGCRJ, 7/5/1850b). No regulamento do serviço de enterro, que seria futuramente baixado, com o decreto nº796, de 14/6/1851, um carro de condução de cadáveres não sairia por mais de 50\$000 réis.

7 - *Ofício do chefe de polícia, Antônio Simões Silva, de 5/3/1850 (MONTEIRO, 1873, p.14).*

8 - *Ofício do Ministério dos Negócios do Império, de 8/3/1850 (MONTEIRO, 1873, p.14).*

9 - *Ofício do Ministério dos Negócios do Império, de 16/3/1850 (SERZEDELLO, 1872, p.326).* Os pobres, os falecidos no hospital da Santa Casa e os escravos; ou seja, aqueles que não eram associados a alguma irmandade e sem condições de arcarem com os custos de um sepultamento no cemitério de Catumbi, seriam levados para o Campo Santo da Misericórdia, no Caju.

10 - *Ofício do chefe de polícia da Corte, de 30/5/1850 (MONTEIRO, 1873, p.15).*

11 - Ainda em maio, o chefe de polícia, pressionado pelo ministro visconde de Mont’Alegre, prevenia insistentemente a Câmara Municipal para que negasse quaisquer outras licenças para construção de cemitérios, já que a mesma havia concedido licença à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição para tal e de estar em vias de conceder outras (AGCRJ, 7/5/1850a; BN, 19/4/1850).

12 - Em março de 1850, foram apresentados à Câmara dos Deputados projetos sobre o estabelecimento de cemitérios, entretanto, a única referência que encontrei sobre o assunto, nos seus anais, foi a da sessão do dia 13, na qual dois projetos a respeito de cemitérios foram apresentados, por isso me foi impossível analisar o conteúdo dos debates ocorridos nesta Câmara, motivo pelo qual me deterei nos debates do Senado, sobre os quais possuo referência de todas as 19 sessões realizadas entre 5/6/1850 e 16/7/1850. Quando o projeto, discutido e aprovado no Senado, retornou à Câmara dos Deputados, consegui encontrar referências das três sessões realizadas entre 22 e 24 de agosto, nas quais se discutiu novamente o projeto modificado pelo Senado, que se transformaria em decreto.

13 - Os armadores eram proprietários de uma casa mortuária, na qual se compravam ou alugavam os objetos para a decoração fúnebre da casa e da igreja para o velório. Na Corte, em 1850, pelo menos 19 pessoas estavam envolvidas no negócio de armação e seis no de aluguel de carros funerários, abrangendo, respectivamente, um capital de 33:255\$670 e 24:821\$200 réis. Só pela quantidade de pessoas envolvidas com o aluguel de carros e o capital nele empregado se vê, em comparação com o dos armadores, os lucros que eles estavam obtendo durante a epidemia. Cf. *Mapa demonstrativo do valor dos objetos que possuem os diferentes armadores para o serviço funerário dos enterros, conforme as avaliações dos respectivos peritos e Mapa demonstrativo do valor dos carros e mais veículos para enterros que possuem os diferentes alugadores de carros, conforme as avaliações dos respectivos peritos*, que constaram do ofício enviado pela Santa Casa da Misericórdia ao Ministério dos Negócios do Império, em 17/9/1851 (Vasconcellos, 1879).

14 - A fala do senador Costa Ferreira, um crítico ardoroso de José Clemente Pereira, que pretendia comover o Senado, nos permite vislumbrar o quanto o monopólio poderia prejudicar os diferentes interesses: “E no entanto esta lei concede um privilégio sem ser em caso de invenção, e leva o exclusivismo desse privilégio a ponto de não consentir que um pai, na força de sua dor, vá à rua da Quitanda comprar galão para o caixão de seu filho, nem que um filho compre crepe para o caixão de seu pai! ‘Tem galão?’ perguntará um homem lavado em lágrimas. ‘Para que é?’ ‘É para ornar o esquife de meu filho’. ‘Não posso vender, porque é contra a lei’. ‘Então alugue-me’. ‘Também não posso porque a lei me proíbe’. E assim a respeito de todos os objetos relativos ao serviço dos enterros; creio que até os bancos para se descansar em cima os caixões, quando a longitude exigir, não poderão ser comprados, nem alugados! Senhores, por este projeto, qualquer indivíduo que ficar com essa empresa, se tiver alma de ferro, há de enriquecer em pouco tempo” (*Anais do Senado*, sessão de 5/6/1850, discurso de Batista de Oliveira. Vol.4, p.94). Seria contra a Constituição, além do mais por prejudicar “uma indústria inocente”, atacando o direito de propriedade (*Anais do Senado*, sessão de 28/6/1850, discurso de Costa Ferreira, p.474).

15 - Decisão que levaria às demais associações religiosas a se queixarem bastante. Mais até do que quanto à futura proibição de sepultamento nas igrejas, a partir de 16/03/1850. (Rodrigues, 1997, p. 139-141).

16 - *Ofício do Ministério dos Negócios do Império à Santa Casa, em 28/7/1851 e Ofício da Santa Casa da Misericórdia ao Ministério dos Negócios do Império, em 2/8/1851 (VASCONCELLOS, 1879).*

17 - *Ofício do Ministério dos Negócios do Império à Santa Casa da Misericórdia, em 18/10/1851 in: (Vasconcellos, 1879).*

18 - Com a destruição do cemitério público de Salvador, em 1836, os revoltosos garantiram a manutenção das práticas de sepultamentos nas igrejas até 1855, quando, em função da epidemia de cólera-morbo, os enterramentos foram definitivamente transferidos para os cemitérios extramuros. Do mesmo modo que na Corte, a epidemia representou o “empurrão” final dos mortos para fora dos templos, devido ao medo dos vivos serem por eles contaminados (Reis, 1991, p.308-341).

19 - Um exemplo é que, após receber o ofício do Ministério dos Negócios do Império, de 16 de março de 1850, a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo sepultou os cadáveres de seus irmãos falecidos, nos dias 19 e 20/3, nas catacumbas da igreja da freguesia do Engenho Velho. A partir do dia 21 em diante, a Ordem Terceira começou a sepultá-los em um cemitério provisório, no terreno do Caju, oferecido pela Santa Casa, e mandado preparar às suas custas. Apenas em 1857, é que foi comprado um terreno no cemitério público de S. Francisco. Xavier. (Serzedello 1872, p.326-327).

20 - Em Salvador, entretanto, algumas irmandades também mostraram não desconhecer o discurso médico, até fizeram uso dele, só que para reafirmar o caráter salubre de suas catacumbas, que estariam construídas dentro de “perfeitas condições higiênicas” (Reis, 1991, p.311-313). Jacqueline Thibault-Payen, em seu estudo sobre o caso francês, qualificou tal discurso dos resistentes às mudanças como de “pseudocientíficos” (Thibault-Payen, 1977, p.413-415). Com efeito, se o mesmo discurso serviu para corroborar as duas justificativas - a dos resistentes e a dos favoráveis à transformação dos sepultamentos eclesiásticos - é possível que a conjuntura específica de cada uma das cidades nos dois períodos em questão - 1836 e 1850 - tenha influenciado na forma como o mesmo foi utilizado.

21 - Segundo Philippe Ariès, apesar da prática do sepultamento *ad sanctos* ser dos séculos V-VI, desde o início houve divergências, conforme se tratasse do

cemitério ao lado da igreja ou dos enterramentos no seu interior. Em seus decretos, os concílios, durante séculos, persistiram em distinguir a igreja do espaço consagrado em torno dela. Enquanto impunham a obrigação de enterrar ao lado da igreja, não deixaram de reafirmar a proibição dos enterros em seu interior, com algumas exceções em favor de padres, bispos, monges e alguns leigos privilegiados. Desde o século V até fins do XVIII, os textos se repetiam quanto à proibição, tornando patente assim, o desrespeito às disposições canônicas (Ariès, 1989,p.50-52).

22 - Em nome da saúde pública, o arcebispo de Salvador d. Romualdo, não só teria aprovado, como ajudado a redigir o projeto da lei provincial n° 17, que determinou a criação dos cemitérios públicos em Salvador. Obviamente, estabelecendo a condição de que os empresários executariam o regulamento que lhes fosse dado pela autoridade eclesiástica, a respeito das cerimônias religiosas indispensáveis naquele estabelecimento. Segundo João Reis, o regulamento resultante seguiu as “conveniências sociais, as regras legais e o direito canônico” (Reis, 1991, p.292-303). Para as outras cidades, ver Rodrigues 1997, p. 130; Batista , 2002, p. 35 e Pagoto , 2004, p. 125.

23 - Jurisdição esta que começaria a ser questionada a partir da década de 1870, no contexto dos embates laicistas que ocorreriam na cidade do Rio de Janeiro e em outras regiões do Império brasileiro – e de outros países ao mesmo tempo - em defesa da secularização dos cemitérios. Apesar dos enfrentamentos entre a hierarquia eclesiástica do Rio e dos defensores da secularização das necrópoles, somente com o fim do Império – e do regime de união entre Igreja e Estado – e com a implementação da República laica é que os cemitérios seriam secularizados (Rodrigues, 2005, p. 257-308). Ainda está para ser feito um estudo de caso sobre como se deu este processo nos cemitérios públicos da cidade do Rio de Janeiro. Para outras regiões, ver Silva, 2005; Santos, 2011; Silva, 2012; Rocha , 2013.

Fontes

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (ASCMRJ)

Atas da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1850/70).Sessão de 24/2/1851.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

Sepultura nos recintos dos templos. Rio de Janeiro: 3/9/1833.

Proposta da Câmara Municipal para o estudo do local destinado a cemitério público. RJ. Sessão da Câmara, 22/5/1835.

Proposta para que a Municipalidade cuide da instalação de cemitérios. Rio de Janeiro: 9/2/1841.

Parecer da Comissão nomeada pela Câmara incumbida de apresentar um programa para os cemitérios públicos. Rio de Janeiro: 11/12/1841.

Parecer do relator da Comissão nomeada pela Câmara, Antônio José Souto Amaral, de 4/12/1842, a respeito dos cemitérios públicos.

Ofício do dr. José Pereira Rego sobre a pretensão de João Tarrand e João Pereira da Costa Mota de estabelecimento de cemitérios extramuros, acompanhado da solicitação feita pelos mesmos ao poder legislativo, para fazer cessar os enterramentos nos templos ou em catacumbas. Rio de Janeiro: ?/5/1843.

Portaria do ministro do Império, José Antonio da Silva Maia, sobre as catacumbas das igrejas que, contra as posturas, são abertas de quatro ou cinco meses, pedindo à Câmara pôr termo a tão escandaloso abuso [grifado no original]. Rio de Janeiro: 12/8/1843.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao chefe de polícia da Corte, em 6/7/1850.

Ofícios do chefe de polícia Antonio Simões da Silva sobre licença para cemitério e do visconde de Monte Alegre, ministro do Império, acerca do mesmo assunto. Rio de Janeiro: 7/5/1850a.

Proposta do vereador Duque Estrada que alude ao encarecimento de preços de carros para enterros e sugere a criação de um cemitério municipal - onde se dê sepultura gratuita aos pobres, podendo-se localizar o dito cemitério num grande terreno de Mata-cavalos pertencente a João Joaquim Marques, que fica na altura fronteira da casa dos falecidos Dr. Bontempo e em terreno imediato que pertencia ou pertence a d. Luísa Botelho. Rio de Janeiro: 7/5/1850b.

Ofício do Ministério dos Negócios do Império ao chefe de polícia da Corte, em 6/7/1850.

Avulsas

MONTEIRO, José Chrysostomo. *Notícia histórica da fundação do cemitério da venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco, em Catumbi Grande.* Rio de Janeiro: Typ. do Apóstolo, 1873.

SERZEDELLO, Bento José Barbosa. *Arquivo histórico da venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, ereta no Rio de Janeiro desde sua fundação em 1648 a 1872.* Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1872.

Biblioteca Nacional/RJ

FEITAL, José Maria de Noronha. *Memória sobre as medidas conducentes a prevenir e atalhar o progresso da febre amarela.* Rio de Janeiro: Typ. do Brasil, 1850.

REGO, José Pereira. *Esboço histórico das epidemias que têm grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870.* Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1872.----- *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850.* Rio de Janeiro: Typ. de Francisco de Paula Brito, 1851.

Requerimento da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da capela da rua do Sabão a S.M.I, pedindo autorização para estabelecer seu cemitério à rua do Catumbi, uma vez que tinham sido proibidos os sepultamentos nas igrejas. Rio de Janeiro: 19/4/1850.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Anais da Câmara dos Deputados

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 12/8/1843, tomo 2, pp.720-722

ARAÚJO, dr. Vicente Ferrer de Barros. *Cemitérios do Recife.* Notas legislativas extraídas dos anais do 1º Congresso Médico de Pernambuco. Lisboa, Typ. José Bastos, 1911.

Carta régia aos governadores e bispos do Brasil proibindo enterro nas igrejas, e mandando fazer um ou mais cemitérios. Lisboa, 9/1/1801.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL. 1828. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830).* Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989 (v.1).

BATISTA, Henrique Sérgio Araújo. *Assim na morte como na vida: arte e sociedade no cemitério de São João Batista.* Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Museu do Ceará, 2002.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v.11)

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712- 1750). IN: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, 18 (2000): 45-68.

_____. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca: a freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. *Varia História*, nº 31, janeiro 2004.

CASTRO, Vanessa de. *Das Igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

_____. *The politics of disease control: yellow fever and race in nineteenth-century*. Rio de Janeiro: Brazil. São Paulo: UNICAMP, mimeo., 1992.

COSTA, Heraldo Batista da. *Criação do cemitério dos Ingleses no Rio de Janeiro (1808-1811)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2010.

CRULS, Gaston. *Aparência do Rio de Janeiro*. Notícia histórica e descritiva da cidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. (2 vols.)

CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1300-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Rio de Janeiro: Conquista, 1956 (vol.1).

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. A luta contra os cemitérios públicos no século XIX. *Ler História*, 30 (1996), 19-35.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Uma Paris dos trópicos“?: perspectivas da europeização do Rio de Janeiro na primeira metade do oitocentos*. Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Dissertação de Mestrado, 2011.

GOLDMAN, P. B. Mitos liberais, mentalidades burguesas Y história social de la Espanã ilustrada. La lucha em pro de los cementerios municipales“. *Ilustracion española y independência de América*, Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 1979.

MACHADO, Roberto (et al.) *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do estado. Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2004. (Coleção tese e monografias 7).

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

RENAULT, Delso. *O Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais: 1850-1870*. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira/ INL, 1978.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Atitudes diante da morte em Cuiabá – 1860 a 1926: a guerra, a doença e a secularização dos cemitérios da cidade*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013 (Tese de Doutorado).

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(1): 53-80, mar.-jun. 1999.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia e BRAVO, Milra Nascimento. Morte, cemitérios e hierarquias no Brasil escravista (séculos XVIII e XIX). *Habitus*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 3-19, jul./dez. 2012.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes Medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *O processo de dessacralização da morte e a instalação de Cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG), 2011 (Tese de Doutorado).

SILVA, Deuzair José da. *A (re)invenção do fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX*. Goiânia: Universidade federal de Goiás, 2012 (Tese de doutorado).

SILVA, Érika Amorim da. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC, 2005 (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

THIBAUT-PAYEN, Jacqueline. *Les morts, L'Eglise et L'Etat: recherché d'histoire administrative sur la sepulture e les cimetiérés dans le resort du Parlemant de Paris au XVIIe et XVIIIe siècle*. Paris: ISH – Institutions – société – Históires – 1977.

Recebido em 27/06/2014

Cemitério dos Ingleses – o céu por testemunha

Cemitério dos Ingleses – the heavens as a witness

Henrique Sérgio de Araújo Batista

Doutor em História Social pela UFRJ
henrique.sab@uol.com.br

RESUMO: O Cemitério dos Ingleses foi a primeira necrópole não católica erguida fora dos muros das igrejas na cidade do Rio de Janeiro, em 1811, o que possibilitou novas formas de sepultamento e diferentes olhares em torno da finitude. Muito visitado pelos viajantes e também por moradores, o cemitério britânico torna-se fundamental para analisar as atitudes diante da morte, na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, já que, entre outros aspectos, com sua criação, foi possível erguer jazigos individualizados.

Palavras-chave: Cemitério dos Ingleses; culto aos mortos

ABSTRACT: *The Cemitério dos Ingleses was the first non-Catholic cemetery in the city of Rio de Janeiro to be built outside of church grounds. It opened in 1811 and made possible new forms of interment and a new view of finitude. The British cemetery was much visited by travellers, as well as by the city's inhabitants, and is vital for analysing attitudes towards death in 19th century Rio de Janeiro, as, among other aspects, it became possible to erect individualised family vaults after its creation.*

Keywords: *Cemitério dos Ingleses; honouring the dead*

Em 27 de novembro de 1830, William Broadbent publica, no *Jornal do Commercio*, anúncio, informando que, após longos anos de atividade como escultor, em oficinas de Londres e Paris, oferecia seus serviços para trabalhar, reparar e polir obras de mármore. Além da rapidez e dos preços módicos, Broadbent anunciava a perfeição de seu trabalho, como também de ser possuidor de novos e coloridos mármore. Segundo o mesmo informe, o escultor londrino encarregava-se de obras para igrejas, de túmulos, brasões de armas e inscrições douradas e bronzeadas. É possível que, por estar iniciando seu ofício no Rio de Janeiro, o britânico Broadbent ainda não tivesse uma oficina própria e indicasse, como local a ser encontrado, a casa de um possível compatriota, o marceneiro Perry, “na rua detrás do Hospício canto da Conceição” (*Jornal do Commercio*, 27/11/1830), atual rua Buenos Aires.

Quais os sentidos do vocábulo “túmulos” em tal comunicado? Para os que professavam o catolicismo no ano de 1830, é provável que o sentido fosse único: urnas de mármore ou de madeira para depósito de ossos e cinzas, já que, à época, não era prática o erguer de jazigos de mármore no interior dos templos ou em seus jardins. Para os que não comungavam do catolicismo romano, seria possível a aquisição, junto ao escultor, de túmulos com diversos formatos, até mesmo de urnas, para serem erguidos no Cemitério dos Ingleses, localizado à beira-mar.

O Cemitério dos Ingleses foi a primeira necrópole não católica a céu aberto da cidade do Rio de Janeiro. Em 1809, Lord Strangfort, que havia obtido a autorização para construir uma necrópole protestante, compra a chácara de Simão Martins de Castro e, a partir de 1811, começam os sepultamentos (Cardoso, 1987). Os jazigos dessa necrópole serviram de modelo para outros, erguidos nos cemitérios católicos, já que os visitantes de tal necrópole, que não eram somente aqueles que professavam a religião católica romana, ao presenciar sepultamentos, ou visitar a área, tomavam conhecimento dos modelos de arquitetura tumular ali colocados.

Os jazigos do Cemitério dos Ingleses apresentavam uma modalidade de sepultamento diferente das praticadas no interior das igrejas. Existem duas diferenças entre esses sepultamentos: a sepultura no Cemitério dos Ingleses é extramuros e, em tal necrópole, é possível erguer artefatos perpétuos, com diferentes formatos. As experiências visuais, decorrentes da visitação ao referido cemitério, possibilitaram uma ampliação da competência visual (Baxandal, 1991) em torno da finitude, visto que os modelos de cemitério e de túmulos eram diferentes dos católicos. Com o cemitério britânico, outras referências visuais se apresentam, mas tal habilidade visual não seria uniforme, nem a interpretação dos jazigos. A interpretação das imagens depende não só do contexto histórico da qual faz parte, mas também, da capacidade cognitiva individual, da diversidade da habilidade de olhar, que não é igual para todos. Embora o domínio dos códigos seja compartilhado, não é sempre igual, pois os sujeitos sociais são informados de formas diferentes (Baxandal, 1991).

O sepultamento do almirante inglês Michael Seymour (*Jornal do Commercio*, 14/07/1834) foi um dos momentos em que o Cemitério dos Ingleses recebeu expressivo número de visitantes, como também o de Thomaz Bedwell, que foi presenciado por trezentas pessoas (*Jornal do Commercio*, 10/10/1827). O caixão foi acompanhado por escaleres com bandeiras da pátria do falecido, da França, dos Estados Unidos e do Brasil. Após o desembarque do caixão, iniciou-se a formação do cortejo, tendo à frente a música, em marcha fúnebre; em seguida os capelães e cirurgiões da esquadra britânica e, após estes, o comandante da corveta “Satellite” iniciava, antes do caixão, a apresentação dos objetos que simbolizavam o oficial morto: as insígnias militares, o colar e a comenda da Ordem do Banho (Ordem inglesa) sobre almofadas, que eram portadas por dois tenentes da nau “Spartiate”.

No século XIX, o uso dessa simbologia não se restringia às cerimônias fúnebres realizadas nos templos. Nos cemitérios, quando o morto era militar, era costume esculpir armas e comendas no túmulo. No século XX, também são encontrados, nos jazigos de militares, símbolos que os identificam. Todavia, ocorre a substituição da pedra por outro material: o bronze.

Carregado nos ombros por oito marinheiros, o caixão do militar inglês estava coberto por um pano negro, sobre o qual foi posta sua espada. O pano foi seguro por três oficiais de cada lado: à direita, o capitão de corveta mais antigo da divisão britânica, o comodoro americano e o contra-almirante francês, Barão La Treyle; à esquerda, o cônsul inglês Robert Hesketh, o comandante Taylor da fragata brasileira “Príncipe Imperial” e, o ministro Fox, plenipotenciário de Sua Majestade Britânica. O filho do falecido, tenente Seymour, vinha após o caixão e era seguido pelos mais graduados oficiais da divisão britânica. Somente após os oficiais ingleses, estavam as autoridades brasileiras, o corpo diplomático, os negociantes ingleses, amigos do morto. A formação do cortejo foi encerrada por filas, formadas, cada uma, com quatro oficiais e aspirantes de diversos navios de guerra. Para assistir tão pomposa cerimônia, um significativo número de pessoas:

Tão grande era a multidão, que os poucos Guardas Permanentes, que se haviam postado às portas do cemitério, mal chegaram para manter a ordem e até houve necessidade, depois de haver entrado o cortejo, de se fecharem as grades, para evitar uma confusão indecente, que ia crescendo pelo concurso de indivíduos da mais ínfima classe: tornaram-se depois a abrir para dar passagem à tropa inglesa, que foi formar-se aos dois lados da cova preparada para o cadáver (*Jornal do Commercio*, 14/07/1834).

É possível que algum dos participantes do sepultamento do almirante inglês, morto aos 65 anos de idade, possa ter erguido um jazigo após a inauguração dos cemitérios extramuros católicos da Corte. Se a relação dos brasileiros presentes tivesse sido publicada, poderíamos confirmar tal possibilidade. Até a data do sepultamento do militar inglês, o único mausoléu vertical ainda era o de D. Pedro Carlos. Ao se visitar tal necrópole a céu aberto, estava-se constituindo percepções visuais acerca de novas referências arquitetônicas tumulares em um cemitério.

O olhar de cada partícipe do sepultamento do militar Seymour constituiria, a partir de suas referências, os sentidos da cerimônia e dos artefatos existentes na necrópole britânica, pois a imagem não aparece autônoma e os seus sentidos são produzidos a cada olhar, por seus observadores, em um momento específico de tempo e lugar (Sturken e Cartwright, 2001). Nesse sentido, sua interpretação relaciona-se com a capacidade do observador em estabelecer conexões dessa imagem com outros códigos, outras imagens.

Outra possibilidade de uma experiência visual, em geral e não apenas a partir da visitação ao Cemitério dos Ingleses, era feita por intermédio de publicações que traziam gravuras da cidade do Rio de Janeiro, como a “Folhinha nacional brasileira e pitoresca”. Em 9 de outubro de 1837, tal publicação foi anunciada no *Jornal do Commercio*, pelo preço de mil réis (1\$000), com:

lindas vistas desta baía de Botafogo, da Igreja da Candelária, do Campo de Honra, de Santa Teresa, do Passeio Publico, dos aquedutos de Santo Antônio, do largo do Paço, de São Cristovão, dos Lázaros, da ponta do Caju, do Cemitério dos Ingleses, da Glória, etc, etc., etc muito bem executadas (*Jornal do Commercio*, 09/10/1837).

É possível afirmar que o Cemitério dos Ingleses tenha sido escolhido para fazer parte desse elenco, por ser o primeiro cemitério não católico e fora dos limites da cidade, na época em que fora criado, quando debates sobre os perigos das inumações dentro das igrejas já se faziam presentes nos periódicos. Talvez, o principal motivo da referida escolha tenha sido a localização privilegiada da necrópole. Segundo Maria Graham, da necrópole descortinava-se uma das mais belas vistas da cidade. Em seu diário, referente à segunda estadia no país, Maria Graham, quando escreve sobre o dia 29 de setembro de 1823, relata sua visita ao hospital da Santa Casa e descreve o cemitério da referida instituição como “tão pequeno que chega a ser desagradável e, segundo creio, insalubre para a vizinhança” (Graham, 1990, p. 366). Como a ida à Santa Casa ocorrera no turno da manhã, é possível que Maria Graham tenha visitado o cemitério britânico à tarde:

Fui hoje, a cavalo, ao cemitério protestante, na Praia da Gamboa, que julgo um dos lugares mais deliciosos que jamais contemplei, dominando lindo panorama em todas as direções. Inclina-se gradualmente para a estrada ao longo da praia; no ponto mais alto, há um belo edifício constituído por três peças: uma, serve de lugar de reunião ou às vezes de espera, para o pastor; uma, de depósito para a decoração fúnebre do túmulo e o maior, que fica entre os dois, é geralmente ocupado pelo corpo, durante as poucas horas (pode ser um dia e uma noite) que, neste clima, podem decorrer entre a morte e o enterro; em frente deste edifício ficam as várias pedras e urnas e os vãos monumentos que nós erguemos para relevar nossa própria tristeza; entre estes e a estrada, algumas árvores magníficas. Três lados deste campo são cercados por pedras ou grades de madeira. [...] Na minha doença, muitas vezes entristecia-me por não conhecer este cemitério. Estou agora satisfeita e, se a fraqueza que ainda me resta, atirar-me aqui, os muito poucos que vierem ver onde jaz a amiga não sentirão o aborrecimento da prisão (1990, p. 366).

Por sua nacionalidade, é provável que Maria Graham esteja se referindo às práticas, em sua terra natal, dos sepultamentos ocorrerem em jardins ao lado dos templos, ao afirmar que, caso fosse sepultada no cemitério britânico, seus amigos não se sentiriam em uma prisão. O visitante de um cemitério inglês não se sentiria “aprimado”, ao contrário do que ocorreria no interior das catacumbas de uma igreja.

A descrição do cemitério, assim como Maria Graham o fez, foi elogiada por Walsh, que peremptoriamente afirma: “O lugar é lindíssimo; fica situado num declive que se projeta na direção do mar” (Graham, 1990, p. 221). Talvez, a formosura do local tenha desagradado outro viajante, que o considerou apropriado para uma casa e não para uma necrópole (Luccock, 1975). Frequentado por D. Pedro I^o, o cemitério mediria entre três a quatro acres. Em seu interior, existiam algumas árvores e, ainda de acordo com Walsh, haveria uma proposta de se plantar outras.

O Cemitério dos Ingleses foi retratado em várias gravuras, indicando certo interesse nesse novo lugar de sepultamento. Os diários de Maria Graham foram publicados na Inglaterra, em 1824, com gravuras de Edward Findem, a partir dos desenhos da própria Maria Graham. A gravura existente no “*Diário de uma viagem ao Brasil*” pode ter sido uma das primeiras que retratou o Cemitério dos Ingleses, devido à data de sua publicação. Embora a capela seja descrita por Maria Graham em suas três divisões e nos usos de cada uma delas, a gravura exibe-a parcialmente e ocupa pequena área na extremidade esquerda, pois dois terços da imagem são ocupados pelo morro da Gamboa, pelas águas do Saco do Alferes e pela ilha das Moças.

A parte inferior da gravura é ocupada pelo cemitério, com a necrópole e suas pedras tumulares de cabeceira, fixadas verticalmente ao solo e túmulos cercados por grades de ferro. Embora não apareçam, Maria Graham menciona urnas e “os vãos monumentos que nós erguemos para relevar nossa própria tristeza” (Graham, 1990, p. 366). Quais seriam os sentidos do vocábulo “vãos”, quando a escritora inglesa se refere aos túmulos? Uma das possíveis interpretações é a crença, por parte da viajante, na ineficácia dos artefatos de pedras para atenuar a dor e a saudade dos entes queridos falecidos. Seria possível interpretar que, mesmo feitos em pedra, os túmulos seriam “vãos”, inúteis, pois na peleja entre o lembrar e o esquecer, este seria o vencedor? Ou estaria Maria Graham se referindo à vaidade, como modelo de atitude frente à finitude? Independente de possíveis respostas a esses questionamentos, a visita de Maria Graham ao cemitério não foi em vão, pois suas palavras e as imagens de seu livro permaneceram.

As palavras de Maria Graham, juntamente com a imagem do cemitério, formam percepções visuais em torno de padrões tumulares que iriam servir de modelo para os túmulos erguidos nas necrópoles da cidade do Rio de Janeiro após a proibição das inumações dentro das igrejas. Na gravura, pode-se notar a existência de inscrições nas lápides que possivelmente identificavam os mortos. Nesse sentido, ao contrário das inumações nos

templos, no Cemitério dos Ingleses existia uma individualização do falecido. Os túmulos erguidos nessa necrópole apresentam atitudes diferentes das dos católicos frente à finitude. Tal diferenciação, em certo sentido, só se tornaria prática para os católicos, ao serem construídos os primeiros cemitérios, pois, quando do sepultamento nos templos, as sepulturas não tinham identificações, eram anônimas. A individualização inicia-se apenas quando as famílias dos falecidos começaram a requerer os ossos dos entes mortos para depositar em urnas.

Cronologicamente, a gravura seguinte que retrata a necrópole seria a do negociante inglês Richard Bate, de 1835. Entretanto, suas aquarelas somente seriam publicadas em um álbum litográfico, no Brasil, em 1965 e, portanto, os jazigos reproduzidos não poderiam ter servido de modelos. Uma instigante indagação, não somente para a gravura de Bate, mas para todas as que retratam a necrópole britânica, seria a que questiona a fidelidade entre os jazigos construídos e os que foram retratados nas gravuras.

Não busco elucidar quão exatas tais gravuras são, ou apresentar os diversos olhares de uma viajante sobre uma terra estrangeira. Creio ser possível encontrar indícios de uma preocupação documental dos que buscaram retratar a cidade do Rio de Janeiro. Ao analisar a obra de Debret, Rodrigo Naves afirma que, ao retratar determinadas atividades, Debret buscava “compor um painel razoavelmente completo da cidade” (Naves, 1997, p. 83). Alguns dos que produziram imagens do Rio de Janeiro possuíam habilidades de desenhista, como Thomas Ender. Outros eram pintores amadores, como o inglês Henry Chamberlain. Ao analisar as obras de Thomas Ender e as de Henry Chamberlain, Rodrigo Naves afirma que os mesmos fracassaram ao tentar estabelecer uma aceitável junção entre os homens e os ambientes nos quais foram inseridos (Naves, 1997). Todavia, ao utilizar as gravuras que retratam o Cemitério dos Ingleses, busco não somente encontrar modelos de artefatos tumulares que possam ter exercido uma possível influência naqueles que seriam erguidos nas necrópoles da cidade, como também, ao cotejar gravuras do século XIX e fotografias tiradas em 2007, identificar aqueles que ainda são encontrados na referida necrópole.

Duas gravuras² permitem uma identificação singular dos túmulos erguidos no Cemitério dos Ingleses: a de J. Schütz, de 1850 e a de Sebastien Sisson, de 1855. As gravuras de J. Alfred Martinez (1847), Richard Bate (1835), barão de Planitz (1832-1838), João Diogo Sturz (1837) e L. A. Buvelot (1840) apresentam o cemitério como parte de um cenário maior, que inclui o então chamado Saco da Gamboa, com suas casas e trapiches. Embora a gravura de João Diogo Sturz faça um recorte nessa paisagem e o cemitério seja o enfoque principal (afinal, o título da gravura é “A capela inglesa – O Cemitério dos Ingleses”), não é possível buscar nela tal identificação, pois Sturz não retratou em detalhes os artefatos tumulares. O que todas as gravuras têm em comum é que a necrópole foi retratada delimitada por muros.

Quando Maria Graham retratou a capela – estrutura arquitetônica presente em quase todas as gravuras, ausente ou encoberta pela vegetação, na de J. Alfred Martinez – esta se localizava no alto de uma pequena elevação coberta por relva. Não é possível

rastrear as modificações, mas, em 1835, Richard Bate retrata a capela sobre uma base retangular de alvenaria que a circunda e essa configuração permanece até hoje.

Os jazigos, na gravura de Schütz, ocupam principalmente o espaço declivoso, em frente à capela. Assim como os retratados por Maria Graham, alguns túmulos estão cercados por grades de ferro e outras lápides fincadas no chão. Localizado ao centro da necrópole, ergue-se uma coluna, encimada por uma urna, cujo padrão se fará presente nas necrópoles da Corte. Seria possível identificar, nos dias de hoje, qual seria esse túmulo? A importância de tal identificação é descobrir o período de sua construção, para fundamentar a hipótese de que os padrões arquitetônicos existentes no Cemitério dos Ingleses serviram de modelo aos que posteriormente foram erguidos, em outras necrópoles, na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, não objetivo provar qual seria a contrapartida, em pedra, do existente na gravura de Schütz, já que esta seria, no mínimo, desde o início, uma tentativa fadada ao fracasso, pois tal gravura não é a cópia fiel do cemitério, se é que tal seja possível. Busco, sim, encontrar jazigos que tenham características arquitetônicas similares à da gravura e que, possivelmente, foram erguidos antes de 1850, data do trabalho de Schütz. E, nessa procura, três são os elementos que fundamentam minhas escolhas: configuração física, localização e datação.

O primeiro jazigo seria o do nobre inglês George-Joseph Stanhope. Falecido em 25 de novembro de 1828, com 22 anos, *at sea*³, cujo pai era o 4th Earl Stanhope, Philip Henry Stanhope (1781-1855). Não é possível precisar em qual data o jazigo foi erguido. Caso houvesse familiares do morto na Corte, talvez o túmulo tivesse sido erguido em uma data mais próxima ao sepultamento, já que jazigos com tipologia semelhante ao de George-Joseph Stanhope foram erguidos no Cemitério Britânico de Lisboa, em sua maioria, no período de 1800 a 1830 (Queiroz, 2002). Também, no primeiro cemitério público de Lisboa, o dos Prazeres (1833), túmulos foram construídos com as mesmas características do de Stanhope, como o de número 3, que conhecemos pela foto existente na publicação *Revista dos Monumentos Sepulchraes* (1868), já que, posteriormente foi substituído por diferente artefato.

O jazigo é composto por pedestal paralelepipedal na vertical, encimado por urna cinerária, decorada com gomos, tendo o brasão do falecido em relevo, em uma das faces do pedestal. Nas variações desse padrão tumular, a urna pode vir total ou parcialmente coberta por uma toalha fúnebre, ou ser flamejante; embora possa ter existido algum exemplar com urnas flamejantes, no Cemitério dos Ingleses, atualmente não existe ali nenhum jazigo, cuja urna tenha tal formato. Para Douglas Keister, a urna e o salgueiro foram os primeiros símbolos funérios usados após a Guerra da Independência Americana e que substituiriam a imagem da caveira (Keister, 2004).

É no relato do capelão Robert Walsh, que veio na comitiva de Lord Strangford, que encontramos dados sobre o falecimento e o enterro de George-Joseph Stanhope, que não faleceu no mar (*at sea*), mas na residência do referido religioso, com vista para a baía, levado

para lá na tentativa de restabelecer sua saúde. Aliás, o falecido havia saído da Inglaterra em busca dessa recuperação. Apesar de apresentar um quadro de melhora, o chamado por Walsh de “*nosso amiguinho*” (Walsh, 1985, p. 221), teve sua moléstia agravada e morreu. As exéquias foram celebradas por Walsh, na capela do cemitério, que deixou emocionada descrição:

Foi aí que officiei o último serviço religioso para o nosso jovem amigo que atravessara o Atlântico à procura da saúde que não pode encontrar; senti como se nunca tivesse cumprido um dever mais triste e solene. Os infortúnios das pessoas adultas são conseqüências naturais, e já esperadas, da fragilidade de nossa natureza perecível. Mas, quando é da vontade de Deus que um jovem seja atingido, o que vemos é a árvore da vida ser prematuramente arrancada, quando devíamos vê-la verde florescente. Por enquanto existem poucas lápides construídas no cemitério, indicando o local dos que partiram; mas foi enviado da Inglaterra um mausoléu, para designar o lugar onde os restos desse jovem seriam depositados. É o primeiro monumento a ser erguido aí. Compõe-se de uma urna colocada sobre pedestal de mármore negro, com emocionante dedicatória do seu pai (Walsh), 1985, p. 221).

A partir desse relato, é possível afirmar que o jazigo foi erguido em data próxima ao falecimento e que seu formato corresponde ao descrito, embora o negro mármore tenha sido substituído pelo branco. Outra importante informação é a origem inglesa do jazigo que, provavelmente, foi enviado pelo pai do jovem morto. Revelador também é, segundo Walsh, tratar-se do primeiro mausoléu vertical da necrópole e da introdução de um novo padrão tumular. É provável que o mármore de cor preta tenha sido utilizado nos cemitérios ingleses no século XIX; todavia, tal tonalidade, com possíveis e desconhecidas exceções, será uma das características das necrópoles, em meados do século XX, com predomínio de outro tipo de pedra: o granito.

Na área em frente à capela, existe outro jazigo que talvez faça parte da gravura de J. Schultz. Todavia, como falta o elemento que o completa não se pode enquadrá-lo no padrão tumular de pedestal encimado por urna. É possível que existisse um volume piramidal; entretanto, nessa necrópole, quando a pirâmide faz parte da estrutura tumular, está assentada sobre um pedestal com dimensões menores que o tal jazigo. A singularidade desse túmulo – de Johann Daniel Deussen, falecido aos 37 anos de idade, em 1834 – reside no material em que foi feito e que não encontra similar: o ferro. Grades e portões de ferro foram utilizados, nos cemitérios católicos, com certa regularidade, mas, com certa parcimônia, no inglês. Escassos foram os jazigos erguidos tendo o ferro como o elemento principal de sua constituição e não secundária, como o uso de grades desse material. Em Recife (PE), existem alguns jazigos feitos de ferro, no Cemitério dos Ingleses e uma das possíveis razões dessa prática vincula-se ao fato de a principal fundição da cidade ser de propriedade de ingleses.

Em uma face do jazigo, existe um friso vegetalista, com folhagem de carvalho e, ao centro, uma coroa de louros, tendo escrito, no seu interior, *DENK MAL* (monumento, memorial). Segundo o historiador português Fernando Catroga (1999), embora a deposição de flores nos túmulos seja uma prática anterior à civilização egípcia, somente no século XIX ocorrerá

revalorização do elemento floral, em decorrência, tanto do discurso higienista, quanto de um novo culto aos mortos. O depositar de flores no túmulo torna-se o momento central desse culto.

O carvalho é considerado o “rei das árvores” e suas folhas e flores podem simbolizar o poder da fé cristã, mesmo em tempos de adversidade (Keister, 2004). A coroa de louros representaria a imortalidade e sua associação com a eternidade deriva de suas folhas que nunca murçam (Catroga, 1999). Tais sentidos simbólicos, caso não fizessem parte do horizonte de crenças de seus construtores e visitantes da necrópole, tornar-se-iam, apenas, elementos decorativos do artefato tumular (Catroga, 1999).

Passados três anos de seu estabelecimento no Rio de Janeiro, Sebastián Auguste Sisson faz uma litografia do Cemitério dos Ingleses que apresenta algumas diferenças em relação à de Schütz, como a existência de uma grade de proteção demarcatória do fim do passeio e início do mar, tendo sido posicionada a capela da necrópole frontalmente para o observador. Outra diferença é que, na gravura de Schütz, a capela parece ser formada por três edifícios geminados, tendo, cada um, seu respectivo telhado. Talvez a visão parcial da cobertura da capela possa ser explicada pela localização do artista, ao retratar o sítio que, no caso de Schütz, encontrava-se em um ponto acima do nível da capela. A fachada da capela, na gravura de Sisson, tem mais similitude com a configuração atual do edifício.

É possível afirmar que o Cemitério dos Ingleses foi criado seguindo o modelo do *churchyard*, embora não tenha capela para cultos, pois a da referida necrópole, segundo Maria Graham, era utilizada apenas para os ofícios fúnebres. Na Inglaterra, era prática o sepultamento tanto no templo, quanto no terreno em volta da igreja. De acordo com Clare Gittings, ao estudar o morrer na Inglaterra, no período compreendido entre 1558-1660, a grande maioria dos que morreram neste país, no período estudado, foi enterrada em *churchyard*, em covas sem identificação (Jupp e Gittings, 2000). Desde o século XII, existiam lápides no interior dos templos, identificando representantes de elites e, segundo Rosemary Horrox (Jupp e Gittings, 2000), o templo poderia se tornar um livro aberto da história familiar.

No período intitulado por Ralph Houlbrooke de “a época da decência” na Inglaterra, as lápides com epitáfios foram os mais populares memoriais, apesar de já serem erguidos, no interior dos templos, esculturas e bustos dos falecidos. Alguns desses epitáfios celebravam virtudes pessoais e públicas. “Mais numerosas, todavia, foram inscrições, as quais não informavam, de maneira alguma, as qualidades pessoais do morto, mas simplesmente forneciam os dados básicos da idade e da data da morte, juntamente com o lugar de residência e nomes de amigos próximos” (Jupp e Gittings, 2000, p. 196)⁴. As gravuras da década de 1850 retratam a necrópole britânica, na Gamboa, demarcada por muros, como a indicar fronteiras que não poderiam ser transpostas – um enclave anglicano nos domínios da religião oficial do Estado.

Se podemos falar de certa influência dos padrões tumulares do Cemitério dos Ingleses, como o jazigo de George-Joseph Stanhope, nos primeiros erguidos nas necrópoles da

cidade do Rio de Janeiro, é possível que túmulos erguidos nas necrópoles católicas também tenham servido de modelo para outros, erguidos na britânica. Ao final da segunda metade do século XIX, o comércio de artefatos tumulares já era significativo e iria se consolidar nas décadas seguintes, com o aumento de lojas de mármore, como mostram as que estão listadas no *Almanack Laemmert*. Túmulos com formato de arca tumular, introduzidos com o mausoléu de D. Pedro Carlos, foram erguidos nos cemitérios do Rio de Janeiro, com diferentes dimensões, alguns acompanhados de esculturas. No Cemitério dos Ingleses, foi erguido um túmulo, com esse formato, o do médico francês Jean Baptiste Senechal (1849), segundo a lápide, por amigos agradecidos. Construiu-se uma base alta para a colocação do túmulo. Como se localiza em área posterior à capela, tal base possibilitou maior destaque para o referido jazigo. Sobre a base, um pedestal encimado pela arca, apoiada em quatro esferas. Se não existem dados no túmulo que possibilitem inferir a data de sua construção, ou quais seriam os amigos, já que nenhum foi nomeado, existem indícios que confirmam sua origem: uma arca tumular em pedra lioz procedente das oficinas de cantarias lusitanas.

No ano de 1842, é publicado o livro do médico Luiz Vicente De Simoni, com o longo título “*Gemidos Poéticos sobre Túmulos ou Carmes Epistolares, de Hugo Foscolo, Hypolito Pindemonte e João Torti, sobre os Sepulcros, traduzidos do italiano pelo Dr. Luiz Vicente De-Simoni, com outros do mesmo tradutor sobre a Religião dos Túmulos e sobre os Túmulos do Rio de Janeiro*”, impresso na tipografia de J. Villeneuve. A publicação inicia-se com poemas traduzidos por De Simoni e depois são apresentados dois poemas de sua autoria. Nesses poemas, ele apresenta sua visão da morte e relata a visita que fez aos templos do Rio de Janeiro, no Dia de Finados.

Desde o ano anterior, a obra era anunciada no *Jornal do Comércio*, da cidade do Rio de Janeiro, com a descrição do seu conteúdo. Avisava-se que o livro já estava no prelo e, que, caso possível, seria lançado na véspera ou no Dia de Finados. Não se destinava a todos os públicos, mas àqueles capazes de sentir dor pela perda de saudosos entes. De Simoni descreve o cemitério dos Ingleses, com suas mangueiras, localizado “na enseada onde o mar plácido dorme” (De Simoni, 1842, p. 82). Aos que foram sepultados nessa necrópole, deseja que tenham sono tranquilo, pois os considera infelizes por terem morrido em solo estrangeiro, longe da terra natal e sem os braços de um parente para embalar os últimos suspiros.

É possível que os visitantes que frequentavam a necrópole britânica e que teciam loas as suas belezas não mais o fizessem nos dias de hoje. Com o crescimento urbano, aterros foram feitos na cidade do Rio de Janeiro e o Cemitério dos Ingleses não mais é um vizinho tão próximo do mar. E os olhares dos atuais visitantes precisam de certo esforço para mirar o horizonte que foi encoberto pela atual Cidade do Samba.

Certamente, uma das principais questões em torno da preservação das necrópoles, erguidas no século XIX, é sobre o lugar, ou os lugares, da morte, nas sociedades contemporâneas. E será esse lugar ou lugares que determinará sua presença ou seu esquecimento. A cidade dos mortos erguida pelos vivos precisa de seus construtores para se manter viva no século XXI.

Notas

1 - Segundo Walsh, “O Imperador, cujo Palácio de S. Cristovão não fica muito distante do local, visita-o com frequência e admira muito o aspecto do cemitério” (Walsh, 1985, p. 221).

2 - Remeto-me às gravuras que foram reproduzidas no livro de Cardoso (1987).

3 - Disponível em: <<http://www.peterwestern.f9.co.uk/maximilia/pafg218.htm>>. Acesso em: 20 maio de 2008.

4 - “Far more numerous, however, were inscriptions which said nothing at all about the personal qualities of the deceased, but simply provided the basic facts of age at, and date of, death together with place of residence and names of closest relations” (Houlbrook, 2000, p. 196).

Fontes

Periódicos

Journal do Commercio, Rio de Janeiro, 27/11/1830, n. 88.

Journal do Commercio, Rio de Janeiro, 14/7/1834, n. 154.

Journal do Commercio, Rio de Janeiro, 10/10/1827, n. 10.

Journal do Commercio, Rio de Janeiro, 14/7/1834, n. 154.

Journal do Commercio, Rio de Janeiro, 09/10/1837, n. 223.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Jardim regado com lagrimas de saudade – morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula* (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BAXANDAL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart et al. *Histórias dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, Editora Index, 1987.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.

DE-SIMONI, Luiz Vicente. *Gemidos Poéticos sobre Túmulos ou Carmes Epistolares, de Hugo Foscolo, Hypolito Pindemonte e João Torti, sobre os Sepulcros, traduzidos do italiano pelo Dr. Luiz Vicente De-Simoni, com outros do mesmo tradutor sobre a Religião dos Túmulos e sobre os Túmulos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. Villeneuve, 1842.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

HOULBROOKE, Ralph. The age of decency: 1660-1760. In: JUPP, Peter C.; GITTINGS, Clare, *Death in England: an illustrated history*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2000.

JUPP, Peter C.; GITTINGS, Clare. *Death in England: an illustrated history*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2000.

KEISTER, Douglas. *Stories in stone. A field guide to cemetery symbolism and iconography*. Salt Lake City: Gibbs Smith, Publisher, 2004.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

NAVES, Rodrigo. *A forma difícil – ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

Ordem inglesa. Disponível em: <http://buratto.org/gn_comendas.html>. Acesso em: 20 maio, 2008.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira. *Os cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal*. Tese (Doutorado em História da Arte), Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. 2002.

Revista De Monumentos Sepulchraes, 1868.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres no rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1996.

STURKEN, Marita e CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking: an introduction to visual culture*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828-1829) 2 v.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

Recebido em 27/06/2014

“A última morada da infância”: representações e transformações dos lugares de sepultamento infantis nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo

The last abode of childhood”: representations and transformations of childhood burial places in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro

Luiz Lima Vailati

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.
Professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa, MG.
lvailati@uol.com.br

RESUMO: O presente artigo pretende examinar os modos e lugares de inumação de crianças, bem como outras práticas que tais espaços dão ensejo, conforme observados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo entre as primeiras décadas do século XIX e as do XX. Os objetivos deste artigo são dois: (1) através do exame das regulamentações com as quais a Igreja Católica no Brasil tentou ordenar a inumação de crianças, ponderar a respeito das representações eclesiais relativas à morte infantil e ao papel que tem nelas o sacramento do batismo, bem como avaliar em que medida tais normatizações foram seguidas, ou não, pelos fiéis; (2) procurar, a partir do escrutínio da simbologia presente nos túmulos de criança, entender melhor as representações envolvidas nesse modo particular de agir diante da morte infantil e suas transformações.

Palavras-Chave: história da morte; história da infância; Brasil

ABSTRACT: *This article attempts to examine the ways and places of children's burials, as well other practices which these spaces paved the way for, as observed in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo in the 19th century and the first few decades of the 20th century. The aims of this article are the following: (1) through an examination of the regulations through which the Catholic Church in Brazil attempted to organise the interment of children, to ponder on the ecclesiastical representations of childhood death and the role of the sacraments of baptism in them, and to evaluate to what extent these regulations were followed by the congregations; (2) based on an observation of the symbology present in child tombs, to attempt to understand the representations involved in this manner of acting in the death of a child, and its transformations.*

Keywords: *history of death; childhood history; Brazil*

Como resultado de uma pesquisa levada a cabo durante a elaboração de minha tese de doutoramento, que discorreu acerca das práticas e representações em torno da morte infantil, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, entre as primeiras décadas do século XIX e as do XX, o presente artigo pretende examinar os modos e lugares de inumação de crianças, bem como outras práticas que tais espaços dão ensejo. Isso será feito tendo em vista dois objetivos principais. Em primeiro lugar, por meio do exame das regulamentações com as quais a Igreja católica no Brasil procurou ordenar a inumação de crianças, vislumbrar as representações eclesiásticas relativas à morte infantil e o papel que tem nelas o sacramento do batismo, bem como avaliar em que medida tais normatizações foram seguidas ou não pelos fiéis; em segundo lugar, procurar, a partir do escrutínio da simbologia presente nos túmulos de criança, entender melhor as representações envolvidas nesse modo particular de agir diante da morte infantil e suas transformações. O artigo se divide em três partes, correspondentes às três modalidades distintas de enterramento de crianças ao longo do período abordado nas cidades em foco. Isto é, no solo das igrejas (adro e interior dos templos), nos carneiros e, por fim, nos cemitérios extramuros. Serão também abordados, evidentemente, os rituais e diferentes práticas que tinham lugar após o sepultamento, ensejadas por esse modos diferentes de disposição dos mortos.

Infância, batismo e enterramentos *ad sanctos*

O enterro é um dos momentos importantes nos tradicionais funerais de “anjinho” ao longo do século XIX. Como será mostrado, até princípios da segunda metade do século XIX no Brasil, tal como acontecia aos adultos, as crianças eram via de regra enterradas *ad sanctos*, isto é, ou no interior das igrejas ou nos adros (espaços externos contíguos ao templo). Costume bastante disseminado na cristandade ocidental desde a Idade Média (Ariès, 1975, p. 143 e 144) esta prática cumpriu no período e lugares em tela duas funções distintas que, apesar de conviverem durante a vigência desse comportamento, têm origem em momentos diferentes da história dos dogmas cristãos, em particular das concepções que estes veiculavam do além-túmulo. Pode-se dizer, em linhas gerais, que nos seus primeiros tempos de existência, este costume possuía um papel de natureza numinosa, ao qual, com o transcorrer do tempo, foi somado outro significado, por sua vez relacionado principalmente às potencialidades pedagógicas e mnemônicas dessa prática.

O costume medieval de se enterrar nos templos, apanágio de bem poucos privilegiados – reis, bispos e abades – começa, a partir do século XIII, a se estender paulatinamente ao restante da comunidade católica (Vovelle, 2000, p. 74). Isso se deveu, entre outras coisas, ao fato de que esses espaços, por serem sacramentados e por servirem de morada final dos cristãos de grande distinção, passam a ser entendidos como portadores de propriedades das quais dependiam todos aqueles que quisessem a salvação após a morte, devendo para

tanto ali serem enterrados. De início, acreditou-se que isso se devia ao fato de que aqueles sob tais solos, estariam sob a proteção do santo que dava nome ao santuário (Ariès, 1975, p. 34 e 35). Como se vê, essa concepção refletia um conjunto de representações constituído, entre outras coisas, por uma tendência ainda forte em associar o destino do corpo ao do espírito, presente na antiga crença cristã da ressurreição dos corpos quando do Juízo Final, revelador, portanto, da inexistência de um entendimento (que depois se tornaria corrente) do corpo e espírito como dimensões distintas e definitivamente separadas com a morte do elemento físico.

É bem verdade que a Igreja no Brasil, como bem observou João José Reis, ao seguir as orientações da cúria romana pós-Trento, se opôs à visão de uma função salvadora efetiva deste solo consagrado, constatando que as *Constituições Primeiras* não associam “o lugar de enterro com a ressurreição dos corpos” (Reis, 1991, p. 172). Esse fato confirma para esse lado do Atlântico, por sinal, as análises de Ariès (1975), segundo as quais o declínio da crença em um julgamento coletivo dos cristãos que teria ocasião com o Apocalipse teve início no século XII (Ariès, 1975, p. 34 e 35). Não obstante, não é sempre que a Igreja manifestava claramente essa posição. Isso é observável, por exemplo, nas instruções que visavam cuidar para que o solo dos templos não fosse profanado. Ora, essas instruções consistem, entre outras coisas, em regras e interditos na prática dos enterros feitos *ad sanctum*, cujo cumprimento é condição para a manutenção do caráter sagrado de que está investido. Interessa aqui observar que as *Constituições* assinalam, entre os cinco casos em que há “violação” desse espaço, “quando se enterra algum pagão infiel ou criança que não for batizada” (Vide, 1853, p.442). Essas passagens nos mostram, por conseguinte, que a Igreja não era tão indiferente à relação entre o cadáver e o caráter sagrado do solo eclesiástico: não só admite que o corpo do infiel corrompe o solo sagrado, como proíbe a ocorrência de novos enterros antes que o solo, assim violado, seja restaurado.

Mais ainda, o conteúdo dessa regra nos informa a respeito da importância do batismo nos rituais de morte e o seu significado nesse âmbito, na medida em que a proibição da sepultura eclesiástica é estendida a todos os que morrem “pagãos”. Em outras palavras, àqueles que não foram batizados, uma vez que não há para o enterro em sagrado a exigência de qualquer outro sacramento (tais como a confissão, confirmação ou mesmo a extrema-unção) exceto apenas aos casos dos suicidas, excomungados e aqueles que optassem deliberadamente se abster das unções derradeiras (Vide, 1853, p.301). Além disso, a insistência por parte da Igreja em deixar claro que a criança que morre pagã também está impedida do enterro em sagrado, ainda “que seus pais, sejam ou fossem *Christãos*” é reveladora, indiretamente, de um entendimento popular que reluta em aceitar essa condição. Ao que tudo indica, esse esforço não foi de todo debandado, uma vez que esta discriminação deitou raízes profundas no imaginário popular, fato verificável nos relatos populares sobre os cemitérios de crianças não batizadas (conhecidos por “cemitérios dos pagãos”) em época bem recente (Araújo, 1964, p. 60).

Por outro lado, ainda que seja colocada junto aos demais não batizados nesse âmbito da liturgia católica, a Igreja parece também conceber distintamente a criança. Ora, visto que para as crianças o fato de ser ou não batizada é a única condição que as *Constituições* consideraram importante na avaliação sobre se estas merecem ou não o solo eclesástico, tudo parece apontar que, aos olhos da Igreja, as crianças não são capazes dos outros pecados e infrações às leis divinas que são imputadas aos adultos e que, por fim, acabam por impedir a entrada desses últimos nessa santa pousada. Mais importante ainda, tal como no tocante à relação entre o defunto e o lugar onde ele era enterrado, em que alguns indícios mostram que as *Constituições* carecem de uma postura definitiva, o mesmo se passa em relação à forma de entender a criança morta relativamente à questão do sepultamento. Ora, segundo o texto conciliar, “se for enterrado na Igreja antes do Baptismo um menino de pouca idade filho de pais Christãos, não fica violada a Igreja; por que ainda que não seja fiel, por ainda não ter crença, não se pode absolutamente chamar infiel” (Vide, 1853, p. 423).

Sobre esta passagem, basta assinalar por ora o seguinte. Em primeiro lugar, essa disposição além de deixar entrever que o enterro de crianças sem batismo (mas filhas de pais batizados) em solo consagrado era uma realidade, nega qualquer prejuízo em sua ocorrência, postura que concorda e favorece a crença bastante generalizada acerca da pureza e salvação certa da alma infantil conforme apontado por outros testemunhos (Vailati, 2010). Em segundo lugar, é possível talvez entrever nisso uma tentativa de conversão dos pais pagãos, acenando positivamente para o enterro em sagrado de seus filhos mortos sob a mácula do pecado original. Por fim, é bastante plausível que essa cláusula seja testemunho de uma Igreja que, nesse contexto, reconhece suas limitações (materiais e de quadros) e que tenta assim minimizar as distorções em termos de liturgia e dogma engendradas por uma prática que certamente devia ser frequente.

A segunda função dos enterramentos *ad sancto* é aquela de que comungava as *Constituições*: lembrar aos vivos da morte, os quais, diante de sua visão, procurarão sempre aprimorar-se enquanto cristãos, como também fazê-los lembrar de seus mortos, pelos quais se deveria orar (Vailati, 2010, p.295). Como observa Ariès, essa foi a estratégia da Igreja para ressignificar uma prática com a qual não estava a princípio de acordo, especialmente nos quadros da elite eclesástica (Ariès, 1975, p. 145). Mais importante, o sucesso e difusão dessa concepção entre os fiéis e as curas estiveram ligadas não só a um processo de individualização das visões escatológicas em que a salvação ou a danação eterna passa a ser a fatura final e particularizada de uma determinada trajetória individual como, principalmente, ao advento da crença no purgatório, que Le Goff situa em meados do século XII (Le Goff, 1973, p. 63). Cabe lembrar que, segundo essa nova concepção, estava aberta ao pecador uma alternativa à ida definitiva em direção ou ao paraíso ou à *Geena* (Vovelle, 1993, p.32). Conjuntamente ao advento dessa nova representação do além, passou-se a acreditar que os vivos podiam, por meio de orações e obras pias realizadas ou encomendadas em nome das almas dos

mortos que se encontravam nessa região do além, decidir de forma favorável o destino desses últimos, e, nesse sentido, encontrar-se em solo sagrado era também uma forma de dispor para si destas preces (Vovelle, 1993, p. 73). Esse costume não só permaneceu, ganhando, para tanto, significados adicionais como, no caso do Brasil, arraigou-se profundamente. Tanto foi assim, que as autoridades civis, quando decididas a eliminar tal prática, encontraram forte descontentamento e resistência por parte da população, em alguns casos manifestados de forma violenta, como o episódio da *cemiterada*, em Salvador. (Reis, 1991).

Nesse quadro de concepções, onde ainda estava presente uma valorização do aspecto comunitário dos sepultamentos, o papel das irmandades, que detinham para seus membros a exclusividade de enterramento em determinados lotes do espaço eclesiástico, adquire importância. E isso vale também para a criança morta. Segundo o que nos informam os estatutos e compromissos das irmandades, sabemos, por exemplo, que essas associações asseguravam sepultamento eclesiástico para as esposas e os filhos de irmãos nas partes das igrejas reservadas a elas. Assim se pronuncia o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, em 1778 (Compromisso, 1788, p.6). É importante observar, a esse respeito que, tal como no caso do direito ao acompanhamento dos confrades no cortejo fúnebre, essa prerrogativa dos filhos dos irmãos era limitada às crianças. Nesse sentido, algumas irmandades informam que os filhos deviam ser menores de sete ou doze anos, ou apenas “menor” (Compromisso, 1801, p.5; Compromisso, 1773, p.4).

Alguns livros de assentamento de óbito especificam se determinada criança foi enterrada no interior do templo ou do seu entorno. Essa diferença é importante, pois apesar de ambos serem considerados espaços sagrados, o fato de se estar enterrado em um ou outro desses terrenos traduzia a importância social do morto. Nesse sentido é o interior da igreja, em especial o mais próximo do altar-mor, o local que abrigava aqueles que possuíam melhores condições sociais, restando aos demais o terreno circundante ao templo, o *adro* (REIS, 1997, p.128). Alguns livros de óbito das Igrejas paulistanas (ver referência ao final do artigo), que oferecem condições de saber se o indivíduo foi enterrado em qual desses dois espaços, confirmam essa tendência também para as crianças mortas. Do começo do século até aos anos anteriores aos cemitérios extramuros (década de 1850), computamos uma amostragem de 237 registros (para os anos de 1808, 1828 e 1848). Dos 237 registros computados, 203 (85,2%) crianças foram enterradas no interior dos templos e 35 (14,8%) no adro. Quando consideramos a condição social da criança morta – se ela é livre ou escrava – fica evidente que sua identidade social era determinante no tocante ao local onde esta seria enterrada: das 177 crianças livres computadas, 12 apenas foram enterradas no adro, perfazendo apenas 6,8% desse grupo; quanto aos escravos, dos 60 escravos computados, 23 foram enterrados no adro, atingindo a fatia de 38%. A incidência de sepultamentos no espaço interno das igrejas é, para o livres, portanto, seis vezes maior que no caso das crianças escravas.

A “nova morada”: os carneiros

Por volta das primeiras décadas do século XIX, começaram a aparecer nas igrejas uma nova forma de enterramento: os carneiros. Segundo um viajante que esteve na cidade do Rio de Janeiro, no segundo quartel do XIX (Holman, 1834, p.61), estes consistiam em salas quadrangulares, em geral dando para um pátio aberto, possuindo em suas paredes compartimentos de largura tal a poder caber um esquife. Em relação ao antigo modo de enterrar, as catacumbas, como também eram chamados esses espaços, implicavam duas novidades de grande importância na história das formas de enterramento: além de eliminar o contato do corpo com a terra, torna regra a prática de se sepultar o defunto junto com o caixão.

O que mais nos interessa nesse particular é o fato de existirem entre essas salas, algumas reservadas exclusivamente ao sepultamento de crianças (Debret, 1989, p.209; Ebel, 1972, p. 135). Ferdinand Denis, no Rio, em 1838, ao evocar uma desses recintos, também assinala a ótima impressão que estas “últimas moradas da infância” lhe deram, cuidadosamente caiadas e floridas (DENIS, 1980, p.148). O significado mais importante dos lugares descritos, é que a sepultura, mais do que reforçar a unidade da família nuclear, assinalava a presença da comunidade dos irmãos na forma como eram espacialmente organizados os enterramentos. Teremos, todavia, oportunidade de constatar mais adiante o papel aglutinador que a família nuclear terá, mais tarde, nos cemitérios seculares. A prática de agrupar crianças num espaço comum, será afetada, portanto, pela valorização da família. Sobre estes novos espaços cabe ainda mais uma observação. Essa forma típica de disposição do cadáver era acompanhada do uso da cal, necessária ao desaparecimento da carne. Este recurso deu lugar, precisamente em um funeral de uma criança (no caso, de família francesa) no Brasil, a um conflito cultural bastante interessante. Nesse episódio, registrado por Victor Athanase Gendrin, os franceses que participavam da cerimônia, indignados com o fato de que a criança não iria ser enterrada na terra, e absolutamente repugnados com a aplicação da cal diretamente sobre o pequeno cadáver, à força e ao fim de um imenso tumulto, conseguiram com sucesso retirar o cadáver das mãos dos responsáveis pelo serviço e, com instrumentos improvisados do material que se encontrava no local, enterrar a criança no chão contíguo ao carneiro (Gendrin, 1856, p.65-66).

Uma das ocasiões, após o enterro, em que a criança morta é lembrada pelos vivos, evento que ganhou maior popularidade com o advento dos carneiros, tem lugar no Dia de Todos os Santos (ou dia de Finados). Sobre o Rio de Janeiro, Debret nos fala da exposição anual dos sarcófagos nessa data e das visitas feitas às igrejas como a de Santo Antônio, São Francisco de Paula e do Carmo, segundo ele, “*as mais elegantemente construídas*”, as quais, entre o primeiro e o segundo quartel do XIX, já contavam com uma multidão que corria a visitá-las (Debret, 1989, p.209). Nessas ocasiões, as famílias dos falecidos que foram sepultados nas catacumbas vinham visitar e muitas vezes receber os restos mortais de seus defuntos, como na mesma

época deu testemunho o inglês John Holman (1834, p.61) e, na década 1850, Ida Pfeifer, que registra que às catacumbas da Corte concorriam tanto velhos quanto jovens (estes últimos estimulados pela rara oportunidade de ver as representantes do sexo oposto) (Pfeifer, 1854, p.22). Segundo Debret, no Dia de Todos os Santos, as câmaras mais luxuosas são ornadas com laços dourados e panos pretos, e as urnas, decoradas com flores, são estendidas sobre estrados enfeitados de tules e galões de ouro aplicados em fileiras de três sobre veludo preto, carmesim, rosa ou azul-celeste, tudo rodeado por uma série de círios acesos, algumas sob a vigilância de um negro de libré (Debret, 1989, p.210).

As urnas das crianças, ricamente adornadas, também eram expostas à visitação. Segundo o mesmo autor (Debret, 1989, p.209), tal como acontecia para as partes das igrejas reservadas às irmandades, os filhos de confrades tinham direito à sepultura nas catacumbas (são crianças, portanto). Uma mudança em relação aos lugares de inumação tradicionais, era que, segundo o autor, os ossos daqueles enterrados nas catacumbas deveriam ser retirados ao fim de um ano. Ele observava, não obstante, que isso não era necessariamente feito, sendo esses caixões guardados junto aos sarcófagos (caixas onde eram guardados os ossos) dos outros confrades. Dadas suas características, estes pequenos caixões contribuíam para o prestígio da confraria na exposição anual do dia de Finados. Segundo Debret, esses féretros seriam confeccionados ao longo do XIX com um luxo cada vez mais exagerado. Segundo ele, essa era uma dentre outras oportunidades da família do morto demonstrar publicamente a que ponto ia sua devoção ao defunto, não se furtando a gastos consideráveis. Aqui se evidencia, por conseguinte, uma característica comum à morte das crianças das elites como um todo (Vailati, 2010), que é servir de instrumento de ostentação, possível pela liberalidade – em termos da norma litúrgica – que a cerca.

Os cemitérios

Mais do que qualquer outro, é esse um dos momentos dos funerais que vai conhecer uma mudança mais incisiva, cuja origem está associada ao estabelecimento do saber médico nos círculos de decisão do Estado, se não por meio da participação direta nos quadros diretivos de seus profissionais, ao menos através da propagação de suas ideias entre a classe dirigente. Como já mencionamos acima, essa transformação consistiu, mais diretamente, na defesa para que os enterros só se realizassem em cemitérios extramuros; ou seja, em espaços não só apenas fora dos templos, como também para além dos limites da cidade. Já desde o século XVIII, no Brasil, se propugna a construção desse tipo de necrópole (Rodrigues, 1997, p. 89). Em 1828, um decreto imperial, ordena às câmaras municipais que regulamentassem as práticas funerárias, em especial, que promovessem a construção de novos cemitérios que atendessem aos preceitos higienistas (Lourigo, 1977, p.52). O cumprimento dessa lei se arrastaria mais de 20 anos, alegando os responsáveis os mais diversos motivos, dentre os

quais, o mais recorrente foi a carência de receita para as cidades (Rodrigues, 1997, p.102; Guedes, 1986, p 70).

Serão principalmente as epidemias, na década de 1850, que colocarão um ponto final nessa espera, e os “cemitérios gerais” finalmente serão construídos (Rodrigues, 1997, p.103; Guedes, 1986, p 78). No caso das necrópoles estudadas aqui, serão estas aquelas criadas por ocasião dos surtos epidêmicos: o Cemitério da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Cemitério do Catumbi), inaugurado em 1850; o Cemitério São João Batista, de 1851, ambos da capital federal, o Cemitério da Consolação, fundado em 1858, e o Cemitério do Araçá, construído em 1887, para a cidade de São Paulo.

Ao que respeita às práticas e representações da morte da sociedade como um todo (adultos e crianças), da construção dos cemitérios *extramuros* decorrerá um distanciamento em dois sentidos que a criação dos carneiros já havia iniciado. Um deles é a separação entre os mortos e destes com a terra (Reis, 1997, p.129). Dada a dimensão bem mais ampla desses novos cemitérios (em comparação com os carneiros), eles permitem um afastamento maior entre aqueles que ali estão enterrados e possibilitam que nesses locais haja um registro mais detalhado (nome completo e idade) sobre quem estava ali depositado – o que nas igrejas era feito mais espaçadamente e, por assim dizer, de modo mais confuso. Traço que se tornará marcante nessa nova forma de se enterrar é que, ao lado da individualização das covas e das informações sobre o morto, se observa no interior da necrópole uma forte tendência para a aglomeração consanguínea dessas covas. Isto é, a existência de túmulos agrupados por família, organização que concorre e supera aquela que era feita em nome das irmandades e confrarias, ainda que esse último tipo persista nos primeiros anos desses cemitérios a céu aberto. O segundo tipo de distanciamento que o carneiro favorecia é aquele entre vivos e mortos (Reis, 1997, p.129). Lembramos que nos primeiros tempos dos cemitérios *extramuros*, essa separação ainda é mais violenta que aquela que os carneiros ensinaram, considerando que essas necrópoles foram construídas fora do perímetro urbano. Essa separação demandou uma série de reformulações na forma como estes antes se relacionavam. O contato físico com os lugares onde os mortos eram enterrados, que estava associado às visitas às igrejas, perdeu o seu caráter de prática frequente e corriqueira. Considerando as várias ocasiões em que se ia às igrejas, e os mais diversos usos que se fazia delas, além da proximidade desses templos em relação às habitações urbanas, não é difícil vislumbrar o estreito contato físico que havia entre vivos e mortos e ponderar a amplitude dessa mudança.

É importante observar que, por um bom tempo, essas necrópoles seriam uns dos espaços prediletos de manifestação do sentimento familiar, o que demandará mudanças profundas nas práticas e representações da morte infantil. O mesmo se pode dizer com respeito às demonstrações de patriotismo. Como bem lembrou Reis, parecia que nos projetos que dariam origem a esses novos cemitérios “*a virtude cívica substituiria a devoção religiosa*” (Reis, 1997, 134). Agora a visita aos mortos vai perder muito de suas motivações salvíficas.

Os planejadores dessas novas necrópoles tiveram em mente que o sentimento familiar e o respeito aos próceres da nação é o que seria a razão de ser dessas visitas, mais do que uma preocupação com os sucessos do morto no além.

Em decorrência de todas essas características, o advento dos cemitérios extramuros nos legou um importantíssimo testemunho das práticas e representações frente à morte, o artefato tumular. Estes objetos são também de grande valor para o estudo da morte infantil. Para um melhor proveito da análise destes artefatos para o assunto em questão, recorreremos a algumas observações feitas pela arqueóloga Tânia Lima que, através do estudo do material, da simbologia, e da forma da produção tumular nos cemitérios do Rio de Janeiro, identificou três fases através das quais podemos dividir a história da produção tumular nos cemitérios que ela pesquisou (Lima, 1994, p.87). Acreditamos, não obstante, que essa periodização vale para os túmulos pertencentes aos outros dois cemitérios em questão, o da Consolação e o Araçá, em São Paulo – por sinal, a semelhança entre a produção tumular nos cemitérios brasileiros nesses primeiros tempos já foi observada por outro estudioso da arte tumular, Clarival Valadares (Valadares, 1972, p.1075).

Os dois primeiros padrões identificados por Lima é que dizem respeito ao período enfocado aqui. O primeiro, denominado de “padrão inaugural”, estaria localizado entre 1850 e 1888. A produção relativa a essa fase, que se inicia, portanto, com a criação dos cemitérios, é relacionável principalmente à aristocracia durante o Império (grandes agricultores e comerciantes, alta burocracia civil e militar etc.) e seu fim coincide com a dissolução do regime escravista (Lima, 1994, p. 102). Desse quadro, importa assinalar que a produção desses objetos se prestou, acima de tudo, para eternizar suas distinções e privilégios sociais. Ela se caracterizaria, no caso das elites, por uma inclinação para túmulos monumentais, alguns importados diretamente da Europa, por uma produção artisticamente esmerada (Lima, 1994, p.102). Ao que respeita à iconografia, o que se observa é a grande frequência de signos escatológicos: caveiras com as tíbias cruzadas, ampulhetas e globos alados, foices, corujas, morcegos e serpentes, entre outros - símbolos que nos remetem, de modo geral, para um único ponto: a inexorabilidade da morte (Lima, 1994, p. 103). Essa prática assinala, por conseguinte, a permanência até esse primeiro momento de uma pedagogia escatológica bem própria de uma determinada concepção pedagógica da morte, ou, se preferir, a convicção de que viver com a lembrança da morte é condição de uma vida virtuosa.

Nossa investigação acrescentaria que, se a monumentalidade desse padrão tumular promovia uma abrupta distinção social, assiste-se nesse modelo a outra clivagem: aquela existente entre mortos adultos e crianças. A diferença não se dá entre túmulos exuberantes e outros absolutamente despojados (como as valas comuns), mas entre a existência e a ausência deles. Com efeito, até a última década que compõe essa fase, é notável a quase ausência de túmulos, ícones ou mesmo inscrições dedicados à criança morta. Em termos do registro e da memória tumular, temos a forte impressão de que a criança ainda não havia conquistado,

no que se refere ao universo imagético, um espaço significativo nesse novo cemitério que, além de propagador dos tradicionais signos religiosos e sociais, função já herdada dos antigos cemitérios eclesiásticos, parecia agora divulgar também os novos valores políticos respeitantes ao Império. Com efeito, nesses novos espaços, a criança ainda não havia adquirido o papel de importância que em breve teria.

O segundo modelo, denominado por Tânia Lima de “padrão de transição”, situa-se entre 1889 e 1902. Relacionado ao quadro social imediato à derrocada da escravidão e do regime monárquico, a despeito de testemunhar uma “*progressiva ascensão da burguesia*”, ele se caracterizou por um “*notável empobrecimento da arquitetura tumular*” e foi, do ponto de vista estético, bem menos variado, original e apurado que seu antecessor (Lima, 1994, p. 105). Note-se que a iconografia escatológica do padrão anterior é paulatinamente substituída pelo signo da cruz, nas suas mais diversas variações, constituindo-se em um novo *leitmotiv* (Lima, 1994, p. 105). Nesse sentido, esse período apresenta uma intensa massificação da produção escultórica tumular, cujos exemplos maiores dessa época são, além da representação, a cruz fixada em um pequeno monte de pedras, a imagem de um anjo ajoelhado em oração, designado nos álbuns dos marmoristas como “anjo espreme-limão” (Lima, 1994, p. 106). Outro aspecto salientado pela autora foi decorrente do sucesso do positivismo no período: segundo ela, esse traço era claramente constatável pela quase indistinção dos túmulos e que sinalizaria para uma postura fraternalista e pela crença na “*unidade fundamental da espécie humana*” (Lima, 1994, p. 107).

Importa assinalar que esses túmulos, ao exaltar os sentimentos familiares, chamam atenção também para esse outro elemento de importância no quadro dos signos relativos ao imaginário positivista, bastante frequentes nos primeiros anos da República e é nessa direção que podemos identificar e decifrar os túmulos dedicados à criança. José Murilo de Carvalho, em seu trabalho, *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*, assinala a importância da doutrina de Augusto Comte nas “batalhas simbólicas” promovidas pelos representantes da recém-criada república brasileira, e o papel que, nesse quadro de valores, teve a família, a mulher e a maternidade (Carvalho, 1990, p. 130). Se o sentimento de igualdade explica a equivalência visual proporcionada por cruces quase idênticas entre si, a valorização da família como célula social e da maternidade como a função/sentimento mais sublime permitem entender melhor a popularidade de alguns modelos de anjos presentes nos cemitérios estudados. Essas representações foram catalogadas por Maria Elísia Borges (1991, p. 206-209) em seu estudo sobre a produção escultórica tumular em Ribeirão Preto. Além do anjo espreme-limão, dois outros modelos têm nomes bastante sugestivos: “anjo da desolação” e o “anjo da saudade”. Isso nos dá elementos para reforçar a hipótese de que o que está aqui manifestado é o sentimento familiar e o pesar da família pela perda de um membro querido. Vê-se que, apesar da simplicidade que caracteriza esse momento dos cemitérios no

Brasil, ele assiste a uma das rupturas mais fundamentais dentro das práticas fúnebres, que as transforma em veículo privilegiado da valorização burguesa da família.

Essa nova valorização não deixaria de ter imenso impacto sobre as condutas em relação à criança morta nesse âmbito. Daí a grande importância que essa fase da história dos cemitérios no Brasil tem para o nosso estudo. Com efeito, a representação do anjo ajoelhado em prece, em sua maioria, nos apresenta um tipo de túmulo inexistente até a década de 1880: o túmulo dedicado à criança morta. Com efeito, é nos túmulos de criança, em especial, que é encontrado esse tipo de representação. A simples emergência desses túmulos dedicados à criança denuncia, sem sombra de dúvida, uma nova forma de encarar sua morte. Quando se soma o fato de que esses artefatos manifestam a todo o tempo a dor que esse evento dá ao lugar, conduta até então inédita no espaço das novas necrópoles extramuros, temos uma boa medida dos novos valores que se instauram nesse momento e do papel de extrema importância que a criança assume nesse novo quadro.

Deve-se lembrar, no entanto, que o anjo “espreme-limão”, apesar de sua popularidade, não será o único tema utilizado nos jazigos infantis. Como é possível verificar por meio das variações, muitos jazigos, apesar de apresentar lugares-comuns da iconografia tumular infantil, necessariamente fogem de uma produção mais massificada, indo dos famosos *putti*, em suas muitas variações, até esculturas que retratam com precisão o defunto. Deve-se dizer que esse comportamento ultrapassa os limites temporais que caracterizam o “padrão de transição” identificado por Lima (1993), sendo observado até meados da década de 1920, quando é notável a disseminação de grosseiras cópias dos antigos modelos. Há outro ponto de descompasso entre a produção tumular como um todo e a infantil em particular. Ela diz respeito ao fato de que durante a vigência desse “padrão de transição”, caracterizado por um empobrecimento das formas tumulares, se observam túmulos de criança de natureza, por assim dizer, monumental. Este costume antecipa o luxo que caracterizaria o padrão geral seguinte apontado por Lima (1994, p.112), situado entre 1902 e 1930, cujo traço mais saliente é a monumentalidade ostentatória.

Em todo caso, deve-se lembrar que, durante boa parte do período estudado, além das mudanças que esse tema tumular traduz, ele será porta-voz de duas temporalidades, visto que agrega essas representações novas da criança morta com aquelas associadas à tradição. Isso é bastante evidente quando se consideram esses túmulos na forma como se apresentam. Nesses túmulos de crianças, é recorrente uma referência à imagem do anjinho. Isso é observável na medida em que as esculturas representando anjos não só estão presentes na franca maioria das esculturas tumulares dedicadas às crianças, quanto ao fato de que, na maior parte dos casos em que esse tipo de representação aparece, temos uma criança enterrada. Outra permanência notável é o uso do branco que, já antecipamos, irá, na maioria dos casos, resistir às inúmeras tendências estéticas pelas quais passaram os cemitérios no Brasil.

O uso de apelidos ou diminutivos ou apenas do primeiro nome nas inscrições lapidares também nos remete à tradicional informalidade dos rituais funerários da criança no Brasil. Outro ponto em que essas novas necrópoles parecem ter-se afastado da forma como se enterrava nas Igrejas, está na disposição dos cadáveres entre si. Já vimos como a criação das catacumbas deu ensejo à criação de recintos só para crianças. De fato, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, se observa certa permanência – até as primeiras décadas – do costume em se concentrar conjuntamente os túmulos dos “anjinhos”. A partir daí, não só a criança passou a ser enterrada de preferência junto à família como em muitos casos ela ombreia com o pai de família como personagem símbolo dos jazigos familiares, informando a unicidade desse momento nas histórias dos comportamentos fúnebres.

Em todo caso, mudanças de grande importância são testemunhadas no discurso escrito para os quais os túmulos pesquisados servem de suporte. Como já se comentou, o cemitério foi o lugar por excelência do culto ao sentimento familiar e cívico – foi se pautando segundo esses valores, entre outros, que esse espaço foi concebido. O fato é que uma das mais fortes traduções desses novos ideais foi o ato de perenizar e externar publicamente por meio de palavras e imagens a tristeza profunda que a perda de um ente querido (familiar ou prócere nacional) suscita. É numa dessas novas necrópoles que, além do poema “Anjinho” de Azevedo, tivemos oportunidade de encontrar, já no alvorecer do século XX, outro poema registrado em um jazigo de criança. É o poema “Sob um Salgueiro” do parnasianista Alberto de Oliveira, que faz parte de um conjunto chamado *Alma Livre*, escrito entre 1898 e 1901 (Oliveira, 1978, p.139). A despeito do que preconizava a escola à qual pertenceu, já se assinalou a permanência, no fundador da ALB, de muitos traços comuns aos românticos¹, em particular o viés intimista, o que certamente deve ter pesado na escolha dessa temática:

Dorme uma flor que se abria
 Que mal se abria tímida e medrosa
 Rosa a desabrochar botão de rosa
 Que a existência contou de um breve dia
 Deixae-a em paz a vida fugidia
 Como uma vaga, a vida procellosa
 A vida escura e triste e tormentosa
 A vida humana não a merecia
 Deixae-a e paz a essência delicada
 Do anjo gentil que este sepulcro enterra
 E hoje orvalho, Alvorada
 Talvez a briza do ceo que o amargo pranto
 Venha enxugar com as azas, ca na terra
 Dos olhos maternos que o amavam tanto

Neste poema é notável a convicção tradicional de que, apesar da dor propiciada pela perda prematura, morrer cedo é visto de forma positiva (Vailati, 2010), pois se trata de uma libertação dos sofrimentos - “*a vida humana não a merecia*” - e a resposta mais correta a

esse acontecimento é a resignação. Além disso, a imagem do anjo também é utilizada como argumento lenitivo para a tristeza ocasionada pelo evento. O que reafirma o papel que a ideia de salvação certa da criança tem como mecanismo de compensação. Não obstante, uma nova sensibilidade já salta aos olhos. Em linhas gerais, nesse poema fica claro um aspecto da morte da criança que vai ser cada vez mais notório ao final do século XIX: o papel que esse evento tem no conjunto de manifestações apoloéticas aos sentimentos familiares. Ao lado da criança morta, aparece agora discriminada outra protagonista a concorrer com a memória do “anjo”: a mãe, ou, melhor dizendo, a mãe que sofre. Essa mudança só é possível uma vez que a dor dos pais, ao longo do período estudado, vai cada vez mais merecer realce e registro ao invés de uma censura. Isso faz parte, evidentemente, da já comentada valorização que então entra em voga dos valores familiares e que se exerceu, entre outras coisas, por intermédio da exaltação do amor maternal.

Em suma, estamos diante, nas últimas décadas do século XIX, de uma nova representação da morte menina - evento agora eminentemente grave e negativo como jamais fora (Vailati, 2010) - à qual cabe a celebração dos recém-valorizados sentimentos familiares. É isso o que nos revela exemplarmente um poema (ao que tudo indica) anônimo, encontrado no túmulo do menino Jorge Pompeu de Souza Queiroz (1882-1900), localizado no Cemitério da Consolação (São Paulo). Nos versos que nos contam que este morreria longe dos pais, não deixa dúvida que a morte infantil não é mais coisa para afortunados, nem a vida aqui na terra é uma experiência degradante².

AMOR PATERNAL

A Jorge

No claro alvorecer da saudade
De nobres crenças estação florida
Prisma através do qual a realidade
Sorrir parece de illusões vestida
Entre as neves do inverno sem piedade
Sem um raio de sol por despedida
Longe da pátria longe da amizade
Longe de tudo que se amou na vida
Morrer assim fora bem triste sorte
Para que não pudesse ter na morte
O carinho das irmãs e o amor paterno
E como outrora na risonha infância
Confiado na amorosa vigilância
Dormir tranquilo sob o olhar materno

O poema é testemunho que, no estertor do XIX, já há aqueles que a morte da criança só encontra motivos para lamentar, para os quais seu único significado é o do rompimento dos caros laços – familiares, bem entendido – que se criara em vida. Nesse sentido, a epígrafe é particularmente valiosa, por nos contar que o que tornou a morte do pequeno Jorge fatalidade

ainda mais intolerável se deveu precisamente por ter ocorrido longe da pátria e, sobretudo, de seus familiares imediatos. Nele, fica claro, o tom de resignação desaparece por completo, evidenciando que aqui a morte infantil não é vista nem como natural, menos ainda como uma bênção. O resultado é uma lamentação que, se nem sempre deixa transparecer uma revolta, faz da frustração um lugar-comum. Este estado de coisas torna-se inteligível quando levamos em conta que, nesse momento, vive-se o advento de um novo contexto político – do qual a criação das Faculdades de Medicina na década de 1830 é um dos resultados – e que começa a se veicular um discurso por meio do qual a criança ganha papel fundamental num projeto de construção da nação recém-independente, cabendo à família nuclear gerar e formar esse novo indivíduo. Em poucas palavras, os rituais que cercam a morte infantil devem agora se restringir unicamente a esse âmbito, mas as marcas perenes de dor – que, de um lado, se prestam a valorizar essa instituição e, de outro, tem a função de reconhecimento público de sua incapacidade em cumprir o que é uma obrigação para com o Estado – devem agora estar pedagogicamente à vista de todos.

Conclusão

Como se procurou demonstrar ao longo deste artigo, a forma diferenciada com que foi enterrada a criança no Brasil, ao longo do século XIX, apresenta-se como objeto privilegiado de análise sobre o estatuto particular que a criança possuía nas sociedades em foco (carioca e paulistana), sobre os nexos envolvidos nas relações que tem lugar no seio das famílias urbanizadas e mais sensíveis à disseminação de valores burgueses e entre esta e o Estado, bem como sobre as transformações operadas nesses dois âmbitos (infância e família). Em resumo, ela é reveladora da condição liturgicamente ambígua de que a criança se revestia aos olhos de padres e leigos, assim como do paulatino papel central que a valorização da família adquire na organização dos espaços específicos para enterro dos anjos e na simbologia associadas a estes lugares particulares.

Notas

1 - Segundo Alfredo Bosi, "Alberto de Oliveira encetou seu longo roteiro poético parecendo um romântico retardatário. E embora, a partir do segundo livro, Meridionais (1884), já se afirmasse o "culto à forma" com que ele próprio definiria a natureza do Parnaso, a nota intimista da estreia repontaria esparsamente até os últimos poemas,

provando que não fora possível, nem aos primeiros mestres parnasianos, a impassibilidade que a escola preconizava" (BOSI, 1975, p.246).

2 - Jorge Pompeu de Souza Queiroz (*1882- †1900), Lage em mármore branco. Localização: Cemitério da Consolação, s/n. São Paulo (SP).

Fontes

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

COMPROMISSO *da Irmandade de Nossa senhora do Rosário do Homens Brancos*. Nazaré Paulista, 1773.

COMPROMISSO *da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos*. São Paulo, 1778.

COMPROMISSO *da Irmandade de São Beneditto, Sta. Ifigênia e S. Elesbão*. Guarulhos, 1801.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Monserrate.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Monte Serrate de Cotia.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

LIVRO de assentamento de Óbitos da Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Nossa Senhora da Expectação.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Nossa Senhora da Penha.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Nossa Senhora da Penha – Penha.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de Santo Amaro.

LIVRO de assentamento de óbitos da Igreja de São Roque.

Relatos de Viajantes:

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. (Tradução e notas de Sérgio Milliet). Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. (trad. João Etienne Filho e Malta Lima) Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da universidade de São Paulo, 1980.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. (Tradução e notas de Joaquim de Souza Leão Filho) São Paulo: Editora Nacional, 1972.

GENDRIN, Victor-Athanase. *Récit historique, exact et sincère, par mer et par terre, de quatre voyages faits au Brèsil, au Chili, dans les Cordillères des Andes, à Mendoza, dans le Désert, et à Buenos-Aires*. Versalhes: Gendrin, 1856.

HOLMAN, James. *A voyage round the world, including travels in Africa, Asia, Australia, America, etc. etc. from 1827 to 1832*. Vol. 1, London: Simth, Elter, and Co., 1834.

PFEIFER, Ida. *A Woman's Journey Round The World. From Vienna to Brasil, Chili, Tahiti, China, Hindostan, Persia, and Asia Minor*. London: Nathaniel Cookie, 1854.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Acerbispado da Bahia Feitas e Ordenadas pelo Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Acerbispado, e do Conselho de Sua Magestade: Propostas e Aceitas em o Synodo Diocesano, Que o Dito Senhor Celebrou em 12 de Junho do Anno de 1707*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore Nacional III – Ritos, sabenças, linguagem, artes e técnicas*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ARIÈS, Philippe. *Essais sur l'histoire de la mort en Occident. Du Moyen Age à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

BORGES, Maria Elizia. *Arte tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no Período da Primeira República*. Tese (Doutoramento), São Paulo: Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, 1991.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

GUEDES, Sandra Pascoal Leite Camargo. *Atitudes Perante a Morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*. Dissertação (Mestrado), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). In: *Anais Do Museu Paulista*. São Paulo: N.Ser., V.2, janeiro-dezembro 1994.

LOURIGO, Maria Amélia Salgado. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras, 1977.

OLIVEIRA, Alberto de. *Poesias Completas de Alberto de Oliveira* (Edição Crítica de Marco Aurélio Reis). Rio de Janeiro: Núcleo Editorial da UERJ, 1978, vol. II.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.) *História da Vida Privada no Brasil 2*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos* (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros: Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas, realizado no período de 1860 a 1970*. Rio de Janeiro: Ed. Conselho Federal de Cultura do Rio de Janeiro, 1972, p.1075.

VOVELLE, Michel. *L'heure du grand passage: chronicle de la mort*. Paris: Gallimard, 1993.

VOVELLE, Michel. *Mort et L'Occident de 1300 à nos Jours*. Paris: Gallimard, 2000.

Recebido em 27/062014

A morte hierarquizada: os espaços dos mortos no Rio de Janeiro Colonial (1720-1808)*

A hierarchy of death: the spaces of the dead in Colonial Rio de Janeiro (1720-1808)

Milra Nascimento Bravo

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Professora-tutora de Metodologia da Pesquisa Histórica, no Curso Semipresencial de Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. milra.nasc@gmail.com

RESUMO: A estrutura social do Brasil colonial apresentava uma aparente rigidez hierárquica, que poderia ser percebida na vida e na morte, quando com base em diversos aspectos – dentre eles, o lugar ocupado na sociedade – os defuntos teriam seus espaços de inumação predeterminados. Os indivíduos de mais poder e prestígio teriam as sepulturas conhecidas como *ad sanctos apud ecclesiam* – no interior ou entorno dos templos –, e os de categorias consideradas inferiores, seriam inumados em cemitérios ou, em casos mais extremos, abandonados em terrenos baldios, valas etc. No entanto, por se tratar de uma sociedade repleta de complexidades, através da análise de registros de óbitos e testamentos da Freguesia da Sé, no Rio de Janeiro, podemos perceber que a divisão espacial dos mortos não seria tão estática quanto pode parecer a princípio, revelando que a mobilidade social e os contrastes sociais existentes entre os vivos, também refletiriam nos lugares dos mortos.

Palavras-chave: sepultura; morte; hierarquia.

ABSTRACT: *The social structure of colonial Brazil displayed an apparent hierarchical strictness, which could be seen both in life and in death. Based on several aspects, among them the place occupied in society, the burial grounds for the dead were pre-determined. Those of higher power and prestige were buried in graves known as *ad sanctos apud ecclesiam*, inside temples or within their grounds, while those considered to be of a lower category were buried in cemeteries or, in the more extreme cases, left in waste land or ditches, etc. However, because it was a society rich in complexities, through the analysis of death registers and wills from the borough of Sé, in Rio de Janeiro, we can see that the spatial division of the dead was not as static as it may initially have seemed, showing that the social mobility and social contrasts existing among the living were also reflected in the resting places of the dead.*

Keywords: *graves; death; hierarchy*

* Este artigo é baseado na Parte II da minha dissertação de Mestrado, intitulada “Hierarquias na Morte: uma análise dos ritos fúnebres católicos no Rio de Janeiro (1720-1808)”, defendida em junho de 2014, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Claudia Rodrigues.

Os sepultamentos no interior ou no entorno dos templos – *ad sanctos apud ecclesiam* – teriam sido os mais desejados no Rio de Janeiro colonial¹. No entanto, isso não significa que todos os mortos fossem enterrados nesses lugares. Além de haver outros espaços de inumação e até mesmo, abandono de cadáveres, a lógica de escolha/merecimento/conquista desse tipo de sepultura era multifacetada, como veremos no desenrolar deste ensaio. Seguimos agora, analisando as hierarquias presentes nos principais locais de inumação de cadáveres na cidade do Rio de Janeiro, entre 1720 e 1808.

O enfoque deste artigo se aterá à freguesia central da cidade: Sé, posteriormente denominada de Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. Sua escolha se justifica não só por ser a freguesia para a qual foi possível reunir uma série contínua de registros paroquiais de óbitos, mas também por ser aquela na qual estavam localizadas praticamente a maioria das igrejas de irmandades de negros da área urbana central da cidade no período aqui abarcado. Além disso, os livros paroquiais de óbitos desta freguesia possuíam uma característica pouco comum a esse tipo de fonte, que é reunir nos mesmos livros os assentamentos de pessoas livres, forras e escravas. Aspecto que possibilita ter uma dimensão abrangente dos grupos sociais como um todo, inclusive o mais próximo à proporção de cada um destes segmentos, principalmente em uma análise sobre sepultamentos e hierarquias sociais naquela freguesia.

Dentre as fontes utilizadas, está um banco de dados que conta com 5352 registros paroquiais de óbitos da freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, cedido pela professora Claudia Rodrigues. O mesmo foi elaborado a partir de quatro livros da série “assentos paroquiais (AP)”, que se encontra no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ). Além dos óbitos, fiz uso de testamentos que se encontravam nos respectivos livros.

Igrejas

As sepulturas nas igrejas do Rio de Janeiro se dividiam em: covas (cavadas no chão e numeradas para evitar uma abertura precoce) e catacumbas (nichos abertos em grossas paredes, nos quais o caixão era encerrado e depois, tapado com tijolos). Ao que parece, as catacumbas começaram a surgir no início do século XIX, considerando que Debret relata que, em 1816, elas ainda seriam recentes, sendo encontradas apenas nas igrejas das ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Paula (DEBRET, 1989, p.203-204). Confirmando isto, os registros aqui analisados nos apresentam apenas oito casos de enterros – todos de pessoas livres – em catacumbas, datados entre 1804 e 1809², e exatamente divididos entre as duas igrejas sobreditas. Como se tratam de ordens terceiras de elite, é relevante retomar pelo menos dois destes casos de sepultamento em catacumbas.

Joaquim Leite Ribeiro (falecido em 1809), sargento-mor de Minas, casado com a dona Jacinta Maria de Almeida, recebeu apenas os sacramentos da penitência e extrema-unção

(provavelmente, pela rapidez da morte), sendo encomendado “sob licença” e sepultado em uma catacumba da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula com o hábito de Santo Antônio. A encomendação “sob licença” ocorria quando um cadáver era encomendado por um sacerdote que não o seu pároco, na igreja matriz; obtendo a licença deste para que a cerimônia fosse realizada em outra igreja e/ou pelo sacerdote que não fosse o pároco. Tal fato ocorria para resguardar o direito paroquial sobre as encomendações – e a respectiva esmola que a paróquia/pároco deveria receber para isso –, conforme estipulavam os artigos 812 e 815 das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (VIDE, 1720, p.288). O que interessa aqui é que apesar de não ter apresentado um funeral suntuoso, sua história nos ajuda a entender que a pompa não seria o único elemento de distinção dos segmentos preponderantes, pois nem sempre isto seria possível e/ou desejado.

Podemos observar que se trata de uma família da elite de Minas Gerais, composta por um sargento-mor e uma dona. Seu testamento não consta no livro e não há nenhum registro de sua esposa, possivelmente pelo fato de que estes não seriam da freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, lá morrendo em passagem ou durante uma estadia fora de sua freguesia natal. Porém, por se tratar de um membro da elite, mesmo fora de seu local de origem e sem toda a preparação para a morte, Joaquim Leite Ribeiro teve a garantia de uma sepultura no nível de elite, em uma ordem terceira de caráter aristocrático (ACMRJ, AP0158, p.305 v.). Provavelmente até por ser filiado a uma ordem terceira em seu local de origem.

Outro registro de sepultamento em catacumba que chama atenção, desta vez, na Igreja da Ordem Terceira do Carmo, é o do inocente Luis (falecido em 1806). Não recebeu nenhum sacramento, por não ter idade para isto e não há referência à sua mortalha. Porém, possivelmente a ocupação de seus pais, Paulo Fernandes Vianna (doutor desembargador) e Luisa Rosa Carneiro da Costa (dona), lhe garantiu uma encomendação sob licença do “muitíssimo Reverendo Cônego Cura desta Catedral” na Igreja da Ordem Terceira do Carmo e uma sepultura em catacumba do mesmo templo (ACMRJ, AP0158, p.243v.). Novamente, trata-se de uma família da elite, o que neste caso em especial, mostra que o *status* levado em consideração não precisaria ser necessariamente o do morto; podendo ser de alguém da família ou até outros tipos de relação de parentesco fictício. A encomendação sob licença provavelmente se deu porque a família seria moradora da Freguesia do Engenho Velho.

À primeira vista, observando apenas estes dois casos, poderíamos cogitar a hipótese de que as catacumbas seriam destinadas a indivíduos vindos de outras freguesias. Porém, entre os outros seis registros, a residência estaria mesclada entre moradores da Sé e não. Os dois casos foram escolhidos por apresentarem informações sobre a família, ocupação e residência, o que nem sempre é possível de se identificar em um mesmo óbito nos registros da freguesia aqui analisada.

A partir de meados do século XVIII, algumas igrejas mais ricas começariam a utilizar carneiros, onde as sepulturas passariam para o subsolo e os mortos deixariam de “ser pisados

pelos fiéis”. É importante destacar que as igrejas não eram mobiliadas, exceto algumas que tinham poucos bancos ou cadeiras e os fiéis rezavam e participavam da missa sobre as sepulturas – locais onde às vezes se sentavam (ver Imagem 1). A proximidade entre vivos e mortos era enorme, muitas vezes enquanto se celebrava uma missa, covas estariam sendo abertas (REIS, 1991, p.175-178).

Além desta distribuição espacial, dentro dos templos, as sepulturas eram distribuídas hierarquicamente segundo as condições sociais do morto. Reis e Campos afirmam que haveria uma divisão socioespacial que definiria onde cada indivíduo deveria ser sepultado. O adro (área em volta da igreja), por ser gratuito e mais distante dos santos, seria o local reservado para escravos e pessoas livres pobres. Já, o corpo (parte interna da igreja), seria o espaço destinado ao enterramento de indivíduos de maior prestígio e quanto mais importante, mais próximo do altar e conseqüentemente, da salvação na vida eterna (REIS, 1991, p.142-143).

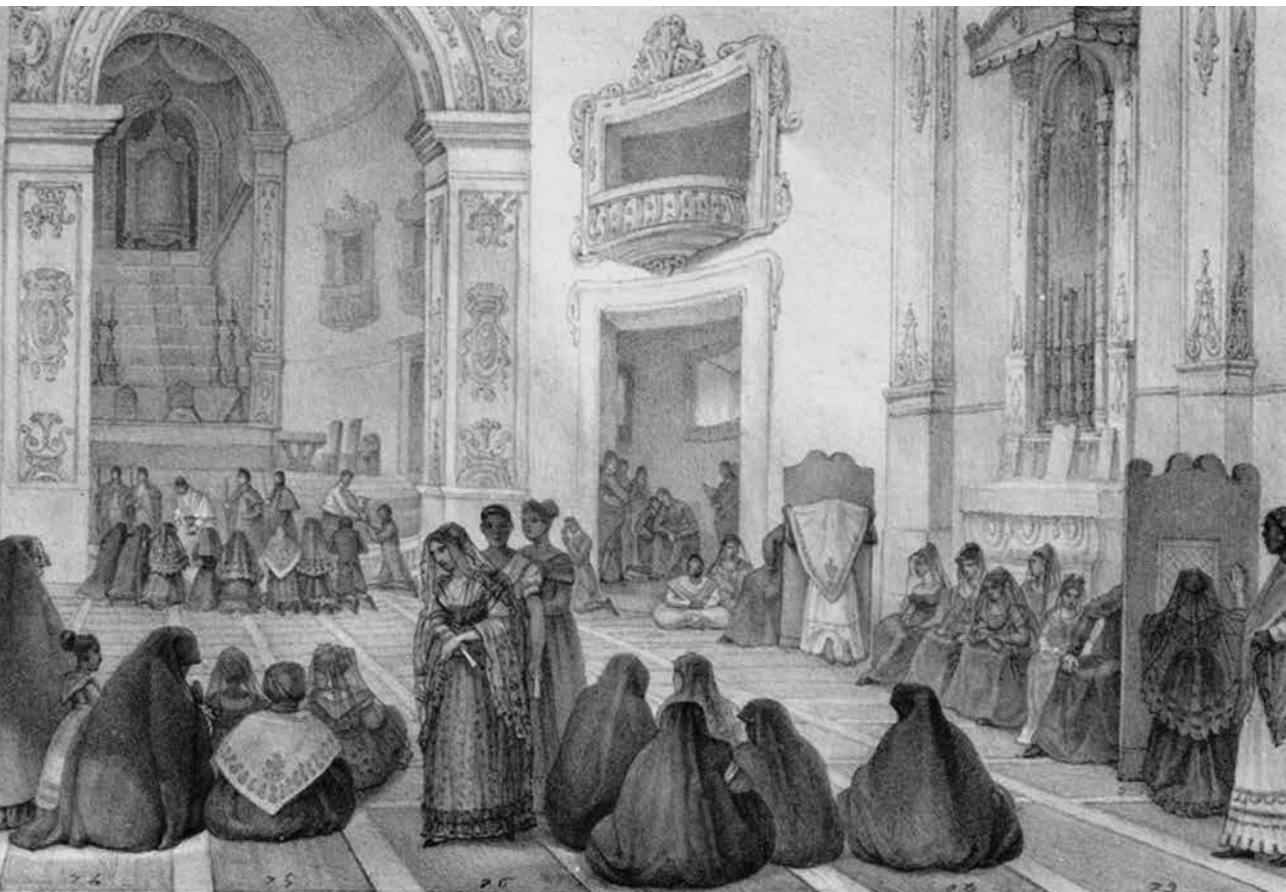


Imagem 1 – Fiéis aguardando a confissão e a comunhão sentados sobre as covas de uma igreja
Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Une matinée du Mercredi Saint, à l'église*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/624530122> Acessado em 20/06/2014.

Embora o adro fosse justamente um espaço para indivíduos de categorias consideradas inferiores, nem todos teriam acesso a ele, sendo os cemitérios descolados dos templos, os principais destinos dos cadáveres que não tinham condições de pagar por uma sepultura nos templos ou obtê-las gratuitamente no adro de alguma igreja. Logo, o fato de os poucos registros (1,0% do total da amostragem) que tiveram a informação de enterro no adro ou corpo de uma igreja, serem formados predominantemente por escravos, não pode passar despercebido.

Podemos concluir, pois, que os sepultamentos *ad sanctos apud ecclesiam* certamente seriam os mais almejados pelos diferentes segmentos sociais, muito embora nem todos pudessem ter acesso a eles. Contudo, como reflexo da complexidade hierárquica, também é possível identificar casos que não corresponderiam com os espaços predeterminados para cada segmento social, como escravos no corpo da igreja, por exemplo. Aprofundando mais essa questão, verifica-se que, além da diferença entre ser sepultado dentro ou fora dos templos, também existiam outras formas de hierarquização espacial, como, por exemplo, a das igrejas mais ou menos procuradas, conforme os grupos sociais. Para compreender como se dava o acesso aos locais de sepultamento no Rio de Janeiro, analisarei os dados da Tabela 1.

Tabela 1 - Índice de sepulturas por condição social (1720-1808)

CONDIÇÃO SOCIAL SEPULTURA	LIVRES		FORROS		ESCRAVOS		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1 - Ig. Matriz/ Freguesia da Sé	468	12,0%	174	27,7%	240	28,5%	882	16,5%
1 - Conv. Santo Antônio	239	6,2%	9	1,4%	6	0,7%	254	4,7%
1 - Ig. São Fco. da Penitência	114	3,0%	---	---	---	---	114	2,1%
1 - Ig. São Fco. de Paula	166	4,3%	2	0,3%	27	3,2%	195	3,6%
1 - Ig. São Francisco*	179	4,6%	1	0,2%	1	0,1%	181	3,4%
1 - Ig. N. Sra. do Parto	87	2,2%	39	6,2%	8	0,9%	134	2,5%
1 - Ig. Senhor dos Passos	33	0,8%	3	0,4%	3	0,4%	39	0,7%
1 - Ig. N. Sra. da Conceição e Boa Morte	496	12,8%	98	15,6%	76	9,0%	670	12,5%
1 - Ig. N. Sra. da Lampadosa	53	1,4%	58	9,2%	71	8,4%	182	3,4%
1 - Ig. N. Sra. do Rosário	49	1,3%	28	4,4%	5	0,6%	82	1,5%
1 - Ig. Santa Efigênia	47	1,2%	30	4,8%	33	4,0%	110	2,1%
1 - Ig. Senhor Bom Jesus do Calvário	471	12,2%	20	3,2%	103	12,2%	594	11,1%
1 - Ig. São Domingos	119	3,1%	68	10,8%	77	9,1%	264	5,0%
1 - Cemité. de São Domingos	2	0,05%	2	0,3%	9	1,1%	13	0,2%
1 - São Domingos**	19	0,5%	14	2,2%	20	2,4%	53	1,0%
1 - Ig. São Gonçalo e São Jorge	27	0,7%	14	2,2%	13	1,5%	54	1,0%
2 - Ig. Matriz da Candelária	45	1,1%	5	0,8%	12	1,4%	62	1,1%

Tabela 1 (cont.) - Índice de sepulturas por condição social (1720-1808)

CONDIÇÃO SOCIAL SEPULTURA	LIVRES		FORROS		ESCRAVOS		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
2 - Convento do Carmo	28	0,7%	2	0,3%	---	---	30	0,6%
2 - Ig. N. Sra. do Carmo	283	7,3%	1	0,2%	3	0,4%	287	5,4%
2 - Ig. N. Sra. Mãe dos Homens	105	2,7%	6	1,0%	5	0,6%	116	2,2%
2 - Ig. Santa Cruz dos Militares	76	2,0%	---	---	2	0,2%	78	1,5%
2 - Ig. São Pedro dos Clérigos	69	1,8%	---	---	2	0,2%	71	1,3%
3 - Ig. Matriz de São José	76	2,0%	5	0,8%	6	0,7%	87	1,6%
3 - Ig. N. Sra. do Bonsucesso	43	1,1%	4	0,6%	3	0,4%	50	1,0%
3 - Cemit. da Santa Casa da Misericórdia	12	0,3%	1	0,2%	2	0,2%	15	0,3%
3 - Santa Casa da Misericórdia***	21	0,5%	6	1,0%	17	2,0%	44	0,8%
4 - Ig. Matriz de Santa Rita	50	1,3%	1	0,2%	13	1,5%	64	1,2%
4 - Ig. São Bento	15	0,4%	---	---	1	0,1%	16	0,3%
Outras ig. matrizes	21	0,5%	1	0,2%	5	0,6%	27	0,5%
Outras ig. de irmandades	183	4,7%	18	2,9%	35	4,1%	236	4,4%
Sem referência	284	7,3%	18	2,9%	46	5,5%	348	6,5%
TOTAL	3880	100,0%	628	100,0%	844	100,0%	5352	100,0%

Fonte: ACMRJ: Série Assentos Paroquiais: AP0155 (1746-1758), AP0156 (1776-1784), AP0157 (1790-1797) e AP0158 (1797-1812).

LEGENDA DAS FREGUESIAS

1 - Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé

2 - Candelária

3 - São José

4 - Santa Rita

* Sem especificação se é de Paula ou da Penitência

** Não especifica se é na igreja ou no cemitério de São Domingos

*** Não especifica se é na igreja de Na. Sra. do Bonsucesso ou no Cemitério da Misericórdia

Igrejas de irmandades/ordens terceiras de negros

Antes de iniciar a análise da tabela, é importante esclarecer que a organização dos locais de sepultura na tabela foi feita considerando as quatro freguesias da área central da cidade do Rio de Janeiro, existentes ao longo do período estudado – até 1808 – (vide legenda da tabela), na medida do possível por ordem cronológica de criação da freguesia, sendo a primeira a da Sé, a segunda da Candelária, a terceira de São José e a quarta de Santa Rita. Ao final das igrejas pertencentes a cada uma destas freguesias que apresentaram número significativo de menções, agrupei as demais igrejas matrizes e de irmandades (das diferentes freguesias) com menos referências no que chamei de “outras igrejas matrizes” e “outras igrejas de irmandades”.

Dada a riqueza de possibilidades que esta tabela nos permite analisar em relação aos lugares de sepultamento nas freguesias centrais da cidade do Rio de Janeiro – em especial, na freguesia da Sé – optei por fazer algumas análises pontuais, muito embora saiba que outras possibilidades seriam perfeitamente plausíveis. Posto isso, podemos partir para os dados.

É notório que a grande maioria dos moradores da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé seria enterrada na própria. No caso daqueles que foram sepultados fora da freguesia, a soma de todos os dados demonstra que os cadáveres dos livres (pelo menos 21,7%) foram os que mais saíram (majoritariamente buscaram a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e em segundo lugar, enquanto igreja específica, a de Nossa Senhora Mãe dos Homens). O que explicaria isso? Acredito que isto se dava porque forros e escravos não teriam como custear facilmente o traslado, principalmente, considerando que a maioria, se não todas as igrejas de irmandades de negros, estavam localizadas na freguesia da Sé, o que não justificaria saírem do abrigo de suas irmandades e da própria igreja matriz pra custear o transporte para outra freguesia. Confirmando o que afirmou João Reis sobre a sede paroquial receber a maior parte dos defuntos (REIS, 1991, p.190.), a amostragem indica que a Igreja Matriz da freguesia da Sé, considerando o todo, foi a que receberia mais mortos (882 - 16,5%), seguida de duas igrejas de irmandades: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte (670 - 12,5%) e a Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário (594 - 11,1%).

Relativo a cada segmento social, é significativo que N. Sra. da Conceição e Boa Morte (12,8%) e Senhor Bom Jesus do Calvário (12,2%) tenham sido as igrejas mais procuradas pelos livres, superando inclusive a Matriz (terceira posição, com 12,0%) e as igrejas de ordens terceiras. Caso semelhante foi observado por João Reis, quando notou que as igrejas de pretos enterrariam, em Salvador, dez vezes mais do que as ordens terceiras e a Misericórdia juntas; o que, para ele, só reforçaria seu caráter elitista (REIS, 1991, p.190). No Rio, entre as mais procuradas, a Ordem Terceira com mais requisição, só aparece, em quarto lugar (a de N. Sra. do Carmo, com 7,3%; vindo a do Convento de Santo Antônio em quinto lugar, com 6,2%).

Um detalhe mostra a especificidade das igrejas de elite do Rio de Janeiro em relação às que João Reis encontrou pra Salvador: que foi o fato de que as duas ordens terceiras de São Francisco da freguesia da Sé (ambas congregando membros da elite), ao longo do século XVIII, sepultaram juntas 459 cadáveres de livres, 3 de forros e 28 de escravos. O que faz com que, se formos considerar estas duas igrejas juntas, os sepultamentos nas igrejas de Ordem Terceira no Rio teriam apresentado o 4º lugar em termo do total de sepultamentos. No entanto, essa posição perde relevância quando verificamos na cidade do Rio de Janeiro – como fez, João Reis para Salvador – que as igrejas de irmandades de negros da freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento sepultaram mais cadáveres do que as igrejas de elite (consideradas aqui a do Convento de Santo Antônio e as das duas ordens terceiras de São Francisco).

A Igreja de São Francisco da Penitência se destaca por ter comportado 114 cadáveres de brancos livres e nenhum de outra condição social. No pátio atrás da sacristia, seriam

enterrados os irmãos. O caráter aristocrático desta irmandade se refletia na suntuosidade de sua igreja, descrita da seguinte forma:

O interior de uma arca tôda de ouro e pedrarias não seria mais belo, mais rico, nem mais suntuoso do que a Igreja de São Francisco da Penitência. O trabalho de talha que há ali, folheado a ouro, preciosamente executado, é uma riqueza que não tem preço. O desenho do entalhamento revela arte, gôsto e capricho; as figuras ora representam anjos de fisionomia suave, ora flores, ora bichos exóticos, dando ao ambiente o aspecto de um escrínio onde se encerrassem as jóias mais raras e do maior valor. Um verdadeiro tesouro de arte (MAURÍCIO, 1946, p.143).

Apenas o terreno, comprado pelos fiéis custou 50 mil réis, considerada uma boa quantia para a época (MAURÍCIO, 1946, p.143). Diante da complexidade dessa dinâmica social, o caso da Igreja de São Francisco da Penitência seria um bom exemplo de um dos extremos das hierarquias existentes no Brasil colonial, onde ao que parece, o acesso de forros e escravos seria improvável. Como exemplo de um dos casos de pompa, está Antônio Ribeiro Vieira, vestido com o hábito de Santo Antônio³, encomendado e acompanhado processionalmente por 25 sacerdotes. Ao que parece, ser forro ou escravo configuraria impedimento ou dificuldade para conseguir uma sepultura na Igreja de São Francisco da Penitência, porém, a cor não o seria, desde que apresentasse certo distanciamento do passado negro e escravista. Ilustrando este exemplo, podemos citar Manoel Coelho Neto, também amortalhado com a mortalha de Santo Antônio, encomendado e acompanhado processionalmente por 16 sacerdotes (ACMRJ, AP0158, p.171). Manoel foi o único pardo encontrado entre os sepultados na referida igreja, o que sugere que algum elemento – do qual não temos referência – possibilitou que o mesmo ingressasse nesta ordem terceira. Contudo, isto não significa que o acesso à ordem e à sua sepultura, incluindo um funeral faustoso, o igualaria aos demais membros, pois dos 114 registros, o único com menção à cor, foi o dele. O que, de certa forma, o distingue dos demais. Teve acesso. Porém, não se tornou igual. O passado negro e escravista, embora possivelmente distante, ainda estaria presente.

Verifica-se que a maior parte dos escravos desta freguesia teve como local de sepultura a Igreja Matriz (28,5%), seguida pela Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário (12,2%), pela Igreja de São Domingos (9,1%), de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte (9,0%), de Nossa Senhora da Lampadosa (8,4%), além de outras com índices menores de sepultamento. As igrejas mais procuradas para enterro de forros foram: em primeiro lugar, a Igreja Matriz (27,7%), seguida pela Igreja de N. Sra. da Conceição e Boa Morte (15,6%), pela Igreja de São Domingos (10,8%), pela Igreja de N. Sra. da Lampadosa (9,2%) e pela de N. Sra. do Parto (6,2%), seguidas de outras com número menor de sepultamentos. Verifica-se, pois, que a Igreja Matriz recebeu um número de cadáveres de forros e escravos maior do que algumas igrejas de irmandades de negros.

Estes números reafirmam que haveria covas disponíveis para os não afiliados a irmandades, que poderiam ser obtidas na Matriz. Muito embora não devamos esquecer que

a matriz também possuía covas de irmandades, algumas das quais não possuíam templos próprios. Além disso, estes dados demonstram que não eram tantos os cadáveres de negros afiliados a irmandades quanto aqueles que não o eram. Ou seja, um número muito maior de cadáveres de negros da freguesia não havia pertencido em vida às irmandades religiosas destes segmentos sociais. Ainda que não filiados às irmandades, estes negros ainda tiveram, antes de serem destinados aos cemitérios descolados dos templos, a chance dos sepultamentos *ad sanctos apud ecclesiam* na matriz da freguesia. Tal destino certamente seria considerado melhor do que o enterro no cemitério da Santa Casa da Misericórdia, o qual abordarei mais adiante. Infelizmente, os dados dos registros analisados não especificam quando se tratava também de enterro nas covas administradas pela fábrica da matriz, as chamadas “covas da fábrica”.

No que tange aos forros e escravos, note-se que de certa forma boa parte das igrejas com maior número de corpos inumados, se concentraria nas de negros. Tendo essas, também, certo destaque nos sepultamentos de livres, considerando que as duas primeiras mais procuradas por este segmento seriam igrejas de negros. Isto se relaciona diretamente com o que afirmou João Reis, ao dizer que “as irmandades de pretos e pardos, aliás, despontam como os locais mais procurados depois das matrizes, o que era natural em uma cidade majoritariamente negra” (REIS, 1991, p.190). Apesar de sua análise ser para Salvador, também podemos considerar isto para o Rio de Janeiro e, além disto, ainda que eu não tenha conseguido fazer uma análise dos custos das sepulturas, é possível que os cadáveres de livres que foram para estas igrejas tenham sido possivelmente pelo preços menores das covas, comparativamente ao das igrejas.

Ainda em relação aos escravos no Rio, é significativo que apenas duas igrejas não tenham sido referidas como tendo escravos (a da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e da Ordem Terceira de N. Sra. do Carmo). No entanto, aquelas que tinham um ou dois cativos sepultados, por serem em quantidade maior, demonstram que na cidade, apesar de difícil não foi impossível que escravos conseguissem ser sepultados dentro dos templos, principalmente dos das associações religiosas mais prestigiadas, o que já apresentaria uma distinção destes escravos em relação aos demais, ainda que tivesse sido em função do seu senhor.

Algumas igrejas, como a de São Bento ou a do Senhor dos Passos, tiveram poucos escravos sepultados. Porém, isto não deve ser comparado com o número de livres, e sim, considerando que a existência de escravos em uma igreja já seria algo que o distinguiria dos demais. E não só isso. Não podemos nos pautar apenas na ideia da diferenciação social, pois assim como os demais momentos dos ritos fúnebres católicos, o sepultamento também tinha um caráter soteriológico que não pode ser desconsiderado. Como afirmou Claudia Rodrigues, a sepultura eclesiástica estaria diretamente relacionada com as ideias sobre a sacralidade do solo, “onde, ao abrigo do templo de Deus e de seu séquito de anjos e santos, deveriam os cadáveres ‘descansar’ até a ressurreição prometida para o ‘fim dos tempos’”

(RODRIGUES, 1997, p. 234). Dessa forma, ainda que não deixassem de ser escravos apenas por terem sido sepultados dentro de igreja de elite, esses cadáveres acabaram se destacando entre os demais escravos porque teriam mais condições que os demais sepultados nos cemitérios distantes dos templos de terem sua alma cuidada pelos vivos que cotidianamente frequentavam as igrejas. O principal objetivo aqui é discutir as questões hierárquicas e, por isso, elas são privilegiadas. Porém, em momento algum podemos desconsiderar o significado soteriológico destas práticas.

Outro caso que merece destaque é o da Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso ou Igreja da Santa Casa da Misericórdia. O cemitério será explorado mais tarde, mas a igreja requer uma breve explicação, pois nos registros sempre consta “Igreja da Misericórdia”, quando na verdade trata-se da Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso. Localizada no sopé do Morro do Castelo, na antiga ladeira da Misericórdia, que ficava voltada para o lado da rua direita (atual 1º de março), uma das principais ruas da cidade, e seria frequentada pela aristocracia do Rio de Janeiro (MAURÍCIO, 1946, p. 77). Por isso, achei importante separar, na Tabela 1, as informações referentes ao cemitério, as que fazem alusão especificamente à igreja e deixar um item apenas para aqueles que só mencionam “Santa Casa da Misericórdia”, pois poderia ser no cemitério ou na igreja. Por se tratar de um templo da elite do Rio de Janeiro, não é possível unificar “Santa Casa da Misericórdia” com “Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso/Santa Casa da Misericórdia”, pois caso algum destes registros se referisse ao cemitério, isto interferiria em toda a análise. O mesmo vale para “São Domingos” – mas ainda voltarei a estes casos mais adiante. Comprovando o caráter elitista da Igreja de N. Sra. do Bonsucesso, vemos que, dos 50 ali inumados, apenas 3 (0,4%) seriam escravos e 4 (0,6%), forros. Como dito anteriormente, a existência destes já seria algo relevante. Contudo, não há como negar que o número de livres (43 pessoas, equivalendo a 1,1% do total) se destacaria por causa da proposta de ser uma irmandade de elite.

Conventos como o de Santo Antônio e os carmelitas, disponibilizavam espaços para sepultamento de escravos (RODRIGUES, 2003, p.146). É provável que parte dos que foram enterrados nestes locais pudessem ter sido os escravos dos próprios conventos. Porém, não podemos descartar a possibilidade de outros cativos terem sido abandonados lá, e por isso, receberem este tipo de sepultura; confirmando assim, que a presença de cadáveres de escravos dentro dos templos não seria tão rara quanto pode parecer *a priori*.

Para além do abandono dos cadáveres de seus cativos por parte dos proprietários, outras formas de abandono de cadáveres seriam aquelas feitas com objetivo de que ele recebesse sepultura no terreno em torno de uma igreja, por caridade. Há descrições que nos contam sobre o abandono de cadáveres de escravos na porta de igrejas. Segundo Vieira Fazenda, em uma noite três homens de braços dados aproximaram-se da porta da igreja de Santa Rita e se ajoelharam; depois de algum tempo, dois deles se retiraram e apenas um continuou de joelhos. Após algumas horas, um soldado se aproximou tocando o homem que estava

ajoelhado, pedindo para que ele se levantasse. Não sendo atendido, bateu em seu ombro e então, o ele caiu. Estava morto (FAZENDA, 1921, p.350). Para reprimir este tipo de prática, tanto a Igreja quanto o governo metropolitano tomaram diversas medidas que buscavam evitar o abandono de cadáveres e punir os senhores que não tivessem o devido cuidado com os corpos de seus cativos (RODRIGUES e BRAVO, 2012, p.3-4).

Tal prática do abandono de cadáveres na porta de uma igreja ocorria com o objetivo de que ele fosse sepultado “pelo amor de Deus”, isto é, gratuitamente; de modo que o enterro dependeria da caridade do pároco ou de algum irmão religioso (RODRIGUES, 2003, p.222-223). No entanto, o abandono também podia ser realizado por uma irmandade, como nos relata Marisa Soares, ao afirmar que irmandades pobres chegaram a deixar os cadáveres de irmãos na porta de igrejas para serem enterrados “pelo amor de Deus”, devido às dificuldades de custearem o sepultamento do mesmo (SOARES, 2000, p.152-153). Ser enterrado, encomendado ou amortalhado “pelo amor de Deus”, significa ganhar este benefício, sobre o qual, Adalgiza Campos explica o significado:

dar sepultura ao pobre trata-se da bondade maior, com grande valor expiatório para quem o faz e também para quem é alvo desse ato de compaixão. Constitui forma eficaz de reconciliação com Deus e com os homens, um ato de sociabilidade, de santificação para vivos e defuntos, de uso alargado na Cultura Barroca. Não se trata de beneficiar os pares, os iguais, prática corriqueira entre a maioria das irmandades mineiras do período. O auxílio mútuo prestado pelas confrarias em geral, possível através da cobrança de entradas e de anuais aos filiados e das bacias de esmolos só tem a aparência de misericórdia (CAMPOS, 2000, p. 2).

À vista disso, podemos compreender a diferença entre obter sepultura “pelo amor de Deus” por ser membro de uma irmandade e obter por misericórdia e compaixão. Sobre isto, é comum encontrar redações testamentárias como a de João Freire de Olivença (1775) que pediu que seu corpo fosse amortalhado no hábito de Nossa Senhora do Carmo, de que era irmão, e que os irmãos da ordem lhe dessem uma sepultura “pelo amor de Deus”. Mandou que pagassem suas dívidas e solicitou que seu corpo fosse enterrado na Matriz, acompanhado de 21 sacerdotes, que fosse feito ofício de corpo presente na dita igreja e mandassem dizer quinhentas missas de corpo presente. Pediu que após a encomendação na Matriz, seu corpo fosse acompanhado até a Igreja de Nossa Senhora do Carmo pelo comissário, pelo irmão prior e pelos demais senhores da mesa da ordem. Deixou esmola de 40 réis para cada um dos cem pobres que acompanhariam seu corpo a sepultura, e a quantia necessária para pagar toda a pompa que solicitou em seu funeral. No final do testamento informou que também era irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Rita e determinou que pagassem os anuais que estaria devendo (ACMRJ, AP0156, p. 15).

Com base em Adalgiza Arantes Campos, o que João pediu e obteve não foi uma sepultura “pelo amor de Deus”, pois isto faria parte do auxílio mútuo das irmandades, e como ele mesmo deixou claro no testamento, tudo teria sido pago. Sepultura “pelo amor de Deus” seria aquela

concedida aos pobres que não teriam condições de ter um sepultamento considerado digno, como foi no caso de Luis Fernandes de Souza, branco, livre e pobre, nascido no Rio de Janeiro, que recebeu todos os sacramentos, foi devidamente encomendado, amortalhado em um lençol e sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Parto, tudo, como consta no registro, “pelo amor de Deus, por ser pobre” (ACMRJ, AP0155, p.321). Acreditava-se que este tipo de benfeitoria, além de elevar a alma de quem a concedia, também seria bom para a alma do beneficiado. Em situação de pobreza e conseqüente impossibilidade de obter sepultura em uma igreja, restariam apenas os cemitérios, onde ao que parece, a maioria da população não gostaria de ser inumada. A solução poderia ser o abandono na porta de uma igreja, como sobredito.

Fugindo deste abandono, havia a possibilidade de se depositar o corpo em frente a uma igreja para se recolher esmolas para o sepultamento. Jean-Baptiste Debret descreveu e ilustrou o caso de uma negra pobre (ver Imagem 2), na cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, onde a defunta, depositada em uma rede, seria acomodada no chão (momento posterior ao representado na imagem), amparada por uma ou duas mulheres que conservavam uma pequena vela acesa e recolhiam esmolas dos passantes até obter a quantia necessária para custear uma sepultura na igreja ou na Santa Casa da Misericórdia, por três patacas, o equivalente a 960 réis. Acredito que Debret estivesse se referindo ao Cemitério da Misericórdia (DEBRET, 1989, p.177-178).

Na ilustração do referido caso, podemos perceber alguns elementos bastante ricos para a análise em questão. Primeiramente, como se trata do funeral de uma mulher, há basicamente a presença de pessoas do mesmo sexo (peculiaridade de alguns enterros de negros e neste caso, de moçambicanos), sendo os únicos homens que atuavam diretamente na cena, os dois carregadores, o mestre de cerimônias e do tambor, localizado próximo à porta da Igreja da Lampadosa. Enquanto mestre de cerimônias para o cortejo diante da porta da igreja, que só abre neste momento, o tambor seria tocado ao passo que as mulheres entoavam cantos fúnebres e deixavam seus pertences no chão para poderem bater palmas. A defunta, na rede, seria acompanhada por oito parentes ou amigas próximas que, durante o cortejo, pousariam a mão sobre a sua mortalha.

No entanto, não podemos pensar que todos os negros precisariam contar com esmolas para conseguir um local de sepultura considerado digno, pois assim como também relatou Debret, algumas hierarquias da África seriam mantidas no Brasil, como podemos ver na Imagem 3, que retrata o caráter festivo do cortejo, com instrumentos musicais, palmas, um negro fogueteiro soltando bombas e rojões e três ou quatro negros dando saltos mortais e fazendo outras acrobacias para animar o ritual. O corpo, em uma rede, coberto por um pano mortuário, seria “acompanhado silenciosamente pelos familiares” e por deputações, que não está claro sobre o que se trata, mas parece ser pessoas de outras nações. Outros ajudantes, com bengalas, exerciam a função de afastar os curiosos que acompanhariam o cortejo até uma das igrejas mantidas por irmandades negras (DEBRET, 1989, p.178-179).



Imagem 2 – Enterro de uma negra (recolhimento de esmolas)

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Enterrement d'une femme nègre*. 1768-1848. Disponível em: <http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/624530108> Acessado em 20/06/2014.

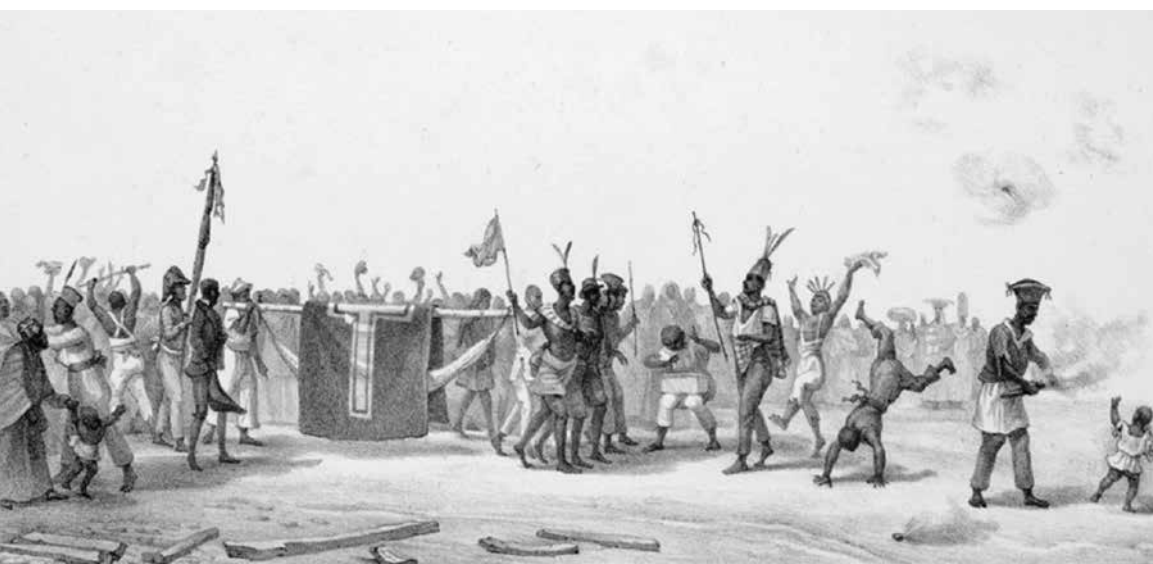


Imagem 3 – Enterro do filho de um rei negro

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Convoi funèbre dun fils de riu nègre*. Disponível em: <http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/624530108> Acessada em 20/06/2014

A diferença do enterro do filho de um rei negro em relação ao de uma mulher negra pobre reitera a existência de hierarquia entre negros, inclusive na morte. Contudo, podemos deduzir que o número de escravos/negros que representassem algum tipo de realeza africana seria pouco em relação aos demais, ficando a maioria destes indivíduos em situação de pobreza. Além dos homens livres pobres.

As imagens e descrições de Debret permitem uma observação sobre a questão das hierarquias entre negros no que tange ao acesso à sepultura, visto que a mulher, mesmo que inumada na Lampadosa, necessitou de esmola para isso, e a ritualização de seu cortejo giraria em torno da tentativa da obtenção de um local de enterramento, considerando inclusive, a possibilidade de um enterro na Misericórdia. Além disso, o fato de o negro ser conduzido em uma rede pode dar a ideia de algo simples, mas a imagem de Debret mostra que os elementos rituais em torno não indicaram que o ser conduzido em rede seria sempre algo tão simples assim.

A pobreza em vida poderia acarretar dificuldades ou obstáculos na hora da morte. O relato de Debret reflete bem esta realidade. Ao que parece, os enterros no adro seriam gratuitos. Desta forma, acredito que estes casos de indivíduos pedindo esmolas para conseguir um local considerado digno para sepultar seus mortos, indicam que as inumações nos templos não seriam para todos. Além disto, a busca por sepulturas em igrejas – sendo que possivelmente seria mais fácil obtê-las em algum cemitério –, aponta que é presumível que houvesse algo de indesejado nos espaços de inumação descolados dos templos (cemitérios). Dado isso, a filiação em irmandades religiosas poderia ser uma garantia de amparo no momento da morte. Sendo assim, é importante ressaltar o quão benéfico seria para indivíduos de segmentos tidos como inferiores, se filiarem a uma associação religiosa.

Os negros que se associavam a uma irmandade receberiam desta, uma garantia de morte considerada digna dentro dos parâmetros estabelecidos pela tradição católica e seguidos pela sociedade, a exemplo do acompanhamento no velório, do direito a um determinado número de missas e de sepultura no templo. Nas igrejas de irmandades de negros eram sepultados, além dos corpos de seus afiliados, os daqueles que pertenciam a outras associações que não possuísem seus próprios templos (SCARANO, 1978, p.53-57; REIS, 1991, p.54-55; SOARES, 2000, p.146). Os que não tinham nenhuma ligação com estas organizações religiosas e não haviam conseguido dinheiro em vida, dependiam da ajuda de amigos e parentes ou, quando estes também não possuíam bens, recorriam aos pedidos de esmolas como no caso da negra pobre descrito por Debret.

Na divisão social dos mortos, naquela época, aqueles que em vida haviam se filiado a alguma irmandade ou confraria obtinham certas vantagens. Dentre elas, a garantia de um enterro em terreno santo e especialmente da assistência, desde o momento que precedia a morte até sua sepultura, já que a morte solitária era muito temida entre os católicos. Havia irmandades muito ricas e outras que se dividiam segundo a cor de seus membros e até

mesmo por profissão. Havia também, as irmandades de elite e determinadas pessoas se filiavam a mais de uma, como foi o caso de João Ferreira de Miranda, que seria irmão de nove irmandades (ACMRJ, AP0156, p. 318v).

As hierarquias sociais diante da morte estariam presentes em todos os segmentos. Os mais privilegiados socialmente tinham um lugar de enterro que também era almejado pelos indivíduos com menos posses. Porém, cabe aqui questionar: o que aconteceria com aqueles que não conseguiam este tipo de enterro? Para onde iam os corpos dos menos privilegiados socialmente? Veremos isso a seguir.

Cemitérios

As pesquisas nos fazem ver que os espaços descolados dos templos católicos, seriam, em geral, destinados àqueles a quem podemos chamar de “desprivilegiados”, que não conseguiam ter na hora da morte as condições de sepultamento que a maioria da sociedade buscava, por pertencerem aos segmentos considerados socialmente inferiores na hierarquizada sociedade da época, que tinha na escravidão, na “pureza de sangue”, no ser católico, dentre outros atributos, os critérios de distinção social. Afinal, o Brasil escravista era hierarquizado enquanto uma sociedade típica do Antigo Regime e a existência de segmentos com mais prestígio e outros com menos era algo presente naquela sociedade que apresentava não só funções e discursos, como lugares específicos para aqueles não privilegiados (SCHWARTZ, 1988; FARIA, 1998; GUEDES, 2008).

No Rio de Janeiro, entre os principais espaços de inumação fora dos templos, podemos citar o cemitério da Santa Casa da Misericórdia, localizado atrás do seu hospital junto ao Morro do Castelo (na praia de Santa Luzia); o chamado “dos mulatos”, no Campo de São Domingos/Rocio da cidade e o dos pretos novos, no Largo de Santa Rita/Valongo.

Até meados do século XVIII, os cadáveres dos escravos africanos recém-chegados do tráfico, chamados de pretos novos seriam sepultados no Cemitério da Misericórdia. Com o aumento do tráfico africano e a conseqüente falta de espaço para o alto índice de cadáveres de pretos novos, a solução encontrada pelo governador da capitania teria sido a criação de um cemitério destinado exclusivamente a eles, erguido, em 1722, no Largo de Santa Rita e transferido, em 1769, para o Valongo por conta da mudança do mercado de escravos para a dita região. O Cemitério dos Pretos Novos se localizava perto do mercado de escravos e acompanhava sua mudança, pois isto tornaria mais fácil a remoção dos corpos dos negros que morriam antes de serem vendidos (RODRIGUES, 1997, p. 68-78; PEREIRA, 2007, p.67-70). O viajante G.W. Freireyss relata as condições deste cemitério:

Na entrada daquele espaço, cercado por um muro de cerca de 50 braças em quadra, estava assentado um velho com vestes de padre, lendo um livro de rezas pelas almas dos infelizes que tinham sido arrancados pela sua pátria por homens desalmados, e a uns 20 passos dele alguns pretos estavam ocupados em cobrir de terra seus patrícos

mortos e, sem se darem ao trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra sobre o cadáver, passando em seguida a sepultar outro. No meio deste espaço havia um monte de terra na qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pelas chuvas que tinham carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido enterrados. Nus estavam apenas envoltos numa esteira, amarrada por cima da cabeça e por baixo dos pés. Provavelmente procede-se ao enterramento apenas uma vez por semana e como os cadáveres facilmente se decompõem, o mau cheiro é insuportável. Finalmente chegou-se à melhor compreensão, queimando de vez em quando um monte de cadáveres semidecompostos (FREIREYSS, 1982, p. 132-134).

Por serem considerados inferiores social e religiosamente, no cemitério a eles destinado, os corpos dos pretos novos eram por vezes, incinerados, como mostra o relato acima. Tal prática não era aprovada pela Igreja Católica, pois a cremação de um cadáver, em tese, impediria que corpo e alma se unissem novamente na Ressurreição. Para além disto, a descrição de Freireyss permite que se cogite a hipótese da existência de algum tipo de cerimônia religiosa no Cemitério dos Pretos Novos – mesmo que esta fosse bem simples. Podemos supor isso ao analisarmos o trecho que relata a existência um velho com roupa de padre lendo um livro de rezas pelas almas dos mortos que estavam ali sepultados. Mesmo que este indivíduo não fosse um padre, não podemos negar que algum tipo de sufrágio parecia ser oferecido a estes mortos, ainda que fossem as orações de um leigo. Segundo Júlio Pereira, ao que parece, além dos dois negros que trabalhariam no Cemitério dos Pretos Novos, para evitar gastos não se usaria esquife e nem mortalha, sendo os cadáveres envolvidos em esteiras (PEREIRA, 2007, p.86), assim como mostrado em uma das ilustrações deixadas por Debret (DEBRET, 1989, p.203). Este cemitério não aparece na tabela aqui analisada, porque estava localizado na freguesia de Santa Rita. Então, os possíveis registros seriam feitos diretamente lá. Dessa forma, não foi possível identificar os óbitos dos pretos novos, a partir do banco de dados aqui analisado, bastando sua apresentação como elemento comparativo com os demais cemitérios apresentados.

O Cemitério de São Domingos ou “dos mulatos”, estaria localizado no terreno em frente à igreja de São Domingos, onde atuava uma irmandade de negros. Não se sabe ao certo, se esta fora criada por angolanos ou crioulos (QUINTÃO, 2002, p.155-156). Segundo Vieira Fazenda, este cemitério remontava pelo menos a aproximadamente 1706, quando a irmandade do dito santo utilizou parte do terreno em frente à sua igreja para fazer um “campo santo” e enterrar seus irmãos; dando sepultura também aos escravos e “prejudicando”, com isso, a Santa Casa de Misericórdia. Ainda segundo o memorialista, o referido cemitério só foi extinto em 1820 (FAZENDA, 1921, p.431). Segundo Antonia Quintão, o seu desaparecimento estaria relacionado a um conflito pela posse do terreno do qual a Irmandade de São Domingos saiu derrotada, tendo que transferir seu cemitério para outro lugar, fora da cidade (QUINTÃO, 2002, p.161-163). Mais pesquisas se fazem necessárias para saber o destino deste cemitério.

Sendo um dos primeiros criados na cidade, o cemitério da Santa Casa seria o espaço mais utilizado para sepultura dos segmentos menos privilegiados – através do pagamento de 400 réis (QUINTÃO, 2002, p.157) – abrangendo escravos, forros e livres. Alguns dados sugerem que sua criação se deu no início do estabelecimento da Santa Casa da Misericórdia pelo Padre José de Anchieta, em 24 de março de 1582, no intuito de socorrer a esquadra espanhola de Diogo Flores Valdez, contaminada pelo escorbuto, sendo os mortos sepultados num terreno ao lado do Hospital que havia sido erigido com palhoças (ZARUR, 1989, p.8). Ao que parece, este terreno era o que viria a ser mais tarde, o Cemitério da Misericórdia. Em 1827, foi ampliado, mas não parece ter sido suficiente para dar conta do aumento do número de cadáveres nos anos 1830, principalmente com o fim do Cemitério dos Pretos Novos – devido à lei de fim do tráfico –, sendo transferido para os arredores do Caju, em 1839, onde funcionou até por volta de 1851, quando do surgimento do cemitério público de São Francisco Xavier (FAZENDA, 1921; COARACY, 1965; RUSSELL-WOOD, 1981).

Embora fosse considerado um campo santo e, por conseguinte, ser bento, o tipo de sepultamento oferecido seria daqueles em relação aos quais, muitos indivíduos buscavam fugir, segundo alguns relatos de viajantes referentes à primeira metade do século XIX (LUCCOCK, 1975; WALSH, 1985; SEIDLER, 1980). Tais descrições remetiam a um tipo de enterro que fugia dos parâmetros do que se considerava uma “boa morte” (RODRIGUES, 2005). Embora não estivessem em um local pagão – já que há referência nos relatos dos viajantes à existência de um preto sacristão –, os defuntos lá enterrados pertenciam a uma realidade mortuária bem diferente daquela em que se encontravam os cadáveres inumados dentro ou em torno das igrejas.

Praticamente não havia diferença entre um e outro, no modo como os cadáveres seriam tratados nos cemitérios da Misericórdia e dos Pretos Novos (sobre o de São Domingos, ainda não foi possível identificar tais informações): os relatos afirmam que seriam poucos – ou nenhum – os cuidados destinados a eles, o que feriria os conceitos e crenças do bem-morrer e facilitaria a exposição dos corpos a profanações e ao ataque de animais. Apesar disso, é possível e necessário aprofundar os estudos sobre estes lugares de sepultamento no sentido de se identificar mais detalhes sobre seu funcionamento, o público que efetivamente o buscava, os rituais que lá seriam adotados e, por fim, o significado que possuíam no quadro da hierarquia social da época.

Em relação ao *status*, acredito que estes seriam desprivilegiados não necessariamente por serem, segundo os relatos, “mal conservados”, com ausências de rituais/cerimônias religiosas ou por sua localização, mas principalmente pelos segmentos sociais que lá estavam sepultados, ou seja, os grupos e indivíduos em posição nas escalas mais inferiores da hierarquia social, a exemplo dos aqui já mencionados é que confeririam a “má fama” a esses espaços. Afinal, tratava-se de uma sociedade inserida na ambientação do Antigo Regime e seriam os lugares sociais ocupados pelos cadáveres neles sepultados que pareciam conferir àqueles cemitérios

a posição e imagem que possuíam. Isso poderia se relacionar também com a ideia de que estar fisicamente próximo do socialmente distante não seria agradável (BOURDIEU, 1997, p.163-165), e isto também se aplicaria aos mortos.

Penso que justamente por isso é que o desdobramento desta posição poderia ser o cuidado diferenciado na sua manutenção e na infraestrutura, em comparação com os demais locais de inumação da cidade; a localização inicial em espaços menos centrais e/ou privilegiados e possivelmente com um número menor de “funcionários” encarregados de seu funcionamento e, ao que parece, não ter sacerdote, mas pessoas que faziam as vezes de sacristão – segundo os relatos. Ou seja, é preciso compreender as características destes cemitérios segundo as concepções hierárquicas da época, mais do que nos limitarmos a dizer – repetindo os relatos dos viajantes – que seriam malconservados.

Um aspecto significativo nesse sentido é o fato de que as alegadas condições de conservação do Cemitério da Misericórdia, no Rio de Janeiro, não impediram de ele ter sido escolhido, nos séculos XVIII e XIX, por alguns indivíduos com situação social um pouco melhor do que a dos demais ali sepultados como local de sepultura (ACMRJ, AP0157, p.50; AP0155, p.76v.). O que parece ter motivado tal escolha foi a busca por demonstrar/vivenciar humildade no momento da morte, como parte das práticas visando a obtenção da salvação da alma após a morte (REIS, 1991; RODRIGUES, 2005; dentre outros).

Se nos remetermos à Tabela 1, os dados para os cemitérios de São Domingos e da Misericórdia são ínfimos: 13 e 12 registros ao total. No caso do Cemitério da Misericórdia, há o detalhe de que este se localizaria na freguesia de São José, e assim como o dos Pretos Novos (que se localizava na freguesia de Santa Rita), os registros seriam feitos pelo pároco de cada uma destas freguesias, estando, portanto, nos respectivos registros de óbitos. Ainda há outro entrave na análise destes dados, que é comum aos dois: a existência de registros informando generalizadamente “São Domingos” (53) ou “Santa Casa da Misericórdia” (44), dificultando que saibamos se tratava do Cemitério de São Domingos ou Igreja de São Domingos ou cemitério da Santa Casa ou Igreja da Santa Casa. Por esse motivo, as principais fontes sobre tais enterramentos são os relatos de viajantes que foram mencionados acima. Para além disso, podemos fazer um exercício de suposição em relação à dúvida sobre o local exato dos sepultamentos em ambos os espaços.

No caso do Cemitério da Misericórdia, há alguns detalhes interessantes e paradoxais porque quando se trata da referência aos sepultados no dito cemitério – em tese, um local destinado aos indigentes, pobres e escravos – os dados da Tabela 1 apresentam 12 livres contra um forro e dois escravos. Por outro lado, na referência generalizada à Santa Casa, ainda que o número de livres continue a ser maior que o dos outros segmentos sociais (21 casos de livres), há seis casos de forros e – o mais surpreendente – 17 escravos. Ou seja, mais escravos mencionados do que em relação ao próprio “cemitério” da Santa Casa. Tendo a deduzir, portanto, que a referência generalizada à Santa Casa se trataria na maioria dos casos

do Cemitério da Santa Casa, pelo grande índice de escravos lá sepultados que certamente não poderia ser numa igreja de uma irmandade de elite. E quanto aos livres ali sepultados, também podemos imaginar que possa ser o cemitério da Santa Casa, uma vez que, existiram ainda que raros, casos de pessoas que não eram remediadas e que possuíam sinal de distinção que escolheram ser sepultadas no Cemitério da Santa Casa e não na igreja⁴. Alguém poderia cogitar que estes pedidos se refeririam à Igreja da Santa Casa, no entanto, até o momento, não vi nenhuma referência à existência de cemitério da Igreja da Santa Casa da Misericórdia (N. Sra. do Bonsucesso), mas sim, ao cemitério que ficava atrás do hospital. O hospital era condizente com um lugar que ninguém gostaria de ser cuidado, por isso, o cemitério estaria lá.

No caso de São Domingos, a situação se aproxima um pouco desta em torno da Santa Casa. Analisando os dados da Tabela 1, percebemos que é justamente na referência generalizada ao sepultamento em “São Domingos”, sem explicitar se era igreja ou cemitério, que aparece maior número de escravos (20) do que de livres (19) e de forros (14). Da mesma forma que aparece quando se trata da referência a “Cemitério de São Domingos” (9 escravos, 2 livres e 2 forros). Em relação à referência aos sepultamentos na “Igreja de São Domingos”, os dados desta tabela mostram uma grande predominância de enterramentos de livres em primeiro lugar (119), seguidos pelos escravos (77) e forros (68). Índices que sugerem que o sepultamento no templo – ainda que não tenha especificado se dentro ou no adro – era majoritariamente destinado aos livres, tendo escravos em segundo lugar. Por que os forros estariam em terceiro lugar? Ao meu ver, porque os forros que não escolheram São Domingos foram aqueles que acabaram tendo como primeira opção a Sé e, como segunda, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte; aparecendo São Domingos apenas como terceira opção. Sendo assim, a referência a “São Domingos” provavelmente se trata do Cemitério de São Domingos, pois o próprio fato de ser um lugar desprivilegiado poderia explicar que bastava dizer que era São Domingos; pois, quando se tratasse da igreja, os sacerdotes responsáveis pela anotação do registro de óbito não deixariam de especificar.

Entre os óbitos do Cemitério de São Domingos, nove dos 13 inumados foram encomendados e oito receberam algum tipo de sacramento. Para o Cemitério da Misericórdia, de um total de 15 sepultados, sete foram encomendados por um sacerdote e todos receberam pelo menos um sacramento. Além disso, dos dois escravos enterrados no Cemitério da Misericórdia, apesar de não terem outro tipo de aparato fúnebre, não lhes faltou a administração de pelo menos um sacramento. Isso indica que haveria algum tipo de sufrágio para as almas daqueles que seriam inumados nestes locais.

Destaco o registro do escravo Ventura (1754), que é o único dos 13 sepultados no Cemitério de São Domingos que indica o local de encomendação, sendo este, o próprio campo santo, demonstrando que além da existência de encomendação para os mortos de menos qualidade isto não precisaria ocorrer em outros locais. Tão significativo quanto o caso do escravo Ventura, é o da parda forra Rita Maria (1803), sepultada no Cemitério da

Misericórdia. Dada no registro como uma mulher muito pobre, Rita foi encomendada na Igreja da Misericórdia (N. Sra. do Bonsucesso) e amortalhada com um hábito branco. Se a história de Ventura indica a possibilidade de encomendações dentro dos cemitérios, a de Rita mostra que, além disto, aqueles que teriam seus cadáveres destinados ao Cemitério da Misericórdia poderiam ter parte de seus ritos fúnebres na igreja da irmandade, embora os elementos até aqui apontados me façam crer que se trataria de uma exceção.

Daqueles sepultados no Cemitério de São Domingos, os dois livres foram amortalhados com lençol. Entre os dois forros, o que teve referência à mortalha, foi envolvido com lençol. Nenhum dos nove escravos teve menção à vestimenta mortuária. Nenhum dos livres teve referência à cor e/ou origem, mas podemos notar entre os forros uma preta e uma crioula e entre os escravos todos tiveram algum elemento de identificação como negros (como terem sido africanos, pretos ou seus descendentes) – o que pode justificar a nomenclatura pela qual este cemitério também era conhecido: “dos mulatos” – sendo quatro deles, africanos. Ou seja, de modo geral, apenas duas pessoas (15,4%) daquelas enterradas no Cemitério de São Domingos tiveram referência a algum tipo de mortalha, e quando houve, tratava-se de lençol; o que evidencia que provavelmente os que teriam este local como destino final seriam aqueles considerados de qualidade inferior e por isso, ao que parece, não costumava haver pompa nesses funerais.

Sobre as mortalhas dos enterrados no Cemitério da Misericórdia, entre os escravos não houve menção ao tipo de mortalha utilizada – assim como ocorreu com os cativos de São Domingos –, mas entre os 12 livres, seis tiveram esta referência, sendo dois deles, amortalhados com lençol, um com hábito preto e os outros três, com hábito branco. A única forra, já foi citada acima (Rita Maria, com hábito branco). Dessa forma, podemos notar que não houve entre os casos de registros desses dois cemitérios, nenhum cadáver amortalhado com hábito de santo ou alguma outra pompa que indicasse prestígio. Muito embora, ao analisar os livres do Cemitério da Misericórdia, podemos encontrar três capitães (um com lençol, um com hábito branco e o outro, sem referência). Ao que parece, a única forma de distinção que lhes coube foi a indicação de suas ocupações, pois não destoam dos demais registros.

No que tange a cor dos inumados no Cemitério da Misericórdia, nenhum livre teve algum tipo de referência de cor, origem ou filiação que os incluía entre os negros. Ao passo que os escravos o foram e a forra foi considerada parda. Só há dois casos com menção à origem, sendo de indivíduos livres. Um deles é o de Maria, uma índia de 11 anos (1747). Não há nenhum outro registro de índio na amostragem, sendo instigante o caso desta criança indígena que estaria na cidade, sendo enterrada em um cemitério destinado aos segmentos desprivilegiados. Porém, a ausência de informações mais uma vez impossibilita que este caso seja explorado.

Conclusão

Na sociedade colonial, a hierarquia social se dava verticalmente (de um segmento para outro) e horizontalmente (dentro do mesmo segmento), o que tornava as posições dos indivíduos na sociedade, algo difícil de determinar, pois se grosso modo podemos entender que havia pelo menos três segmentos básicos (elite, segmentos intermediários e escravos), também devemos considerar que a enorme complexidade das relações na dita sociedade permitiria que alguém fosse nobre e não tivesse bens ou que um indivíduo abastado fosse considerado inferior devido à sua cor ou origem.

Práticas como andar a cavalo ou usar roupas luxuosas, seriam algumas das inúmeras formas de indicar o caráter nobre do indivíduo, e até mesmo, de forjá-lo quando se tratava de alguém de uma categoria considerada inferior. Além dos nobres, que teriam determinadas atitudes por conta de seu *status*, era comum que forros tentassem imitar o estilo de vida das elites a fim de conquistar um distanciamento do passado negro e escravista e uma consequente aproximação com um mundo branco e livre. Muitas vezes isso realmente acontecia, posto que era possível até que um mesmo indivíduo que em dado momento era considerado negro, por conta de suas conquistas/práticas, em outro fosse mencionado como pardo e ou branco.

Como uma sociedade com traços de Antigo Regime, o Rio de Janeiro colonial – especificamente, a freguesia da Sé/ Santíssimo Sacramento da Antiga Sé – caracterizava-se por uma aparente rigidez na delimitação dos estratos sociais. No entanto, na prática, não se dava desta forma, sendo perfeitamente possível que através da mobilidade social a população colonial transitasse entre os variados segmentos sociais, revelando uma sociedade nem um pouco estática.

As hierarquias – e complexidades – entre os vivos se refletiram no âmbito da morte e consequentemente, nos espaços dos mortos. Os locais de inumação mais almejados seriam os enterramentos *ad sanctos apud ecclesiam*, onde a elite costumava ser sepultada; além das igrejas, os cadáveres poderiam ser levados para cemitérios descolados dos templos ou serem enterrados em valas, terrenos baldios etc. – esses últimos, sendo destino daqueles que estariam completamente marginalizados socialmente. A complexidade da dita sociedade é visível ao encontrarmos registros de indivíduos com posses que escolheram ser enterrados em cemitérios ou casos de pessoas de segmentos considerados inferiores, sepultadas em igrejas de elite e com pompa. Sendo assim, o presente ensaio trata-se de um estudo de reflexão sobre tais espaços e as complexas formas de acesso a eles, diretamente relacionados com a dinâmica social dos vivos.

Notas

1 - Sobre a origem deste tipo de sepultura, ver artigo anterior, publicado juntamente com a Prof^a. Dra. Claudia Rodrigues, no qual, encontram-se também, alguns aspectos mais teóricos presentes neste ensaio (RODRIGUES, Claudia e BRAVO, Milra Nascimento, 2012).

2 - Embora o recorte temporal deste estudo se encerre em 1808, alguns registros e/ou imagens são posteriores a este período. No entanto, como os costumes fúnebres não mudavam com tal rapidez, é perfeitamente possível que por vezes, se faça uso de elementos que não estejam exatamente enquadradas no período analisado.

3 - A referida ordem terceira surgiu na Igreja do Convento de Santo Antônio. Possivelmente, por isto, a

maioria dos ali sepultados teriam usado o hábito de Santo Antônio (MAURÍCIO, 1946, p. 143).

4 - A exemplo de João Marcelo de Lemos, natural da América portuguesa, que em seu testamento, pudemos notar que era funcionário do Senado e sabia ler e escrever, o que era pouco comum na época. Ao que parece, seu pedido de enterramento no Cemitério da Misericórdia seria uma profissão de pobreza e simplicidade, o que ao cruzar neste momento com seu registro de óbito, podemos ver que o silêncio das informações indica exatamente aquilo que ele queria, pois no conjunto dos enterrados no Cemitério da Misericórdia, seria possível, sem ter conhecimento do seu testamento, confundir-lo com os demais (ACMRJ, AP0155, p. 76 v.).

Fontes

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro:

Série Assentos Paroquiais: Livros de óbitos e testamentos da Freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé: AP0155 (1746-1758); AP0156 (1776-1784); AP0157 (1790-1797) e AP0158 (1797-1812).

Coleção particular:

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo do dito arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas no sínodo diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

Relatos de viajantes e memorialistas:

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1989.

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 86, vol. 140, 1921.

FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1982.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1975.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1980.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1985.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712- 1750) In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, 18 (2000): 45-68.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca: a freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. *Varia História*, nº 31, janeiro 2004.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século Dezessete*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1965.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998.

- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- MAURÍCIO, Augusto. *Templos Históricos do Rio de Janeiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1946.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.
- QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformação fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
- RODRIGUES, Cláudia. A morte como elemento de afirmação da cultura africana no Rio de Janeiro escravista: o caso do cemitério dos "pretos novos". *Estudos de História*. Franca, v.10, n.1, 2003.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- RODRIGUES, Claudia e BRAVO, Milra Nascimento. "Morte, cemitérios e hierarquias no Brasil escravista (Séculos XVIII e XIX)". *Revista Habitus*. Goiânia, v.10, n.1, p.3-19, jul./dez. 2012.
- RUSSELL-WOOD, A.J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Trad. de Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ZARUR, Dahas. *Cemitérios e a Santa Casa*. Rio de Janeiro: Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, 1989.

Recebido em 27/06/2014



As duas evidências: as implicações acerca da redescoberta do cemitério dos Pretos Novos

The two pieces of evidence: the implications about the rediscovery of the Cemetery of New Blacks

Júlio César Medeiros da Silva Pereira

Doutor em História da Ciência e da Saúde pela Fiocruz
Diretor do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Memória e Pesquisa Pretos Novos (IPN)
Professor de História da Rede Municipal do Rio de Janeiro.
E-mail: gulho@uol.com.br

RESUMO: Este artigo examina a redescoberta do cemitério de escravos recém-chegados ao Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX, intitulado Cemitério dos Pretos Novos, que se situava na região do Valongo, parte Noroeste da Corte do Rio de Janeiro. A pesquisa histórica demonstrou que, sem nenhum aparato religioso, os escravos que faleciam no mercado do Valongo eram lançados em covas rasas como se fossem indigentes.

Palavras chave: História Cultural; morte e ausência de ritos funerários

ABSTRACT: *This article examines the rediscovery of a cemetery of slaves newly arrived in Rio de Janeiro dating from the 18th and 19th centuries. Called the Cemitério dos Pretos Novos (Cemetery of the New Blacks), it was located in the Valongo region, in the North-western part of the Court of Rio de Janeiro. The historical research showed that slaves who passed away at the Valongo market were tossed in shallow graves with no religious artefacts, as though destitute.*

Keywords: *Cultural History; death and the absence of funeral rites*

Introdução

Em 2010, o Brasil foi surpreendido por uma importante redescoberta: vestígios do Cais do Valongo foram encontrados da região da Zona Portuária do Rio de Janeiro, dando início a uma série de pesquisas que privilegiaram a história de milhões de escravos que adentraram o porto, cujos braços foram usados em todos os tipos de labores e cujas costas suportaram o peso da produção cafeeira no alvorecer do século XIX.

Grupos de pesquisadores das mais diversas áreas uniram-se no propósito de se explicar aspectos não muito conhecidos da escravidão no Brasil. Evidenciava-se a importância do achado, acoplado à descoberta do funcionamento de “um complexo” que remontava ao porto de entrada, os galpões de venda, lazaretos e cemitério. Sobre este último, a Arqueologia tem procurado confirmar a consistência dos dados históricos que assombraram o Rio de Janeiro quando da descoberta da necrópole, em 1996, que davam conta do fato de que ali os corpos dos escravos jamais eram sepultados.

Pelo lado do fundo está tudo aberto, dividido do quintal de uma propriedade vizinha por uma cerca de esteiras, e pelo outros dois lados com mui baixo muro de tijolos, e no meio uma pequena cruz de paus toscos mui velhos, e a terra do campo revolvida, e juncada de ossos mal queimados. (FREIREYSS, 1984, p. 123)

Naquele momento, descobriu-se tratar do cemitério dos “Pretos Novos”¹. O único cemitério de escravos recém-chegados ao porto do Rio de Janeiro e que fora mencionado pelo viajante, acima citado, como um local onde se praticavam sepultamentos de forma precária. Assim, o cemitério dos Pretos Novos se nos apresenta como um testemunho histórico da forma pela qual os escravos, que morriam nos barracões fétidos do Valongo, onde se situava o maior mercado de escravos durante os séculos XVIII e XIX, no Rio de Janeiro, eram sepultados. Portanto, vale a pena passarmos a limpo alguns dados e revisitarmos a sua redescoberta, em 1996, a fim de pensarmos a sua importância ontem, dentro do complexo do Valongo, e hoje, inserido no contexto da revitalização do porto do Rio de Janeiro, podendo assumir um papel de vanguarda dentro dos trabalhos de pesquisa relacionadas à temática da morte e da História Social.

Vários viajantes, dentre eles o alemão Freireyss, haviam chamado a atenção sobre o cemitério dos Pretos Novos e a forma pela qual os escravos eram ali enterrados (Freireyss, 1984). O terreiro se situava no antigo caminho da Gamboa, que ficou conhecido como rua do Cemitério e, mais tarde, rua da Harmonia (a atual rua Pedro Ernesto). O cemitério foi criado em 1722 (Soares, 2000) e viveu a sua fase final no período de 1824 a 1830, tendo recebido nesse intervalo de tempo cerca de 6.000 corpos, em um espaço físico de mais ou menos 100 m² (Pereira, 1997). Os registros dos óbitos foram arrolados no Livro de Óbitos da freguesia de Santa Rita, responsável pelo referido campo santo. Neste Livro de Óbitos, nossa principal fonte de pesquisa, encontramos os seus respectivos navios, suas nações ou portos

de origem, os donos e a idade dos “escravos novos”, bem como as marcas que os mesmo recebiam por ocasião do embarque em seus Tumbeiros.

Além de repassarmos rapidamente a existência deste cemitério e analisarmos os dados que evidenciam a sua especificidade histórica durante a primeira metade do século XIX, procuraremos demonstrar a importância do achado para o estudo da história dos afro-brasileiros e de seus antepassados.

Direcionados pela noção de representação social (Chartier, 2000), lançamos mão de várias fontes primárias, dentre elas jornais de época, relatos de viajantes, ofícios dirigidos à Câmara de Vereadores e abaixo-assinados dos moradores do Valongo que pediam o fim do cemitério. Desprovidos de importância aos olhos dos traficantes, sem visibilidade social e nenhum tipo de vínculo com a terra em que chegavam, os pretos novos são vislumbrados como *outsiders* e, portanto, passíveis de serem lançados à flor da terra, desprovidos de qualquer ritual religioso, bem como aparatos como mortalhas, roupas e orações fúnebres. Mesmo que, à época, como bem alertou a historiadora Mariza Soares, o padrão de sepultamento estivesse amplamente estabelecido, ainda que por via das irmandades, no pagamento das despesas fúnebres tais como: pároco, esquife, sepultura, missa e velas, (Soares, 2000, p.152).

Inseridos através da violência em uma sociedade escravista e extremamente hierarquizada, que os não desejava a não ser por motivos amplamente mercantis, os pretos novos passaram a ocupar o mais baixo patamar do extrato social, sendo-lhes vedada qualquer forma de tratamento respeitoso e de consideração, mesmo na hora derradeira da morte. Como bem alertou Mariza Soares:

No Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII é impossível pensar a hierarquia social sem levar em conta a hierarquia dos homens e dos santos [...] no outro extremo desta hierarquia estão os africanos recém-chegados, chamados ‘pretos novos’, ‘boçais’ e ‘infieis’. (Soares, 2000, p. 136-7)

A especificidade histórica do cemitério dos Pretos Novos: cemitério, a primeira evidência.

A forma precária com que se faziam os sepultamentos deixavam os seus corpos insepultos. Ficavam por vezes expostos ao relento e o odor dos seus corpos putrefatos revoltou os moradores do entorno, no início do século XIX. As razões para o alarde em torno do funcionamento do cemitério estão em consonância com o crescimento desordenado da cidade, bem como com um intenso tráfico negreiro, presenciado fortemente após a vinda da família real para o Brasil, em 1808. Tudo isso faz com que os habitantes da região da Gamboa tenham por parede e meia os mortos, gerando um conflito de interesses em que estavam em jogo, como veremos, o prestígio da Igreja, a viabilização do discurso higienista e os interesses mercantis em face à imobilidade decisória do Estado. O cemitério dos Pretos Novos pode revelar tanto a medida das tensões sociais e conflitos de interesses, bem como ser capaz de

nos conduzir a indícios de elementos constitutivos do tecido social escravagista, em que a noção de lucro, religiosidade e cultura permeiam as ações cotidianas ao revelar na morte do outro, o total descaso desde que isto não interfira na forma como vivemos (Ginzburg, 1991).

Sabe-se que o cuidado na hora da morte sempre foi um tema delicado em todas as sociedades e culturas conhecidas. Por mais diferentes que possam ser, em comum, todas possuem uma relação muito próxima com o sagrado, sobretudo quando isso está em conexão com o além-túmulo. No Egito antigo, a morte era lembrada constantemente aos vivos pela forma imponente das pirâmides que rasgavam o céu. Já os israelitas não permitiam os seus mortos dentro do arraial, nem mesmo dentro dos muros das cidades. Mas foi no advento do cristianismo que a façanha do sepultamento intramuros tornou-se possível.

Não por acaso, Origens advertira na obra *Contra Celsum* sobre o cuidado que se devia ter com relação aos mortos, bem como com o uso da procissão fúnebre (Catroga, 1999). Da mesma forma, na procissão fúnebre medieval já se encontravam elementos que perdurariam por toda a Idade Média, ou seja, cantos, o carregamento de estandartes da cruz e as relíquias dos santos. Os mortos cada vez mais faziam parte da vida dos vivos.

Os primeiros cristãos tinham o costume de sepultar os seus mortos, com ritos próprios, e em lugares separados, aos quais chamavam de *coemeterium* (palavra latina derivada do grego *koimèterium*, forjada a partir do termo *Koimão*, que tem por significado de “eu faço dormir”). Nesses espaços, com o intuito de fugir da perseguição vigente, os cristãos se reuniam para celebrar o seu culto. Mais tarde, a construção de igrejas se daria ao lado das criptas e catacumbas e, a partir do século IV, primeiramente os reis e, mais tarde, todos os súditos, passariam a ser sepultados dentro das igrejas, mas os menos afortunados em vida, nos adros dos templos. A morte passara, mesmo que de uma forma simbólica, a pertencer aos cuidados da Igreja, porquanto abadias, irmandades, corporações religiosas e de ordem terceiras, passaram a dominar este terreno que se tornava de jurisdição sacerdotal. Era o enterro *ad sanctos*.

Sabe-se que no Brasil os sepultamentos durante o período colonial e parte do Império eram do mesmo modo realizados *ad sanctos*, ou seja, nas igrejas; nesse tempo, a ideia da “boa morte” ainda estava vinculada ao momento da morte da pessoa e a seu local de enterramento. Nesse sentido, dentro de uma mentalidade ainda marcada pela época medieval, estar enterrado em uma igreja era estar perto de Deus, o que significava uma maior possibilidade de uma vida feliz no além (Reis, 1997). Assim, as igrejas no Brasil recebiam os corpos de seus fiéis desde que tivessem sido, na vida secular, pessoas de certa posição social, e que os seus pudessem arcar com as despesas do sepultamento. Desta feita, quanto mais alta a posição social do defunto, maior sua proximidade com o templo, quando não do próprio altar (Rodrigues, 1997).

Contudo, os escravos inseridos no mesmo contexto sociocultural da época almejavam também ser enterrados nos templos diante de algum tipo de cerimônia religiosa. Muito

embora esse ritual para eles pudesse ter outra conotação, eles somente conseguiam ser sepultados em igrejas por intermédio das Irmandades, que propiciavam aos seus membros um sepultamento dentro dos padrões tidos como dignos. Todavia, os corpos dos escravos chamados pretos novos, os quais ainda não haviam sido inseridos no contexto social – a despeito de já terem recebido o batismo cristão ocidental, quer fosse em África ou nos porões dos navios negreiros – eram simplesmente lançados à “flor da terra”, em covas mui rasas recebendo pouca ou nenhuma pá de terra sobre os seus corpos (Pereira, 1997).

Era esse o caso do cemitério dos Pretos Novos, no qual as condições de enterramento eram precárias. Para termos uma ideia de como eram sepultados tantos escravos em um espaço tão pequeno, recorreremos ao livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita, para realizar a quantificação de dois anos cruciais para o referido Campo Santo. Partindo de 1824-25, da abertura do livro até 1830, ano do fim do mesmo, observamos que de 13 de dezembro de 1824 a 27 de dezembro de 1825 foram sepultados 1.126 escravos, a grande maioria de escravos adultos do sexo masculino, 73%.

Em segundo lugar figuram as escravas adultas, com uma taxa de 9,23% do total. Quanto às crianças, pode-se dizer que novamente o número de escravos do sexo masculino sobressai (cerca de 5,06% de meninos contra 2,93% de meninas). Este cenário demonstra que a escravidão brasileira foi, sobretudo, masculina. Vários trabalhos sobre o tráfico negreiro demonstraram que o número de escravos homens trasladados foi sempre maior do que o de mulheres. Portanto, devemos compreender que a maior mortalidade de homens dava-se em decorrência da importação de mais homens que mulheres. Neste caso, a morte funciona como o fator preponderante na retroalimentação do tráfico, uma vez que mais mortes demandam por mais escravos como reposição dos plantéis fluminenses. Outro dado interessante é que mesmo entre as crianças a mortalidade dos menores também era maior, fazendo com que a desigualdade de gênero se mantivesse sempre a mesma.

O livro de óbitos do cemitério ainda nos indicou outro dado importante: a origem de cada escravo sepultado. Verificamos que quase 70% deles eram provenientes da África Central Atlântica, ou seja, do tronco linguístico banto, e tinham uma forma diferenciada de entender e de se comportar diante da morte. Para o historiador Robert Slenes, a cultura banto é chave importante para se entender a natureza do pensamento africano implantado no Brasil, sobretudo, na região Sudeste, recebedora de um número expressivo de africanos, via tráfico negreiro, vindos daquela região. Segundo ele, tal cosmologia influenciou no modo pelo qual os africanos e os seus descendentes reconstruíram a vida em cativeiro e orientou as suas ações, mesmo após este (Slenes, 1995). Para nós, importa, para fins deste artigo, a forma como os bantos entendiam e se relacionavam com a morte.

Na cosmologia banto, o mundo encontrava-se dividido em duas partes que se completavam, ou seja, duas dimensões: a do mundo “perceptível”, que seria esta na qual vivemos, e a do mundo das “causas invisíveis”, onde qualquer acontecimento excepcional,

fosse bom ou ruim, era fruto de obras realizadas de modo mágico. Por outro lado, os bantos praticavam o culto aos ancestrais, no qual a figura dos antepassados era de suma importância para cada linhagem para o sucesso nas colheitas, na pesca, e para a manutenção da própria vida. Nesse sentido, morrer longe dos seus, ou não sepultar o seu ente querido significava um corte drástico na manutenção da vida em comunidade. Morrer desta maneira significava ficar sem linhagem, portanto, sem a perspectiva de uma vida futura junto aos seus antepassados, em África (Silva, 2002). Além disto, o mar era visto como o um local da travessia para o mundo do além, ou, como na língua banto, a “Kallunga”, que fazia divisa com o lugar onde os mortos habitavam, que neste caso estava repleto de brancos.

Não só a cor branca significava a morte, mas também os homens brancos eram vistos como os próprios mortos, uma vez que habitavam o outro lado do espelho d’água, a Kallunga. É o que observa Mary Karasch ao trazer um relato de “crença de canibalismo”, presenciado pelo francês Dabadie, que ouvira “gritos agudos” de um “escravo novo”, que aterrorizado se escondia embaixo da cama de um hotel. Espantado o francês procurou indagar aos presentes o motivo do acontecido e, de pronto, recebeu explicações de um garçom que lhe afirmara que era comum, entre os africanos recém-chegados, a ideia de que seriam literalmente devorados pelos brancos. O escravo retirado debaixo da cama, ressalta o francês, “tremia da cabeça aos pés” (Karasch, 2000: 78)

O poder enigmático que a visão da Kallunga possuía sobre os africanos, de fato, ia muito além do que os viajantes do século XIX puderam imaginar. Muitas vezes os escravos se jogavam ao mar de dentro das embarcações e muitos corriam até as praias a fim de mergulharem na Kallunga, a fim de se reencontrarem com seus antepassados em África. Tal sentimento foi reforçado pela observação feita pelo viajante inglês Robert Walsh alertando os senhores para que não deixassem seus escravos sozinhos na praia, pois estes possuíam a “mania” de se suicidarem no mar (Walsh, 1985, p.156).

É neste sentido que o conhecimento da cultura africana e o seu modo de encarar a morte nos serve como chave de entendimento do motivo pelo qual os escravos buscaram filiar-se às irmandades, como no caso da Irmandade do Rosário (Soares, 2000, p. 175). Em primeiro lugar, eles temiam que seus corpos fossem inumados sem nenhum tipo de ritual, lançados a terra sem qualquer paramento religioso, não porque temessem as covas da indigência, mas porque para eles morrer assim significava, antes de tudo, morrer longe dos seus ancestrais; e em segundo, ser sepultado no cemitério dos Pretos Novos significaria um corte definitivo na linhagem dos antepassados e a impossibilidade, no pensamento africano, de reviver junto aos seus do outro lado do Atlântico, no continente africano.

O cemitério dos Pretos Novos estava cravado no Valongo desde 1769, quando o marques do Lavradio, insatisfeito com modo precário pelo qual os escravos eram expostos no mercado que funcionava próximo ao Paço Imperial, mandou que o mesmo fosse transferido para o Valongo que hoje compreende a atual Zona portuária, formada pelos bairros da Gamboa

e Santo Cristo. Essa mudança do mercado da Praça XV para o Valongo fez com que o cemitério dos Pretos Novos fosse transportado do largo de Santa Rita para a rua que ficou conhecida como a antiga rua do Cemitério, depois rua da Harmonia e, hoje, rua Pedro Ernesto pertencente ainda à jurisdição da freguesia de Santa Rita. Foi nesse período que o cemitério vivenciou a maior concentração de corpos.

No final do século XVIII, a concentração comercial no local trouxe um aumento populacional intenso (Lamarão, 1991), fazendo com que o cemitério fosse cercado de casas. Ocorreu um “adensamento populacional na região do bairro Saúde, Valongo e da Gamboa, onde morros, encostas e enseadas são paulatinamente ocupadas por residências” (Rodrigues, 1997, p.71). O entorno do cemitério foi tomado por casas, geralmente por famílias pobres e que não tinham condição de se mudar da freguesia de Santa Rita, quer fosse por conta das poucas obras de aterramento, quer fosse por se tratar de pessoas pobres, sobretudo negros libertos que precisavam estar junto ao porto e ao centro comercial da cidade para poder ganhar alguns réis para sua subsistência. Ou seja, os vivos, por forças das circunstâncias, se tornaram vizinhos dos mortos.

Seguir os vestígios do cemitério dos Pretos Novos é, também, seguir os rastros deixados pelas reclamações e ofícios de queixas contra o mesmo. A partir de 1820, pode-se encontrar vários protestos que descrevem o cemitério da pior forma possível, geralmente versando sobre o mau cheiro ali exalado e acusando-o dos miasmas que grassavam na cidade. O historiador J. J. Reis alerta que fora justamente na centúria anterior, no século XVIII, que se alastrara por toda a Europa, especialmente pela comunidade científica de França, a doutrina dos “miasmas”, que se baseava na ideia de que as “matérias orgânicas em decomposição, especialmente as de origem animal, sob influência de elementos atmosféricos”, tais como calor, direção dos ventos, “formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde”. Logo, os “gazes” emanados dos cadáveres foram acusados de serem causadores de várias doenças, das quais os moradores do Valongo se queixavam com frequência (Rodrigues, 1997, p. 75).

Não tardou muito e, em 1821, os vizinhos do “indesejável” cemitério redigiram dois requerimentos endereçados ao príncipe regente, nos quais pediam que o cemitério fosse transferido para um local “mais remoto”, “em razão dos grandes males” produzidos à população local. O primeiro destes dizia que os moradores “sofriam” enfermidades, e o segundo destes requerimentos tinha um teor bem parecido:

Já não podem sofrer mais danos nas suas saúdes. Por causa do cemitério dos pretos novos, que se acha sito entre eles, em razão de nunca serem bem enterrados os cadáveres; como também por ser mito impróprio em semelhante lugar haver o referido cemitério, por ser hoje uma das grandes povoações. (Rodrigues, 1997, p. 75)

Como se pode ver no requerimento acima, os corpos não eram enterrados, ou seja, eram deixados à flor da terra, sem nenhum tipo de cuidado, o que deve ter feito com que os odores dos cadáveres insepultos incomodassem, sobremaneira, os vizinhos.

No caso do cemitério dos Pretos Novos, o intendente de Polícia, João Inácio da Cunha, solicitou ao juiz do crime do bairro de Santa Rita que fosse averiguar os fatos. Quando o juiz se dirigiu ao cemitério teve péssimas impressões e, mais tarde, responderia em outro ofício o que havia constatado. Segundo o seu parecer, o cemitério já era pequeno para tantos corpos, o local era “impróprio para semelhante fim”, e, por outro lado, o drama dos moradores era o de, após o crescimento da cidade, se verem lado a lado a um cemitério de escravos.

Depois de várias reclamações, finalmente, em 13 de março de 1830, se deu o último sepultamento no cemitério dos Pretos Novos, que cessou de existir. As pesquisas indicam que o fim provável do cemitério não foi ocasionado pela pressão higienista, nem pelos meios de comunicação, ou mesmo fruto do clamor dos moradores. A hipótese levantada é a de que, em 1830, por ter se dado o acordo de proibição do tráfico de escravos, firmado entre Brasil e Inglaterra, o Brasil tenha sido forçado a extinguir o campo santo por não poder justificar a existência de um cemitério de escravos recém-chegados da África, em face de, pelo menos em tese, não haver mais tráfico negreiro. Entre 1824 e 1826, foi firmado um acordo antitráfico, assinado em 23 de novembro de 1826, no qual o Brasil se comprometia a extinguir o tráfico negreiro ao fim de três anos. Porém, um novo acordo foi estabelecido para que, de 1827, final do prazo de extinção, fosse prorrogado até 13 de março de 1830. A partir desta data, os negreiros que estivessem atuando no litoral africano teriam um prazo de seis meses para retornarem ao Brasil, porém, como se sabe, está lei se transformou em um verdadeiro engodo, e ficou conhecida como a “lei para inglês ver” (Florentino, 1995, p. 50).

O tráfico não terminou na data prevista, seria alongado por mais vinte longos anos, daí em diante o cemitério seria fechado. Afinal, era um indício incontestável da época escravista. Os registros que davam conta da sua existência foram esquecidos, a sua localização foi sepultada por casarios e sobrados e ninguém se lembrava mais da ignomínia que havia sido lançada à flor da terra: o desprezo e a morte de milhares de africanos escravizados.

Posto que tudo estivesse orquestrado para o esquecimento eterno, o corte da linhagem e o esquecimento dos antepassados, a redescoberta de tal cemitério trouxe à tona o tema mais desconcertante e vergonhoso da escravidão. Os ossos ressurgiam da terra onde foram lançados e como vestígios incontestáveis tornaram-se um memorial erguido aos nossos antepassados.

As contribuições do achado arqueológico para o estudo das raízes afrodescendentes: ossos, a segunda evidência.

Seja como for, os escravos recém-chegados, ao longo da década de 1820, morreram de várias enfermidades. E isto já se sabia amplamente através de diversas pesquisas mas, até então, não tínhamos, a não ser por conta de esparsas fontes históricas, a confirmação daquilo que os registros denunciavam: os africanos escravizados morreram em decorrência de maus tratos, má alimentação, diversos castigos físicos, trabalhos extenuantes e muitas doenças adquiridas

em cativeiro. Agora a história era bem outra, ou melhor, a mesma, só que a Arqueologia seria a sua parceira e juntas formariam o par necessário ao resgate e comprovação pela qual tanto se ansiava: a escravidão foi uma instituição cruel, injusta e extremamente violenta.

Recentemente, a dissertação de mestrado defendida pelo arqueólogo Reinaldo Bernardes Tavares, atualmente pesquisador do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Memória e Pesquisa Pretos Novos, trouxe nova luz à questão arqueológica, no tocante ao espaço que o cemitério ocupava. A dissertação intitulada “Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial” junto ao programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), sob a orientação da prof^a Dr^a Tânia Andrade, demonstrou que, de fato, o espaço reservado para os sepultamentos era muito menor do que imaginávamos.

Imbuído da necessidade de uma melhor delimitação espacial do sítio arqueológico – em virtude do processo de revitalização da Zona Portuária, iniciada em 2010, e da importância da necrópole como único cemitério exclusivo para escravos conhecido na América –, Reinaldo passou a utilizar toda a metodologia necessária para o esclarecimento acerca da posição real do cemitério. Este era o primeiro momento em que a Arqueologia se deparava com a possibilidade de encontrar ossadas e artefatos arqueológicos desde o “salvamento” realizado em 1996.

Após a execução de “uma série de poços-testes” (Tavares, 2012, p. 97), “poços de sondagem”, cotejamento de mapas e fontes históricas e a aplicação da metodologia pertinente ao campo arqueológico, Reinaldo Tavares concluiu que o terreno deveria ter cerca de 4.235 m² e não os supostos 690m² (levando em conta somente a informação do muro em 50 braças em quadra). O que, de todo modo, não inviabiliza a proposta de que o espaço era pequeno para tantos sepultamentos em tão pouco tempo, já que a inumação era realizada, na sua totalidade, em valas comuns, que eram necessariamente retrabalhadas para receberem mais corpos. Portanto, o processo de destruição dos ossos mostrou-se extremamente violento, pois foram encontrados ossos queimados, calcinados e quebrados espalhados pela superfície da necrópole. Era necessário reduzir ao máximo o volume dos remanescentes ósseos para que novos corpos pudessem, em tão pouco tempo, dar entrada na sepultura coletiva.

A pesquisa encontrou também um sítio de contato indígena, possivelmente um acampamento de pesca, o que demonstra que a região do Valongo foi uma importante via de acesso para os diversos colonizadores portugueses que se mesclaram aos indígenas no mesmo espaço, já que foram encontradas cerâmicas indígenas tupi-guarani ao lado de cerâmicas europeias.

Um sítio pré-histórico, batizado de Sambaqui do Propósito, também foi encontrado muito próximo ao cemitério dos Pretos Novos, apesar de ser um sambaqui residual - portanto quase totalmente destruído para a fabricação de cal virgem durante o período colonial -, ainda havia no seu interior finas lascas de quartzo (utilizadas como lâminas), restos de ossos

de peixe queimados (alimentação) e conchas diversas (bivalves e gastrópodes). O sambaqui é descrito, de forma simplificada, pela literatura arqueológica como um amontoado artificial de conchas construído por uma civilização pré-migração tupi-guarani que habitou a costa brasileira por volta de 6.500 anos AP (antes do presente). De acordo com MaDu Gaspar (2004), são vestígios muito mais complexos e que contam, arqueologicamente, uma boa parte da história do povoamento das Américas:

Os sítios são caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 30m de altura. São construídos basicamente com restos faunísticos como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que determinadas áreas dos sítios foram espaços dedicados ao ritual funerário e lá foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades. Contam com artefatos de pedra e de osso, marcas de estadas e manchas de fogueiras, que compõe uma intrincada estratigrafia. Os restos que mais sobressaem na composição dos sambaquis são as conchas (Gaspar, 2004, p. 9-10).

Durante as pesquisas, no momento da reforma do salão que iria abrigar o memorial dos Pretos Novos, tanto na sondagem 02, quanto na sondagem 03, foram encontrados vários fragmentos de artefatos que, normalmente, não estão associados a um cemitério, os quais Tavares não pode se furtar a analisar e, após todos os cuidados metodológicos, afirmou ali haver:

Fragmentos de cerâmica, de faiança inglesa, portuguesa, fragmentos de metal ferroso e restos alimentares. Tudo estava misturado, não somente corroborando uma das nossas duas hipóteses, mas ampliando a sua abrangência. Pois, se imaginávamos que o terreno da antiga necrópole havia sido utilizado como depósito de detritos urbanos, após o seu fechamento, constatamos que ele foi utilizado como depósito de lixo urbano ainda durante o seu uso, o que ao nosso ver, é simbolicamente muito mais grave (Tavares, 2012, p. 136).

Foram encontrados também contas de vidro, miçangas brancas e azuis, além de ossos de animais (restos alimentares depositados como lixo urbano), fragmentos de material construtivo (telhas, tijolos e pedras de mão) e fragmentos de cultura material africana. Mas uma coisa nos chamou atenção por serem indícios da individualidade dos povos africanos. Como ele mesmo afirma:

Surpreendentemente também, encontramos pequenas contas de vidro e miçangas que estavam espalhadas no solo. Neste caso, não se tratava de lixo urbano, mas sim de fragmentos da cultura material dos africanos submetidos à escravidão, os pretos novos. Foram encontradas miçangas brancas e azuis (de diversas tonalidades), além de contas vermelhas, verdes, brancas e azuis (Tavares, 2012, p. 138).

Os ossos dos escravos estavam deixados sem nenhuma organização espacial, torcidos, queimados em diferentes graus de exposição ao fogo (cremados, carbonizados e calcinados), quebrados, lascados, soltos no solo sem nenhuma conexão anatômica. Aqui, arcadas dentárias

em meio a ossos longos; ali, ossos curtos com o indicio de terem sido quebrados após a descarnação; mais adiante, fragmentos de crânios em meio a artefatos variados; lá, ao mesmo nível do solo, restos de animais e detritos urbanos. Tudo isso à mostra em um pequeno espaço, uma janela arqueológica de 1,0 m² (sondagem 03) que nos leva diretamente ao passado, dando-nos o poder de observar em loco as atrocidades cometidas durante a escravidão. Não era necessário abrir mais nada, essas duas únicas sondagens, a primeira de 4m² e a segunda de 1,0 m², revelavam o contexto descrito pelas fontes relativas ao cemitério dos Pretos Novos, que davam conta de um terreiro revolvido e juncado de ossos mal queimados.

Nas sondagens externas foram encontrados fragmentos que corroboram a contemporaneidade com o período de utilização do cemitério dos Pretos Novos e a crescente ocupação urbana da região, pois “uma cultura material dos séculos XVIII e XIX, que incluiu louças, cerâmicas, metais, ossos de animais, diversas conchas e carapaças de moluscos” (Tavares 2012, p. 105) do período em que o cemitério Pretos Novos ainda estava em funcionamento.

Já os restos de fauna marinha encontrados durante as pesquisas realizadas na década de 1990 e em 2011 são provenientes da proximidade da necrópole com o sambaqui, nada tendo de uso ritual africano e de elementos naturais do solo, como inicialmente os arqueólogos supunham. Foram introduzidos de forma contaminante em toda a estratigrafia do solo pela própria exploração do sambaqui, como recurso mineral durante a atividade de caieiras (usinas de beneficiamento de cal virgem através da queima de conchas e moluscos) que existiam na região. Portanto, já estavam espalhadas pelo solo antes do início das atividades do cemitério e foram misturadas com os restos mortais no trabalho de escavação e re-aterro contínuo dos coveiros.

Recentemente também, o Projeto *Por uma antropologia biológica do tráfico de escravos africanos para o Brasil: análise das origens dos remanescentes esqueléticos do cemitério dos Pretos Novos*, Rio de Janeiro, através da análise isotópica de estrôncio, reuniu pesquisadores da FIOCRUZ, da UFRJ e do IAB com o propósito de encontrar indícios que pudessem mapear o continente africano, através dos restos de estrôncio ainda presentes nos restos mortais dos africanos inumados no cemitério dos Pretos Novos. A equipe, coordenada por Ricardo Ventura Santos, formada pelos pesquisadores Sheila Mendonça de Souza, Murilo Quintana Bastos, Glauca Malerba Sene e Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho publicou um artigo na *Revista Ciência Hoje*, nº 291, texto que analisa parcialmente os dados encontrados.

Através da análise do estrôncio estes pesquisadores chegaram à conclusão de que os pretos novos, inumados naquele campo santo, vieram de diferentes áreas do continente africano, reforçando a afirmativa de que a necrópole é, de fato, constituída por pessoas de origem africana (Souza et al, 2012). Além disto, tanto essa pesquisa quanto a de Tavares revelaram as diversas doenças que os escravos sofreram em vida, atestando o faceta violenta da escravidão.

Conclusão

Finalmente, podemos ressaltar que o estudo do cemitério dos Pretos Novos pode, em certa medida, não apenas revelar como eram as práticas das inumações no Brasil, pelo menos do século XVII aos meados do XIX, mas também revelar o caráter cruel da escravidão brasileira. Entrementes, a redescoberta do referido cemitério trouxe luz e fôlego para as pesquisas historiográficas na medida em que esta passou a contar com a ajuda de outros campos de saberes.

Neste processo de descoberta e divulgação, o cemitério dos Pretos Novos é peça central dentro deste debate, uma vez que permanece como um memorial de um passado outrora esquecido e como fonte riquíssima sobre o processo histórico de degradação do ser humano, sofrido pelos africanos escravizados no Brasil. Contudo, apesar de torcidos, retorcidos, queimados, descarnados, desarticulados, despedaçados, pulverizados pela ação da queima, jogados e amontoados, ressurgem como indícios de um tempo em que pessoas eram sequestradas em sua terra natal e vendidas como “coisas”; assassinadas em decorrência de uma vida extremamente atribulada, tinham seus restos mortais deixados à flor da terra em um terreno baldio sob o nome de “campo santo”. Enquanto espaço, o cemitério dos Pretos Novos é mais que uma testemunha a céu aberto: é o indício cabal do famigerado tráfico negreiro e os ossos, que jazem ali, são muito mais do que relíquias abertas à visitação, são provas do que um ser humano pode fazer a outro.

Nota

“Pretos novos” ou “boçais” era a denominação dada aos escravos recém-chegados da África, no Brasil, assim que desembarcavam no porto. Logo que eram vendidos ou aprendiam a o português passavam a ser chamados de “ladinos”. Para este trabalho

damos preferência ao termo “pretos novos” por que a documentação assim o trata e porque queremos marcar esta posição dentro da historiografia acerca da escravidão.

Referências Bibliográficas

- CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911. Coimbra: Editora Minerva, 1999.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Editora Bertrand Brasil, 2000.
- FLORENTINO, Manolo G. *Em Costas Negras*: um história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FREIREYSS, G. W. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- GASPAR, MaDu. *Sambaqui*: arqueologia do litoral brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LAMARÃO, S. T. *Dos trapiches ao porto*: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sec Municipal de Cultura, 1991.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da S. *À flor da terra: o cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamnd/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1997.

REIS, João José. *O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista*. In: ALENCASTRO, Luis Felipe. *História da vida privada no Brasil* São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 95-141.

RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, DGD, 1997.

SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SLENES, Robert W. *"Malungu, Ngoma Vern!" África coberta e descoberta no Brasil. Cadernos do Museu da Escravatura*. Luanda: Ministério da Cultura, 1995.

SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Sheila et al. Cemitério dos Pretos Novos: técnicas modernas ajudam a compreender questões da escravidão. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 291, p 22-27, abril de 2012.

TAVARES, Reinaldo B. *O cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), Rio de Janeiro, 2012.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: EDUSP, 1985.

Recebido em 27/06/2014



A cidade-capital: a centralidade do Rio de Janeiro no contexto do Império Ultramarino português

The capital city: the centrality of Rio de Janeiro in the context of the Portuguese Overseas Empire

Rosane dos Santos Torres

Licenciada em História pela UERJ

Mestre em História Social pela UERJ

Especialista em História do Brasil Colonial pela FSB/RJ

Professora nas redes pública e privada de ensino

rose.hist2@gmail.com

RESUMO: O artigo tem por objetivo refletir sobre o processo de construção da *capitalidade* da cidade do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva de que tal centralidade não se inicia no século XIX, mas faz parte de um longo processo no qual estão presentes diferentes fatores, sejam eles políticos, econômicos, religiosos ou culturais. A proposta é discutir os meandros da importância conquistada por essa região diante do contexto territorial que formava o Império Ultramarino português através da análise das narrativas de alguns viajantes que percorreram os múltiplos espaços sociais dessa cidade. Com base nesse entendimento, procura-se ressaltar a mudança de *status* da cidade, após a descoberta de ouro na região das minas e as impressões de alguns viajantes e memorialistas sobre o cotidiano da cidade. Busca-se analisar o contexto em que se fez necessária a mudança do centro político do poder régio, de Lisboa para o Brasil, propondo um deslocamento da ideia que essas transformações têm origem na “época de ouro” da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Discute-se seu estatuto de praça comercial, cujos contatos extrapolavam seus limites “regionais” e alcançavam importantes e longínquas fronteiras atlânticas.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; cidade-capital; Império Ultramarino português

ABSTRACT: *This article aims to reflect on the process of construction of Rio de Janeiro's status as a capital city, based on the notion that this centrality did not begin in the 19th century, but was instead part of a long process in which several different factors, whether political, economic, religious or cultural, were at play. We propose to discuss the tortuous routes that led to the importance attained by the region in question, in the territorial context of the Portuguese Overseas Empire, by analysing the narratives of a few travellers who passed through the city's many social spaces. Based on this understanding, we attempt to highlight the city's change of status after the discovery of gold in the mining region, as well as the impressions of some travellers and memoirists on the city's daily life. We attempt to analyse the context in which it became necessary to move the seat of royal power from Lisbon to Brazil, thus proposing an idea different from the one suggesting that these changes originated in the “golden age” of the city of São Sebastião do Rio de Janeiro. We discuss its statute as a commercial centre, whose contacts went beyond its regional limits and reached important and faraway Atlantic borders.*

Keywords: *Rio de Janeiro; capital city; Portuguese Overseas Empire*

Rio de Janeiro, cidade a mais ditosa do Novo Mundo! Rio de Janeiro, aí tens a tua augusta rainha, e o teu excelso príncipe com a sua real família, as primeiras majestades, que hemisfério austral viu e conheceu. Estes são os teus soberanos e senhores, descendentes e herdeiros daqueles grandes reis, que te descobriram, te povoaram, te engrandeceram, ao ponto de seres de hoje em diante a princesa de toda a América e Corte dos senhores reis de Portugal.

(Luiz Gonçalves dos Santos, 1808)

“A cabeça do Império”

A transferência da monarquia portuguesa para o Brasil pode ser considerada um momento de grande importância para a história política da cidade do Rio de Janeiro. Mas não foi apenas no aspecto político que a mudança espacial da “cabeça do Império” se fez fundamental. Questões econômicas, culturais e sociais também fazem parte desse processo delicado de sustentação da cidade como “capital do Império Ultramarino português”, lugar que dotava a urbe carioca de um *status* diferenciado, distinto em relação às demais regiões que davam forma ao país. Uma posição, no entanto, que fora conquistada muito antes de 1808 (Bicalho, 2006).

Neste artigo serão abordados alguns aspectos desse complexo processo em que a cidade, “que se tornou capital da América portuguesa em 1763”, transformou gradativamente “seus espaços, passando de uma pequena vila – cercada de aldeamentos indígenas – à cidade que se fez fortaleza contra corsários, até alcançar a cidade portal do Atlântico no final do século XVIII” (Gomes, Farias e Soares, 2003, p. 65). Nas mudanças sofridas, comerciantes, negociantes, religiosos, agentes metropolitanos, indígenas, africanos, senhores de engenho e populares desempenharam cada qual o seu papel na “construção” do Rio de Janeiro. A partir do envolvimento desses atores com a cidade surgiu uma metrópole.

Uma metrópole atlântica. Em parte definida pela Coroa, mas também definidora das lógicas coloniais dos últimos séculos, seja nas instâncias e agências de poder, seja na arquitetura ou na cultura urbana original gestada. Viajantes contribuíram com seus relatos desde o final do século XVII. O certo é que o Rio de Janeiro não nasceu no século XIX, como querem alguns. (...) A cidade, que afinal recebeu a família real portuguesa, não era tábula rasa (Gomes, Farias e Soares, 2003, p. 65).

Mesmo entre os contemporâneos do século XIX, há aqueles que defendem o “engrandecimento gradual” da cidade, cuja gênese remonta ao século XVII, período em que foram descobertos os primeiros sinais de ouro. Assim descreve Luiz Gonçalves dos Santos, o padre Perereca¹:

Escassos e vagarosos foram os progressos da cidade até os fins do século XVII, no qual se descobriram as tão famosas Minas Gerais, onde os paulistas acharam ouro, e pedras preciosas; e como a sede do louro metal fizesse concorrer Portugal, e de várias partes muitos aventureiros, e negociantes, e o Rio de Janeiro fosse a porta principal, por onde se entrava neste rico país, desde logo começou esta cidade a engrandecer-se em povoação, e edifícios; como também em comércio, e riqueza, donde procedeu merecer dos senhores reis de Portugal uma maior atenção e estima (Santos, 1981, p. 35).

Mas é no decorrer do Setecentos que o memorialista acredita ter havido um “maior progresso” no *status* da cidade. Para ele, superada a invasão francesa, cujo resgate valeu a “soma de seiscentos e dez mil cruzados, cem caixas de açúcar, e duzentos bois para o fornecimento de sua esquadra”

[é que] os fluminenses [recobram] o sossego, e paz, [e] rapidamente se restabeleceu a cidade dos males da injusta invasão, que, não respeitando ainda mesmo o sagrado, havia reduzido à última miséria os seus habitantes, e começou a florescer cada vez mais, a ponto de merecer do senhor rei D. José a honra de ser capital do Brasil, transferindo para ela a sede dos vice-reis, em 1763; mas no governo dos vice-reis marquês do Lavradio, e Luiz Vasconcelos de Sousa, é que propriamente a cidade do Rio de Janeiro fez o maior progresso em edifícios, regularidade de ruas, e civilização dos seus moradores, como também na extensão do seu comércio, agricultura, e alguns ramos da indústria, e no aumento de sua população (Santos, 1981, p. 36).

Levando-se em conta sua descrição, pode-se afirmar que, na passagem do século XVII para o século XVIII, a cidade de São Sebastião já despertava a atenção das autoridades metropolitanas e o interesse de comerciantes e negociantes que a utilizavam como “porta principal” em seus negócios². Nesse período é que se tem, portanto, a gênese da “constituição” da centralidade do Rio de Janeiro como espaço articulador da região centro-sul da América portuguesa, o que lhe valeu “a inveja das potências europeias”, sobretudo a “cobiça dos franceses”. Nesse sentido, a descoberta dos primeiros sinais de ouro assume um peso fundamental, visto que o fluxo de homens e de produtos que dela resultou, favoreceu a ampliação da importância do Rio de Janeiro como “mediador” nas transações inter-regionais. E o passar dos anos só contribuiu para enraizar essa posição.

Ao discutir sobre a formação das cidades, Priscilla Soares Gonçalves (2011) destaca o sentido que a palavra possuía no século XVIII. Para entender o conceito de cidade nesse período, a autora recorre ao dicionário do padre Raphael Bluteau, que a define como “multidão de casas distribuídas em ruas e praças, cercadas de muros e habitadas de homens, que vivem em sociedade” (Bluteau apud Santos, 2011, p. 2). A partir dessa perspectiva, podem ser consideradas as análises feitas por José Luís Romero (2009), para quem uma das características marcantes na elaboração das cidades americanas é o fato de as mesmas terem sido ordenadas a partir dos fortes. Isto porque, durante o processo colonizador, os conquistadores tiveram de se confrontar com as dificuldades da natureza local e lutar contra

as hostilidades de vários grupos indígenas. Sem contar, é claro, as disputas havidas entre os colonizadores pela posse das terras.

Logo, o perfil “geográfico” dessas aglomerações, “cercadas de muros e habitadas de homens”, assume um lugar destacado na construção desses espaços. Proteger as cidades de ataques externos tornava-se um elemento agregador de atenções, de modo que os cuidados com a defesa da região sedimentou-se como uma das palavras de ordem na execução de medidas engendradas pelas autoridades a fim de resguardá-la de possíveis invasões. As fortalezas sinalizavam um dos investimentos mais imediatos dos dirigentes locais que, a tirar pelo exemplo da invasão francesa, embora não impedissem as investidas do inimigo, buscavam minimizá-las ao máximo.

Para além da feição “fortificada”, imputada a essas cidades, entretanto, há que se mencionar também o aspecto comercial, em que essa região, no caso da cidade do Rio de Janeiro, especialmente a baía de Guanabara, erguia-se como um porto natural, por onde passavam homens, produtos e bens. Seria o que Romero (2009) chama de “cidade-empório”. Para o autor, o aspecto econômico se constituiu, embora não unicamente, em um elemento ordenador na elaboração das cidades americanas setecentistas.

Em relação à cidade de São Sebastião, seu caráter mercantil e sua vitalidade como redistribuidora de produtos para outras regiões da América portuguesa, de fato, são elementos que a denotam de um papel de centralidade no conjunto do Império luso. Com a mineração, o Rio de Janeiro se colocava como principal porto de escoamento do ouro. Não por acaso, Duguay-Trouin, um corsário do rei de França, Luís XIV, reuniu uma expedição para saquear a cidade. Seu objetivo era conquistar a cidade em setembro de 1711. De seu ataque, no qual foram saqueadas igrejas, fortalezas e casas, resultou o pânico que se instalou entre os moradores e o prejuízo dos cariocas, que tiveram de pagar um elevado resgate pela cidade.

Segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio (2013, p. 1), “ironicamente, seu ataque é uma espécie de ‘reconhecimento internacional’ da importância da praça carioca nesse valioso comércio”. E sobre o lugar ocupado pelo Rio nessa função, “é o governador Luís Monteiro, alcunhado de “O Onça”, quem vai definir melhor a relação entre a cidade e a região mineradora, mais de uma década depois do ataque francês”. Nas palavras de Monteiro: “Esta terra é hoje um Império, donde carrega todo o tráfico da América, e descarrega todo o peso, e aviamento dos governos das Minas Gerais e São Paulo” (Sampaio, 2013, p. 1).

Com base em seu relato, pode-se dizer que, desde o início do século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro consegue ultrapassar a cidade de Salvador como principal porto e centro comercial da Colônia. Ainda que tal mudança não tenha ocorrido de maneira imediata, seu deslocamento é incontestável e pode ser acompanhado por meio das transações comerciais que por ali se estabelecem. “Aos poucos, a Baía de Guanabara se torna o destino principal tanto dos navios que saem de Portugal quanto daqueles que vêm da África, trazendo os escravos que iriam, entre outras coisas, produzir mais ouro” (Sampaio, 2013).

Ao trabalhar o caráter mercantil da cidade do Rio de Janeiro na passagem do século XVIII para o século XIX, João Fragoso e Manolo Florentino (2007) fizeram um balanço do comércio através do porto do Rio entre os anos de 1803 e 1805. Segundo os autores, do Reino compravam-se sobretudo panos: desde chita, baetões, fitas de seda e de veludo, até gangas de algodão e rendas. Logo após vinham os vidros, as bulas, a aguardente, as drogas e as espingardas. De outras partes da Europa, mas sempre através dos portos metropolitanos, adquiriam-se principalmente tecidos ingleses, mas também bretanhas de Hamburgo e veludos e cetim da França. Da Ásia vinham os têxteis e as especiarias (noz-moscada, canela, pimenta, chá, cravo). De outras partes do Brasil também eram comprados não apenas comida, mas também outros gêneros: desde a carne salgada do Rio Grande até o algodão e o fumo de Minas Gerais (através dos portos do sul fluminense).

De acordo com Sampaio (2013), mais do que o “metal amarelo”, foi a criação de um amplo mercado consumidor nas regiões auríferas que transformou rapidamente a economia fluminense e redefiniu o seu papel nos quadros do Império. Na medida em que o governador Antônio Brito Meneses considerava “a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro opulenta mais que todas as [cidades] do Brasil”, ele reiterava seu papel de centralidade que, em razão de seu largo comércio, possibilitou uma nova e pujante configuração dentro do sistema mercantil imperial.

A partir dessa nova conjuntura,

o sistema de comércio interno (...) garantia aos poderosos negociantes o acesso direto ao ouro, que era então usado como pagamento das mercadorias nas regiões mineradoras. Ironicamente, o fato de os mineradores dependerem dos homens de negócio para adquirir escravos, ferramentas e diversos outros produtos fazia com que o Rio fosse um grande beneficiário da atividade mineradora, muito mais do que as próprias minas (Sampaio, 2013, p. 1).

Nesse sentido, é cabível defender que a descoberta de ouro e a conseqüente colonização das “Minas Gerais” foram essenciais, tanto para os comerciantes cariocas quanto para a afirmação da cidade do Rio de Janeiro como um espaço vital para o Império português. Tal compreensão é sugerida pelos registros da época. Em junho de 1765, por exemplo, D. Luiz Antônio de Souza, governador da capitania de São Paulo, ao se corresponder com o conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, fez a seguinte declaração:

(...) por tudo o que tenho observado, considero hoje o Rio de Janeiro a chave deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Minas com o interior do país, ficando por este modo sendo [sic] uma das pedras fundamentais em que se afirma a nossa Monarquia e em que [se] segura uma parte muito especial de suas forças e das suas riquezas (Ahu apud Bicalho, 2006, p. 2).

Ressalte-se, porém, que todo o incremento mercantil significou o surgimento de novas oportunidades de enriquecimento para aqueles que se dedicavam ao comércio; seja em

Portugal ou na Colônia. Segundo Sampaio, parte do comércio colonial era controlada por comerciantes locais – tanto no comércio com a Europa quanto com a África. Desde o século XVII, o domínio dos comerciantes coloniais no controle do tráfico de escravos já era grande. O efeito provocado pela descoberta de ouro só fez aumentar esse controle. No início do século XVIII, então, “surgiram algumas fortunas que impressionavam por seu tamanho e que tinham em comum a origem no trato mercantil” (Sampaio, 2013, p. 2). As impressões registradas pelo viajante inglês John Byron³, em 1764, reforçam essa perspectiva:

Residem, no Rio de Janeiro, negociantes de grosso calibre, atraídos que foram pelo florescimento do comércio na cidade. A cada ano, entram no porto de 40 a 50 navios vindos de Lisboa e de outras partes do Brasil. Além desses, arribam aqui alguns navios vindos da Costa da África e pequenas embarcações provenientes dos portos vizinhos. Os navios europeus vêm carregados de couros, telas, tecidos de algodão, seda e lã, chapéus, meias, ferro, quinquilharias, estanho, utensílios de cozinha e outras mercadorias; quando retornam, levam açúcar, tabaco em rama, pau-brasil e outras madeiras de tintura, plantas medicinais, tábuas, peles cruas, azeite de baleia etc. (França, 1999, p. 112).

Diversificando seus investimentos, esses “homens de posse” marcaram sua presença em diferentes frentes. Além de grandes comerciantes, eles se tornaram igualmente grandes proprietários urbanos, e passaram a construir ou comprar as melhores residências cariocas. Além disso, passaram a adquirir inúmeras propriedades urbanas, fosse para guardar suas mercadorias, fosse para alugar para terceiros. Grandiosos sobrados, erguidos e mantidos na principal área comercial da cidade, a rua Direita, eram utilizados pelos grandes comerciantes para controlar seus negócios com Portugal, Angola, Costa da Mina, Bahia, Ásia e o Rio da Prata. Trata-se de um grupo específico de comerciantes, os chamados “homens de negócio”, os quais se envolviam no comércio marítimo de longa distância que, além de muito lucrativo, era bastante arriscado (Sampaio, 2013, p. 2).

O comércio de “mar em fora” envolvia grandes recursos. Quanto aos riscos, havia o contratempo dos naufrágios e a ameaça de piratas e corsários. Em relação ao tráfico de escravos, o grande perigo era a mortalidade durante as travessias oceânicas, o que poderia significar a diferença entre o lucro e o prejuízo em uma viagem. Para Sampaio (2013), o desempenho no comércio de longa distância garantia uma posição de poder a esses “homens de negócio”: eram eles que controlavam o acesso da população colonial a bens de grande valor, fossem esses bens produtos manufaturados europeus ou, nos quadros da dinâmica de uma sociedade escravista, escravos africanos. E, a tirar pelos riscos e pelo tempo que tal comércio acarretava, poucos eram os que podiam a ele se dedicar. De fato, os que conseguiam, constituíam o topo desse grupo mercantil.

A atuação desse destacado grupo é discutida por outros autores, os quais destacam os fatores que levaram ao crescimento da economia do Rio de Janeiro durante o século XVIII. Entre os estudiosos sobre o assunto, ressaltam-se os trabalhos de João Fragoso e

Manolo Florentino (2001), os quais defendem ter havido uma “mudança de cenário” com a “corrida pelo ouro”. A atração provocada pelas Minas transformou a Praça do Rio em importante centro mercantil da Colônia e, conseqüentemente, seu porto foi elevado à categoria de principal da América portuguesa. De tal modo, o que se vê a partir de meados do setecentos carioca é a predominância do capital mercantil e a ascensão de um novo grupo socioeconômico: os comerciantes de grosso trato. Isto é, negociantes, geralmente, “inseridos simultaneamente no tráfico internacional de escravos, no abastecimento interno e nas finanças coloniais” (Fragoso, 1992, p. 34).

Segundo Sampaio, a chave para compreendermos como o Rio de Janeiro adquire tal importância está, ao menos em parte, nos “contratos das entradas” realizados para a região das Minas Gerais.

[Por meio deles, é possível perceber] que os caminhos Novo e Velho, que tinham sua origem na capitania fluminense, apresentam durante todo o período analisado importância bastante superior à do caminho do sertão, utilizado por Bahia e Pernambuco para abastecer as Gerais. A diferença entre os valores de ambos os contratos é crescente, passando de 22% em 1727 para quase 50% na década de 1740. Tais dados mostram que o Rio de Janeiro se firmou desde cedo como principal centro abastecedor das áreas mineradoras, e tendeu a reforçar esse papel ao longo da primeira metade do setecentos (Sampaio, 2003, p. 151).

Outro fato bastante significativo nesse processo tem a ver com o comércio entre Rio de Janeiro e Angola⁴. A questão que mais se destaca nos intercâmbios realizados entre as duas regiões é o papel “progressivamente majoritário” que a praça carioca passou a desempenhar no tráfico setecentista. A demanda por escravos das regiões mineradoras ajudou não apenas a consolidar, mas – e sobretudo – a ampliar uma presença que era crescente desde o final do século anterior. Enquanto no período seiscentista, “o porto carioca se via prejudicado pela concorrência nordestina”, no século XVIII o Rio adquire grande importância no tráfico de cativos, o que fez crescer “o interesse metropolitano em controlá-lo, a ponto de um conselheiro ultramarino propor a criação de uma companhia que o monopolizasse” (Sampaio, 2003, p. 167).

Tal iniciativa permite reafirmar a perspectiva defendida por Maria Fernanda Bicalho (2003), para quem a cidade de São Sebastião exercia uma posição destacada dentro do território controlado pela monarquia lusa, mesmo antes da transferência da família real, em 1808. Um indício desse ponto de vista se tem com a própria transferência da sede do vice-reinado, de Salvador para o Rio de Janeiro, no ano de 1763. Segundo a autora, no decorrer do século XVII, a cidade já teria se afirmado como importante núcleo articulador de múltiplos espaços fossem eles territoriais ou atlânticos. E, no transcorrer do século XVIII, tal centralidade foi progressivamente reforçada.

Rio de Janeiro, *cidade-capital*

Para Marly Motta (2004, p. 9), centros da autoridade do Estado, dos órgãos do governo e da administração pública, monopolizando a arte e a cultura, coordenando as principais rotas de comércio e a distribuição de recursos financeiros, comandando o movimento militar, as cidades-capitais revelam-se um objeto muito atraente para um determinado tipo de abordagem que as interpreta “como lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando (...) o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar da memória”.

Longe de inaugurar tal fenômeno, a cidade do Rio de Janeiro acompanhou um movimento, cuja gênese remonta ao estabelecimento das modernas cortes dos príncipes, ao longo do século XVI. Segundo Catarina Madeira Santos (1999, p. 30), de um modo geral, as cidades capitais da Europa, despontam no século XVI, acompanhando um processo que, durante o século XVII, se tornará irreversível. Para ela, “o conceito de capital quinhentista corresponde ao culminar de um processo pelo qual a Corte passa a ter uma ligação privilegiada e unívoca com um espaço – uma cidade”.

Desse modo, uma determinada cidade exercia domínio sobre um reino, na medida em que ela abrigava a Corte régia e a sua cabeça, isto é, o próprio rei. Se o príncipe é a cabeça do corpo político do reino, o lugar onde ele vive, conseqüentemente, se transforma na “cabeça” desse mesmo reino. Essa coincidência (entre cabeça do reino e cabeça do corpo político), do ponto de vista espacial, significou, dentro da dinâmica quinhentista, sua fixação em um centro urbano. Esse movimento está intimamente relacionado a uma administração centralizada, marcada pela complexificação do aparelho político e sua conseqüente burocratização, o que se contrapõe verticalmente à itinerância medieval, em que as cortes medievais acompanhavam o monarca em seus deslocamentos pelo reino.

A autora ressalta ainda que o aparecimento das cidades-capitais, na Europa do século XVI, não pode ser separado da gênese do chamado “Estado Moderno”. Um conceito que, para os séculos XVI e XVII, ela prefere utilizar como sinônimo de “monarquia corporativa”, onde é presente a existência de um pluralismo jurídico, em que o rei e a administração central constituem somente um dos polos do complexo aparelho político que então se estabelece.

Assim, o sentido da *capitalidade*, no quadro de um Estado Moderno, em que o rei passa a assumir o exercício de um conjunto cada vez maior de poderes (respeitando-se a presença e o papel de outras instâncias jurídicas, em cada Estado), está fortemente relacionado à existência de um centro polarizado, capaz de promover mecanismos de unificação nas relações de poder entre as diferentes partes constituintes do reino. Relações essas que se estabelecem entre o centro – a cabeça do reino – e o restante do território sobre o qual ele mantém sua influência.

No entanto, ao analisar a cultura política e as formas de organização e representação do poder na *cidade-capital*, Catarina Madeira Santos afirma que o conceito de *capitalidade* não possui apenas uma dimensão. Para a autora,

(...) só podemos falar de capitalidade na condição de este centro chegar a repercutir a sua influência num determinado espaço, ou seja, sobre um Estado, independentemente da configuração que este assuma. Há, portanto, a considerar uma vertente dinâmica, expressa na capacidade que o centro tem de estruturar e estabelecer hierarquias no interior de um território e com ele sustentar ligações. Trata-se, afinal, de analisar a rede sobre a qual se realiza a articulação entre o centro e as suas periferias (Santos, 1999, p. 23).

É, então, a partir desse entendimento que, ao examinar os textos produzidos por viajantes e memorialistas, durante o século XVIII e início do XIX, se pode considerar o fenômeno ocorrido na cidade do Rio de Janeiro; fenômeno este apreendido em duas perspectivas. É inegável o papel assumido e desempenhado pela cidade, a partir de 1808, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Ao se tornar sede do poder central, a antiga Colônia substituiu Lisboa e transformou-se em cabeça do Império Ultramarino português, seguindo a definição quinhentista de estabelecimento dos estados absolutistas, cuja lógica definia: “onde está o rei, está a cabeça do reino”. Apesar dessa compreensão, de acordo com Maria Fernanda Bicalho (2003), é preciso ressaltar que tal *capitalidade*, ou ainda, que a centralidade desempenhada pelo Rio, cidade-capital, fora conquistada muito antes desse deslocamento geográfico. Ela é anterior à chegada do príncipe regente e seu séquito real, tal como fazem supor os textos produzidos por viajantes e memorialistas sobre a cidade.

A noção e a experiência de *capitalidade*, relacionadas ao Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, referem-se ao seu papel na articulação política e econômica do reino, “assim como de defesa do território central e meridional da América, além de ser o principal porto do Atlântico sul”. Isto é, “por ser *cabeça* do Estado do Brasil e centro de articulação de fronteiras, territórios, redes de interesses e negócios no Atlântico sul, cabia à cidade do Rio de Janeiro a defesa do patrimônio, tanto régio, quanto de seus vassalos ultramarinos” (Bicalho, 2006, pp. 19-20).

Ao considerar o estatuto de centro articulador do Rio de Janeiro colonial, possuidor de uma vasta rede territorial e oceânica, Maria Fernanda Bicalho defende que, assim que se estabeleceu a cidade, seu recôncavo foi logo povoado por fazendas e engenhos. Apesar disto, a capacidade articuladora da cidade “ia muito além do recôncavo da Guanabara”.

Sua posição litorânea e meridional no seio da América (que se tornaria portuguesa) proporcionou-lhe, a partir do século XVII, condições excepcionais de trânsito entre as possessões espanholas do estuário do Rio da Prata e os enclaves negreiros na África, conferindo-lhe uma dimensão aterritorial, atlântica. Durante a União Ibérica (1580-1640), por força do direito do *asiento* – exclusividade de fornecimento de escravos africanos às colônias hispânicas – os portugueses foram pródigos em furar

o bloqueio metropolitano ao comércio intercolonial. Comerciantes sediados no Rio de Janeiro, participando ativamente do tráfico negreiro, tinham acesso privilegiado aos portos da região platina, fazendo surgir (...) o triângulo negreiro Luanda-Rio de Janeiro-Buenos Aires (Bicalho, 2006, p. 7).

Levando-se em conta tal posicionamento, a autora defende que não foi por acaso que o governador Salvador de Sá e Benevides, “ainda na década de 1640, insistisse com D. João IV” sobre a conveniência da colonização das terras ao Sul, até o rio da Prata. No ano de 1676 foi criado o bispado do Rio de Janeiro, com jurisdição até a embocadura do Prata. No entanto, somente três anos mais tarde é que se tem uma Ordem Régia para se erigir um porto fortificado na região. Em 1680, tem-se o estabelecimento da Colônia do Sacramento “e a partir daí o povoamento de Laguna, a criação de vilas em Santa Catarina e, já no século XVIII, a fundação do Rio Grande de São Pedro”, os quais tornaram-se dependentes e tributários do Rio de Janeiro – administrativa, comercial e militarmente (Bicalho, 2006, p. 7).

De maneira promissora, os últimos anos do século XVII testemunharam outra “força centrífuga” que atrairia o Rio de Janeiro rumo ao sertão, sem que isso ferisse seu estatuto de praça comercial e marítima. Muito pelo contrário, a promessa de riqueza vislumbrada pela descoberta do valioso metal, conferiu-lhe, como discutimos anteriormente, maior importância e centralidade, especialmente sob a perspectiva do trato mercantil. A descoberta do ouro inaugurou um novo tempo para o Rio, que se constituiu “em marco fundador de um longo período de prosperidade, multiplicando os sentidos e alargando o raio das rotas percorridas por navios que se faziam ao mar, e comboios que subiam e desciam a serra a partir do e com destino ao Rio de Janeiro” (Bicalho, 2006, p. 8).

Em relação “ao marco fundador de um longo período de prosperidade”, tal perspectiva pode ser “medida” pelas impressões do viajante francês Louis Antoine de Bouganville⁵, que, em julho de 1767, afirma:

O Rio de Janeiro é o principal entreposto e depósito de riquezas do Brasil. As minas, chamadas gerais, distam desta cidade somente 75 léguas. Elas rendem ao rei, todos os anos, através do direito de quinto, ao menos 112 arrobas de ouro; em 1762, os lucros giraram em torno de 119 arrobas. A designação de gerais aplica-se às minas de Rio das Mortes, de Sabará e de Serro Frio. Desta última, além do ouro, extrai-se a quase totalidade dos diamantes provenientes do Brasil (França, 1999, p. 122).

Nesse sentido, pode-se dizer que a *capitalidade* da cidade abarcou perspectivas bastante distintas: em seu processo de centralidade, ao mesmo tempo que chama atenção sua “vocalização” articuladora, expansionista, territorial e atlântica, destaca-se também a intenção de engenheiros militares de tentar enclausurá-la no “interior de trincheiras e muralhas”. Se por um lado a cidade se constituiu em ponto de articulação de toda a região meridional do Império atlântico português, o que lhe permitiu tornar-se um centro aberto à circulação de homens, capitais e mercadorias; por outro, em razão do assédio que sempre sofrera por parte

de corsários e contrabandistas, reiteradas foram as tentativas de funcionários e engenheiros de encerrá-la sob fortalezas.

Desse modo, pode-se dizer que a preocupação com a defesa da cidade foi uma questão fundamental para os contemporâneos dos séculos XVII e XVIII. Fato é que uma das propostas do então governador Duarte Correa Vasqueanes (em 1646), ao escrever ao rei, era que “todos os ministros seculares e eclesiásticos vivessem na parte alta da cidade”. Além disso, “propunha sua reconstrução no interior de muralhas para maior segurança dos moradores e da Fazenda Real diante de toda e qualquer invasão que as potências inimigas porventura intentassem” (Bicalho, 2006, p. 9). O projeto não alcançou êxito. Somente as fortalezas, conventos, igrejas e mosteiros permaneceram no alto dos outeiros.

Por volta de 1704, os cuidados com o território alcançaram redobrado vigor. Em ofício de D. Álvaro de Albuquerque, então governador, alertava-se para a necessidade de se construir uma trincheira que circundasse o território. Nos anos seguintes não faltaram pedidos para que se edificassem fortificações, com o intuito de proteger a cidade das ameaças externas. Alguns anos mais tarde, após o medo vivenciado pelos colonos devido aos ataques franceses de 1710 e 1711,

D. João V recomendava a Francisco de Távora, recém-nomeado para assumir o governo do Rio de Janeiro que, com os engenheiros que levasse em sua companhia e com os demais que encontrasse na colônia, conferisse os pareceres dos seus antecessores sobre as fortificações que deveriam ser construídas para a melhor segurança da praça. Ordenava que começasse sem demora a trabalhar naquelas que se mostrassem indispensáveis para a sua imediata defesa. A 29 de outubro do mesmo ano uma nova carta régia anunciava o envio do engenheiro francês João Massé, “*peessoa de tanta inteligência*” que, de comum acordo com o governador, deveria executar o que fosse mais conveniente para tornar a cidade do Rio de Janeiro inexpugnável (Bicalho, 2006, p. 12).

A defesa do território constituiu-se, então, em uma causa de “peso” para as autoridades, que conviviam com a ameaça de invasores externos. A esse respeito, revelam os memorialistas:

(...) as suas fortificações se fizeram mais capazes de defesa, depois que os franceses por duas vezes a invadiram; porquanto, correndo pela Europa a fama das imensas riquezas das nossas minas de ouro, e da opulência do Rio de Janeiro, onde elas se vinham depositar para se transportarem para Portugal, era a nossa cidade objeto de inveja das potências europeias, e sobretudo excitou a cobiça dos franceses; pelo que, aproveitando-se das dissensões, que haviam entre os gabinetes de Lisboa, e Versalhes, armaram uma esquadra com mil e duzentos homens de tropa de desembarque para virem tomar com um golpe de mão o Rio de Janeiro (...) (Santos, 1981, p. 35).

A partir de meados do século XVIII, especialmente após a transferência da sede do Vice-reinado, a política metropolitana e o cuidado dos governantes em relação à segurança da então “cidade-capital da Colônia” mantiveram seu vigor. Segundo Maria Fernanda Bicalho, na década de 1760, nos ofícios enviados aos vice-reis, não faltavam advertências sobre o cuidado

(...) em conservar as tropas, guarnecer a cidade, fortificar os portos e as marinhas e povoar os territórios incultos e sertões. Os esforços nesse sentido concentravam-se no Rio de Janeiro, de onde deveriam abranger as demais capitanias e partes da América portuguesa (Bicalho, 2006, p. 16).

Dentro desse contexto, pode-se entender tais iniciativas como um sinal da *capitalidade* que o Rio de Janeiro assumiu dentro do território que compunha o Império Ultramarino português. A presença de personagens estrangeiros interessados em observar o cotidiano e a particularidade da cidade e de seus moradores fornecem pistas importantes acerca da centralidade desse espaço social. Por meio de seus registros e impressões tem-se a oportunidade de elaborar um panorama do delicado processo de construção da cidade como “capital” dos domínios portugueses.

Ou seja, de modo sintomático, sua importância foi percebida e afirmada, tal como revelam as fontes consultadas, desde o século XVII. E como se procurou demonstrar ao longo desse artigo, tal compreensão se fez presente no decorrer dos anos, de maneira que, em meados do século XVIII, por exemplo, muitos viajantes reconheciam seu papel no escoamento do ouro e na redistribuição de produtos para outras regiões; no fim do século XVIII, D. Rodrigo de Souza Coutinho já reiterava a importância da cidade do Rio de Janeiro como ponto estratégico no domínio da região sul; e, no início do século XIX, nos “festejos populares” por conta da chegada da família real, padre Perereca também ressalta o caráter pretérito da importância adquirida pela cidade. Afirma ele:

Foi então que a Providência [devido aos progressos conquistados pela cidade no governo dos vice-reis marquês de Lavradio e Luiz de Vasconcelos], como que preparava de antemão esta cidade para altos destinos, inspirou aos sobreditos vice-reis os planos de reforma, e melhoramentos, com que começou a aformosear-se, engrandecer-se, e a fazer mais digna de ser a capital da América portuguesa (Santos, 1981, p. 36).

Como se vê, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro não “nasce” no século XIX. Sua centralidade compreende um processo não contíguo, que traduz importantes questões sobre a construção de seus espaços físicos e sociais, do qual fazem parte diversos fatores, sejam eles econômicos, políticos, religiosos ou culturais. Não há dúvidas de que a transferência da monarquia lusa, em 1808, contribuiu para enraizar seu *status* de *cidade-capital*, *cabeça do Império*; mas nem de longe se pode considerar tal movimento como o início desse fenômeno.

Notas

1- Luiz Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, nasceu em 25 de abril de 1767 e faleceu em 1º de dezembro de 1844. Filho de pai português e mãe brasileira, iniciou seus estudos por volta de 1773. Em sua “vida acadêmica” estudou filosofia, grego, retórica, poética e geografia. Recebendo sua ordenação na década de 1790, lecionou no Seminário da Lapa. Em 1809, assumiu a cadeira de Gramática Latina, lecionando-a até 1825.

2 - A esse respeito, conferir o trabalho de Selma Pantoja (1999, p. 103). Segundo a autora, o Rio de Janeiro estava conectado com outros espaços atlânticos. Durante o século XVIII, o porto da cidade tornou-se “ponto obrigatório no comércio com a África. Navios de menor porte, construídos em estaleiros do Rio, faziam intercâmbio direto com o continente africano”. Além disso, “servia de interposto para toda a região Centro-Sul, e mantinha um ativo comércio com a região espanhola, sob a forma de contrabando”.

3 - John Byron (1723-1786) era oficial de carreira da Marinha Britânica. Destacou-se pela capacidade de liderança e extrema disciplina. Em 1764, quando assumiu o comando do *Dolphin* – fragata de

fabricação inglesa – o navegador já tinha capitaneado diversas embarcações de porte e comandado uma pequena frota de guerra. A fragata permaneceu “arribada” no porto do Rio de Janeiro durante 45 dias.

4 - Ressalte-se, porém, que “Angola não era a única região africana a responder pelo fornecimento de cativos para o Rio de Janeiro, ou para o comércio da capitania com as áreas mineradoras. Apesar da aparente tentativa metropolitana de estabelecer áreas de influência para os dois principais portos da América portuguesa, o Rio de Janeiro não deixou em nenhum momento de possuir um tráfico contínuo de escravos vindos da Costa da Mina. A ideia (...) de uma quase exclusividade de pernambucanos e baianos nesse tráfico precisa ser reconsiderada” (Sampaio, 2003, p. 168).

5 - Louis Antoine de Bouganville nasceu em Paris no ano de 1729. Coursou direito, formando-se em 1762. Um ano mais tarde, alistou-se no exército e participou de algumas missões militares. Em 1754, foi enviado para Londres como secretário de embaixada – permanecendo no cargo por dois anos. Dirigiu-se para o Rio de Janeiro em junho de 1767, permanecendo no porto carioca por 25 dias.

Referências Bibliográficas

- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil pelas Minas do Ouro*. São Paulo: Obelisco, 1964.
- BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *Revista Urbana*. Revista Eletrônica do CIEC/IFCH/UNICAMP, vol. 1, p. 1-20, 2006.
- _____. *A cidade e o Império*. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2007.
- BLUTEAU, Pe. Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Cia de Jesus, 10 Vols., 1712-1728, p. 309.
- COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- DIAS, Maria Odila L. da S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense para concurso de professor titular em História do Brasil. Niterói, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial*. Antologia de textos, 1531-1800. Rio de Janeiro: EdUERJ; José Olympio, 1999.

- FURTADO, Júnia. *Homens de negócio*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- GOMES, Flávio; FARIAS, Juliana e SOARES, Eugênio. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- GONÇALVES, Priscilla Soares. A "invenção" do Rio de Janeiro civilizado: as memórias de Luís Gonçalves dos Santos. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. Apresentação. *Tempo*. vol. 12, nº. 24. Niterói, 2008.
- LIMA, Valéria. *Uma viagem com Debret*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MELO, Mariana Ferreira. "O Rio de Janeiro e o bicentenário da chegada da família Real ao Brasil". Disponível em: www.univcidade.edu/cursos/graduacao/tur/.../transferencia_corte.pdf. Acesso em: 23 de fevereiro de 2013.
- MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- NEVES, Lúcia Pereira Bastos. "Nação". In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- _____. Uma capital em trompe l'oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONGRA, José Gonçalves (orgs.). *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- PANTOJA, Selma Alves. "Três leituras e duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro no setecentos". In: PANTOJA, Selma Alves; SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Angola e Brasil na Rota do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
- ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. "A nobre elite mercante". *Revista de História*. Versão on-line. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista>. Acesso em: 02 de junho de 2013.
- SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a chave de toda a Índia*. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.
- SCHULTZ, Kirsten. "Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821". *Tempo*, vol. 12, nº. 24. Niterói, 2008.

Recebido em 01/04/2014

“Não havia grita...”: política e reformas urbanas no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945)

“There was no shouting...”: politics and urban reform in Henrique Dodsworth’s Rio de Janeiro (1937-1945)

Rafael Lima Alves de Souza.

Mestre e doutorando em História pela PUC-Rio.
prof.rafaelima@gmail.com

RESUMO: Henrique de Toledo Dodsworth esteve à frente da prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, entre os anos de 1937 e 1945. Carioca de nascimento, médico e bacharel em Direito, Dodsworth, que também fora professor do Colégio Pedro II e Deputado Federal pelo Distrito Federal na Constituinte de 1933, assumiu o cargo de prefeito num contexto em que a cidade vivia sob uma dupla demanda: de um lado, estava o anseio, por parte dos políticos locais, de autonomia municipal diante da intervenção em âmbito federal. De outro, estava o clamor por melhoramentos urbanos que estivessem em sintonia com um planejamento de conjunto, de acordo com discurso urbanístico da época. Sufocando o sonho autonomista, Dodsworth levou a cabo intervenções urbanas monumentais sob o pano de fundo do autoritarismo do Estado Novo. O presente artigo tem como objetivo analisar o Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth sob o prisma dessa dupla intervenção, política e urbanística.

Palavras-chave: Henrique Dodsworth; Rio de Janeiro; reformas urbanas.

ABSTRACT: Henrique de Toledo Dodsworth was mayor of Rio de Janeiro, which was then the Federal District, between 1937 and 1945. A native of Rio de Janeiro, a doctor and Bachelor of Laws, Dodsworth also taught at Colégio Pedro II and was federal deputy for the Federal District in the 1933 Constituent Assembly. He took office as mayor in a context where the city faced a twofold demand – on one hand, there was a desire by local politicians for municipal autonomy from federal intervention. On the other, there was a clamour for urban development of a systemic nature, in tune with the urbanistic discourse of that time. Dodsworth quashed the autonomist dream and undertook monumental urban reforms against the backdrop of the authoritarianism of the Estado Novo (New State). This article aims to analyse Henrique Dodsworth’s Rio de Janeiro through the lens of this twofold intervention, which was both political and urbanistic.

Keywords: Henrique Dodsworth; Rio de Janeiro; urban reforms

O sono leve da autonomia

A primeira metade da década de 1930 representou um momento decisivo para a cidade do Rio de Janeiro no tocante a sua relação com o governo federal. Como uma das mais importantes plataformas da Aliança Liberal, congregação de forças dos estados de segunda grandeza que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, a questão da autonomia da capital republicana inseria-se num contexto de crítica aos mecanismos clientelísticos próprios da “República Velha” e, mais do que isso, representava uma chave fundamental para a estruturação do novo regime político em sua capital.

A defesa da autonomia político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro era uma reivindicação antiga de boa parte dos políticos locais e estava ligada à necessidade de ampliar seu espaço de atuação junto ao governo federal, o que implicava a absorção de cargos e atribuições de natureza municipal que historicamente estavam sob o domínio de uma dinâmica política que lhe era externa, por sua condição de *cidade-capital*. (Neves, 1991)

No contexto de instabilidade política dos primeiros anos de seu governo, Vargas acenou positivamente para o sonho autonomista carioca através da nomeação do médico pernambucano Pedro Ernesto para a prefeitura. Em sua “arquitetura do impossível” (Sarmiento, 2000), Pedro Ernesto conseguiu, num primeiro momento, reunir várias vertentes da política carioca em torno da bandeira autonomista, criando e conduzindo o Partido Autonomista do Distrito Federal (doravante PADF).

A estratégia de Pedro Ernesto era criar um partido local que fosse forte o suficiente para defender a autonomia do Distrito Federal nos debates da Constituinte de 1933. Para isso dispunha, além de seu carisma pessoal, do apoio do próprio presidente da República e de todo o capital político advindo da sua condição de prefeito do Rio de Janeiro. Por outro lado, Pedro Ernesto também esteve atento às transformações consumadas na sociedade brasileira a partir de 1932, com a significativa ampliação da base eleitoral e, por conseguinte, com a crise dos mecanismos de cooptação de votos da Primeira República. Dessa forma, o então prefeito trazia as massas urbanas do Rio para a política.

Aprovada a proposta autonomista em 1934, o Rio de Janeiro ganhou a oportunidade de eleger seu próprio prefeito, ainda que pelo voto indireto. Para além da conjuntura e dos interesses políticos daquele momento, o Rio optou por Pedro Ernesto, um prefeito que construiu sua plataforma e base de apoio em cima de um ponto em comum a vários políticos cariocas: a defesa da autonomia político-administrativa para o Distrito Federal. De acordo com Carlos Eduardo Sarmiento,

Pela primeira vez na história republicana, após a breve experiência executiva do Conselho de Intendentes nos primeiros anos do novo regime, as forças políticas municipais assumiam a tarefa de, elas mesmas, ocuparem os postos mais elevados na hierarquia do poder dentro do espaço municipal, o que liberava o ‘jogo político’ e a atuação dos diferentes grupos. (2000, p. 42)

É importante salientar, no entanto, que o PADF não trazia como proposta qualquer espécie de ruptura com as práticas políticas da Primeira República. Ao contrário, o resultado seria apenas um deslocamento do centro gravitacional das esferas de decisão, que passava do governo federal ao municipal.

Dispondo desse amplo capital político, Pedro Ernesto conseguiu atrair para o partido boa parcela dos políticos locais. Mesmo entre os políticos hegemônicos, durante a Primeira República, foram muitos os que migraram para o novo eixo articulador da política carioca. Contudo, logo o PADF mostrou-se uma estrutura cuja engrenagem era deveras frágil e, a partir do momento que se viu diante da necessidade de definir melhor seus princípios e contornos ideológicos, para além da defesa da autonomia do Distrito Federal, suas peças travaram e até mesmo entraram em conflito umas com as outras.

Para atender às necessidades da população, Pedro Ernesto desenvolveu uma ampla rede de escolas e hospitais que contribuiu significativamente para a empatia de sua figura junto às massas urbanas do Rio de Janeiro e, assim, também ganhava uma projeção nacional que incomodava as pretensões de Vargas de manter-se no poder. Num contexto de polarização política, e por ter relações com alguns intelectuais de esquerda, Pedro Ernesto, cada vez mais isolado politicamente, foi tachado de comunista, destituído da prefeitura do Distrito Federal e preso logo em seguida. O projeto autonomista chegava ao paroxismo e, com ele, a intervenção do governo federal retomava seu lugar.

Apesar do ostracismo imposto a Pedro Ernesto e do curto episódio da autonomia do Distrito Federal, é interessante perceber como as forças políticas locais, embora fragmentadas e ainda dependentes do jogo político capitaneado pelo governo federal, aproveitaram o pequeno espaço aberto na primeira metade dos anos 1930 para alavancar suas demandas que permaneceram latentes durante toda a Primeira República. Para Carlos Sarmiento, esse episódio mostra que

Devemos observar o período estudado [1930-45] em relação ao Rio de Janeiro da Primeira República não como antítese completa deste, mas sim como uma nova forma de lidar com as mesmas questões, apresentando novas soluções possíveis para constantes políticas aparentemente cristalizadas na vida da cidade [...] A presença das forças governativas da nação no interior do espaço urbano da cidade, interferindo também na dinâmica política e de caráter local, geraria uma das características definidoras da cultura política carioca: a radical clivagem interna entre o espaço do poder e o cotidiano da população. (*idem*, p.34)

E é levando em consideração esse ambiente de disputa política em torno da autonomia do Distrito Federal que nos deparamos com Henrique Dodsworth, que assumiria a prefeitura meses antes do advento do Estado Novo, mas em um momento em que a centralização política estava latente. A breve e inédita experiência autonomista do Rio de Janeiro se dissolveria na longa e comum intervenção política federal.

A intervenção “pelas mãos de um carioca”

Político carioca de projeção no Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth conheceu Vargas ainda na década de 1920, quando ambos eram deputados, conforme seu próprio depoimento: “Conheci Getúlio Vargas em 1924, quando éramos deputados. Desde então mantivemos as relações mais cordiais, em tom cerimonioso, porém jovial, segundo normas invariáveis que adotava e de acordo com o meu irreduzível sentimento de independência”. (DODSWORTH, 1964, p.5)

Na década de 1930, agora politicamente em lados opostos, os dois voltariam a se encontrar em circunstâncias um tanto distintas. Se Vargas havia, por força de um golpe de Estado, se tornado presidente da República e negociava com diversos setores da sociedade delicadas questões políticas no sentido de consolidar o novo regime instaurado no país, Dodsworth se elegeu em 1933 o deputado carioca mais votado para a Constituinte.

Carioca de nascimento, médico e bacharel em Direito, Dodsworth, que também fora professor do Colégio Pedro II, estava ligado a setores conservadores da sociedade, como a associações de empresários e ao Clube de Engenharia. Sobrinho de Paulo de Frontin, “primeiro carioca a ser chamado para administrar a terra em que nasceu” (Reis, 1977, p.71), e herdeiro de boa parte de seu capital político, marcado pelas muitas obras executadas em curto espaço de tempo, sua figura representava uma tradição de prefeitos que, pelo viés tecnicista, remontava a Pereira Passos. Na contramão do projeto autonomista, ele estava convicto de que o equilíbrio entre os poderes locais poderia ser alcançado apenas pela via da intervenção no Distrito Federal:

Fui favorável à intervenção no Distrito Federal, e de público, manifestei-me por essa providência, a fim de que, pelo aspecto político, se pudessem restabelecer o equilíbrio rompido nas relações dos poderes locais, com repercussão inevitável na boa marcha dos trabalhos legislativos e, em consequência, nas do Executivo da Cidade.¹

A princípio, portanto, Dodsworth posicionava-se na oposição ao próprio projeto varguista para o Rio de Janeiro. No entanto, na medida em que as bases da política local carioca haviam se tornado uma espécie de ameaça ao poder federal, justamente por sua capacidade de se unir em torno do ideal de autonomia, Vargas mudou sua estratégia, com o que Henrique Dodsworth passou a ser visto por ele com outros olhos. Sensível à nova conjuntura política no Distrito Federal, isto é, ao esgotamento da estrutura do PADF e de sua fragmentação interna, Vargas o escolhe para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro em 1937.

Na esfera local, a escolha de Dodsworth representava a peça perfeita para desfazer a mobilização popular e afastar qualquer sombra do ex-prefeito Pedro Ernesto. No âmbito nacional, esse movimento pode ser visto como um indício da inclinação do governo federal no sentido de ir rumo ao autoritarismo do Estado Novo, que duraria até 1945. Neste, portanto, foi retomada a disposição de fazer retornar uma política para a capital do país que partia do

princípio de que, por sua condição especial de Distrito Federal, o Rio de Janeiro deveria ter seus direitos de municipalidade devidamente tutelados e neutralizados. Em outras palavras, Dodsworth encarnava para a cidade a derrota do movimento autonomista ligado a Pedro Ernesto e ao seu eixo articulador da política carioca.

Dodsworth estava ciente da especificidade histórica daquele momento. Por isso, seu intuito de restabelecer o equilíbrio nas relações dos poderes locais por intermédio da intervenção política, e apenas dessa forma, era ressaltado em função de sua profunda discordância dos rumos políticos tomados pelo município do Rio de Janeiro durante a administração Pedro Ernesto. Mesmo que a este tivesse sido dirigida uma palavra politicamente respeitosa, Henrique Dodsworth não perdia a oportunidade para marcar sua diferença em relação ao seu predecessor:

Pela primeira vez, desde os acontecimentos que o afastaram desta Casa, desejo citar, publicamente, o nome do Sr. Pedro Ernesto.

Faço-o para dizer que dele recebia ininterruptamente as maiores demonstrações de deferência e simpatia, apesar da aguda divergência que nos colocou, permanentemente, em trincheiras adversas.²

Para além da justificativa da necessidade de equilíbrio entre as forças políticas locais, no discurso de Dodsworth havia um interessante recurso retórico que o colocava como o mais apto a realizar as alegadas necessidades do Rio de Janeiro. A tentativa era a de amenizar o peso da intervenção através da diluição da fronteira entre os interesses federais e municipais, fazendo com que um se passasse pelo outro uma vez que, notadamente, ele mesmo seria um político carioca. Nesse sentido, o limite seria a criação de uma imagem de autointervenção que coincidissem nele mesmo: “que a intervenção do Distrito Federal realize os altos objetivos administrativos que a legitimaram, e que, pelas mãos de um carioca, passe a ser o próprio Distrito Federal a realizar essa intervenção”.³

Ardiloso, Dodsworth projetava sua identidade com a da cidade para angariar confiança e apoio da opinião pública para seu projeto intervencionista. E a estratégia não passou despercebida pelos jornais. O *Correio da Manhã* destacava:

[...] o novo interventor declarou que, à frente da Prefeitura do Distrito Federal, esperava realizar, com o apoio do governo e a ajuda de Deus, a verdadeira obra de administração pela qual desde longo tempo anseia o povo carioca. Disse ainda, o Sr. Dodsworth, que, sendo carioca, tudo envidaria por realizar uma obra administrativa verdadeiramente carioca, restituindo a prefeitura do Distrito a sua verdadeira finalidade, longe das mesquinhas competições partidárias e das deturpações políticas pelas quais muitas vezes a administração do Distrito tem se deixado arrastar.⁴

Mas se, por um lado, sua própria figura era bastante respeitada e reconhecida por sua idoneidade e competência, por outro, a perda da autonomia política carioca era vista com certa resignação, como podemos ver na posição do *Jornal do Brasil*:

Embora já tenhamos externado o nosso ponto de vista adverso à intervenção, pois sempre fomos adeptos da autonomia da capital do país, assinalamos que a escolha do nosso interventor repercutiu agradavelmente, dadas as qualidades de distinção e de alto relevo mental do delegado do poder central.

De fato, o Sr. Henrique Dodsworth é uma das figuras de mais realce da Câmara Federal.

Carioca, político militante do Distrito, o novo interventor certamente prestará a sua cidade os serviços que ela merece e que se deve esperar dos seus méritos e operosidade.⁵

É interessante perceber como os políticos locais se rearranjaram nessa conjuntura política de intervenção federal sob novas bases. Se a estrutura do PADF estava minada, Vargas tratava de construir um novo eixo a partir do qual pudesse angariar o importante apoio político em sua própria capital para os novos rumos de sua empreitada. Para Sarmiento, “para alguns era até politicamente conveniente a indicação de um interventor completamente alheio aos antigos experimentos populares do período Pedro Ernesto, que não apresentasse qualquer vinculação ou guardasse a ‘mácula do agitado passado recente da vida política carioca’”. (Sarmiento, 2000, p. 219)

Coube então aos políticos que outrora engrossavam as fileiras da bandeira autonomista junto a Pedro Ernesto negociar sua inserção nessa nova conjuntura ou se lançar, mais uma vez, à margem e a contestar dali a autonomia perdida, numa disputa em que o governo federal levava clara vantagem

A esperada crise entre os elementos políticos do Distrito Federal que apóiam o atual interventor carioca [...] já está conjurada, e assim caminham em bom rumo os entendimentos que o Sr. Henrique Dodsworth dirige para promover a concentração daqueles elementos dentro da disciplina de um forte partido local.⁶

É importante que tenhamos em perspectiva que, no Rio de Janeiro, embora em certa medida entrelaçados, cidade e Distrito Federal eram esferas distintas e que sua relação era marcada muitas vezes pela tensão. De um lado, estava o sonho local de reconhecimento do valor da cidade de São Sebastião por si mesma e de suas necessidades particulares, ainda que isso não descartasse sua importância para o país como um todo. De outro, a tentativa de fazer esse valor ser absorvido pela função de Distrito Federal, isto é, fazer da cidade do Rio de Janeiro apenas um espaço de representação do nacional, vazio de iniciativas próprias. Capitaneando um processo de retroação, o advento da administração Dodsworth selou o fim de uma breve e inédita experiência autonomista da cidade do Rio de Janeiro frente ao governo federal, ao mesmo tempo que representou a retomada de uma “política republicana para a capital” (Freire e Sarmiento, 2004) na qual a municipalidade do Rio de Janeiro era suprimida pelo seu papel de Distrito Federal.

O urbanismo e a matroca

Bastaria uma breve análise dos principais jornais e revistas que circulavam no Rio de Janeiro da segunda metade da década de 1930 até a primeira de 1940 para perceber o quanto as colunas e notícias sobre a cidade batiam na mesma tecla, qual seja a necessidade de reformas urbanas a partir de um planejamento de conjunto, urbanístico. O aumento vertiginoso da população, a expansão vertical das habitações e horizontal para as Zonas Norte e Sul, o crescimento do número de veículos particulares e o inchaço de sua principal via de circulação, a avenida Rio Branco, no Centro da cidade, exigiam do poder público, mais do que providências pontuais, a elaboração de um planejamento que pudesse sanar, prever e, por conseguinte, evitar futuros tormentos.

Um dia antes da nomeação de Henrique Dodsworth para a prefeitura do Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1937, o *Jornal do Brasil*, em sua coluna Coisas da Cidade, tratava de lembrar aos seus leitores e também, naturalmente, ao futuro prefeito, o que havia sido feito até então, ou o que não havia, em matéria de urbanismo na cidade:

Sempre vivemos à matroca em questões de urbanismo.

As administrações que passam adotam “critério pessoal”, por assim dizer, sobre tão magno assunto.

A prefeitura despendeu vultosas somas com o contrato e os estudos do arquiteto Agache, no propósito de bitolar os vultos do progresso da nossa Capital à maneira por que o fazem as mais modernas e importantes metrópoles do mundo.

Como se sabe, porém, redundou em nada o plano traçado pelo conhecido urbanista francês.⁷

E, dias depois, complementava: “Já dissemos aqui que o melhor programa de um novo prefeito seria fazer executar vários projetos de melhoramentos urbanos, deveras momentosos, mas mergulhados no fundo do tinteiro das boas intenções”.⁸

Os problemas eram inúmeros e diversos e não era preciso ser um observador atento, tampouco especialista em urbanismo, para identificá-los. Entre estes, a questão do trânsito ganhava destaque. A percepção de que a cidade já não mais comportava a quantidade crescente de carros, somada aos maus hábitos de motoristas e pedestres, os engarrafamentos cada vez mais enfadonhos e a falta de lugares para estacionar davam o tom de uma cidade em que o planejamento urbano, efetivamente, ainda era um sonho.

Percebe-se, pois, que a discussão em torno da necessidade de melhoramentos urbanos para o Rio de Janeiro estava na ordem do dia. Para que tivesse efeito, uma reforma urbana exigia a iniciativa política da prefeitura municipal, apoiada pelo governo federal, e da iniciativa privada em termos de disponibilidade de capital e investimentos. O planejamento urbano transformou-se também em questão ética, na medida em que se discutiam os problemas do tráfego, atribuídos em grande parte ao mau comportamento dos motoristas, a sujeira nas

ruas e bondes, assim como sua superlotação, e, sobretudo, na exigência de se fazer jus aos gastos que administrações anteriores haviam despendido para a elaboração de projetos que nunca chegaram a concretizar-se.

Capitalizando para si a demanda por reformas urbanas, Dodsworth mostrou-se disposto a empreender um grande projeto urbanístico, atuando em diversas regiões da cidade e levando em consideração planejamentos anteriores a sua administração. A demanda por reformas urbanas, exposta à exaustão nos principais meios de comunicação que circulavam pela cidade, transformar-se-ia em política urbana em sua administração. Com esse intuito, foi restabelecida a Comissão do Plano da Cidade por meio do Decreto-lei nº 6.092, de 8 de novembro de 1937, que havia sido criada pelo prefeito Adolfo Bergamini e, logo em seguida, destituída pelo prefeito Pedro Ernesto.

Entusiasmada, a *Revista Municipal de Engenharia*⁹ saudava o novo prefeito e antevia o novo horizonte que se abria para os cariocas a partir da retomada da Comissão:

Novamente a cidade espera grandes benefícios, com a nomeação para prefeito do Dr. Henrique Dodsworth, conhecedor que é das necessidades da cidade.

Auxiliado pelo Dr. Edson Passos, seu secretário Geral de Viação, pretende cuidar da cidade. Foi nomeada uma comissão do Plano da Cidade [...]¹⁰

Cuidar da cidade significava, nesse contexto, estar sensível às demandas por melhoramentos físicos. Retomar o projeto do Plano da Cidade era mostrar-se “conhecedor” de suas necessidades mais prementes. A prefeitura apropriava-se das expectativas da cidade.

A Comissão do Plano da Cidade estava diretamente vinculada à Secretaria Geral de Viação e Obras da prefeitura do Distrito Federal. Enquanto aquela ficava encarregada de elaborar os projetos, esta era responsável por angariar os recursos necessários e colocar em prática a execução das obras. Composta basicamente por técnicos da prefeitura, a Comissão tinha como principal atribuição avaliar o antigo Plano Agache¹¹ e, a partir daí, elaborar novos projetos para a cidade. O órgão dividia-se em duas Comissões, a Comissão de Elaboração, cujos membros eram os engenheiros da própria prefeitura, e a Comissão de Colaboração, cujos projetos eram elaborados por técnicos não ligados diretamente à prefeitura. No entanto, em suas memórias, José de Oliveira Reis, diretor da Comissão durante todo o governo Dodsworth, esclarece que, “como a Comissão de Colaboração foi se extinguindo naturalmente – por falta de colaboração, vamos dizer assim –, ficou só a de Elaboração [...]”. (Freire e Oliveira, 2008, p. 17)

Ao fim e ao cabo, a concentração do poder de decisão nas mãos da prefeitura foi a regra para a elaboração dos projetos. E isso era facilitado justamente pelo momento político que vivia o Brasil. Durante o Estado Novo, a aprovação de obras para o Distrito Federal dependia, em primeira e última instância, da vontade do Executivo federal na figura do próprio presidente Getúlio Vargas. Planejamento era a palavra de ordem e instituída pela ordem. Novamente, Reis lembra que “durante o período da ditadura não tinha Câmara, não tinha

ninguém para atrapalhar – nem deputados, nem vereadores –, de modo que a obra era de mais fácil execução, só precisava da autorização do presidente da República e de dinheiro”. (*idem*, p. 19) Em suma, “como era ditadura, não havia grita. Não podia gritar coisa nenhuma, porque tudo era feito de acordo com o que o governo queria”. (*idem*, p. 24)

O papel do Estado Novo na organização das cidades e do Rio de Janeiro em especial era fundamental, pois, para esses engenheiros, a questão do planejamento urbano deveria ser resolvida a partir de uma consciência urbanística que atingiria a sociedade verticalmente, de cima para baixo. Os engenheiros chamavam a atenção do Estado até mesmo para o descaso de alguns governantes em relação à desordem da cidade. Em artigo, o engenheiro José Estelita, então diretor das Docas do Porto do Recife e professor das Escolas de Engenharia e Belas Artes do Recife, refletia: “trata-se de um problema educacional, só se podendo conseguir resultados proveitosos com uma doutrinação lenta e continuada, que tenha por fim educar em primeiro lugar os nossos dirigentes. Sem a educação dos dirigentes nacionais nada se conseguirá”. (Estelita, 1941, p. 5)

O planejamento urbano como uma questão de disciplina e ordem na cidade fica patente. Em outro artigo, novamente José Estelita chamava a atenção e convocava o Estado Novo para instituir a ordem urbana no país:

O Estado Novo precisa mudar essa situação. Antigamente, antes do golpe de 10 de novembro de 37, dominava a politicagem nas cidades, e onde a politicagem medrava e se desenvolvia não podia existir disciplina e respeito às leis. A indisciplina urbana era um reflexo da indisciplina geral da cidade. (*idem*, p. 1)

O diagnóstico da cidade feito pela Comissão tinha por base os problemas que já eram amplamente noticiados nos jornais e revistas e, portanto, do conhecimento da sociedade carioca. O Rio de Janeiro, agora visto como um organismo, padecia de males da circulação, leia-se tráfego urbano, provocados em grande medida pelo seu crescimento acelerado.

A Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas tem desenvolvido sua atividade técnica e administrativa em todos os setores de suas múltiplas atribuições procurando realizar, dentro dos recursos financeiros de que dispõe, obras de caráter urgente e inadiável, tendo em vista principalmente o que diz respeito ao tráfego urbano e o crescimento rápido da cidade [...].¹²

É de se notar também que as “obras de caráter urgente e inadiável”, por mais que visassem um alvo preestabelecido, abrangiam vários outros aspectos da cidade. Aos olhos dos técnicos da prefeitura, os alvos não eram mais encarados de maneira fragmentada. Atingindo um problema urbano, alcançavam-se todos direta ou indiretamente. Era como se a cidade fosse analisada de longe, em um nível macro e, por vezes, ideal. As partes não tinham sentido a não ser como constituintes do todo. As melhorias na *urbe*, entendida como o meio físico da cidade, implicavam também melhorias no meio social e nos demais serviços públicos da prefeitura, como educação e saúde:

Pode-se dizer que a execução dos melhoramentos públicos criam os meios de manter os hospitais e escolas, dois ramos da atividade da Prefeitura – a Educação e a Saúde do povo – e de tão transcendente alcance social que é imprescindível começar por aqueles para mais depressa se atingir ao pleno desenvolvimento destes, como acertadamente o compreendeu a Alta Administração Municipal (*idem*, p. 365).

Questões de caráter histórico também constituíam aspectos importantes na análise dos urbanistas cariocas. Não havia aqui menção ao intuito de apagar da cidade seu passado colonial, embora também não houvesse nada que demonstrasse o desejo de preservá-lo, mas tinha-se plena consciência da historicidade das dificuldades pelas quais passava o Rio de Janeiro naquele momento. Em artigo, o engenheiro Jerônimo Cavalcanti, professor de Urbanismo da Universidade do Distrito Federal, analisava:

Herdamos uma cidade de gênese inteiramente alheia à realidade presente, isto é, uma cidade que se formou através de razões históricas, de necessidades estratégicas frente à ameaça do autóctone, e que, súbito teve de adaptar-se aos novos tempos – ao automóvel e ao arranha-céu – dois grandes fatores congestivos do tráfego. (Cavalcanti, 1939, p. 444-445)

Se a cidade precisava se adaptar aos novos tempos, conjunto era a palavra-chave. A prefeitura, através de seus órgãos competentes e seus técnicos, chamava para si a responsabilidade de intervir nessa situação.

Penso que só um plano de conjunto – e só um plano de conjunto – em correspondência com as correntes periferia-centro e vice-versa se poderá descongestionar o tráfego, porque não há pedestre por mais educado que seja, mesmo os dotados de paciência de Jób [sic], que possa esperar minutos e minutos, que a onda motorizada [sic] lhe dê passagem, se esta onda não pode movimentar-se, em virtude de interrupções à distância, que se refletem em toda a corrente, precisamente pela falta de coordenação entre as várias seções de escoamento – consequência inevitável da falta de um plano de conjunto. (*idem*, p. 452)

Naturalmente, críticas também surgiram. Para alguns engenheiros, muitos projetos careciam de bom senso, por isso, era preciso cautela. Planos mirabolantes e fórmulas extravagantes poderiam piorar ainda mais a situação da cidade.

Em outro artigo, publicado em 18 de janeiro de 1941, Cavalcanti, fazia ressalvas:

No Brasil, em matéria de cidades, tem havido muita fantasia e grande divagação, tal a de fazer urbanismo pirotécnico, urbanismo sumptuário e irrealizável, fogo de vista espetacular que de certo deslumbra e encanta, mas no final deixa apenas a fumaça informe e o tênue papel queimado a que se reduz. Nada de planos apressados feitos sob estímulo de uma vaidade, porque urbanismo mal feito só serve para desmerecer uma ciência e arte, que no Brasil precisa, antes de mais nada, de crédito, uma vez que nos bate à porta e, insistentemente, pede-nos licença para entrar. (1941, p. 1)

O urbanista impõe à cidade real uma cidade ideal fruto de seu próprio discurso. Ele não admite que uma cidade tenha percalços, mistérios, acaso, desordem (Pechman, 2002).

Os engenheiros que atuaram no período da administração Dodsworth também queriam eliminar não o passado, o presente ou futuro do Rio de Janeiro, mas sua historicidade. A ideia de eliminar a temporalidade da cidade é intrínseca ao discurso urbanístico da época e estaria presente no planejamento de qualquer cidade. Todavia, na capital essa pretensão ganharia proporções monumentais, sobretudo porque se interligava com um projeto político que suspendia o tempo diacrônico: “os projetos de hoje estão apenas ampliados na escala correspondente a esta época de progresso vertiginoso e dinamismo nunca sonhados no passado, nem mesmo pelos de maior visão do futuro”.¹³

As cinco obras de vulto

Os projetos eram muitos. A cidade exigia melhoras e aguardava ansiosa pelo início dos trabalhos. A prefeitura dispunha de apoio do governo federal, recursos técnicos e financeiros, profissionais capacitados e dispostos a consolidar suas posições de especialistas da cidade e a fazer do Rio de Janeiro, finalmente, uma metrópole moderna, reafirmando seu papel de vitrine da nação e, como “não havia grita”, as obras logo começaram.

Algumas obras já vinham sendo realizadas desde o início da administração Dodsworth em 1937 e davam bem o tom das intenções do novo prefeito:

Assim, de começo, nos primeiros meses da nova administração, surgiram obras de vulto que empolgaram a população, já afeita à calma dominante. Foi com estrondo, na verdadeira acepção da palavra que se iniciou o segundo período revolucionário do Rio. [...] foi com estrondos de dinamite que se demoliram os dois prédios: o Cassino e o Teatro do Passeio Público [...]. Com a demolição se liberou o Jardim do Passeio Público dos dois edifícios que o separavam da Avenida Beira-Mar, e se deu lugar à Rua Mestre Valentin, onde se desviou a linha de bonde da Rua do Passeio. Alargou-se com a nova pista a Rua Luís de Vasconcelos, que passou a ser avenida à custa do jardim privativo do Palácio Monroe, do qual se retiraram as grades. Com isso, ganhou a cidade mais uma avenida e um jardim público. (Reis, 1977, p. 110)

Quando José de Oliveira Reis entende que o Rio estava começando a viver, com Dodsworth, o “segundo período revolucionário” de sua história, ele estava fazendo uma alusão às reformas de Pereira Passos, no início do século XX. De certa forma, ele não deixava de ter razão, pois, apesar das muito diferentes circunstâncias históricas entre os dois, de acordo com Vera Resende, “reproduz-se, na época do Estado Novo, uma fase de obras comparável à do início do século, como resultado da centralização do poder de decisão e de investimento”. (2002, p. 63)

Mais do que isso, o prefeito Henrique Dodsworth deixava clara a sua intenção de completar a obra que Pereira Passos apenas começara. Os engenheiros da prefeitura estavam convictos de que transformariam a feição da cidade definitivamente. A busca pela monumentalidade e o anseio por glória davam o tom do discurso:

Do Sr. Henrique Dodsworth, que está, com patriotismo e inteligência, realizando, é lícito esperar muito, para que, daqui a quatro anos, executado o programa, parodiando os conterrâneos de Ciro, exclamar:

- Passos renovou a cidade; Frontin e Prado Junior a melhoraram. Henrique Dodsworth completou-lhe a obra. Glória a Henrique Dodsworth!¹⁴

Quanto às potenciais críticas às suas ambições, Dodsworth defendia-se reafirmando o imperativo do progresso, que, objetivo e racional, tinha que lutar para deixar para trás a censura dos críticos e o lento desenvolvimento da cidade que haviam marcado os cinquenta anos que o separavam de Pereira Passos:

A necessidade de violento surto do progresso não aboliu, ainda, no Brasil, o espírito de resistência às realizações que excedem o padrão comum.

Qualquer obra de projeção maior nasce, entre nós, como suntuária, e acaba como imperfeita.

É o tributo pago ao moroso desenvolvimento da cidade pelas iniciativas importantes, levadas a efeito com intervalo de quase meio século, sob a censura implacável dos críticos referidos por Voltaire como capazes de só falar bem dos mortos e deles mesmos. (Dodsworth, 1955, p. 3)

O prefeito deixava sua marca na cidade. O Corte do Cantagalo, ou *Avenida Henrique Dodsworth*, ligou o bairro de Copacabana à Lagoa Rodrigo de Freitas, passando pelos morros do Cabrito e do Cantagalo, na Zona Sul da cidade. O planejamento da obra era antigo, mas foi Dodsworth quem a concluiu, entre os anos de 1937 e 1938. Aqui, ele poderia desfrutar de um privilegiado lugar no panteão de políticos republicanos: *avenida Borges de Medeiros*, em homenagem ao advogado e político Borges de Medeiros, representante da primeira geração de republicanos no Brasil e opositor de Vargas na Constituinte de 1933, assim como o próprio Dodsworth, além de *avenida Epitácio Pessoa*, presidente entre os anos de 1919 e 1922, que realizou a Comemoração do Primeiro Centenário da Independência, nas imediações do Castelo. Também desfrutaria da companhia dos engenheiros Antônio e André Rebouças, este patrono do *Clube de Engenharia*, homenageados com o *Túnel Rebouças*, principal via de ligação entre as Zonas Norte e Sul, nesta última, justamente pela Lagoa, mas só inaugurado no governo Lacerda. Outra obra importante desse primeiro momento foi a abertura do acesso à praia Vermelha, até então restrito aos militares, pois ali era abrigado o 3º Regimento de Infantaria, bombardeado e incendiado por ocasião do Levante de 1935. Com Dodsworth, a praia Vermelha passaria a ser frequentada por toda a população carioca.

Também podemos citar a construção da *avenida Tijuca*, mais tarde chamada *avenida Edson Passos* em homenagem póstuma ao engenheiro-chefe da Secretaria de Viação e Obras do governo Henrique Dodsworth, importante acesso ao Alto da Boa Vista, a remodelação da Floresta da Tijuca, a duplicação do túnel do Leme, o Jardim de Alah, o Jardim Zoológico Municipal, na Quinta da Boa Vista, o Balneário de Ramos, o início da construção da estrada

Grajaú-Jacarepaguá, a retirada dos refúgios da avenida Rio Branco e da avenida Nossa Senhora de Copacabana etc.

Mas as chamadas “cinco obras de vulto”, apresentadas ao público na forma de projetos na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro¹⁵, em 1938, só foram levadas a efeito entre os anos de 1941 e 1944. Sua aprovação dependia apenas de uma resposta positiva dos governos municipal e federal. Eram elas: a urbanização da *avenida do Manguê* e seu prolongamento até o mar, que daria origem à *avenida Presidente Vargas*, a construção da *avenida Brasil*, a duplicação do túnel do Leme, a conclusão da *Esplanada do Castelo* e a demolição do *morro de Santo Antônio*. Apenas esta última não pôde ser levada a cabo.

O morro do Castelo era um dos marcos de fundação da cidade e já havia sido arrasado pelo prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), por ocasião da comemoração do centenário da Independência. Símbolo de um passado colonial que se desejava apagar, a destruição do morro representava mais um passo na dura tentativa alçar o país à modernidade com o embelezamento de sua capital (Kessel, 2001).

No entanto, o espaço deixado pela ausência do *Castelo* ainda não havia sido devidamente urbanizado e a ideia era “estabelecer nessa região o Centro Administrativo da República, formando uma praça monumental, com edifícios projetados em blocos, com áreas abertas, sendo reservados espaços para o estacionamento e previstos jardins separando os blocos entre si”.¹⁶ O que, segundo José de Oliveira Reis, “deu vida nova a toda a área do Castelo, que até 1938 permanecia praticamente deserta. Nos anos seguintes, aumentavam o número e o volume das construções, e com isso o valor dos terrenos” (Reis, 1977, p. 111).

A construção do início da *avenida Brasil* constituiu uma importante empreitada, uma vez que facilitou o acesso rodoviário a São Paulo, antes feito por ruas tortuosas e estreitas, por um trajeto inteiramente livre às margens da baía de Guanabara. De acordo com José de Oliveira Reis, a *Brasil* “é de uma importância incontestável e graças a ela toda a zona suburbana da Leopoldina tomou um desenvolvimento extraordinário” (*idem*, p. 112).

Ainda sobre a *Brasil*, é interessante perceber como ela parte de uma região muito próxima ao cais do Porto, assinalando assim a preocupação com a vocação comercial do Rio de Janeiro, marca presente na cidade desde pelo menos o século XVIII e enfatizada com as reformas do período Pereira Passos e a construção da então avenida Central. Como nos localiza José de Oliveira Reis: “a Avenida Brasil começa na Rua São Cristóvão, junto ao cruzamento da Avenida Rio de Janeiro prolongamento do Cais do Porto e termina na bifurcação da Avenida das Bandeiras com Rio – Petrópolis, próximo ao Rio Meriti” (*idem, ibidem*, p. 112). Portanto, a *Rio de Janeiro* tornava-se um prolongamento do Cais do Porto que, por sua vez, desembocava na *Brasil*.

À região central estava reservada a parte mais substancial dos projetos, principalmente com a abertura da *avenida Presidente Vargas*, iniciada em 1941 e concluída em 1944. A ideia de estender o Canal do Manguê até o mar não era nova, e já havia sido defendida no século

XIX pelo barão de Mauá. No entanto, o projeto, que também passou por Pereira Passos e Carlos Sampaio, continuou no papel, até ser proposto mais uma vez pelo *Plano Agache* e retomado por Henrique Dodsworth através do Plano da Cidade (Lima, 1990).

Suas dimensões eram impressionantes: “a extensão do trecho efetivamente aberto da Avenida entre a Rua Santana e Avenida Perimetral, é de 2.040 metros e o comprimento total até a Praça da Bandeira, com a incorporação das Avenidas do Mangue e Lauro Muller, de 3.897 metros”.¹⁷ A nova avenida impressionava também por seu eixo longitudinal, uma vez que a outra principal avenida, a Central, estava disposta em eixo latitudinal, a exemplo da antiga rua da Direita: “a Avenida Presidente Vargas constitui, no conjunto do Plano Diretor, o mais importante eixo longitudinal da cidade” (*idem*, p. 100). De toda forma, a *Presidente Vargas* abria passagem desde o antigo cais dos Mineiros – atual Arsenal de Guerra da Marinha – até a praça da Bandeira em linha reta com intuito, agora, de ligar a Zona Norte da cidade ao Centro.

José de Oliveira Reis conta como teria sido tomada a decisão de se colocar em prática as obras de abertura da *Vargas*:

Mas vale a pena registrar um detalhe importante: Henrique Dodsworth não tinha muita convicção da execução da avenida porque o vulto da obra era realmente muito grande. Mas o presidente da República se interessou pela obra a partir de uma visita à Feira de Amostras, onde havia um estande da Secretaria de Viação e Obras com todo o projeto da Avenida Presidente Vargas, inclusive uma perspectiva muito bonita feita pelo arquiteto Nelson Muniz Nevares, como o nome da avenida. O presidente olhou para a perspectiva, virou-se para o prefeito e disse: “Dr. Henrique, vamos fazer essa avenida”. (Freire e Oliveira, 2008, p. 24)

Ainda que o ocorrido possa ter acontecido de maneira um tanto mais complexa do que sua narrativa, o “detalhe” que ele nos revela é bastante significativo para mostrar o quanto a figura do presidente intervinha diretamente nas decisões de caráter apenas aparentemente urbanístico. Nesse sentido, reafirmava-se o papel do Rio de Janeiro de cidade-capital, o que se refletia em uma preocupação recorrente de impor à cidade uma ordem local que se projetasse e confundisse com a ordem nacional.

A abertura da nova avenida implicou, naturalmente, a desapropriação e demolição de praças, igrejas e de diversas casas em uma região bastante habitada por pessoas das mais variadas classes sociais, forçadas a migrar para outras regiões. Boa parte da população mais abastada que ali vivia passou a ocupar os mais modernos arranha-céus de Copacabana e arredores, enquanto a população mais pobre fora novamente a mais afetada, de maneira que a década de 1940 assistiu ao período de maior proliferação de favelas no Rio de Janeiro. (Abreu, 2006)

Novamente, José de Oliveira Reis explica como era o trâmite entre desapropriação, indenização e realização das obras dessa e de outras avenidas.

Nós fizemos a desapropriação do eixo central, do casario que corresponde exatamente às pistas de rolamento e à parte lateral, para não ficar com aquela série de prédios com testada muito pequena. [...] Feita a desapropriação, constituímos então uma série de lotes, chamados lotes urbanizados. Para cada lote foi emitido um título, chamado de Obrigação Urbanística do Rio de Janeiro, com a caução do Banco do Brasil. O título tinha o valor do lote e não podia ser vendido separadamente. Formou-se então um grande volume, na ocasião era muito dinheiro, cerca de 500 e tantos mil contos de réis. Com esse dinheiro a prefeitura pôde pagar uma parte da desapropriação e executar as obras de viação [...]. O Banco do Brasil ficou com esses títulos caucionados, de modo que qualquer lote só era vendido por seu intermédio. O banco se ressarcia do empréstimo, e o lucro que obtivesse no leilão do lote era revertido então ao Tesouro da Prefeitura. (FREIRE; Oliveira, 2008: p.19)

Às demolições seguiu-se a especulação imobiliária, tornando muito cara a vida no Centro e arredores, até mesmo para uma população de rendimentos medianos, que se transferiu para alguns bairros da Zona Norte. No limite, a nova e caríssima mercadoria chamada solo urbano implicou, na prática, certo esvaziamento habitacional por onde a Vargas abria passagem e nas regiões localizadas em seu entorno.

Considerações Finais

O Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth surge-nos como um ponto nodal capaz de amarrar, em dois níveis, elementos que concorriam para a legibilidade da cidade naquele momento. Em um nível horizontal, forjava, naquele presente, o passado e futuro da cidade. Em outras palavras, ali se (re)construía ao mesmo tempo, não sem tensão, o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas* (Koselleck, 2006) da cidade. Por outro, em uma dimensão vertical, deparamo-nos com uma superposição hierárquica entre Distrito Federal e cidade, na medida em que se tentou vestir nesta última os curtos trajes de representação nacional.

Uma vez que se percebe claramente a arbitrariedade na elaboração dos planejamentos, somada à concentração de decisões a partir de um Estado ditatorial que tinha a “ordem” urbana como questão, em que medida poderíamos afirmar que a *Comissão do Plano da Cidade* agia de acordo com os preceitos do urbanismo? Em outras palavras, até que ponto o novo discurso sobre a cidade, dito urbanístico, da maneira como ele fora apreendido por esses engenheiros, se diferenciava das intervenções urbanas feitas sob a administração de Pereira Passos?

Se os técnicos da prefeitura se utilizavam do urbanismo e, por conseguinte, tentavam marcar sua diferença, especificidade e avanço em relação ao que havia sido proposto para a urbe do Rio de Janeiro até então, na prática as reformas empreendidas durante o período brevemente analisado neste artigo, a despeito de sua pretensão e comprometimento objetivos, parecem ter tido um efeito muito semelhante ao do início do século: a (re)afirmação da intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro encarnada em seu próprio espaço físico.

Em suma, as reformas empreendidas por Dodsworth faziam parte de uma intervenção maior, de ordem política, que se relacionava a uma postura do governo federal de sufocar a autonomia política local, o que seria justificado junto à população através das benesses que a cidade receberia.

Notas

1 - A posse ontem do novo interventor federal. *Jornal do Brasil*, p. 4, jul. 1937.

2 - Ibid.

3 - Ibid.

4 - *Correio da Manhã*, p. 1, jul. de 1937.

5 - O novo governador da cidade. *Jornal do Brasil*, p. 7, jul. 1937.

6 - A situação política. *Jornal do Brasil*, p. 2, 9 jul. 1937.

7 - Código de Obras. *Jornal do Brasil*, p. 6, jul. 1937.

8 - O que estava no fundo do tinteiro. *Jornal do Brasil*, p. 6, jul. 1937.

9 - Em circulação desde 1932, a referida revista, cujos "artigos assinados não possuem necessariamente caráter oficial", não tinha uma periodicidade regular e continha artigos variados, de autoria de técnicos vinculados diretamente à prefeitura e também de colaboradores, que iam desde questões puramente técnicas a discussões sobre a importância do planejamento urbano para o bem-estar do homem e da sociedade, passando por comparações com o que vinha sendo feito em outras cidades no exterior. Seu público, no entanto, parecia ser composto apenas de seus próprios pares, não indo além dessa fronteira.

10 - *Revista Municipal de Engenharia*, p. 152, mar. 1939.

11 - Em 1927, sob encomenda do então prefeito Prado Júnior (1926-1930), o urbanista francês, reconhecido mundialmente entre seus pares, Alfred Agache viria ao Rio de Janeiro para fazer uma série de conferências sobre urbanismo e elaborar um plano, a partir desse novo saber urbano, para a cidade, que ficaria conhecido como *Plano Agache*. Do Plano pouca

coisa foi colocada em prática, por questões técnicas e, sobretudo, políticas. Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas nomeou para prefeito do Distrito Federal o médico Pedro Ernesto, que alegava que o Plano Agache não seria exequível nem em 50 anos. Entretanto, Agache apontava para a necessidade de se criar uma comissão permanente para analisar o plano e empreender possíveis alterações no projeto original, o que foi feito quase dez anos depois pelo prefeito Dodsworth, cujo governo restabeleceu a *Comissão do Plano da Cidade*, tendo como objetivo justamente analisar o referido *Plano* para, a partir daí, elaborar novos projetos para a cidade.

12 - Atividades e Realizações da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas – julho de 1937 a julho de 1939., p. 365.

13 - A Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na XIª Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro. *Revista Municipal de Engenharia*, p. 27-28, nov. 1938.

14 - *Rio Ilustrado* – junho 1941.

15 - A *Feira de Amostras* foi criada em 1927 pelo então prefeito Prado Júnior e funcionava como "ponto de concentração da propaganda dos nossos variados produtos de toda espécie, contribuindo, praticamente, para estreitar mais as relações dos Estados entre si, e auxiliando ainda a ampliação destas relações com o estrangeiro" (Reis, 1977, p. 94).

16 - A Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro. *Revista Municipal de Engenharia*, p. 28.

17 - *Revista Municipal de Engenharia*, p. 105, jul/ out. 1944.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

CAVALCANTI, Jerônimo. Idéias Gerais sobre um Plano de Descongestionamento do tráfego no Rio. *Revista Municipal de Engenharia*, p. 444-445, jul. 1939.

_____. *Jornal do Brasil*, p. 1, jan. 1941.

DODSWORTH, Henrique de Toledo. *A Avenida Presidente Vargas: aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização*. Rio de Janeiro, 1955.

_____. *Depoimento sobre Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, 1964.

- ESTELITA, José. Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo: impressões do representante pernambucano. *Jornal do Brasil*, p. 5, jan. 1941.
- FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org). *Novas Memórias do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2008
- KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1990.
- NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. In: MAST (org). Rio de Janeiro: MAST, 1991.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades Estreitamente Vigiyadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1977.
- RESENDE, Vera F. *Planos e regulação urbanística: a dimensão narrativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro*. In: *Cidade: História e desafios/ Lúcia Lippi Oliveira*, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *A arquitetura do impossível: a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista nos anos 1930*. In: *Rio de Janeiro: uma cidade na História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Recebido em 29/04/2014



A era dos estudantes: Rio de Janeiro, 1964-1968

The student era: Rio de Janeiro, 1964-1968

Marcelo Nogueira de Siqueira

Bacharel em Arquivologia (UNIRIO), mestre em História Social (UERJ), arquivista e atual coordenador de documentos audiovisuais e cartográficos do Arquivo Nacional. Professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos (UNIRIO). Membro do Conselho de Altos Estudos do Memórias Reveladas – Centro de Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)
mnsiq@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo contextualiza o movimento estudantil no Rio de Janeiro entre 1964 e 1968, analisando sua reorganização após o golpe civil-militar, suas lutas internas e as estratégias desenvolvidas na resistência e enfrentamento ao regime militar instaurado, tornando o movimento estudantil a principal força de oposição e a mais visível para a sociedade nos primeiros anos da ditadura, sobretudo em virtude de suas manifestações de protesto nas ruas do Rio de Janeiro, como passeatas, comícios relâmpagos, ocupações de prédios públicos, pichações e greves. O movimento teve seu ápice em 1968, quando os confrontos com a polícia causaram inúmeras mortes e prisões, provocando o aumento da atividade repressora e uma pretensa justificativa para o endurecimento do regime, como queriam alguns militares da chamada “linha dura”.

Palavras-chave: movimento estudantil; passeatas; Ditadura Militar

ABSTRACT: *This article contextualises the student movement in Rio de Janeiro from 1964 to 1968, analysing how it reorganised itself after the civil-military coup, its internal struggles and the strategies developed for resisting and opposing the military regime. The student movement became the main opposition force, and the most visible one to society in the first few years of the dictatorship. This was especially due to its demonstrations on the streets of Rio, which included marches, flash rallies, occupying public buildings, graffiti and strikes. The movement culminated in 1968, when confrontations with the police resulted in numerous deaths and arrests, leading to a rise in repression and an alleged justification for a hardening of the regime, which was what some of the military hardliners wanted.*

Keywords: *student movement; demonstrations; military dictatorship*

O contexto pré-1964

O número de universidades no Brasil teve um aumento considerável a partir da década de 1960, entretanto, mesmo com o aumento de vagas e de cursos oferecidos, a procura foi bem superior, em virtude do crescimento populacional das cidades e da consolidação de uma classe média urbana, o que causou uma crescente tensão no meio estudantil secundarista que desejava ingressar na universidade.

Com o surgimento de universidades e a criação de novos cursos, houve um aumento no número de estudantes universitários, proporcionando o crescimento de centros acadêmicos, fortalecendo as organizações estudantis. A União Nacional dos Estudantes (UNE) participava com grande destaque não só da vida política nacional (como no apoio à campanha de legalidade conduzida por Leonel Brizola visando garantir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros em 1961), como também da intensa efervescência cultural da época, promovendo a arte e a cultura nacional.

Contudo, nesse início de década, o país vivia um processo de radicalização política, em razão da campanha pelas reformas de base propostas por João Goulart que congregava um amplo conjunto de forças progressistas, incluindo partidos, sindicatos, trabalhadores rurais, políticos, militares nacionalistas, intelectuais, professores, artistas, grupos de esquerda e dos estudantes, representados pela UNE, pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e outras organizações estudantis (ARAÚJO, 2007: 137).

A reestruturação do movimento estudantil (1964 e 1965)

A tensão nas propostas, interesses e modelos econômicos entre conservadores e progressistas culminou na deposição do presidente João Goulart no golpe iniciado em 31 de março de 1964 e concluído no dia seguinte com a vitória da direita conservadora. Esse movimento, amplamente apoiado pelas forças militares, igreja, imprensa e pela classe média, não sofreu maiores resistências e foi rapidamente consumado com o apoio de grande parte da classe política. Nos momentos seguintes ao golpe civil-militar, uma onda repressora atingiu pessoas, entidades e associações civis e políticas identificadas com a frente nacionalista e de esquerda que dava sustentação ao governo de João Goulart. Vários dirigentes, sindicalistas, intelectuais e políticos foram presos, entidades fechadas e suas atividades proibidas. A sede da UNE, na praia do Flamengo, Zona Sul do Rio de Janeiro, foi destruída por um incêndio criminoso e todas as organizações estudantis foram extintas e proibidas. O historiador Daniel Aarão Reis, secundarista na época, lembra:

Não houve nenhuma ação contra aquela situação que estava se desenhando. Não houve, no movimento estudantil, nenhuma articulação, nenhuma manifestação. Foi uma coisa muito impressionante! Eu atribuo isso ao fato de que as grandes maiorias ali, embora muito penetradas pelo nacionalismo e pelo reformismo, não estavam dispostas a se arriscar para salvar o governo Jango. Foi uma coisa muito melancólica.

A vitória do golpe me despertou muito inconformismo, aquele desmoronamento, aquela derrota sem resistência. E isso eu tenho impressão que foi muito compartilhado pela minha geração politizada de esquerda¹.

Com a extinção da UNE, a proibição de greves e atividades políticas de entidades estudantis e a perseguição a pessoas associadas aos movimentos progressistas de esquerda, boa parte da diretoria da UNE e um grande número de estudantes se exilou ou caiu na clandestinidade. Porém, mesmo com o fechamento das entidades estudantis, as atividades políticas dos estudantes nas universidades continuaram de modo intenso. Se as lideranças, em um primeiro momento, foram perseguidas e tiveram que se afastar, o mesmo não aconteceu com a base do movimento estudantil, que nesse instante foi poupada, propiciando a formação de uma nova geração e o surgimento de outros líderes. Daniel Aarão Reis, que viria a ser anos depois o presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), recorda:

Realmente, o processo repressivo em geral não foi muito duro para a classe média, inclusive porque a classe média tinha sido um esteio do golpe. O movimento estudantil, em particular, embora atingido, teve condições de rearticulação relativamente favoráveis. Mas a rearticulação já vai ser empreendida pela nova geração. Como eu já disse, mesmo no nível dos segmentos mais radicais do movimento onde nós estávamos, a Dissidência do Partido Comunista e a Ação Popular, foram muito poucos os veteranos que permaneceram².

Franklin Martins, uma das lideranças estudantis do período, primeiro como secundarista e depois como aluno de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde viria se tornar presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), analisa assim a composição do corpo discente universitário no Rio de Janeiro:

O movimento estudantil na época era de classe média, e classe média-média – pelo menos no Rio de Janeiro. Os estudantes de modo geral eram filhos de profissionais liberais, advogados, médicos, dentistas, professores, funcionários públicos, pequenos comerciantes, pequenos industriais – era essa a composição básica. É claro que você tinha estudantes da classe média baixa, ou da classe trabalhadora, que com grande esforço tinham conseguido entrar e em geral trabalhavam. Eu diria que 5% eram filhos de rico, uns 10% filhos de pobre, e uns 85% eram filhos da classe média-média, uma classe com aspirações intelectuais e democráticas, que considerava o estudo e a universidade como forma não só de acesso ao mercado de trabalho, mas também de manutenção do seu padrão de vida e de acesso aos bens culturais do mundo; para quem a cultura era importante. Essa era a base social do movimento estudantil³.

Havia três forças políticas organizadas, relevantes, no movimento estudantil universitário nesse momento: a Ação Popular (AP), que se mantém após o golpe congregando segmentos moderados, mas com uma direção com tendências revolucionárias; as dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a mais destacada a Dissidência Comunista da Guanabara – DI/GB, e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) que possuía forte estruturação teórica.

A Ação Popular surgiu em 1962, com características de movimento político originário de setores à esquerda da Ação Católica e da Juventude Universitária Católica (JUC), e tinha por base, fundamentalmente, o movimento estudantil organizado, o que lhe assegurou a hegemonia política na condução da UNE neste período. A Dissidência da Guanabara, conhecida por DI/GB, surgiu como facção independente em 1966, quando o Comitê Universitário discordou da proposta de apoio do Comitê Central a candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que disputaria as eleições daquele ano, desligando-se do partido e constituindo-se como um dos primeiros grupos independentes resultantes de cisões, ou dissidências, do PCB. Como era composta, basicamente, de quadros do movimento estudantil também era conhecida, inicialmente, como Dissidência Universitária. Em 1969 a DI/GB, por razões políticas, adotou o nome do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que anteriormente era Dissidência de Niterói (Estado do Rio de Janeiro)⁴.

A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) surgiu em 1961 na reunião de grupos estudantis provenientes da Liga Socialista de São Paulo, afinados ideologicamente com Rosa Luxemburgo, da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, de alguns dissidentes do PCB e de simpatizantes do trotskismo. A ORM-POLOP tinha por metodologia o debate teórico e doutrinário, funcionando como uma espécie de “consciência crítica” da esquerda brasileira. Desde sua fundação publicou o jornal *Política Operária*, cujas iniciais batizaram o nome pelo qual a organização ficou mais conhecida: POLOP⁵.

Estudantes que militavam na Ação Popular iniciaram o processo de reorganização da UNE, promovendo reuniões e assembleias clandestinamente, da mesma forma que articulavam manifestações de protesto, greves e pequenas passeatas. Nas universidades e em entidades estaduais e regionais de organização estudantil havia grande luta pelo controle político, com disputas acirradas e divergências teóricas e metodológicas.

Em março de 1965, na aula inaugural da UFRJ, o presidente Castelo Branco foi vaiado por estudantes, causando a prisão de alguns deles. O episódio mexeu com os brios do movimento estudantil provocando solidariedade e mobilização dos diretórios acadêmicos e da União Metropolitana dos Estudantes⁶. No mesmo ano, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito (FND) da UFRJ, iniciou uma série de manifestações de rua e uma greve pela melhoria do bandejão. Logo em seguida promoveu, juntamente com estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), o primeiro ato oficial do movimento contra o regime militar: um julgamento público do governo em plena Central do Brasil envolvendo estudantes e trabalhadores. O ato não teve a repercussão desejada, pois no mesmo dia foi decretado o Ato Institucional nº 2, que na prática encerrava a hipótese de uma “revolução de curta duração”, pois ampliava os poderes do Executivo e afastava o regime cada vez mais de uma democracia representativa (CHIRIO, 2012: 93).

Resistência e enfrentamento (1966 e 1967)

Em 1966 o governo militar firmou uma parceria com os Estados Unidos para a instalação do modelo educacional norte-americano. O acordo MEC-USAID sofreu ampla crítica do movimento estudantil que o considerava como ação imperialista e uma ingerência dos Estados Unidos na educação nacional. Ocorreram inúmeras manifestações de protesto em diversas universidades brasileiras, fortalecendo a articulação do movimento estudantil. Segundo Daniel Aarão Reis:

Em 1966, houve a primeira grande passeata. Foi quando a gente descobriu, quase que por acaso, que era uma grande tática ir na contramão dos carros. Fizemos isso quase que por acaso, a partir de uma passeata que começou em frente à Filosofia e foi um sucesso estrondoso. A partir daí, aprendemos isso e começamos a usar sistematicamente. Mas era sempre um conflito, eram passeatas. No tempo da minha UME, houve muitas passeatas desse tipo. A gente enfrentava a polícia. Era muito difícil organizar grandes manifestações no Rio de Janeiro de modo geral⁷.

No congresso clandestino da UNE, em São Bernardo do Campo, houve a prisão de 178 estudantes, greves foram deflagradas em São Paulo, passeatas de protesto tomaram as ruas de Minas Gerais e no Rio de Janeiro foram suspensas as aulas na Faculdade Nacional de Direito. Esse contexto constituiu a fase inicial do processo que fez de setembro de 1966 um dos meses mais agitados e intensos do movimento estudantil (UFRJ, 2006: 49).

No dia 22 de setembro, houve uma grande passeata de protesto contra o governo na praia Vermelha, em frente à Faculdade Nacional de Medicina (FNM) da UFRJ. Com as palavras de ordem “povo organizado derruba a ditadura”, seiscentos estudantes iniciaram uma assembleia no interior da FNM. A polícia chegou e tentou entrar, mas os estudantes não deixaram, trancando as portas e fazendo barricadas, enquanto isso a polícia bloqueava as saídas não deixando ninguém sair. Discussões, debates e articulações aconteceram em ambos os lados, porém as negociações não avançaram e na madrugada a polícia invadiu a faculdade acabando violentamente com a ocupação, promovendo espancamentos e prisões. Esse episódio, o de maior violência até então contra estudantes e que seria um marco divisor do movimento estudantil, passou a ser conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”.

Sobre esse momento, Jean Marc Van der Weid, líder estudantil da Ação Popular e que esteve presente nesse episódio, relembra:

(...) com as manifestações de rua contra a ditadura tivemos um momento que foi, ao mesmo tempo, quase um apogeu e o começo de uma queda vertiginosa: foram as “setembradas”, uma série de manifestações que ocorreram em setembro de 1966, que, no Rio, culminaram com a ocupação da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha. Esse evento foi chamado de Massacre da Praia Vermelha, o massacre da Medicina, porque a polícia cercou o prédio e, na madrugada, invadiu o local e “desceu o pau” em todos os mil e poucos estudantes que ainda estavam lá dentro. Eles foram, literalmente, espancados, do último andar até a saída do prédio. Isso deu uma certa

“baqueada”, embora tivesse tido uma enorme repercussão na imprensa, nos vários meios de comunicação. O movimento estudantil ainda fez uma greve em seguida, mas começou a baixar o tom das mobilizações em 1966⁸.

Vladimir Palmeira, um dos principais líderes estudantis da época, aluno do curso de direito da UFRJ, destaca:

Desse pessoal que foi massacrado, ninguém mais participou de movimento estudantil. A massa só voltou a participar na Passeata dos Cem Mil. Agora ficou uma vanguarda, que foi a vanguarda que fez 1968. O que sobrou ali foi uma vanguarda que deu um salto. Inclusive fez autocrítica de ter ficado. Mas a vanguarda de 1968 estava toda ali. Quem não estava ali como, por exemplo, Franklin Martins, é porque começou a ir para a escola em 1967. O Cid Benjamin, o Franklin Martins foram conquistados em 1967, mas o resto da turma de 1968 estava toda⁹.

O historiador americano Thomas Skidmore (1988: 109), analisa as manifestações dos estudantes durante o ano de 1966:

As manifestações estudantis de protesto continuaram pelos meses de agosto e setembro, com ataques cada vez mais violentos à “ditadura”. E nas eleições para os diretórios estudantis, os universitários reconduziram os seus antigos membros ou votaram em outros com idéias semelhantes. Choques entre estudantes e a polícia, embora raramente envolvendo mais do que algumas centenas de manifestantes, espalharam-se através do Brasil em fins de setembro, sendo que cada refrega só fazia fortalecer a linha dura militar. Aliás, alguns membros da oposição começaram a se perguntar se não haveria *agents provocateurs* por trás das manifestações.

No início de 1967, o movimento estudantil estava se rearticulando, pois, após o Massacre da Praia Vermelha, o típico jovem que participava do movimento “virou vanguarda, liderança ou nunca mais participou de passeata”¹⁰. Segundo Vladimir Palmeira:

No ano de 1967, a vanguarda da luta é o Calabouço, que não era da universidade, e a Universidade Rural, que tinha uma dinâmica própria. Aquilo é um campus, as pessoas dormem lá. Há manifestações no Centro do Rio, mas o movimento estava de ressaca por causa da derrota de 1966¹¹.

No primeiro trimestre de 1967, nos últimos meses de governo de Castelo Branco, o Congresso Nacional promulgou uma nova Constituição – basicamente uma síntese dos atos institucionais e de leis correlatas – a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, acentuando o matiz autoritário do sistema político.

Em 15 de março toma posse como presidente o marechal Arthur da Costa e Silva, antigo ministro da Guerra de Castelo Branco e identificado como “linha dura”. A composição de seu ministério é majoritariamente militar: dos dezenove ministros, dez eram militares. Além disso, o governo passa a reunir em seu primeiro escalão nomes intimamente ligados à “linha dura” como o almirante Augusto Rademaker e os generais Jayme Portella de Mello e Emílio Garrastazu Médici.

Logo após a posse de Costa e Silva é decretada a extinção dos órgãos estudantis e em virtude dos protestos e da campanha em apoio aos excedentes do vestibular, cerca de mil estudantes são presos na Guanabara. Em abril, mês do desmantelamento da Guerrilha do Caparaó, há inúmeras manifestações no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. No mês seguinte, as manifestações e passeatas contra o acordo MEC-USAID tomam conta de diversas cidades pelo país. Em razão da demolição do antigo Restaurante Central dos Estudantes e da inauguração de um novo, de forma precária, em outro local, várias passeatas e manifestações acontecem no Centro do Rio de Janeiro. O Calabouço, como era mais conhecido o restaurante, teve sua demolição sacramentada por causa da construção de um trevo viário e de obras locais de urbanismo. Ele funcionava ao lado do Museu de Arte Moderna, em frente ao Aeroporto Santos Dumont, e foi transferido para um terreno do estado ao lado da avenida General Justo, perto do Comando da Aeronáutica e cerca de quinhentos metros do local original.

Em agosto aconteceu em Havana, Cuba, a primeira conferência da Organização de Solidariedade Latino-Americana (OLAS), divulgada amplamente pela imprensa nacional e reacendendo nos meios militares a ideia de ameaça iminente do comunismo internacional. Neste mesmo mês foi realizado, clandestinamente, o XIX Congresso da UNE em um convento em Campinas, São Paulo.

No fim do ano o movimento estudantil, já reorganizado, protestava contra as anuidades nas universidades por todo o país e, no Rio de Janeiro, contra as péssimas instalações do restaurante Calabouço.

O jornalista Franklin Martins, uma das lideranças do movimento estudantil à época, analisa:

O ano de 1967 foi um ano importantíssimo para o movimento estudantil em nível nacional. Você pode dizer assim: 1965, 1966 você reorganizou as entidades, as UEEs, a UNE, a UME. Mas era uma coisa muito frágil, não havia uma percepção clara como íamos reorganizar o movimento. E como eu disse, havia essas duas posições, uma reconciliadora e outra muito porra-louca. Nesse momento, começou a amadurecer uma linha de massas para o movimento estudantil. E torno a dizer: o movimento estudantil não era um movimento de esquerda. É isso que tem que se entender: ele é um movimento de estudantes, para defender seus próprios interesses. E estes interesses se chocam com os da ditadura. Eles têm interesses não só acadêmicos, querem uma escola melhor, um ensino melhor, uma formação profissional melhor, como querem liberdade, poder se exprimir, se realizar intelectualmente, poder existir sem estar sendo reprimido o tempo todo. (...) a luta por mais verbas, por mais vagas. Isso é que foi dar em 1968. 1968 foi preparado em 1967, porque o movimento estudantil perdeu o caráter sectário que tinha. (...) Quando chega 1968, o movimento estudantil – não sabíamos disso, estou falando retrospectivamente – está pronto para se tornar um grande movimento de massas, de peso, de influência nacional, e de colocar em xeque aquela ditadura que estava ali. Não era capaz de substituí-la, mas ao menos de mostrar que aquela ditadura não se sustentava mais. E foi o que ele fez¹².

No término de 1967, o discurso anticomunista da grande imprensa, da elite política e principalmente dos líderes militares endurece e se consolida.

1968: a era das passeatas

No início de 1968 o movimento estudantil, embora fortalecido e organizado, encontra-se bastante polarizado. Segundo a historiadora Angélica Muller (FICO e ARAÚJO, 2009: 64 e 65);

Duas são as principais forças do movimento neste momento. Elas formaram dois grandes blocos. A Ação Popular (AP), força predominantemente estudantil derivada da Juventude Universitária Católica (JUC), que juntamente com partidos menores, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), enfatiza não só as denúncias políticas gerais contra o regime, mas também a luta contra o imperialismo e a solidariedade com os vietcongues, priorizando o retorno às manifestações de rua que começaram em 1966. A AP, durante toda década de 1960, elegeu o presidente da UNE e de muitas entidades do ME. Já as dissidências do Partido Comunista, aliadas à Política Operária (POLOP) e, em alguns casos, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), acreditavam que o ME deveria ser um instrumento de politização da luta contra a política educacional do governo. Nesse período, a Dissidência da Guanabara e a de São Paulo ocuparam a presidência da União Metropolitana de Estudantes (UME) e da União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE/SP).

As reivindicações estudantis no Rio de Janeiro, nesse início de ano, concentravam-se nas questões dos alunos excedentes do vestibular, do acordo MEC-USAID e dos protestos contra as obras inacabadas do novo restaurante Calabouço, que viria a ser o cenário do estopim da radicalização do movimento contra o governo. Em fevereiro, a classe teatral, insatisfeita com a censura, suspende por três dias as apresentações de peças e espetáculos, promovendo reuniões públicas nas quais se discutia a censura e realizando uma passeata com famosos atores e atrizes.

No entardecer do dia 28 de março, os estudantes reuniram-se para protestar contra as condições do novo Calabouço, que ainda estava inacabado e necessitava de várias obras. O movimento estudantil tinha na Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) o porta-voz das reivindicações dos que pediam melhorias nas instalações do restaurante e da comida por lá servida. A polícia e as autoridades acusavam seus frequentadores de serem estudantes profissionais, agitadores e de transformar o local em um centro de atividades subversivas.

Edson Luís de Lima Souto, dezoito anos, era um de seus típicos e assíduos frequentadores. Oriundo de uma família pobre de Belém do Pará, veio para o Rio de Janeiro morar com parentes, estudar e tentar ganhar a vida. Morador do subúrbio passava o dia no Calabouço, pois estudava no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao restaurante onde fazia suas refeições e ganhava algum dinheiro fazendo pequenos serviços. Não era um “estudante profissional” ou “agitador”, muito menos fazia parte da liderança do movimento estudantil.

Quando a Polícia Militar chegou para acabar com a manifestação, com sua já conhecida truculência, foi recebida com pedras, vaias e provocações. Na confusão instaurada, um policial atirou contra a multidão atingindo Edson Luís e ferindo-o mortalmente (fato negado pela polícia nos dias seguintes). Seus colegas o socorreram e o levaram carregado até a Santa Casa de Misericórdia, aonde já chegou morto. Indignados, seus companheiros tomaram o corpo do estudante e saíram em passeata em direção à Assembleia Legislativa, na Cinelândia. Tinham por objetivo mostrar aos deputados o produto daquela repressão e proteger o corpo da Polícia Militar, já que imaginavam que poderiam sumir com o cadáver. O cortejo seguiu pela rua Santa Luzia e se encaminhou para a embaixada americana na avenida Presidente Wilson. Sob os gritos de “assassinos”, os jovens atiraram pedras contra os vidros da embaixada, fazendo com que a polícia e os seguranças reagissem, provocando mais um corre-corre. Os estudantes seguiram e rumaram pela avenida Rio Branco em direção à Assembleia Legislativa, onde atualmente funciona a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

A notícia logo chegou a todos os cantos da cidade. Inúmeros estudantes, jornalistas e curiosos começaram a rumar para a Cinelândia para acompanhar o velório. Os deputados ficaram atônitos, mas nada podiam fazer, pois a Assembleia já estava tomada pelos estudantes revoltados. O corpo foi colocado numa mesa e coberto até a cintura por uma bandeira brasileira. Alguns cartazes foram afixados ao seu redor e inúmeros discursos foram proferidos durante a noite, sempre com a exibição da camisa ensanguentada do jovem morto. A autópsia teria de ser feita ali mesmo, pois os estudantes se recusavam a liberar o corpo.

Tomada por estudantes, jornalistas, artistas, políticos e curiosos, a Assembleia Legislativa tinha se tornado palco de protestos acalorados contra o regime militar. Na madrugada do dia 28 para 29 de março, o corpo de Edson Luís fora autopsiado e colocado no caixão. Discutiu-se o trajeto do cortejo fúnebre que o levaria até o cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo. Os estudantes recusaram o oferecimento de um carro dos bombeiros, o cortejo seria feito a pé.

No dia 29, pela manhã, uma multidão, portando faixas e cartazes de protesto, aglomerava-se na Cinelândia. Nas escadarias da Assembleia inúmeros discursos sucediam-se, até que por volta das 16h deu-se início ao cortejo. O caixão, coberto com a bandeira nacional, era conduzido nos ombros pelos estudantes que se revezavam a cada instante. Uma multidão, estimada em cerca de cinquenta mil pessoas, seguia em silêncio, interrompido, por vezes, por palavras de ordem. Dos prédios, as pessoas batiam palmas, acenavam com lenços brancos e jogavam papel picado. O cortejo seguiu pelo Passeio Público, Lapa, Glória e, no final da tarde, chegou à praia do Flamengo. Ao passar em frente ao prédio abandonado da antiga sede da UNE, ilegal naquele momento, Vladimir Palmeira e outras lideranças estudantis invadiram o prédio e, de uma das janelas, proferiram inflamados discursos contra o regime militar enquanto uma bandeira dos Estados Unidos era queimada sob aplausos.

Ao chegar à praia de Botafogo já era noite. A luz havia sido cortada e a escuridão era vencida pelas velas acesas e tochas improvisadas pela multidão. Vladimir Palmeira lembra que:

Quando a Light apagou a luz na Praia de Botafogo, os secundaristas vieram pedir licença pra quebrar a luz, aí eu disse: “*Quebra essa porra!*” Aí eles saíram quebrando. Veio o cara do Partidão protestando: “*Vladimir, você não sabe o que está acontecendo?*” O que? “*Estão destruindo as lâmpadas!*” [risos] Pô, foi eu quem mandei! [risos]¹³

Por volta das 19h, o cortejo chegou ao São João Batista. As portas já estavam trancadas, mas a multidão as arrombou. Cerca de dez mil pessoas ainda estavam presentes, e ao som do Hino Nacional Edson Luís foi sepultado. A dispersão foi em silêncio, contudo, entre os estudantes, uma frase era dita em tom de juramento e repetida como uma senha do que estava por vir: “Neste luto, começou a luta!”. No decorrer da noite inúmeros confrontos aconteceram. As forças policiais, que durante o enterro não apareceram, reprimiram com violência as manifestações posteriores ao sepultamento. Por todo o país houve protestos, a rebelião estudantil havia começado.

Nos dias seguintes à morte de Edson Luís, o Rio de Janeiro presenciou intensas mobilizações de protesto, principalmente no 1º de abril, quarto aniversário da deposição de João Goulart, quando houve inúmeros conflitos pelas ruas da cidade. No dia 2, o *Correio da Manhã* trouxe ampla cobertura jornalística, com nove páginas, editorial e 31 fotografias. A manchete de capa era “Morte, 60 feridos, 200 prisões na Guanabara: Exército ocupa a cidade”. Neste mesmo dia, uma comissão de estudantes e intelectuais agendou a missa de sétimo dia de Edson Luís na Igreja da Candelária, no Centro da cidade. Outras missas também foram marcadas, e uma manifestação nas escadarias da Assembleia Legislativa foi proibida pela polícia. O Exército avisou que não iria tolerar qualquer tipo de manifestação política dentro ou fora das igrejas e o ministro da Justiça, Gama e Silva, solicitou que as forças policiais da cidade ficassem em total prontidão contra os protestos estudantis.

Na manhã do dia 4 de abril, dia das missas, tanques do Exército ocupavam trechos da avenida Presidente Vargas, militares vigiavam esquinas, agentes do DOPS em cima de edifícios observavam o movimento nas ruas, aviões da FAB cruzavam o céu e PMs a cavalo percorriam as imediações da Candelária. Nas bancas de jornal, o *Correio da Manhã* exibia sua manchete principal: “Estado de sítio será decretado se houver manifestações hoje”. A polícia tinha prometido que não haveria violência, mas desde cedo o cenário montado pela repressão indicava o contrário. Após as missas da manhã, a polícia já demonstrava a que estava disposta, sua cavalaria dispersava a multidão e agredia indiscriminadamente quem estava pelo caminho, principalmente grupos de estudantes.

A missa da noite, iniciada às 18h, era a última e a mais importante do dia. Cerca de seiscentas pessoas estavam presentes à celebração de dom José de Castro Pinto, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A polícia e o Exército continuavam nas imediações da Candelária, impondo

terror aos presentes. Os cavaleiros mantinham seus cavalos à porta da igreja, e o frenético barulho dos cascos dava a impressão de que a qualquer momento a cavalaria invadiria a nave central. O clima era de tensão e o confronto iminente.

Ao final da missa, os padres, liderados por dom José de Castro Pinto, negociaram uma saída pacífica para os presentes, em especial os estudantes. De mãos dadas, os religiosos fizeram um cordão de isolamento e conduziram as pessoas à saída da igreja. Apesar disso, os que seguiram pelas ruas adjacentes foram perseguidos e espancados pela polícia, tornando o Centro da cidade palco de inúmeros conflitos.

Depois desses acontecimentos, uma série de protestos estudantis aconteceu pela cidade, sempre com a repressão da polícia. A tática mais utilizada era a pichação de palavras de ordem em muros e prédios públicos e comícios-relâmpago, que consistiam em pequenos discursos proferidos por lideranças estudantis que logo se dispersavam. O movimento crescia e se articulava. A luta por mais verbas, por maior número de vagas nas universidades, pela reabertura do restaurante Calabouço e contra o acordo MEC-USAID estava cada vez mais associada à luta contra o regime militar, que nesse mês proibiu a Frente Ampla de Jango, Juscelino e Lacerda e viu, surpreso, a greve de operários na cidade mineira de Contagem. No 1º de maio houve grande confusão nos protestos pelo Dia do Trabalho em São Paulo, quando o governador paulista Abreu Sodré foi apedrejado por manifestantes, causando grande impacto no meio estudantil. Algumas semanas depois foi sancionada a lei nº 5.439 que responsabilizava criminalmente os menores de idade envolvidos em ação contra a segurança nacional.

Segundo a historiadora Maud Chirio (2012: 120): “a partir de maio de 1968, as declarações de oficiais se multiplicam em duas direções: a denúncia da ‘escalada subversiva’, às vezes misturada a apelos por uma radicalização política, e a crucificação de uma classe política que impediria o governo revolucionário de tomar medidas adequadas”.

Em junho aumentou a intensidade dos protestos e a mobilização dos estudantes, tornando as passeatas palco de verdadeiros enfrentamentos entre os estudantes e as forças policiais. Vladimir Palmeira conta a surpresa do vice-presidente da UNE, José Arantes, que não era do Rio de Janeiro, ao presenciar uma destas passeatas:

Nós fazíamos uma passeata, saímos da Cinelândia que era o padrão. Paramos o trânsito e eu ia andando assim, conversando. E a passeata ia, entendeu? Paramos em dois pontos para fazer discurso e dar orientação. Fazia silêncio completo. O Arantes que foi do meu lado disse: “*Ô Vladimir, porra, que coisa organizada Vladimir! Porra!*” Isso não existia no Brasil! Nossa passeata era isso! Então veio um menino secundarista que era nosso escoteiro bater. Os secundaristas iam para esquerda, para direita, para frente e para trás. E aí chegavam... Tudo era recado dos secundaristas, que corriam feito uma penga (sic), né! Os secundaristas diziam: “*Vladimir, carro da polícia, queima?*” Eu dizia: “*Queima!*” Aí eles iam lá e queimavam o carro da polícia. Porque nós tínhamos uma orientação clara, queima o carro da polícia e não toca nos policiais. Nunca batemos em algum policial até então!¹⁴

O ministro da Educação Tarso Dutra havia declarado que se dispunha a dialogar sobre as reivindicações do movimento, o que causou uma série de provocações dos estudantes. No dia 18 de junho, o *Correio da Manhã* noticiou na terceira página que os estudantes estavam desafiando o ministro para que cumprisse sua palavra e dialogasse com eles. No dia seguinte, uma grande manifestação foi marcada para acontecer em frente ao MEC, ocupar seu pátio e forçar um encontro com Tarso Dutra. O objetivo era a demonstração de força e desmoralizar o ministro com seu enterro simbólico. Cientes de que a polícia estava preparada para a repressão costumeira, os estudantes se municiaram com pedras e coquetéis *molotov*, criando pela primeira vez uma estratégia de enfrentamento explícito. Bem articuladas, as diversas entidades estudantis fizeram nas universidades um amplo trabalho de divulgação do protesto que, prevista para a manhã, só foi se concretizar perto do meio-dia.

Divididos em três colunas e partindo ao mesmo tempo de pontos diferentes, os estudantes encontraram na porta do MEC uma polícia disposta a não deixar que a manifestação tivesse início. Utilizando blindados que disparavam jatos d'água na multidão, os famosos "brucutus", os policiais partiram para o ataque dispersando os estudantes que lá estavam. Conforme previamente combinado, eles se reagruparam na avenida Rio Branco e montaram barricadas impedindo o fluxo dos carros. Em frente ao prédio do *Jornal do Brasil*, na esquina da rua Sete de Setembro, os estudantes fizeram um comício e mais uma vez a polícia investiu contra os jovens que, numa atitude até então inédita, partiram para cima dos policiais. Com paus, pedras e em número maior, os estudantes conseguiram avançar até a rua Uruguaiana. Quando a cavalaria da Polícia Militar chegou, os estudantes espalharam bolas de gude e rolhas de cortiça pelo chão fazendo com que os cavalos se desequilibrassem e caíssem.

Um caminhão do Exército foi incendiado, e o líder estudantil Jean Marc Von der Weid foi preso, acusado de ter sido o autor do ato. O conflito prosseguiu até a noite quando a polícia controlou por completo o Centro do Rio. Nas palavras de Vladimir Palmeira, o evento se desenvolveu da seguinte maneira:

Na Quarta-feira Sangrenta, nós decidimos ocupar o MEC, para mostrar que nós queríamos realmente conversar com o ministro e ele é que não queria. Preparamos com antecedência coquetel *molotov*. Foi a primeira vez que a gente decidiu usar de violência, cacete, pedra. Levamos pau e fomos para o cacete.

(...) Quando a polícia veio, naquele passo terrível, aquele passo de ganso, disseram: "Que a gente faz?" Eu disse: "Vamos resistir". Quando chegou, sei lá, a uns cinquenta metros, a gente disse: "Vamos pra cima deles!" E fomos e batemos na polícia pela primeira vez. A polícia saiu correndo e nós atrás por aquelas ruelas do Centro, invertendo as coisas. Nós passamos quatro anos correndo deles. Dessa vez, eles estavam correndo da gente. Aí, pronto, virou uma batalha campal, porque mandaram a cavalaria e a gente jogou bola de gude, rolhas. Cavalo caiu, menino andou em cavalo. Eu me lembro que teve um menino que botou um capacete da PE e montou no cavalo e saiu montado no cavalo. Houve de tudo. A massa é criativa. Até que tocaram fogo num caminhão do Exército. Nesse momento, a barra pesou, chegou a PE e eu me mandei. O Jean Marc foi preso. Essa foi a Quarta-feira Sangrenta¹⁵.

No dia seguinte o movimento estudantil decidiu se concentrar no *campus* da praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, local aonde o Conselho Universitário iria se reunir. Os estudantes marcaram, para a mesma data, local e horário, uma assembleia geral na qual seriam cobradas mais verbas para o ensino, mais vagas nas universidades e as reformas curriculares. Contudo, em virtude dos acontecimentos do dia anterior, decidiram que também iriam protestar contra a violência policial e exigir a libertação dos estudantes presos.

Cerca de dois mil estudantes tomaram as dependências do *campus* da praia Vermelha e, após invadir a reunião do Conselho Universitário, exigiram que reitor e professores descessem para o Teatro de Arena da Faculdade de Economia, onde estavam concentrados. Não houve violência, mas a pressão sobre os professores fez com que a maioria dos pontos defendidos pelos estudantes fosse aprovada pelo Conselho.

No início da tarde surgiram os primeiros rumores de que a universidade seria invadida pela polícia. O temor dos presentes era que se repetisse o “Massacre da Praia Vermelha”, conflito acontecido em 1966 quando a polícia invadiu a Faculdade Nacional de Medicina e, com extrema violência, acabou com uma manifestação estudantil.

Algumas horas depois, a polícia já tinha cercado o prédio e a tensão tomou conta do local. Ao anoitecer, o conflito era iminente. O reitor tentava encontrar uma solução pacífica, e a polícia, exigindo a saída imediata dos estudantes, acenava com a não violência desde que não houvesse nenhum tipo de agitação.

Por volta das 19h, os estudantes, percebendo não haver possibilidade de acordo, decidiram se dividir em grupos. Como a universidade tinha várias saídas, a fuga foi facilitada, porém um grupo de cerca de quatrocentas pessoas, o último a sair, foi preso quando tentava se refugiar no campo de futebol do Botafogo, quase vizinho ao local do conflito.

Com os manifestantes presos, a polícia abusou da intimidação e da violência. Os estudantes, humilhados e agredidos, foram obrigados a fazer fila indiana com as mãos na cabeça no meio do campo de futebol. Muitos tiveram de ficar deitados na calçada e outros acabaram conduzidos a delegacias da cidade. Houve relatos de abusos de todas as formas, inclusive sexuais.

A televisão apareceu no local e no noticiário da noite as imagens chocaram a cidade. O *Correio da Manhã*, em sua edição de 21 de junho, com seis páginas, editorial e 20 fotografias, tinha como manchete de capa: “A guerra contra os estudantes”. A classe média carioca viu seus filhos presos, espancados e humilhados, o que causou uma reação imediata e imprevista: a perda do apoio e da confiança no regime militar.

O movimento estudantil, por intermédio de suas lideranças, articulou na noite de quinta-feira uma grande passeata de protesto para o dia seguinte no Centro do Rio de Janeiro. Para despistar, marcaram o ponto de encontro na praça Tiradentes, às 8h da manhã. Tanto o local quanto o horário não eram usuais.

Vindos de vários pontos da cidade, os estudantes lotaram a praça e, após um breve comício, seguiram em caminhada em direção ao prédio do MEC. No caminho, os comerciantes, com medo, fechavam as portas de suas lojas enquanto muitas pessoas que estavam nas ruas aplaudiam a passeata. Durante o trajeto, os estudantes municieram-se de paus, pedras e barras de ferro de uma obra próxima. Ao chegarem à esquina do prédio do MEC, a polícia, em grande número, já os aguardava de prontidão. O confronto foi imediato e violento, o que obrigou os manifestantes a seguirem até a Cinelândia, onde outro grupo de estudantes se concentrava. Decidiram então caminhar até a embaixada americana para apedrejá-la e rumar para o restaurante Calabouço, fechado há meses. Perto da embaixada, a segurança reagiu a tiros, fazendo com que os estudantes voltassem para a Cinelândia. Pelo caminho, a liderança estudantil decidiu fazer uma grande passeata na avenida Rio Branco. Enquanto se concentravam, a polícia voltou a atirar e a jogar bombas de gás lacrimogêneo tornando o Centro do Rio uma verdadeira praça de guerra.

Durante todo o dia houve confronto violento, em proporções jamais vistas até então. Estudantes da Universidade Rural (UFRRJ) chegaram depois e, junto com jovens trabalhadores do Centro, engrossaram as fileiras dos manifestantes que enfrentavam a polícia. Bombas de gás lacrimogêneo eram atiradas em todas as direções, tiros eram disparados a ermo, barricadas eram montadas, chuvas de pedras caíam a todo instante e das janelas dos prédios muitas pessoas jogavam objetos nos policiais. No fim do dia a contagem oficial registrava 23 pessoas baleadas, quatro mortes, dezenas de indivíduos feridos, intoxicados e espancados e cerca de mil presos.

Esse dia, conhecido como “Sexta-feira Sangrenta”, foi o de maior violência em todo o ano de 1968. Para o jornalista Zuenir Ventura (1998: 142):

Se fosse possível precisar o momento exato em que o governo Costa e Silva perdeu definitivamente a batalha pela conquista da opinião pública, esse momento estaria situado entre os dias 19, 20 e 21 de junho – quarta, quinta e sexta-feira. Mais por insensatez própria do que por estratégia do adversário, as autoridades estaduais e federais, em três dias, atraíram para si o ódio da classe média, e aceleraram o que na época se chamava de “ascenso do ME”. A morte de Edson Luís já tinha provocado uma grande comoção, a repressão na porta da Candelária chocara e indignara, mas o que de fato levou a população a tomar partido, a se revoltar, a entrar fisicamente na guerra, foi a “sexta-feira sangrenta”.

A “Semana Sangrenta”, como foi nomeada a sequência dos dias 19, 20 e 21 de junho de 1968, foi decisiva para a mudança dos rumos da oposição ao regime militar brasileiro. Em virtude da grande violência policial sobre os estudantes e da ampla cobertura da imprensa, a sociedade civil passou a contestar de forma mais veemente a ditadura que se instalara desde 1964.

Logo após a “Sexta-feira Sangrenta”, dia de maior violência nas ruas durante o período militar, uma grande mobilização foi articulada pelos estudantes e intelectuais como resposta

ao que estava acontecendo. Almejavam uma grande passeata, na qual a sociedade pudesse expor pacificamente seu desejo de democracia. Também não interessava ao governo que conflitos como os da semana anterior se repetissem, pois a cada incidente sua popularidade junto à classe média diminuía. Entretanto, a linha dura do regime via nesses episódios a oportunidade de ampliação do modelo repressivo, e até propôs a decretação do estado de sítio, o que não foi aceito pelo presidente Costa e Silva, mas que, posteriormente, teria influência na criação do Ato Institucional nº 5.

Os governos estadual e federal liberaram a passeata, como forma de mostrar à população seu desejo de diálogo. Na verdade, foi um recuo estratégico, pois uma proibição resultaria em um confronto ainda maior. A data escolhida foi o dia 26 de junho, uma quarta-feira. O governador Negrão de Lima decretou ponto facultativo na esperança de esvaziar a cidade e, com isso, além de diminuir a importância da passeata, evitar possíveis confrontos.

Pela manhã, um incontável número de pessoas já se concentrava na Cinelândia. Pouco depois do meio-dia, com a chegada do líder estudantil Vladimir Palmeira, iniciaram-se os discursos. Em seguida, a multidão começou a passeata seguindo em direção à Candelária pela avenida Rio Branco, que ficou tomada de ponta a ponta. Sem a repressão policial e o clima de insegurança, o que se via eram pessoas sorridentes, de braços dados, gritando palavras de ordem e portando faixas de protesto. Das janelas dos prédios as pessoas batiam palmas e jogavam papel picado.

Quando chegou à Candelária, por volta das 16h, uma multidão de cerca de 100 mil pessoas se espalhava pelas avenidas Rio Branco, Presidente Vargas e ruas adjacentes. Outros discursos aconteceram e uma comissão da passeata foi constituída com o objetivo de negociar com os governantes o fim da repressão policial, entre outras coisas.

No final da tarde, os estudantes encaminharam-se até o Palácio Tiradentes para fazerem a última manifestação do dia. O sol já estava se pondo quando a passeata teve seu fim, contudo sua repercussão e simbolismo permaneceram para sempre na memória coletiva nacional. No dia seguinte, a edição do *Correio da Manhã* tinha como manchete: “Marcha do povo reúne cem mil”.

Nos dias que se seguiram, a euforia do movimento estudantil e dos grupos que se opunham ao governo contrastava com a apreensão dos militares e a determinação dos segmentos chamados de “linha dura” em tornar o regime mais firme. No mesmo dia da Passeata dos Cem Mil, ocorreu em São Paulo um atentado à bomba contra o Quartel-General do II Exército ocasionando a morte do soldado Mário Kozel Filho. Alguns dias antes, também na capital paulista, integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) roubaram armas de um hospital militar. Esses episódios inflamaram o discurso anticomunista dos militares, incentivando os grupos radicais paramilitares de extrema direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e Movimento Anti-Comunista (MAC).

O sucesso da Passeata dos Cem Mil e o fracasso da reunião da comissão com o presidente Costa e Silva fizeram com que o movimento estudantil promovesse uma nova manifestação na semana seguinte. No dia 4 de julho, os estudantes reuniram-se no pátio do MEC e, após uma série de discursos de protesto, saíram em passeata com destino ao prédio do Superior Tribunal Militar (STM) para exigir a libertação do líder estudantil Jean Marc Von der Weid (que seria solto semanas depois) e dos demais estudantes presos na “Semana Sangrenta”.

Quando os estudantes chegaram ao STM, outros discursos foram proferidos, todos objetivando a liberdade dos companheiros presos. Não houve violência e os próprios estudantes fizeram cordões de isolamento ao redor dos carros de polícia para que não houvesse quebradeiras. A dispersão foi calma e também sem incidentes.

A Passeata dos Cinquenta Mil, como ficou conhecida, foi a última grande passeata de 1968. Logo em seguida, as férias escolares, o incremento da atividade repressora e uma mudança na estratégia do movimento estudantil fizeram com que as grandes passeatas fossem deixadas de lado. A partir desse momento o movimento gradativamente entrou em declínio. O presidente Costa e Silva, durante reunião do Conselho de Segurança Nacional, pensou em decretar o estado de sítio, preferindo, contudo, aguardar o desenrolar da situação, enquanto setores mais radicais do governo o pressionavam para que medidas mais severas fossem tomadas. Nesse mesmo mês, ocorreu a greve dos trabalhadores em Osasco, São Paulo, a depredação do Teatro Opinião, onde encenava-se a peça *Roda Viva* de Chico Buarque, e o atentado à bomba contra a Associação Brasileira de Imprensa.

O historiador Carlos Fico (2009: 234) assim analisa esse momento após as grandes passeatas do meio do ano:

Parece evidente que algumas ocorrências de 1968 foram provocações feitas por grupos militares mais radicais no sentido de propagar na sociedade um sentimento de temor diante da desordem pública para, assim, justificar a adoção de medidas de exceção. Significativamente, essas provocações aconteceram após o frustrado encontro de Costa e Silva com a já mencionada “Comissão dos Cem Mil”, fracasso que provavelmente reforçou os grupos palacianos mais duros em detrimento dos auxiliares menos radicais (alguns assessores do marechal, desde a época de sua candidatura, tentavam fixar a imagem de Costa e Silva como a de um líder voltado para o diálogo). Não por acaso, em 11 de julho de 1968, nove dias depois do malogrado encontro, Costa e Silva consultou o CSN para saber “se o momento impõe medida de exceção ou não”.

Todos os protestos passaram a ser reprimidos e as manifestações terminantemente proibidas. Na Guanabara estudantes entraram em greve pela liberdade de Vladimir, que fora preso numa *blitz* por estar sem documentos, e houve a invasão por parte das forças militares da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Nacional de Brasília (UnB). A liberdade de Vladimir Palmeira só ocorreu em setembro por meio do *habeas corpus* conseguido pelo advogado Marcello Alencar, que futuramente seria governador do Rio de

Janeiro. Nesse mesmo mês, o deputado e ex-jornalista do *Correio da Manhã*, Márcio Moreira Alves, durante discurso no Congresso Nacional em que criticava a invasão da UnB, pergunta: “Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?” Em um segundo discurso, dias depois, Alves sugere ironicamente que as namoradas dos jovens militares os evitem e que sejam boicotados os desfiles de 7 de Setembro. Tais discursos desagradaram profundamente às Forças Armadas que se sentiram desrespeitadas por um notório adversário do regime.

No início de outubro, aconteceu a “Invasão da Maria Antônia” quando grupos paramilitares de direita, liderados pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), ocuparam violentamente a Faculdade de Filosofia da USP provocando a morte de um estudante. Alguns dias depois a atriz Norma Bengel é sequestrada em São Paulo, espancada e liberada no Rio de Janeiro.

No dia 4 de outubro o *Correio da Manhã* publica a reportagem-denúncia “A Operação Mata-Estudante” do jornalista Pery Cotta, que passou a ser conhecida como o Caso Para-Sar, pois esta unidade de elite da Aeronáutica estaria envolvida no planejamento de ações de captura e morte de estudantes e de atentados contra políticos e instalações públicas no intuito de aumentar o clima de incerteza no país, favorecendo o endurecimento do regime.

Ainda em outubro teve início clandestinamente em Ibiúna, interior de São Paulo, o XXX Congresso da UNE, quando seria eleito o próximo presidente da entidade. As autoridades já sabiam que ele iria acontecer, mesmo com a tentativa dos estudantes de despistar a polícia com indicações de falsos congressos em outras cidades. Como estratégia para se evitar novas prisões, as passeatas e comícios-relâmpago tinham sido suspensos pelos estudantes semanas antes. No dia 12, quando a polícia invadiu o sítio aonde se realizava o Congresso, mais de mil estudantes de todo país e de diversas correntes políticas estavam presentes. Todos foram presos, inclusive as principais lideranças. Foi o golpe de misericórdia no movimento estudantil.

O jornalista Elio Gaspari (2002: 325), citando dados do livro *Dos filhos deste solo* de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio analisa o episódio:

Ibiúna terminou como era de se supor. A polícia sabia local, dia e hora da reunião. Cercou-as com tropas da Polícia Militar na madrugada fria de 12 de outubro. Prenderam toda a UNE, sua liderança passada, presente e futura. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 pessoas, levadas para São Paulo em cinco caminhões do exército e ônibus. O movimento estudantil se acabara. Dele restou um grande inquérito policial, que se transformou em mola para jogar na clandestinidade dezenas de quadros das organizações esquerdistas. Nos seis anos seguintes, militando em agrupamentos armados ou na guerrilha rural, morreriam 156 jovens com menos de trinta anos. Deles, pelo menos dezenove estiveram em Ibiúna¹⁶.

Houve algumas manifestações em favor da liberdade dos estudantes, coibida com grande repressão. No dia 22 de outubro, em uma manifestação em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), Zona Norte do Rio de

Janeiro, os estudantes, como forma de protesto, pretendiam inaugurar a estátua “Liberdade 68”, um boneco de gorila com uniforme de polícia e uma metralhadora no lugar da tocha. Agentes do DOPS que vigiavam o local impediram violentamente a manifestação e durante o embate que se seguiu o estudante de medicina Luís Paulo da Cruz foi atingido por um tiro na cabeça e veio a falecer. A repressão continuou intensa nas semanas seguintes. O contexto político e a prisão das principais lideranças estudantis de todo país fizeram com que as manifestações de rua se tornassem cada vez mais raras.

Durante todo o mês de novembro houve intensa pressão dos comandos militares para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse licenciado pela Câmara dos Deputados para que fosse processado pelos discursos proferidos em setembro. Inúmeros setores das Forças Armadas desejam que o governo endureça o regime.

No dia 10 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) determina a liberação dos estudantes que estavam presos. Três dias depois, em 13 de dezembro, diante da recusa do Congresso Nacional em licenciar o deputado Márcio Moreira Alves para ser processado, o governo, utilizando tal fato como pretexto (ou como gota d’água como preferem alguns), decretou o Ato Institucional nº 5, fechando o Congresso, cassando mandados, decretando o estado de sítio, proibindo qualquer tipo de reunião e criando a censura prévia. A ditadura que era de fato tornara-se também de direito. O “golpe dentro do golpe” como muitos se referem ou a “revolução dentro da revolução” como alguns militares preferem, deu início aos “Anos de chumbo”, período de enfrentamento armado nas cidades e no campo, de prisões, sequestros, mortes, torturas, banimentos e desaparecimentos. Muitos estudantes que nos anos anteriores protestavam contra as condições do ensino e contra o governo, ingressaram na luta armada ou a apoiaram logisticamente. Inúmeros não sobreviveram, outros encontram-se desaparecidos até hoje.

Notas

1 - Depoimento de Daniel Aarão Reis ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 12.

2 - ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007. Página 155.

3 - Depoimento de Franklin Martins ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 11.

4 - No manifesto que integrantes da DI/GB e da Ação Libertadora Nacional (ALN) pedindo a troca do embaixador americano por 15 presos políticos, a DI/GB assinou como MR-8, pois o governo havia anunciado semanas antes que a organização tinha sido desmantelada com a captura de todos seus integrantes. Ao assinar como MR-8 a intenção era desmoralizar o governo. Após este momento a DI/GB passou, definitivamente, a denominar-se MR-8.

5 - Para uma leitura mais aprofundada sobre a AP, a DI/GB e a ORM-POLOP ver: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

6 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Invasão da FNM: 40 anos*. Rio de Janeiro, 2006, p. 31.

7 - Depoimento de Daniel Aarão Reis ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 18.

8 - Depoimento de Jean Marc Van der Weid ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 9.

9 - Depoimento de Vladimir Palmeira ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 9.

10 - Depoimento de Vladimir Palmeira ao autor em 2008.

11- Depoimento de Vladimir Palmeira ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 10.

12 - Depoimento de Franklin Martins ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, p. 14.

13 - Depoimento dado ao autor em 2008.

14 - Depoimento dado ao autor em 2008.

15 - Depoimento de Vladimir Palmeira ao Projeto Memórias do Movimento Estudantil, p. 17.

16 - A nota de rodapé correspondente a esse parágrafo, no que diz respeito à Ibiúna: “Veja, 16 de outubro de 1968, p. 12. Coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, maio de 1985. Para os ônibus e caminhões. Samarone Lima, Zé – José Carlos Novais da Mata Machado, uma reportagem, p. 68. Segundo em delegado do DOPS, em Samarone Lima, Zé, p. 68, o local da reunião era conhecido desde o dia 7.”

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudiantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 2007.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (org.) *1968: 40 anos depois: História e Memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira (org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. *Estudantes x Polícia: o movimento estudantil da Guanabara e suas manifestações de protesto entre 1964 e 1968*. O olhar do *Correio da Manhã*, do Governo Federal e dos Militares (agosto de 2012., 213 páginas). Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Invasão da FNM: 40 anos*. Rio de Janeiro, 2006.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Recebido em 28/11/2013



Antonio Benvenuto Cellini: a trajetória de um escultor da escravidão à liberdade. Recife/Rio de Janeiro, século XIX*

Antonio Benvenuto Cellini: the trajectory of a sculptor from slavery to freedom. Recife/Rio de Janeiro, 19th century

Marcelo Mac Cord

Doutor em História Social pela UNICAMP. Professor Adjunto da FEUFF.
mmcord@uol.com.br

RESUMO: Em minha tese de doutorado, que discutiu a formação de uma associação pernambucana de artesãos, notei que alguns trabalhadores experimentaram incríveis trajetórias. Ultimamente, tenho escrito sobre algumas delas. Esse artigo apresenta ao leitor o escultor Antonio Benvenuto Cellini, que em sua infância escravizada, no interior de Pernambuco, aprendeu sua arte com sua senhora. Ao conquistar um prêmio na Exposição Provincial de 1866, ganhou dos organizadores do evento sua alforria. Em seguida, o ex-escravo assumiu o sobrenome Benvenuto Cellini – em homenagem ao renomado escultor renascentista. Livre, estudou no Recife. Na década de 1870, o governo provincial concedeu ao artista uma subvenção anual para que pudesse aperfeiçoar seu talento na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Com a devida habilitação, advinda de seus estudos na Corte, Antonio Benvenuto Cellini conseguiu lecionar como mestre da oficina de entalhador do Instituto Profissional do Rio de Janeiro. Entre outros temas, a trajetória desse indivíduo permite que discutamos as tensões entre contingências conjunturais, estruturas sociais e iniciativa pessoal.

Palavras-chave: escravidão; liberdade; artes plásticas; escultura

ABSTRACT: *In my doctoral thesis, which discussed how an association of craftspeople from Pernambuco was formed, I noted that some of its workers had remarkable trajectories. Lately, I have been writing about some of them. In this article, I will introduce the reader to sculptor Antonio Benvenuto Cellini. In his childhood in rural Pernambuco, Antonio, a slave, learned sculpture from his mistress. Upon being awarded a prize at the 1866 Provincial Exhibition, he was granted his freedom. Following that, the former slave took on the surname Benvenuto Cellini in honour of a renowned Renaissance sculptor. He then studied in Recife as a free man. In the 1870s, the government of the province awarded him an annual studentship so that he could craft his art at the Fine Arts Academy of Rio de Janeiro. With the qualification earned from his studies in the Court, Antonio Benvenuto Cellini came to lecture as a master of the craft of carver at the Professional Institute of Rio de Janeiro. Among other themes, his trajectory allows us to discuss the tensions between conjunctural contingencies, social structures and personal initiative.*

Keywords: *slavery; freedom; fine arts; sculptur*

* O texto foi apresentado no 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, entre os dias 15 e 18 de maio de 2013.

Fundada em 1841, a Sociedade das Artes Mecânicas foi uma entidade pernambucana de auxílio mútuo preocupada com a instrução de seus membros. No transcorrer do século XIX, apesar de algumas mudanças de nome, o grupo reuniu uma série de artistas mecânicos e liberais de pele escura, homens livres e libertos, que lutaram contra os estigmas da escravidão e do “defeito mecânico” (Mac Cord, 2012). Ao estudá-la durante o doutorado, uma série de associados chamou minha atenção por suas trajetórias. De lá pra cá, sempre que possível, reúno material sobre alguns deles e ensaio interpretações sobre suas vidas. O primeiro texto que produzi, depois de encerrada a tese, analisou as vicissitudes que marcaram a caminhada de José Vicente Ferreira Barros e seus filhos. Esse mestre carpina preto idealizou a associação artística e ainda foi destacado vogal da Irmandade de São José do Ribamar, que havia sido uma corporação de ofício até a outorga da Constituição de 1824. Por meio da instrução e da valorização do trabalho artesanal, Ferreira Barros ajudou seus descendentes, todos alçados à condição de pardos, a experimentar mobilidade social ascendente: alcançaram ótimos níveis de escolaridade, conquistaram empregos públicos, atingiram a mestrança em ofícios mecânicos e controlaram lugares de poder no Liceu de Artes e Ofícios do Recife (Mac Cord, 2010).

Francisco José Gomes de Santa Rosa foi outro destacado artífice que mereceu uma análise mais bem detalhada. O mestre pedreiro pardo entrou na Sociedade das Artes Mecânicas em 1844, mas, apesar de não participar da montagem do grupo de auxílio mútuo, conviveu com Ferreira Barros na Irmandade de São José do Ribamar. Nessa organização leiga, Santa Rosa ocupou os principais cargos da mesa regedora, assim como seu colega preto. Concomitantemente, ambos os artífices também alcançaram o mesmo nível de poder institucional na mesa diretora da associação artística. A respeitabilidade do mestre pedreiro pardo foi reforçada por seus estudos noturnos e posterior emprego como lente da Sociedade das Artes Mecânicas. Nas mais diversas fontes, percebemos como o traquejo público e a qualidade da mão de obra de Santa Rosa garantiram serviços nos canteiros de obras recifenses. No ano de sua morte, 1861, o inventário registrou o acúmulo de expressivo cabedal: 16:255\$000rs. Contudo, nos dois últimos anos de sua vida, com a saúde debilitada, o mestre pedreiro contraiu muitas dívidas para manter o *status* conquistado. As execuções impetradas pelos credores praticamente dilapidaram tudo o que conseguiu amealhar em anos de trabalho árduo, colocando sua esposa e duas filhas legítimas em situação delicada¹.

As experiências de Ferreira Barros, seus filhos e Santa Rosa eram compartilhadas por muitos outros membros da classe artística pernambucana, que também buscavam respeitabilidade pública por meio da instrução, do trabalho qualificado, da liberdade mais plena e do associativismo. Assim poderiam alcançar mobilidade social ascendente, obter algum bom nível de prosperidade (material e simbólica), fortalecer a economia do favor com as elites letradas e proprietárias provinciais e conquistar direitos que achavam justos. Caso atingissem tais objetivos, que os habilitariam a participar de um modelo de cidadania,

de civilização e de progresso, os trabalhadores especializados pretos e pardos seriam mais bem-sucedidos no combate à precarização de suas liberdades em uma sociedade escravista e profundamente racializada². Para essa gente que lutava contra os estigmas da escravidão e do “defeito mecânico” e que valorizava seus costumes comuns forjados em irmandades, corporações, oficinas, tendas e canteiros de obras, essa era uma forma de impor aos “de cima” da pirâmide social seus talentos e virtudes. Tal estratégia era muito importante para que também pudessem demarcar, com mais vigor, as fronteiras que os separavam da maior parte dos subalternos que viveram no Império do Brasil.

A história de Antonio Benvenuto Cellini possui várias confluências com as de Ferreira Barros, seus filhos e Santa Rosa. Entretanto, entre elas, há duas peculiaridades significativas. A primeira é que identificamos o escultor como um indivíduo escravizado – ao menos, até o momento em que foi reconhecido como um talento pernambucano. Por sua vez, a outra é que a escultura não trazia consigo a marca do “defeito mecânico”. O *Vocabulário Portuguez e Latino* do padre Raphael Bluteau, publicado no século XVIII, consagra a separação entre artes mecânicas e liberais. O verbete “mecânico” remete o consulente à “indignidade” dos “homens mecânicos”, considerados “baixos” e “humildes”. Por contraste, no verbete “liberal”, observamos que “as artes mecânicas, ou servis, são as que são opostas às artes liberais”. Essas exercitariam “o engenho sem ocupar as mãos”, sendo “próprias de homens nobres e livres não só da escravidão alheia, mas também da escravidão de suas próprias paixões”. Entre outras formas de artes liberais, estavam a pintura, a escultura e a música³. Por conta dessas duas peculiaridades, a trajetória de Antonio Benvenuto Cellini é desafiadora, pois reforça a ideia de que sua liberdade é mérito de sua capacidade individual. Contudo, a historiografia demonstrou que essa era apenas uma visão de liberdade (Chalhoub, 1990).

Esculpindo o destino com as próprias mãos

As fontes permitem afirmar que Antonio Benvenuto Cellini nasceu em 1847⁴. No atual estágio de minha investigação sobre o escultor, poucos dados possuo sobre os dezenove primeiros anos de sua vida, quando recaía sobre si a condição de cativo. Sobre esse período, ainda farei pesquisas mais consistentes. Contudo, sabemos que o escravo Antonio era identificado como pardo, nasceu em terras brasileiras e pertenceu a d. Jerônima Maria do Patrocínio Ramos e moravam em Limoeiro, cidade localizada no interior de Pernambuco. Sabemos também que essa senhora sempre incentivou o aperfeiçoamento de seu escravo naquela arte, permitindo, inclusive, que utilizasse todo o seu tempo para exercitá-la⁵. Apoiados nessas informações preliminares, talvez estejamos diante de um filho ilegítimo de seu marido ou de parentes mais próximos, fruto de algum tipo de relacionamento (forçado ou consentido) com uma das cativas da família. Comparativamente a outros casos, era comum que os filhos ilegítimos dos senhores, mesmo que escravizados, participassem da vida cotidiana

da casa grande e desfrutassem de algumas vantagens pessoais – como no provável caso do pardo Antonio⁶. Outra possibilidade para entendermos o caso são as relações de parentesco espiritual estabelecidas entre eles na pia batismal⁷.

Independentemente da inconsistência empírica de minha hipótese, o pardo Antonio soube aproveitar a instrução artística que recebeu de sua senhora e pôde desenvolver seu talento com a madeira. A grande oportunidade para demonstrar sua arte surgiu em 1866, quando o governo pernambucano organizou a Exposição Artística e Industrial⁸. Programado para ocorrer no mês de julho, o evento foi adiado algumas vezes, pela dificuldade que seus comissários encontraram para reunir os mais diversos produtos pernambucanos. Entre os motivos alegados para os atrasos, elencamos a Guerra do Paraguai, a falta de recursos dos artesãos para investir em insumos e o excesso de chuvas no inverno, que atrapalhou o bom andamento da safra⁹. Apesar dos contratemplos, a festa do trabalho e da inteligência, como foi chamada pelos jornais de grande circulação, abriu suas portas no dia 14 de outubro¹⁰. No dia 17, quando de seu encerramento, os organizadores informaram que 6.551 visitantes conheceram os 427 produtos agrícolas, industriais e artísticos expostos¹¹. Considerando que o censo de 1872 registrou 126.671 habitantes na cidade do Recife, não é de se desprezar o público que visitou o palácio do governo para apreciar as mais variadas riquezas locais – aproximadamente 5% do contingente populacional da capital.

No dia 20 de outubro de 1866, o *Diario de Pernambuco* apresentou um catálogo dos objetos que foram apresentados na Exposição Artística e Industrial. Todos os 427 produtos foram discriminados na listagem, o que permite que tenhamos uma boa amostragem dos mais diversos setores e sujeitos da economia pernambucana. No documento, observamos que o pardo Antonio conseguiu participar da festa do trabalho e da inteligência, pois ofereceu ao grande público, que visitou o palácio do governo, uma figura de madeira representando o amor. O jovem escultor de pele escura e seu trabalho artístico foram representados pela Câmara Municipal de Limoeiro. Parece evidente que o escravo de d. Jerônima Maria não poderia representar a si mesmo, por sua personalidade jurídica. Além disso, segundo a publicação, podemos inferir a importância política dos Patrocínio Ramos junto ao poder local daquela pequena cidade pernambucana. Em mesma edição, o mais importante periódico da província também divulgou a lista de premiação do evento, que foi fornecida por seus comissários. Não bastasse sua participação, entre os agraciados pelo júri encontramos o “escravo Antonio”, que, com sua “estátua de madeira”, conquistou a honrosa medalha de cobre – equivalente ao terceiro lugar, já que as outras eram de ouro e de prata¹².

A entrega dos prêmios ocorreu em 2 de dezembro, dia do aniversário de d. Pedro II, no próprio palácio do governo pernambucano. É bastante interessante observar que os responsáveis pela Exposição Artística e Industrial desconheciam a condição jurídica do pardo Antonio. Isso fica evidente na “Revista Diária” do *Diario de Pernambuco*, publicada na edição de 31 de dezembro. Nela, encontramos a fala que o “dr. Sarmento” dirigiu, na

festividade, ao artista de pele escura. Segundo o membro da comissão organizadora do evento, logo após a divulgação do resultado do concurso, todos ficaram muito surpresos e preocupados com “a infeliz condição de cativo” do premiado, pois isso “destituía-o [...] de personalidade”. Diante desse dilema, “a comissão viu-se reduzida a alternativa de o libertar ou de mandar depositar no arquivo da Câmara Municipal de Limoeiro [o] diploma e a medalha”. Contudo, depois de deliberarem que “a liberdade é o complemento de todas as perfeições, com que Deus beneficiou o homem”, resolveram cotizar o substancial montante de 1:500\$000rs e presentear-lo com a carta de alforria, que seria dada junto com o diploma de mérito artístico e a medalha de terceiro lugar. A contrapartida exigida era que o artista continuasse cultivando “metodicamente a rara aptidão que Deus lhe deu para a estatuária”¹³.

As informações contidas na “Revista Diária” do *Diário de Pernambuco* exigem um pouco mais de nossa atenção. Especialmente sobre dois aspectos, dialéticos. Em primeiro lugar, é bastante interessante o cruzamento entre aptidão, liberdade como complemento da perfeição e estudo metódico como justificativa para a alforria do pardo Antonio. Apesar das especificidades históricas e sociais de meu estudo de caso, alguns elementos do plano nacional de instrução francês, elaborado por Condorcet, no final do século XVIII, ajudam a compreender o que se passava pelos corações e mentes do dr. Sarmento e seus colegas. Para o reformador europeu, os homens públicos deveriam minimizar as desigualdades produzidas pelo artifício humano em nome da desigualdade natural e legítima: a de talentos (Boto, 2003, pp. 742 e 750). Nesse sentido, alforriar o pardo Antonio era uma forma de reconhecê-lo como alguém que merecia a liberdade, pois sua capacidade de esculpir a madeira exigia inteligência especulativa, disciplina no treinamento, inspiração incomum e esforço criativo – lembremos aqui dos verbetes do dicionário do padre Raphael Bluteau. Em outras palavras, para aqueles que organizaram a Exposição Artística e Industrial, a manutenção do jovem pernambucano em cativo era uma injustiça que deveria ser corrigida, consideradas suas qualidades pessoais.

O outro aspecto da notícia é a definição do preço do laureado escultor, que vai ao encontro da problemática do talento e do mérito. Em Pernambuco, ao estudarem o comércio de africanos escravizados e seus descendentes, Flávio Versiani e José Vergolino afirmaram que um “escravo padrão” do sexo masculino, entre os anos de 1865 e 1869, custava, em média, 888\$889rs. Segundo os autores, um valor bastante elevado, por conta do fim do tráfico atlântico e das pressões advindas do tráfico interprovincial. “Escravo padrão” seria aquele da faixa etária mais produtiva, de 15 a 40 anos, excluídos os que eram descritos como portadores de doença ou defeito físico (Versiani e Vergolino, 2002, pp. 4 e 14). Atentos às tabulações que foram feitas pelos pesquisadores, verificamos que o pardo Antonio, que tinha 19 anos quando da Exposição Artística e Industrial, custou muito caro àqueles que o presentearam com a carta de alforria. Parece evidente que o talento, a aptidão e o treinamento do escultor ajudaram no superdimensionamento de seu preço¹⁴. Não podemos deixar de pensar também

nas filigranas que envolveram as negociações entre a comissão organizadora do evento e d. Jerônima Maria do Patrocínio Ramos, que, para valorizar seu cativo e conseguir mais dinheiro, provavelmente tenha utilizado argumentos afetivos para mantê-lo ao seu lado.

A alforria não é uma obra de arte pronta e acabada

Alforriado, o ex-escravo Antonio escolheu o sobrenome Benvenuto Cellini. Nada mais conveniente, pois esse havia sido um importante escultor, ourives e escritor renascentista. O artista florentino produziu sua reconhecida obra no transcorrer do século XVI – viveu entre os anos de 1500 e 1571 (Cellini, 1910). Sabemos que a escolha do sobrenome era algo fundamental para os recém-libertos do cativo, pois esses indivíduos necessitavam de consistente inserção em sociabilidades mais complexas. Geralmente, enquanto os adultos do sexo masculino logo tomavam o sobrenome de seu ex-senhor, as mulheres incorporavam um que as remetia à sua devoção (Jean Hebrad, 2003, pp. 85, 88-9). Apesar disso, a historiografia também desmonstra que muitos forros encontraram dificuldades para consegui-los logo após suas libertações, já que nem todos contavam com redes sociais mais extensas e consolidadas¹⁵. No caso do medalhista de cobre da Exposição Artística e Industrial, como podemos observar, parece que seus protetores o auxiliaram a associar sua imagem à arte liberal que executava, sem necessariamente obrigá-lo a assumir qualquer marca familiar de sua antiga senhora. Sem dúvida, para o pardo, isso representou a conquista de uma importante autonomia, algo fundamental para a construção de sua nova identidade cotidiana.

No atual estágio de minha pesquisa sobre Antonio Benvenuto Cellini, há ainda outro vácuo documental entre os anos de 1867 e 1871. Novas pesquisas tentarão suprir essa lacuna, futuramente. De qualquer forma, nesse breve lapso de tempo, parece bastante provável que o escultor pernambucano tenha ampliado suas redes sociais e consolidado um pouco mais sua liberdade – certamente na cidade do Recife. Prova disso é sua filiação à Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, ocorrida em 1871. Essa é a antiga Sociedade das Artes Mecânicas, que nesse último ano conquistou o título de “Imperial” e a mercê de administrar o recém-fundado Liceu de Artes e Ofícios do Recife. É importante destacar que a mesa diretora da associação e a diretoria das aulas da escola profissionalizante ficaram nas mãos dos mestres de obras de pele escura. Entre eles, os filhos de José Vicente Ferreira Barros: José Vicente Ferreira Barros Junior, João dos Santos Ferreira Barros e Antonio Basílio Ferreira Barros (Mac Cord, 2012). Assim que entrou no grupo de auxílio mútuo, com 24 anos e solteiro, Antonio Benvenuto Cellini recebeu o grau de sócio provecto – o segundo mais importante da casa, logo abaixo do magistral¹⁶. Para receber a importante distinção, o candidato precisava ser mestre habilitado na prática de seu ofício e estabelecido em sua arte¹⁷.

As fontes disponíveis permitem inferir que a entrada de Antonio Benvenuto Cellini na Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais foi fruto de sua proximidade com os

organizadores da Exposição Artística e Industrial. No júri do evento, encontramos Joaquim Pires Machado Portella¹⁸. Esse pernambucano foi um importante membro do Partido Conservador e apoiador da associação. Em sua carreira política, o advogado foi diretor da Instrução Pública, presidente do Conselho Diretor da Instrução Pública, vice-presidente da província e deputado provincial. Na década de 1850, por exemplo, entre os favores que concedeu ao grupo de artífices, podemos citar o direito de seus artesãos controlarem a Escola Industrial. Por mais que esse estabelecimento de ensino tenha ficado somente no papel, o projeto foi muito importante para os mestres de obras pretos e pardos, que acreditavam na reinvenção do monopólio de seus ofícios por meio de bases escolarizantes. Em 1862, pelos serviços prestados à entidade idealizada por José Vicente Ferreira Barros, Joaquim Pires Machado Portella recebeu, dos trabalhadores especializados, o título de sócio honorário (Mac Cord, 2012). Sem dúvida, o jovem escultor estava atento às vantagens que poderia conseguir construindo uma relação de compromisso com o político conservador.

A filiação de Antonio Benvenuto Cellini à Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais lhe rendeu mais visibilidade na cidade do Recife. Na Exposição Provincial de 1872, o escultor pôde apresentar seu trabalho em um grupo especial de produtos, exclusivamente reservado aos sócios. Segundo o relatório dos organizadores do evento, a escultura de Cristo feita pelo pardo se “sobressaiu a todos os mais trabalhos deste gênero”. A imagem, segundo a fonte, seria “digna de figurar entre as obras dos mais inteligentes artistas”. Em seguida, os comissários declararam que “se a congênita capacidade artística de Benvenuto for aproveitada, e puder ele receber as lições dos grandes mestres, em poucos anos será uma glória nacional”¹⁹. A Exposição Provincial de 1872 foi aberta ao grande público no dia 20 de outubro, ocorreu no Paço da Assembleia Provincial, durou três dias, recebeu 20.940 visitantes e apresentou 741 produtos (Melo, 1927, p. 255). Como podemos observar, em termos quantitativos, o evento foi mais bem-sucedido do que o ocorrido em 1866. No dia 25 de março de 1873, no Palácio da Presidência, ocorreu a cerimônia de entrega das premiações. Antonio Benvenuto Cellini recebeu uma medalha de prata – outros produtores ganharam condecorações do mesmo tipo, de bronze e menções honrosas²⁰.

Ainda no ano de 1873, Antonio Benvenuto Cellini fortaleceu seu reconhecimento público com uma premiação oferecida pela Exposição Nacional, ocorrida na Corte. No Diário de Pernambuco de 21 de junho, observamos que ele ganhou uma distinção de segunda classe por seus crucifixos e pela estátua da Vênus em madeira – ainda não é possível saber se essa obra é aquela que representava o amor, exposta em 1866²¹. A partir desse festejado acontecimento, existiu toda uma movimentação para que o escultor de pele escura estudasse na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. No primeiro semestre de 1874, a Assembleia Provincial de Pernambuco elaborou o projeto de Lei nº 39, que previa uma subvenção de 1:000\$000rs anuais (durante três anos) para que o laureado artista aperfeiçoasse suas habilidades naquela escola. Certamente, esse benefício seria uma forma de o governo responder às expectativas do

dr. Sarmiento e seus companheiros, que, ao presentear o então escravo Antonio com uma carta de alforria, desejavam que aprimorasse seu talento. Após tramitar por quase um ano naquela Casa Legislativa, o projeto de Lei nº 39 foi aprovado em três discussões. A Lei nº 1.161 foi finalmente publicada em 26 de abril de 1875, depois de sancionada pelo presidente pernambucano²².

No processo de discussão do projeto de Lei nº 39, observamos que, nas fontes, aparece em destaque o nome do deputado provincial Manoel do Nascimento Machado Portella. Não é possível afirmar que o legislador pernambucano tenha sido o proponente do auxílio financeiro de 1:000\$000rs. Contudo, como era um dos membros da Comissão de Instrução Pública, tomou a frente do debate²³. No período em que acompanhou o projeto de Lei nº 39, o advogado era um homem público experiente, pois havia sido deputado em outras legislaturas e presidente interino da província. O irmão mais novo de Joaquim Pires Machado Portella também fazia parte do Partido Conservador. O interesse desse político pela causa de Antonio Benvenuto Cellini pode ser explicada pela proximidade que desfrutavam. Em 1872, na Exposição Provincial, Manoel do Nascimento Machado Portella participou da comissão organizadora²⁴. Ele também fazia parte da associação idealizada por José Vicente Ferreira Barros. Em 1862, recebeu o título de sócio honorário (Mac Cord, 2012). Como podemos observar, em cada passo adiante na consolidação de sua liberdade e de sua reputação profissional, o ex-escravo pardo e reconhecido escultor tecia uma rede de clientela cada vez mais ramificada e poderosa.

Antes da viagem para o Rio de Janeiro, segundo nos faz crer a documentação disponível, Antonio Benvenuto Cellini permaneceu no Recife para participar da Exposição Provincial de 1875, cuja abertura ocorreu no dia 4 de julho – poucos meses depois da aprovação da Lei nº 1.161. Essa festa do trabalho e da inteligência contou com uma comissão organizadora presidida por Manoel do Nascimento Machado Portella. João dos Santos Ferreira Barros, filho do idealizador da então Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, foi um de seus membros. Em seu longo discurso na abertura do evento, o presidente da comissão discordava daqueles que desdenhavam dos resultados das exposições – talvez, um recado para seus adversários políticos. Não por acaso, para reafirmar sua importância, utilizou como exemplo o escultor que veio do interior da província, e, por seu talento, conquistou a liberdade e uma subvenção para estudar na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Como contrapartida aos favores, Antonio Benvenuto Cellini transformou-se em capital político, podendo ser acionado sempre que os conservadores precisassem auferir dividendos. Por fim, após o encerramento da Exposição Provincial de 1875, o respeitado artista recebeu mais uma medalha de prata, aumentando assim a sua coleção de feitos²⁵.

O escultor procura consolidar sua obra de liberdade no Rio de Janeiro

No atual estágio da pesquisa, ainda não consigo precisar a data de embarque de Antonio Benvenuto Cellini para o Rio de Janeiro. É bastante provável que tenha partido para essa cidade no próprio ano de 1875, pois, no orçamento provincial desse exercício, existe uma rubrica com o nome do escultor associada ao valor de 1:000\$000rs²⁶. Em sua nova vida, na Corte, a documentação permite conhecer que o forasteiro foi morar com o “Dr. Rufino A. de Almeida no Asilo da Infância”²⁷. Rufino Augusto de Almeida era pernambucano e também vivia há pouco tempo na capital do país. Até 1874, dirigiu a Casa de Detenção do Recife, principal instituição do gênero na província (Albuquerque Neto, 2011). Logo após essa experiência, o administrador público foi comandar o Asilo dos Meninos Desvalidos, localizado no bairro suburbano de Vila Isabel. O estabelecimento de ensino foi inaugurado em 14 de março de 1875 pelo ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, que também era pernambucano. As historiadoras da educação Irma Rizzini e Maria Zélia Maia de Souza entendem que os conhecimentos asilares do ex-diretor da Casa de Detenção do Recife permitiram que fosse escolhido para dirigir uma instituição escolar que pretendia oferecer, aos meninos pobres, ensino integral em regime de internato (Rizzini e Souza, 2009).

No século XIX, os políticos pernambucos foram muito competentes para forjar todos os tipos de arranjos políticos – fosse qual fosse a esfera de poder. Por conta disso, não tenho pudores para suspeitar do protagonismo do ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, destacado membro do Partido Conservador, na escolha de Rufino Augusto de Almeida para o cargo de diretor do Asilo dos Meninos Desvalidos – posto que ocupou até o mês de dezembro de 1879, ocasião de sua morte (Rizzini e Souza, 2009, p. 66). Reforça minha impressão o fato de a escola de caráter asilar responder àquela pasta do Poder Executivo. As fontes, contudo, permitem uma constatação sobre a hospedagem de Antonio Benvenuto Cellini no Asilo dos Meninos Desvalidos, localizado nos subúrbios da Corte. A Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais colaborou com a tecitura do importante benefício. João Alfredo Correia de Oliveira era membro da associação, assim como o artista de pele escura e seus dois grandes protetores, os também conservadores Joaquim Pires e Manoel do Nascimento Machado Portella. O título de sócio honorário foi concedido em 1871, exatamente quando o recém-empossado ministro iniciava suas atividades governamentais na cidade do Rio de Janeiro²⁸.

O Asilo dos Meninos Desvalidos estava instalado em um amplo terreno. O complexo asilar continha o prédio da escola primária, as oficinas para a aprendizagem dos ofícios, o palacete onde residia o diretor e sua família e os alojamentos das crianças, dos inspetores, dos porteiros e dos mestres das artes mecânicas. Aos professores das matérias escolares stricto sensu era vetada a moradia no local – existiram reivindicações para que a regra mudasse, segundo Irma Rizzini e Maria Zélia Maia de Souza (Rizzini e Souza, 2009). Para os anos

entre 1875 e 1889, consultei todas as edições do Almanack Laemmert, a fim de encontrar algum indício da presença de Antonio Benvenuto Cellini no bairro de Vila Isabel. Naquele lapso de tempo em que o periódico foi publicado, observei os nomes dos funcionários daquela instituição, mas o escultor de pele escura esteve ausente de todos os empregos regulamentados²⁹. Isso reforça os dados obtidos nas fontes compulsadas: a sua condição de hóspede do diretor Rufino Augusto de Almeida, enquanto esteve vivo. Contudo, ainda não é possível dizer se o estudante da Academia de Belas Artes ocupava algum aposento do palacete reservado ao diretor e seus familiares ou se morava em alguma outra construção pertencente ao Asilo dos Meninos Desvalidos.

Por enquanto, as informações mais substanciais que possuo sobre Antonio Benvenuto Celline, na Academia de Belas Artes, remetem o leitor aos últimos anos da década de 1870. Em 27 de novembro de 1878, por exemplo, a “Revista Diaria” do Diario de Pernambuco informou ao grande público que, na Corte, o escultor de pele escura vinha “se portando de modo irrepreensível”. Ele ainda continuava a morar com o diretor do Asilo dos Meninos Desvalidos e estudava “com assiduidade e gosto”. Segundo o jornal, o comprovinciano sempre chegava às aulas daquela escola artística quando o relógio batia “9 horas da manhã”. Terminadas suas obrigações e de volta ao lar, “às duas e meia da tarde” o artista recolhia-se aos seus aposentos e trabalhava “até hora adiantada da noite, ora pregando-se em desenho, ora em esculturas”. O articulista da matéria comentou que Antonio Benvenuto Cellini raramente saía à noite, mas, quando o fazia, era para assistir alguma peça de teatro no Centro da cidade. O documento afirma ainda que o pernambucano teve seus progressos elogiados por d. Pedro II e que era bastante querido por seus colegas e professores³⁰. Como no discurso de Manoel do Nascimento Machado Portella, em 1875, estaríamos diante de um modelo de moralidade e de morigeração para a população pobre de pele preta e parda.

Apesar de o Diario de Pernambuco representá-lo de forma bastante idealizada, como um exemplo de comportamento para seus comprovincianos, não há dúvida de que Antonio Benvenuto Cellini era um sujeito disciplinado – algo fundamental para alguém com sua trajetória. Isso independia da capitalização política que as elites brancas, letradas e proprietárias poderiam fazer de sua imagem pública. Prova de sua dedicação é que, enquanto estudante da Academia de Belas Artes, o escultor de pele escura continuou acumulando premiações. No início do ano de 1879, depois de completados três anos de curso, o artista havia recebido uma menção honrosa no primeiro, uma medalha de prata no segundo e uma de ouro no terceiro. As duas estátuas que proporcionaram essa última distinção foram oferecidas à Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, para que ornassem o palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife³¹. Sem dúvida, essa é mais uma prova da significativa economia do favor que o ex-escravo construiu nessa entidade de auxílio mútuo. Não por acaso, no período analisado, Manoel do Nascimento Machado Portella esteve na

Corte para testemunhar o sucesso de seu protegido³². Provavelmente, o experiente político carregou os presentes em seu retorno para a província do Norte.

Ainda em 1879, o bom desempenho acadêmico dos primeiros anos permitiu que a subvenção de Antonio Benvenuto Cellini fosse prorrogada, para que fizesse estudos complementares. Por ora, não é possível saber quais foram. Ao consultar os orçamentos provinciais, observo que o tesouro público estendeu o benefício até o ano de 1883³³. Nesse interregno, pelo menos por duas vezes, o escultor de pele escura solicitou um outro auxílio à Assembleia Legislativa de Pernambuco, para que passasse uma temporada de aperfeiçoamento artístico na Europa³⁴. Ainda será preciso investigar com mais cuidado os desdobramentos dessa demanda. Sobre o que aconteceu com o artista depois do fim da subvenção concedida em 1875, possuo apenas alguns indícios que são bastante significativos. Caso seus comprovincianos e patronos alimentassem alguma esperança de seu retorno a Pernambuco, para que ajudasse o “progresso” artístico local, tiveram todas as suas pretensões frustradas. Antonio Benvenuto Cellini continuou a morar e a trabalhar no Rio de Janeiro. Mais do que isso, ainda nos anos 1880, aprofundou suas raízes na cidade quando se casou com Cypriana Rodrigues Celline. Em 1886, por exemplo, desse relacionamento nasceu o filho legítimo Platão Benvenuto Cellini³⁵.

Na década de 1890, quando vigoravam o regime republicano e as conjunturas de pós-abolição, Antonio Benvenuto Cellini compôs o corpo docente do Instituto Profissional. Em 1894, o artista de pele escura era o mestre interino da oficina de entalhador³⁶. Não causaria espanto ao leitor saber que o referido estabelecimento de ensino era o antigo Asilo dos Meninos Desvalidos, que havia mudado de nome naquele mesmo ano, quando procurou dar mais ênfase à profissionalização de seus estudantes. Em 1898, a escola ganhou novo nome: Instituto Profissional Masculino. Essa era uma forma de se distinguir do feminino, também localizado no Rio de Janeiro (Souza, 2012, p. 151). Em 1905, ainda como Instituto Profissional Masculino, encontramos o pernambucano naquela mesma oficina, mas agora efetivamente no lugar de mestre³⁷. Parece evidente que seus velhos laços afetivos e políticos colaboraram para a conquista do emprego. Sobre tais envolvimento com o passado, sabemos, através das fontes, que Antonio Benvenuto Cellini manteve relações com a Escola Nacional de Belas Artes – antiga Academia de Belas Artes, onde estudou. Em 1892, o governo federal requisitou que fosse paga ao escultor a quantia de 750\$000rs, referente à confecção de três coleções de gesso para modelos³⁸.

Considerações finais

A trajetória de Antonio Benvenuto Cellini é bastante instigante. Nesse artigo, os indícios e as análises preliminares apresentadas apoiam essa sensação. Obviamente, nesse momento da pesquisa, enfrente dois silêncios absolutamente torturantes. O primeiro deles

nos remete à infância e aos primeiros anos da juventude do pardo Antonio, quando era indivíduo escravizado no interior pernambucano. O outro nos coloca frente a frente com sua carreira artística, depois de concluir seus estudos na Academia de Belas Artes. As fontes disponíveis fazem parecer que o escultor, sempre tão elogiado por seu talento e perícia, passou as últimas décadas de sua vida sobrevivendo como mestre entalhador de uma escola profissionalizante e realizando esporádicos serviços artísticos para o governo. Independente disso, contudo, acho que estamos diante de uma vida muito vitoriosa. Aponta para isso o fato de o pernambucano acumular alguma educação formal e artística durante o cativeiro, conquistar a carta de alforria por seu talento e escapar da precarização de sua liberdade – por meio de estudos em prestigiada escola imperial, do reconhecimento público de sua perícia artesanal, das relações políticas e pessoais que teceu, da família considerada legítima que constituiu e da admissão em emprego público.

Por essas peculiaridades, pensar a trajetória de Antonio Benvenuto Cellini da escravidão à liberdade requer sofisticação. Em nenhum momento penso em “abrandar” a experiência do pardo Antonio em cativeiro. Contudo, é inegável que, enquanto escravo de d. Jerônima Maria do Patrocínio Ramos, obteve uma série de benefícios a que poucos cativos tiveram acesso. Ele pôde estudar uma arte que sempre esteve associada à inteligência e à liberdade do jugo de outrem e das “paixões mais rasteiras”. Foram concepções dessa natureza que permitiram ao então jovem escultor impressionar um grupo de homens que achava inconcebível relacionar talento e escravidão. Alforriado, Antonio Benvenuto Cellini também desfrutou de favores que a maior parte dos homens livres jamais pôde usufruir. A Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, por exemplo, sempre foi uma entidade socialmente seletiva. Além de membro do grupo de auxílio mútuo, o ex-morador de Limoeiro conseguiu a proteção de consócios poderosos, que viabilizaram uma subvenção para que frequentasse a principal escola artística do Império do Brasil. Ainda tenho muito trabalho de pesquisa pela frente, mas, fosse qual fosse a matéria-prima oferecida pelas contingências, Antonio Benvenuto Cellini foi o escultor de sua própria vida.

Notas

1 - Mac Cord (2014, pp. 199-227).

2 - Para saber sobre os significados da precarização da liberdade dos africanos e seus descendentes no Império do Brasil, consultar Chalhoub (2010, pp. 33-69). Por sua vez, para conhecer mais pormenorizadamente os debates que teceram a categoria “racialização” e sua importância para a interpretação da história brasileira, consultar Albuquerque (2009).

3 - Até aqui, tudo em Bluteau (1712, pp. 109 e 379-380).

4 - Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 6v, Universidade Católica de Pernambuco (doravante UNICAP), Recife, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

5 - “Revista Diária”, *Diário de Pernambuco*, 31/12/1866, Fundação Joaquim Nabuco (doravante FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes. Segundo os sistemas de medidas utilizados no século XIX, a localidade de Limoeiro estava a 18 léguas da cidade do Recife, o que equivale, hoje, a uma distância aproximada

de 100km. Códice OP-33, fl. 194, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (doravante APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas.

6 - Entre outros, consultar Guedes (2008); Moreira (2010); Guimarães (2009). Agradeço a Jonis Freire pelas referências e pelo debate.

7 - Entre outros, consultar Gudeman e Schwartz (1988); Rocha (2004). Agradeço a Jonis Freire pelas referências e pelo debate.

8 - As exposições artísticas e industriais, fossem locais, nacionais ou universais, foram “festas da modernidade”, sempre vinculadas aos valores do “progresso”, do trabalho e da inteligência humana (Schwartz, 1988, esp. o capítulo “Exposições Universais: festas do trabalho, festas do progresso”). Em Pernambuco, a Exposição Artística e Industrial de 1866 foi a segunda do gênero. A primeira foi organizada em 1861 (Melo1927, pp. 249-66).

9 - “Exposição dos productos agrícolas, industriaes e de obras de arte em Pernambuco” e “Exposição dos productos agrícolas e Industriaes em Pernambuco”, *Diario de Pernambuco*, 3/7/1866, FUNDAJ, Recife, Setor de Microfilmes. “Exposição dos productos agrícolas e industriaes e de obras de arte da província de Pernambuco”, *Diario de Pernambuco*, 7/9/1866, FUNDAJ, Recife, Setor de Microfilmes. Códice DII-22, fl. 141-44, 150-50v, APEJE, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II.

10 - *Diario de Pernambuco*, 15/10/1866, FUNDAJ, Recife, Setor de Microfilmes.

11 - *Diario de Pernambuco*, 23/11/1866, FUNDAJ, Recife, Setor de Microfilmes.

12 - *Diario de Pernambuco*, 20/11/1866, FUNDAJ, Recife, Setor de Microfilmes.

13 - Até aqui, tudo na “Revista Diaria”, *Diario de Pernambuco*, 31/12/1866, FUNDAJ, Recife, Setor de Microfilmes. O “dr. Sarmento” que surgiu no periódico é José Joaquim de Moraes Sarmento, presidente da comissão organizadora da Exposição Artística e Industrial. *Relatório apresentado ao governo pela Comissão Directora da Exposição de Pernambuco em 1866*. Pernambuco: Typographia de M. Figueira de Faria & Filhos, 1866, p. 106, APEJE, Recife, Setor de Folhetos Raros, caixa 15, livreto 17.

14 - Genericamente, os escravos especializados custavam mais caro que os outros. Por exemplo, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, o preço médio do cativo era 167\$568rs. O escravo especializado poderia ser comprado por 500\$000rs (Karasch, 200, pp. 452-453).

15 - Entre outros, consultar Mattos (1998, p. 333); Silva (1997, p. 203).

16 - Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicas e Liberais, 1864-1871, fl. 68v, UNICAP, Recife, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e

Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 12, UNICAP, Recife, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 6v, UNICAP, Recife, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

17 - *Estatutos da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco instituída em 1836 e inaugurada nesta cidade do Recife aos 21 de novembro de 1851*. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1882, Gabinete Português de Leitura, Recife, Biblioteca, Obras Raras.

18 - *Relatório apresentado ao governo pela Comissão Directora da Exposição de Pernambuco em 1866*, p. 107.

19 - *Jornal do Recife*, 20/3/1873, UNICAP, Recife, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

20 - *Jornal do Recife*, 20/2/1873, Recife, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

21 - *Diario de Pernambuco*, 21/6/1873. Apud, ACIOLLI, Vera L. C. *A identidade da beleza: dicionário dos artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 2008, p. 117.

22 - Até aqui, tudo nas seguintes fontes: *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco, sétimo anno, sessão de 1874*. Tomo VIII. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1874, p. 238 e 395, Assembleia Legislativa de Pernambuco (doravante ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo. *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco, anno 1875*. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1875, p. 57, ALEPE, Recife, Divisão de Arquivo. *Collecção de Leis Provincias de Pernambuco, anno de 1875*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1875, p. 32, APEJE, Recife, Setor de Documentos Impressos.

23 - *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco, sétimo anno, sessão de 1874*, p. 7 e 139. *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco, anno 1875*, p. 4.

24 - *Jornal do Recife*, 20/3/1873, UNICAP, Recife, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

25 - Até aqui, tudo na *Exposição Provincial de Pernambuco inaugurada em 4 de julho de 1875 na cidade do Recife*. Recife: Typographia de Manoel Figueiroa & Filhos, 1878, p. 4, 18 e 30, Instituto Ricardo Brennand, Recife, Biblioteca, Obras Raras, OR-135.

26 - *Collecção de Leis Provincias de Pernambuco, anno de 1875*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1875, p. 35, APEJE, Recife, Setor de Documentos Impressos.

27 - *Diario de Pernambuco*, 27/11/1878. Apud, VERA L. C. ACIOLLI. Op. cit., p. 117-8.

28 - Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 21, UNICAP, Recife, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios. João Alfredo Correia de Oliveira foi ministro do Império entre os anos de 1871 e 1875. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Vol. 2, p. 1176.

29 - *Almanack Laemmert*, edições entre 1844 e 1889. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/almanak>>. Acesso em: 13/2/2013.

30 - Até aqui, tudo no *Diário de Pernambuco*, 27/11/1878. Apud, VERA L. C. ACIOLLI. Op. cit., p. 117-8.

31 - *Diário de Pernambuco*, 7/2/1879. Apud, ACIOLLI, Vera L. C. Op. cit., p. 118. A premiação dos alunos mais destacados foi uma prática comum da Academia de Belas Artes. FERNANDES, Cybelle V. N. *Das salas de aula aos salões: as Exposições Gerais da Academia Imperial de Belas Artes*. Anais do XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte, 2002. Disponível em: <<http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto15.pdf>>. Acesso em: 14/2/2013.

32 - Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 159 e 145, UNICAP, Recife, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios. Observe-se que o códice apresenta problemas de numeração: a referida página 145 surge depois da página 160.

33 - *Collecção de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1880*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1880, p. 21, APEJE, Recife, Setor de Documentos Impressos. *Collecção de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1881*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1881, p. 64, APEJE, Recife, Setor de

Documentos Impressos. *Collecção de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1882*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1882, p. 103, APEJE, Recife, Setor de Documentos Impressos. *Collecção de Leis Províncias de Pernambuco, anno de 1883*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1883, p. 97, APEJE, Recife, Setor de Documentos Impressos.

34 - *Diário de Pernambuco*, 10/4/1881 e 7/12/1882. Apud, ACIOLLI, Vera L. C. Op. cit., p. 118.

35 - Vimos que Antonio Benvenuto Cellini era solteiro no Recife. Seguiu sozinho para a corte e ficou no Asilo dos Meninos Desvalidos. O casamento pode ter ocorrido quando terminou seus estudos e alcançou alguma estabilidade profissional. Platão casou em 1907, com 21 anos, o que significa que nasceu em 1886. Livro de Casamentos nº 34 – 1907, registro 498, fl. 88-8v, Rio de Janeiro, Oitava Pretoria. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-266-11132-181773-18?cc=1582573&wc=M9MD-43B:1799328430>> e <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-266-11132-181188-7?cc=1582573&wc=M9MD-43B:1799328430>>. Acesso em: 14/2/2013.

36 - Diário Oficial da União, 8/11/1894, p. 4273. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1666867/dou-secas-1-08-11-1894-pg-17>>. Acesso em: 14/2/2013.

37 - Diário Oficial da União, 16/12/1905, p. 6520-1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1718085/dou-secas-1-16-12-1905-pg-9>>. Acesso em: 14/2/2013.

38 - Diário Oficial da União, 26/11/1892, p. 4996. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1702512/dou-secas-1-26-11-1892-pg-4>>. Acesso em: 14/2/2013.

Referências bibliográficas

ACIOLLI, Vera L. C. *A identidade da beleza: dicionário dos artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 2008.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de S. C. Rotinas da Casa de Detenção do Recife na segunda metade do século XIX. *Revista Sertões*, vol. 1, n. 1, 2011, pp. 31-48. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/sertoes/article/viewFile/111/92>>. Acesso em: 13/2/2013.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Disponível em: <<http://www.brasilliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 11/2/2013.

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. *Educação e Sociedade*, vol. 24, n. 84, 2003, pp. 735-62.

CELLINI, Benvenuto. *The autobiography of Benvenuto Cellini*. New York: Reynolds Publishing Company, 1910. Disponível em: <<http://archive.org/stream/autobiographyofb00cell#page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 11/2/2013.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. História Social: revista dos pós-graduandos em História da Unicamp, n. 19, 2010, pp. 33-69. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/315/271>>. Acesso em: 9/2/2013.

FERNANDES, Cybelle V. N. Das salas de aula aos salões: as Exposições Gerais da Academia Imperial de Belas Artes. *Anais do XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte*, 2002. Disponível em: <<http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto15.pdf>>. Acesso em: 14/2/2013.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. IN: REIS, João J. (org.). *Escavidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1988.

GUIMARÃES, Elione. *Terra de preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos* (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: Editora da UFF, 2009.

HEBRARD, Jean. Esclavage et dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 53-4, 2003, pp. 31-92.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAC CORD. Uma família de artífices "de cor": os Ferreira Barros e sua mobilidade social no Recife oitocentista. *Luso-Brazilian Review*, vol. 47, n. 2, 2010, pp. 26-48. Disponível em: <<http://lbr.uwpress.org/content/47/2/26.full.pdf+html>>. Acesso em: 9/2/2013.

_____. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

_____. Francisco José Gomes de Santa Rosa: experiências de um mestre pedreiro pardo e pernambucano no Oitocentos. *Afro-Ásia*, vol. 49, 2014, pp. 199-227.

MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MELO, Mario. Exposições pernambucanas. *Revista do Instituto Archeologico, Histórico e Geographico Pernambucano*, vol. 28, n. 131-4, 1927, pp. 249-66.

MOREIRA, Paulo R. S. Fragmentos de um enredo: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Veríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX). IN: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P.; MARTINS, Ilton C. (orgs.). *Escavidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo/Belo Horizonte/Vitória da Conquista: Annablume/PPGH-UFMG/Edições UESB, 2010.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Vol. 2.

RIZZINI, Irma; SOUZA, Maria Z. M. Uma "casa de educação": o "ensino integral" no Asilo dos Meninos Desvalidos (1875-1894). IN: CHAVES, Miriam W.; LOPES, Sonia de C. (orgs.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad X, 2009, pp. 57-82.

ROCHA, Cristiany M. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SCHWARTZ, Lília M. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Maria Z. M. O governo das crianças: o Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933). *Revista História da Educação*, vol. 16, n. 38, 2012, pp. 151. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/31514/pdf>>. Acesso em: 14/2/2013.

VERSIANI, Flávio R.; VERGOLINO, José R. O. Preços de escravos em Pernambuco no século XIX. *Série Textos para Discussão*, n. 252, 2002, pp. 1-19.

Recebido em 12/12/2013



Italianos na cidade do Rio de Janeiro: uma comunidade (re)descoberta

Italians in the city of Rio de Janeiro: a community (re)discovered

João Fábio Bertonha*

Doutor em História Social/Unicamp
fabiobertonha@hotmail.com

RESUMO: Os estudos a respeito da imigração italiana no Brasil tendem a privilegiar, por razões demográficas e também culturais, os Estados do sul do país e os de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, sendo menos numerosos os relativos aos imigrantes italianos no resto do país. Essa lacuna inclui as comunidades urbanas do Nordeste e da Amazônia e a importante coletividade instalada na cidade do Rio de Janeiro desde a época imperial. Recentemente, contudo, essa última tem sido objeto de vários estudos e textos, que têm conseguido recuperar a história desse grupo, dos mais importantes dentro da imigração italiana urbana para o Brasil. O presente artigo procura dialogar com essa nova produção, identificando avanços, sugerindo caminhos e criticando suas possíveis falhas e problemas.

Palavras-chave: imigração italiana; Rio de Janeiro; imigrantes urbanos.

ABSTRACT: *For demographic and cultural reasons, studies on the Italian immigration to Brazil have tended to concentrate on the states of São Paulo, Minas Gerais and Espírito Santo, as the number of Italian immigrants in the rest of the country is relatively low. There is a gap in studies concerning the urban communities of the Northeast and Amazonia, and the important collective in the city of Rio de Janeiro present since the imperial period. Recently, however, the latter has been the object of several studies and texts, which have succeeded in retrieving the history of this group, among the most important groups of urban Italian immigration to Brazil. This article seeks to dialogue with this new production, identifying advances, suggesting new pathways and criticising its possible failures and problems.*

Keywords: *Italian immigration; Rio de Janeiro; urban immigrants*

* Doutor em História Social/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágios de Pós-doutorado na Università di Roma (La Sapienza) e na Universidade de São Paulo e especialista em assuntos estratégicos internacionais pela National Defense University (EUA). Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/ e pesquisador do CNPq. Autor de vasta obra, incluindo mais de uma dezena de livros, no campo dos estudos do fascismo, relações internacionais, defesa, imigrações, história da Itália e dos EUA. fabiobertonha@hotmail.com

Introdução

Podemos falar da presença italiana no Brasil desde o início da colonização portuguesa. Seja como marinheiros, viajantes, comerciantes ou cientistas, os italianos estão presentes desde sempre na história do Brasil. Era, porém, uma presença reduzida e sem grande expressão numérica (Trento, 1989, capítulo 1).

Essa situação se modificou a partir dos anos 80 do século XIX. Premidos por contínuas crises econômicas e pela expansão do capitalismo nas zonas rurais italianas (Alvim, 1986; Franzina, 1976; Bertonha, 2005, cap. 3), as quais produziam miséria e falta de perspectivas, os italianos se lançaram - contando também com o apoio decidido de diversos grupos sociais que lucravam com seu transporte e saída - à aventura da emigração: 20 milhões de italianos emigraram entre 1861 e 1940, sendo o saldo migratório negativo de cerca de 8 milhões de pessoas (SORI, 1979). Destes, cerca de 1 milhão e 500 mil vieram para o Brasil (sendo 1 milhão entre 1870 e 1920). Muitos reemigraram ao se defrontarem com as péssimas condições de vida e de trabalho oferecidas. A maioria, porém, ficou no país, dando uma nova face política, econômica e cultural a este.

Cerca de 70% desses italianos vieram para São Paulo, mais precisamente, para as imensas fazendas de café do estado, cujos proprietários buscavam fontes de mão de obra barata aptas a manter seus cafezais produzindo num contexto em que o sistema escravista apresentava problemas e dificuldades.

Inicialmente, os italianos trabalharam no sistema de parceria, mas, com o fracasso deste (Wagner, 1989; Hall e Stolcke, 1984), foram canalizados para o de colonato nas imensas fazendas paulistas, onde esperavam “fazer a América” e reconstruir, em alguns casos, um universo econômico e cultural que estava sendo destruído na Itália (Alvim, 1986).

O contexto que os italianos encontraram não era, porém, dos melhores. Ao invés do paraíso onde encontrariam trabalho, pão e terra, os italianos defrontaram-se com uma classe política e economicamente dominante interessada em usá-los para substituir uma população já existente e que a preocupava - a escrava (Azevedo, 1987) - e, sobretudo, como mão de obra barata e facilmente substituível.

Introduzidos de forma tão abrupta num sistema montado com todo o cuidado para manter salários baixos e mão de obra sob controle (Hall, 1979), os imigrantes italianos reagiram de inúmeras maneiras: violências, greves etc. Outra forma de luta foi a fuga, com os imigrantes retornando à Itália ou indo para outro país de emigração.

Nem todos os trabalhadores que fugiram das fazendas deixaram, porém, o país. Um número considerável foi para as cidades, especialmente para São Paulo, onde foram responsáveis por muitos dos novos serviços e misteres urbanos que surgiam (Trento, 1989; Bertonha, 2004) e constituíram a primeira geração do operariado paulista, enfrentando as vicissitudes e os problemas advindos de sua condição de imigrante (Hall, 1975; Maram, 1979;

Bertonha, 1998 e 2010). Formaram também uma opulenta classe burguesa, especialmente no ramo industrial, com nomes como Matarazzo, Crespi, Gamba e outros se destacando (Bertonha, 1999a, 2000; Martins, 1976 E 1981; Costa Couto, 2004, entre outros).

No segundo grande polo de imigração italiana no Brasil - o Sul e, em especial, o Rio Grande do Sul -- a situação era diversa: os imigrantes europeus foram introduzidos não para serem empregados, mas para povoar a terra. Respondendo aos interesses econômicos e geopolíticos do governo brasileiro, os italianos tiveram que lutar muito para superar o isolamento e o trabalho árduo nas pequenas propriedades. Como em São Paulo, alguns também foram para as cidades gaúchas e criaram outras, introduzindo-se na área do artesanato e dos serviços urbanos (Trento, 1989; Petrone, 1984, Borges, 1986, entre muitos outros).

Já nas capitais e principais cidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, instalou-se um tipo de imigração italiana diferente, com uma representatividade numérica menor, centralmente do *Mezzogiorno* italiano e com ênfase nos afazeres urbanos. Nesse contexto, em Belém, Recife ou Salvador, os italianos foram inicialmente pequenos comerciantes e artistas ou trabalhavam nos serviços urbanos, para depois tornarem-se comerciantes e industriais.

Tais italianos tinham uma característica que lhes dava certa especificidade: eles vinham diretamente, na maior parte dos casos, da Itália para o trabalho urbano, o que os fazia diferentes dos imigrantes italianos em São Paulo e no Sul que, como visto, passavam normalmente pelo campo antes de vir para a cidade.

Claro que havia muitos italianos, especialmente os meridionais depois de 1902, que chegavam a São Paulo ou Porto Alegre (Constantino, 1994), por exemplo, sem passar pelas fazendas. Em termos proporcionais, porém, a percentagem de italianos nessas condições era maior nas capitais do Norte e do Nordeste e no Rio de Janeiro e isso faz dessa imigração algo particular.

Algumas tentativas de estudos regionais capazes de dar conta da experiência desses grupos têm aparecido nos últimos anos (cf. Andrade, 1990, 1992, 1993 E 1995; Azevedo, 1989; Mello, 1990 E 1995; Emmi, 2007, entre outros) e são positivos. Tais estudos talvez não supram todas as falhas no nosso conhecimento, mas, dado o fato inegável que essas comunidades foram numericamente menos importantes, tais lacunas poderiam ser consideradas menores numa visão de conjunto.

Nesse contexto, cumpre ressaltar a presença de duas omissões de maior importância dentro da historiografia, ou seja, as de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. De fato, diante do enorme volume de bibliografia disponível sobre o tema da imigração italiana em São Paulo, nos estados do Sul e no Espírito Santo, as lacunas bibliográficas sobre esses dois polos da imigração italiana no Brasil são, realmente, bastante significativas. Tanto é assim que Zuleika Alvim (1994) chamou, corretamente, os italianos de Minas Gerais, os quais fizeram parte tanto da colonização agrícola como da urbana, de “homens esquecidos”.

A situação mineira não é nosso foco aqui, mas o caso do Rio de Janeiro é realmente de se estranhar. Com efeito, até recentemente, pouco se havia pesquisado sobre os italianos do Rio de Janeiro. Isso é espantoso pois, como explicitado, dos três grandes tipos de imigração italiana para o Brasil - colonato do café, pequenos proprietários e trabalhadores urbanos -, o Rio de Janeiro constituiu-se no principal campo de atuação do terceiro tipo, sendo que mereceria, pois, ser mais bem conhecido.

Os italianos no Rio de Janeiro

É difícil saber quando começou a imigração italiana para o Rio de Janeiro, mas há indícios de que, entre os poucos italianos presentes no Brasil antes de 1880, parte razoável estava na cidade, dedicando-se, como dito anteriormente, aos afazeres urbanos. Alguns milhares vieram depois, mas não muitos se compararmos a São Paulo ou mesmo a outras imigrações vividas pelo Rio de Janeiro (como a portuguesa) no período. Isso era compensado, porém, por uma migração de italianos de outros estados para o Rio. Dessa forma, segundo os censos, o número de italianos no Rio de Janeiro subiu de 20 mil em 1895 para 30 mil em 1901, 35 mil por volta de 1910, 32 mil em 1920 e 22 mil em 1940 (Trento, 1989, p. 102-103).

A maioria dos italianos que imigraram para o Rio de Janeiro era de meridionais, o que faz essa imigração diferente da paulista ou da gaúcha e se aproxima do padrão verificado nas capitais do Nordeste. No período da grande emigração, antes da Primeira Guerra Mundial, os italianos eram ligados basicamente ao comércio ambulante, do qual detinham um quase monopólio. Eram vendedores de peixe, aves, vassouras, legumes, jornais, vasilhas etc. Já em 1874, as autoridades italianas comentavam que o comércio ambulante era o principal meio de vida dos italianos no Rio, tendência esta que se acentuou no decorrer do tempo.

Outra profissão predominantemente italiana era a de engraxate; outros eram alfaiates, barbeiros e marceneiros. Com o correr do tempo, foi-se formando uma classe de profissionais (jornalistas, artesãos etc.) e outra de comerciantes e industriais. A maioria dos imigrantes italianos continuou, porém, a trabalhar nesses serviços urbanos. Tais informações formam, na verdade, o quadro comum de conhecimentos com que nos defrontamos regularmente quando mencionamos a comunidade italiana do Rio: em número relativamente pequeno, concentrados em trabalhos urbanos e meridionais. Fora isso, até recentemente, pouco sabíamos sobre a experiência italiana no Rio de Janeiro.

Como bem indicado por autores como Ismênia Martins (2010 e 2010a) ou Maria Izabel do Carmo (2010), esse quase esquecimento dos italianos cariocas se deve, em boa medida, a fatores objetivos como a simples força numérica da imigração italiana para os estados do Sul e para São Paulo e a influência das universidades paulistas, além de uma demanda social particular nessas regiões, cujas identidades se constituíram, em boa medida, a partir da experiência imigrante.

Tais fatores acabaram por gerar, segundo essas autoras, uma concentração de estudos a respeito dos imigrantes que se dirigiram a esses estados, com a conseqüente formação de uma lacuna nos estudos sobre os imigrantes urbanos, em especial os do Rio de Janeiro. Essa lacuna existe e a questão da base material da produção do conhecimento histórico realmente importa para explicá-la. Basta recordar, a propósito, como o fato de boa parte da historiografia a respeito da imigração italiana no Brasil ser marcada por uma ênfase no caso paulista gerar queixas dos gaúchos (Constantino, 2011) ou dos cariocas, como visto anteriormente. Ou como, nos três volumes organizados por De Boni (1987, 1990 e 1995) e publicados em Porto Alegre, sobre os italianos no Brasil há, entre os artigos com tons regionais, uma superexposição dos casos da região Sul. A produção histórica responde, pois, a ditames práticos, de capacidade de sustento da pesquisa e dos pesquisadores e também às demandas sociais, que podem ser maiores ou menores conforme a região.

Não obstante, devemos ter um pouco de cuidado com essas questões, pois o simples peso numérico demanda que, numa avaliação global, o caso paulista tenha mais importância do que o gaúcho, esse mais relevância do que o carioca e assim por diante. Com o que é possível concordar plenamente é que, independentemente de disputas por poder e influência acadêmica ou dentro do campo de estudos, trabalhos relacionados a áreas menos centrais do mundo italiano no Brasil eram raros até pouco tempo atrás e que eles eram e seriam mais do que bem-vindos.

Isso tem acontecido nos últimos anos e a historiografia da imigração para o Rio de Janeiro tem dado uma atenção cada vez maior ao caso dos italianos, o que nos permite ter, felizmente, um quadro muito mais rico e matizado da experiência italiana no Rio.

Os italianos no Rio e a nova historiografia: avanços e dilemas

Os novos estudos sobre a temática nos tem permitido avançar em inúmeras direções. Em primeiro lugar, temos descoberto a existência de grupos sociais relativamente desconhecidos, como os pequenos proprietários, não tanto na cidade, mas especialmente no interior do estado. Além do caso já conhecido (Secchi, 1998; Saccon, 2003, entre outros) de Porto Real (uma das primeiras experiências de colonização agrícola italiana no Brasil, em 1875), constatou-se que, na região de Varre-Sai, noroeste fluminense, havia uma comunidade oriunda do Lazio que praticamente igualava, em número, a de origem portuguesa (Bartholazzi, 2010). Na zona rural carioca, aliás, temos identificado, igualmente, outros imigrantes “esquecidos”, como os japoneses (INOUE, 2010).

Também somos capazes, hoje, de ter um quadro mais preciso da representatividade numérica dos italianos no Rio de Janeiro, especialmente em relação a outros grupos de imigrantes. Dessa forma, Martins (2010, p. 21-22) indica como, em 1872, havia 1.738 italianos na capital imperial, frente a 55.593 portugueses, 2.884 franceses e quase 18 mil africanos, num

total de 84.279 estrangeiros. Em 1906, os italianos seriam 25.557, 12,14% dos estrangeiros (210.515 pessoas) numa população total de 811.443. Já no censo de 1910, frente a 1.157.873 de habitantes da cidade, os italianos seriam 21.929, 9,12% de uma comunidade de 240.392 estrangeiros.

Os esforços mais recentes nos permitem ter uma precisão numérica ainda maior, tanto dentro do Estado como na própria cidade do Rio de Janeiro (Martins, 2010 e 2010a). Nesse sentido, Maria Izabel do Carmo (2012, p. 80-81; 161-162) apresenta, em detalhes, os padrões de moradia dos italianos no Rio, com presença inicial marcante no Centro da cidade (como nas antigas freguesias de Sant'Anna e Santo Antônio) e, posteriormente, nos subúrbios e em áreas mais privilegiadas, como a Glória e Espírito Santo, o que indica a ascensão social de ao menos uma parte dos imigrantes.

A mesma autora (2010, p. 121-124) avança na questão da inserção social e indica como as ocupações centrais dos italianos estavam, num primeiro momento, centradas no comércio ambulante, no pequeno comércio de bairro, e em trabalhos braçais diversos, confirmando as concepções clássicas. Num momento posterior, contudo, de forma semelhante ao ocorrido em São Paulo, houve uma ascensão social e muitos italianos tornaram-se artesãos, comerciantes (com um curioso monopólio do setor da distribuição de periódicos - Labanca, 2012), profissionais liberais e pequenos industriais. Não se formou, como em São Paulo, uma burguesia industrial de peso, mas o cenário, a partir da década de 1920, se desdobra, saindo do quadro aparentemente estático que tínhamos delineado antes.

Os dados aqui levantados diferem um pouco dos tradicionais, mas não de forma radical. O mais interessante a observar é como a comparação com as outras comunidades indica que, se os portugueses eram predominantes entre os estrangeiros, os italianos também tinham a sua importância, dividindo sempre com os espanhóis a segunda posição. A colônia italiana não era, assim, tão inexpressiva como a maioria dos trabalhos ditos "clássicos" tende a mostrar (cf. Carmo, 2010; Martins, 2010a).

Ainda assim, acredito que não podemos esquecer a questão da proporcionalidade e de escala e deixar de reconhecer que, diante da imensa presença italiana nos estados do Sul, no Espírito Santo e em São Paulo, a experiência italiana no Rio foi menor. Do mesmo modo, impossível negar a hegemonia, entre os estrangeiros da cidade do Rio de Janeiro, da comunidade portuguesa, o que se reflete na imensa gama de trabalhos já produzidos sobre ela. Não obstante, as novas pesquisas indicam como os italianos eram uma comunidade de importância e que a palavra "imigrante", no contexto carioca, não era sinônimo de "português".

Também é possível observar como a coletividade italiana no Rio de Janeiro era mais jovem e masculina do que em São Paulo e no Sul (Carmo, 2010, p. 5). Algo natural, já que a imigração rural no Sul e em São Paulo era formada, em essência, por núcleos familiares, nos quais a presença de indivíduos idosos e de mulheres era comum. Numa imigração urbana, a tendência era a oposta, o que explica esses dados. Com relação à origem regional, a dissertação

de Maria Izabel do Carmo (2012) esmiúça os dados disponíveis sobre a temática, reafirmando que os meridionais formavam a base da comunidade italiana na cidade.

Ela refina tais dados, contudo, informando que, dentro do *Mezzogiorno*, era a Calábria a principal região de origem dos imigrantes, com ênfase na província de Cosenza. A autora consegue, até mesmo, reconstruir uma cadeia emigratória de trabalhadores da cidade de Foscaldo (CO) ao Rio de Janeiro no início do século XX. Tal rede teria sido centrada em Antonio Jacuzzi, natural de Foscaldo, um dos principais arquitetos que conceberam a renovação urbanística e arquitetônica da cidade na época. Jacuzzi teria chamado inúmeros dos seus conterrâneos, na maioria trabalhadores acostumados ao trabalho em pedra, para empregos nessa área naqueles anos (Carmo, 2012, p. 170-171).

Nesse aspecto, fica a sugestão de um maior cuidado em termos comparativos e transnacionais, o que permitiria uma compreensão maior desse tipo de imigração italiana. Os meridionais que emigraram para os Estados Unidos, por exemplo, também se dirigiram, centralmente, para o trabalho urbano, nas fábricas, minas e cidades. Esse padrão que identificamos no Rio de Janeiro (um número pequeno de imigrantes do *Mezzogiorno*, normalmente de regiões ou aldeias próximas, e controlando um ou mais setores da economia urbana em cidades em modernização) também não foi único. Ele se repetiu, por exemplo, no caso já citado dos calabreses em Porto Alegre e em toda a América Central ou andina (cf. Cappelli, 2004 e 2009, entre outros). Nesse sentido, seria importante colocar a experiência carioca em uma perspectiva mais ampla.

A participação dos italianos na vida cultural e artística da cidade e na sua modernização arquitetônica também recebeu um tratamento mais amplo em outros textos (Weyrauch, 2010; Weyrauch, Fontes e Avella, 2007), trazendo novos detalhes e dados. Ainda assim, tal participação não espanta, pois era algo lógico e até esperado dado o prestígio dos italianos nesses campos e a sua participação em quase todos esses esforços de modernização no Brasil, e em toda a América Latina, naquelas décadas.

Começamos a saber mais, do mesmo modo, sobre a vida associativa dos italianos na cidade. Alguns trabalhos iniciais já foram feitos, ainda que de qualidade diversa (Vanni, 2000) e temos agora um quadro mais claro das associações e grupos italianos no Rio de Janeiro. Temos menções, de fato, a associações criadas no início do século XX, como a *Liga Capitular Fratellanza Italiana*, de auxílio mútuo, registrada em 11/02/1908, a *Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*, registrada em 21/06/1907 e *Società Operaria Fuscaldense di Mutuo Soccorso Umberto I*, registrada em 30/04/1907.

De destaque igualmente a *Società di Beneficenza e Mutuo Soccorso degli Ausiliari della Stampa*, fundada por 78 italianos distribuidores e vendedores de jornais em 1906, que funcionou por três décadas, com grande influência no mercado carioca de periódicos (Labanca, 2012). Essa primeira década do século XX, aliás, parece ser especialmente

importante para a coletividade, o seu auge, tanto que animou a publicação de alguns livros apologéticos, como os de Napoli (1911).

Outro filão que começa a ser explorado é o do imaginário dos italianos dentro da literatura ou da cultura popular carioca (Carmo, 2012) ou o existente sobre a cidade na Itália, como expresso nos relatos de viajantes italianos (Constantino, 2007). Outra frente de trabalho recém-explorada e de crucial importância é o da imprensa italiana, a respeito da qual os novos trabalhos tornaram mais nítido um quadro apenas delimitado em textos gerais como os meus (Bertonha, 2001a) e, especialmente, os de Ângelo Trento (1989, 1990, 2011).

Não podemos, com efeito, esquecer que o primeiro jornal em italiano do Brasil - *La Croce del Sud* - foi fundado justamente no Rio de Janeiro, por capuchinhos italianos, em 1765 e que, nas primeiras décadas do século XIX, eram publicados no Rio jornais como *Giovane Itália* e outros periódicos risorgimentales (Trento, 1989, p. 184-185).

Além disso, dos cerca de 500 jornais italianos publicados no Brasil até 1940, nada menos do que 64 o foram no Rio de Janeiro. Um número pequeno diante dos 300 títulos publicados na capital paulista, mas relevante especialmente frente aos 53 gaúchos e aos 10 paranaenses (Trento, 1989, p. 185). Além disso, enquanto a maior parte dos periódicos italianos do Brasil foi publicada entre 1889 e 1940 (Trento, 1990, p. 302), seguindo a onda imigratória italiana, a maior parte dos ítalo-cariocas o foi na primeira metade do século XIX, ainda que com alguns importantes na segunda metade do século XIX e no XX.

Dessa forma, nos jornais da coletividade italiana do Rio de Janeiro, é uma Itália diferente que se expressa, menos operária e menos nacionalista, provavelmente, do que a de São Paulo. Ou, para ser mais preciso, a Itália carioca de meados do século XIX (como suas irmãs em Buenos Aires, Montevideu e outros locais) era defensora de um tipo diferente de nacionalismo, mais voltado aos direitos civis e associando nacionalismo com lutas sociais e progresso. Esse tipo de nacionalismo garibaldino também existiu em Porto Alegre, São Paulo e outros locais do Brasil, mas o Rio seria o laboratório perfeito para estudá-lo, já que era o centro mais italiano do Brasil no momento que essa versão de nacionalismo italiano estava no auge.

Cumpramos, a propósito, alguns trabalhos de Alexandre Belmonte (2011 e 2011a), no qual ele acompanha a vida de Pietro Orlandini, comerciante bolonhês nascido em 1813 e que chegou ao Rio de Janeiro em 1838. Ele enriqueceu na cidade e colaborou, em vários momentos, com o processo de unificação da Itália. Ele participou, por exemplo, da subscrição lançada entre os italianos da cidade para a aquisição de armas e munições que deveriam ter sido enviadas a Garibaldi em 1860 (Belmonte, 2011, p. 7) e circulava entre os vários jornais que proclamavam a necessidade de unificação da Itália num padrão garibaldino. Um simples exemplo de uma identidade italiana particular e que mereceria maior atenção.

Diante dessa riqueza e malgrado alguns estudos específicos que começam a formar um quadro inicial (cf. Santos, 1999 e 2007; Belmonte, 2011 e 2011a), os textos sobre a

imprensa ainda são poucos, revelando-se um filão a ser explorado. Mesmo alguns jornais pós-risorgimentales seriam merecedores de trabalhos específicos, como os publicados durante a Primeira Guerra Mundial - *La Nuova Italia* (1915) e *Il Maciste Coloniale* (1917) – e o *Bersagliere*, o qual durou nada menos do que 24 anos, entre 1891 e 1914. Esse último recebeu, aliás, um breve e útil comentário de Pedro Laperla (2012), mas haveria espaço para muito mais.

Um tópico que mereceria especial atenção é o da relação dos italianos do Rio de Janeiro com o mundo da política. O Rio de Janeiro, afinal de contas, era a capital do Império e da República e essa proximidade do poder influenciava, inevitavelmente, a relação dos movimentos políticos e sociais da cidade com o Estado. Com os italianos, de esquerda ou de direita, havia, além disso, a presença da Legação (depois Embaixada) italiana na própria cidade ou nas proximidades. Era esse um diferencial importante, que podia facilitar a vida da comunidade em vários aspectos ou a repressão e a vigilância, no caso de opositores ao Estado.

Recordando a temática do fascismo e do antifascismo, com a qual trabalhei anteriormente (Bertonha 1999 e 2001), fica evidente como, apesar de o *fascio* do Rio de Janeiro não ter conseguido controlar completamente a colônia e de ter sido até asperamente criticado por sua inatividade e insignificância em 1924 por Pietro Belli (RIOS, 1959, p. 57), ele teve uma atividade bastante razoável em comparação com outros *fasci all'estero* presentes no Brasil.

Os números do *fascio* do Rio de Janeiro impressionam especialmente se comparados com os de São Paulo, o qual, atuando numa área com uma população italiana substancialmente superior, não tinha mais de 1.755 filiados em 1928, contra cerca de 1.000 do *fascio* do Rio na mesma época. A composição social da colônia italiana no Rio (com, naquele momento, muitos comerciantes e artesãos e poucos operários) e a presença onipresente da embaixada italiana (controlando e potencializando diretamente as atividades fascistas) parecem explicar essa maior atividade e sucesso do *fascio* do Rio que, não por acaso, recebeu uma menção honrosa da *Segretaria Generale dei fasci all'estero* em março de 1935.

Houve, contudo, um foco de antifascismo no Rio de Janeiro, talvez o mais importante depois do de São Paulo. Ele começou já em 1924, quando Giovanni Infante criou a *Unione Democratica* e prosseguiu por vários anos, quando os antifascistas tentaram se opor ao avanço fascista na *Società Italiana di Benemerenzza e Mutuo Soccorso* e mantiveram grupos e associações como a *Federazione Regionale Sindicale Antifascista*, a LIDU, a *Italia Libera*, a *Fratellanza Italiana* e outras, além de alguns jornais. Seus líderes-chave eram Giuseppe Scala, Giuseppe Scarrone, Salvatore de Rosa, Nello Garavini e outros. O historiador Marcello Scarrone (2013) explorou recentemente o universo dos antifascistas italianos do Rio de Janeiro, indicando suas particularidades, vantagens e dificuldades específicas em termos de acesso ao poder ou especial atenção da repressão brasileira e da embaixada.

Utilizei o exemplo do fascismo e do antifascismo, mas a reflexão pode ser estendida a outros movimentos e grupos. Anarquistas, socialistas, fascistas, garibaldinos e outros

milитantes italianos tinham, no Rio de Janeiro, a desvantagem de atuarem num meio no qual os italianos eram minoria e o italiano não era língua corrente, como em São Paulo. No entanto, o fato de estarem tão perto do poder e das representações estrangeiras trazia vantagens e desvantagens e explorar tal situação seria um exercício promissor.

Outro ponto a explorar é a própria construção da identidade italiana no contexto carioca, que diferiu da experiência paulista e da do Sul. A ideia de Maria Izabel do Carmo (2010, p. 8-10) de que a construção da identidade italiana no Rio seguiu um caminho diferente da de São Paulo (e ainda mais da do Rio Grande do Sul e outros estados do Sul, onde se aproximou do catolicismo), até porque os italianos, na capital federal, eram minoritários, é, no mínimo, instigante. Realmente, num contexto visível de minoridade numérica e com uma coletividade mais antiga, a formação de uma identidade italiana deve ter seguido caminhos diversos da de outros locais e tal hipótese mereceria realmente novos estudos.

Os contatos dos italianos com os brasileiros, os portugueses e com outros grupos também não estão completamente claros e mereceriam ser investigados. Há exemplos, na historiografia e na literatura, da solidariedade de italianos com seus conterrâneos e mesmo com outros estrangeiros assim como de conflitos, especialmente com os portugueses.

Faltam, de fato, mais informações sobre a inserção do grupo italiano na vida local, suas lutas e conflitos, sua adaptação ao Rio dos séculos XIX e XX e, especialmente, sobre as trocas culturais deste grupo em um ambiente onde eles não estavam isolados (como no Sul) e nem eram maioria (como em São Paulo). Seria curioso examinar as relações culturais dos italianos com outros grupos étnicos existentes na cidade e, em particular, com dois dos mais representativos, ou seja, os imigrantes portugueses e os negros.

No tocante aos portugueses, uma primeira observação interessante pode ser encontrada no texto do diplomata italiano Umberto Sala (2005, p. 114-115). Escrevendo em 1925, ele afirmava que o Rio de Janeiro não atraía muitos imigrantes italianos pelo seu clima tropical e também pela abundância de trabalhadores na cidade e no estado. Ele mencionava, igualmente, como a concorrência dos portugueses na cidade do Rio de Janeiro inibia a fixação, naquela urbe, de uma grande coletividade italiana. A diplomacia italiana também reportava regularmente a inimizade geral dos portugueses do Brasil com os italianos (Bertonha, 2001, pp. 360-361).

Discutir as razões dessa inimizade seria tarefa que extrapola, obviamente, os limites deste artigo. Parece provável, porém, que a competição por espaços econômicos e por trabalho entre os dois grupos tenha conduzido a certa tensão entre as comunidades. Algo geral para todo o país, mas que devia ter configurações muito diversas no Rio de Janeiro ou em outras cidades litorâneas, como Santos ou as capitais do Nordeste, onde a influência da coletividade lusitana era preponderante. Outro tópico, pois, que mereceria aprofundamentos.

Por fim, sair dos limites da cidade do Rio de Janeiro e do período anterior à Segunda Guerra Mundial poderia ampliar bastante nossos conhecimentos sobre o Estado do Rio como

um todo, mas os trabalhos ainda são poucos. Além do já mencionado, os textos de Ângela de Castro Gomes (1999 e 2000, entre outros) sobre a imigração italiana em Niterói nos anos posteriores a 1945 são uma feliz exceção, os quais que deveriam e poderiam ser replicados.

Considerações finais

Os historiadores demoraram - seja por motivos práticos ou até mesmo por certa incapacidade de visualizar um Rio de Janeiro imigrante que não fosse português - para começarem a estudar a imigração italiana para o Rio de Janeiro e não resta dúvida que temos muito a trabalhar para fechar as inúmeras lacunas e questões que ainda temos sobre tal experiência. Em História, é muito difícil afirmar que um tema está esgotado, pois novas problemáticas, fontes e perguntas sempre surgem. No entanto, para o tema estudado, tal afirmação seria ainda menos válida, pois estamos apenas arranhando uma experiência imigratória ainda pouco conhecida. Como indicado no decorrer deste artigo, perguntas foram respondidas, mas novas questões e dúvidas continuam a aparecer, o que é sempre positivo.

Para os que estudam a história da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, o resgate da experiência da imigração italiana é válido no sentido de acrescentar uma nova faceta, de grande importância, à história social, econômica, cultural e política da cidade. Já para os estudiosos da imigração europeia e italiana, compreender melhor o aspecto mais diretamente urbano da imigração italiana nos ajuda a quebrar associações que tradicionalmente fazemos, no caso brasileiro, de "italianidade" com o catolicismo, a cultura veneta, a vida rural ou mesmo a tradição operária, tão presentes no contexto paulista ou dos estados do Sul.

Em seus trabalhos, Ismênia Martins (2010 e 2010a) comenta como o resgate da experiência italiana na cidade e no estado do Rio de Janeiro pode facilitar a produção de estudos comparados com o resto do Brasil e enriquecer a historiografia tradicional sobre o tema. Não poderia estar mais de acordo. Resta esperar apenas que esse esforço não fique no campo regional e se conecte realmente com a historiografia nacional e mesmo internacional, o que permitirá um diálogo mais fecundo e um avanço não apenas da historiografia carioca, mas também da nacional e da mundial.

Referências Bibliográficas

- ALVIM, Zuleika. *Brava Gente: Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- . "Italiani Dimenticati". In: BLENGINO, Vanni. *La Riscoperta delle Americhe - Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina, 1870-1970*. Milano: Teti Editore, 1994, pp. 434-443.
- ANDRADE, Manuel Correia. "Italianos em Pernambuco". In: DE BONI, José Luiz (org.). *A presença italiana no Brasil*, v. 2, Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, pp. 107-124.
- . *A Itália no Nordeste - Contribuição italiana ao Nordeste do Brasil*, Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação José Nabuco, 1992.

- . “A colônia italiana em Pernambuco nos anos 20 e 30”. *Quaderni*, São Paulo, Nova Série, 5: 79-94, 1993.
- . “A colônia italiana em Pernambuco nas décadas de 20 e 30”. In: DE BONI, José Luiz (org.). *A presença italiana no Brasil*, v. 3, Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1995, pp. 57-67.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Thales. “Italianos na Bahia”. In: *Italianos na Bahia e outros temas*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989, pp. 13-60.
- BARTHOLAZZI, Rosane Aparecida. “Os imigrantes italianos do noroeste fluminense na documentação arquivística italiana”. In: MARTINS, Ismênia; HECKER, Alexandre. *Migrações, histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010, pp. 163-175.
- BELMONTE, Alexandre. “O “nascimento” de italianos no Rio de Janeiro imperial, antes da unificação italiana”. *Revista Uniabeu*, 4, 7:1-17, 2011.
- . *De “carcamanos” a italianos: a construção de uma identidade cultural comum entre os itálicos residentes no Rio de Janeiro (1840-1860)*. Tese de Doutorado (História). Rio de Janeiro, UERJ, 2011^a.
- BERTONHA, João Fábio. “Trabalhadores imigrantes entre identidades nacionais, étnicas e de classe: o caso dos italianos de São Paulo, 1890-1945”. *Varia História*, 19:51-67, 1998.
- . *Sob a Sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: Annablume, 1999.
- . “Comendatori, Cavalieri e grand’ufficiali a serviço do fascio: A burguesia italiana de São Paulo e o fascismo, 1919-1945”. *Pós História*, 7: 53-73, 1999^a.
- . “Conde Francesco Matarazzo e o ser italiano no Brasil: o enfoque biográfico na pesquisa sobre a colonização italiana em São Paulo”, *Revista Eletrônica de História do Brasil*, 4, 1: 16-27, jan/jun 2000.
- . *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- . “A Imprensa italiana em São Paulo, 1880-1945”. *Insieme – Revista da Associação dos Professores de Italiano do estado de São Paulo*, 8: 104-112, 2001^a.
- . *A Imigração Italiana no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- . *Os Italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- . “Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e lutas de classe: os operários italianos em São Paulo entre as duas guerras mundiais” In TUCCI CARNEIRO, Maria Luísa; CROCI, Federico; FRANZINA, Emílio. *História do trabalho e Histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Edusp, 2010, pp. 65-83
- BORGES, Stella, “Os italianos e o movimento operário em Porto Alegre”. *Estudos Ibero americanos*, 22, 2: 129-156, 1996.
- CARMO, Maria Izabel Mazini do. “Os italianos no Rio de Janeiro (s CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O Italiano da Esquina: Imigrantes na sociedade Porto-Alegrense*. Porto Alegre: EST, 1994.
- . “Descrição e motivação: Rio de Janeiro por viajantes italianos na segunda metade do século XIX”. *La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura*, 12, 2: 31-56, 2007.
- . “Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional”. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/Estudos-de-imigra%C3%A7%C3%A3o-italiana.pdf>. Acesso em 29/5/2013.
- COSTA COUTO, Ronaldo. *Matarazzo. Colosso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2004.
- DE BONI, José Luiz (org.). *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 3 volumes, 1987, 1990 e 1996.
- EMMI, Marília Ferreira. *Raízes Italianas no Desenvolvimento da Amazônia: pioneirismo econômico e identidade*. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.
- FAUSTO, Bóris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.
- FRANZINA, Emílio. *La Grande Emigrazione - L'esodo dei rurali del Veneto durante il secolo XIX*. Padova: Marsilio, 1976.

- GOMES, Ângela de Castro. *Histórias de família : entre a Itália e o Brasil*. Niterói: Muiraquitã, 1999.
- . “A pequena Itália de Niterói: uma cidade muitas famílias”. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, v. 1, p. 66-103.
- HALL, Michael. “Emigrazione italiana a San Paolo tra 1880 e 1920”. *Quaderni Storici*, 9, 25: 138-169, 1974.
- . “Immigration and the Early São Paulo working class”. *Jahrbuch fur Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerika*, 12: 393-497, 1975.
- . “Italianos em São Paulo”. *Anais do Museu Paulista*, 29: 201-215, 1979.
- . “Trabalhadores Imigrantes”. *Trabalhadores*, 3: 3-15, 1989.
- HALL, Michael e STOLCKE, Verena. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”, *Revista Brasileira de História*, 6: 80-120, 1984.
- INOUE, Mariléia Franco Marinho. “Novas leituras da presença japonesa no Estado do Rio de Janeiro: uma abordagem baseada na associação dos acervos oral e iconográfico”. In MARTINS, Ismênia; HECKER, Alexandre. *Migrações, histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010, pp. 69-82.
- LABANCA, Gabriel Costa. “A disputa pelo monopólio da distribuição e venda de jornais no Rio de Janeiro (1920-30)”. *Anais do Encontro de História (ANPUH/SP)*, São Paulo, 2012. Disponível em [http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1354554102_ARQUIVO_AdisputapelomonopoliodadistribuiçaoeventadejornaisnoRiodeJaneiro\(1920-30\).pdf](http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1354554102_ARQUIVO_AdisputapelomonopoliodadistribuiçaoeventadejornaisnoRiodeJaneiro(1920-30).pdf). Acesso em 27/5/2013.
- LAPEREA, Pedro. “Jornal da Comunidade”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 79:90, 2012.
- MARAM, Sheldom. *Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Ismênia. “A presença italiana no Rio de Janeiro”. In MARTINS, Ismênia; HECKER, Alexandre. *Migrações, histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010, pp. 15-27.
- . “Italianos no Rio de Janeiro”. *Independências - Dependências - Interdependências, VI Congresso CEISAL 2010*, Toulouse: 2010. Disponível em <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/50/31/13/PDF/IsmeniaMartins.pdf>. Acesso em 25/5/2013.
- MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo - O empresário e a empresa*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- . “Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914. O caso de São Paulo”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 24, número 2: 237-264, 1981.
- MELLO, José Otávio. “Os italianos na transição da Paraíba”. In: De Boni, José Luiz. *A presença italiana no Brasil*, vol. 2, Porto Alegre/Torino, EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, pp. 125-183.
- . “Historiografia e história dos italianos na Paraíba: uma revisão crítica”. In DE BONI, José Luiz (org.). *A presença italiana no Brasil*, v. 3, Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1995, pp. 68-90.
- NAPOLI, Michele. *La colonia italiana di Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1911.
- RIOS, José Arthur. *Aspectos políticos da Assimilação do Italiano no Brasil*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de SP, 1959.
- SACCON, Roberta. “Ricerca Storica sull'emigrazione italiana a Porto Real, Rio de Janeiro (Brasil)”. In FRANZINA, Emílio. *Gli emiliano romagnoli e l'emigrazione italiana in America Latina. Il caso modenese*. Módena: Centro Stampa Província di Módena, 2003, pp. 130-141.
- SALA, Umberto. *A Emigração Italiana no Brasil (1925)*, Tradução e apresentação de João Fábio Bertonha. Maringá: Eduem, 2005.
- SANTOS, Danúsia Torres dos. *A presença italiana no Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado em Língua e Literatura Italiana), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- . “L'immigrazione italiana a Rio de Janeiro: tracce storiche”. Texto disponível em <http://www.emigrazione-notizie.org/public/upload/downloads/L%20immigrazione%20a%20Rio.pdf>, 2007. Acesso em 25/5/2013.
- SCARRONE, Marcello. “Nello, Libero e Giuseppe: do Rio contra Mussolini. Percursos políticos do antifascismo italiano na Capital Federal (1922-1945). Tese de Doutorado (PPGHC/UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

SECCHI, Enrico. *Un sogno: la Merica! I miei 56 anni di Brasile. Diario di Enrico Secchi*. Finale Emilçia: Baraldini Editore, 1998.

SORI, Ercole. *L'emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale*. Bologna: Il Mulino, 1979.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico - Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel, 1989.

———. "La stampa periodica italiana in Brasile, 1765-1945" in *Il Veltro - Rivista della Civiltà Italiana*, XXXIV, 3-4: 301-315, 1990.

———. *La costruzione di un'identità coletiva. Storia del giornalismo in lingua italiana in Brasile*. Viterbo: Sette Città, 2011.

VANNI, Júlio César. *Italianos no Rio de Janeiro: a história do desenvolvimento do Brasil partindo da influência dos italianos na capital do Império*. Rio de Janeiro: Comunita, 2000.

WAGNER, Reinhard. "Os parceiros de Ibicaba". *Trabalhadores*, 3: 30-35, 1989.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Deus abençoe esta bagunça: imigrantes italianos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

———. FONTES, Maria Aparecida Rodrigues e AVELLA, Aniello Ângelo. *Travessias Brasil Itália*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

Recebido 10/10/ 2013

O Rio de Herivelto Martins

The Rio de Janeiro of Herivelto Martins

João Baptista Ferreira de Mello

Professor do Instituto de Geografia (UERJ)
roteirosgeorio@uol.com.br

RESUMO: Este artigo, explorando parte da obra do compositor Herivelto Martins, sob as diretrizes da perspectiva humanística em Geografia, retrata momentos expressivos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Para tanto, inicia o seu percurso, no ritmo da folia, a bordo de um meio de transporte extremamente popular nos idos de 1936, com a marchinha “Seu Condutor”, prossegue anunciando: “lá vem a nova avenida/ remodelando a cidade/rompendo prédios e ruas/os nossos patrimônios de saudade...” e, finaliza, entre a alegria e a luminosidade de uma Lapa “...confirmando a tradição...”, ressurgindo em meio ao afrouxamento do autoritarismo.

Palavras-chave: Herivelto Martins; Rio de Janeiro; geografia humanística; música popular brasileira

ABSTRACT: *This article portrays significant moments of the city of São Sebastião do Rio de Janeiro by exploring part of the work of composer Herivelto Martins through the perspective of humanistic geography. To this end, it starts by following the rhythm of the street parties with the song “Seu Condutor” (Mr Driver), continues by announcing “lá vem a nova avenida/remodelando a cidade/ rompendo prédios e ruas/os nossos patrimônios de saudade...” (“here come the new avenues/ refurbishing our city/knocking down buildings and streets/our nostalgic heritage...”) and comes to a close with the joy and brightness of the Lapa district “...confirmando a tradição...” (“...confirming the tradition...”), resurfacing in a context of decreasing authoritarianism.*

Keywords: *Herivelto Martins; Rio de Janeiro; humanistic geography; popular Brazilian music*

Notas Iniciais

O compositor Herivelto Martins, nascido sob o signo de aquário, no dia 30 de janeiro de 1912, no município de Engenheiro Paulo de Frontin, estado do Rio de Janeiro ganhou, no ano de 2012, uma série de homenagens por conta do seu centenário de nascimento. Shows, artigos, biografias e a montagem de “Herivelto como Conheci” peça protagonizada pela atriz Marília Pera figuraram no escaninho das honras e glórias dedicadas ao cantor, músico e compositor. Juntando-se a este enfileiramento, o presente texto procura registrar algumas passagens de sua vida.

Do vasto repertório de Herivelto Martins pode-se lembrar a inserção do apito no mundo das gravações pois, por sua insistência, o mesmo foi utilizado como instrumento na antológica gravação de Praça Onze, (1942), com o Trio de Ouro e Castro Barbosa, a despeito da suspeição de que iria sujar a gravação. O samba pranteava o fim do antológico logradouro, “berço do samba” e lugar do desfile inaugural das escolas de samba. O apito retornaria nos registros fonográficos de Laurindo e na carnavalesca Bom Dia, Avenida, celebrizando e estabelecendo uma analogia entre o nascimento do dia e a inauguração da Presidente Vargas, artéria aberta em pleno Estado Novo, cujo evento mereceu os seguintes versos melódicos: “... lá vem a nova avenida / dizer à sua rival: / bom dia, Avenida Central!”. Outras comemorações estão presentes em Seu Condutor, uma brincadeira a bordo do bonde no período momesco, ou em A Lapa festejando após anos de repressão “a Lapa está voltando / a ser a Lapa...” e Ave Maria no Morro, condenada, na época, por sambistas e católicos, mas que permanece como uma obra de expressão no âmbito da música popular brasileira. O repertório de Herivelto lamentaria o fim da antológica Praça Onze, “berço do samba” e insistiria no pedido para que o morro de Santo Antônio não fosse mutilado ou derruído. Diante desses quadros, Herivelto, atento às manifestações populares e à tirania das intervenções urbanísticas, perfila com os grandes compositores que narram e registram momentos relevantes da geografia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Os Tons e os Versos de um Compositor Maior

O compositor, com sensibilidade, capta a alma dos lugares. Neste contexto, entre tons, apitos, versos, lamentos e celebrações coloquemos em pauta parte da obra de Herivelto Martins.

“seu condutor dim, dim/ seu condutor, dim, dim/ para o bonde pra descer o meu amor...” (1938).

A dupla sertaneja Alvarenga e Ranchinho, formada em 1928, juntou-se ao compositor Herivelto Martins, no carnaval de 1938, na marchinha “Seu Condutor”. Alvarenga (1912-1978) nasceu em Itaúna (Minas Gerais) e Ranchinho (1913) em Jacaré (São Paulo). A citada dupla encantou não só gerações de brasileiros, como também destacou-se em suas

apresentações no Cassino da Urca (Rio de Janeiro), na Argentina e Portugal, bem como participando de campanhas eleitorais de presidenciáveis, como o vitorioso Juscelino Kubitschek (Enciclopédia...1977). Herivelto Martins, nascido em 1912, no município de Paulo de Frontin (estado do Rio de Janeiro), é filho de um agente ferroviário, músico de agremiações carnavalescas e organizador de grupos teatrais dos quais seus filhos participavam.

Herivelto aos três anos de idade estreou no palco declamando versos compostos pelo pai. Mais tarde trabalhou no bar de propriedade da família, tornou-se vendedor e ajudante de contabilidade e, aos dezoito anos, seguiu para o Rio de Janeiro para ser consagrado como um dos maiores nomes das artes brasileiras (Enciclopédia...1977; www.dicionariompb.com.br). Casado com a estrela da canção brasileira Dalva de Oliveira, de cujo matrimônio nasceu, em 1937, o filho do casal, Peri Ribeiro, que viria a ser um outro grande nome da música popular brasileira. A separação da Estrela Dalva rendeu músicas de grande repercussão com o desamor do casal sendo exposto ao conhecimento do público em várias obras. Herivelto, com canções insistentemente gravadas por Isaurinha Garcia ou Francisco Alves e repaginadas por intérpretes como Elba Ramalho, João Gilberto, Marlene e Maria Bethânia, morreu no Rio de Janeiro, em 1992.

A comicidade da dupla Alvarenga e Ranchinho e o talento de Herivelto Martins podem ser reconhecidos nos versos da marchinha “Seu Condutor”, registrada em disco em 1938 pela referida dupla, com o seguinte recado poético: “seu condutor, dim, dim/ seu condutor, dim, dim/ para o bonde/ pra descer o meu amor/ o bonde da Lapa/ é cem réis de chapa/ o bonde Uruguai/ duzentos que vai/ o bonde Tijuca/ me deixa em sinuca/ e o Praça Tiradentes não serve pra gente”.

O estribilho da música em meio ao soar do “dim, dim” solicita ao condutor uma parada “... pra descer o meu amor...”. A singela e espirituosa homenagem ao bonde lista os preços das passagens, sem preocupação com um português escorreito, mas, sim, com a métrica musical (“...o bonde da Lapa/ é cem réis de chapa/ o bonde Uruguai/ duzentos que vai...”). Nesta turnê, menciona uma linha de bonde, com destino à Zona Norte da cidade, que pode deixar o usuário sem rumo (“...o bonde Tijuca/ me deixa em sinuca...”) e lembra incidentalmente uma outra linha de bonde sem serventia aparente (“...e o bonde Tiradentes/ não serve pra gente...”).

Na verdade, a composição de Alvarenga, Ranchinho e Herivelto Martins é uma brincadeira que brinda o meio de transporte que, ornamentado por serpentinas, confetes e exalando a lança-perfume, no reinado de Sua Majestade, o Rei Momo, arrastava, em seus trajetos, multidões de foliões fantasiados e grandes blocos de ruas, prática esta assumida, segundo a célebre carnavalesca e escritora Eneida, desde os anos vinte (Moraes, 1987).

O bonde, puxado a burro, circulou, primeiramente, pelas ruas do Rio de Janeiro, em 1868. Em 1892, começa a trafegar a primeira linha de bondes movidos a energia termelétrica. Do inglês bond, estampado nos bilhetes das passagens dos veículos movidos sobre trilhos

pertencentes à Botanical Garden Railroad, o vocábulo evoluiu, na linguagem popular, para bonde no Rio de Janeiro e, posteriormente, em todo o país. De acordo com o geógrafo Maurício Abreu (1997) bondes e trens foram os responsáveis pelo assentamento e segregação das classes sociais no espaço urbano carioca.

Os bondes permitiram o estabelecimento das pessoas de estratos de rendas médio e alto na Zona Sul da cidade e parte da Zona Norte, a exemplo da Tijuca. Posteriormente, os bondes tornaram-se um meio de transporte extremamente popular no Rio de Janeiro. No entanto, a ganância da indústria automobilística, a pretexto de que os bondes eram veículos obsoletos e incompatíveis com o trânsito em uma cidade moderna, e, ainda, a alegação da Light de que estava somando prejuízos extraordinários, provocaram a desativação das linhas de bondes no período de 1963 – 1967, restando apenas ao bairro de Santa Tereza, por resistência de seus próprios moradores, desfrutar de seus préstimos, até os dias de hoje, em função das características do lugar, com ruas estreitas, tortuosas e na encosta da montanha, onde esse tipo de transporte é uma solução viável, para o transporte de passageiros e ao turismo, por sua utilização proveitosa, bem como antigo e peculiar glamour (Abreu, 2006; Mello, 1991; 2000; Ferreira, 2008).

“Barracão de zinco / sem telhado / sem pintura/ lá no morro/ barracão ...é ‘bungalow’...” (1942).

“Ave Maria no Morro”, o sucesso internacional de Herivelto Martins, tem recebido centenas de gravações em todo o Planeta e foi contemplado, em 1991, com uma leitura *cool* e perfeccionista de um dos gênios da bossa nova, o cantor João Gilberto, longe dos trinados agudos e exuberantes de Dalva de Oliveira, uma das componentes do Trio de Ouro, da versão original do ano de 1942. Transgressora, na época, por reunir elementos do sagrado e do profano, foi condenada por sambistas “por parecer música de igreja” e por católicos, pois parecia uma heresia. “Ave Maria no Morro”, com preciosa e arrebatadora harmonia, venceu seus detratores e, há algumas décadas tem sido utilizada como música em casamentos, sobretudo na Europa, reunindo versos com o seguinte teor: “barracão de zinco/ sem telhado/ sem pintura/ lá no morro/ barracão é ‘bungalow’/ lá não existe felicidade de arranha-céu/ pois quem mora lá no morro/ já vive pertinho do céu! tem alvorada/ tem passarada/ alvorecer/ sinfonia de pardais/ anunciando o anoitecer/ e o morro inteiro/ no fim do dia/ reza uma prece/ Ave Maria/ Ave Maria! E quando o morro escurece/ eleva a Deus uma prece/ Ave Maria!”.

O morro expresso por meio dos versos de Herivelto Martins contrabalança o aspecto rústico de suas habitações “... sem telhado/ sem pintura ...” com a proximidade das coisas divinas e por ser um santuário ecológico (“...tem alvorada/ tem passarada/ alvorecer...”). Herivelto Martins, segundo costumava afirmar em vida, sempre esteve ligado a parceiros, músicos e amigos negros e favelados. No clássico do cancionero popular de

sua autoria, ora em tela, entre a empatia com a gente do morro e a “...sinfonia de pardais/anunciando o anoitecer...”, o compositor devaneia o morro rezando em uníssono a oração da “...Ave Maria”.

“vão acabar com a Praça Onze ...adeus, minha Praça Onze, adeus, já sabemos que vais desaparecer/leva contigo a nossa recordação/mas, ficarás eternamente em nosso coração...” (1942).

Uma outra reação dos produtores da música popular brasileira às políticas públicas diz respeito à demolição do “berço do samba” e centro de lazer, a legendária Praça Onze, formada pelo conjunto abrangendo o referido logradouro e ruas das cercanias. Com a perspectiva de abertura da avenida Presidente Vargas, uma artéria majestosa de diversas pistas, Herivelto Martins e Grande Otelo manifestaram oposição aos projetos urbanísticos de transformação desta porção periférica da área central do Rio de Janeiro, no samba “Praça Onze”, do ano de 1942.

O compositor Herivelto Martins familiarizou-se com o cotidiano, com os artistas e com o povo simples da Praça Onze. Seu parceiro Grande Otelo é, igualmente, uma lenda nacional. Otelo, mineiro de Uberlândia, nasceu em 1915. Aos oito anos de idade exibia-se nas calçadas junto aos hotéis. Foi para o Rio de Janeiro, nos anos trinta, estreou no cinema em 1935 e destacou-se em meio a apresentações no Cassino da Urca e no exterior (Enciclopédia, 1977:330). Negro e de baixa estatura, Grande Otelo justificou o seu nome artístico ao acumular em sua carreira de comediante, compositor e ator vários prêmios nacionais e internacionais e uma grande empatia e enorme popularidade junto ao público brasileiro.

A importância da “Praça Onze” para o desenvolvimento da cultura brasileira foi assunto abordado anteriormente. A história do samba, convém ressaltar, está atavicamente ligada a este logradouro. É natural, portanto, que a sua destruição provocasse indignação junto à sua gente.

No samba “Praça Onze”, registrado em disco pelo Trio de Ouro, os compositores de maneira radical explicam: “vão acabar com a Praça Onze/não vai haver mais escola de samba/ não vai...”. Para realçar a sua discordância a letra da música exorbita, como se o fim da “Praça Onze” determinasse, outrossim, a morte das escolas de samba. As favelas e as escolas de samba são, então, também, convidadas a verter pranto pelo fim do lugar vivido do lazer: “...chora o tamborim/chora o morro inteiro/Favela, Salgueiro, Mangueira, Estação Primeira/guardai os vossos pandeiros, guardai/porque a escola de samba não sai...”. Em seguida, a Segunda parte do samba começa possessiva e saudosa: “...adeus,. minha Praça Onze, adeus/ já sabemos que vais desaparecer/leva contigo a nossa recordação/mas, ficarás eternamente em nosso coração/se algum dia nova praça nós teremos/ o seu passado cantaremos”.

Ao lamentar o fim da “Praça Onze”, os compositores prontificam-se a cantá-la e relembra-la e ainda prometem: “...se algum dia nova praça nós teremos/ o teu passado cantaremos”. O prognóstico de Martins e Otelo, pelo menos no que tange ao culto à “Praça

Onze”, vem se concretizando, ao longo do tempo. Anos ou décadas depois de destruída a “Praça Onze” tem sido insistentemente prestigiada, praticamente, a cada ano, em um ou outro samba-enredo das escolas de samba, ou em shows como “Marlene na Praça Onze dos Bambas”, realizado em 1986, na sala Funarte, um levantamento acerca da geografia, da história, da cultura e da gente do “berço do samba”. Por outro lado, os versos “...se algum dia nova praça nós teremos/o teu passado cantaremos...” podem ser entendidos como um sonho de sambistas, na medida em que, à época, os desfiles das escolas de samba não possuíam a grandiosidade do “maior espetáculo da Terra” dos últimos tempos. Consequentemente, não haviam despertado o interesse da indústria do turismo sobre os lucros que podem ser auferidos durante os dias de folia. De todo modo, a “Praça Onze”, parte da “Pequena África do Rio de Janeiro”, da casa de Tia Ciata na qual o samba nasceu e se desenvolveu, dos batuques perseguidos pela polícia, do candomblé, capoeira, cortiços, bares e cabarés, dos desfiles de ranchos e das escolas de samba, reduto de “bambas” (compositores) e experienciada também por malandros, prostitutas e homossexuais, centro de lazer da gente mais simples, continua com as marcas de seu passado, notadamente de sua negritude, a ornar uma outra “Praça Onze” situada no mesmo local, mas sem despertar o apego e o fascínio da anterior. No seu centro, em 1986, foi erigido um monumento a Zumbi dos Palmares, um herói da raça negra. E o prefeito Saturnino Braga, nos anos oitenta, durante a sua administração, inaugurou a escola Tia Ciata, em honra à lendária sambista e yalorixá.

“Laurindo sobe o morro gritando/não acabou a Praça Onze, não acabou/ vamos esquentar os nossos tamborins ...” (1943).

O compositor Herivelto Martins, com alegria, e novamente pelas vozes do Trio de Ouro, voltaria em 1943 ao mesmo tema do ano anterior. No samba “Laurindo”, o autor vibraria: “Laurindo sobe o morro gritando/não acabou a Praça Onze, não acabou/vamos esquentar os nossos tamborins ...”

O “berço do samba” do carnaval de 1943, apesar dos boatos e dos noticiários dos jornais e rádios, ainda não havia sido destruído. Houve, por algum tempo, a esperança de que o lugar não fosse alterado. Onde participar uma comunicação tão alvissareira? Junto ao pessoal que praticava e atuava na “Praça Onze”: “Laurindo sobe o morro gritando/não acabou a Praça Onze, não acabou ...”. No entanto, em 1944, após a demolição de seis igrejas, diversos prédios, inúmeras casas e ruas, afora a mutilação do Campo de Santana, a avenida Presidente Vargas “chegava” e arrasaria a “Praça Onze”, sendo então entregue à população carioca, durante a administração do prefeito Henrique Dodsworth (1937-45) e da própria gestão do presidente Vargas (Moura, 1983; Mello, 1991; Areu, 2006).

Os dois sambas acima insurgiram-se com relação a proposta de reurbanização do lugar do samba, de acordo com a visão dos dirigentes a edificação de uma artéria como a av. Presidente Vargas contribui para conferir à cidade um caráter moderno. Todavia,

a ação de uma reforma urbana, como esta, nem sempre corresponde às expectativas do povo ensejando protestos, conflitos sociais e lamentos, como nas composições de Martins e Otelo. Para os moradores, assentados afetivamente há certo tempo, em seu universo vivido, a ação dos planejadores é uma ameaça à privacidade, bem como ao direito de habitar neste ou naquele lugar. Há, contudo, segmentos da sociedade impregnados pela doutrina positivista do progresso que incentivam e comungam com as ideias da classe dirigente e aplaudem as metamorfoses que sofrem as paisagens cristalizadas, erodidas ou “que estão no meio do caminho”. Nesse contexto, o samba a seguir mostra como a ambivalência revela atitudes inconstantes e paradoxais, pois a abertura da av. Presidente Vargas foi saudada com estardalhaço na música “Bom dia, Avenida” pela mesma dupla de autores: Herivelto Martins e Grande Otelo.

“... lá vem a nova avenida/dizer à sua rival:/ bom dia, avenida Central!” (1944).

Em 1944, ano de inauguração da avenida Presidente Vargas, com regozijo, Herivelto Martins e Grande Otelo celebraram a nova via de comunicação da área central, pelas vozes do Trio de Ouro, no samba “Bom dia, Avenida!!” “lá vem a nova avenida/remodelando a cidade/rompendo prédios e ruas/os nossos patrimônios de saudade/é o progresso/e o progresso é natural...”, diziam resignadamente. E, no restante da letra, brindavam: “...lá vem a nova avenida/dizer à sua rival: / bom dia, avenida Central! “.

A abertura da avenida Presidente Vargas repetiu o que ocorreria no início do século quando da construção da “... avenida Central ...”. Realizada durante o Estado Novo, as pistas largas da avenida Presidente Vargas serviam não só para o fluxo de veículos, como também para a ostentação do aparato militar nos desfiles cívicos, tendo colaborado também para o processo de segregação espacial ao provocar a ida da população de baixa renda para as favelas e os subúrbios cariocas.

Com a chegada do “...progresso...”, ou transformação espacial, milhares de pessoas foram despejadas de seu lugar vivido. Todavia, ao deparar com uma avenida ampla e bela, a opinião pública esquece os conflitos e passa a afinar com as obras orquestradas pelo governo da República e a Prefeitura do Distrito Federal esperando que todos sejam beneficiados com uma cidade moderna, oxigenada, agradável e majestosa em sua forma. O arrasamento dos lugares das pessoas de baixa renda ganha contornos variados quando lembramos que destruição e controle se completam com vistas à segregação espacial. Em outras palavras, destruindo-se o “velho” e o “sujo” reconstrói-se a cidade e (re)arruma-se o espaço urbano enviando-se os indivíduos de baixo poder aquisitivo para a periferia empobrecida.

Como pode ser enfatizado, a dupla de compositores Herivelto Martins e Grande Otelo foi porta-voz da dor do povo, em 1942 e 1943, nos momentos nos quais a Praça Onze estava prestes a ser demolida. No entanto, um ano depois da última reclamação musicada, a dupla alinhou-se às comemorações da gênese de um monumento colossal, como a avenida

Presidente Vargas, no samba carnavalesco “Bom dia, Avenida”, imaginando uma rivalidade entre esta artéria e a “...avenida Central...”, denominação que o povo teimava em usar três décadas após a mudança oficial do nome para avenida Rio Branco. Na música, encerrada com uma analogia belíssima entre os nascimentos do dia e da avenida, os compositores saúdam festivamente: “...lá vem a nova avenida/dizer à sua rival:/bom dia, avenida Central!”

A avenida Presidente Vargas foi aberta no momento da expansão vertical e do comércio e serviços de Copacabana, o que repercutiu em seu demorado crescimento. E, “...rival...”, a “...avenida Central...” transbordou sua dinâmica e irradiou o trecho mais denso da Avenida Presidente Vargas, entre a rua Uruguaiana e a chamada área da Candelária (Praça Pio X) (Abreu, 2006).

“seu doutor não bote abaixo/ tem pena do meu barracão ... o progresso é necessário/
mas seu doutor/ pense um pouco no operário/ meu barracão é todo meu patrimônio/
por favor não bote abaixo/ o morro de Santo Antônio” (1950)

No documento musical “Morro de Santo Antônio”, Herivelto Martins volta a investir em um tema por ele explorado em outros sambas, qual seja o das cirurgias urbanas. O autor, ao lado de Grande Otelo, já mostrara o seu descontentamento em “Praça Onze” (1943) e “Laurindo” (1944), quando da destruição da Praça Onze, “berço do samba” e, na saudação paradoxal de “Bom Dia, Avenida” (1944) melodia e letra irretocáveis pertinentes ao novo e colossal logradouro: a avenida Presidente Vargas. Nesta oportunidade, porém, Herivelto está ao lado de Benedito Lacerda, outro músico extraordinário, radiografando o martírio da população expulsa de seu universo vivido, simbolicamente centrada no clamor do operário, em meio ao arrasamento do morro de Santo Antônio, uma outra importante elevação do Rio desde os primeiros séculos de colonização.

Na realidade, a chamada “destruição criativa” (Harvey, 1993), via de regra, promove a reconfiguração de parte do tecido urbano deteriorado ou tido como entrave ao “progresso” e sobre os seus destroços surge uma cidade bela, higiênica, majestosa e arejada nos moldes propostos pelo capitalismo. Os tormentos, contudo, são devastadores para os moradores que são propositadamente “empurrados” para locais distantes ou os nichos da cidade como espaços periféricos, encortiçados ou favelizados.

O morro de Santo Antônio abrigou a primeira favela do Rio de Janeiro, em 1893, (Abreu, 1993), e o material de sua destruição, finalizada em 1954, durante a administração do prefeito Dulcídio Cardoso, serviu para aterrar uma outra parte do Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, justamente na área litorânea do bairro do Flamengo, popularmente chamado de Aterro. De todo esse processo restou um trecho no qual se encontra o convento do mesmo nome e da porção maior mutilada resultou a consolidação de uma esplanada na qual estão plantados imponentes prédios de grande poder e forte expressão, como a Petrobras, o BNDES, a CEF (Caixa Econômica Federal) e a Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro, edificações essas inauguradas no bojo dos anos setenta. Trata-se, convém frisar, de um avanço do núcleo

central sobre a sua periferia, isto é pleno de funções nobres em área verticalizada. Ou seja, no lugar das encostas com favelas, e “do meu barracão ... meu patrimônio”, situados junto ao Centro de Negócio e Gestão, uma paisagem oxigenada e entrecortada por duas grandes avenidas (Chile e República do Paraguai) serve para a fluidez mais rápida do trânsito em meio aos pavilhões distanciados uns dos outros, em uma cidade que se forjou aterrando lagoas, mangues, brejos e avançando pelo mar e, mais tarde, por conta da infinidade de seus belos acidentes geográficos, perfurou as montanhas para a abertura de túneis com intuito de espriar o perímetro densamente ocupado pelo homem, sobretudo nos bairros nobres da Zona Sul e da Zona Oeste beira-mar.

“... a Lapa é o ponto maior do mapa/do Distrito Federal/salve a Lapa! ...” (1950).

Os compositores Herivelto Martins e Benedito Lacerda juntaram os seus talentos em “A Lapa” e pela voz de Francisco Alves anunciaram: “a Lapa/está voltando a ser/a Lapa/a Lapa/confirmando a tradição/a Lapa é ponto maior do mapa/do Distrito Federal/salve a Lapa!/o bairro das quatro letras/até um rei conheceu/onde tanto malandro viveu/onde tanto valente morreu/enquanto a cidade dorme/a Lapa fica acordada/acalentando quem vive/de madrugada”.

Benedito Lacerda nasceu em 1903, no município de Macaé (Estado do Rio de Janeiro), e morreu na “Cidade Maravilhosa”, em 1958. Começou a aprender a tocar flauta aos oito anos de idade e iniciou suas atividades musicais em sua cidade natal, tocando a banda Nova Aurora. Aos dezesseis anos foi, com a família, para o Rio de Janeiro, onde diplomou-se em flauta e composição. Em 1922, ingressando na Polícia Militar, passou a participar da banda do batalhão. O conjunto regional de Benedito Lacerda tocou com grandes intérpretes nacionais e internacionais, entre eles a “showaman” Josephine Becker. Lacerda, um campeão de carnavais dos anos trinta e quarenta, ganhou o reconhecimento do público e da crítica, tocando ao lado de músicos como Pixinguinha (Enciclopédia...1977:401).

Em 1950, com o afrouxamento do autoritarismo, que durante o Estado Novo cerceou a liberdade, a boemia e a malandragem imperantes na Lapa, Herivelto Martins e Benedito Lacerda sublinharam: “a Lapa/está voltando a ser/a Lapa/a Lapa/confirmando a tradição/a Lapa é ponto maior do mapa/do Distrito Federal/salve a Lapa!...”. Os compositores, mapeando musicalmente a velha Lapa, procuram fornecer uma dimensão especial a este lugar vivido do lazer. É interessante salientar que o mesmo tipo de técnica, destacando um ponto relevante do mundo vivido, tem sido muito utilizado por geógrafos e cartógrafos, quando da elaboração de mapas, com vistas ao realce de algum dado da realidade.

Na época do grande sucesso carnavalesco “A Lapa”, o Rio de Janeiro era a Capital da República, o Distrito Federal, com seu ponto maior, segundo Martins e Lacerda no “...bairro das quatro letras...”. No Brasil, os lugares de lazer costumam manter seus bares, cabarés e casas noturnas funcionando até altas horas da madrugada. Por isso mesmo, a composição

diagnostica: “...enquanto a cidade dorme/a Lapa fica acordada/acalentando quem vive/de madrugada...”. A fama da Lapa, como local de efervescência cultural das massas populares, aguçou, até mesmo, a curiosidade e presença de uma autoridade real, porquanto, como rezam os versos do samba “...o bairro das quatro letras/até um rei conheceu...”, referência à visita do rei Alberto, da Bélgica, em 1927. Décadas depois, em 1982, um outro rei, Juan Carlo de Espanha, visitou a “Nova Lapa”, que passava por instantes de revitalização e buscando ressaltar elementos da Lapa boêmia de outrora, para (re)construir esta centralidade de lazer da periferia da área central do Rio de Janeiro.

Notas Finais

Eis, portanto, em certos versos e eternas canções parte da obra de um compositor de grande expressão. Pai do cantor Pery Ribeiro, – aquele que primeiramente gravou a célebre Garota de Ipanema do maestro Antônio Carlos Jobim e do diplomata Vinicius de Moraes, “o branco mais preto do Brasil ...negro demais no coração” – o compositor Herivelto Martins foi casado com a cantora Dalva de Oliveira, a estrela Dalva do Brasil, e suas músicas gravadas por alguns dos maiores intérpretes do cancionário brasileiro em todos os tempos. Herivelto foi tema de enredo de escola de samba, reverenciado em peças e recitais e merece continuar sendo homenageado nas artes, nas diversas mídias e na academia.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. de A. “A favela está fazendo 100 anos (Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade)” . In: *Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana* - Rio de Janeiro, 1993, pp.188-190.
- _____. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.
- Enciclopédia da música brasileira, erudita, folclórica e popular. São Paulo, Art, 1977, (2 volumes) 1190 p.
- FERREIRA, C. Ma. G.; e allí *O Bonde na Paisagem Carioca*. Ed.: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008.
- LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MAFFESOLI, M. *A transfiguração do político – a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MELLO, J. B. F. de. *O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira - 1928/1991 - uma introdução à geografia humanística*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFRJ, 1991.
- _____. *A humanização da natureza: uma odisseia para a (re)conquista do paraíso*. IN: MESQUITA, O. V; SILVA, S. T. *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.
- _____. *Dos espaços da escuridão aos lugares de extrema luminosidade - o universo da estrela Marlene como palco e documento para a construção de conceitos geográficos*. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFRJ, 2000.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. FUNARTE, 1983
- PALMER, E. *Hermenêutica*. Edições 70. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- TUAN, Y. F. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. *A view of geography*. *Geographical Review*. 81 (1): 99-106, 1991.

_____. Escapism. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

WAGNER, H. R. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 319 p.

www.dicionariompb.com.br. Instituto Cravo Albin /PUC-RJ

Recebido em 04/12/2013



Rodas culturais – a arte nas praças cariocas

Rodas Culturais – art in the squares of Rio de Janeiro

Rôssi Alves Gonçalves

Doutora em Letras - UFRJ Professora-Adjunta do Curso de Produção Cultural - UFF
Pós-Doutoranda no Programa Avançado de Cultura Contemporânea - PACC/UFRJ com bolsa da FAPERJ

RESUMO: Este artigo propõe-se a refletir sobre uma modalidade de ocupação do espaço público carioca: alternativa, independente, artística, singular. É a ocupação das praças públicas através das Rodas Culturais, com música, poesia, malabares, batalhas de rima, grafite... Uma iniciativa do coletivo Circuito Carioca de Ritmo e Poesia (CCRP), unindo intervenção artística semanal nas praças cariocas com atuação social.

Palavras-chave: cultura; espaço público; revitalização

ABSTRACT: *This article proposes to reflect on a type of occupation of public spaces in Rio de Janeiro that is alternative, independent, artistic and unique: the Rodas Culturais (Cultural Circles), with music, poetry, juggling, rhyming battles, graffiti etc. This is an initiative by the CCRP collective – Circuito Carioca de Ritmo e Poesia (Rio de Janeiro Rhythm and Poetry Circuit) –, which marries artistic interventions in the squares of Rio de Janeiro with social action.*

Keywords: *culture; public space; revitalisation*

CCRP – Circuito Carioca de Ritmo e Poesia

A cena cultural carioca de rua anda “bombando”. E esta efervescência está sendo promovida por jovens, moradores de diversos bairros da cidade, sem recursos financeiros, reconhecimento, apoio e anuência do poder público. Fomentando muita arte e também aparelhos culturais que dão visibilidade a um tipo de expressão artística sem lugar na cena cultural tradicional da cidade, as Rodas Culturais estão respondendo informalmente aos anseios de uma juventude criativa, plural, que não é acolhida nos equipamentos formais de cultura.

Há no Rio de Janeiro, atualmente, dezenas de pontos culturais capazes de atrair centenas de pessoas, apresentar novas estéticas, construir espaços culturais alternativos e mover um circuito não muito conhecido - pouco divulgado pela mídia tradicional - e que não deseja, *a priori*, um maior reconhecimento. A possibilidade de uma legitimação pelas instâncias nobres não parece ser o objetivo, embora não seja descartada.

Essa movimentação cultural é promovida pelo Circuito Carioca de Ritmo e Poesia¹, o coletivo CCRP, surgido há cerca de quatro anos, na Lapa, cujo objetivo maior é a ocupação das ruas, através do encontro de artistas sem reconhecimento pela mídia e por outras instâncias tradicionais de legitimação. Há, por parte de seus mentores, forte investimento na cultura urbana e na multiplicação de saberes. O que este coletivo apresenta de singular é a proposta de “uma rede independente de produção, pesquisa e inovação cultural que estruturou um conjunto de encontros denominados, antes Rodas de Rima e, atualmente, Rodas Culturais, que acontecem semanalmente em praças e espaços públicos de diversos bairros do Rio de Janeiro.”² E que determina os seguintes critérios para absorver uma Roda cultural: ocupação semanal do espaço público; revitalização do mesmo; intervenção social no bairro.

A respeito dos coletivos artísticos, Mesquita (2008, p. 220) afirma:

Como uma alternativa concreta e espontânea ao espaço físico, aos rótulos e parâmetros convencionais das instituições de arte, a intervenção urbana problematiza o contexto em que é realizada, questiona a autonomia de um trabalho artístico e dialoga com o entorno ou situação social.

E o CCRP é um grande encontro de jovens, unidos pela ideia de ocupar lugares públicos e levar diretamente arte e cultura às pessoas de forma horizontal e interativa, realizando as Rodas Culturais, semanalmente, em diversos bairros do Rio de Janeiro, com a participação de poetas, músicos, grafiteiros, artistas plásticos. O CCRP forma uma rede cultural que une bairros como Bangu, São Cristóvão, Lapa, Vila Isabel, Botafogo, Meier, Jacarepaguá, Recreio, reunindo pessoas de situação sociocultural diferente, aproveitando-se de praças e ruas, oferecendo lazer e consumo cultural sem a necessidade de gastos. Os encontros acontecem à noite e duram cerca de 4 horas, contando com a participação de algum artista convidado. Entretanto o recurso “microfone aberto” possibilita que, mesmo numa noite de apresentações célebres, qualquer artista, independentemente de seu gênero artístico, ocupe o palco³.

Candido (2006, p.155) considera a criação da Faculdade de Direito e as Repúblicas “decisivas” para o surgimento de uma expressão literária em São Paulo, no século XIX:

Interessa-nos aqui, justamente, apontar algumas manifestações desse espírito de grupo na literatura; mostrar como a convivência acadêmica propiciou em São Paulo a formação de agrupamentos, caracterizados por ideias estéticas, manifestações literárias e atitudes, dando lugar a expressões originais.

O coletivo CCRP, idealizado pelos ambulantes culturais Marcus Vinicius Hemp, Dropê Comando Selva e Djoser Botelho, além de cooperar na produção de uma literatura carioca, o que será visto adiante, apresenta contornos muito específicos de uma escola de ocupação da rua com arte. As suas oito rodas originaram dezenas de outras pelo estado do Rio de Janeiro. Funciona este coletivo como uma instância legitimadora de Rodas Culturais que, ainda que não façam parte da sigla CCRP, usam-na para referendar o trabalho. O coletivo promove uma linguagem original, assimilada por outros grupos organizadores de Rodas Culturais. É frequente a sigla ser citada para ilustrar um valor de grande estima para a cultura urbana carioca, uma referência.

Recentemente, MCs cariocas, sentindo-se desrespeitados em seus trabalhos nas Batalhas de Rima, elaboraram um manifesto, advertindo as casas privadas de show sobre a possibilidade de serem responsabilizadas judicialmente, em caso de não cumprirem os acordos firmados com MCs. Nesse mesmo documento há uma referência importante ao CCRP:

Aos admiradores e amigos que acompanham nosso trabalho, venho lhes informar que estaremos presentes nas CCRPs, mantendo a resistência do nosso trabalho e fortalecendo a cultura hip hop, o contrário do que os organizadores de evento andam fazendo⁴.

Mais que um coletivo, o CCRP tornou-se um norteador da arte de rua. As oito rodas do CCRP citadas anteriormente foram pioneiras na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, em razão de seu sucesso, com o crescimento do gênero rep⁵ e pela raridade de opções de espaços culturais voltados para o público do rep na cidade, muitas outras rodas foram surgindo. Contam-se, atualmente, cerca de 40, catalogadas no grupo criado, por mim, na rede social *Facebook*, intitulado Rodas Culturais do RJ⁶. O mapeamento das Rodas Culturais do estado do Rio de Janeiro encontra-se no fim deste artigo.

Mesmo que congregate uma multiplicidade de membros e que nem sempre comunguem dos mesmos propósitos, o CCRP propõe, em sua base de formação, o debate estético, a divulgação de trabalhos de artistas fora do mercado, o estímulo a novos artistas, uma participação mais próxima com os espaços onde estão inseridas as Rodas Culturais. Estas, por sua vez, exercem, ainda, o fundamental ofício de integrar jovens artistas locais, em busca de aprendizado e reconhecimento, isto é, realizar o pressuposto da arte pública, que “pretende afirmar-se como marco do que é comum aos participantes de uma cidade.” (Chagas, 2006, p. 9)

Ou seja, as rodas representam um lugar de apadrinhamento e validação para o movimento rep. E isso não está subordinado ao grau de independência do mercado, ao número de fãs ou ao tempo na vida artística. As Rodas Culturais, além de receberem um grande público - portanto excelente meio de divulgação e distribuição dos produtos artísticos -, formam, normalmente, uma assistência cuja participação não se restringe ao consumo imediato da arte. Mas, em sua maioria, um grupo crítico, atento e fiel aos movimentos da arte urbana.

Este circuito, não obstante ser nomeado de Ritmo e Poesia, não se limita a estes, estendendo suas interpretações sobre arte para rodas de rimas, de sons instrumentais, exposição de grafite, fotografias, batalhas de rima, pichação, malabares, todas as práticas, interagindo e coabitando o mesmo espaço. Não há eleição de um movimento: há diálogo e harmonia entre as formas culturais.

Não se tem nas rodas culturais um território dividido entre grupos diversos, no qual “o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes” (Serpa, 2013, p.176) O próprio conceito de Roda Cultural sistematiza essa questão, já que é cultural, porque junta, une, acolhe as diversas formas culturais. Não fraciona o espaço; ocupa-o, compartilha-o.

Lá, estão múltiplas formas artísticas coabitando. Não se pode falar em um hibridismo, conforme orientado por Canclini (1998). E isso é fundamental, porque não se deseja criar uma nova forma artística, mas deixar que as variadas linguagens coexistam. Nesse sentido, a Roda Cultural é o lugar dos diferentes, do “junto e misturado”.

Para Djoser Botelho, um dos agentes do CCRP, “a ideia da Roda Cultural foi importante, porque havia reunião de pichadores, de rimadores, de esportistas, de vários segmentos, separadamente. E a Roda Cultural juntou diversos encontros que aconteciam pela cidade.” Ou seja, enriqueceu, artisticamente, o bairro, a cidade.

Assim, há na Ilha do Governador, uma roda denominada Soul PiXta. Indagado sobre o porquê do “x”, em “pixta”, um dos organizadores explica que a presença de pichadores por lá é intensa, havendo, no mesmo dia e horário, a “reú” (reunião de pichadores). Logo, foi providencial reunir os grupos, multiplicando as linguagens artísticas. Por isso, a inclusão do X de “xarpi” (o verbo pichar, lido ao inverso e grafado com X), no nome da roda.

São tribos que atuam juntas, nas reivindicações, “no fortalecimento”. Mesquita (2008, p. 221) observa que, dentre os muitos favorecimentos para o surgimento de um coletivo, “as possibilidades de formação de novas redes de contato através da internet, a criação de intercâmbios presenciais entre artistas por meio de residências e ocupações e a vontade de produzir arte que ‘transforme o real’” precisam ser consideradas.

O coletivo em análise investe no movimento como uma teia cultural que receba, cada vez mais, contribuições de todas as expressões culturais, transformando esta poesia da rua em um movimento plural e que tem seus desdobramentos no rep e em outras sonoridades e formas artísticas. Ou seja, a rima foi o movimento iniciador. E através dela formou-se um

espaço cultural plural e fundamental para a cidade. Fundamental, porque embora o espaço público seja ocupado com arte, sem que isso configure uma exceção, o tipo de ocupação que as rodas culturais oferecem é, incontestavelmente, singular. É essencial para uma cidade que investe na arte como elemento transformador e criador de subjetividades e que se deseja democrática.

Rua - o palco do fortuito e da literatura urbana carioca

A rua, a praça, lugar de trânsito intenso, espaço de passagem, torna-se, nas noites cariocas, o lugar da intervenção. Raramente se passa displicentemente por essas manifestações: *o que é isso? Por que?* - são perguntas comuns àqueles que param por uns minutos e dos que “colam” por causa da rima ou do ritmo.

Constrói-se uma festa em que qualquer transeunte é convidado. E isso produz performances: do morador de rua que apresenta sua coreografia inusitada; do outro que se descobre rimador, ao participar de uma roda de rima; dos que atravessam o “palco” (espaço próximo à mesa de som, onde os cantores se apresentam) durante a exibição do artista; dos que fazem o espetáculo com gritos, saltos, aplausos; da falha do som ou da iluminação; do barulho ensurdecedor do trânsito - episódios tão triviais nesse movimento público. E a citação de Chagas (2006, p. 55), sobre tão incomum situação, corrobora essa percepção:

Sobre a condição estética e comunicativa da obra de Arte em espaço público, partimos da situação aberta de contato entre espectador e a obra. O fato da Arte não estar abrigada em salas de exposição e, sim lançada ao olhar nas ruas e praças, traz o fortuito, o acaso, o desregramento para a conversa. O ritmo desse encontro não é da reunião de salão, mas do turbilhão, do trânsito, do transitório.

Shows de rep e saraus acontecem com frequência em casas de eventos. No entanto, ao utilizarem a rua como palco (e qualquer rua), ganham uma dimensão, se não mais grandiloquente, pelo menos instigante: “(...) estou me referindo a espaços, a esferas de significação social – casa, rua e outro mundo – que fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes. É que eles contêm visões de mundo ou éticas particulares.” (DaMatta, 1997, p. 47).

E essa apropriação da rua pela arte traz respostas para algumas indagações feitas por educadores, artistas, produtores culturais, a respeito do envolvimento de jovens com a produção da cultura e da arte, do pouco aproveitamento que se tem dela, principalmente diante da supremacia da internet e de todo o aparato que ela disponibiliza. A rua encontrou na internet, mais exatamente nas redes sociais, o seu divulgador privilegiado. É imensurável a importância da internet para a movimentação cultural urbana na cidade. A programação é difundida, também, entre os participantes e artistas, entretanto, é pelas redes sociais que se tem a mais eficiente divulgação.

Sem apoio, e mesmo ignorada pela mídia tradicional, a abrangência das Rodas Culturais deve-se à fervilhante vida na *web*. Cada Roda possui uma página no *Facebook* e algumas são tão ativas que tornam o acompanhamento dos *posts* difícil. Ali, são noticiadas as atrações, as batalhas de rima e seus participantes, vídeos, grafite, poemas, fotos, rimas e demais produtos artísticos das Rodas Culturais. Enquetes a fim de saber quais artistas o público gostaria de ver nas rodas e quais os MCs que chegarão à final das batalhas, bem como, debates sobre o comportamento do público durante o evento, a ação da polícia e das Secretarias de Cultura, mapeamento do circuito, aconselhamentos, decretos, tudo circula na rede amplamente. É nessa fonte que se pode conhecer as rimas recém-criadas, opiniões sobre os últimos acontecimentos, posicionamento político e social dos artistas e do público das rodas.

Marcam-se dia e hora para o lançamento virtual de clipes, de músicas. Convites para eventos diversos, relacionados ao rep, são enviados por este canal. E assim, o número de curtidas, comentários, compartilhamentos, confirmações em eventos indicam a importância do artista, da roda, do evento. Blogs, perfis no *facebook* e *twitter* intensificam uma cena que contraria uma ideia bastante disseminada: que a juventude está mais desligada da arte e da rua, plugada que vive nos computadores. As trocas artísticas fervilhantes nas redes sociais, essa ágora contemporânea, levam parte desse entusiasmo para as ruas. Castells, por meio de dados, aponta o efeito positivo da internet sobre a interação social: “O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência explode numa cacofonia de sotaques” (2003, p. 114). E a rede social, com a finalidade de promoção da arte urbana, ilustra sobremaneira essa afirmação.

Porém, como as bases do movimento rep são elaboradas na rua, embora as redes sociais sejam respeitadas e, evidentemente, haja consciência de seu poder, a participação na praça física, na rua, ainda é considerada o meio de inserção mais legítimo para os integrantes do movimento. Parece haver uma exigência de que o artista, o produtor cultural, o agente cultural façam o movimento da rua para as praças virtuais. A “correria” ganha maior reconhecimento vinda do espaço público, ou seja, à atuação virtual deve corresponder uma atuação na rua – na geração de processos culturais no bairro e na rede. Assim, tem-se uma legitimação, independentemente do número de seguidores, *views* e *likes*.

Mas as ruas cariocas guardam outras demonstrações de “fazimentos”. As Rodas culturais trazem para a cidade uma tendência singular dentro das inúmeras possibilidades de fazer literário atuais: os rimadores das ruas do Rio de Janeiro colocam a cidade em lugar privilegiado – produz-se aqui uma literatura carioca urbana. Distinta da fala da periferia paulistana, as rimas do Rio de Janeiro apontam para temas plurais, às vezes territorializados, às vezes atravessados, mas há sempre uma fala da cidade, com suas injustiças, dores, belezas, humor, singularidades.

Antonio Candido, em *A literatura na evolução de uma comunidade*, diz que: “Se não existe literatura paulista, gaúcha ou pernambucana, há sem dúvida uma literatura brasileira

manifestando-se de modo diferente nos Estados” (2006, p.147). E as Rodas culturais cariocas são, nos últimos anos, o lugar especial de manifestação de uma literatura carioca e urbana.

Segundo Candido (idem), para haver literatura, é necessária uma congregação; grupo formal com afinidades; um estilo; um sistema de valores que delinhe a produção; ressonância e herança (idem). As Rodas cariocas, à exceção deste último aspecto – obviamente não se pode falar em herança no sentido proposto por Candido dado o recente surgimento do circuito –, apresentam os demais elementos formadores de uma expressão literária.

Não ocorre uma voz de excluído. O lamento, a fala de desilusão não se fazem mais tão necessários, como no surgimento da literatura marginal em São Paulo. Ferréz (2005, p. 10) é assertivo em *Literatura marginal*: “nós arrombamos a porta e entramos”. Atualmente, no Rio de Janeiro, no máximo, essa porta seria pichada! Há uma percepção de que é preciso rimar, conscientizar, ocupar, produzir, coletivizar e de que isso é uma linguagem de resistência e transformação também.

Por uma outra revitalização

O CCRP, Circuito Carioca de Ritmo e Poesia, tem, como premissa básica, a revitalização da praça onde funciona a roda cultural. Embora essa terminologia esteja muito em vigor nos projetos urbanísticos do poder público, o coletivo propõe uma ressignificação do espaço, uma revitalização às avessas. Ou seja, revitalizar, para o CCRP, distancia-se daquilo que a definição proposta pelo geógrafo Souza (2013, p. 140) nos explica:

Está em curso no Rio de Janeiro, aquilo que, em outras cidades e outros países também vem acontecendo ou já ficou bastante claro: a tentativa de implementação de ações, amparadas por significativa hegemonia ideológica entre a classe média, que têm como premissa tácita a ideia de que a presença dos pobres nas áreas centrais é um obstáculo a ser removido, em prol da “modernização”, do “desenvolvimento urbano” e de coisas que tais. E “revitalização”, “requalificação” etc. são os eufemísticos e ideológicos nomes das estratégias que visam a promover esse objetivo, bancado por regimes urbanos saturados de mentalidade “empresarialista”.

Ao passo em que o Centro da cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo uma revitalização plena, aos moldes de que nos fala Souza, os parques, praças e outros logradouros públicos semelhantes do subúrbio não estão no foco do poder público. Isso favorece o potencial transformador das Rodas culturais, que agem, à exceção de apenas uma roda cultural - a de Botafogo -, somente no subúrbio carioca.

A proposta de revitalizar o espaço onde as Rodas culturais localizam-se obedece a certas pautas que, muito aquém de expulsar pobres e outros personagens menos nobres da cena urbana carioca, ergue-os à luz. Ainda que a escolha por uma praça, um local abandonado não seja condição *sine qua non* (há praças que possuem uma movimentação grande e estão

no roteiro), percebe-se que é uma forma de eleição prioritária para o movimento. Assim, revitalizar com ritmo, poesia, skate, malabares, *slackline*, apresentação de artistas diversos, e tendo a preocupação de cuidar do local, é o oposto operacional daquele apontado por Souza.

As empresas (salvo algumas poucas, de pequeno porte e muito interessadas na movimentação *underground* local) desconhecem, ainda, a ocupação. As parcerias elaboradas acontecem entre as Rodas Culturais e pequenas empresas atentas ao movimento local, que apoiam de modo tímido o movimento.

O desenvolvimento do projeto, então, dá-se de modo independente do mercado. Ainda que algumas Rodas culturais, e aqui se incluem todas as outras rodas, não apenas as do CCRP ocupem espaços simbólicos para o turismo na cidade, áreas de fácil acesso, como a Praia de Botafogo, este é um movimento que está a salvo dos interesses mercadológicos, mantendo-se, assim, autônomo.

A proposta de ocupação considera que todo e qualquer cidadão seja parte da roda, através de sua arte ou de outra participação: na formação do círculo, na venda de produtos, no registro da festa, através de fotografias/filmagens, nos gritos de incentivo e de escolha de MCs, na tranquilidade do olhar embevecido, na assistência não passiva, que tudo capta. Ou seja, há modos variados de apropriação da roda. E estes modos vão se definindo de acordo com a afinidade com o gênero, com o ritmo do bairro, com a proposta da roda, já que há Rodas Culturais mais e menos plurais. Entretanto, é uma roda na qual cada passante é sempre convidado, incentivado a vivenciá-la.

Há um catálogo de experimentação desse espaço que, se não é preconcebido, é imediatamente dominado: nas praças, parece que todos chegam com o domínio do código: é para se libertar, brincar, dançar, ouvir o som, circular, refletir, rimar. São comportamentos para os quais não se exige um repertório especial - faz parte de um uso da praça conhecido. Investe-se no entendimento de que aquele espaço é para ser utilizado. Disputa-se a compreensão da praça como lugar de uso livre, do povo, onde os desejos podem fluir, onde a apropriação é irrestrita. Ainda que haja a repressão ao uso de drogas, quase tudo é possível no território das Rodas.

Costura-se neste movimento das Rodas, um uso diferente do espaço em festa, cria-se um capital cultural (intimamente ligado ao movimento rep) que indica como esta integração será vivida: com o artista, destituído de sua aura, transitando entre o público; ou sendo agente da roda, ao tomar o microfone e aventurar-se numa rima; com o equilibrista de *slackline* “curtindo” outras atrações, enquanto o outrora assistente equilibra-se... Constrói-se, dessa forma, um entra e sai em que cada um ocupa, em momentos diversos, um lugar. E assim, com estas muitas subjetividades não fixas, a Roda vai se tecendo e criando representações.

A roda e seu contorno - às vezes mais, às vezes menos circular, mas sempre integrador - produz representação. De sujeitos organizados e fundamentais à movimentação cultural do bairro, de agentes de desejos, de voz que dissemina, pela arte, o território, de pertencimento.

A partir dessa movimentação pública das Rodas culturais são engendrados poderes que desafiam o lugar hegemônico da arte. A composição de um lugar para a manifestação da arte de rua envolve uma cadeia de símbolos que reconfiguram o cenário carioca da cultura. E provoca interação: aquele envolvimento que acolhe o diferente, o plural. Se há na cidade lugares em que a apropriação do espaço público dá-se de modos desiguais, produzindo mais segregação, esta verdade não vale para a ocupação das praças pelas Rodas culturais. Não há reprodução das desigualdades, assim como Serpa aponta sobre os parques públicos:

Nos processos de apropriação social do espaço público na cidade contemporânea, as diferentes classes sociais e frações de classe vão produzir representações, representações estas que podem legitimar também processos de segregação socioespacial, sublinhando o caráter simbólico da segregação e seus reflexos nos processos de reprodução social no espaço urbano (2013, p. 175).

Desnecessário evidenciar que para o artista independente, a Roda Cultural é o lugar da visibilidade, onde ele venderá cd, divulgará seu nome, som, formará redes. Mas há o público, os produtores e outros artistas que, eventualmente, são também público. E todos estão ligados por uma certa cumplicidade com a cena alternativa urbana. Cumplicidade que se salienta com o comparecimento semanal, com o respeito às leis da roda (que são determinadas quase que em um consenso com o público, sabendo-se que o desrespeito às mesmas possivelmente acarretaria em suspensão da roda pela polícia ou outras instituições repressoras), com a consideração aos artistas, entre outros pactos simbólicos pela disputa do espaço.

O cuidado com o espaço, as críticas, sugestões de nomes de artistas, a frequência certa, ainda que em condições climáticas adversas, entre outros aspectos, sugerem que este frequentador, agindo assim, está atribuindo um valor a esta Roda (externando o quanto aceita pagar pela arte em exposição), ao movimento que ela propõe, tomando-a como sua. Numa cidade em que há tão poucas opções de lazer gratuito e disponível, para público e artista, este personagem que visita regularmente a roda parece enunciar que aquele é o lugar dele, que é também um colaborador. O rosto do “organizador da roda” não tem uma definição, é coletivo, no sentido de ser composto por cada participante.

Experimenta-se nas praças, com as Rodas culturais, a politização do fazer cultural, na medida em que envolve a vizinhança, os segmentos artísticos, produtores culturais e se intenciona tomar posse do lugar, a partir das vontades locais. O geógrafo Milton Santos (2000) afirma ser mais difícil desconsiderar as necessidades locais quando o fazer é interno, produzido por quem ali realiza a sua vida. Nesse sentido, as Rodas agem de baixo para cima, e talvez seja esse um dos fatores a justificar a proliferação do movimento e a busca recente de diálogo - a fim de entender o que é essa revitalização - por parte de algumas prefeituras.

Notas

1 - Em 6 de setembro de 2012, o prefeito Eduardo Paes assinou o Decreto nº 36.201 que considera as Rodas Culturais do CCRP um programa cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Mas Djoser Botelho, um dos fundadores do CCRP, frisa que esta luta por reconhecimento durou cerca de 3 anos. Em novembro de 2013, o coletivo foi convidado pelo Instituto Eixo Rio, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para apresentar seu programa de funcionamento, o que está em negociação atualmente.

2 - Trecho do documento enviado à Prefeitura, intitulado: Proposta inicial ao Programa de Desenvolvimento Cultural Carioca de Ritmo e Poesia, pelo CCRP.

3 - Não há palco, porque sendo arte de rua, a montagem da estrutura exigiria recursos que as Rodas

não possuem. Há, em algumas delas, um espaço reservado às apresentações.

4 - Manifesto assinado pela União dos *Freestyleiros* cariocas, em 25 de abril de 2014, e que circula pela rede social *facebook*: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=618276358237700&set=a.144691958929478.27961.100001660244725&type=1&theater>. Acessado em 27 de abril de 2014.

5 - Este texto adotará a forma rep, em detrimento de *rap*, por ela ser defendida daquela forma pelos militantes do movimento carioca, sobretudo, pelos que atuam no movimento das Rodas Culturais.

6 - <https://www.facebook.com/groups/618921451452511/>. Acessado em 27 de abril de 2014.

7 - Entrevista concedida à autora, em 20 de setembro de 2012

Referências Bibliográficas

BOTELHO, Djoser; ROZEMBERG, Pedro; SANTANA, Marcos Vinícius. *Proposta inicial ao Programa de Desenvolvimento Cultural Carioca de Ritmo e Poesia*. Rio de Janeiro: 2012. (mimeo).

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet*. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 2012.

CHAGAS, Marcelo Luiz dos Santos. *Arte pública: fundamentos do discurso público da Arte*. Dissertação (Mestrado). UNESP, 90 páginas. São Paulo: 2006.

DAMATTA, Roberto da. *A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

HABERMAS, Junger. *Mudança estrutural de esfera pública*. Trad. Flavio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MESQUITA, André Luiz. *Insurgências poéticas - Arte ativista e ação coletiva (1990-2000)*. Dissertação (Mestrado). USP, 429 páginas. São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SERPA, Angelo. "Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea". IN: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 169-188.

SOUZA, Marcelo Lopes. "Disputa simbólica e embates políticos na cidade 'empresarialista'". IN: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 127-146.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a literatura medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Performance, recepção e leitura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

_____. *Introdução à poesia oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira; Maria Lucia Diniz Pochat; Maria Ines de Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em 30/04/2014

Resenha de TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle e HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Arquivos pessoais: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa

Benito Schmidt

Professor do Departamento e do PPG em História da UFRGS
Doutor em História pela UNICAMP
benitobs@terra.com.br

Em 1998, a revista *Estudos Históricos* publicou um número comemorativo aos 25 anos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que edita o periódico, cujo tema era “Arquivos pessoais”, sem dúvida um marco para o estudo deste tipo de acervo no Brasil. Nele, foram reunidos textos de profissionais das Ciências Humanas e das Ciências da Informação, boa parte dos quais apresentados em um seminário ocorrido no ano anterior. As editoras convidadas da publicação – Ana Maria Camargo, Célia Costa, Luciana Heymann e Priscila Fraiz – ressaltaram, em sua apresentação, que os dois principais eixos que aglutinavam os artigos eram a forma como estes arquivos constituíam uma “produção de si” dos seus titulares e o estatuto de tais acervos no campo da arquivística. O texto introdutório finalizava com um convite aos leitores para embarcarem na “aventura” dos arquivos pessoais, caracterizada pelas autoras como “sugestiva e provocadora”¹.

De lá para cá, diversos pesquisadores, de variadas áreas do conhecimento, aceitando direta ou indiretamente esse convite, embarcaram em tal aventura, no sentido tanto de usar mais sistematicamente os papéis contidos nestes arquivos, quanto, e talvez mais importante, de pensá-los também como objetos de reflexão e não apenas como repositórios de fontes. Isso se deu em trabalhos que se voltaram especificamente a investigar a trajetória, as lógicas e os efeitos sociais e culturais de acervos deste tipo², mas também em estudos que, apesar de se direcionarem a outras problemáticas, não negligenciaram o exame dos arquivos pessoais pesquisados como forma de compreender as possibilidades e os limites dos documentos neles contidos e de

apreender nuances diferenciadas dos objetos/sujeitos examinados³. Enfim, pode-se dizer que houve avanço nas pesquisas *com* e *sobre* arquivos pessoais, embora se deva reconhecer que ainda há muito a ser feito nesta área.

Neste sentido, a coletânea *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*, organizada por Isabel Travancas, Joëlle Rouchou e Luciana Heyman, lançada mais de 15 anos depois daquele número da *Estudos Históricas*, cujos artigos, aliás, são seguidamente referidos pelos autores dessa nova publicação, vêm a contribuir em muito ao desenvolvimento deste campo de pesquisas. Os textos reunidos no livro, publicado também pela Fundação Getúlio Vargas, em sua quase totalidade, como no caso da revista, foram anteriormente apresentados em um seminário, esse realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa nos dias 23 e 24 de agosto de 2010. As instituições envolvidas em ambos os eventos e publicações – o Instituto de Estudos Brasileiros da USP e o CPDOC, no caso da revista, e a Casa Rui e novamente o CPDOC, no que tange à coletânea – não por acaso são detentoras de importantes arquivos pessoais, sobretudo de intelectuais e lideranças políticas, e tal fato nos leva a pensar que em ambas as situações existe o desejo de unir atividade arquivística e reflexão intelectual, ou seja, conjugar o trabalho prático com os documentos de determinada personalidade (localização, organização, disponibilização ao público) ao estudo desses conjuntos, permitindo que ambos os fazeres se retroalimentem e se aperfeiçoem.

O seminário que gerou o livro tinha como propósito “discutir pesquisas *em* arquivos pessoais e, sobretudo refletir *sobre* esses arquivos”, em um “esforço de desnaturalização” que tornasse “visíveis as narrativas produzidas em torno e por meio” destes acervos documentais (p. 7). As ressonâncias do chamamento se fazem sentir em todos os textos da coletânea, nos quais se percebe um esforço de compreensão tanto das relações de saber e poder implicadas na montagem destes arquivos (por parte de seus titulares, herdeiros, instituições de guarda, documentalistas, pesquisadores etc.), quanto dos seus efeitos discursivos, ou seja, da maneira como produzem narrativas capazes de constituir e perenizar determinadas imagens a respeito dos indivíduos a que se referem. Por outro lado, como demonstram alguns dos textos, esses conjuntos documentais são também vias privilegiadas para esquadrihar silêncios, esquecimentos, omissões e pontos obscuros, dificilmente visualizáveis em outros tipos de acervo.

A coletânea se divide em três partes: “Pensando arquivo”, com textos de caráter mais teórico e metodológico; “Arquivos e histórias”, abarcando estudos sobre arquivos de historiadores, político e antropólogo; e “Arquivos da literatura e das artes”, incluindo, obviamente, análises de arquivos de literatos e de um artista plástico.

Na primeira parte, Sue McKemmish evidencia a volatilidade dos sentidos dos registros contidos nos arquivos pessoais, os quais são conferidos pelas relações documentárias e contextuais em que estão inseridos, situação potencializada pelos ambientes digitais. Já Philippe Artière, que também havia publicado artigo sobre o tema no número da *Estudos*

Históricos antes referido, a partir de alguns exemplos, volta a investigar a maneira como essa produção documental implica igualmente uma produção de subjetividades. Aline Lacerda, por seu turno, em abordagem de caráter metodológico, trata do lugar dos documentos fotográficos nos arquivos pessoais, apostando em um enfoque que leve em conta os contextos de produção dos documentos no tratamento das imagens. Por fim, Luciana Heymann, organizadora de ambas as publicações, e uma das maiores especialistas do tema no Brasil, aborda o “olhar etnográfico” no tratamento dos arquivos pessoais, deslocando a atenção dos documentos para os processos de constituição destes acervos, com ênfase nos contextos sócio-históricos e arquivísticos que configuram tais conjuntos documentais.

No segundo bloco, com uma mirada bastante original que comentarei mais adiante, Miguel Soares Palmeira e Felipe Brandi evidenciam a importância (e também os limites) da utilização de arquivos pessoais de historiadores na análise historiográfica, examinando, respectivamente, os papéis de Moses Finley e de Georges Duby. Na sequência, Letícia Nedel aborda, com base na análise do espólio documental de Getúlio Vargas, o caráter ambivalente dos arquivos pessoais, produzidos individualmente no ambiente privado e reconfigurados coletivamente no mundo público em decorrência de sua patrimonialização. Candice Vidal Souza encerra esta parte com sua investigação na área da história do ensino e da pesquisa em Antropologia no Brasil, utilizando para tanto a documentação do antropólogo Marcos Magalhães Rubinger, tomando-a como fio condutor para reconstituir o ambiente institucional do Museu Nacional, levando em conta a introdução na década de 1960 de novos parâmetros para a pesquisa etnológica no ensino de Antropologia no país.

Na última seção, Maria da Conceição Carvalho se volta ao arquivo do ensaísta, crítico literário e romancista Eduardo Frieiro, assinalando o contraste entre a sua introspecção e o seu desejo de autoconstruir-se através de seus papéis, nos quais reconhecia sua “vida verdadeira”. Já Eduardo Coelho mostra o jogo de esconde-esconde estabelecido por Manuel Bandeira em relação à influência que o escritor francês Blaise Cendrars teve em sua poesia. Isabel Travancas, por seu turno, examinando tanto a produção jornalística quanto o arquivo privado de Carlos Drummond de Andrade, deixa clara a preocupação do escritor com sua memória documental e com a posteridade das memórias dos escritores brasileiros. Joëlle Rouchou examina o pequeno arquivo do jornalista, escritor e acadêmico Álvaro Moreyra, demonstrando que neste acervo ganham destaque não a vida pública, mas as relações e sentimentos privados, especialmente aqueles direcionados a sua esposa Eugênia. Encerrando a coletânea, Frederico Coelho, por um lado, aborda o cuidado de Hélio Oiticica em arquivar o seu processo criativo e, de certa maneira, garantir a perenidade de sua obra, em grande parte marcada por aparente efemeridade e transitoriedade; por outro, de maneira extremamente criativa, discute os impasses gerados pela destruição deste arquivo “original” em razão de um incêndio ocorrido em outubro de 2009 e a sua preservação em suporte digital, o que

lhe permite levantar questionamentos sobre temas como originalidade, autoridade, direitos autorais e fixidez quando se trata de arquivos pessoais.

Para além de seus aportes específicos, os textos, em seu conjunto, trazem importantes subsídios para pensar estes arquivos como produtos de múltiplas operações sociais e intelectuais, e como produtores de subjetividades e memórias. Destacarei, na continuidade, alguns pontos que me chamaram a atenção na leitura do conjunto da obra.

O primeiro diz respeito ao fato de que tais acervos se prestam muito bem a abordagens multidisciplinares, as quais contribuem, desde diferentes tradições de pensamento, para a sua compreensão enquanto artefatos socioculturais. Certamente não é por acaso que o livro reúne autores procedentes de áreas como História, Antropologia, Literatura, Jornalismo e Ciências da Informação. Chama também a atenção o fato de que alguns dos autores dos textos tenham formação em campos diversos, como a organizadora Luciana Heymann, que é graduada em História, mestre em Antropologia Social e doutora em Sociologia, o que certamente possibilita uma abordagem mais complexa desses arquivos. Por outro lado, ao contrário do número especial da *Estudos Históricas* dedicado ao tema, não há discussões específicas do campo da Arquivologia. Apesar disso, é de se esperar que as reflexões apresentadas na coletânea possam também contribuir à prática arquivística, por vezes bastante refratária a inovações, direcionada aos arquivos pessoais.

Os textos também permitem constatar a ausência de qualquer inocência dos autores no que tange ao trabalho com os arquivos pessoais. No número da *Estudos Históricas* dedicado ao tema, Ângela de Castro Gomes, em artigo significativamente intitulado “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”, chamava a atenção para a “ilusão de verdade” que esses conjuntos documentais potencialmente gerariam entre os pesquisadores, pois esses poderiam ter a ilusão de estarem tocando diretamente na verdade mais íntima de seus titulares. Nas palavras da autora: “Este é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma ‘verdadeira’: aí ele se mostraria ‘de fato’, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros”⁴.

Os autores da coletânea aqui resenhada souberam habilmente conjurar esse feitiço e se desenredar habilmente das malhas nas quais tal magia potencial poderia lhes prender. Todos estão bem conscientes de que os arquivos pessoais são construções interessadas de seus produtores (e/ou de seus herdeiros, e/ou das instituições que os preservam), os quais realizam seleções rigorosas do que deve ou não ser legado à posteridade e aberto ao público, visando à configuração de uma determinada imagem de si, para si e para os outros, ou seja, de uma identidade, conforme a acepção de Michael Pollak⁵. Nestes, como em outros arquivos, nada é inocente ou natural, e por isso o pesquisador precisa estar atento às múltiplas operações que, de maneira mais ou menos consciente, delineiam a sua constituição.

Destaco ainda dois textos, já apontados anteriormente, os quais têm por base a análise de arquivos pessoais de historiadores, oferecendo uma contribuição bastante original aos estudos de história da historiografia que muito têm se desenvolvido no Brasil. Tais estudos, em sua grande maioria, utilizam como fontes as obras publicadas dos historiadores, ou no máximo os seus manuscritos, mas poucos se valem dos papéis pessoais desses intelectuais, até porque boa parte desses conjuntos documentais não estão organizados e disponíveis ao público. Evidenciando o aporte desses acervos às pesquisas de caráter historiográfico, Miguel Palmeira demonstra a utilidade do arquivo pessoal do historiador da economia antiga Moses Finley (1912-1986) para “[...] pensar o historiador nas suas relações – com seus objetos de conhecimento, com a tradição da disciplina à qual estava institucionalmente ligado, com outros acadêmicos, editores, alunos etc.” (p. 82). Nos “Finley Papers”, abrigados na seção de manuscritos da biblioteca da Universidade de Cambridge, o autor encontra elementos para a análise dos textos publicados pelo historiador norte-americano, do processo de consagração de um modelo de história antiga e da trajetória pessoal e intelectual de Finley. Já Felipe Brandi, ao se voltar à contribuição do medievalista francês Georges Duby (1919-1996) à reflexão sobre o fazer historiográfico, deparou-se com o arquivo privado do renomado historiador francês, conservado no Institut Mémoires de l’Édition Contemporaine (IMEC), em Caen. Ao observar as lacunas e as ênfases deste acervo, Brandi notou que a acumulação de papéis por parte de Duby correspondia ao momento de sua consagração intelectual tanto na Academia como junto ao grande público, e ao seu processo de explicitação enquanto autor através de uma série de textos “ego-históricos”. Assim, “no caso de Duby, ‘consciência de autor’ e ‘consciência de arquivista’ teriam [...] se reforçado mutuamente”, ou seja, “[...] a constituição dos documentos reunidos no Fonds Duby esteve motivada por essa maior projeção social do historiador” (p. 121). É de se desejar que estes textos motivem, por um lado, um maior uso dos arquivos privados em pesquisas de história da historiografia e, por outro, mais atenção à preservação e disponibilização destes acervos ao público.

Por fim, chamou minha atenção os efeitos da chamada revolução digital sobre a análise e o tratamento dos arquivos privados, aspecto abordado nos dois primeiros textos do livro, de caráter mais geral, mas que reverbera apenas em um dos estudos de caso, o de Frederico Coelho sobre o acervo de Hélio Oiticica, já que os demais autores se voltam a arquivos tradicionais, em suporte papel, o que não deixa de ser revelador dos gostos e hábitos intelectuais dos pesquisadores (provavelmente ainda pouco à vontade para lidar com outros ambientes de arquivamento). Através da análise do Arquivo Mandela e do Koorie Archiving System, relacionado às comunidades indígenas Koori da Austrália, Sue McKemmish trata da importância dos ambientes digitais na “[...] efetiva democratização dos arquivos, não só pelo acesso generalizado a eles, mas também pela participação ampla na sua constituição e interpretação” (p. 41). Philippe Artières, por seu turno, ao exemplificar práticas de arquivamento que revelam traços de uma estética da existência, cita o exemplo

da norte-americana Jennifer Ringley, que decidiu exibir sua vida em um site 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem censurar nada. Tal prática, de acordo com o autor, constitui um desafio complexo aos pesquisadores interessados em decifrar escritas de si *nos e por meio* dos arquivos: “Sob muitos aspectos, [o site] é uma forma de álbum fotográfico, mas, quando mergulhamos nele, compreendemos que se trata de algo diferente, de uma experiência de si que não é mais uma enumeração e um registro apenas, mas uma disposição de imagens em série”, em consequência, “o arquivo funciona como um grande relato a ser descoberto” (p. 50). Finalmente, o criativo texto sobre o arquivo pessoal de Hélio Oiticica também discute os desafios que o mundo digital coloca aos mantenedores e usuários deste tipo de acervo. Como mencionado anteriormente, um incêndio destruiu boa parte do arquivo em 2009, porém, uma porção significativa dele está preservada em meio digital. Tendo por base essa situação, Frederico Coelho pergunta: “qual a função de um arquivo quando o que nos resta dele é apenas a sua cópia digital, salva em discos rígidos, quando não há qualquer lastro físico da história arquivada?” (p. 263). Sua questão ecoa muito além do caso específico e repercute em todos aqueles que trabalham *em e a respeito de* arquivos públicos e privados, institucionais e pessoais, ao colocar em xeque uma dicotomia muito presente entre profissionais das Ciências Humanas e das Ciências da Informação, aquela entre original e cópia. O autor, especificamente, sem deixar de reconhecer que, com o incêndio, houve uma perda do componente aurático dos papéis, imagens e objetos físicos (e também do controle dos herdeiros sobre o legado de Oiticica), prefere apostar em uma via mais otimista: “[...] o incêndio, apesar de tudo, pode apresentar ao mundo um novo Hélio Oiticica: esvaziado na potência sensível de seus objetos, de suas cores e formas, porém fortalecido na salvação textual e fabuladora de suas ideias e invenções” (p. 277).

Enfim, o livro de Travancas, Rouchou e Heymann, ao transitar entre velhos e novos desafios referentes ao estudo dos arquivos privados, oferece contribuições significativas para pensar o tema, e demonstra que a “aventura”, anunciada em 1998 pela revista *Estudos Históricos*, está longe de se encerrar.

Notas

1- *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, 1998, p. 7.

2 - Um estudo muito bem-sucedido com esta problemática é o de HEYMANN, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

3 - Ver, por exemplo, SILVA, Haïke Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006. No livro, a autora realiza uma biografia do imigrante alemão Jacob Aloys Friederichs, liderança importante junto à

comunidade teuta de Porto Alegre, efetuando também uma interessante análise de seu arquivo pessoal.

4 - GOMES, Ângela Maria de Castro. "Nas malhas do feitiço": O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, 1998, p. 125.

5 - POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

Recebido em 15/04/2014



Resenha de KNAUSS,
Paulo de Mendonça. *O Rio
de Janeiro da pacificação:
franceses e portugueses
na disputa colonial*. Rio
de Janeiro: Secretaria
Municipal de Cultura,
Turismo e Esportes.
Prefeitura do Rio de Janeiro,
1991

Naturais e invasores no Rio de Janeiro do Século XVI – A luta pela posse da terra

Roberto Mattos de Mendonça

Especialização *lato sensu* em História do Rio de Janeiro/UFF
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Robertomattos15@yahoo.com.br

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na década de 90 do século XX, na figura do professor Afonso Carlos Marques dos Santos, idealizador e organizador, decidiu publicar a *Biblioteca Carioca*, uma coletânea de livros cujo objetivo era resgatar a história e a cultura da cidade em obras dos mais variados campos do saber.

Delgado de Carvalho, João do Rio, Evelyn Furquim Werneck, entre outros, são autores cariocas que têm como cenário privilegiado a paisagem do Rio de Janeiro como pano de fundo para suas obras. A adaptação da dissertação de mestrado do professor Paulo Knauss de Mendonça – intitulada *O combate pelo fato: a França Antártica e a afirmação do domínio colonial lusitano na América – resultou no livro *O Rio de Janeiro da Pacificação* – publicação número 18, editada em 1991 –, que veio preencher uma lacuna na pesquisa em história colonial, cujo conteúdo nos remete ao embate entre portugueses e franceses, no Rio de Janeiro do século XVI, pela posse da terra na região da baía de Guanabara.*

Professor da Universidade Federal Fluminense, Paulo Knauss teve toda a sua vida acadêmica ligada à Instituição. Foi diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Arquivologia e membro suplente do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPQ). Desenvolve pesquisas na área de História sobre as relações entre Memória e Patrimônio Cultural.

O leitor interessado em história da cidade do Rio de Janeiro encontrará, no livro *O Rio de Janeiro da Pacificação*, um estudo

de caso sobre o episódio da França Antártica. O objetivo principal da obra é indagar como a presença europeia se impôs ao longo do século XVI na América portuguesa e colocar, no centro da discussão, o relacionamento entre europeus e indígenas.

A obra abre novos caminhos para pensar a história da ocupação da baía de Guanabara pelos europeus – a baía era anteriormente dominada pelos tamoios e temiminós, eternos inimigos – por meio do debate historiográfico entre dois autores franceses e um brasileiro, propondo o deslocamento de alguns pressupostos clássicos da historiografia.

Assim como Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, que utiliza as figuras de Antígona e Creonte de Sófocles para explicar a relação entre família e Estado, Paulo Knauss apropria-se de Perseu, figura mitológica que destruiu a fonte petrificadora da alma humana, para sinalizar o abandono de estudos concentrados no período quinhentista para a América portuguesa.

Desse modo, o primeiro capítulo do livro tem como fio norteador a crítica do próprio objeto fundado pela historiografia – o fato histórico –, embasando a sua pesquisa em fontes de época razoavelmente conhecidas e publicadas, como cartas francesas e portuguesas.

Refletindo sobre o ofício do historiador, o autor introduz o objeto de estudo, de modo reflexivo, de maneira que fatos e dados recolhidos sejam analisados, possibilitando uma eterna revisão do conhecimento para que se liberte a alma endurecida.

O segundo capítulo nos conduz à Expansão Marítima e Comercial, evocada por meio dos versos de Camões em *Os Lusíadas* – obra que trata do momento histórico em que europeus se lançam às Grandes Navegações. Com a maestria de quem entende do assunto, a dissertação flui de modo gradual tal qual as caravelas, posicionando-nos a respeito por quais motivos os países ibéricos transformaram o quadro estrutural da economia europeia.

A partir da perda do controle exclusivo da atividade comercial no oceano Índico, Portugal volta-se para o Atlântico, intensificando a sua preocupação com as novas terras “descobertas”. Dessa forma, o contato com o índio se intensifica e, conseqüentemente, os conflitos. Desde o início, o relacionamento entre índios e portugueses foi de embate. Confrontando autores de opiniões antagônicas, como Florestan Fernandes e Pierre Clastres, Paulo Knauss faz um balanço da sociedade tupinambá identificando uma interdependência entre o sistema guerreiro e o de relações sociais dos tupinambás no primeiro autor; em seguida, constata que a sociedade primitiva é uma sociedade para a guerra no último. Assim, chega à conclusão de que o contato com os indígenas e europeus assumiu diversas formas e que o indígena deve ter o papel realçado nos conflitos.

O capítulo seguinte emerge a partir da análise das representações construídas que sustentam o discurso histórico consagrado por meio da crítica à produção historiográfica. Utilizando fontes históricas de diferentes planos, como a pintura de Rodolfo Amoedo, *O último tamoio*, e o poema de Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios* – ambas da segunda metade do século XIX –, observamos o esforço de Knauss para nos esclarecer

que essa vontade de valorizar o índio, transformando-o em símbolo nacional eternizado pelo Indianismo – movimento romântico da primeira metade do século XIX – não está presente na produção historiográfica de Robert Southey, Francisco Adolfo Varnhagen, Paul Gaffarel e Arthur Heulhard. Nesses quatro autores, o elemento indígena tem pouca importância no evento da tentativa de estabelecimento de franceses na baía de Guanabara, sendo consagrado o fato em si da constituição da França Antártica.

No desenrolar do capítulo, constatamos a crítica ferrenha aos estudos do século XX ao aprofundar a articulação da presença europeia com a atuação do elemento indígena na medida em que afirma que a problematização do evento França Antártica permanece “enformada” nas obras do século XIX.

Esse capítulo tornou-se interessante em razão da escolha das diferentes nacionalidades das obras: inglês e brasileiro contra argumentos franceses. Analisado o combate historiográfico por meio de uma grande perspicácia, Paulo Knauss chega a uma surpreendente conclusão de que os autores citados anteriormente passam ao largo dos conflitos existentes entre os índios antes da chegada dos europeus e o papel destinado a eles na composição de forças pela posse efetiva da terra.

O quarto capítulo intitula-se O monumento ao colonialismo, pois trata do processo de gestação da futura cidade francesa ou portuguesa. Manuseando fontes de época, como mapas, relatos de Jean de Léry e André Thevet, além de cartas de Mem de Sá à regente D. Catarina, o texto nos envolve como um filme de suspense. Quem será bem-sucedido na ação militar entre franceses e portugueses? E seus aliados, como se comportarão? O desenrolar da presença europeia na região guanabarina será finalmente conhecido após a segunda parte da atuação lusitana no Rio de Janeiro, com a chegada de Estácio de Sá que, juntamente com os religiosos, manipulam os índios e instaura a discórdia entre eles, quebrando, dessa forma, a coesão do movimento de resistência ao estrangeiro.

A região da Guanabara já era uma área de conflito entre os índios. Tamoios expulsaram temiminós e perceberam que a ajuda dos estrangeiros era bem-vinda com a nova tecnologia. Europeus entraram nesse mundo de guerra tribal e escolheram seus lados. Tamoios e franceses se entenderam através do escambo; temiminós visualizaram a possibilidade de retorno às antigas terras, fazendo uma aliança com os portugueses.

Durante o período de 1549 e 1580, nada se fez além de combater os “insolentes” indígenas. Antônio de Salema, governador do Rio de Janeiro, foi mais além do combate, exterminando os tamoios de Cabo Frio e mostrando que a palavra melhor empregada por Mem de Sá, em seu relatório, deveria ser o que os portugueses buscavam junto à população nativa: submissão.

A metáfora da pacificação, nome do quinto capítulo, busca afirmar que, após completar o domínio português na região a construção das novas estruturas sociais – que tiveram seu início quando aportaram aqui, no Brasil, Pedro Álvares Cabral e seus comandados – foi

edificada por meio de constantes guerras legitimadas pelos ideais pacíficos embutidos pela documentação oficial.

Fazendo uso da cartografia para mostrar como era importante afirmar a nomenclatura da região portuguesas e francesas denominaram, de forma diferente, a região da baía de Guanabara. Essa variação de nomeação da área em litígio apresenta uma outra dimensão ao ser submetida à disputa colonial europeia. Mercadores de várias nacionalidades por aqui aportaram no século XVI e colocaram em xeque a autoridade do Tratado de Tordesilhas de 1494, contestado pelos reis franceses Francisco I e Henrique II, que não reconheciam a política do *mare clausum* e eram adeptos do *mare liberum*. Tal situação resultou nos conflitos empreendidos entre francos e lusitanos em torno da disputa da baía de Guanabara, cabendo aos lusos afastar a possibilidade da liberação dos mares.

A ação de Mem de Sá em 1560 impediu a fixação dos franceses, mas não de sua frequência, resultando, dessa forma, na necessidade de outra campanha militar com Estácio de Sá, que os expulsou em definitivo e “apaziguou” os indígenas. No entanto, agraciando-nos com informações guardadas em sua Caixa de Pandora, Knauss coloca na mesa o mapa de Jacques Van de Claye, de 1579, indicando que os franceses não abandonaram de vez a região e que estavam atuando em Cabo Frio devido a impossibilidade de estarem presentes no Rio de Janeiro.

Instalada a administração colonial, o rei português admite a necessidade de levar a cabo guerras contra as populações de aborígenes. Então, Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá experimentaram conflitos de proporções consideráveis com os nativos com campanhas militares exterminadoras de índios, impondo, dessa forma, seu controle. Os documentos redigidos pelos governadores tentam amenizar esse “genocídio” colocando a culpa nos gentios pela necessidade da guerra, priorizando o uso das palavras como pacificação, ficar pacífico e assossegado o gentio, buscando encontrar soluções para os conflitos gerados entre portugueses e indígenas.

A leitura de *O Rio de Janeiro da Pacificação* é importante em virtude da quantidade de informações extras que a historiografia oficial não contempla. O entrelaçamento das histórias e guerras indígenas com a história colonial, colocando o indígena como ator de primeira grandeza nas guerras coloniais, a disputa da região da Guanabara envolvendo reinos europeus, mas centralizadas nas figuras de Villegagnon e Mem de Sá, colocando-se em segundo plano de ação diplomática entre as Coroas, e a forma pela qual os europeus impuseram com sua força seu domínio no Rio de Janeiro é um tripé de sustentação da dissertação de Paulo Knauss, que percebemos ao longo da análise por ele defendida.

Fica aqui registrada somente uma crítica no âmbito linguístico: as citações no início de cada capítulo em língua estrangeira sem a devida tradução torna-se um tormento para quem deseja saber sua importância para o desenrolar dos acontecimentos. Acredito que o autor tenha domínio dos idiomas citados em exposição, mas seus leitores têm? Seriam obrigados

a ter o mesmo nível intelectual que seu autor? Teríamos que ser políglotas? Caso haja uma nova edição, que se faça a devida correção.

Recebido em 19/05/2014





